



Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde.  
v. 25, nº2, 2023. ISSN: 1518-6911; e-ISSN: 1982-3010.

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste

## REITOR

Alexandre Almeida Webber

## PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Sanimar Bussi

## DIRETOR DO CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU

Fernando José Martins

## DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE

Samuel Klauck

---

### CONSELHO EDITORIAL

Adriana Zilly – Unioeste  
Alessandra Rosa Carrijo – Unioeste  
Arminda Rachel Botelho Mourão – UFAM  
Carla Macedo Martins – Fiocruz  
Consuelo Uribe Mallarino – Universidad  
Javeriana - Colômbia  
Dermeval da Hora – UFPA  
Dermeval Saviani – UNICAMP  
Djalma Thurler – UFBA  
Euclides Marchi – UFPR  
Fabiany Tavares Silva – UEMS  
Felipe Botelho Corrêa – King's College  
London  
Fernando José Martins – Unioeste  
Isis Ribeiro Berger – Unioeste  
Ivani Catarina Fazenda – PUC - SP  
Jacob Blanc – University of Edinburgh  
João Wanderley Geraldi – UNICAMP  
Juan Carlos Villa Soto – UNAM - México  
Julia Malachen – Unioeste  
Luciana Aparecida Fabriz – Unioeste  
Marcel Bursztyn – UnB

Maria Paula Meneses – Universidade de  
Coimbra  
Marilena Chauí – USP  
Marymárcia Guedes – UNESP  
Michael Lowy – Ecole des Hautes Etudes en  
Sciences Sociales  
Regina Coeli Machado e Silva – Unioeste  
Reinaldo Antonio Silva Sobrinho – Unioeste  
Robert Frodeman – University of North  
Texas  
Roberto Follari – Universidad Nacional de  
Cuyo  
Rosane Andrade Berlinck – UNESP  
Rui Canário – Universidade de Lisboa  
Sérgio Lessa – UFAL  
Sonia Maria Lazzarini Cyrino – UNICAMP  
Uskali Mäki – University of Helsinki  
Yolanda Rodríguez González – PUC - Peru  
Zaida Azeredo – Instituto Piaget – Portugal  
Viviane Gontijo – Harvard University

---

## PARECERISTAS

Alanna De Jesus Teixeira – UFRGS  
Alessandra Rosa Carrijo – Unioeste  
Ana Elisa Pillon – UFSC  
Ana Karine Laranjeira De Sá – IFPE  
Ana Karla Batista Farias – UFRN  
Antonio Barros De Brito Junior – UFRGS  
Carlos Umberto Pereira – UFS  
Caroline Sergel – Unioeste  
Claudio Cledson Novaes – UEFS  
Cleiser Schenatto Langaro – Unioeste  
Danuzio Weliton Gomes Da Silva – UFRPE  
Douglas Manoel Antonio De Abreu Pestana Dos Santos – SBPC  
Elaine Dos Reis Soeira – IFBA  
Eliana Kobayashi – IFSP  
Elis Regina Fernandes Alves – UFAM/IEAA  
Fernando Tureck – UNC  
Gabriela Dutra Rodrigues Conrado – IFPB  
Gisele De Souza Gonçalves – Unioeste  
Hannalice Gottschalck Cavalcanti – UFPB  
Irani Rodrigues Maldonado – Unicamp  
Jadilson Silva Souza – SEC-BA  
Jefferson Luis Da Silva Cardoso – UFRA  
João Adalberto Campato Jr – UB  
José Ediane Pereira Da Silva – NRE Toledo-PR  
Jose Henrique Santos Tavares – UFBA  
Josiele Kaminski Corso Ozelame – Unioeste  
Joyce Nascimento Silva – UFRJ  
Juçara Moreira Teixeira – UFMG  
Júlio Cesar Souza – IFMG  
Justino Gomes – Unilab  
Katuscha Lara Genro Bins – SMED-POA  
Lara Machado Bitencourt – UFRGS  
Laura Márcia Luiza Ferreira – Unila

Leonardo Novo – Unicamp  
Letícia Valandro – Universidade De Lisboa  
Lorivaldo Do Nascimento – Unioeste  
Luciana Borges – UFCAT  
Luciana Kinoshita Barros – Unifesspa  
Luciana Vedovato – Unioeste  
Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho – SEE-PE  
Marcia Ione Surdi – Unochapecó  
Marco Miguel De Oliveira – UEMG  
Maria Helena Bertolini Bezerra – PUC-SP  
Maurício João Vieira Filho – UFJF  
Leopoldina Ramos De Freitas – UECE/IFCE  
Mayara Macêdo Melo – UFPI  
Melissa Probst – UTP  
Michelly Ferreira De Mendonça – Unioeste  
Monique Ramos Paschoal Dutra – MEJC/UFRN  
Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos – PUC-SP/Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Pablo Augusto Sathler Pedrosa – UFOP  
Raimundo Borges Da Mota Junior – UFBA  
Ranieri Carli – UFF  
Roberta Gerling Moro – UFRGS  
Rodrigo Luis Dos Santos – IFFAR  
Sabrina Ferraz Fraccari – UFSM  
Silvana Aparecida De Souza – Unioeste  
Sylvia Mara Pires de Freitas – UEM  
Thais Maria Gonçalves da Silva – Unesp  
Thayenne Nascimento – UFF  
Valter Zotto de Andrade – PUCSP  
Will Montenegro Teixeira – Unama  
Záira Moura da Paixão Freitas – UFS  
Zuleica Aparecida Michalkiewicz – USP-IEA

#### CAPA

A fotografia presente na capa é de um mural localizado no Auditório Alcibiades Luiz Orlando, ele traz as autoras Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e uma criança indígena Guarani, representando cada uma delas um gesto de resistência na sociedade brasileira.

A Arte em Grafite foi produzida em oficina de grafite ministrada pelo artista Isaac Souza de Jesus, artista que assina a obra, com a participação de acadêmicos/as da Unioeste e servidores da Instituição. A produção do mural decorreu da iniciativa do curso de Letras da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu e do projeto de Extensão Dia da Arte, com apoio da Rede Cultura Oeste, Convênio Linha Ecológica, Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e Itaipu Binacional. A atividade reforçou a importância da universidade como espaço de formação e difusão cultural, contribuindo para a valorização e democratização da arte urbana.

#### PROJETO GRÁFICO

Central de informações/Unioeste Campus Foz do Iguaçu

#### DIAGRAMAÇÃO

Diogo Teixeira Soares

---

IDEAÇÃO / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação, Letras e Saúde. – Foz do Iguaçu, PR,

Edunioeste, n. 1, (1998).

Publicação Semestral

ISSN: 1518-6911

e-ISSN: 1982-3010

1. Estudos linguísticos e literários – Periódicos. 2. Educação – Periódicos. 3. Ciências humanas – Periódicos. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Foz do Iguaçu. Centro de Educação e Letras.

CDU 80/82(05)  
37(050)

---

#### INDEXADA EM / INDEXED IN:

Crossref

Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

DOAJ – Directory of Open Access Journals

ERIH PLUS – European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

EuroPub – Directory of Academic and Scientific Journals

EZB – Elektronische Zeitschriftenbibliothek – University Library of Regensburg – Universität München

Google Acadêmico

LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LatinREV – Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades

LivRe – Revistas de Livre Acesso

MIAR – Matriz de Información para el Análisis de Revistas – Universitat de Barcelona

PKP-Index – Public Knowledge Project – Universidade de British Columbia – Canadá

Portal de Periódicos Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior

REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

ResearchBib – Academy Resource Index

ROAD - Directory of Open Access scholarly Resources

Sumários de Revistas Brasileiras - Fundação de Pesquisas Científicas de Ribeirão

WorldCat – Online Computer Library Center (OCLC)

---





## O SOBRENATURAL EM A MISSA DAS SOMBRAS (1892)

DOI: 10.48075/ri.v25i1.29811

Sheron Keissili dos Santos Tsuchiya<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este ensaio visa identificar e analisar os elementos sobrenaturais presentes no conto *A missa das sombras – La Messe des Ombres* (1892), de Anatole France. Os fatos se desdobram em torno de um anel que simboliza o amor entre duas pessoas, um sentimento que transcende a vida e se consuma de maneira intrigante, conferindo um desfecho misterioso ao conto e à história do casal. As bases teóricas substanciais são de Selma Calasans Rodrigues em sua obra *O fantástico* (1988) e de Tzvetan Todorov em sua obra *Introdução à literatura fantástica* (1975). Este trabalho apresenta, de forma elucidativa, o arranjo desses elementos sobrenaturais, além do simbolismo representado pelo anel, que é marcado pelo amor e pelo mistério.

**Palavras-chave:** *A missa das sombras*; sobrenatural; literatura fantástica.

## THE SUPERNATURAL IN THE MASS OF SHADOWS (1892)

**ABSTRACT:** This essay aims to identify and analyze the supernatural elements present in the short story *The mass of shadows – La Messe des Ombres* (1892), by Anatole France. The facts unfold around a ring that symbolizes the love between two people, a feeling that transcends life and is consumed in an intriguing way, giving a mysterious ending to the tale and the couple's story. Substantial theoretical bases are from Selma Calasans Rodrigues in her work *The fantastic* (1988), and of Tzvetan Todorov in his work *Introduction to fantastic literature* (1975). This work presents, in an elucidative way, the arrangement of these supernatural elements, in addition to the symbolism represented by this ring, which is marked by love and mystery.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá-UEM/Maringá; Graduada em Letras Português/Inglês e Literaturas correspondentes-UEM/Maringá, 2009. E-mail: [sheron\\_sks@hotmail.com](mailto:sheron_sks@hotmail.com)

**Keywords:** *The mass of shadows*; supernatural; fantastic literature.

## INTRODUÇÃO

O narrador em primeira pessoa inicia o conto com um enredo marcado por acontecimentos misteriosos contados por um sacristão, filho de um coveiro, ao próprio narrador. É este sacristão quem conta a história que apresenta elementos sobrenaturais que cabem ao leitor decifrar. Ele se refere às almas das pessoas com bastante familiaridade e compassividade, não as diferenciando daqueles que ainda estão vivos, pois entende que todos têm seus interesses pessoais e precisam agir de acordo com eles. É o que se passa na história que ele ouviu, como o mesmo disse, umas cem vezes de seu falecido pai, o coveiro. Se há, aqui, hesitação quanto à veracidade dos fatos por parte do receptor ficcional, essa também cabe ao receptor real, o que indicaria a primeira condição para o fantástico, como observa Tzvetan Todorov em sua obra *Introdução à Literatura Fantástica*, originalmente publicada

em 1970 e aqui estudada sob a tradução de Maria Clara Correa Castello (ed. Perspectiva, 1975). Todorov (1975, p. 19) observa: “A vacilação do leitor é pois a primeira condição do fantástico”. O fantástico, portanto, se alimenta dessa incerteza, dessa hesitação perante um acontecimento extraordinário, de acordo com o autor. Porém, ele também reconhece tal condição como uma regra passível de exceções, e explica que “a maioria das obras fantásticas se submetem a ela” TODOROV (1975, p. 19). Para ele, caso o sobrenatural mostre na narrativa uma explicação racional, trata-se de algo “estranho” e, se o sobrenatural é aceito sem questionamentos, adentra-se o terreno do “maravilhoso”, de forma que um gênero se defina sempre em relação aos gêneros que lhe avizinham. Ao estudar as observações do autor, Rodrigues aponta que:

Aparentemente, essa explicação seria satisfatória porque ela nos oferece um meio prático de reconhecimento do fantástico, mas é algo limitadora. [...] Mas essa restrição não implica que a obra do autor russo não tenha dado uma contribuição fundamental para a compreensão do fantástico (RODRIGUES, 1988, p. 29).

O sacristão narra então a história de Catherine Fontaine, que é permeada por mistérios ligados a um antigo amor, já falecido e, o que nos intriga, sobretudo, é o simbolismo representado pelo objeto que ela leva consigo, o que é revelado mais tarde. Tendo como base teórica condutora os estudos de Selma Calasans Rodrigues em seu livro *O*

*fantástico* (1988), poderemos identificar aqui, de forma mais clara, elementos sobrenaturais presentes no conto, além de elucidar a alegoria do anel, expondo significados ocultos por trás desse objeto. *A missa das sombras*, conto de nome original *La messe des ombres*, foi publicado pela primeira vez em 1892 numa coletânea de contos chamada *L'étui de nacre* (Caixinha [estojo] de madrepérola) pela editora Calmann-Lévy, de Paris e é analisado neste trabalho, a partir de sua leitura na coletânea *Os melhores contos fantásticos* (2006), organizada por Flávio Moreira da Costa. O estudo aqui desenvolvido, tem caráter analítico, descritivo e bibliográfico, pretendendo, portanto, informar, descrever, classificar e interpretar fatos relevantes para seu foco.

## O SOBRENATURAL

Temos aqui a história dentro da história, ou ainda, uma narrativa dentro de outra narrativa, onde um sacristão, filho de um falecido coveiro, conta a um receptor ficcional, o próprio narrador, entre goles de um vinho velho, algo que ouviu várias vezes de seu pai. Rodrigues (1988, p. 44) observa que “a maior parte das narrativas fantásticas dos séculos XVIII e XIX tem um narrador-personagem, um eu que dirige o enunciado, como testemunho”. Ceserani (2006, p. 69) complementa essa observação ao afirmar que “é frequente no fantástico a utilização daqueles procedimentos narrativos da enunciação, em particular a narração em primeira pessoa, mas também a constante presença, no conto, de destinatários explícitos, como companheiros trocando cartas [...]”. A narração de uma história dentro de outra história ao sabor de bebidas alcoólicas, seria, assim, típica de contos que desafiam a imaginação, suscitando questionamentos e uma mistura de sensações que precedem o desconhecido.

O sacristão conta, então, ao narrador do primeiro conto, a história que seu pai, que conhecia muito bem a protagonista do segundo conto, lhe contara. O fato de o coveiro conhecê-la muito bem confere um tom de veracidade aos fatos. Aquele que narra ao narrador, mostra-se um amante dos prazeres da vida, algo perceptível pelo raro vinho que bebe em companhia do amigo. Talvez ele seja, por esse motivo, profundo conhecedor das mazelas da alma humana até mesmo após a morte e manifesta isso num tom descontraído, ainda no dia em que falece seu pai. Ele conta a história de Catherine Fontaine, a qual revela, inicialmente, um anel com duas mãozinhas unidas usado pela protagonista, símbolo do amor

que esta guarda por seu falecido noivo, o cavaleiro de Aumont-Cléry. O anel é o elemento-chave do conto e incita curiosidade e suposições por parte do leitor.

O sacristão começa contando que Catherine, uma rendeira já idosa, levava uma vida pacata e santa e era frequentadora assídua das missas das seis horas na Santa Eulália. Tudo normal até então. O fato intrigante se dá na noite em que, compelida pelo hábito de ir às missas diariamente, ela ouve o soar dos sinos da igreja, o que a impele a sair de sua cama no meio de uma noite de verão e seguir rumo ao seu compromisso religioso diário. Ela parece não perceber, no entanto, que ainda estava escuro e não havia nenhuma claridade no céu negro, além de não temer a atmosfera misteriosa e desencorajadora para sair sozinha: “E havia um tal silêncio nessas trevas que nem um cachorro que fosse latia ao longe, e a gente se sentia separado de qualquer criatura viva” (France apud Costa, 2006, p. 494). É na escuridão que o desconhecido se revela. Apesar disso, a protagonista não vê dificuldades para caminhar sozinha sob tal circunstância, pois sabe exatamente onde pisa e aonde vai. Unindo a total escuridão da noite à ausência de qualquer ser vivo naquele lugar, já percebemos, aqui, um ambiente misterioso e propício ao advento de fatos desconhecidos, ou ao menos não naturais no mundo físico:

A ambientação preferida pelo fantástico é aquela que remete ao mundo noturno [...]. A contraposição entre o claro e o escuro, sol e escuridão noturna é bastante utilizada no fantástico. É até muito fácil carregar de significados alegóricos esse tipo de preferência e falar de contraposição entre iluminismo e obscurantismo (CESERANI, 2006, p. 77-78).

O conto nos mostra que Catherine conhecia cada uma das pedras onde “botava o pé” e que poderia ir à igreja de olhos fechados, chegando sem dificuldade à esquina da rua das Freiras com a rua da Paróquia, onde se erguia a casa de madeira que tinha uma árvore de Jessé esculpida sobre uma trave. Tal escultura, sendo representação da árvore genealógica de Jesus, de acordo com o Antigo Testamento na Bíblia, faz referência também ao ambiente sagrado frequentado por ela e ao qual se dirige, de onde advirão revelações de ordem espiritual, que fogem do que é comum ao mundo físico, material. Vê-se uma riqueza de detalhes sobre o lugar, o que nos mostra o quanto ela conhecia o caminho de sua casa até a igreja e, portanto, o quanto dava importância à religião, às coisas espirituais. Estaria Catherine em estado hipnótico ou de sonambulismo, a ponto de não perceber que ainda estava escuro, já que as missas ocorriam sempre às seis horas, quando havia claridade do sol? Há, por certo, algo inusitado nisso.

Ao chegar, enfim, à igreja, ela encontra suas portas abertas e grande claridade de círios... As velas fazem alusão às almas, que buscam luz e estão ali com este propósito. Percebemos novamente algo estranho quando Catherine encontra na missa pessoas que não reconhece e que usam vestimentas de uma época remota, que coincide com o tempo em que era jovem. Apesar de tal estranheza, ela entra, se ajoelha e se põe a orar, sem deixar, no entanto, de observar o ambiente ao seu redor, onde todos movem os lábios, porém não se ouve som algum sair de suas bocas, não se ouve o som dos passos, nem de nada... o silêncio impera ali. É um fato intrigante, que lhe causa hesitação, já que, apesar das conversas, não se ouvem vozes e apesar da movimentação, não há qualquer outro som naquele ambiente.

Nesse clima onde o misterioso se intensifica, ela percebe que está sendo observada e reconhece, ao seu lado, o jovem cavaleiro de Aumont-Cléry, seu noivo falecido há 45 anos. Sim, um morto retorna ao mundo dos vivos para encontrar Catherine, seu antigo amor e para lhe trazer uma mensagem. A partir desse momento, tudo fica esclarecido para Catherine e ela começa a dialogar com o amado falecido, a quem se entregara por amor há décadas e, apesar de reconhecer o erro dessa entrega, não se arrepende de tê-lo feito:

— Meu senhor, que foi meu amigo e a quem dei outrora o que uma moça tem de mais precioso. Deus o tenha em Sua graça! Possa Ele me inspirar enfim o remorso pelo pecado que cometi com o senhor; pois a verdade é que, de cabelos brancos e perto da morte, não me arrependo ainda de tê-lo amado. (FRANCE apud COSTA, 2006, p. 495).

Satisfeito em vê-la novamente, ele então lhe explica o motivo daquela missa, um evento aparentemente estranho, porém necessário ao reencontro de almas enamoradas que ofenderam a Deus “pecando”, como eles, por amor às criaturas. Estas, não seriam, porém, afastadas de Deus por causa de seus atos, pois seu “pecado” fora sem malícia e permeado por sentimentos puros. Segundo o jovem cavaleiro, com a permissão de Deus e por intercessão de um anjo do céu, as almas enamoradas assistem à missa de mãos dadas, lembrando o emblema representado no anel de Catherine, símbolo de um amor permanente. E lhe esclarece o motivo de aquelas almas estarem ali, assim como eles:

“Enquanto, separados do que amavam sobre a terra, se purificam no fogo lustral do purgatório, sofrem as dores da ausência, e esse sofrimento é para eles o mais cruel. São tão infelizes que um anjo do céu se apiedou de sua aflição amorosa. Com a permissão de Deus, reúne todo ano, durante uma hora noturna, os enamorados na sua igreja paroquial, onde lhes é permitido assistir à missa das almas segurando as mãos. Essa é a verdade. Se me é dado vê-la aqui antes da sua morte. Catherine, é uma coisa que só acontece com a permissão de Deus.” (FRANCE apud COSTA, 2006, p. 496).

Ao observar que o referido conto traz um tema antropocêntrico com a volta dos mortos ao mundo dos vivos em busca de seus interesses, é importante lembrar que na literatura fantástica escrita no século XIX, o sobrenatural é de natureza humana, não teológica. France se refere, nesse conto, ao amor e ao desejo carnal que, praticado antes do casamento, era visto como pecado por conta dos preceitos da sociedade de seu tempo. Assim, ao escrevê-lo em fins do século XIX, provavelmente retratava a França daquele século ou do anterior, quando o conservadorismo da sociedade e da Igreja Católica não aprovava a relação sexual sem que se consumasse o matrimônio. Considerando France um historiador pelas características de suas obras, Braudel (2002, p. 39) observa que “toda a sua obra mergulha na história” e “uma predileção secreta conservou-o mais tempo parado no século XVIII, que parece ter sido sua época preferida”, o que também nos faz crer que as duas narrativas do conto se situam nesse século, sendo que há um curtíssimo espaço de tempo entre a primeira e a segunda. Braudel (2002, p. 36) complementa que “enquanto esse amador dos tempos idos caminha na solidão, seguro de si o século XIX ergue em volta dele estátuas da ciência [...]. Anatole France não é um devoto da religião científica; falta-lhe a fé”. Percebemos ainda, nesse cenário da igreja e no diálogo das personagens, elementos religiosos cristãos aliados ao contato com o mundo dos mortos, compondo uma aura sobrenatural, pertencente a uma realidade atípica para as coisas terrenas. Aos poucos a narrativa se desenrola num mundo irreal, evidenciado por situações extraordinárias mescladas à religiosidade daquele tempo.

Há uma passagem em que a mulher parece desejar voltar no tempo ou até adentrar o mundo daquelas almas, ao qual agora pertence seu antigo amor: “Eu gostaria de morrer para voltar a ser bela como nos dias, meu falecido senhor, em que lhe dava de beber na floresta (France apud Costa, 2006, p. 496)”. Essa frase soa como um pedido, já que Catherine estava enfim consciente de tudo o que acontecia ali e demonstrava o desejo até então contido de reviver esse amor na eternidade. Percebe-se que ambos sentiam um amor tão intenso e verdadeiro, que resistiu a décadas e transpassou a própria morte, ressurgindo além da vida. Além disso, Catherine parecia estar tão próxima da espiritualidade que talvez estivesse pressentindo que sua vida logo chegaria ao fim. Talvez por causa de sua fé inabalável ou por acreditar ardentemente que aquele reencontro aconteceria. Esse seria mais um bom motivo para continuar guardando o anel... Seu amado também parecia ter o pressentimento de que estava muito perto de encontrar sua amada no além, como

percebemos em sua fala: “Se me é dado vê-la aqui antes da sua morte. Catherine, é uma coisa que só acontece com a permissão de Deus” (FRANCE apud COSTA, 2006, p. 496).

Ainda não se ouvia som algum durante a missa das almas, mesmo no momento em que o cônego recolhia as ofertas dos presentes, pois as moedas caíam silenciosamente sobre a sua bandeja de cobre. Catherine não levava nada para ofertar, possuía apenas o anel de ouro com o símbolo de duas mãos unidas, presente dado pelo cavaleiro na véspera de sua morte. Ela o entregou ao sacerdote sem hesitar e, no momento em que o jogou sobre a bandeja de cobre, soou uma pesada batida de sino, reverberando concomitantemente com o desaparecimento de todos que ali estavam e apagando todas as velas, e Catherine permaneceu sozinha nas trevas.

O anel marca um momento de verossimilhança interna, que ocorre quando a protagonista, já tendo assimilado a realidade à sua volta, se vê novamente surpreendida, dessa vez pelo efeito causado pelo anel ao cair sobre a bandeja de cobre. A entrega do anel pode representar o selamento de uma espécie de pacto, no qual, em troca do objeto cedido, ela recebe algo que almeja. Rodrigues (1988) cita o *Manuscrito encontrado em Saragossa*, de Jan Potocki, que tornaria coexistentes duas concepções intelectuais opostas: “o reconhecimento do sobrenatural comandando a natureza e o reconhecimento das leis naturais que excluem as do sobrenatural”. A simultaneidade dessas duas coisas configuraria então o fantástico, que mantém sua autonomia sobre a razão, ou seja, a lucidez, e o sobrenatural, que excede seus limites. De fato, “o fantástico é a vacilação experimentada por um ser que não conhece mais que as leis naturais, frente a um acontecimento aparentemente sobrenatural” (TODOROV, 1975, p. 16).

Rodrigues (1988) se refere às diferentes ideias acerca dos fenômenos empíricos no século XVIII, sobre os quais a razão oferecia explicações seguras. Em contrapartida, nem sempre a razão ou até mesmo a ciência poderiam oferecer explicações exatas, o que abriria espaço para o imaginário popular, amparado numa cultura onde há o Diabo, o esoterismo e a necromancia, sendo a literatura uma forma adequada de expressar tais formas de pensamento. Ela ainda lembra que:

[...] o pacto diabólico que existia desde a Idade Média (ou antes, com outra denominação) passa do estatuto de crença ao de símbolo literário; torna-se expressão codificada do Mal. A ficção usa da inverossimilhança (identificada no sobrenatural), mas se refere à verossimilhança na sua indagação constante do artifício usado pela narrativa, artifício esse inquietante (RODRIGUES, 1988, p. 32).

O pacto diabólico a que a autora se refere, configuraria a prática de atos contrários aos ideais cristãos, muitas vezes ligados a bruxaria ou feitiçaria durante longo período da Idade Média e da Idade Moderna. O referido pacto poderia ser representado por um ato sexual proibido, já que práticas contrárias aos ideais cristãos seriam ligadas ao Diabo, a própria representação do mal. O conto aqui estudado, evidencia uma relação sexual entre duas pessoas que não contraíram matrimônio entre si, o que, na época em que se passaram os fatos narrados, era algo reprovável pela Igreja Católica, ainda tão influente naquela sociedade. Isso pode ser percebido nos diálogos reveladores entre Catherine e seu amado durante o encontro na igreja. A interpretação dessa relação no conto, seria, portanto, metaforização de uma herança cultural que transpassara longos séculos, em que os amantes também selariam um pacto, porém não necessariamente do mal, e sim o oposto do pacto diabólico de outros tempos. Seria algo claramente “do bem”, pois asseguraria amor verdadeiro por parte de ambos. Há ainda o fato de Catherine entregar algo que lhe era tão caro, o anel, em troca da realização de seu desejo, que, coincidentemente ou não, se concretizaria em seguida. Poderia ser esta também uma forma de firmar um acordo com Deus e entidades benevolentes, todavia com a justificativa de se alcançar algo bom, que não traria reprovação de ninguém, mas apenas a possibilidade de reviver um amor jamais esquecido desde a tenra idade. Seria esse um acordo possível, já que com a permissão de Deus e por intercessão de um anjo do céu, como afirmara o cavaleiro, ocorrera aquele encontro, assim como de outras almas ligadas entre si por sentimentos de profundo afeto. Temos aqui, portanto, ações pactuais ligadas ao amor e à cristandade, desmistificando antigas crenças sobre os acordos, outrora ligados a fins malignos. Soma-se a isso, ainda, o fato mencionado inicialmente pelo sacristão, ao narrar sua história, de que, além de ser uma mulher de vida pacata e santa, Catherine está sempre envolta e ligada a elementos que fazem referência ao cristianismo ou à sua religião cristã, o catolicismo, reafirmando a pureza das intenções de seus atos.

Num determinado momento, o sacristão interrompe o relato e diz julgá-lo verdadeiro, pois é profundo conhecedor dos costumes dos defuntos, que sempre tendem a voltar para seus amores, assim como os avarentos assombram os locais onde estão guardados seus respectivos tesouros, além daqueles ciumentos, que voltam para cuidar de suas viúvas mais do que cuidavam em vida. E arremata sua história com uma passagem no mínimo curiosa, de modo a comprovar todos esses acontecimentos: Catherine Fontaine foi encontrada morta em seu quarto na manhã seguinte à missa das almas e, misteriosamente, o guarda suíço de



Santa Eulália achou na travessa de cobre que servia às coletas, um anel de ouro com duas mãozinhas unidas. Seria isso uma evidência da compaixão de Deus aos pecadores e aflitos que o buscam, já que Catherine desejara morrer ? Talvez...

O anel que outrora fora ofertado ao cônego na missa das almas, num ambiente que mescla o irreal ao real, agora, por qualquer causalidade mágica, permanecia na travessa de cobre no plano físico. Parece, ainda, que o pedido de Catherine foi atendido, aliás, ela desejava morrer para recuperar a beleza da juventude e, certamente, unir-se novamente a seu amado. O fato de continuar usando o anel mesmo após a morte do noivo, é prova irrefutável de que ela ainda guardava amor em seu coração e a esperança de reencontrá-lo, e, portanto, merecia ser recompensada. O objeto, em seu formato circular, parece ainda ter o poder de encerrar e iniciar ciclos, pois é a prova materializada de um amor interrompido pela morte e também reiniciado por ela. A ficção se utiliza da inverossimilhança reconhecida no sobrenatural, porém concerne à verossimilhança na sua indagação constante do artifício usado pela narrativa, artifício esse inquietante, o que podemos identificar quando o anel é encontrado no dia seguinte na mesma bandeja de cobre pelo guarda de Santa Eulália e Catherine é encontrada morta após o evento sobrenatural.

Rodrigues (1988, p. 34), afirma que “no sonho, temos a liberdade de franquear tempo e espaço e realizar as fantasias menos cotidianas”. Poderíamos então nos indagar se tudo isso teria sido um sonho que Catherine contou a alguém antes de morrer, já que não aparecem testemunhas no relato do sacristão. Ou estaria Catherine sendo observada o tempo todo por alguém que levaria tal história adiante? Afinal, era uma senhora muito respeitada e conhecida na cidade onde morava, inclusive pelo pai do sacristão, o coveiro. Este, por conhecê-la desde criança, talvez também a tivesse visto naquele dia, já que ela estava tão próxima da morte... Poderia ele antever o que estava por vir? Não se sabe... Todos esses acontecimentos e cenários de caráter místico vêm para corroborar a expectativa do inexplicável, do inverossímil, próprios dos contos de cunho sobrenatural.

A caminhada da protagonista até a igreja em plena escuridão, algo claramente fora de seus hábitos, dá início então a uma sucessão de acontecimentos extraordinários que são inseridos no mundo real. Há ainda a necromancia, caracterizada pela comunicação com o antigo amor, já falecido e a presença do anel entre os elementos etéreos e em seguida no mundo real. Há uma sucessão de circunstâncias que fogem do que é comum à realidade do mundo físico, palpável e materialmente percebido. Filipe Furtado (1980), se utiliza do termo

metaempírico para designar acontecimentos que se adequam a esse universo, explicando assim seu ponto de vista:

[...] o conjunto de manifestações assim designadas inclui não apenas qualquer tipo de fenômenos ditos sobrenaturais [...] mas também todos os que, seguindo embora os princípios ordenadores do mundo real, inexplicáveis e alheios a ele apenas devido a erros de percepção ou desconhecimento desses princípios por parte de quem porventura os testemunhe (FURTADO, 1980, p. 20).

É cognoscível que há na narrativa um universo de oposição entre o plano real e o irreal, a vida e a morte e uma realidade conectada a elementos sobrenaturais, onde o *flashback* é utilizado tanto pelo narrador do conto quanto por quem narra a história dentro da história.

Ao final, o sacristão afirma que não é homem de contar histórias das quais se ria e sugere que peçam, ele e o narrador, uma outra garrafa de vinho. Voltamos então à situação inicial, em que, entre goles de vinho, cria-se a expectativa pelo mistério, seguido de alguma história possivelmente capaz de desencadear sensação de dúvida e estranhamento através da ruptura realidade-ficção.

## CONCLUSÃO

*A missa das sombras*, cujo título alternativo é *A missa das almas*, é uma história de fantasmas que foge do comum, pois não desperta medo ou tensão, mas nos leva a refletir sobre a efemeridade da vida e de todas as coisas do mundo. Sendo uma notoriedade da literatura francesa de sua época e comparado a Rabelais e Voltaire, Jacques Anatole François Thibault, de pseudônimo Anatole France, através de elementos fantásticos, se refere nesse conto, ao poder do amor, mesmo diante de possíveis impedimentos morais que venham a extrapolar barreiras físicas e atingir o mundo etéreo. O conto concerne também aos ideais religiosos e de integridade moral da época dos acontecimentos, mostrando que, apesar de seu “pecado”, o casal da segunda narrativa preserva consigo um sentimento puro e sincero de amor. O cavaleiro de Aumont-Cléry e Catherine mantinham ainda uma forte ligação entre si e, prova disso, é que ela continuava a usar o anel que ele lhe dera antes de partir para o mundo das almas. O mágico surge então como que um encantamento em sua vida, oferecendo-lhe a chance de continuar a viver esse romance na eternidade. A perturbação inicial torna-se a realização de um desejo por meio de acontecimentos aparentemente

inexplicáveis. É o que ocorre nessa pequena trama, onde anseios, sentimentos e angústias da alma humana são expostos num cenário marcado pela escuridão e pela ruptura entre a realidade e a ficção, causando hesitação. O autor retrata, aqui, o homem como um ser dotado de imperfeições, porém engajado em mostrar-se digno de bons conceitos, externando contradições e fraquezas de caráter típicas do ser humano.

## REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. *Anatole France e a história*. Revista de História, [S. l.], n. 146, p. 35-45, 2002.

DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i146p35-45.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18931>.

Acesso em: 23 jan. 2023.

CESERANI, R. *O fantástico*. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.

FRANCE, A. A missa das almas. In: COSTA, F. R. (org.). *Os melhores contos fantásticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 493-499.

FURTADO, F. *A construção do fantástico na narrativa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

RODRIGUES, S. C. *O fantástico*. São Paulo: Ática, 1988.

TODOROV, T. *Introdução à literatura fantástica*. Trad. Maria Clara C. Castello. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Recebido em 14 de novembro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.





## DISCURSO DE SUCESSO CONTEMPORÂNEO NA CAPITALIZAÇÃO DOS SUJEITOS<sup>1</sup>

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30032

Thiago Barbosa Soares<sup>2</sup>

**RESUMO:** O sucesso não é um mero item lexical. O sucesso alimenta e fomenta um enorme mercado capilarizado pela grande mídia e pela literatura de autoajuda. Em cada âmbito de atuação o discurso do sucesso parece desenvolver recursos para se perpetuar. Um desses refere-se aos sentidos atribuídos ao sucesso, enquanto outro se liga a criação de condições idealizadas de produção na qual se encontraram em difusão de efeitos. Visando analisar os mecanismos de constituição da repercussão do sucesso na mídia e na literatura de autoajuda, escolhemos três obras cujo sintagma sucesso manifesta-se em seus respectivos títulos, de modo que ensejam sentidos de determinação social acerca de seu funcionamento: "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites" (2011); "O sucesso ao seu alcance" (2010) e "Manual do sucesso total" (2000). Para tanto, empregaremos o aparato conceitual e metodológico da Análise do discurso derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux, objetivando, com o propósito secundário, problematizar e compreender, a, partir do cotejamento dos resultados obtidos nas análises, os discursos de capitalização do sucesso. Como resultado, compreendeu-se o sucesso como um fenômeno discursivo e, conseqüentemente, social não restrito à mídia; vimos que o sucesso tem uma gramática mais ou menos própria que lhe vincula a um campo no qual é disseminado. Assim, percebemos que a literatura de autoajuda possui características distintas da mídia do sucesso; em cada qual o sucesso é descrito de um modo, criando uma formação discursiva, ao mesmo tempo em que instaura a formação ideológica de mercado de sucesso.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; Sucesso; Autoajuda.

<sup>1</sup> Este artigo é produto derivado do projeto "Vozes do sucesso" (processo 301565/2022-8 - CNPq).

<sup>2</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professor nos cursos de graduação em Letras e de pós-graduação stricto sensu em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e bolsista PQ-2 de produtividade do CNPq. E-mail: [thiago.soares@mail.uft.edu.br](mailto:thiago.soares@mail.uft.edu.br)

## CONTEMPORARY SUCCESSFUL DISCOURSE IN THE CAPITALIZATION OF SUBJECTS

---

**ABSTRACT:** Success is not a mere lexical item. Success feeds and foments a huge market capillarized by the mainstream media and self-help literature. In each sphere of activity, the discourse of success seems to develop resources to perpetuate itself. One of these refers to the meanings attributed to success, while the other is linked to the creation of idealized production conditions in which effects were found to be spreading. Aiming to analyze the mechanisms of constitution of the repercussion of success in the media and in self-help literature, we chose three works whose syntagma success is manifested in their respective titles, so that they give rise to senses of social determination about their functioning: "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites" (2011); "O sucesso ao seu alcance" (2010) and "Manual do sucesso total" (2000). To do so, we will use the conceptual and methodological apparatus of Discourse Analysis derived from the works of Michel Pêcheux, aiming, with the secondary purpose, to problematize and understand, from the comparison of the results obtained in the analyses, the discourses of capitalization of success. As a result, success was understood as a discursive and, consequently, social phenomenon not restricted to the media; we have seen that success has a grammar more or less of its own that links it to the field in which it is disseminated. Thus, we perceive that self-help literature has different characteristics from the success media; in each of which success is described in a way, creating a discursive formation, at the same time that it establishes the ideological formation of a successful market. **Keywords:** Discourse analysis; Success; Self help

### INTRODUÇÃO

Não é possível mirar o sucesso como quem olha uma foto. Não se pode depreendê-lo de um golpe só. Ele não é estático, mas dinâmico, sobretudo, se o considerarmos como uma configuração atual de dizeres cujos efeitos impactam direta e indiretamente nas relações econômicas e afetivas dos sujeitos.

Os mecanismos de produção de efeitos de sentidos do sucesso na sociedade brasileira contemporânea são diversificados e empregam múltiplos meios de disseminação. Desde os dispositivos tradicionalmente impressos como livros, revistas e jornais até os mais modernos como o rádio, a tv e a internet são utilizados para propagar e propagandear o sucesso. Soares (2017), a partir de um exame sobre a literatura de autoajuda e a mídia, observou que existem pelo menos dois discursos do sucesso: um do campo midiático, outro da esfera literária da autoajuda, cada qual operando recursos discursivos e construindo sentidos e sujeitos próprios.

Em vista disso, temos, então, um discurso do sucesso de autoajuda, composto por formações discursivas e pela formação social e ideológica as quais está vinculado, conforme aponta Soares (2017, 2018, 2020, 2021, 2022). Extraímos dos textos de Pêcheux tais noções cujo entrelaçamento dá-se na formação discursiva que “determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Essa, por sua vez, gira em torno da formação ideológica cujos componentes sociais formatam toda e qualquer formação discursiva, pois “Cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se referem mais ou menos diretamente a “posições de classe”” (PÊCHEUX, 2011, p. 73; aspas do autor). Desse modo, verifica-se a relação entre formação ideológica e formação social “por meio do modo de produção que a domina [formação ideológica], da hierarquia das práticas das quais necessita esse modo de produção” (PÊCHEUX, 2011, p. 72; parênteses nossos). No horizonte de aplicação analítico desses conceitos, as faces da discursivização do sucesso compõem aspectos importantes da dinâmica social com apelo à superestrutura e repercussão profunda na infraestrutura no que tange à promoção simbólica do sucesso como um desejo<sup>3</sup> para além de uma simples mercadoria.

O entrelaçamento dos discursos do sucesso a outros de condições sociais já bem estabelecidas, como os discursos da riqueza, da saúde, do mérito, entre tantos, confere-lhe uma autoridade quase absoluta. Tal força constituída na interdiscursividade torna-se ainda mais potente se considerarmos o discurso do sucesso de autoajuda complementar ao discurso do sucesso midiático e vice-versa. Desse modo, a influência dos discursos do sucesso na conjuntura de uma sociedade complexa, como é o caso da sociedade brasileira, é potencializada, ainda mais, pelo fato de sistematicamente bombardearem os sujeitos por todas as frentes possíveis (SOARES, 2020).

Para examinarmos mais de perto os discursos do sucesso de autoajuda faremos adiante uma incursão por textos que lhes engendram na formação da sociedade brasileira contemporânea, escolhemos três obras: "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites" (2011); "O sucesso ao seu alcance" (2010) e "Manual do sucesso total" (2000). Esses

---

<sup>3</sup> De forma bastante simplificada, o desejo, aqui mencionado, refere-se à "cultura de consumo que é responsável pela orientação de boa parte da sociabilidade, dos desejos e expectativas em áreas em torno das quais se organizam as diversas tribos de consumidores" (SORJ, 2006, p. 91) e, ao mesmo tempo, do ponto de vista psicanalítico, à falta inconsciente a partir da qual se produz, entre outras coisas, o sentido (LAPLANCHE; PONTALIS, 1983, p. 625).

foram eleitos por conter, cada um, o sintagma sucesso em seus respectivos títulos, de modo que ensejam sentidos de determinação social acerca de seu funcionamento.

### AUTOAJUDA: UMA PROPRIEDADE FILOSÓFICA

Uma literatura moderna com uma gênese relativamente antiga, essa é a autoajuda. Acreditamos que suas propriedades ultrapassem o manual de ética escrito por Samuel Smiles, em 1859 (SOARES, 2017), intitulado *Self-help*, pois, em última instância, a autoajuda surge não apenas como uma mera mercadoria, mas como uma substituta do pensamento filosófico. Esse – pensamento filosófico – por não cumprir o papel de esclarecer ao homem acerca de si através de disseminação e por se deixar trancafiar em livros e cursos acessíveis a poucos, abre espaço para o surgimento de uma literatura que "guie" os que precisam de ajuda. Em outros termos, a carência existencial do homem é capitalizada pelo consumo do que lhe pode auxiliar, assistir, amparar, isto é, pela literatura de autoajuda.

Sua extensão e sua abrangência excedem o campo do sucesso, chegando a praticamente todos os domínios socioeconômicos e psicoafetivos. Todavia, por termos o discurso do sucesso de autoajuda como nosso norte, limitar-nos-emos ao que lhe diz respeito como vetor de difusão de efeitos do sentido do sucesso. Para tanto, julgamos pertinente o rastreamento de algumas obras e de um breve gesto de leitura dessas, a começar pelo título, passando por alguns elementos internos. Acreditamos que possamos nos circunscrever a textos que tenham o sintagma "sucesso" figurando em seus títulos para verificarmos propriedades textual-discursivas desse discurso. Assim, escolhemos três obras cujo sintagma sucesso manifesta-se em seus respectivos títulos, de modo que ensejam sentidos de determinação social acerca de seu funcionamento: "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites" (2011); "O sucesso ao seu alcance" (2010) e "Manual do sucesso total" (2000).

Vejamos, então, como os efeitos de sentidos são articulados nos textos sobre os quais o sucesso é o objeto.

Em "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites", de Zig Ziglar, é possível observarmos que o título já proporciona alguma compreensão acerca do que o sucesso possa representar no livro. "Sucesso" por se aproximar sintaticamente do termo "felicidade" parece complementar a significação total do enunciado. "Além do topo" estão sucesso e felicidade. Um se conecta ao outro no ilimitado proposto pelo enunciado. Aqui,

então, temos um efeito cíclico do sucesso, pois dizer de alguma coisa que não possui limites equivale a dizer sobre tudo. O sucesso, por esse ângulo, associa-se a tudo, de modo a gerar seu casual despojamento do poder financeiro e do destaque social.

Há ainda com relação ao título mais dois pontos importantes: o fato de o termo “sucesso” não estar determinado pelo pronome possessivo e o termo “felicidade” sim, apresenta o sucesso como o que não pertence ao interlocutor, ou seja, trata-se de uma imposição discursiva do que o seja, enquanto a felicidade determinada articula-se com o que pode ser a subjetividade do leitor. Essa ocorrência, por si, testemunha o discurso do sucesso como uma necessidade imposta por forças sociais que definem o *modus operandi* dos sujeitos. Ora, a subjetividade vinculada à objetificação do sujeito denota uma tácita marca dos discursos autoritários que pode ter maiores implicações discursivas se percebida apenas na tradução, já que o título original é: *Over the top* e “Além do topo” é a versão brasileira desse título.

“O sucesso e sua felicidade não têm limites” trata-se de um poderoso acréscimo talvez explicativo sobre a obra, porém, muito mais do que isso, é um incremento publicitário ao título. Ao que isso indica, os leitores brasileiros desse tipo de literatura são mais suscetíveis ao sintagma “sucesso” e tudo que a ele está conectado do que os leitores ingleses e norte-americanos.

De acordo com Orlandi (2002), o nome de uma obra afeta a leitura porque, mais do que atrair a atenção, dá-lhe um traçado interpretativo. No entanto, é no interior da obra que se pode observar com maior nitidez as facetas do discurso que lhe sustenta. No caso de “Além do topo”, a indagação como uma propriedade filosófica da aquisição do conhecimento está presente em muitos trechos, como este:

O sucesso é definido pela posição e pelo prestígio que você ocupa na comunidade em que vive? Você alcança o sucesso quando tem o que quer – ou alcança o sucesso quando quer o que tem? Você alcança o sucesso quando você sabe quem você é – e a quem você pertence – ou quando se torna rico, famoso, invejado e idolatrado por milhões de pessoas? (ZIGLAR, 2011, p. 4).

A estrutura argumentativa das perguntas tem uma orientação subjetiva cujo efeito de auto indagação é simulado no leitor. As questões, se já não tivessem um direcionamento e praticamente respostas já dadas, seriam interessantes por contribuírem para uma reflexão acerca de um fenômeno social contemporâneo, o sucesso. Assim, a autoajuda, em sua tentativa de gerar autoconhecimento, institui apontamentos fáceis para considerações prontas e não comprometidas com uma real modificação dos sujeitos, mas, sim, com a crescente conquista de público não esclarecido ou em busca do autoconhecimento imediato.



Ainda que atingir esse autoconhecimento possa não ser o principal objetivo dos sujeitos leitores, a busca por motivação para realizar algo e por fórmulas para fazer mais e melhor sempre é um propósito de leitura. E para alimentar tal procura, os falsos questionamentos muitas vezes estão aliados a promessas de transformações de vida, de valores e comportamentos, como em:

Além do topo irá ajudá-lo a garantir o seu lugar nos times profissionais e irá capacitá-lo a entrar em campos com ainda mais confiança e fazer gols com mais frequência. Ao terminar a leitura de Além do topo, que examina ainda mais profundamente como e por que viver com valores, caráter, honestidade, integridade e sensibilidade, você estará mais em paz consigo mesmo e será capaz de realizar mais por meio de seu conhecimento e suas habilidades. Você poderá investir mais na sua vida, o que significa que você irá receber um retorno maior dela também (ZIGLAR, 2011, p. 7).

De fato, a proposta do autor é, em síntese, sedutora. Quem ler essa passagem, construída com bom raciocínio e envolventes figuras, não aceitará o auxílio com gratidão, por que tudo isso será obtido ao término da leitura desse livro? Depois de ler essa obra muito provavelmente nenhuma outra de autoajuda precisará ser lida, já que nela uma significativa parte dos anseios humanos está contemplada e, ainda, ela proporciona condições de aplicação de habilidades para promoção de mais qualidade de vida. Aqui se faz valer o antigo adágio: "Quando a promessa é demais, o santo desconfia". Entretanto, será apenas em "Além do topo" que expectativas com relação ao alcance do sucesso são criadas?

Vejamos se esse e outros traços semelhantes ou mesmo distintos são também encontrados em "O sucesso ao seu alcance", de José Carlos Pezini.

O nome da obra diz, entre outras coisas, que o sucesso está ao alcance do leitor, porque está no livro. O determinador de sucesso sustenta como um já-dito os dizeres que serão enunciados. Em outros termos, sobre o sucesso já se sabe alguma coisa, porém, para alcançá-lo é necessário o caminho sobre o qual "O sucesso ao seu alcance" trata. Portanto, uma perspectiva de leitura mais uma vez é traçada, restando ao leitor desavisado palmilhá-la (ORLANDI, 2012). Para melhor compreendermos a orientação ideológica dada ao discurso do sucesso aqui presente, é importante observarmos como o sucesso é articulado, no interior do texto.

Na introdução, Pezini afirma:

Sucesso não significa, necessariamente, acumular riquezas ou atingir popularidade. Significa alcançar algo que, independentemente do que se faz, traz um senso de preenchimento, de dever cumprido, de eficácia, etc. A realização pessoal deve ser o resultado do descobrimento do propósito pelo qual se foi criado, e não da profissão que se tem (PEZINI, 2010, p. 11-12).

É interessante percebermos que o autor não está buscando uma definição etimológica ou mesmo dicionarizada para um vocábulo, mas, sim, tratando de um fenômeno social, o sucesso. Em uma visão que faz remissão ao discurso metafísico explicativo do cristianismo, o sucesso não está *necessariamente* vinculado aos bens materiais ou à visibilidade adquirida, antes, refere-se a um propósito maior. Alcançar o sucesso é conseguir trilhar o caminho da realização pessoal que, por sua vez, leva ao *propósito pelo qual* o sujeito *foi criado*. Não importa o que se faça o sucesso não corresponde a realizações que não tragam *um senso de preenchimento* da existência. Quer dizer, o sucesso é o objetivo final das atividades que desempenhamos. Ora, a autorrealização é um traço presente no discurso capitalista cristão, com sua gênese na reforma protestante (WEBER, 2004)<sup>4</sup>.

A formação discursiva a qual pertence Pezini é, pelo que se pode constatar, protestante. Nela a autorrealização não é de outro mundo, um paraíso perfeito, é deste mundo no qual o sujeito descobre o seu propósito maior. O discurso capitalista cristão traz uma grande parte das benesses do céu para serem conquistadas nesta vida pelo labor auxiliado por um conjunto de valores relativamente rígidos. Portanto, do entrelaçamento de contornos do discurso capitalista cristão com o discurso do sucesso de autoajuda, surge o sucesso como o descobrimento do propósito de vida. Posto isso, poderíamos acreditar que o sucesso seria a resposta à pergunta: "qual é o sentido da vida?" No entanto, através do confronto entre essa questão e a proposta de Pezini para o sucesso, chegamos ao ponto de concluir que sua construção textual-argumentativa sobre o sucesso é apelativa ao vazio existencial e, por fim, não quer dizer nada. Se o sucesso é *o descobrimento do propósito pelo qual* o sujeito *foi criado*, o sentido de sua vida é ter sucesso, logo, sucesso tem significação aberta, podendo ser o que entender o leitor como seu propósito de vida.

A partir das propriedades que vimos nesse trecho de "O sucesso ao seu alcance", percebemos algumas aproximações dessa obra com "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites". Ambas recorrem a recursos subjetivos, uma mais assertiva ao definir o sucesso, outra muito ampla ao fazer o mesmo, mas as duas lhe distanciam da riqueza e dos bens materiais, conferindo ao sucesso uma áurea encantadora. Então, as duas obras, de certo modo, uniformizam o discurso do sucesso de autoajuda por lhe tornar universal, ou seja, de acordo com a formação discursiva desses autores, todos devem

---

<sup>4</sup> Weber não afirma a autorrealização como uma característica do que chamamos de discurso capitalista cristão, mas em sua análise social do desenvolvimento do "espírito do capitalismo" ele cria as condições necessárias para sustentar a autorrealização como um desdobramento da ética protestante assentada na crescente dinâmica da mercantilização das relações (A ética protestante e o "espírito" do capitalismo, 2004).

procurar o sucesso. Esses mesmos traços podem ser encontrados em outras obras desse tipo de literatura?

Vejamos em "Manual do sucesso total" alguns recursos mobilizados para fabricar alguns efeitos do sucesso.

Rhandy Di Stéfano dá a sua obra o nome de "manual", incluindo o determinante total ao sucesso. É possível extrair da formulação do título algumas informações responsáveis por certos direcionamentos de leitura. Entre essas, a de que o conteúdo está amparado pelo discurso vigente na sociedade brasileira contemporânea, o discurso do sucesso. Em outras palavras, "Manual do sucesso total" segue o lastro discursivo das demais obras desse nicho literário. Por se tratar de um "manual", seu efeito de imprescindibilidade é trazido à tona; uma soma ao determinante total que, por sua vez, faz uma significativa ampliação na aplicação do sucesso. Assim, o sucesso poderia ser empregado em práticas sociais diferentes daqueles presentes em "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites" e em "O sucesso ao seu alcance" ou não passaria de mais um recurso para angariar leitores.

No interior da obra se pode observar o tratamento dado ao sucesso. Vejamos o que o autor diz no item "Sucesso intelectual e emocional" do capítulo IV:

O sucesso na área intelectual e emocional denota a capacidade de usar a mente e as emoções como ferramentas que ajudam o progresso pessoal. A capacidade de se ter domínio sobre o que se sente; a capacidade de direcionar os pensamentos que se tem; a capacidade de avaliar as crenças que se carrega durante os anos, são fatores que fazem a diferença entre o sucesso e o fracasso na vida (DI STÉFANO, 2000, p. 123).

O controle de si ou o autocontrole é uma prática posta em movimento desde a Grécia antiga, pelos pitagóricos, pelos estoicos, entre outros, para alcançar virtudes necessárias a uma vida reta e comprometida com o desenvolvimento do saber. Di Stéfano desloca o autocontrole das emoções e dos pensamentos de sua área, o autoconhecimento, para uma que ele mesmo cria, o sucesso intelectual e emocional. No entanto, o sucesso intelectual e o emocional estão vinculados ao sucesso na vida, de modo a produzir a circularidade do próprio discurso do sucesso de autoajuda. A pretensão de dar ao sucesso um status holístico cai por terra ao percebermos que sempre o sucesso é o sucesso da vida, ou seja, o sucesso que se pode ver e mostrar. Não é sem razão que o autor no capítulo V discorre sobre "Sucesso físico".

Colesterol, obesidade, hipertensão, estresse, tensão muscular, câncer... são termos que se tornam comuns na sociedade moderna.

Existe uma reação frequente das pessoas quando algo se torna comum: elas o aceitam como parte natural da vida. Quando uma pessoa tem um distúrbio, é um caso grave, mas quando milhões de pessoas têm o mesmo distúrbio, este já nem é visto como um problema, mas como decorrência natural de viver na modernidade

– então, se acostuma a viver com ele. O distúrbio se torna comum. É comum para o ser humano ter esses distúrbios mencionados acima... mas é natural? *Não!* (DI STÉFANO, 2000, p. 147).

Ora, o autor vincula todo tipo de relação consigo e com o mundo ao sucesso. Tal procedimento discursivo pode significar a infiltração do discurso do sucesso de autoajuda em todas as práticas sociais. Desde o autocontrole emocional ao modo de lidar com os problemas do corpo. Em outros termos, o sucesso, a partir da relação do título da obra com seus excertos, pode ser referido à vida. Estar alinhado a um bom funcionamento orgânico do corpo e a um bom funcionamento intelectual das emoções é garantia de uma vida de sucesso. Dessa perspectiva, *o conjunto de discursos possíveis* a que se faz referência à obra pode ser tomado como sendo pertencente aos discursos que compõem a vida; um discurso "total" do qual Di Stéfano escreve um manual e o volta para o sucesso. O real apelo nesta obra do discurso do sucesso de autoajuda se encontra no fato de que o sucesso está em todas as coisas que são realizadas pelo homem. Poderíamos, então, levantar uma questão para o "Manual do sucesso total": o sucesso é natural (tal como é interdiscursivamente proposto)? A resposta, provavelmente, seria o *não* enfático com o qual o autor nega a naturalidade dos distúrbios.

Di Stéfano consegue trazer o sucesso para as mais diversas áreas, atendendo, junto com outros escritores, ao grande discurso do capital que sempre traz um medicamento suficientemente forte para alienar seus "pacientes" e transformá-los em servos ainda mais doces. Natural e construído ou construído naturalmente é o sucesso que supera as ambiguidades e seus passos circulantes dentro de um labirinto de argumentos em favor do autocontrole, da auto indagação, da autorreflexão que, quando analisados à luz da teoria do discurso, não sobrevivem por muito tempo. O comprometimento dos agentes do discurso do sucesso de autoajuda é com a venda de seu nome, com seu destaque, com o próprio sucesso, por isso o sucesso está atualmente associado até mesmo ao ato de cozinhar. Os perigosos meandros do sucesso enredam muitos, pois suas promessas são, como dissemos mais acima, encantadoras. Os itens lexicais conectados ao sucesso são sempre "interessantes" de ler, de ouvir e de falar.

O sucesso não é um mero item lexical, não é apenas posicionamento, não é somente texto, sucesso é uma expressão das forças contrastivas nos discursos circulantes na sociedade. Os livros "Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites" (2011), "O sucesso ao seu alcance" (2010) e "Manual do sucesso total" (2000) somados aos tantos outros publicados nesse meio literário denotam a crescente propagação dos discursos do

sucesso. Enfim, com relação ao discurso do sucesso de autoajuda, podemos observar o funcionamento da literatura de autoajuda na composição do discurso do sucesso e, a partir desse movimento engendrado por gestos de leitura, percebemos propriedades filosóficas das quais tal formação discursiva faz amplo emprego.

O crescente desenvolvimento da literatura de autoajuda orientada para o sucesso em suas múltiplas áreas associado ao deslocamento da filosofia para o restrito mundo acadêmico cedeu à primeira as condições de emergência e de consolidação necessárias para seu estado atual. A autorreflexão, o autocontrole e a auto indagação são empregados levianamente nos textos da literatura de autoajuda, desrespeitando o caminho trilhado pelo discurso filosófico que previa a saída do sujeito da caverna platônica. A marca etimológica presente em filosofia, amar (*philéo*) e saber (*sophía*), evidencia a busca por saber algo que não se tem e, portanto, compreender a ausência como inerente ao próprio ato de filosofar e consequentemente viver. O discurso do sucesso de autoajuda complementa essa ausência ontológica por meio do sucesso, fazendo-o uma necessidade qual uma importante mercadoria a ser adquirida. Nesse diapasão, os danos sociais não são perceptíveis a olho nu, mas podem ser sentidos por uma desenfreada busca em consumir os manuais do sucesso, os produtos do sucesso, em fazer-se sujeito do sucesso.

"Tal como o fetichismo da mercadoria que assombrava a sociedade de produtores, o fetichismo da subjetividade que assombra a sociedade de consumidores se baseia, em última instância, numa ilusão" (BAUMAN, 2008, p. 29).

Esses processos se transformam numa importante influência ou em substrato implícito na formação de novos sujeitos sociais em outras áreas. O que se expressa na constituição de novas identidades coletivas que em geral não têm como referência central nem o mundo do trabalho nem o Estado (SORJ, 2006, p. 91).

Nem no trabalho, nem no Estado, mas em uma instância mediadora das relações sociais se assenta o sucesso. Sobre os desavisados buscadores do sucesso reina a falta de esclarecimento e o assujeitamento ao complexo com dominante do sucesso cujo panorama interdiscursivo remete a uma atenuação do jogo ideológico: dominante X dominado. Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985, p. 24): "A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado". Portanto, não se pode, em absoluto, dizer que o sucesso não exista como uma materialidade, pode-se, isto sim, afirmar que o sucesso tal como arregimentado pelo discurso do sucesso da literatura de autoajuda não existe para seu público, sendo, assim, um desiderato dos discursos de controle social. O discurso do sucesso

é uma espécie de poder que se encontra em poucas "mãos", aproximando-se do efeito do canto das sereias cujo dizer se assemelha àquele dito a Ulisses.

– Dirige-te para cá, decantado Odisseu, grande glória dos aqueus; detém o teu barco para ouvir-nos cantar. Até hoje ninguém passou vagando além daqui, sem antes ouvir a doce voz de nossos lábios e quem a ouviu partiu deleitado e mais sábio. Nós sabemos, com efeito, tudo quanto os argivos e troianos sofreram na extensa Tróia pela vontade dos deuses e sabemos tudo quando se passa na terra fecunda (HOMERO, 2010, canto XII, p. 196).

A autoajuda, como o canto das sereias, exerce um efeito tão inebriante quanto à mídia na construção dos sujeitos e dos sentidos do sucesso na sociedade, porquanto fazer parecer é um dos mais essenciais usos da mídia. Por sempre usurpar a realidade de seu papel no seio social acaba por outra criar. Nesta impropriedade de designação residem efeitos de sentido, entre os quais, um possível seria a desconstrução de um engajamento político e, conseqüentemente, um senil compromisso midiático para uma continuidade do sucesso. Isso porque a mídia só estampa aquilo que lhe convém, mesmo que as palavras mudem de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam (PÊCHEUX, 2011).

### CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS: DIALÉTICA DO SUCESSO

Ulisses é a voz da Odisseia; os marinheiros que viajaram com ele apenas lhe serviram de operários para que seus feitos fossem realizados? A voz assombrosa e encantadora das sereias, que, de certo modo, se assemelha a voz dos sujeitos do sucesso, foi ouvida e aproveitada pelo príncipe de Ítaca, porém, negada aos seus companheiros de regresso. Então, a própria narrativa de Homero parece funcionar por meio de uma dialética da contradição na qual a voz de destaque elide as vozes dos outros. Ulisses não pode ser comparado à mídia? A voz das sereias não pode ser confrontada às vozes do sucesso? A voz de quem se assemelharia a dos marujos da embarcação do mais astuto grego? "Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos" (MARX, 2013, vol. 2, p. 732), como também pelos de suas próprias vozes.

Dizer de X é apagar os outros dizeres. O sucesso é insidioso na utilização dos artefatos simbólicos e culturais. Quando as vozes são atraídas pela gravidade discursiva do sucesso, atraem aqueles que as ouvem. Em consequência do fato de a voz ser um material em poder de quase todos os sujeitos, há uma aparente latência da democracia midiática dada à voz.

Todos "podem" alcançar o estrelato, já que possuem matéria fônica. Uma ilusão passível de ser criticada, porém difícil de ser percebida. Cada voz rege uma posição social midiaticizada com suas nuances, suas tensões e suas tonalidades, engendrando dizeres que apagam outros, ou seja, sentidos são suprimidos para que outros possam emergir em seu lugar. Como sentidos e sujeitos são intrínsecos, vozes são excluídas do sucesso midiático no regime de capitalização dos sujeitos.

O sucesso como um fenômeno discursivo e, conseqüentemente, social não está restrito à mídia; vimos que o sucesso tem uma gramática mais ou menos própria que lhe vincula a um campo<sup>5</sup> no qual é disseminado. A literatura de autoajuda possui características distintas da mídia do sucesso; em cada qual o sucesso é descrito de um modo, criando uma formação discursiva, ao mesmo tempo em que instaura a formação ideológica de mercado de sucesso. O comércio dos desejos, um negócio que envolve a mídia objetivando os sujeitos em consumidores. Entretanto, nada ocorre de maneira tão linear ou diretiva quanto pode parecer. A determinação dos olhares, a regulamentação dos corpos e o efeito de liberdade são, entre outras coisas, limitantes na apreensão dos efeitos do sucesso na sociedade brasileira.

Pelo ângulo da literatura de autoajuda, o sucesso é um "objeto" mercadológico, deposto de seus traços subjetivos e sociais para se tornar uma metáfora de si mesma. Ora, sobre o sucesso, a literatura de autoajuda mesma diz todas as descrições que dele são feitas operam metaforizações, que acessam o interdiscurso e do qual retiram seus sentidos.

O sucesso, signo da subjetividade, passa a ser comprado e a ser vendido no mercado de compromissos sociais. O encantamento que gera é o termômetro das transações econômicas. Essa dinâmica que, por exemplo, estende-se das vozes mais "concorridas" até as menos conhecidas, cria um mercado do sucesso.

"Consumidores" e "objetos de consumo" são polos conceituais de um *continuum* ao longo do qual todos os membros da sociedade se situam e se movem de um lado para o outro diariamente. Alguns podem ser colocados por mais tempo bem perto do polo das mercadorias. Nenhum consumidor, no entanto, pode estar plena e verdadeiramente seguro de que não cairá perto, de suas cercanias (BAUMAN, 2009, p. 18; grifos do autor).

---

<sup>5</sup> Aqui não estamos nos referindo ao "campo discursivo" de Maingueneau (1997) para quem esse é "definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região" (p. 116), mas sim a uma área de atuação da língua em sociedade com semioses *sui generis* difundidas em suportes modais e multimodais.

No espaço do sucesso, a voz, como um objeto de sucesso, é tida como um meio de atingir o *status* de celebridade. Portanto, a voz, dentro dos "produtos" de capital simbólico<sup>6</sup>, representa uma das grandes formas de tornar-se vendável no mercado. Não querendo dizer com isso que se pôr a disposição do nicho vocal é uma certeza de estrelato midiático. Os diversos aparelhos de difusão de informação e de entretenimento são decisivos nas escolhas das celebridades, restando ao público se conformar ao que lhe é permitido ouvir. A voz, antes de chegar aos seus destinatários, deve percorrer os corredores já trilhados por suas antecessoras, ou seja, adequar-se a um estilo musical que, por sua vez, já lhe pesa com sua roupagem. Essa movimentação é capaz de criar submercados cujo principal indicador seria o de repercussão dos gostos subjetivos na reprodução músico-vocal realizada pelos meios de comunicação social.

Ponto sobre o qual repousa a ilusão de que a mídia refletiria, de maneira imparcial, as necessidades dos sujeitos. Em outros termos, faz-se dos sujeitos do sucesso representantes legítimos das inclinações do povo, ao mesmo tempo em que esse é manipulado direta e indiretamente pela influência daqueles.

O fator decisivo nesse caso é a notoriedade, a abundância de imagens e a frequência com que seus nomes são mencionados nas transmissões públicas de rádios e TV e nas conversas privadas que se seguem. As celebridades estão na boca de todos: são nomes familiares em todas as famílias. Tal como os mártires e heróis, fornecem uma espécie de cola que aproxima e mantém juntos grupos de pessoas que sem elas seriam difusos e dispersos BAUMAN, 2009, p. 68).

Eis o sucesso atuando como liame social, ofuscando direta ou indiretamente outros vínculos de coesão entre os sujeitos, como, por exemplo, a política. Desse ponto de vista, o discurso do sucesso parece estar muito mais "vivo" e atuante do que o discurso político, que tem sido construído como uma abominação da qual temos de nos livrar. No discurso do sucesso há salvação, porque, além do entretenimento fornecido à população – pode-se dizer, entre outras coisas, do amortecimento da consciência crítica – também é fonte difusora do discurso da meritocracia. O sujeito do sucesso faz a si mesmo?

Na sociedade moderna os indivíduos creem em uma igualdade de oportunidades para quem "realmente quer vencer na vida", mas também isso é, na enorme maioria dos casos, já pré-decidiado por vantagens acumuladas desde o berço. A ideologia da "meritocracia", que resulta desta crença ingênua, transforma constantemente privilégio social em "talento individual". Como se explica a constituição de sujeitos – Foucault diria "assujeitados" – tão dóceis e inconscientes da dominação social da qual, ao mesmo tempo, participantes e vítimas? Como a dominação impessoal e opaca da sociedade disciplinar toma conta da "alma" – e por extensão do corpo – de cada um de nós e nos transforma a todos, em alguma

---

<sup>6</sup> Aqui empregamos capital simbólico com o sentido de “poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (BOURDIEU, 1987, p. 164).



O sucesso é meritocrático, a voz é democrática na medida em que todos a tenham, portanto, afirmar que a voz é um meio de ascender socialmente é válido se o sucesso é feito através da voz. Nesse sentido, se mantém a ilusão de o sujeito ser a origem de seu sucesso e a voz, em seus empregos, um talento individual. A ideologia meritocrática do sucesso produz o efeito Münchhausen – Pêcheux (2009), ao tratar da interpelação ideológica, toma uma história do barão Münchhausen em que esse se puxa pelos próprios cabelos para sair de um pântano –, ou seja, o sujeito tem o que é preciso para atingir seus objetivos, neste caso, voz e aptidão. Aqui, então, encontra-se um dos mecanismos de funcionamento discursivo da meritocracia e do sucesso, o efeito de "autofabricação".

"Quando a desigualdade é a regra geral na sociedade, as maiores desigualdades não atraem atenção nenhuma" (BOTTON, 2013, p. 49), tampouco as menores são percebidas, porque estão instaladas em lugares sutis. As vozes potentes e afinadas, as vozes graves ou agudas e as demais vozes que avolumam o coro do sucesso estão em oposição dialética às vozes excluídas. É imprescindível, portanto, reconhecermos, para além do que possa parecer obviedade, o processo de exclusão de vozes, pois nele reside a continuação do conflito de forças antagônicas em nossa sociedade. Quando se noticia algum fato sobre uma celebridade, especialmente do mundo musical e sobre sua voz é proferida uma opinião, nela ecoa o não-dito (SOARES, 2022). Os dizeres sobre as vozes do sucesso compõem, entre outras coisas, um paradigma segundo o qual devem seguir tanto as personalidades já famosas quanto as que almejam os holofotes, as câmeras e os microfones da mídia. Consequentemente, os não-ditos também formam um conjunto de referências, porém, essas dizem respeito à voz dos "excluídos" do sucesso.

Aliados do sucesso, mas não de seu consumo. Emitir julgamentos, mesmo que não sejam aparentemente positivos, acerca do sucesso é um dos procedimentos de divulgação desse e, ao mesmo tempo, constroem-lhe no imaginário coletivo "peças" que se juntam no jogo do sucesso midiático umas as outras.

Os consumidores são os trabalhadores e os empregados, os lavradores e os pequenos burgueses. A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram a sério que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que as escraviza. O amor funesto do povo pelo mal que a ele se faz chega a se antecipar à astúcia das instâncias de controle (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 110).

De fato, o sucesso pode ser entendido como um mecanismo de controle, pois leva a uma condução de comportamentos. Entretanto, é necessário nos atentarmos ao seu componente mais sutil, a voz. Em que medida a voz contribui para a formação discursiva do sucesso ou ela é apenas um instrumento de capitalização dos sujeitos? A compreensão de que o sucesso realmente carece de subsídios concretos materializados em seus agentes deságua na voz. Ela é individual com conotações subjetivas cujos traços objetivos podem ser talhados para sua melhor performance, haja vista a oratória. Acerca do corpo, do estilo musical, da ideologia, de práticas sociais existem várias estruturas pré-construídas disponíveis na circulação dos discursos sociais (ANGENOT, 2012).

Ora, a dialética do sucesso parece estar entrelaçada à dialética do desejo do outro. A voz de que dispomos não nos chega com sua completude; a voz do outro nos é desejante, pois objetiva nos tomar de nós mesmos. A partir dessa interação entre "eu-tu", a voz adquire uma constituição complexa na estruturação do desejo, pois a voz do tu demanda, convoca, chama sempre o outro para lhe ouvir. Portanto, chegamos ao ponto em que a voz, como um objeto do desejo, pode ser percebida como uma ponte entre a voz, porta de ascensão social, e a voz dos excluídos no não-dito. Trata-se de um modo de compreender a voz em sua profundidade simbólica, porquanto seu caráter "imaterial" e universal lhe concede valor mais ou menos homogêneo na heterogênea organicidade de vozes sociais. Nesse diapasão, as vozes com maior evidência angariam maior valor não apenas mercadológico, mas também simbólico.

O sucesso midiático recobre a voz de sua aura, enaltecendo-a e, ao mesmo tempo, elevando-a a uma altura superior em relação às vozes comuns. Em paralelo, as vozes que compõem tal capital simbólico retomam o desejo inconsciente nelas depositado, de maneira a se expandirem no espectro social. Há um alimento do efeito de completude da voz do sucesso do qual a indústria de entretenimento, sobretudo, musical tira maior proveito. As vozes nas quais a sociedade está separada ampliam o quadro de exclusão. Àqueles cuja situação de silenciamento é um imperativo, resta a falta como efeito integrante. Dito em outras palavras, o efeito do sujeito sem voz, ou de voz apagada (ORLANDI, 2007), é derivado do não-dito sobre os dizeres acerca da voz. Aos ouvintes cabe o papel passivo, os cantantes e os falantes pertencem à função ativa. Portanto, a dialética do sucesso pressupõe as vozes recusadas, suprimidas, esquecidas, etc. Análogo a essa conjuntura, na Odisseia o herói apaga as vozes de seus companheiros tripulantes.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ANGENOT, M. *El discurso social*: Los límites históricos de lo pensable y lo dicible. Buenos Aires: Siglo Vientiuno Editores, 2012.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadorias. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOURDIEU, P. *Choses dites*. Paris: Minuit, 1987.
- BOTTON, A. *Desejo de status*. Trad. Ryta Vinagre. Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- HOMERO. *Odisséia*. Trad. (em prosa) Jaime Bruna. São Paulo: Abril, 2010.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. *Vocabulário da psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. Trad. Sírio Possenti. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagem de si no discurso*: a construção do ethos. São Paulo: Contexto: 2005b.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva; Décio Rocha. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARX, K. *O Capital, crítica da economia política*: O processo de produção do Capital (vol. II). Trad. Reginaldo Sant'Anna. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ORLANDI, E. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. Língua, linguagem, discurso. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PEZINI, J. C. *O sucesso ao seu alcance*. Belo Horizonte: Solomon Brasil, 2010.

SOARES, T. B. *Discursos do sucesso: a produção de sujeitos e sentidos do sucesso no Brasil contemporâneo*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.

SOARES, T. B. *Percurso Linguístico: conceitos, críticas e apontamentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

SOARES, T. B. *Composição discursiva do sucesso: efeitos materiais no uso da língua*. Brasília: EDUFT, 2020.

SOARES, T. B. Literatura de autoajuda: uma análise discursiva dos efeitos do sucesso na obra "O sucesso está no equilíbrio". *Humanidades & Inovação*. v. 8 n. 36, p. 20-30, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3162>. Acesso em: 23 de jan. 2023.

SOARES, T. B. *Percurso Discursivo: heterogeneidades epistemológicas aplicadas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SORJ, B. *A nova sociedade brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

STÉFANO, R. *Manual do sucesso total: o brasileiro do século XXI*. 2ª ed. São Paulo: Elevação, 2000.

WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZIGLAR, Z. *Além do topo: o sucesso e sua felicidade não têm limites*. Trad. Longarina. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2011.

Recebido em 28 de outubro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.





## O TRABALHO ESCOLAR COM LEITURA: APROPRIAÇÃO DE OBJETOS CULTURAIS E FORMAÇÃO INTEGRAL DOS SUJEITOS

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30036

Cíntia Franz<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente estudo teve como objetivo compreender como o desenvolvimento de um percurso de ensino convergente com a perspectiva histórico-cultural pode contribuir para formação humana integral dos sujeitos. Movidos por esse objetivo, o estudo teórico-epistemológico e suas implicações teórico-metodológicas ancoraram-se pelo materialismo histórico e dialético (MARX, 2004, VIGOTSKI, 2007 [1984]; 2099 [1934]; LEONTIEV, 1978; HELLER, 2008 [1970]; SAVIANI; DUARTE, 2010). A metodologia de pesquisa volta-se a uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 2009 [1985]), e a metodologia da ação, compreende a metodologia defendida por Saviani (2012 [1983]). As reflexões se aprofundaram na temática da leitura e da formação humana potencialmente facultadas pela intervenção pedagógica de então (BRITTO, 2003; 2012; 2015; DUARTE; MARTINS, 2013; SAVIANI; DUARTE, 2010). As compreensões depreensíveis desse processo são relevantes para o campo de estudos em Educação Linguística, na medida em que subsidiam a reflexão e os potenciais avanços no processo de formação humana escolar devido ao planejamento docente. Este planejamento converteu-se num conjunto de ações que possibilitou aos sujeitos a apropriação de conceitos científicos e instrumentos, que permitem aos alunos transcendência das formas pragmáticas de leituras em favor da apropriação de objetos da cultura mais densos.

**Palavras-chave:** Cultura. Escolarização; Formação Humana; Leitura; Prática Social.

## SCHOOL WORKING WITH READING: APPROPRIATION OF CULTURAL OBJECTS AND INTEGRAL FORMATION OF STUDENTS

<sup>1</sup> Mestra em Letras (ProfLetras) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Linguística na UFSC. Diretora de Gestão Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Rio do Sul – SC. E-mail: cintiafranz@hotmail.com

**ABSTRACT:** This study aimed to understand how the development of a teaching path convergent with the historical-cultural perspective can contribute to the integral human formation of the subjects. Moved by this objective, the theoretical-epistemological study and its theoretical-methodological implications were anchored by historical and dialectical materialism (MARX, 2004, VIGOTSKI, 2007 [1984]; 2009 [1934]; LEONTIEV; HELLER, 2008 [1970]; SAVIANI; DUARTE, 2010). The research methodology focuses on action research (THIOLLENT, 2009 [1985]), and the action methodology comprises the methodology defended by Saviani (2012 [1983]). The reflections went deeper into the theme of reading and human development potentially provided by the pedagogical intervention at the time (BRITTO, 2003; 2012; 2015; DUARTE; MARTINS, 2013; SAVIANI; DUARTE, 2010). The comprehensible understandings of this process are relevant to the field of studies in Linguistic Education, insofar as they subsidize reflection and potential advances in the process of human school formation due to teacher planning. This planning became a set of actions that enabled the subjects to appropriate scientific concepts and instruments, which allow students to transcend pragmatic forms of reading in favor of the appropriation of denser objects of culture.

**Keywords:** Culture. Schooling; Human formation; Reading; Social Practice.

## INTRODUÇÃO

Sob uma perspectiva ingênua e, muitas vezes, respaldada pelo/no senso comum escolar, o trabalho com clássicos da literatura é compreendido como uma ação difícil para alunos da educação básica e que seria adequado o direcionamento de um trabalho com obras com as quais os alunos tivessem maior familiaridade, numa compreensão de que a leitura do fácil levaria necessariamente à leitura do difícil. Nesse sentido, Britto (2015, p. 136) traz à reflexão:

O jovem – dizem – não gosta de ler porque o obrigam a isso e, mais, obrigam-no a ler o que não quer e não tem interesse – uma literatura antiga, cansativa, descritiva, com um vocabulário raro, uma sintaxe (não falam da sintaxe, mas podiam dizer) retorcida, uns assuntos tediosos. Machado de Assis, Camões, Alencar, Eça de Queirós, Graciliano, Lima Barreto – para citar apenas alguns (maus) exemplos de literatura!

A partir desse senso comum que paira no universo educacional, o problema que move este estudo é o de compreender em que medida uma prática pedagógica que coloca o texto literário como centro do trabalho educativo potencializa a formação de leitores. Esse problema é justificado com rápida retomada das concepções associadas ao texto literário no espaço da escola. Isso porque, historicamente, os clássicos da literatura foram defendidos como uma proposta de formação escolar de leitores. Assim, dado o entendimento por tradicional com que tipicamente a literatura foi tratada, contemporaneamente, haure-se da escola a produção literária clássica.

Iniciamos o estudo, que será pormenorizado nas seções seguintes, com uma entrevista genérica estruturada (FLICK, 2004), realizada com todos os alunos da turma em que se deu a intervenção. Além disso, lançamos mão das notas em diário de campo (OLABUÉNAGA; ISPIZUA, 1989); (ROCKWELL, 2011), produzidas em decorrência das observações participantes e (MARKONI; LAKATOS, 2007, MINAYO, 2014).

Buscando explicitar a fundamentação teórico-epistemológica e as implicações teórico-metodológicas que pautam as reflexões sobre o trabalho escolar, se faz a necessária compreensão da constitutividade do sujeito e, a língua, como instrumento psicológico de mediação simbólica (VIGOTSKI, 2007 [1984]). Assim, os pressupostos epistemológicos básicos do processo de humanização, na seção que segue, far-se-á breve apresentação de conceitos centrais do Materialismo Histórico e Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural para pensar formação escolar de leitores<sup>2</sup>.

Cabe ressaltar, ainda, que tratamos no estudo de sujeitos situados, para os quais a leitura do texto literário tende, de acordo com o que nos foi informado por ocasião da realização da entrevista semiestruturada, a basear-se em resoluções de/participações em situações rotineiras e práticas, como pagamentos de contas, uso de listas para realização de compras, leitura de textos na esfera religiosa, dentre usos afins.

## **PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS BÁSICOS DO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO**

Partimos do pressuposto de que o trabalho é a atividade vital humana (MARX, 2004 [1973]) e fundamental tanto para o processo de humanização quanto para a formação das funções psicológicas superiores (VIGOTSKI, 2007 [1984]). Neste sentido, podemos inferir que há uma relação estrita entre as categorias trabalho e linguagem. Esta relação implica uma atividade de transformação, pois o sujeito, ao se apropriar da natureza, por meio do trabalho, incorporando-a à prática social, humaniza-se.

Neste sentido, por intermédio do conceito de mediação, Vigotski (2007 [1984]) afirma que a ação consciente do homem sobre o mundo é mediada pelo uso de instrumentos

---

<sup>2</sup> O estudo do qual será descrito neste trabalho é oriundo das atividades do Mestrado Profissional em Letras -PROFLETRAS da XXXX, na área de concentração Linguagens e Letramentos e na linha de pesquisa Leitura e Produção Textual: diversidade social e práticas docentes. Desenvolvido com alunos de 6º ano de uma escola de Educação Básica da Rede Pública Municipal XXXX cujo objeto de pesquisa foi o estudo e a análise do percurso de/para a apropriação/ressignificação das práticas de leitura de textos em diferentes gêneros e as possíveis implicações decorrentes da imersão em um percurso de escolarização orientado para o desenvolvimento humano integral no processo de apropriação/ressignificação das práticas de leitura pelos alunos da referida escola.

criados pelo homem e que agem como transformadores da realidade sociocultural. A linguagem é, pois, um desses instrumentos. O alinhamento do pensamento de L. Vigotski e de A. Leontiev a essa filosofia ganha nitidez no momento em que, com as contribuições desses pensadores, o desenvolvimento humano passa a ser concebido como derivado das relações estabelecidas pelos sujeitos no bojo da sociedade, por meio do processo de interação, o que implica mediação.

Nesse sentido, o trabalho caracteriza o homem e o homem, ser biológico e social, humaniza-se em sua relação com o trabalho, modificando-se nessa relação. É nesse sentido que, desde a perspectiva materialista histórico-dialética, Vigotski (2009 [1934]) defende que o trabalho assume papel transformador da natureza em cultura como fruto desse mesmo trabalho.

Convém destacar que a perspectiva filosófica marxista inaugurou um novo paradigma em relação ao pensamento humano. Em linhas gerais, a filosofia marxista contribuiu para a retirada do sujeito do plano da abstração e do biologicismo, e o reconheceu em constituição real, ou seja, social e histórica.

Assim, a relação do homem com a natureza, derivada do trabalho, se torna possível e fundamental, principalmente por haver um signo mediador (VIGOTSKI, 2007 [1984]), a linguagem, que é responsável pela apreensão dos conhecimentos produzidos pela humanidade e dos instrumentos necessários para a própria atividade humana. O desafio dessas discussões tem como eixo a necessária convergência no ensino de uma concepção de *língua* – no caso específico deste estudo, concebida como *instrumento psicológico de mediação simbólica* (VIGOTSKI, 2007 [1984]) – e uma concepção de *sujeito* (VIGOTSKI, 2007 [1984]; 2009 [1934]) – também neste caso, como historicizado, constituído nas relações interpsicológicas.

Ainda, compreender e apropriar-se dos objetos da cultura escrita são condições elementares para a participação social dos sujeitos (BRITTO, 2012). Desta forma, o papel da escola ganha contornos específicos: instrumentalizar o sujeito para inserção, participação e imersão mais efetiva e autônoma (VIGOTSKI, 2007 [1984]) na cultura escrita, contribuindo para a conscientização pelo sujeito do seu papel no mundo e de sua possibilidade como ser humano de incidir sobre ele (SAVIANI, 2012 [1983]). Apropriar-se de tais objetivações é fundamental à condição de movimento histórico, o qual se dá no trânsito metabólico ativo entre homem, natureza e sociedade (LEONTIEV, 2001 [1978]).



Nesse sentido, o ideário histórico-cultural chama a atenção ao fato de que a língua só importa no plano interacional, alinhando-se à compreensão da língua como *instrumento psicológico de mediação simbólica* (VIGOTSKI, 2007 [1984], p.72):

[...] base sólida para que se designe o uso de signos à categoria de atividade mediada, uma vez que a essência do seu uso consiste em os homens afetarem o seu comportamento através dos signos. A função indireta (mediada) [...] torna-se evidente.

Neste estudo, baseado nos princípios do materialismo histórico-dialético, teve-se no horizonte a dialética entre dimensão biológico/orgânica e social da formação dos seres humanos. Por tratar da gênese humana, a mencionada integração evidencia os processos de formação e de evolução da psique humana, que só se torna possível por compreender que há condições históricas que fazem os sujeitos serem o que são.

Para melhor compreendermos o desenvolvimento humano na concepção histórico-cultural, a discussão acerca dos *planos genéticos*, realizada por Vigotski (1997 [1987]), é essencial, uma vez que, o funcionamento psicológico do ser humano não está pronto ao nascer. O desenvolvimento psicológico dar-se-á, portanto, durante a historicidade do sujeito, iniciada com o nascimento. *Os planos genéticos*, segundo o teórico, têm potencial explicativo para tal desenvolvimento, sendo compostos por quatro entradas, a saber: filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese.

A filogênese corresponde à história da espécie, por considerar que cada espécie possui limites psicológicos inerentes a elas. O homem tem como característica própria um cérebro que se adapta a algumas necessidades. A ontogênese é caracterizada pelo desenvolvimento do ser humano, em relação à trajetória individual do sujeito e está estritamente ligada à filogênese. A sociogênese implica a história cultural que influencia o desenvolvimento através da forma organizacional de cada cultura, sendo influenciadas pelo meio. A microgênese, por sua vez, demarca como central que cada fenômeno/processo psicológico tem sua história, ou seja, implica a historicidade de cada sujeito, que, mesmo que situações ou fatos reais sejam parecidos entre os membros da espécie, cada qual a vive à sua maneira, cada fato é irrepetível.

Por conceber a aprendizagem como fruto das interações sociais em que os sujeitos desenvolvem suas funções psicológicas superiores (VIGOTSKI, 2007 [1984], p. 100), compreendemos que a teoria histórico-cultural é basilar para a compreensão do desenvolvimento humano e dos processos de aprendizagem. A compreensão que se faz necessária sobre o desenvolvimento do psiquismo humano é referencial imprescindível para

o sentido da existência do professor no processo de escolarização, bem como para a compreensão da própria escola.

## A AÇÃO NA PESQUISA: A OPÇÃO PELA PRÁTICA SOCIAL

A escolha da metodologia de pesquisa deste estudo está em alinhamento com a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2009), dada a convergência entre fundamentação teórico-epistemológica e teórico-metodológica defendida no estudo. Registramos nossa ciência de que, na origem, a pesquisa-ação do modo como é concebida por M. Thiollent evidencia um alinhamento, quando levada a termo em esferas educacionais, com as denominadas teorias pedagógicas não críticas (SAVIANI, 2012 [1983]), em especial a de inspiração escolanovista, com o enfoque nos alunos e seu compartilhamento com o lema ‘aprender a aprender’ (SAVIANI, 2012 [1983]; DUARTE, 2011; DUARTE; MARTINS, 2013).

Nossa intenção neste estudo foi o de aproximar o encaminhamento metodológico à base histórico-cultural. Em tal tentativa, vale ter presente a fundamentação teórico-epistemológica e os pressupostos teórico-metodológicos assumidos no estudo. Gesta-se neles nossa compreensão de que a natureza das interações que se dão em sala de aula é, inevitavelmente, assimétrica, na medida em que ali o professor se converte em interlocutor mais experiente, ocupado em facultar a apropriação pelos alunos de conhecimentos historicamente acumulados, fundamentais para a humanização do homem (com base em VIGOTSKI, 2007 [1984]).

A escola em que a pesquisa-ação foi levada a termo comportava à época alunos da Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica. No bojo dessa instituição escolar, o estudo foi levado a termo com quatro alunos, em uma turma de 6º ano com 32 alunos, com idades entre 11 e 15 anos e uma turma de 7º ano com 26 alunos, também nessa faixa etária.<sup>3</sup>

Embora, em sua maioria, os integrantes das turmas demonstrassem interesse quanto às atividades propostas, evidenciaram engajamento menor na realização de atividades que envolvem leitura e produção textual escrita, aspecto depreendido pela observação-participante. O planejamento foi levado à prática com todos os alunos, no entanto, há o destaque para quatro, que se tornaram participantes efetivos da pesquisa, cuja análise foi realizada. Essa definição está relacionada com o fato de os quatro estudantes

---

<sup>3</sup> Salientamos que esta pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, por meio do parecer nº 1.334.186.

revelarem um processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) em consolidação ainda quando de nossa entrada em campo.

Compreendendo a concepção de educação no que se refere ao ensino da língua materna orientada para a contribuição a uma formação humana integral, a metodologia definida para a ação empreendida consistiu no método defendido por Saviani (2012 [1983]). Nele, é defendida uma ação didático-pedagógica pautada na *prática social*, sendo ela concebida como ponto de partida e de chegada do trabalho pedagógico<sup>4</sup>.

Nesse sentido, cabe o registro de que não entendemos que a busca de coerência se encerre na escolha metodológica que subjaz a ação. Ao contrário disso, entendemos que a definição de um método de ensino é antes resultado do compartilhamento com uma base teórico-epistemológica, e é na relação com tal base que a coerência dos procedimentos metodológicos se mantém.

A metodologia da ação definida para este estudo vai ao encontro de uma necessidade recorrente encontrada no cotidiano escolar: transformar a informação cotidiana em conhecimento científico, de forma a facultar a elevação do genérico humano (HELLER, 2008 [1970]), ou seja, a humanização. Inserir-se nessa perspectiva implica assumir um posicionamento responsivo e uma atitude ética que servirá como elemento fundamental para que haja compreensão e transformação da sociedade.

Esse modo de conceber a escolarização orienta-se para a apropriação do produto dessa atividade humana no curso histórico, apropriação que não se dá apartada do entorno social, histórico e cultural dos sujeitos. O método, preconizado por Saviani e adotado neste estudo, relaciona educação e sociedade. Portanto, a Pedagogia Histórico-Crítica relaciona-se dialeticamente com a sociedade, de modo a influenciá-la, bem como ser determinada por ela, por superar as pedagogias não críticas, ao estar empenhada em valorizar a escola e os sujeitos nela envolvidos.

Dessa forma o percurso analítico como um todo, compreende os cinco passos previstos no método assumido para a pesquisa-ação empreendida: a prática social como ponto de partida, problematização, instrumentalização, catarse e prática social como ponto de chegada (SAVIANI, 2012 [1983]).

## O TRABALHO COM CLÁSSICOS DA LITERATURA: O DIREITO À HUMANIZAÇÃO

---

<sup>4</sup> Prática Social - método apresentado e defendido em SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 42. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012 [1983].

A condução teórica em leitura preconizada neste estudo se contrapõe à dimensão pragmática e se insere em uma perspectiva humanizadora, orientada por uma visão de educação linguística que faculta a ampliação de horizontes e possibilita a apropriação de conceitos científicos fundamentais para a compreensão crítica da realidade histórica e social, problematizando a vida concreta (BRITTO, 2012).

Assumir esta perspectiva é voltar-se contra o utilitarismo e o pragmatismo, os quais usam a força e o poder que a leitura exerce na sociedade como objeto de lucratividade, através de práticas extremamente capitalistas, ignorando valores éticos, políticos, sociais, ideológicos que são exercidos através da leitura nas mais diversas manifestações culturais.

Assim concebendo e retomando o problema assumido neste artigo, não é a habilidade/proficiência em leitura, nem o gosto que deve figurar no planejamento docente, se não por outras razões porque a leitura tomada dessa forma não tem potencial de humanizar os sujeitos.

Deve ocupar os professores responsáveis pela educação linguística dos alunos, antes, a necessidade de desnaturalização das práticas sociais, o que inclui a leitura como processo cultural, que cabe ter presente que “é a possibilidade de participar da sociedade que permite o acesso à leitura” (Britto, 2003, p. 134). Contraria-se assim, a verticalização que centra na discussão no trabalho escolar com leitura do texto literário, as razões da ordem do senso comum, que se instalam nos espaços escolares e que contribuem para o afastamento da escola do que é da sua especificidade: contribuir para a humanização dos homens.

Segundo a perspectiva histórico-cultural, a educação é condição para o desenvolvimento humano, na medida em que possibilita, aos sujeitos, a humanização, pela apropriação dos produtos da atividade humana, sejam eles intelectuais e materiais, o que significa afirmar que a apropriação da cultura é fundamental para a elevação ao genérico humano (HELLER, (2008 [1970])). No caso deste estudo, por meio da apropriação dos objetos culturais levados a termo na pesquisa.

A perpetuação de alguns mitos de que quem lê é criativo, de que uma sociedade leitora se torna solidária, de que a leitura é uma fonte de prazer tem, a nosso ver, em convergência com a defesa de Britto (2012), em sua base, a premissa básica de uma sociedade organizada pelo capital: a alienação. A leitura é, nessa perspectiva, para entreter-se, distrair-se; logo, precisa ser fácil, gostosa, contribuir para a internalização de condutas, comportamentos e atitudes importantes para a manutenção do *status quo*.

Numa defesa de que a literatura é mais do que entretenimento, Britto (2012) destaca que por meio dela somos convidados a pensar nossa condição de morte. O autor reflete acerca da essência humana que perpassa o “conhecimento da vida – o que inevitavelmente supõe reconhecimento da morte”. Trata-se assim de uma literatura que retrata a vida pela história da humanidade.

Assim considerando, a educação linguística precisa contemplar o trabalho com clássicos, já que, em razão de sua perenidade, convertem-se em importantes objetos culturais representativos de um tempo histórico específico e, em razão disso, potencialmente humanizadores. Democratizar o acesso aos bens culturais, como os do plano da literatura, evita “armadilhas ideológicas” (BRITTO, 2015, p. 76) e faculta a esses sujeitos que se reconheçam e façam parte do processo histórico.

Nessa direção, assumir uma perspectiva histórico-ontológica de formação humana significa buscar contribuir para que “as necessidades humanas ampliam-se [ampliem-se] ultrapassando o nível de necessidade de sobrevivência e surgindo [surjam] necessidades propriamente sociais” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 426). É nesse sentido que a leitura opera tanto na vida prática quanto na valorização e na apropriação de conhecimentos mais abstratos. Entretanto, é inegável que a cultura escrita está distribuída de forma desigual aos indivíduos. Essa cultura historicamente esteve nas mãos de grupos dominantes, quer dizer, daqueles que detém o poder econômico e político (BRITTO, 2012), alargando as rupturas sociais e estreitando esse domínio de poder para poucos.

É neste contexto que deve haver espaço para indagar sobre o lugar que a literatura ocupa nos documentos oficiais, que submete às instituições de ensino metodologias cuja perspectiva assume o viés da vida cotidiana, estimulando a imitação, uma vez que ela é pragmática, induz o professor ao senso comum. Neste sentido, Perrone-Moisés (2006, p. 21) reflete:

O “trabalho sistemático e organizado com a linguagem” (aqui, no singular) é reconhecido como uma “área básica” para “que o aluno possa participar do mundo social”. Informam-nos de que “a linguagem tem sido objeto de estudo da Filosofia, Psicologia, Sociologia, Epistemologia, História, Semiótica, Linguística, Antropologia etc.” A ordem das disciplinas elencadas é, já por si, curiosa. A própria ciência da linguagem verbal, a linguística, aparece em penúltimo lugar, e a literatura fica ausente, embutida no etc.

Com base no exposto, evidencia-se que há a necessidade de que profissionais envolvidos com educação linguística orientem a ação pedagógica em contrariedade ao pragmatismo, pois esta facilidade leitora por base na cotidianidade não significa que seja

sinônimo de bom leitor, mas sim, voltar-se para uma ação docente comprometida com a humanização dos homens, como advertem Saviani e Duarte (2010, p.422-423), ao afirmarem que a escola atinge seu ponto crucial e as ações em educação linguística se direcionam ao desenvolvimento intelectual dos sujeitos, em que:

Ler é uma maneira de estar informado e, neste sentido, de participar do espaço público; é um instrumento intelectual importante, articulando o domínio de discursos e formas de pensar bastante específicas; é uma ação tipicamente metacognitiva, já que no momento em que lê, a pessoa não apenas explora o conteúdo como reflete sobre o texto que o apresenta de maneira muito mais intensa do que ocorre com outros meios.

A literatura, nesse contexto, torna-se por extensão uma pedagogia da arte (BRITTO, 2003, p. 113), que “[...] pode se transformar em uma possibilidade de construção de uma política de participação social, de criação de um espaço de ação coletiva”. Consideramos, assim, a literatura como um compromisso com o conhecimento de si, do outro e da vida, e com a liberdade.

## O PLANEJAMENTO DIDÁTICO COM VISTAS À FORMAÇÃO HUMANA

Tendo em vista o que foi destacado até aqui, vale considerar que o planejamento realizado para a pesquisa foi o de contribuir para uma formação humana com esses contornos, pela “[...] [apreensão] [d]a educação, isto é, [d]o processo de formação humana, como o contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p.432).

Ainda, com base na perspectiva histórico-cultural, objetivou-se levar os sujeitos à apropriação dos conceitos científicos, tendo por base a cultura historicamente produzida, por ser este o propósito da educação escolar. Com base nesse entendimento, o método proposto por Saviani (2012 [1983]), descrito anteriormente, permite uma convergência com a fundamentação teórico-epistemológica desta pesquisa, por conceber aproximações que permitem o desenvolvimento do pensamento através dos encaminhamentos que reverberaram em ações de prática de leitura.

O aporte teórico necessário para esta compreensão surgiu das leituras provenientes da pesquisa que resultou em dois planejamentos metodológicos, bastante articulados. As aproximações entre a base histórico-cultural e a proposta metodológica em foco encontram-se, principalmente, na compreensão do desenvolvimento do sujeito e sua relação com o objeto, que não se estabelece de forma direta.

Nesse sentido, ao delinear os dois planejamentos aplicados, delineou-se, de antemão, a leitura de clássicos da literatura brasileira, que contrariamente a uma visão utilitarista da leitura, ancora-se em uma perspectiva de formação humanizadora, intentando facultar aos alunos uma formação que contribua para tal processo, na medida em que apresenta e convida à reflexão acerca de aspectos sociais relevantes à condição de humanidade.

À luz desse entendimento, primeiramente foi lida pelos alunos algumas obras centrais: *Felicidade Clandestina* de Clarice Lispector. Em seguida, leram obras de autoria de Monteiro Lobato - *Caçadas de Pedrinho*, *Memórias de Emília*, *Viagens ao Céu*, *Reinações de Narizinho*. Cada aluno escolheu a obra de Lobato que lia dentre as citadas. Por último foi uma obra específica: *Dom Casmurro* de Machado de Assis. O tempo empreendido entre o primeiro planejamento e o segundo totalizou oito meses de intervenção pedagógica no escopo da pesquisa então realizada.

Dentre as estratégias elencadas, a primeira ação relacionada ao primeiro planejamento foi a de inicialmente assistir ao vídeo *Felicidade Clandestina* antes de realizar a leitura do texto com o mesmo título do conto de autoria de Clarice Lispector. O texto escrito foi reproduzido do suporte original, debatendo com o grupo e alunos os elementos constitutivos da dimensão *interpsicológicas* (quando o sujeito aprende e internaliza o aprendido) implicados na leitura do gênero conto e desse conto especificamente.

Após, foi realizada a leitura do texto biográfico da autora, localizando na leitura realizada, informações relevantes como a época, o país de onde ela veio, a localização no Brasil da cidade que foi morar. Em seguida, realizou-se a leitura da crônica *O Mineirinho*, também de autoria de Lispector, situando os alunos no contexto da escrita (baseada em fatos reais) e fazendo-os compreender as diferenças entre os textos lidos em sala de aula.

Os alunos utilizaram para ampliação das possibilidades de compreensão das leituras dicionários e enciclopédias e os significados das palavras foram analisados, de modo a permitir a identificação das diferenças de definições trazidas pelos suportes em relação ao projeto de dizer da autora, bem como identificando a forma pela qual essas palavras são trazidas nos suportes utilizados, compreendendo sua função. Foi proposta uma discussão a fim de facultar a compreensão de quais são os recursos linguísticos utilizados no texto. No momento, o livro didático e a minigramática existentes na biblioteca escolar foram usados como recursos de pesquisa.

Outro texto da autora – o conto *A Galinha* – foi lido de modo facultar a comparação/relação dos dois textos, com vistas a identificar como a autora vai delineando

esse processo no texto, levando os alunos a compreenderem o processo de personificação do objeto *livro* através de adjetivações.

Assim, após este processo de leitura, foram levados à turma os livros da coleção de Monteiro Lobato disponíveis na instituição educacional da qual eram parte e uma leitura individual de uma das obras do autor foi proposta. A finalização da atividade proposta se deu por meio de aulas de leitura/rodas de leitura envolvendo todo o grupo de alunos.

Em relação ao segundo planejamento, a proposta foi a leitura do conto de Machado de Assis intitulado *Conto de Escola*. Como procedimento metodológico, o texto foi discutindo com os alunos, destacando os elementos constitutivos da dimensão *interpsicológica* implicados na leitura do gênero conto e desse conto especificamente. Em seguida, realizou-se leitura de texto biográfico do autor selecionado previamente pela docente-pesquisadora.

A próxima estratégia foi a de assistir ao vídeo da série, qual seja *Machado de Assis - Um mestre na periferia do capitalismo*<sup>5</sup> e relacioná-lo ao texto lido. Foi realizada a leitura da crônica machadiana *O jornal e o livro*, destacando aos alunos os originais do jornal digitalizados<sup>6</sup>, contextualizando-os historicamente e ao mesmo tempo contrastando com os jornais atuais. Para isso, foram solicitados anteriormente revistas e jornais para manuseio dos alunos, bem como foram utilizados os disponíveis na escola e discutir similitudes e dissimilitudes entre os textos que circulam em ambos os suportes.

Dadas todas as interações, interlocuções, pesquisas, foram distribuídos em sequência, exemplares do livro *Dom Casmurro* de Machado de Assis, para que fosse lido semanalmente, em duplas. Propôs-se, ainda, uma roda de leitura em que cada dupla se responsabilizou por conduzir uma discussão referente à leitura do trecho realizada na semana anterior. A estratégia adotada contribuiu para a compreensão leitora dos alunos, tanto pela atividade alinhada ao eixo oralidade empreendida pela dupla de alunos, quanto pelos questionamentos levantados posteriormente pelo professor, em caráter complementar à abordagem da dupla.

Houve ainda um trabalho com a narrativa em outra semiose através do filme nacional *Dom Casmurro* e da análise da obra, por meio de um vídeo. Após iniciar a leitura do livro, foi realizada uma sessão de cinema na escola para que os alunos tivessem acesso ao filme produzido com base no livro, a fim de auxiliar na sua compreensão leitora.

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.dailymotion.com/video/x12m4dj>

<sup>6</sup> Disponível em

<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-mercantil-instrutivopolitico-universal/217280>

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.



A metodologia adotada neste estudo por meio destes planejamentos consistiu numa busca pela transcendência do ecletismo de tendências vivenciado pela docente, ora visivelmente de uma estrutura tradicional, perpassando por concepções de cunho escolanovista, ora pós-modernista, o que se relaciona a inferências realizadas na prática, destituída do entendimento completo necessário, àquela ocasião, que facultasse a relação dialógica entre teoria e prática (SAVIANI, 2012).

## A APROPRIAÇÃO DOS OBJETOS DA CULTURA E POSSÍVEIS REVERBERAÇÕES

Para realizar a leitura das obras de Monteiro Lobato, o planejamento delineou-se tomando como ponto de partida o conto intitulado *Felicidade Clandestina* de Clarice Lispector, primeira das obras, foi escolhida por fazer referência à obra de Lobato – *Reinações de Narizinho*. A leitura de textos nesse gênero em si não era, como evidenciaram as interações descritas na primeira seção deste capítulo, habitual no processo formativo desses sujeitos até então.

Por si só, a participação em tal prática social já se converteu em um modo desafiador de relacionar-se com o escrito para esses alunos, sendo necessário insistir para a importância de realização de operações necessárias para a leitura desse tipo de objeto cultural – reler, buscar informações históricas, referenciais culturais que escapam do cotidiano imediato, significados de elementos lexicais desconhecidos, reconhecer estruturas sintáticas distantes das típicas de interações orais, para citar alguns exemplos.

A dimensão *metacognitiva* (BRITTO, 2012), portanto, implicada nesse tipo de leitura, pareceu desconhecida por tais sujeitos. Assim, a leitura do conto foi mediada por questões que incluíram elementos constitutivos da dimensão *interpsicológica*, pois a leitura considerada como prática social tem origem na interação humana.

Essa relação evidente entre o conto *Felicidade Clandestina* e as obras de Monteiro Lobato (*Reinações de Narizinho*, *Viagens ao Céu*, *Caçadas de Pedrinho*, *Memórias de Emília*) foi bastante significativa para o processo empreendido, na medida em que permitiu um trabalho alinhado à complexificação, que está na base da apropriação conceitual do modo como proposta na Teoria Histórico-cultural: a apropriação depende da apropriação de novos conhecimentos, submetidos a um contínuo processo de complexificação (com base em Vigotski, 2007 [1984]), de modo a facultar, por tal processo de apropriação, o

estabelecimento de novo Nível de Desenvolvimento Real, pela incidência na Zona de Desenvolvimento Imediato.

Trabalhar com os clássicos da literatura foi, assim, eixo norteador por compreendermos seu potencial para incidir na Zona de Desenvolvimento Imediato dos sujeitos envolvidos nas ações de ensino. Com isso, superar unilateralismos prevalecentes no percurso formativo desses alunos antes da consecução da pesquisa, facultar, via intervenção pedagógica, ascensão dos alunos ao nível sintético (com base em SAVIANI, 2012 [1983]), pela compreensão dos meandros constitutivos das práticas sociais, contribuindo para uma formação baseada na relação sujeito-objeto (que são históricos) e que “[...] dizem muito a respeito à própria identidade do homem como um ser que se desenvolve historicamente” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 431).

Em um dos momentos de leitura do conto *Felicidade Clandestina*, o livro, suporte do qual o texto foi reproduzido para os alunos, circulou na sala, indo de mão em mão. Este fato chamou a atenção dos alunos e gerou expectativa em muitos. Uma das alunas da pesquisa fez diversos questionamentos, tais como: se leríamos o livro todo, se eu já havia lido todas as histórias e se, ainda, eu poderia emprestar o livro. Enquanto isso, os demais não demonstraram muito interesse. Um dos sujeitos permanecendo durante a ação, o tempo todo de cabeça baixa e quando pegou o livro em mãos, diferentemente dos demais, passou o livro a outro aluno não demonstrando interesse. Essa reação evidencia o caráter *sincrético* (SAVIANI, 2012 [1983]) que enovelava a prática social leitura de conto por esses sujeitos; indica que, pela compreensão do aluno, manusear tal objeto não faz sentido.

Por sua vez, no semestre seguinte, quando aconteceu o mesmo com o livro do qual foi extraído *Conto de Escola* de Machado de Assis, este mesmo aluno pegou o livro em mãos, manuseou-o e perguntou-me do que se tratava o conto intitulado *Pai contra mãe*, identificado no sumário do livro. Perguntado se teria interesse por conhecer o conto, o mesmo respondeu positivamente, e eu sugeri, então, que lêssemos em sala de aula para todos os alunos. Quanto aos outros dois alunos, também foi visível um interesse maior, explicitado pelo manuseio do livro, folheando-o e parando em algumas partes para ler o sumário e perguntar sobre alguns títulos, como, por exemplo, *A casa do Diabo* e *Missa do Galo*, um deles perguntou se na escola havia livros do autor para tomar emprestado. Além disso, indagou, apontando para a ficha catalográfica, do porquê daquele item do qual o mesmo já havia visto em outros livros não entendendo o motivo de sua existência.

Nestas devidas interlocuções, parece, pois, ganhar relevo os níveis de desenvolvimento diferentes que caracterizam os alunos, o que permite a atuação do professor como o interlocutor mais experiente nessa relação. Na perspectiva histórico-cultural, o interlocutor mais experiente é fundamental para o desenvolvimento do humano, processo que é sempre mediado por instrumentos e signos (VIGOTSKI, 2007 [1984]). Várias palavras e expressões presentes nos textos eram desconhecidas pelos alunos, então, conforme planejado, os alunos foram convidados a sublinhar essas palavras e de posse de dicionários procuraram seu significado, onde um dos alunos exclamou não saber usar o mesmo. Esta dificuldade foi identificada por diversos alunos da turma.

Nas observações realizadas constatou-se na interação com esse aluno que afirmou não saber usar o dicionário, é que ele tinha domínio precário da relação entre busca de informação em suportes desse tipo e a ordenação alfabética. Mesmo localizando a letra, ele tinha dificuldades significativas para localizar a palavra alvo da pesquisa. Uma questão que, em nossa compreensão, poderia/deveria ter sido solucionada nos primeiros anos de escolarização.

No segundo semestre, embora houvesse planejamento de um momento para o uso de dicionário e enciclopédias, essa operação se deu de forma autônoma (VIGOTSKI, 1995) pelos alunos, os quais, logo na leitura inicial do *Conto de Escola*, foram marcando as palavras e ao término da leitura, sem que houvesse uma solicitação, foram buscar os significados no dicionário. Quem não o fez naturalmente realizou a busca pela imitação do comportamento dos colegas e, por fim, a operação prevista no planejamento foi realizada sem necessidade de intervenção pedagógica deliberada. Alguns alunos passaram a ter o dicionário sempre em sua carteira, como material para consultas pontuais e frequentes.

Essas operações, realizadas com autonomia pelos alunos nessa segunda ocasião, reafirmam o papel da educação, especificamente no que compete à educação linguística, para o desenvolvimento humano com vistas à formação integral. Esses registros demonstram, assim, a centralidade da educação formal para que os sujeitos compreendam a leitura (e a escrita) como ação que envolve aspectos interpsicológicos e reverbera na dimensão intrapsicológica (VIGOTSKI, 2007 [1984]).

O modo como a mencionada pesquisa se deu foi surpreendente devido aos avanços observados no desenvolvimento dos participantes deste estudo. Alguns alunos, além da pesquisa em meio digital, buscaram livros de história, geografia e enciclopédias de modo a

complementar a busca de informações. Dentre os alunos que optaram por associar a pesquisa bibliográfica à pesquisa na internet, estão dois alunos participantes da pesquisa.

Destacamos que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores é assegurado por um planejamento que preconiza a interlocução de um sujeito mais experiente (na origem, o professor) com os menos experientes, mediada pela linguagem, comprometida com a incidência na Zona de Desenvolvimento Imediato dos mesmos sujeitos.

Outro dado interessante é a forma com que os alunos contribuíram a cada aula destinada à leitura de *Dom Casmurro*, trazendo elementos da prática social, presentes em suas residências, alguns deles considerados obsoletos até então, e que receberam significado em razão das discussões realizadas nas aulas. Objetos trazidos de casa pelos alunos familiarizavam com os encontrados nas leituras e pesquisas, a exemplo de moedas e dicionários antigos, obra de arte, evidenciando, de certa forma, a tentativa de articular o trabalho realizado no âmbito escolar a partir da prática social a objetos culturais presentes em outras instâncias sociais, como a familiar, por exemplo.

Poder-se-ia considerar tal movimento como a explicitação do interesse desses sujeitos pelo que têm aprendido, ainda que tenhamos ciência de que não é o interesse do aluno pelo que vai ser ensinado que orienta o planejamento da intervenção pedagógica. Na ótica dos estudos com vinculação à Teoria Histórico-Cultural, como a Teoria da Atividade (LEONTIEV, 1978), afora o interesse dos sujeitos, é a atividade motivada que importa aos professores, sempre perpassada pelas vivências dos alunos.

Consoante, ainda, ao exposto, Britto (2012) afirma que se quisermos ir além de um princípio meramente pragmático de leitura, é preciso definir precisamente com qual objeto de leitura trabalhamos. O convite à leitura das obras pareceu-nos um meio para o estabelecimento de novo Nível de Desenvolvimento Real, pela incidência na Zona de Desenvolvimento Imediato, pois a própria razão do ler leva a outra atividade pertinente de leitura: se uma das operações demandadas na leitura de textos que não se prestam ao atendimento de demandas imediatas é o reconhecimento de referenciais culturais de mundo, a leitura de obras de Monteiro Lobato e de Machado de Assis, converteram-se em uma demanda.

É nesse sentido que as obras desses autores foram delineadas no planejamento. Se ler uma obra literária dessa ordem encontrava-se na Zona de Desenvolvimento Imediato dos alunos, a partir das leituras realizadas, o que consistia em uma potência foi internalizado e tornou-se Nível de Desenvolvimento Real.

No momento nodal para o grupo, o da escolha de um dos livros de Monteiro Lobato disponíveis na escola, destacamos que houve algum tumulto entre os alunos. Eram obras diferentes e todos desejavam poder escolher uma delas. Cada livro trazia, em sua introdução, a biografia do autor. Como já haviam tido contato com a biografia de Clarice Lispector em uma das aulas, de imediato, grande parte da turma localizou a informação e na sequência foi lendo.

Semanalmente, havia no escopo da intervenção a realização de rodas de conversa, em que os alunos trocavam informações sobre o que leram na semana. Como algumas obras se repetiam, houve uma interlocução ainda maior, com as interpretações dos pares que liam a mesma obra.

Observamos que diferentemente dos dados projetados pelo INAF<sup>7</sup>, aplicados por aos alunos meio de uma entrevista semiestruturada no início da pesquisa e que teve dois objetivos: (i) (re)conhecer o perfil da turma e (ii) auxiliar na definição dos quatro participantes do estudo, complementando a observação-participante da docente-pesquisadora, assim todos os quatro participantes da pesquisa avançaram, de forma a consolidar como Nível de Desenvolvimento Real o que então era Zona de Desenvolvimento Imediato, abrindo espaço para a incidência em nova Zona de Desenvolvimento Imediato.

Destacamos, por exemplo, dois alunos da pesquisa que socializaram suas leituras na primeira roda. Na ocasião, um deles confidenciou ter esquecido de realizar a tarefa, porque não estava acostumado a ler em casa, e outro afirmou ter lido duas páginas e que como era muito pouco não tinha nada a dizer. Na segunda roda de leitura, entretanto, o contexto foi diferente, e os quatro alunos participantes do estudo socializaram suas leituras. Houve uma interação considerada relevante entre aluno, professora, demais colegas sobre o objeto cultural livro.

Com base nessas primeiras rodas, evidenciou-se que as leituras permitiram colocar os sujeitos em contato com um universo linguístico denso, que não apenas irá contribuir com a formação intelectual, mas, ainda, possibilita formar “[...] um leitor capaz de decidir pelo que lhe é mais significativo e, no que tange à arte, capaz, de por meio dela, fruir e indagar a condição humana” (BRITTO, 2012, p. 114).

Em uma retomada de conversa acerca das leituras, os alunos começam a perceber que todas as obras de Monteiro, lidas pela turma, continham personagens, que, em sua

---

<sup>7</sup> Instituto Nacional de Alfabetização. Disponível em <http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/default.aspx>, com acesso em 23 nov. 2015.

maioria, têm ligação com a Grécia Antiga e a sua história. A possibilidade de expandir e apreender outros conhecimentos ou por fazer referências a outras leituras dentro de uma mesma obra é baliza para a elevação do genérico humano.

Com relação a outras ações metodológicas, levadas a termo no segundo planejamento, consideramos essencial remeter ao esforço realizado na intervenção pedagógica para garantir a compreensão da linguagem machadiana, fundamental para a apropriação do objeto cultural alçado a objeto do conhecimento, a obra *Dom Casmurro*. Dentre tais ações, figura o trabalho com o *Conto de Escola*, que causou estranhamento aos alunos no início da ação que proferiram falas como - “A professora pegou pesado dessa vez!”, “Nossa, que texto enorme!”, “Por que a professora não trouxe outro texto da Clarice?”, e assim por diante.

Na leitura da crônica *O jornal e o livro*, texto bastante denso, devido ao modo como a esfera jornalística à época concebia este gênero e de sua especificidade devido ao momento histórico, os alunos, após a primeira leitura, registraram que teriam que reler o texto, o que evidencia compreensão da dimensão metacognitiva que acompanha a leitura (BRITTO, 2012). Antes de o fazerem, foram lançadas algumas perguntas, assumindo-se, assim, o papel que cabe à professora nessa interação, o de interlocutora mais experiente, a fim de orientar a atenção (VIGOTSKI, 2007 [1984]) desses sujeitos na ação de releitura.

Ainda no que diz respeito à crônica, levei aos alunos, cópias em papel A3 das edições do Jornal Correio Mercantil, exatamente das datas em que foram impressas e em que a crônica lida fora publicada. O contato com esse material contribuiu para que os alunos se situem em relação a outro tempo histórico, contrapondo-o com a sua própria realidade, uma das características da base histórico-cultural.

Com relação à leitura da obra machadiana *Dom Casmurro*, os alunos demonstraram curiosidade do que se trataria a narrativa e fizeram muitas perguntas antes mesmo de iniciarmos a leitura. A proposta foi de terem uma aula por semana para lerem, fato que se deu em função de não haver livros suficientes para que cada um pudesse realizar a leitura em casa; dessa forma, essa leitura foi feita em duplas.

Diante dessas dificuldades, optamos por uma prática que implicava minha atuação como leitora para eles, que acompanharam, em duplas, em seus exemplares. Essa ação converge, em alguma medida, com o que Britto (2012) chama de “ler com os ouvidos”, no caso de sujeitos não alfabetizados, mas que participam de leituras pelo intermédio de outrem, possibilitando que os sujeitos tenham condições de operar com a subjetividade da

leitura. Porém, nas semanas subsequentes, retornei à leitura para eles, que não reclamaram mais e se demonstraram mais atentos.

Concomitante à leitura, conforme já mencionado, conversei com o grupo e convidei-os a ampliar o conhecimento sobre o livro, através de seminários em duplas, que aconteceriam semanalmente, antecedendo à aula de leitura do livro. Cada dupla se responsabilizaria por conduzir uma discussão referente à leitura do trecho realizado na semana anterior, contribuindo para a compreensão leitora pela turma, além de contemplarmos, pela atividade, o eixo oralidade.

Conforme as leituras e os seminários iam acontecendo e facultando a coprodução de sentidos pelos alunos, maior era a expectativa deles para as aulas seguintes, com demonstrações de interesse em continuar a leitura da obra (o clássico), materializando o pensamento de Britto (2015, p. 137) sobre o aprender a gostar de ler, processo que demanda trabalho devido à intensidade e dificuldade:

Exige determinação, esforço, perseverança, disciplina. Haverá satisfação (prazer) em função da percepção do domínio da coisa, da sensação da realização e de conhecimento. [...] Ler é difícil. Ler coisas interessantes e que transcendam o prosaico cotidiano é mais difícil. Ler arte e percebê-la é mais difícil. E é isso que faz da leitura um gesto encantador.

Articulado ao entendimento de que é possível ensinar/aprender o prazer de ler, enfatizamos que este prazer pela leitura é, em oposição à pedagogia do gostoso e aos seus utilitarismos, ancorado antes em ação intelectual, ou “prazer, aqui, não é o mesmo que lazer, é fruto do trabalho” (BRITTO, 2012, p. 95), ao direcionamento de “apropriações dos produtos das ações sociais anteriormente realizadas” (DUARTE; MARTINS, 2013, p. 53), ou seja, da cultura.

Ao terminarem a leitura da obra *Dom Casmurro*, foi realizada uma sessão de cinema na escola, em que eles puderam assistir ao filme brasileiro *Dom Casmurro* considerado uma reimaginação da obra de Machado de Assis, lançado em 2003, do gênero drama, com roteiro e direção de Moacyr Góes.

Várias foram as interpelações sobre diferenças substantivas entre o filme e o livro. Essas falas nos conduzem ao entendimento de que a maioria dos alunos, ainda que num primeiro momento tenham relutado em iniciar a leitura da obra, preferiu a leitura do livro ao filme produzido com base nele. Alinhamos, a essa afirmação, o mencionado desenvolvimento do prazer da leitura (BRITTO, 2012), que resulta em “encontrar uma satisfação no exercício intelectual e na ação disciplinada”.

Consoante a esse entendimento, Saviani (2012 [1983], p. 76) preconiza uma pedagogia, assumida por nós, que se dedica a “colocar a educação a serviço da referida transformação das relações de produção”, negando, nesse sentido, a propagação/veiculação da cultura de massas. Essa configuração se dá pelo fato de que esse objeto da cultura escrita é um clássico, e os clássicos permitem o afastamento do que é senso comum, muitas vezes retratado nos filmes. “Seria uma falta de senso supor que crianças pequenas só podem conhecer-se relacionando-se com banalidades e trivialidades” (BRITTO, 2012, p. 114).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações trazidas por meio do estudo descrito buscaram contribuir para as discussões da área de ensino e aprendizagem de língua materna, com especial atenção às ações pedagógicas voltadas para a educação linguística. Ao retomarmos ao objetivo que moveu o estudo conferimos à teoria à qual nos filiamos, a Teoria Histórico-cultural, ancorada no Materialismo Histórico e Dialético, tem o posicionamento de que a educação está a serviço da transformação social e, na base dela, da conscientização/humanização dos sujeitos, contribuindo com reflexões nas relações existentes entre aprendizagem e desenvolvimento. O estabelecimento das zonas de desenvolvimento, a formação dos conceitos científicos e espontâneos, os planos genéticos do desenvolvimento humano, são alguns conceitos imbricados nessa relação entre aprendizagem e desenvolvimento.

Numa mirada ingênua, afirmamos que um trabalho organizado em torno da leitura de clássicos poderia ter sido inviabilizado, já que boa parte desses meninos tinha domínio embrionário da leitura e da escrita. Ao contrário disso, posicionamo-nos, em convergência com Britto (2012), na defesa de que é a imersão na cultura escrita que leva ao domínio de aspectos linguísticos e não o contrário. Tendo isso presente, vale destacar ainda o tratamento dado a produções dessa natureza na escola, uma vez que a discussão é muito maior do que mantê-la ou não nas salas de aula, mas sim, mantê-la em nome de quê? Em favor do quê? De quem? De que projeto formativo?

Na proposta na qual nos inscrevemos, o propósito da leitura é diametralmente distinto: ler pelo direito de ler (BRITTO, 2015); ler pela dimensão política que ela envolve; ler como forma de questionar o sistema, a vida, a condição humana; ler para legitimar opiniões ou revê-las; ler para enovelar-se, enredar-se ainda mais e conscientemente na história; ler para compreender a desnaturalização das coisas e dirimir as muitas formas de alienação;



enfim, ler para, mesmo sendo o mesmo, poder ser outro. Fora desse vínculo, a leitura não faz sentido. Sob tal perspectiva, salientamos que esse processo é complexo e não termina em um planejamento de oito meses.

Também temos a ciência de que não era objetivo dessa pesquisa formar leitores no âmbito dela mesma, mas sim dar início a um percurso em que a leitura de clássicos nas aulas de Língua Portuguesa fosse fundamental, para o desenvolvimento dos sujeitos nas mais variadas formas, para uma formação humana orientada para integralidade, pelo potencial que carrega consigo de humanizar os homens.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 105 p. (Obras Completas. v. 1)

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Inquietudes e desacordos: a leitura além do óbvio*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Ao revés do avesso: leitura e formação*. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

CASMURRO, Dom. Moacyr Goes. 91 min. 2003.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 5.ed. ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

DUARTE, Newton; MARTINS, Lígia Márcia. *As contribuições de Aleksei Nikolaevich Leontiev para o entendimento da relação entre educação e cultura em tempos de relativismo pós-moderno*. In: FERRO, Olga Maria dos Reis; LOPES, Zaira de Andrade (Org.). *Educação e cultura: lições históricas do universo pantaneiro*. Campo Grande: UFMS, 2013. p. 49-74.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2. ed., 2004.

HELLER, Agnes. *O quo[co]tidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008 [1970].  
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007

LEONTIEV, Alexei N. *Atividade, consciencia y personalidad*. Buenos Aires. Ediciones Ciencias del Hombre, 2001 [1978].

LISPECTO, Clarice. *Felicidade Clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho*. 14. ed. Ilustrações de André Le Blanc. São Paulo: Brasiliense, 1962.

LOBATO, Monteiro (1956a). *Memórias da Emília*. São Paulo: Brasiliense.

LOBATO, Monteiro (1956). *Reinações de Narizinho*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense.

LOBATO, M. *Viagem ao céu*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004 [1973].

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014

OLABUENAGA, Jose I. Ruiz; ISPIZUA, Maria Antonia. *La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PERRONE-MOISÉS, L. *Literatura para todos*. Literatura e Sociedade (USP), v. 9, p. 16-29, 2006.

ROCKWELL, Elsie. *La experiencia etnográfica: historia e cultura em los procesos educativos*. 1º ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2011.

Recebido em 03 de novembro de 2022.

Aprovado em 07 de março de 2023.





## O ESTUDO DOS GÊNEROS DO DISCURSO A PARTIR DO MÉTODO SOCIOLÓGICO: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIAL E VERBO-VISUAL DE UMA TIRINHA DE ALEXANDRE BECK

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30037

Alex Meneghete Vaz<sup>1</sup>  
Ana Caroline Montrezol Diniz<sup>2</sup>  
Douglas Corrêa da Rosa<sup>3</sup>

**RESUMO:** Como estudiosos da linguagem e professores de língua portuguesa, interessa-nos um trabalho com a língua viva e concreta. Isso requer que os gêneros do discurso/discursivos sejam analisados a partir de uma ordem metodológica sociológica, tal como explicitada por Volóchinov (2018). Nessa perspectiva, faz-se necessário considerar a dimensão social (extraverbal) e verbo-visual dos gêneros, além de seus elementos constituintes indissociáveis – o conteúdo temático (tema), a construção composicional e o estilo dos textos-enunciados –, os quais, unidos, produzem os sentidos do texto. A fim de que os conceitos mencionados sejam melhor compreendidos, realizamos uma análise com base em um texto-enunciado concreto, um exemplar do gênero tira/tirinha, entrelaçando reflexões teóricas de autores como Bakhtin (2003, 2016), Volóchinov (2018, 2019), Faraco, Castro e Tezza (2007), Brait (2018a, 2018b), Brait e Amorim (2020), Sobral (2009), entre outros, trazidos aqui para nos auxiliarem nas análises do texto-enunciado utilizado como exemplo para nossa investigação por meio do método sociológico, compreendendo a dimensão social,

<sup>1</sup> Graduado em Letras Português/Inglês pelo Centro Universitário FAG, em Cascavel, PR, Brasil; Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em Cascavel, PR, Brasil. Professor da Rede Municipal de Ensino, em Assis Chateaubriand, PR, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1348-9701>. E-mail: [prof.alexmeneghete@gmail.com](mailto:prof.alexmeneghete@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Letras Português/Inglês pelo Centro Universitário FAG, em Cascavel, PR, Brasil; Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em Cascavel, PR, Brasil. Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Cascavel, PR, Brasil. Professora da Rede Municipal de Ensino, em Santa Helena, PR, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3089-2017>. E-mail: [ana.cmd@hotmail.com](mailto:ana.cmd@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em Cascavel, PR, Brasil. Professor da Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR), em Salto do Lontra, PR, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3594-4437>. E-mail: [douglascorreadarosa@yahoo.com.br](mailto:douglascorreadarosa@yahoo.com.br).

composta pelos horizontes espacial e temporal, temático e axiológico, e a dimensão verbo-visual, constituída pela construção composicional, o conteúdo temático e o estilo. Com base no estudo realizado, fica evidente que os elementos que constituem o gênero estão entrelaçados e que a significação de fato só é possível se considerada a parte não verbalizada e a verbalizada do texto-enunciado.

**Palavras-chave:** Método Sociológico; Gênero discursivo tira/tirinha; Dimensão Verbal; Dimensão verbo-visual.

## THE STUDY OF DISCURSIVE GENRES FROM THE SOCIOLOGICAL METHOD: AN ANALYSIS OF THE SOCIAL AND VERBAL-VISUAL DIMENSIONS OF A COMIC STRIP BY ALEXANDRE BECK

---

**ABSTRACT:** As language scholars and Portuguese language teachers, we are interested in working with a living and concrete language. This requires that the discourses/discursive genres be analyzed from a sociological methodological order, as explained by Volóchinov (2018). From this perspective, it is necessary to consider the social (extraverbal) and verbal-visual dimension of the genres, in addition to their inseparable constituent elements – thematic content (theme), the compositional construction and the style of the text-utterances –, which, together, produce the meanings of the text. For a better understanding of the concepts mentioned, we carry out an analysis based on a specific statement-text, an example of the comic strip genre, intertwining the theoretical reflections of authors such as Bakhtin (2003, 2016), Volóchinov (2018, 2019), Faraco, Castro and Tezza (2007), Brait (2018a, 2018b), Brait and Amorim (2020), Sobral (2009), among others, brought here to help us analyze the text-statement used as an example for our research through the sociological method, including the social dimension, made up of the spatial and temporal, thematic and axiological horizons, and the verbal-visual dimension, made up of the compositional construction, thematic content and style. Based on the study carried out, it is evident that the elements that constitute the genre are intertwined and that the meaning is really only possible if the non-verbalized and verbalized parts of the text-statement are considered.

**Keywords:** Sociohistorical Method; Strip discursive genre; Verbal Dimension; Verbal-visual dimension.

### INTRODUÇÃO

Como professores de Língua Portuguesa (LP) e pesquisadores inseridos no campo dos Estudos da Linguagem, entendemos que é cada vez mais importante desenvolvermos investigações que considerem a língua viva e concreta. Discussões dessa natureza são oportunas não apenas no âmbito acadêmico, mas também na sala de aula da Educação Básica, pois nos permitem desenvolver nos alunos habilidades essenciais para lerem e produzirem enunciados de maneira crítica e responsiva.

Neste artigo, com base no Método Sociológico (VOLÓCHINOV, 2018), direcionamos nossos olhares para o estudo das dimensões social e verbo-visual de uma tirinha do Armandinho, elaborada pelo cartunista Alexandre Beck. Esse tipo de análise, a partir dos conceitos advindos do Círculo de Bakhtin, tem como intuito desvelar o contexto de produção, quais e como os recursos linguísticos formaram esse texto-enunciado singular.

Semelhantes análises sob a ótica do Círculo podem ser encontradas em Antas (2014), Bernardon, Costa-Hübes e Sella (2016) e Fenilli (2020), estudos que, apesar de distintos

objetivos, se utilizaram das reflexões do Círculo de Bakhtin e analisaram exemplares do gênero discursivo tira/tirinha. Antas (2014) concentrou-se nos efeitos humorísticos relacionados às mulheres em tirinhas da personagem Mafalda, criada por Joaquín Salvador Lavado Tejón, popularmente conhecido como Quino. Nessa mesma perspectiva metodológica e analisando um exemplar do gênero tirinha, da personagem Mafalda, Bernardon, Costa-Hübes e Sella (2016) contribuem para os estudos da linguagem ao explorarem a sua dimensão verbo-visual (o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo do enunciado). Fenilli (2020), por sua vez, a partir da concepção dialógica da linguagem, reflete sobre o gênero tirinha, com vistas a uma elaboração didática com base na Prática de Análise Linguística (PAL).

Em diálogo com esses e outros pesquisadores, nosso objetivo é analisar as dimensões social e verbo-visual de uma tirinha, da personagem Armandinho, demonstrando os aspectos que a compõem. Tal premissa se embasa no Método Sociológico, primeiramente, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, quando Volóchinov (2018) estabelece a seguinte ordem metodológica de análise da linguagem:

- 1) Formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas;
- 2) Formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
- 3) [...] revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220).

O primeiro e o segundo itens estão atrelados à dimensão social do gênero (também chamada de dimensão extraverbal) e o terceiro foi retomado por Bakhtin no texto *Gêneros do discurso*, em *Estética da criação verbal* (1979), e tem a ver com o *conteúdo temático*, a *construção composicional* e o *estilo* do gênero, constituindo a sua dimensão verbo-visual.

Nessa perspectiva, é necessário compreendermos que o texto-enunciado selecionado para análise tem características singulares relacionadas aos contextos de produção e de circulação, além dos recursos linguísticos e discursivos mobilizados para sua produção, o que molda as características dadas pelo autor à tirinha, como evidenciado ao longo deste texto. Percebemos, também, diálogos constantes entre os mais diversos discursos nas tirinhas do Armandinho, tendo como foco as perspectivas críticas do mundo pelo ponto de vista de personagens infantis, principalmente do protagonista das tiras, Armandinho.

Para darmos conta de tal análise por meio dos conceitos do Círculo de Bakhtin, primeiro discutiremos questões relacionadas ao dialogismo e aos gêneros do

discurso/discursivos. Em seguida, a partir do Método Sociológico, analisaremos uma tira do Armandinho, descrevendo e aplicando tal ordem metodológica para o estudo da língua a partir um enunciado concreto.

## DO DIALOGISMO AO GÊNERO: AS DIMENSÕES SOCIAL E VERBO-VISUAL DOS ENUNCIADOS

As discussões mobilizadas pelo Círculo de Bakhtin<sup>4</sup> possibilitaram, de acordo com Brait (2018a), importantes reflexões teóricas sobre a linguagem, principalmente por sua característica transdisciplinar, já que pode ser utilizada nas mais distintas áreas do conhecimento, como Linguística, Educação, História, Sociologia, Filosofia, Psicologia entre outras. Para reafirmar tal proposição, Faraco, Castro e Tezza (2007) reforçam as contribuições de Bakhtin, cujas ideias abordam a linguagem como formadora da realidade humana, pois é ela que possibilita as relações sociais entre os sujeitos, situados no mesmo ponto histórico ou não. Nesse sentido, Bakhtin engendrou “[...] uma revolução epistemológica de grande porte, cujos contornos e cujas consequências não foram ainda de todo percebidos.” (FARACO; CASTRO; TEZZA, 2007, p. 9).

Não há como negar a importância do pensamento filosófico do Círculo. Todavia, um dos desafios que estudiosos a ele vinculados enfrentam consiste no fato de que os conceitos não estão totalmente acabados ou postos em uma única obra, mas muitas das ideias estão divididas entre seus escritos. Fiorin (2008), ao se referir a esse assunto, comenta que, durante toda sua vida, Bakhtin desenvolveu seus pensamentos criando-os e modificando-os, sendo necessário não tomá-los como teorias engessadas e prontas para serem utilizadas.

No ideário do Círculo, os discursos são próximos e/ou similares entre si, justamente por dialogarem entre aquilo que já foi dito e o que ainda não foi enunciado. Nesse sentido, não podemos nos considerar como sendo os primeiros do ato enunciativo, visto que nossa passagem pelo mundo perpassa por contatos sociais do momento em que nascemos até a ocasião que deixamos de existir.

Assim, afastando-nos por um momento das questões puramente linguísticas da língua, Bakhtin (2010) assevera que o dialogismo é de caráter extralinguístico, já que “Qualquer confronto puramente lingüístico ou agrupamento de quaisquer textos abstrai forçosamente todas as relações dialógicas entre eles enquanto enunciados integrais”

---

<sup>4</sup> O Círculo de Bakhtin é a denominação dada a um grupo de intelectuais russos que se reuniam frequentemente, nos períodos de 1919 a 1929, para estudar e discutir a linguagem, a literatura e a arte. Mikhail Mikhailóvitch Bakhtin foi um dos pensadores que mais se destacou, assim como Valentin. Nikoláievitch Volochínov (1895-1936) e Pável Nikoláievitch Medviédov (1892-1938) (BRAIT, 2018a).

(BAKHTIN, 2010, p. 216). Dito de outra forma, todos os sujeitos, em meio a relações sociais nos mais distintos campos de atividade humana, interagem uns com os outros. Tais interações, pertencentes ao mesmo contexto histórico, social ou cultural ou não, estão impregnadas de discursos anteriores e ulteriores. Desse modo,

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. (BAKHTIN, 2003, p. 410).

Assim, somos produtos das interações sociais, e são nesses momentos em que os participantes do processo de enunciação produzem enunciados<sup>5</sup> em meio a um “confronto” de vozes. Para Sobral (2009), o sentido da palavra confronto, em Bakhtin, não compartilha sinonímia com o termo “conflito”, mas sim com a subjetividade de cada sujeito, que vê o mundo ao seu redor de uma forma específica e, ao mesmo tempo, distinta do modo como o outro contempla sua própria vivência.

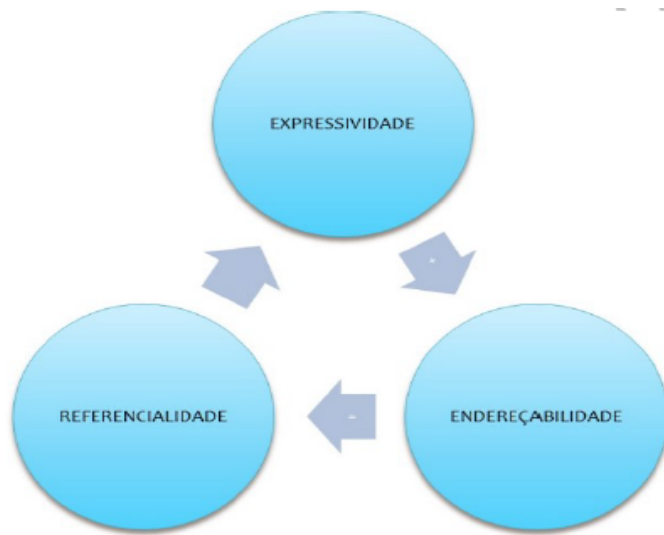
Na concepção de Brait (2005), as relações dialógicas, estabelecidas entre o eu e o outro, os sujeitos sociais, se constroem durante os percursos históricos de cada um por meio de interações discursivas. Nesse âmbito, a interação insere os sujeitos em um momento próprio de produção de sentidos, visto que há um contexto espaço-temporal e léxico-semântico que estabelece o bom funcionamento do uso da linguagem com o intuito de especificar os sentidos. Discurso e dialogismo são intrínsecos, logo, indissociáveis.

Para ilustrar, vejamos, na figura a seguir, os componentes enunciativos representados por Sobral e Giacomelli (2016).

Figura 1 – Componentes enunciativos:

---

<sup>5</sup> Sobral (2009) estabelece distinções entre enunciação e enunciado, sendo o primeiro o processo que produz o segundo, ou seja, enunciado é um produto da enunciação.



Fonte: Sobral e Giacomelli (2016, p. 1081).

Em vista desses componentes, tem-se por enunciado aquilo que ocorre durante a interação comunicativa entre sujeitos, ambos impondo seus valores coletivos e individuais aos discursos que proferem. A enunciação é resultado das relações sociais e do contexto de determinada comunidade linguística. A composição enunciativa leva em conta elementos próprios do sujeito, suas particularidades, e, para efetivá-la, esse mesmo sujeito faz referência à sua mundaneidade (referencialidade), expressa seus conceitos (expressividade) e designa ambas a alguém (endereçabilidade). O ato enunciativo é como uma ponte entre o sistema da língua e as relações sociais.

Assim, Volóchinov (2018) nos remete à bilateralidade atribuída à *palavra*<sup>6</sup>, já que

[...] Ela é determinada tanto por aquele *de quem* ela procede quanto por aquele *para quem* se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o *produto das inter-relações do falante com o ouvinte*. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre falante e o interlocutor. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 205, grifos do autor).

Com isso, reiteramos que todo enunciado é dialógico, em razão disso, transita entre o que já foi dito, sendo uma resposta a enunciados anteriores, replicando-os, respondendo-os, sempre a partir de uma posição ativa dos interactantes sociais (BERNARDON; COSTA-HÜBES; SELLA, 2016).

<sup>6</sup> Para Stella, “A palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva”. (STELLA, 2018, p. 178).



Nesse contexto, os discursos vão surgindo, como em um efeito dominó; as réplicas dos participantes do discurso promovem uma interação constante e, principalmente, dialógica. É assim que surgem, nos discursos, as concordâncias, as discordâncias, a crítica, os questionamentos e as refutações dos discursos alheios. Portanto, há um embate de vozes entre os discursos, fazendo com que os enunciados nunca estejam realmente dados por encerrados, visto que cada voz confere ao enunciado uma subjetividade, fazendo com que a neutralidade inexista e que a ideologia seja posta em evidência.

Assim, é preciso esclarecer que, no ideário de Bakhtin (2016), como já mencionado, todo texto-enunciado, que circula por meio de um determinado gênero discursivo, é composto por três elementos ligados e indissolúveis: o *conteúdo temático*, a *construção composicional* e o *estilo*. Tais elementos são necessários, dado que tudo que é enunciado, na perspectiva do Círculo, tem essa tríade de elementos constituintes.

O conteúdo temático (ou tema), segundo Cereja (2018), faz parte da composição de sentido do enunciado, visto que está vinculado à ideologia do enunciador incorporada ao plano situacional de quem produz, de quem recebe e como o enunciado circula socialmente com o objetivo de ser um objeto significativo. Por isso, “Todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo e finalidade discursiva, sua orientação de sentido específica para com ele e os outros participantes da interação” (RODRIGUES, 2005, p. 167).

Acosta Pereira e Oliveira (2020), ao tratarem do conteúdo temático do gênero, estabelecem importante ampliação desse conceito. Os autores apontam que todo conteúdo temático está relacionado ao âmbito espaço-temporal (cronotopo) do enunciado, responde aos embates sociodiscursivos das esferas de circulação do gênero e de interação entre os sujeitos sociais, é impregnado ideologicamente, possui juízo de valor e surge das relações dialógicas.

Junto ao conteúdo temático, temos o conceito de construção composicional do gênero, o qual estabelece a forma mais ou menos estável do gênero discursivo. Gregol (2020) revela que

[...] a **construção composicional** [...] trata da forma como os enunciados se organizam. Cada gênero apresenta uma construção composicional específica, fluída e dinâmica, isto é, “relativamente estável”. A natureza fluída e dinâmica da construção composicional se dá, principalmente, em virtude do estilo autoral [...]. Assim como o enunciador está livre para colocar seus estilos individuais em seus enunciados, sua constituição e organização também estará direcionada para estabelecer seus propósitos interacionais. (GREGOL, 2020, p. 89, grifo do autor).

Assim, temos a construção composicional de um determinado gênero como a materialização do conteúdo temático e dos elementos linguístico-discursivos relacionados a ele, desembocando, dessa maneira, no estilo do gênero. Esse conceito, por sua vez, corresponde a todos os recursos linguísticos, sejam eles unissemióticos (para enunciados somente orais, verbais-escritos etc.) ou multissemióticos (para enunciados multimodais). São, por exemplo, algumas formas linguísticas o léxico e os aspectos gramaticais de uma determinada língua, as construções frásicas, imagens, cores, entre outros.

Para Brait (2018b), o estilo de um gênero não pode ser visto, em meio a um gênero, texto, discurso ou enunciado, como algo que não precisa estar a par dos contextos sociais, históricos e culturais dos usos da linguagem. É na autenticidade dos contextos languageiros que o estilo auxilia no estabelecimento das significações.

Compreendemos, desse modo, que não são somente as partes escritas (ou oralizadas) dos enunciados que dispõem de significados, mas

A articulação entre os elementos verbais e visuais forma um todo indissolúvel, cuja unidade exige do analista o reconhecimento dessa particularidade. São textos em que a verbo-visualidade se apresenta como constitutiva, impossibilitando o tratamento excludente do verbal ou do visual e, em especial, das formas de junção por essas dimensões para produzir sentido. (BRAIT, 2009, p. 143).

Há, portanto, que se levar em conta todos os elementos dispostos no enunciado, inclusive as imagens, figuras, cores, entre outros que trazem “[...] remissões picturais [que] levam o olhar e o pensamento do contemplador a um ir e vir incessante” (BRAIT; AMORIM, 2020, p. 9).

Volóchinov (2019) revela que todo discurso está atrelado a dois contextos particularmente inerentes a todo e qualquer enunciado: o *contexto extraverbal* e o *contexto verbal*, respectivamente a *dimensão social* e a *dimensão verbo-visual* do gênero<sup>7</sup>. Para melhor compreendermos as questões que envolvem tais contextos, é preciso que retomemos as circunstâncias e o foco dos estudos do Círculo de Bakhtin com relação ao discurso. Bakhtin e outros estudiosos do grupo focavam suas investigações embasados em textos escritos pertencentes à esfera literária. Todavia, a teoria bakhtiniana dá bases suficientes para que se possa analisar a multissemiose de enunciados disponíveis atualmente.

Primeiramente, tem-se a necessidade de se analisar o contexto de produção dos textos-enunciados, ou seja, o *contexto extraverbal*. Para Volóchinov (2019), fazem parte do

<sup>7</sup> É preciso lembrar de que todo enunciado circula, nas mais diversas esferas sociais, por meio de um exemplar de gênero discursivo/do discurso.

contexto de produção do enunciado: “1) o horizonte espacial comum dos falantes; 2) o conhecimento e a compreensão da situação comum aos dois; e finalmente 3) a avaliação comum dessa situação” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 118-119, grifos do autor). Sendo assim, temos, respectivamente, o contexto espacial e temporal (horizonte espaço-temporal), o conteúdo temático (horizonte temático) e o horizonte axiológico, diretamente ligado aos interactantes do discurso (COSTA-HÜBES, 2017). Exemplifiquemos tais conceitos por meio de um exemplar do gênero tira.

Figura 2 – Tirinha do Armandinho, fevereiro de 2016



Fonte: Tiras Beck (2016).

A tirinha em questão só pode ser entendida a partir das contextualizações enunciativas sustentadas por Volóchinov (2019), isto é, o contexto espaço-temporal da tira, que se refere à Floresta Amazônica, que teve como maior período de desmatamento ilegal o período entre fevereiro e março de 2016 (PRIZIBISCZKI, 2022)<sup>8</sup>. Os que terão contato com esse exemplar podem ter ou não conhecimento (total ou parcial) sobre o fato abordado na tirinha e compreender a situação de formas distintas, importando-se em maior ou menor grau com a temática. Dito de outro modo, um interlocutor pode ficar preocupado com a situação relacionada ao desmatamento, enquanto outro, por exemplo, pode não se importar, porque desconhece totalmente os fatos envolvendo a produção do enunciado.

Essa necessidade de se conhecer a dimensão social do gênero advém, segundo Rodrigues (2001), da indissociabilidade do enunciado com a situação social que o produz. Nesse caso, não há a possibilidade de compreendermos um enunciado isolado, mas articulado à sua situação de produção e às relações sociais que o fizeram surgir.

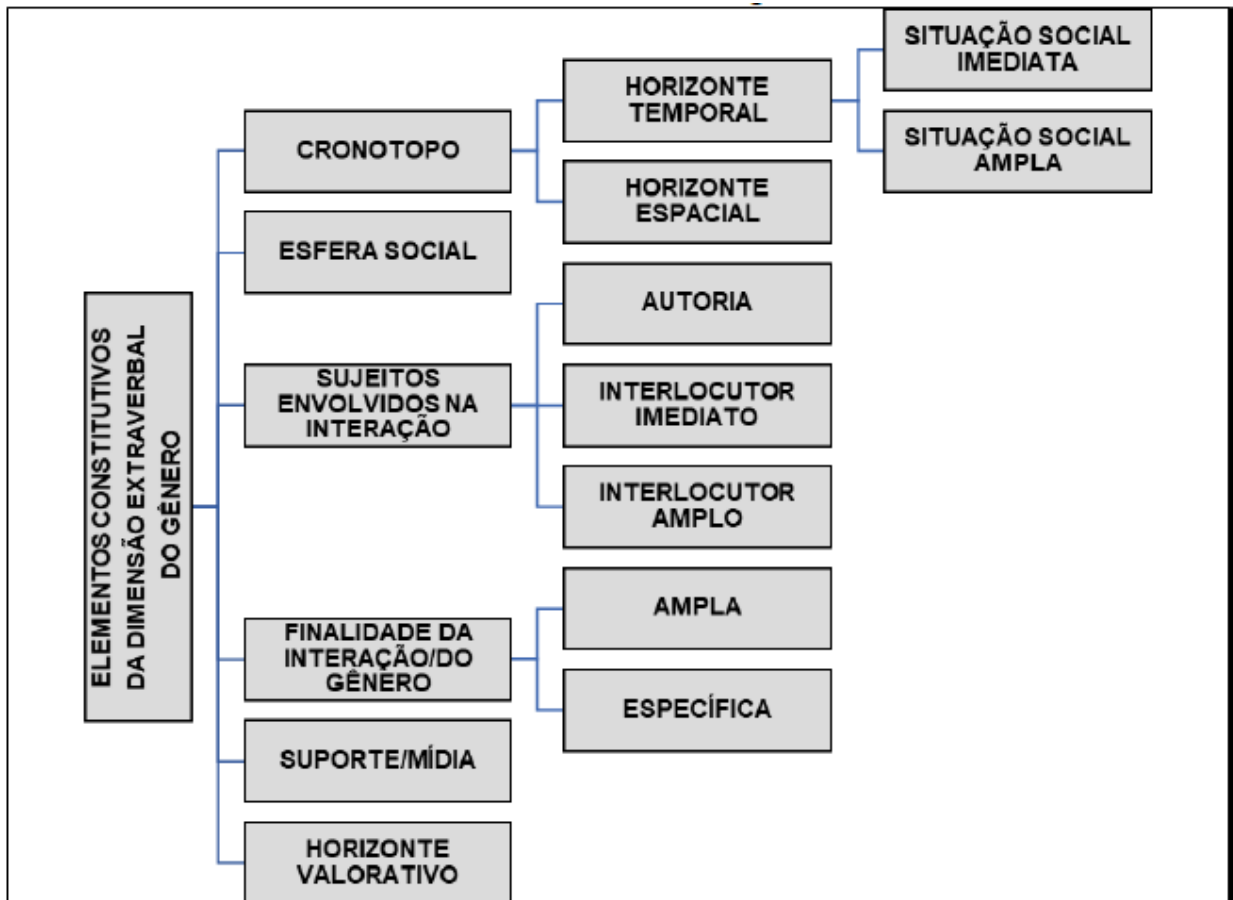
Nesse contexto, a dimensão social do gênero discursivo tem como principal intuito suscitar os mais variados elementos de produção dos enunciados. Para compreendermos

<sup>8</sup>

Dados disponíveis em: <https://oeco.org.br/noticias/amazonia-tem-recorde-de-alertas-de-desmatamento-em-fevereiro/>. Acesso em 11 abr. 2022.

melhor isso, utilizamos um organograma com os principais elementos constitutivos da dimensão extraverbal do gênero, produzido por Brocardo (2019).

Figura 3 – Organograma relacionado à dimensão extraverbal do gênero



Fonte: Brocardo (2019, p. 2520).

A autora ainda esclarece os principais elementos da seguinte forma:

- Cronotopo: investigação sobre o contexto temporal (situação social imediata/situação social ampla) e espacial; compreensão das relações dialógicas que o enunciado estabelece com estes elementos;
- Esfera social: identificação do campo da comunicação humana em que se insere o enunciado, assim como suas orientações;
- Sujeitos envolvidos na interação: identificação dos participantes da interação e de seus papéis sociais;
- Finalidade da interação/do gênero: reconhecimento da função social do gênero e de suas finalidades (específica/ampla);
- Suporte/mídia: investigação das orientações que incidem sobre o enunciado em função de seu suporte e/ou mídia;
- Horizonte valorativo: posições axiológicas, orientações apreciativas identificadas na interação. (BROCARD, 2019, p. 2520-2521).

Em diálogo com essa pesquisadora, Costa-Hübes (2017) estabelece algumas possibilidades para identificarmos o contexto extraverbal de produção do gênero. Para isso, a autora sugere, a depender do gênero analisado, perguntas que dão conta de retomar a

dimensão social do gênero. No quadro a seguir, articulamos as discussões dessas duas autoras, que também são estudosas do Círculo.

Quadro 1 – Retomada do contexto de produção de um gênero

|                                |                             |                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dimensão extraverbal do gênero | Cronotopo e Esfera social   | Horizonte espaçotemporal                                                   | Situação social imediata e situação social ampla, ou seja, onde e quando o enunciado foi produzido; à qual esfera social o enunciado pertence; qual o momento histórico de produção; e em qual veículo e suporte ele circula.                                                                                                                                                                              |
|                                | Interactantes               | Locutor<br>Interlocutor imediato<br>Interlocutor amplo                     | Aqui, é preciso estabelecer quem produziu o enunciado, para quem este é direcionado e qual o motivo de dizer o que foi dito. Além disso, qual o papel social de ambos os interactantes do discurso e qual a valoração estabelecida por eles sobre o que foi proferido.                                                                                                                                     |
|                                | Finalidade discursiva       | Ampla<br>Específica                                                        | A finalidade discursiva do enunciado está relacionada ao conteúdo temático do texto-enunciado, que deve ser comum entre os interlocutores para que o enunciado faça sentido. O primeiro de forma mais específica e o segundo mais ampla. Pode-se, por meio do conteúdo temático, estabelecer os tópicos do enunciado e a sua finalidade e as relações contextuais no âmbito social, político e ideológico. |
|                                | Suporte de circulação       | Por quais meios (físicos ou digitais/tecnológicos) os enunciados circulam? |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                | Valoração dado ao enunciado | Concordância ou discordância, em maior ou menor grau.                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

Fonte: Elaborado e adaptado pelos autores com base em Costa-Hübes (2017) e Brocardo (2019).

Sendo assim, o contexto extraverbal de produção, segundo o Círculo, é de extrema importância para que se possa estabelecer o todo do enunciado, já que tais elementos não estão expressos nitidamente, assim, há a necessidade de buscar a parte presumida do texto-enunciado, que, segundo Volóchinov (2019), “[...] *integra o enunciado como uma parte necessária da sua composição semântica*” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 120, grifos do autor). Em outras palavras, é preciso estabelecer a dimensão social do gênero, pois somente o contexto verbo-visual, isto é, a análise dos elementos linguísticos do gênero, não é suficiente para estabelecer a significação discursiva necessária para assimilar os discursos.

Com base nessa indissociabilidade entre os contextos dos enunciados, analisaremos, a seguir, as dimensões extraverbal e verbo-visual de um enunciado concreto, mais especificamente uma tirinha do Armandinho.

### O MÉTODO SOCIOLÓGICO PARA O ESTUDO DOS GÊNEROS: ANÁLISE DE UMA TIRA DO ARMANDINHO

O Método Sociológico de análise dos enunciados, preconizado pelo Círculo de Bakhtin, revela que todo enunciado é o resultado de interações do eu com o outro em um determinado contexto interacional ocorrido nas mais diversas esferas de comunicação entre os indivíduos. Para Volóchinov (2018),

*A realidade efetiva da linguagem não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados. Desse modo, a interação discursiva é a realidade fundamental da língua. (VOLÓCHINOV, 2018, p. 218-219, grifos do autor).*

Nesse sentido, a linguagem deve ser estudada, segundo Volóchinov (2018), primeiramente, de acordo com a sua forma e tipo de interação discursiva que ocorre em um campo de atividade humana, visto que essas características estão atreladas aos contextos das realizações concretas do enunciado, sejam sociais, históricos, ideológicos ou culturais. Dessa maneira, somente depois parte-se para o que Bakhtin (2016) estabelece como formas enunciativas (construção composicional do gênero) e para a análise dos constructos linguísticos do texto-enunciado, isto é, o estilo do gênero a partir das preferências linguístico-discursivas do produtor de um enunciado a fim de estabelecer sua comunicação em um projeto de dizer.

Com base nisso, a partir de agora, analisaremos as dimensões extraverbal e verbo-visual da tirinha selecionada para este estudo.

Figura 4 – Tira do Armandinho – texto-enunciado multimodal



Fonte: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/photos/a.488361671209144/2883965124982108/>

Iniciaremos pela dimensão extraverbal deste texto-enunciado multimodal/multissemiótico<sup>9</sup>, já que é o contexto de produção que auxiliará o interlocutor dessa tirinha a ter maior percepção tanto dos elementos linguísticos quanto dos visuais utilizados em sua produção e também a compreender qual(is) a(s) intenção(ões) do cartunista ao produzir tal texto-enunciado. Em outras palavras, é o contexto de produção, a parte não verbalizada, mais a verbalizada do texto-enunciado que nos direciona para a significação do enunciado.

O gênero discursivo escolhido para esta análise foi produzido pelo ilustrador e cartunista Alexandre Beck e publicada em uma página oficial, na rede social *on-line Facebook*, Tiras Armandinho, em 20 de novembro de 2019<sup>10</sup>. Tal data é marcada pelo Dia da Consciência Negra, que foi instituído, primeiramente, na década de 1970, por um grupo quilombola do estado do Rio Grande do Sul como forma de homenagear o líder quilombola Zumbi dos Palmares, assassinado nessa mesma data em 1695. Contudo, foi somente em novembro de 2011 que esse dia se tornou um feriado nacional, por meio da Lei n.º 12.519/2011, estabelecendo em todo território brasileiro o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Apesar de todos os esforços para tentar eliminar atos racistas no Brasil, percebe-se que a tirinha do Armandinho traz uma temática ainda atual, promovendo o resgate da memória histórica da nação e direcionando o interlocutor a pensar sobre os fatos racistas ocorridos diariamente. Basta uma breve pesquisa *on-line* para encontrarmos milhares de notícias relacionadas, e é preciso esclarecer que uma porcentagem mínima de casos de racismo, nas mais variadas partes do território nacional, é noticiada na mídia.

Alexandre Beck sempre expõe em suas tirinhas valores humorísticos e críticos de amplitude social que fazem com que seus leitores reflitam sobre a realidade, afinal, essas são algumas das principais características de uma tirinha, realizar críticas sociais. Como é um gênero de ampla circulação, já que circula, principalmente, na esfera jornalística-midiática (jornais, revistas, *blogs* entre outros), tem a capacidade de atingir um maior público, se comparado a outros gêneros produzidos em outros campos da atividade humana.

Segundo o próprio ilustrador e cartunista, as tirinhas do Armandinho são, geralmente, criadas em sua própria casa, em Florianópolis, com o auxílio de um computador. As publicações das tirinhas do Armandinho, hoje em dia, estão direcionadas para três jornais

---

<sup>9</sup> Aqui estamos utilizando os termos multimodal ou multissemiótico para designar um enunciado cujas construções estão relacionadas aos múltiplos elementos que possuem carga linguística, sejam palavras (oral ou verbal-escrito), imagens, cores, gestos, feições, ícones entre várias outras possibilidades da linguagem humana.

<sup>10</sup> Encontramos a tirinha, também, em outra rede social, porém com a data de publicação em 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://twitter.com/quebrandootabu/status/1096740979715956738>.



impressos do estado do Rio Grande do Sul: Zero Hora e Pioneiro, ambos pertencentes ao Grupo RBS, e Diário de Santa Maria. A mesma tirinha, produzida pelo cartunista, é publicada diariamente nos três jornais. Além desses jornais impressos, o artista também disponibiliza materiais para revistas e jornais *on-line*, como a Revista Revestrés, do Piauí, e o Jornal Plural Curitiba, de Curitiba (PR). Já nas redes sociais, *Facebook* e *Instagram*, Beck (2022) diz não haver uma periodicidade de publicações e esclarece que, muitas vezes, tirinhas publicadas pelos jornais ou revistas não são disponibilizadas em suas redes sociais. No *Facebook*, por exemplo, encontramos a página “Tiras Armandinho”, onde, como o nome alude, são compartilhados os textos-enunciados produzidos pelo cartunista.

Para complementarmos, esse gênero em particular,

[...] Além de visar ao entretenimento [...] veiculam informações sobre assuntos polêmicos, na maioria das vezes de valor moral, ligados ao dia a dia das pessoas, a fim de conduzir seus leitores a refletir sobre determinadas situações, desenvolvendo, assim, o senso crítico. (BERNARDON; COSTA-HÜBES; SELLA, 2016, p. 134).

A partir dessa contextualização da dimensão social da tirinha do Armandinho, em decorrência do Método Sociológico utilizado por Bakhtin, complementaremos nossa análise com o contexto verbo-visual, ou seja, o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo da tirinha.

Nesse enquadramento teórico-metodológico, a tirinha tem como conteúdo temático o racismo. É interessante notar, nesse momento, que os conteúdos verbais e não verbais<sup>11</sup> são essenciais para que tenhamos essa percepção temática, dado que somente o verbal não daria conta de nos direcionar para a significação de um gênero pertencente à multimodalidade linguística. A crítica fica explícita quando se percebe as diferenças entre os pensamentos e as atitudes de Armandinho e de Camilo, outra personagem das tirinhas. Armandinho reage com estranheza ao ser questionando<sup>12</sup> sobre a “nota fiscal” das bicicletas. Camilo não se surpreende com isso, aparentando já estar acostumado com esse tipo de procedimento. Por isso, mostra à autoridade o documento comprobatório da compra do objeto, a nota fiscal. Muitas dessas atitudes são heranças de um Brasil Colônia, mais especificamente, da época da escravatura. Mesmo que a Lei Áurea tenha libertado os que

<sup>11</sup> Não somente o contexto de produção da tirinha, mas também as imagens, as quais reverberam outros discursos.

<sup>12</sup> Com base no Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2009), compreendemos que há uma clara distinção entre as ações de perguntar e questionar. A primeira é utilizada quando se tem a necessidade de informações, quando se busca por respostas. Já a segunda, entendemos como uma forma de pôr algo em dúvida, não aceitando totalmente os fatos.



viviam em situação de escravidão, os preconceitos motivados pela cor da pele ainda permaneceram e perduram até os dias atuais, pois estão enraizados em nossa sociedade.

Há pistas enunciativas que demonstram que o autor da tirinha se posiciona contra atos racistas. Quando Armandinho questiona e argumenta, ao mesmo tempo, no terceiro e no último quadrinhos da tirinha, “Mas quem ia carregar uma nota fiscal?”, a locução verbal “ia carregar”, futuro do pretérito do indicativo, indica surpresa e a indignação de Armandinho, aspectos reforçados pela imagem, pelas expressões faciais da personagem. Além disso, as feições de Armandinho confirmam a surpresa que ele teve ao ver que seu amigo carrega a nota fiscal da bicicleta. Essa não é uma prática comum, a de carregarmos notas fiscais de produtos que compramos e utilizamos fora de casa, como é o caso das bicicletas. O foco do autor é demonstrar como a cor da pele gera desconfiança, pois a autoridade policial poderia suspeitar que se tratava de um objeto roubado. Ciente desse preconceito, Camilo prefere se precaver a correr o risco de ser taxado como ladrão e sofrer punições por conta disso.

A estrutura da tirinha do Armandinho, construção composicional para Bakhtin (2016), é curta, com apenas três quadrinhos, nos quais os diálogos flutuam sem a presença de balões de diálogo, comuns nesse gênero. O primeiro e o terceiro quadros da tirinha têm contornos nítidos e são constituídos pela imagem das personagens e duas frases curtas, uma exclamativa e outra interrogativa. Nesse contexto composicional, vale ressaltar que o segundo quadrinho da tirinha não tem contornos e é menor do que o primeiro e o terceiro quadrinhos, além de focalizar a imagem de surpresa de Armandinho quando ele questiona “Nota fiscal?”. A imagem da autoridade policial – suposição baseada no uniforme característico desse profissional – não aparece por completo. Essa peculiaridade é característica das tirinhas produzidas por Alexandre Beck. O autor sempre constrói suas ilustrações com o foco nas personagens infantis, deixando os adultos somente com as pernas à mostra.

O estilo da tirinha é bastante simples, com poucos diálogos, porém, com alguns recursos linguísticos que revelam as críticas e as reflexões que envolvem o texto-enunciado e que não condizem com o discurso de uma criança, uma vez que, geralmente, na idade representada por ambos as personagens, as crianças não entendem o propósito de uma nota fiscal. No primeiro quadrinho, o uso do advérbio de afirmação *sim*, acrescido do ponto de exclamação, introduz uma resposta ao questionamento subentendido feito pelo policial, o de que as bicicletas pertenciam ou não aos meninos. Essa afirmação se deve ao fato de que

Armandinho revela, por meio de sujeito elíptico – [as bicicletas] “são nossas!” – que as bicicletas pertencem a eles. Ainda no primeiro quadrinho, a pergunta do agente “e a nota fiscal?”, introduzida pela conjunção coordenativa aditiva *e*, demonstra que o policial não acredita no que Armandinho diz. O segundo quadrinho contém apenas uma frase interrogativa-exclamativa e com o uso de aspas, já que ele repete o que foi dito anteriormente pelo agente de segurança. No último quadrinho, Armandinho argumenta, por meio do operador argumentativo *mas*, perguntando “mas quem ia carregar uma nota fiscal?”. Camilo, contudo, mostra a nota fiscal da sua bicicleta, o que fica claro com o uso do advérbio de lugar *aqui*, assentindo que a nota que ele pedia estava à sua disposição para verificação. Outro fato interessante a ser mencionado sobre o estilo do autor é o uso do substantivo *senhor*, utilizado como vocativo para se referir, de modo respeitoso, ao policial.

Assim sendo, com base nas reflexões aqui apresentadas, entrelaçando-as ao texto-enunciado tomado como exemplo, fica evidente a importância de atos reflexivos acerca da linguagem, especialmente por meio dos gêneros, os quais se concretizam materialmente em textos-enunciados, que circulam nas esferas de atividade humana, mediante discursos, e esses se dão a partir da seleção e organização da forma de composição, do estilo e do tema. Aliás, essa tríade é determinada e mobilizada com base nas esferas de atividade e da intenção do enunciator, compreendendo sua situação de produção, endereçamento, recepção e circulação dos referidos discursos, extrapolando suas características linguístico-textuais intrínsecas, numa constante relação interlocutora, ou seja, dialógica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo das dimensões extraverbal e verbo-visual de um exemplar do gênero tirinha fez com que nós, pesquisadores da linguagem, voltados para o Método Sociológico do Círculo de Bakhtin, tivéssemos ainda mais ciência da importância de se trabalhar com a língua viva e concreta, materializada em textos-enunciados. Isso nos permite considerar a discursividade e a criticidade que compõem tais enunciados, motivando os interlocutores a uma atitude responsiva ativa.

Percebemos também que tirinha tem caráter híbrido e multissemiótico, pois, além do verbal, temos o não-verbal, elementos importantes para que a interpretação seja possível, plausível e completa. O esclarecimento da dimensão social e da dimensão verbo-visual da tirinha do Armandinho revela compreensões basilares do papel do autor da tira e dos

interlocutores que entram em contato com esse gênero em jornais, revistas, *blogs*, redes sociais etc., sejam físicos ou *on-line*. Não basta, desse modo, compreendermos somente a materialização linguística ou imagética de uma tirinha, é preciso conhecer os contextos que envolvem as palavras e as imagens do gênero.

Os discursos são dialógicos, porque remetem tanto ao passado quanto ultrapassam as barreiras do presente, remetendo os discursos para o futuro. Com base nessa afirmação de Bakhtin (2003), é válido relembrar o caso de racismo, em analogia à tirinha do Armandinho, ocorrido em 5 de agosto de 2021, quase dois anos após a publicação da tirinha, em que o jovem negro, instrutor de surfe, Matheus Ribeiro, foi acusado de roubo de bicicleta em uma das áreas mais nobres na capital do Rio de Janeiro, no Leblon. A arte imitando a vida ou a vida imitando a arte?

Apresentamos neste texto apenas um exemplo de análise do contexto verbo-visual e extraverbal de um enunciado concreto. Reconhecemos que há tantas outras possibilidades analíticas, a depender da quantidade de informações que se tem do objeto em relação aos seus contextos de produção e construtos linguísticos que auxiliam no projeto de dizer. Assim, essa discussão não se encerra neste momento; trata-se apenas de um elo na cadeia da comunicação verbal.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA PEREIRA, R.; OLIVEIRA, A. M. de. Análise dialógica do conteúdo temático em gêneros discursivos. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 9, n. 16, p. 245-264, 2020.

ANTAS, L. Z. *A mulher nas tirinhas da Mafalda: uma análise discursiva da construção de humor*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BAKHTIN, M. M. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. Trad. De Aurora Fornoni Bernardini. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. M. *Os gêneros do discurso*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BECK, A. *Informações para trabalho científico-acadêmico* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por beckilustras@gmail.com em 29 de março de 2022.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 87-98.

BERNARDON, D. G.; COSTA-HÜBES, T. da C.; SELLA, P. Análise do gênero discursivo tiras em quadrinhos a partir do Método Sociológico de Bakhtin. *Línguas & Letras, [s. l.]*, v. 17, n. 35, p. 126-140, 2016.

BRAIT, B. A palavra mandioca do verbal ao verbo-visual. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 142-160, 2009.

BRAIT, B. Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2018a. p. 7-10.

BRAIT, B. Estilo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2018b, p. 79-102.

BRAIT, B.; AMORIM, M. Ver com Palavras. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, [s.l.]*, v. 36, n. 3, p. 1-32, 2020.

BROCARD, R. O. Elementos constitutivos da dimensão extraverbal do gênero. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (SIMELP), 7, 2019, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: SIMELP, 2019, p. 2515-2523.

CEREJA, W. Significação e tema. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 201-220.

COSTA-HÜBES, T. da C. Prática de análise linguística no ensino fundamental e sua relação com os gêneros discursivos. *PERcursos Linguísticos, [s.l.]*, v. 7, n. 14, p. 270-294, 2017,

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogos: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007.

FENILLI, L. M. F. F. *Trilhando caminhos para uma prática de análise linguística de base dialógica: uma proposta de elaboração didática a partir do gênero discursivo tira*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

GREGOL, F. A. *A dimensão social e a dimensão verbo-visual do gênero “post em rede social”: linguagem multissemiótica e dialogismo*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

PRIZIBISCZKI, C. *Amazônia tem recorde de alertas de desmatamento em fevereiro*. Eco, 11 de março de 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/amazonia-tem-recorde-de-alertas-de-desmatamento-em-fevereiro/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: uma abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.152 – 183.

RODRIGUES, R. H. *A constituição e funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SOBRAL, A. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. *Domínios de Linguagem*, [s.l.], v. 10, n. 3, p. 1076–1094, 2016.

STELLA, P. R. Palavra. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 177-190.

TIRAS BECK. Armandinho. Tiras Beck, 2016. Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/139432587409/tirinha-original>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2. ed. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, V. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. In: VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

Recebido em 03 de novembro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.





## A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA MULHER REINCIDENTE NO SISTEMA PRISIONAL

DOI:10.48075/ri.v25i2.30077

Jirlany Marreiro da Costa Bezerra<sup>1</sup>  
Francielle Maria Modesto Mendes<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo descrever a importância das relações de gênero para a construção identitária da mulher, assim como a constituição de uma identidade social estigmatizada, nesse caso uma mulher reincidente no sistema prisional. Para isso, foi utilizado na elaboração deste artigo uma entrevista semiestruturada coletada de uma ex-presidiária do sistema penitenciário Evaristo de Moraes no município de Sena Madureira – AC, bem como as fundamentações teóricas de Michelle Perrot (2015), Erving Goffman (2004), Lombroso & Ferrero (2002) e os estudiosos dos Estudos Culturais Stuart Hall (2006), Woodward (2014) e Silva (2014). Tendo em mente, que a mulher criminosa ou criminalizada carrega em sua identidade, marcas de um estigma social que se torna difícil de desconstrução, seja por ela ou pela sociedade. Desta forma, o presente artigo pretende demonstrar o quanto os padrões sócio-culturais interferem na identidade e na vida de uma mulher que já carrega em sua construção identitária marcas de violências e dificuldades.

**Palavras-chave:** Constituição; Mulher; Estigma; Identidade.

## THE IDENTIFY CONSTITUTION OF WOMAN RECIDENTS IN THE PRISON SYSTEM

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI), da Universidade Federal do Acre (UFAC). Docente de Psicologia do Instituto Federal do Acre – IFAC. [jirlany.bezerra@sou.ufac.br](mailto:jirlany.bezerra@sou.ufac.br).

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Acre – UFAC. [francielle.mendes@ufac.br](mailto:francielle.mendes@ufac.br)

**ABSTRACT:** This article aims to describe the importance of gender relations for the construction of a woman's identity, as well as the constitution of a stigmatized social identity, in this case a woman who has been a recidivist in the prison system. For this, a semi-structured interview collected from a former prisoner of the Evaristo de Moraes penitentiary system in the municipality of Sena Madureira - AC was used in the preparation of this article, as well as the theoretical foundations of Michelle Perrot (2015), Erving Goffman (2004), Lombroso & Ferrero (2002) and Cultural Studies scholars Stuart Hall (2006), Woodward (2014) and Silva (2014). Bearing in mind that the criminal or criminalized woman carries in her identity, marks of a social stigma that becomes difficult to deconstruct, either by her or by society. In this way, this article intends to demonstrate how much socio-cultural standards interfere in the identity and life of a woman who already carries in her identity construction marks of violence and difficulties.

**Keywords:** Gender; Woman; Stigma; Identity.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos XIX e XX, as diferentes concepções acerca da mulher e do seu posicionamento diante da sociedade foram registrados através de embates e discussões, principalmente políticos e filosóficos quanto ao que deveria ser a sua posição social e, conseqüentemente, a expressão da sua identidade. Argumentar sobre a mulher dentro de um contexto privado e posteriormente público, e os diversos estigmas colocados sobre ela, é lembrar as diversas lutas e desafios enfrentados. É desmitificar a imagem outorgada sobre ela e tentar desconstruir um discurso secular.

Para isso, este texto tem o propósito de discutir inicialmente a importância das relações de gênero para a construção da identidade através do pensamento de Michelle Perrot (2015), bem como o conceito de identidade social, desenvolvido pelo sociólogo Erving Goffman (2004), cuja problemática se baseia nas concepções dadas às mulheres criminosas. Tal intuito é uma tentativa de dialogar com as construções identitárias a partir da visão trazida de autores como Goffman (2004), Lombroso e Ferrero (2002), Hall (2006), Woodward (2014) e Silva (2014), que reconhecem como as identidades podem ser sujeitas às diferentes construções e estigmas instalados.

A elaboração deste artigo parte de um recorte da dissertação de mestrado *“Entre as grades e as ruas: Estudo do percurso da mulher no sistema prisional de Sena Madureira – AC”*<sup>3</sup> (2016), assim como também será usada uma entrevista coletada na mesma pesquisa,

---

<sup>3</sup> Dissertação de mestrado do Programa em Letras: Linguagem e Identidade, PPGLI – UFAC, defendida em 2016. Disponível em:

cuja narrativa baseia-se na história e construção identitária de uma mulher que reincidiu no crime. A entrevistada, que tem o codinome de Verônica, tem 32 anos de idade, é natural do município de Boca do Acre, no estado do Amazonas, possui o ensino médio incompleto, é mãe de quatro filhos. Foi presa duas vezes por tráfico de drogas (art. 33 do Código Penal), reside no município de Sena Madureira, no estado do Acre, considerado o terceiro maior município do estado com aproximadamente 47.168<sup>4</sup> mil habitantes. A população carcerária do estado gira em torno de 3.865<sup>5</sup> presos, entre homens e mulheres.

O uso da entrevista como exemplo da construção identitária da mulher proporcionará observar como as identidades podem ser fluidas, móveis e em constantes construções, permitindo observar pontos de vista diferenciados sobre a construção identitária da mulher criminosa através dos autores citados.

## 1. TRAJETÓRIAS E DESLOCAMENTOS IDENTITÁRIOS

A trajetória histórica das mulheres desde o Brasil colônia é frisada por aspectos de dominação e submissão às instituições sociais que constituíam a sociedade, como a igreja e a família. O casamento exemplifica-se como laço institucional marcado por essa relação de poder e a educação dada era voltada aos cuidados maritais e maternos. Da figura representativa de pai e marido configurava-se a imagem do senhor, do proprietário sobre a mulher e, nessa trajetória, a igreja continuava a interferir nas relações conjugais norteando a forma como o casal deveria se comportar, principalmente referente às relações sexuais. Conforme observa Araújo (2015):

O ideal do adestramento completo, definitivo, perfeito, jamais foi alcançado por inteiro. A igreja bem que tentava domar os pensamentos e os sentimentos, muitas vezes até com algum sucesso, mas nem todo mundo aceitava passivamente tamanha interferência quando o fogo do desejo ardia pelo corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias. Contudo, parece que o normal era a introjeção, por parte das próprias mulheres, dos valores misóginos predominantes no meio social; introjeção imposta não só pela igreja e pelo ambiente doméstico, mas também por diversos mecanismos informais de coerção [...] (ARAÚJO, 2015, p. 53).

---

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4873414](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4873414). Acesso em: 11 de jan 2022.

<sup>4</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/sena-madureira/panorama>. Acesso: 21 de jan 2022.

<sup>5</sup> <http://iapen.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2021/01/Gr%C3%A1fico-DEZ-20.pdf>. Acesso: 21 de jan 2022.



Do mesmo modo, toda forma de coerção instaurava-se legitimamente, e principalmente, através dos corpos das mulheres sendo direcionados a serem disciplinados, como afirma Michel Foucault (1995). No entanto, essas condições ainda são observadas na contemporaneidade através da narrativa de Verônica (2016) ao dizer: “Me lembro do jeito da mãe, ela era agressiva. Até hoje ainda ela é assim. Sofri muita violência física por parte dela. Tinha medo”.

A visível relação de poder, exercida por aqueles que estavam à frente das regras impostas, demonstrava a ideia do lugar que deveria estar a mulher. Outra forma de coerção em seus corpos era a pressão exercida com relação à sua virgindade sendo objeto de cobiça e vigilância até a obsessão, como declara Perrot (2015). Segundo a autora, “preservar, proteger a virgindade da jovem solteira é uma obsessão familiar e social” (PERROT, 2015, p. 45).

A figura da mulher casta representava não somente a sua honra, mas o respeito familiar que lhe era outorgado. A mulher que perdia sua honra era banida do seio familiar, sendo condenada a uma vida de prostituição ou reclusão em um convento. Os diferentes posicionamentos voltados para a figura da mulher e sua sexualidade foram alvos de muitas discussões e abordagens punitivas, com o intuito de inibir todas as formas os seus impulsos sexuais. Tendo em mente, que a imagem ou visão desejada pela sociedade é sempre de uma mulher recatada e submissa. No entanto, o desejo e a expressão da sexualidade com o passar dos tempos, tornou-se desafiadora para os padrões enraizados, demonstrado através da fala da entrevistada: “Casei com ele porque tinha engravidado e minha mãe estava fazendo toda aquela confusão, aí pensei: o primeiro que me aceitar, caso” (VERÔNICA 2016).

O casamento no começo do século XX evolui no sentido de que as escolhas maritais deixam de ser apenas acordos para terem um fundo romântico e mais independente dos dogmas da igreja. Porém, mesmo havendo rupturas com relação ao poder imposto pela igreja, e pela família a mulher não deixa de ser alvo de castração e punição quando necessário, tendo em vista o olhar sobre o adultério, a desobediência patriarcal e as regras morais ditas pela sociedade. Perrot (2015) salienta que:

A quantidade de mulheres que apanhavam dos seus maridos era imensa. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa – desde que o fizesse com moderação. Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de serem donas de casa “relaxadas” (PERROT, 2015, p. 77).

A afirmação da autora é exemplificada pela fala de Verônica (2016) ao declarar como o companheiro a tratava mediante a relação de poder imposta: “Ele era muito violento, fiquei casada por nove anos. Tive quatro filhos. Tive cinco abortos da violência que sofria dele [...]”. Todos esses efeitos coercitivos sobre a entrevistada, assim como para as mulheres de um modo geral, influenciavam de forma contundente a identidade delas, que ora mantinham-se enquadradas dentro dos rigores sociais ora desejavam liberdade.

A mulher foi impedida de todas as formas, seja pela igreja seja pela família (pai, marido), levada a exercer somente aquilo que lhe impunha, não podendo de forma alguma interagir, mediar e participar de determinados assuntos, sendo castrada em seus anseios mais latentes, sublimada ao esquecimento da sociedade. Essa visível relação de dominação é observada quando entendemos que a relação de gênero é algo que deve ser reconstruído entre os pares, pois as mulheres, ao serem colocadas em condição de inferioridade, assumem e reprimem todas as suas expectativas enquanto ser humano que possui necessidades e desejos.

As mudanças contemporâneas e a desconstrução de alguns valores patriarcais favoreceram a abertura de um novo olhar subjetivo sobre a mulher, esta como detentora de um saber e de um fazer, adentra-se cada vez no espaço público, que segundo Arendt (2007):

[...] que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas a aparição pública (ARENDR, 2007, p. 59 - 60).

Esse romper no espaço público remete às diversas lutas constantes de reivindicações por seus direitos, incentivadas pelos movimentos feministas ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970. A mulher gradativamente avançou a sua participação em diversas áreas, que teve como consequência a reformulação do espaço público e de sua cidadania. Posteriormente a essas conquistas, houve algumas aberturas no espaço político, mesmo de forma discreta, favorecendo a discussão por igualdade entre os sexos e o alcance de igualdade nas atribuições de certos cargos, pois as mulheres eram levadas anteriormente a serem colocadas nas posições apenas de secretárias, cozinheiras, tradutoras e intérpretes, como afirma Perrot (2015). Apesar de todas as lutas e manifestações de ganho no espaço público, essa conotação de se trabalhar em lugares submissos é visto na atualidade através

da fala de Verônica (2016), ao dizer que trabalhava “como babá e doméstica em Rio Branco, ganhava um salário com carteira assinada”.

Esperava-se que essas transformações nos espaços públicos produzissem uma nova ressignificação em algumas ideias relacionadas às mulheres, porém o que foi observado foram posicionamentos machistas e preconceituosos. Mesmo havendo diversas fissuras no tecido social, a imagem da mulher mãe voltada para os afazeres domésticos e maternos ainda se mantinha, e aquelas que tivessem um posicionamento diferenciado eram consideradas rebeldes e desobedientes. Segundo Raquel Soihet (1989):

A mulher, ligada primordialmente à família e à maternidade, torna-se a afirmação do feminino modelar. Frente a ela, as outras aparecem como a desordem, aquelas que não realizavam o ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade: as solteiras, as libertinas, as prostitutas e as apaixonadas – todas aquelas cuja sexualidade não é posta para gerar filhos no interior da família institucional (SOIHET, 1989, p. 116).

Em conformidade com a ideia dada pela autora sobre os diferentes posicionamentos que a mulher em si poderia ter, principalmente, relacionado à sua condição de provedora do lar, o que ocorria muito no começo do século XX, influenciados pelo pensamento positivista, era a luta da mulher por sua sobrevivência diária, defendendo seus ideais, seus valores e crenças, aquelas que exerciam o ofício da prostituição e da cartomancia, por exemplo, eram consideradas criminosas, tendo em contrapartida a punição severa.

Na década de 1960 com o surgimento do movimento feminista, e posteriores ondas, observa-se novas mudanças no espaço público destinado às mulheres. A mulher consegue se posicionar em determinados ambientes sociais que eram somente oferecidos ao homem e com isso alcançando ganhos e conquistas. No entanto, essas vitórias não alcançaram todas as classes sociais e nem todas as raças, pois muitas mulheres continuaram e continuam até hoje em situação de vulnerabilidade, como é o caso de Verônica (2016) ao dizer sobre a sua situação financeira “para todo canto que você vai às portas se fecham, não te dão oportunidade”.

Portanto, desfazer esses discursos construídos ao longo da história sobre a posição da mulher e suas condutas em determinados momentos, demonstra que a identidade ora surgida, ou melhor, vista da mulher é quase sempre interpretada de maneira negativa. No caso específico no cometimento de crimes como é o caso de Verônica (2016), a escolha dos

seus atos acentua ainda mais os preconceitos, estereótipos e controvérsias sobre a sua identidade e o seu papel social na sociedade.

## 2. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL

Goffman (2002), através de seus estudos voltados à construção da identidade social, afirma que, à medida que interagimos socialmente e nos relacionamos dinamicamente com as pessoas, a sociedade estabelece um modelo ou padrão socioemocional esperado pelo indivíduo e aquele que foge ou desvia-se desses padrões serão estigmatizados. Segundo Goffman (2004) o estigma enquadra-se quando:

[...] o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem [...] (GOFFMAN, 2004, p. 5).

Para o autor, à medida que os indivíduos se relacionam nas diferentes esferas sociais estigmas vão surgindo, incidindo em pré-julgamentos ou pré-concepções sobre o sujeito, o que ele denomina como identidade social do sujeito. Tratando-se da mulher cujo comportamento é envolto em práticas criminosas, costumamos associar que as atitudes desviantes que fizeram em algum período de suas vidas continuarão a ocorrer simultaneamente. É o que o autor sinaliza como identidade social estigmatizada e evidenciada na fala de Verônica (2016) ao dizer sobre a sua experiência no presídio: “Lá dentro a gente aprende a melhorar, mas quando saímos o preconceito que faz a gente voltar, porque no mundo que estava me sentia querida e o restante exclui a gente. Não querem nem saber o porquê, já discrimina” (VERÔNICA, 2016).

Em sua abordagem, o autor esclarece que a identidade social é vista a priori de duas formas: a primeira delas é a identidade social virtual, na qual caracteriza justamente a forma como imaginamos o outro, ou seja, as pré-concepções. Mesmo que a mulher criminosa buscasse mudar o curso da imagem imposta a ela, seria impossível devido às pré-concepções já estigmatizadas.

A abordagem da teoria sexista colocada dentro de uma perspectiva pública e privada, assim como a teoria de Lombroso e Ferrero<sup>6</sup>, trouxe e fortaleceu negativamente a imagem desejada e esperada da mulher criando estigmas que são perpetuados até hoje. Observa-se que, em algumas culturas, essas concepções são extremamente evidenciadas e enfatizadas ao tentar explicar comportamentos e atitudes provenientes das mulheres que cometem crimes.

Tratando-se da teoria de Lombroso e Ferrero surgida no final do século XIX, sobre a criminalidade feminina, os médicos elaboraram um conjunto de características biológicas que definiam quais mulheres poderiam manifestar atitudes criminosas. Tal teoria partiu de estudos anteriores sobre a criminalidade masculina acrescentando os fatores morais na execução de determinados crimes praticados pelas mulheres.

Seus estudos baseavam-se em concepções sobre características degenerativas próprias dos estágios primitivos incidindo em tendências criminosas provenientes de uma não evolução biológica, ou seja, de estruturas físicas, favorecendo a determinadas práticas criminais. Denominavam três categorias para análise da mulher criminosa, que são segundo Soihet (1989):

[...] criminosas natas que se constituíam no tipo mais perverso, face ao seu grande número de caracteres degenerativos, apresentando soma considerável de características masculinas; as criminosas por ocasião, dotadas de características femininas, embora apresentando de forma latente, em gradações diversas, a tendência para o delito e as criminosas por paixão que atuam a partir de seu caráter arrebatado, ou seja, a partir da forte intensidade de suas paixões (SOIHET, 1989, p. 82).

Para Soares e Ilgenfritz (2002), tais categorias buscavam enquadrar os diversos crimes praticados entre as mulheres. Para os teóricos Lombroso e Ferrero, essas categorias explicitavam que os fatores biológicos como a puberdade, menstruação, menopausa e o parto tornavam-nas mais propensas ao crime, conjuntamente com os aspectos morais atribuídos às qualidades que as mulheres deveriam possuir. Pois, dependendo do crime praticado associavam à ordem biológica ou as influências que o homem poderia ter sobre a mulher.

Os autores defendiam que as mulheres possuíam uma posição de passividade particular de origem fisiológica, de maneira que elas são mais adaptáveis e mais obedientes à lei que os homens e, por isso, necessitavam de maiores cuidados uma vez que se

---

<sup>6</sup> Teoria que surgiu no final do século XIX sobre a criminalidade feminina. Encontrada no livro SOARES, B. M & ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras: Vida e Violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

apresentavam em alguns momentos amorais, ou seja, engenhosas, frias, calculistas, sedutoras, tendenciosas ao crime e também à prostituição, de acordo com Soihet (1989).

Acreditavam que enquanto as mulheres guardavam energia, os homens gastavam de maneira que as mulheres criminosas gostariam de exercer suas sexualidades como os homens. É importante relatar que o exercício da prostituição não era considerado crime no Brasil e sim prática criminal considerada como delito, que é caso do “favorecimento da prostituição” (art. 228 do Código Penal), “casa de prostituição” (art. 229), “rufianismo” (art. 230) e “tráfico de mulheres” (art. 231)” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 67).

Esses delitos praticados pelas mulheres incentivavam, induziam, facilitavam de alguma forma a prática de venda, divulgação e exposição dos seus corpos. O crime de favorecimento da prostituição, por exemplo, registrado no art. 228 do Código Penal de 1940, diz que “Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone, acarreta pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa” (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO). A maneira como era conduzido o sentido sobre a prostituição, favorecia a entrada das mulheres na prisão.

De um modo geral, a teoria de Lombroso e Ferrero influenciou alguns juristas como foi o caso de Lemos de Brito, que atuou no Brasil sobre as questões do sistema penitenciário, principalmente a questão da sexualidade da mulher presa, sendo difundido em todos os estados. Portanto, seguindo uma ordem dada pelas autoras Soares e Ilgenfritz (2002) a respeito da criminalidade feminina, conclui-se que:

A mulher, por suas características físicas e psicológicas, ou mesmo por sua inferioridade mental, é menos propensa a praticar os tipos de delitos que caracterizam a criminalidade masculina; Há crimes “tipicamente femininos”, perpetrados exclusivamente na esfera doméstica, sobretudo contra os filhos, e determinados por estados orgânicos e emocionais a que a mulher está sujeita independentemente da sua vontade – o que os tornaria menos condenáveis do que os delitos masculinos, supostamente cometidos, na maior parte, sob controle das faculdades racionais; Exatamente por ocorrerem no espaço privado, grande parte dos crimes “tipicamente femininos” permanece oculta, invisível, dissimulada – sendo muito difícil detectá-los, dimensioná-los e puni-los; A sexualidade feminina, quando não está canalizada para o casamento e a procriação, constitui um elemento perturbador da ordem, um perigo para a moral e os bons costumes, um indutor indireto da criminalidade masculina, que, portanto, tem de ser isolado e controlado. A prostituição – expressão máxima dessa sexualidade degradante, anárquica e perigosa – não pode, contudo, ser “criminalizada”, visto que é um “mal necessário”, uma instituição abominável, mas imprescindível para a preservação da moral pública e da estrutura familiar (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 68).

Nesse sentido, percebe-se o poder de influência que os teóricos Lombroso e Ferrero mantiveram ao longo do século entre os juristas, pois suas teorias se sustentam em alguns

julgamentos, por tentar colocar sobre as mulheres o sentimento de culpa por ter cometido o crime sem pensar no quanto isso afetaria a vida de seus filhos. Portanto, a prisão torna-se mais um espaço de recolhimento, confinamento para as mulheres perdendo de vez o seu direito de ir e vir, possibilitando legalmente a punição dentro dos parâmetros legais.

Todavia, ao voltarmos para a perspectiva apresentada inicialmente sobre indivíduos estigmatizados trazida por Goffman (2004) vemos retratada a interação como mecanismo de reforço ou desconstrução de algumas concepções dadas, demonstrando o que ele chama de identidade social real:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 2004, p. 6).

Como seres portadores de infinitas possibilidades identitárias construtivas, essa mulher ora taxada como criminosa absorve esse estigma aceitando muitas vezes a categoria atribuída a ela posicionando-se conforme as afirmações da sociedade, o que Goffman (2004) denomina como ganhos secundários.

Esses ganhos secundários referem-se aos processos de internalização que o indivíduo enfrenta. É observado no primeiro momento que a realidade imposta ajuda a romper com os estigmas construídos, traçando caminhos que são de superação do que está sendo dito e visto pela sociedade. Contraditoriamente, outro ponto do indivíduo estigmatizado é a aceitação da imagem dada, buscando apenas mascarar ou, como o autor denomina, “acobertar” determinados estigmas, revelando apenas aqueles que não trarão grandes prejuízos.

A partir dessa lógica, quando as mulheres são vistas como perpetradoras, o estigma se torna ainda mais pejorativo por causa das práticas envolvidas. Portanto, desfazer da imagem imposta da mulher, seja ela criminosa ou não, traz a discussão de que forma entendemos e absorvemos os conceitos e juízos construídos ao longo dos tempos sobre a imagem que se espera ou deseja da mulher.

Como afirma Goffman (2004), o estigma é algo que vem sendo utilizado ao longo dos séculos para categorizar o outro; aquele que não adere às normas é colocado como desvio

de comportamento. É importante enfatizar que geralmente o estigmatizado desenvolve as mesmas crenças daqueles considerados normais, pois estão convivendo numa mesma cultura.

Isso não impede que os indivíduos cujos comportamentos sejam considerados desviantes não possam ser classificados em desacreditado ou desacreditável. A diferença entre os dois é que o indivíduo desacreditado ocupa alguns posicionamentos, caso da abominação, em que se cria um estigma em decorrência do outro, por exemplo, espera-se que os sujeitos criminosos possuam marcas corporais que enfatizem o seu estigma, sejam elas tatuagens, por exemplo, um sinal que ao ser visto seja reconhecido. Isso qualifica o indivíduo a uma categoria de inferioridade, periculosidade, no caso do sujeito criminoso.

Outra característica se refere ao posicionamento quanto ao caráter do indivíduo, ou seja, atribui uma qualidade ou defeito ao outro, sem ter tido qualquer contato ou relacionamento. Como exemplo, pode-se considerar que a mulher criminosa, ao mentir sobre o cometimento de um crime, reincidirá nessa prática, ou seja, a mentira será o instrumento de saída toda vez que for pega em atos ilícitos, assim, ela permanece desacreditada: “Me sinto mal. Eu prometi que não ia fazer de novo, só que você se vê numa situação que não tem como, acaba cedendo” (VERÔNICA, 2016).

Tais comportamentos são observados ao buscar reconhecer como as identidades sociais das mulheres criminosas são construídas, pois há uma série de categorias, como afirma Goffman (2004), que auxiliam na formação da estigmatização. Algumas mulheres colocam-se numa posição de vitimização devido aos estigmas impostos sobre elas incidindo muitas vezes na prática do crime novamente, pois tentam minimizar suas atitudes ilícitas frente aos desafios e dificuldades que passam e, por isso, alojam-se em grupos que respondem aos mesmos desafios perante suas identidades sociais: “[...] aqueles que compartilham o seu estigma e, em virtude disso, são definidos e se definem como seus iguais” (GOFFMAN, 2004, p. 27).

O estigmatizado, desta forma, busca interagir dentro dos meios sociais nos quais a sua identidade seja sublimada ou esquecida e, por isso, geralmente se relaciona com indivíduos que vivem essa mesma situação. A entrevistada responde claramente a essa afirmação ao dizer que a maioria das pessoas com quem se relaciona está em condição de ser desacreditada, ela menciona “a maioria é envolvida” (VERÔNICA, 2016). Portanto, o indivíduo desacreditável busca acobertar o seu estigma principal revelando apenas aqueles que são menos importantes ou menos prejudiciais à sua imagem.



Tratando-se das mulheres criminosas é difícil não percebermos o estigma de ex-presidiária reincidente, porque a própria sociedade se encarrega de divulgar os seus atos, a fim de diminuir a sua imagem, “ainda há o olhar diferente, a falta de confiança” (VERÔNICA, 2016), colocando aquilo que Goffman (2004) tanto enfatiza que são as características depreciativas e, conseqüentemente, estigmas sociais, perfazendo uma imagem de identidade social negativa.

Toda essa perspectiva da identidade social nos faz refletir como os estigmas identitários das mulheres criminosas foram construídos e marcados ao longo dos séculos através de conceitos ou juízos já estabelecidos e reforçados a cada dia. A cultura na qual a mulher está inserida pode denominar ou caracterizar as suas atitudes como desviantes ou criminosas. É necessário estudar, refletir de que maneira os processos sociais, afetivo-emocionais interferiram ou não no desencadeamento de condutas criminosas.

Relacionar a identidade dentro dessas discussões sobre a mulher criminosa possibilita entender a construção ou reconstrução que o indivíduo passa ao interagir com o meio. Dada a importância da identidade da mulher criminosa dentro desse contexto, uma vez colocada como infratora e delinquente isso não significa que possa manter intacta a sua identidade, pelo contrário, a sua identidade se fragmenta toda vez que entra e sai do sistema penitenciário, tendo que se refazer e reconstruir-se à medida que as relações culturais ou sociais vão se modificando. É o que Hall (2006) aponta, ao assumir que,

estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento—descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos — constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo (HALL, 2006, p. 1).

É compatível o conceito utilizado por Stuart Hall ao assumir que a “crise de identidade” configura-se como uma descentração ou deslocamento. É o que Bauman (2011) declara ao citar uma frase de Franz Kafka: “Eu sou um fim ou um começo” (BAUMAN, 2011, p. 102).

Essa dificuldade identitária de saber qual o seu lugar e seu posicionamento são originários dos processos sociais, econômicos e culturais que ocorrem e se modificam em tempos e tempos provenientes desses meios constitutivos, em que o ser humano vai perdendo sua identidade que antes achava possuir. É o surgimento da identidade pós-moderna (HALL, 2006).

E a identidade pós-moderna envolve justamente a lógica do mercado e do consumo, ou seja, dos processos globalizantes, e isso desenraiza o sujeito a todo instante de si mesmo, pois aquilo que é produzido em pouco tempo será substituído e novas formas identitárias surgirão para serem consumidas. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2006, p. 2). O processo de globalização tem contribuído para a desintegração das identidades nacionais em função da crescente homogeneização cultural imposta por esses fluxos culturais entre povos e nações.

Se há um processo de homogeneização, há também um processo de combate com a intenção de não se perder as suas tradições, pois os efeitos da globalização ou, como citado por Hall - “modernidade tardia”, não atuam de forma igual ou correta para todos. A sociedade “[...] está constantemente sendo ‘descentrada’ ou deslocada por forças fora de si mesma” (HALL, 2006, p. 4). E essas forças mostram as diferenças existentes entre os sujeitos portadores de identidades deslocadas.

Entendendo que o sujeito é uma figura discursiva e por isso está no campo da linguagem não podemos dizer isso ou aquilo, ou seja, afirmar uma identidade tentando fixá-la, torná-la norma recorrendo aos aspectos biológicos para explicar os mais diversos efeitos sobre o outro como citado anteriormente, relativo à questão de gênero masculino e feminino.

É necessária a compreensão da existência da diferença, e isso significa dizer diferentes identidades. Para que uma identidade exista, precisa depender de outra identidade, identidade essa que não é a de origem, mas que está fora dela. Pensando dessa forma, essas mulheres criminosas, ao se verem em diferentes contextos sociais e culturais, irão depender do outro, pelas interações sociais vividas. A cada saída do sistema penitenciário, as mulheres “[...] tentam reafirmar suas identidades, supostamente perdidas, buscando-as no passado, embora, ao fazê-lo, elas possam estar realmente produzindo novas identidades” (WOODWARD, 2014, p. 11).

As diversidades existentes ajudam no entendimento sobre as diferenças ou pelo menos tentam entender as diferentes formas pelas quais o sujeito, ou melhor, a mulher criminosa está sendo inserida, ou seja, a cultura que ela esteja empregada. Assim, a cultura torna-se uma reguladora das nossas ações e vem sofrendo influência da modernidade tardia.

Essa relação conflituosa entre os sujeitos da concepção sociológica e pós-moderna prende e desmembra ao mesmo tempo os indivíduos a determinados posicionamentos

frente às relações sociais e culturais. O que difere um sujeito do outro são os processos de exclusão. Tal pensamento é constituído frente às diferenças existentes entre os indivíduos, por isso, espera-se que aquele que por algum momento ou que permaneça na prática criminosa, esteja mostrando ou revelando continuamente determinados padrões característicos de sua identidade. Portanto, “[...] a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” (WOODWARD, 2014, p. 10).

Essa multiplicidade de identidade é contraditória e transitória, assim como a sociedade. Além disso, o sujeito é composto de muitas identidades móveis e como se transforma de acordo com a influência que recebe das culturas na qual está inserido, pode estar em constante transformação, ou seja, do meio pelo qual está vivenciando. Portanto, a identidade só pode ser entendida através da conexão imediata com a produção da diferença. Diferença essa que pode estar permeada por relações de poder. Segundo Silva (2014), “a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder” (SILVA, 2014, p. 81).

Essas relações de poder podem advir de grupos que estão numa posição privilegiada, no caso específico aqueles que compõem os aparelhos de repressão e que incidem a denominar o outro através de sistemas de classificação, com a intenção de separar as diferenças existentes. A relação de dominação ou de poder geralmente classifica um indivíduo perante o outro, definindo e estendendo-o para os demais que correspondem ao mesmo grupo avaliado, demonstrando o lugar em que devem ocupar nos sistemas de relações, seja de poder, simbólica ou de representação. Segundo Woodward:

A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2014, p. 18).

A construção da identidade e da diferença depende do modo como a sociedade produz as suas classificações, em outras palavras, “os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais” (WOODWARD, 2014, p. 41). A forma como nos expressamos, nos vestimos, nos articulamos entre os sujeitos pode dizer muito uns dos outros, quer dizer, “[...] por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais” (SILVA, 2014, p. 77).

As marcas que diferem uma identidade da outra aparecem geralmente da forma de oposições binárias, como afirma Silva (2014), no caso, por exemplo, homem/mulher, honesto/criminoso, ocorrendo uma valorização sobre aquele que está acima. A posição de quem está acima mostra a força e o poder nessa relação dualista. Portanto, a identidade e a diferença estão relacionadas aos sistemas simbólicos e materiais da sociedade. A exclusão do outro, no caso apresentado da mulher que reincide por algum motivo no crime, ocorre porque não se enquadra no perfil desejado pela sociedade, sofrendo consequências econômicas, sociais e culturais. E suas identidades sofrem essas múltiplas exclusões, tendo que passar por constantes adaptações no meio social em que está inserida. Para Verônica (2016) recomeçar constantemente “prejudica muito porque tudo muda, tem que começar do zero”.

Assim, constatamos que os diferentes posicionamentos realizados sobre a mulher e a construção de sua identidade foram permeados por discursos preconceituosos e limitados, interferindo negativamente em suas construções identitárias. É preciso rever conceitos e problematizá-los, com o intuito de compreendermos a fala das mulheres de uma forma geral, assim como o contexto no qual elas estão inseridas, pois é observado que muitas mulheres, mesmo tendo passado por inúmeras situações de exclusão, discriminação e preconceito não permitiram que as imposições forçadamente impostas pela cultura, principalmente patriarcal, as colocassem numa posição de inferioridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se pensar sobre a maneira como as mulheres eram tratadas e especificamente as mulheres que cometeram algum crime, compreende-se que a formação identitária das mulheres e as possíveis relações de poder que permeavam os seus diferentes contextos de vida, podem influenciar em suas condutas/comportamentos, pois toda construção parte de algo pré-formulado ou pré-concebido. Desfazer ou desconstruir ideias, imagens, sentidos é questionar, combater ideais antes engessados.

Ao se tratar da entrevistada e suas falas, observa-se que as constantes mudanças no meio social em que vivia, sejam eles entre os muros através das relações de poder no interior da prisão seja em liberdade, essa mulher volta-se para a posição que para ela é mais conhecida e acolhedora, que é estar entre aqueles que não a discrimina e nem a estigmatiza.

Faz-se necessário uma desconstrução de todos os conceitos já absorvidos tanto por parte dela quanto por aqueles que estão sob outra posição, para que haja um entendimento

do contexto histórico, das infinidades de contextos e contra contextos que modificam ou ajustam determinados atitudes/comportamentos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 45 - 77.
- ARENDT, H. *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.
- BAUMAN, Z. *Vida em Fragmentos: sobre ética pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BEZERRA, M. C, J. *Entre as grades e as ruas: Estudo do percurso da mulher no sistema prisional de Sena Madureira – AC*. Dissertação de Mestrado do Programa em Letras: Linguagem e Identidade. Ufac, Rio Branco: 2016.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 11 reimpressão. Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.
- GOFFMAN, I. – *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11º ed. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 2006.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 73 - 102.
- SOARES, M. B. & ILGENFRITZ, I. *Prisioneiras: Vida e Violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 7 - 72.

Recebido em 14 de novembro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.





## POLÍTICAS DA REPRESENTAÇÃO: A TRANSPARÊNCIA TOTAL OU A IDENTIDADE COMO FAKE

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30093

Daniel Modos<sup>1</sup>  
Julia Ferry<sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir de uma compreensão do ciberespaço da internet como espaço público digital, o qual pode ser ocupado politicamente, investigamos preliminarmente como os regimes de representação cibernéticos se configuram, quais valores culturais obedecem e os efeitos subjetivos e políticos destas configurações. Por meio de um estudo de caso, a "Blogueirinha", personagem criada em um perfil nas redes sociais, analisamos algumas das potencialidades e limitações da performance *queer* no ciberespaço. Tendo em vista as injunções específicas das políticas de representação ordenadas pelas demandas da sociedade do espetáculo e da transparência, desenvolvemos que tais demandas não são opostas, mas articuladas a partir de uma lógica cínica. Um movimento contrário ao cinismo contemporâneo seria a performance da Blogueirinha, a qual, por meio da paródia, questiona tanto a expectativa de transparência total quanto propõe um uso lúdico da identidade como fake e queer. Por fim, concluiu-se que a Blogueirinha, simultaneamente, desempenha uma subversão do ponto de vista das normativas de gênero e das normas sociais do ciberespaço, como também se integra ao circuito do mercado tendo descoberto uma forma de ser rentável através de sua performance.

**Palavras-chave:** ciberespaço; queer; performance

## REPRESENTATION POLITICS: TOTAL TRANSPARENCY OR IDENTITY AS FAKE

<sup>1</sup> Psicanalista e psicólogo graduado pela PUC-SP, integrante do grupo de trabalho e pesquisa em Psicanálise e Contemporaneidade (Sedes Sapientiae) [danielcmsat@gmail.com](mailto:danielcmsat@gmail.com)

<sup>2</sup> Psicanalista e psicóloga graduada em Psicologia pela PUC-SP. Mestre em Psicologia Social pela USP. Doutoranda em Psicologia Social e do Desenvolvimento Humano pela USP, onde compõe o núcleo de pesquisa em Psicanálise e Política. [juliaferry@hotmail.com](mailto:juliaferry@hotmail.com)

**ABSTRACT:** Starting from an understanding of the internet cyberspace as a digital public space, which can be politically occupied, we investigate how cybernetic representation regimes are configured, which cultural values they obey and which psychological, subjective and political effects they cause. Through a case study, "Blogueirinha", a character created in a profile on social networks, we analyze some of the potentialities and limitations of queer performance in cyberspace. Bearing in mind the specific injunctions of representation policies ordered by the demands of the society of spectacle and transparency, we developed that these demands are not opposed, but articulated in a logic of cynicism. A movement contrary to contemporary cynicism would be the performance of Blogueirinha, which, through parody, questions both the expectation of total transparency and proposes a playful use of identity as fake and queer. Finally, it was concluded that Blogueirinha, simultaneously, performs a subversion from the point of view of gender norms and social norms of cyberspace, while also integrating herself into the market circuit by having found a way to be profitable through her internet performance.

**Keywords:** ciberespace; queer; performance

## INTRODUÇÃO

Como ponto de partida, é possível afirmar que o ciberespaço se consolidou como espaço digital que desempenha uma atividade invariavelmente política, uma vez que é produtor de relações sociais e modos de representação e visualidades. Dessa forma, se desenvolve como um espaço público em disputa, pois tanto propicia maior visibilidade a corpos e vivências há muito invisibilizados ou estigmatizados pela mídia tradicional como apontou Castells (2001/2003), como também pode reforçar o agrupamento de sujeitos em identidades cada vez mais determinadas e pouco receptivas à experiência alteritária, uma vez que são regidos pela lógica disciplinar do algoritmo (BEIGUELMAN, 2021.)

Nesse sentido, o ciberespaço gera oportunidades variáveis no que tange a política da representação, pois apresenta, a um só tempo, modalidades de visualidades que furam modelos naturalizados, hegemônicos, como também cria a oportunidade de torná-los palatáveis e mercadorias rentáveis, à medida em que o mercado se adapta às linguagens que são interessantes aos diferentes grupos sociais, desde que eles sejam potencialmente consumidores. Assim, vale interrogar o alcance das representações que se pretendem contra-hegemônicas, suas potencialidades e suas limitações. Ou seja, além de investigar as posições ideológicas que orientam os modelos hegemônicos de representação, também é importante analisar as formas de representação e visibilidade articuladas como

potencialmente subversivas às normas reguladoras, descrevendo que padrões e imperativos sociais elas obedecem ou burlam.

Para começar esta tarefa evocamos o conceito de espetáculo, articulado por Debord em 1967, que pode ser aproveitado como uma interpretação a respeito dos imperativos que ordenam as formas de representação vigentes no ciberespaço. Debord (1967/1997) em seu clássico *Sociedade do Espetáculo* apontou que o regime de representação e alienação ideológica passou a ser guiado por via de uma lógica na qual o valor do *ser* derivaria do *aparecer*. O espetáculo, como “relação social entre pessoas mediada por imagens” (DEBORD, 1997/1967. p. 14) seria a forma dominante de troca simbólica no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, o que certamente foi intensificado desde então com a invenção do ciberespaço e a perpetuação de novas mídias informacionais. No contexto contemporâneo, o ciberespaço segue um regime de representações em cuja expectativa aparecer, isto é, a necessidade de tornar-se visível a maior parte do tempo e para o maior número de pessoas, é um imperativo de controle que orienta um regime de visibilidade disciplinar e obediente a determinadas políticas de "curadoria" e transparência. Produzir, consumir e distribuir certas imagens, em especial imagens de si, é a expectativa contínua que rege a ocupação do ciberespaço público das redes sociais.

Mas, analisar criticamente os regimes políticos da visibilidade não é tão simples, pois as posições críticas a respeito das normas políticas e culturais que orientam as formas de representação contemporâneas não são consensuais. Alguns autores enfatizam que na sociedade do espetáculo o ciberespaço reconfigura a distinção entre público e privado ao exigir uma transparência total de seus usuários onde não haveria mais intimidade (HAN, 2017/2019), ou ainda, redefinem o significado mesmo dessa distinção entre privado e público ao afirmar que a intimidade agora existe para o mundo externo, sob o signo de uma “*extimidade*” (intimidade para fora) que veremos com mais detalhe adiante (SIBILIA, 2016). Já outros autores destacam a “superficialidade” das representações sociais no ciberespaço ao dizer que o sujeito ocupa a internet como consumidor que exhibe objetos os quais visam produzir desejo, objetos de gozo, a fim de se tornarem desejáveis e por sua vez, consumíveis. Em tal caso o “eu é representado com todo seu esplendor por suas escolhas de objetos (parceiros, férias, restaurantes)” (LERUDE, 2021, p. 205), de forma que toda a centralidade está na “exaltação desmesurada do eu” (BIRMAN, 2017, p. 204) característica do bom cidadão da sociedade do espetáculo. Na primeira perspectiva, o próprio regime de



representação entraria em questão com a aniquilação da distinção íntimo/público. Na segunda perspectiva, a estabilidade performativa e positiva do eu social, apresentado no ciberespaço, estaria despida de qualquer potência crítica pela auto-exaltação consumista.

Tendo em vista tais apontamentos, pretendemos analisar neste artigo como operam os regimes de representação dos sujeitos no ciberespaço: a que normas implícitas obedecem? Quais os ideais sociais, corporais, subjetivos que modulam esses imperativos? Se nas mídias sociais interpela-se o sujeito a ser o mais real e autêntico de “si mesmo”, impõe-se como questão qual é o estatuto dessa transparência total reivindicada. Nesse sentido, é importante analisar como as representações podem operar subversão ou obediência às práticas reguladoras existentes. Se o ciberespaço proporciona uma ferramenta política potencial para experiências não normativas e possibilidades para performances de corpos *queer* ocuparem o espaço digital e público, cabe interrogar se essas potências políticas têm a capacidade de exceder ou perverter as expectativas de visibilidade da sociedade do espetáculo. Ou seja, se tais performances aparecem como alternativas às representações que estão submetidas aos parâmetros de uma transparência programada, como elas podem desestabilizar as normatividades impostas? Mais ainda: quais os efeitos políticos provocam?

Para responder estas questões pretendemos analisar como o regime de representação atual configura os espaços públicos cibernéticos e se é possível ainda encontrar nesses espaços potências subversivas de ação política, em especial, por meio do humor e da paródia, através do estudo de um caso inspirador: a Blogueirinha.

### **BLOGUEIRINHA: QUEM MESMO?**

"Blogueirinha" é uma personagem criada através do youtube e instagram que parodia a categoria das chamadas blogueiras – reais ou ficcionais? – presentes nessas mesmas plataformas. Com mais de um milhão de inscritos no youtube e dois milhões de seguidores no instagram (dados de junho de 2022), seus vídeos envolvem uma variedade de temas que se orientam como cotidianos dessa vida inventada: viagens, comidas, skincare, relacionamentos, compras, avaliação de produtos etc. Por meio da imitação das práticas e do vocabulário de uma categoria em voga no espaço da internet, Blogueirinha provoca humor ao encenar estes gestos e "lifestyle" com recursos precários, mercadorias baratas e produção amadora.

Em um de seus vídeos mais emblemáticos, "Minhas bolsas importadas", Blogueirinha (2018) mostra suas bolsas mais valiosas, sendo elas sacolas de papelão de lojas aleatórias. A personagem faz uma paródia das expressões utilizadas pelas reais blogueiras que produzem esse tipo de conteúdo, e desloca para as sacolas de papelão a atenção e excesso de detalhes dados às bolsas importadas e grifadas. Ela mostra uma série de sacolas aparentemente indiferentes, ressaltando características imaginárias, o que gera riso ao transpor a mesma linguagem que fetichiza mercadorias superestimadas para objetos de valor vazio. A justificativa para a existência de uma infinidade de bolsas é replicada em narrativas que convencem e seduzem o consumidor: bolsa de festa, de piquenique, "veraneia", de mão etc. Essas razões provocam riso pois fica visível, através das sacolas que ela tem em mãos, a lógica compulsiva, ilimitada e irrefletida da mercadoria. As sacolas em questão passam a valer uma razão tão injustificada quanto são as bolsas que pretendem copiar. Embora não pareça ser a intenção do vídeo construir uma crítica às formas de consumo no capitalismo contemporâneo, há um efeito de provocação e o deboche dos "reais" objetos de desejos, ao copiar, de forma inapropriada, a mesma narrativa que os fetichiza.

Assim, através do recurso da paródia e da performance, a Blogueirinha atua como uma caricatura, desestabilizando a relação entre o original e a imitação, o falso e o verdadeiro, o autêntico e o programado, a "vida real" e a construção cibernética da imagem. Como apontou Judith Butler, a paródia não é uma operação de cópia do original, mas um dispositivo que coloca o próprio original em questão, de forma que o riso aparece "com a percepção de que o original foi sempre um derivado" (BUTLER, 2021, p. 239.) A paródia da Blogueirinha zomba daquilo que pretende representar na sua pretensão de verdade. Afinal, se Blogueirinha é uma cópia mal feita e caricata, qual é o caráter de verdade da figura original que ela imita?

Para responder essa questão é importante analisar criticamente os embaraços que envolvem sujeito e identidade, realidade e representação, experiência e espaço virtual. É banal afirmar que as fronteiras entre vida real e virtual são indissociáveis na realidade contemporânea. Michel Foucault (1997/1970-1982) elaborou que, no que envolve a genealogia do sujeito moderno, sua subjetividade é inseparável dos dispositivos de visibilidade, em que as máquinas de ver produzem novos modos de ser. Donna Haraway (2016/2000) em *Manifesto Ciborgue* aponta que o autor abriu os caminhos para o que ela desenvolveu como política-ciborgue. Para a autora, a subjetividade humana é uma construção em ruínas à medida em que a sua humanidade é questionada no encontro com a

máquina. O ciborgue, figura híbrida entre máquina e organismo é uma matéria de ficção e uma experiência vivida ao mesmo tempo, de forma que a fronteira entre ficção científica e realidade social é uma ilusão de ótica.

A ambiguidade atual das categorias falso e verdadeiro, humano e máquina, mostram como a divisão virtual e presencial também está em questão. A "vida real" está implicada com a experiência virtual em uma relação complexa, se não indiferenciada. É comum escutar que, no circuito das redes sociais, há a construção falsificada de si mesmo, pois ninguém se mostra de forma autêntica, mas mediada e programada. Ainda que seja uma crítica comum, é necessário analisar o que se apresenta como imperativo de transparência. Ou seja, cabe-nos interrogar qual é o estatuto da autenticidade que é idealizada.

Feldman (2008) ao estudar os imperativos de alguns *realitys shows* "realísticos", aponta que buscam a "intensificação dos efeitos de real e de verdade, como a expansão de um regime de visibilidade fascinado pela ilusão da transparência total – tudo ver, tudo mostrar, tudo provar, nada esconder" (FELDMAN, 2008, p. 25). Essa pretensão pode ser expandida para outros espaços digitais, como é o caso das redes sociais. A demanda pela transparência total é interpelada pela convicção de que realidade e representação, sujeito e identidade deveriam manter uma relação de correspondência. Ou seja, nessa perspectiva, a imagem deve operar como um dado bruto e fiel da identidade, de tal forma que os signos e os produtos que a elas se combinam correspondam às qualidades de verdadeiro e autêntico. Em paralelo a isso, destaca-se a necessidade de mostrar-se espetacular, com sucesso, desempenho e alta performance (HAN, 2017/2020). Ou seja, há uma expectativa de que se apague a distância e mediação dos instrumentos de captação de imagens, na intenção de uma representação verdadeira e de transparência total da identidade, acompanhada pela demanda da sociedade do desempenho, que orienta como imperativo a representação dos valores associados a uma performance produtiva, vitoriosa e "deslumbrante".

Há, então, um conflito entre a demanda de transparência total e a demanda de performance espetacular. A disputa entre estes imperativos – transparência e desempenho – gera uma tensão constante entre ter que mostrar "tudo" e ter de esconder ou fingir. Não à toa, a narrativa de que as contas nas redes sociais operam como uma identidade falseada tornou-se banal de tão palatável. E as próprias contas que eram alvos dessas críticas, encontram formas de superá-la, sem subvertê-la. Tomemos o exemplo de Gabriela Pugliesi, blogueira real com mais de 5 milhões de seguidores no Instagram. Em entrevista com Fábio

Porchat, ele pergunta se a vida dela é realmente tão "maravilhosa e incrível assim mesmo" como é representada nas mídias sociais, ao que ela responde:

“olha, a minha vida é maravilhosa, mas é porque eu também vejo as coisas muito lindas assim, mas realmente é. (...) não posso reclamar; óbvio que tenho meus dias ruins e meus problemas, que a gente não posta essa parte, ninguém posta quando tá na deprê. (...) eu não posto a fossa porque não gosto de contagiar as pessoas com as coisas ruins, eu gosto de mostrar as coisas boas” (PUGLIESI In: PROGRAMA DO PORCHAT, 2017)

Porchat brinca que as coisas boas dela parecem muito boas, e ela concorda: "são muito boas. Às vezes eu fico: caraca, a minha vida é isso mesmo? Não é possível, vai acontecer alguma coisa ruim. (...) eu fiz até uma época terapia, pra eu conseguir aceitar de que eu era muito feliz mesmo" (Ibidem). Nessas afirmações, a blogueira aponta que a felicidade é, não apenas uma questão de perspectiva na forma de olhar a vida, mas daquilo que se escolhe para mostrar. O gesto de curadoria em ocultar as partes desagradáveis aparece como ato de altruísmo em relação ao espectador, que não merece ver outra coisa senão a "felicidade". Mas toda essa narrativa é sustentada pela máxima de que a sua realidade é mesmo a identidade representada, inacreditável até para ela mesma. Essa narrativa procura apagar a função da curadoria e da montagem incidentes na representação. E também de obscurecer quais os valores que orientam as escolhas do que é mostrado, ocultado, programado e produzido. Nessa perspectiva, representar uma identidade não opera pela via da construção, mas de uma demonstração da verdade. E essa representação realística seria feita pela simples escolha pessoal, desvinculada de razões políticas, culturais e intenções mercadológicas. Nesse caso, entende-se a identidade como fixa e representável, além de "real", isto é, "verdadeira", avessa a indeterminações. Quando o entrevistador interroga Pugliesi sobre a acusação de falseamento da identidade dela, a blogueira responde que não apenas não é o seu caso, como precisou procurar o espaço da terapia para aceitar e validar essa verdade para si própria. Sugestiona-se para o espectador que a prática psicoterapêutica operou não apenas como um instrumento para conscientizá-la sobre sua identidade - verdadeira e determinada -, como para livrá-la das hesitações que tinha a respeito disso.

O que opera nessas formas de representação que se apresentam como identidades transparentes e "verdadeiras" é a máxima expressa no paradoxo apontado por Jean-Louis

Comolli de que "no auge do triunfo do simulacro, espera-se um espetáculo que não mais simule" (COMOLLI, 2001, p. 128). Isso significa que a expectativa de transparência total não estabelece uma oposição completa à cultura do espetáculo, antes, as duas expectativas aparentemente contraditórias convergem na performance concebida como uma transparência cínica. Assim, é justamente sob a lógica do cinismo que a experiência vivida e representada simula uma autenticidade que é orientada por um regime de visibilidade o qual mantém uma relação de posse (e correspondência) entre sujeito e identidade. Ao mesmo tempo que sugerem uma indiferença em relação à presença da câmera, uma existência "natural" e sem filtros, as imagens de si mesmo são, desde o princípio, construídas para a exterioridade, extremamente conscientes do olhar alheio para quem orienta se tornar visível. Em seu excelente estudo genealógico, *O Show do Eu*, Sibilia (2016) argumenta que há um deslocamento do psiquismo interiorizado que caracterizava o sujeito moderno, orientado pelas separações entre público e privado, para uma nova tirania da "extimidade" bem editada. A intimidade que é apresentada para fora, ou seja, o que Sibilia (2016) chama de "extimidade", é uma prática cínica de edição performática de si em que propositalmente dá-se a impressão de transparência absoluta sobre a vida privada, enquanto na prática se escondem os "podres" e "vergonhas" não publicáveis, ou seja, as partes da vida que não se conformam às expectativas sociais e políticas prevalentes.

Como apontou Safatle (2008) o cinismo é uma prática que move as dinâmicas que orientam as esferas de interação social no capitalismo contemporâneo, uma vez que é uma estrutura de racionalidade como também é uma posição discursiva. Nesse sentido, o autor argumenta que há uma articulação entre o mundo do trabalho e o mundo do consumo que opera um regime disciplinar do sujeito em uma forma de "anulação paradoxal de contradições e de amaciamento de contrários" (SAFATLE, 2008, p. 24). Isto é, combinam-se posicionamentos que podem ser contrários entre si, mas desarticulados da contradição que os implica. Ou seja, nessa operação cínica, as narrativas hegemônicas do poder portam em si mesmas "sua própria negação ou, de certa forma, sua própria crítica" (SAFATLE, 2008, p. 68). Como vimos argumentando até então, a reivindicação por uma representação do sujeito que funciona pela via de uma certa transparência, determinação e afirmação identitária, é orientada por um regime de visibilidade que podemos nomear de cínico. Esse cinismo não apenas faz uso dos binarismos verdadeiro e falso, representação e realidade, sujeito e identidade, como também comporta as críticas que desestabilizam o seu caráter de verdade. Isto é, ao tornar palatável o critério de que a representação pode ser falsa, e contrapor isso

com a afirmação de uma experiência e identidade determinada e coesa, a posição hegemônica se garante como verdade através da própria estrutura de pensamento binária que produz e ao mesmo tempo, lhe sustenta. Em outras palavras, a razão de transparência tornou-se uma crítica palatável, de forma que compõe e sustenta a própria posição normativa, que aparece como livre de contradições e assegurada por oposições obedientes. Safatle (2008) complexifica ainda mais a questão do cinismo ao concluir que o capitalismo avançado não necessita garantir-se como legítimo, mas é justamente na ausência de legitimidade que está a sua força. Podemos transportar essa colocação para a questão que nos interessa apontando que, a dúvida sobre a representação das identidades que se apresentam como verdadeiras ou falsas não as enfraquece, pelo contrário, as legitimam uma vez que elas próprias realizam cinicamente essa mesma crítica.

Nesse contexto, a personagem da Blogueirinha, ainda que não intencionalmente, provoca uma ruptura nas formas de representação orientada pelos termos de visibilidade que criticamos até então. Ao passo que as blogueiras "reais" têm os seus perfis pessoais como ferramenta de propaganda e, portanto, trabalho, a lógica cínica opera em ocultar as separações entre vida pessoal e mercadoria, intimidade e identidade construída. Isto é, oferecem os seus perfis como promessa de uma representação transparente de uma identidade identificável em um regime cínico de autenticidade. Isto é estratégico do ponto de vista do mercado, pois as distinções entre sujeito e identidade são reduzidas a um binarismo simplista do falso e do verdadeiro, e ao serem assumidas como reais, se ajustam às intenções das corporações que as financiam. Nessa lógica, como aponta Safatle (2008), não há um mascaramento da realidade, isto é, não há uma articulação pela via da indeterminação e da opacidade. Tais representações orientadas pela lógica cínica não afirmam a incerteza e a construção como formas características da representação do sujeito. Antes, afirmam a coesão e a determinação da "verdade" a partir do binarismo de oposições simplistas, excluindo do enquadramento as contradições e as complexidades dali derivadas.

Saindo da posição cínica de uma pretensa autenticidade para o uso da paródia e a ironia, sugerimos que a performance da Blogueirinha oferece uma alternativa às formas de representação e visibilidade orientadas como hegemônicas. A performance da Blogueirinha escancara e subverte os imperativos que regem o ciberespaço como espaço espetacular. Ao propor imitar uma Blogueira Real, ela não apenas se apresenta como imitação, como também questiona o estatuto de verdadeiro daquela que plagia. É a partir do uso de marcadores sociais como o dinheiro e o gênero que a paródia da Blogueirinha procura

zombar, e por efeito, questionar e desestabilizar. Cabe-nos analisar os termos desempenhados por essa subversão.

## REPRESENTAÇÃO MANIFESTA E IDENTIDADE COMO FAKE

Definida como uma "blogueira fake", a Blogueirinha é uma personagem propositalmente escrachada. Isto é, a blogueirinha acentua os artifícios que enquadram a categoria "blogueira", de forma que exagera na atuação desses clichês, para elevá-los ao absurdo, e por isso, ao cômico. Os exemplos variam, como em um vídeo que reivindica a necessidade de desconstrução do "delineado perfeito" nos olhos, ou em outro em que conta sobre sua ida a um intercâmbio internacional. Neste segundo Blogueirinha (2022) exagera nas emoções ao relatar a tristeza que é dizer adeus à terra (Brasil) que ela reside e desmerece. Há então um nonsense proposital construído como forma de provocação, onde preocupações que poderiam ser consideradas fúteis e supérfluas, são imitadas com seriedade irônica. Dessa forma, a personagem aumenta os atributos que sustentam o seu semblante de personagem "patricinha" e glamourosa, que ficam descabidos com as condições de cena que são mostradas. Blogueirinha é uma identidade caricatural e fake. Esse falseamento proposital, ainda que não intencionalmente, questiona o que fundamenta uma identidade. Como indicamos antes e como orientou Judith Butler em *Problemas de Gênero*, a paródia não é simplesmente a cópia do original, a sua operação incide na própria ideia do original. Ou seja, a paródia imita (e por isso questiona) o mito da originalidade. O riso é efeito da "percepção de que o original foi sempre um derivado" (BUTLER, 1990/2021, p. 239).

Nesse sentido, podemos afirmar que a cópia, mesmo que precária e "mal feita", como faz a Blogueirinha exageradamente, pode operar para desestabilizar o estatuto daquilo que se pretende original. Como referimos anteriormente, a performance fake questiona quão reais são as influenciadoras que imita, e, mais, quão real é o sucesso, a riqueza e a felicidade que elas exibem e que a ideologia espetacular nos vende como desejável. Não apenas Blogueirinha se afirma como fake daquilo que se pretende copiar, mas coloca aquelas que se orientam como verdadeiras em questão.

Este efeito de desestabilização entre original e fake fica claro até mesmo nas circunstâncias de entrevista quando o jogo de atuação que sustenta a narrativa da [Ideação](#). *Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.

personagem prevalece incólume. Há diversos vídeos em que a Blogueirinha é entrevistada para outros canais de entretenimento. Neles, vemos que a personagem permanece atuando, de forma que demanda que o(a) entrevistador(a) entre na "brincadeira" para proceder na conversa. Dessa forma, a personagem estende a sua paródia para espaços que estão fora do seu canal, de maneira que essa "atuação ampliada" causa um efeito inusitado nas formas tradicionais de entrevista e enunciação midiáticas. Isto é, a sua posição de enunciação através da paródia força um pacto de encenação com o interlocutor, ou ainda, uma interação que se desenrola em uma brincadeira inevitável. Esse jogo nos espaços de enunciação pode provocar uma desestabilização – como pontuou Preciado (2014) para caracterizar o gênero, mas que nos serve para a circunstância aqui orientada – entre "imitado e imitador, entre a verdade e a representação da verdade, entre a referência e o referente" (PRECIADO, 2014, p. 29).

Em um vídeo intitulado "Vou tirar minha cidadania europeia", a personagem explica os procedimentos que envolvem esse processo. Nele, Blogueirinha (2022) mostra como foi o seu, anexando power-points que desenham a sua genealogia inventada. Nesse roteiro, ela inventa para si uma história familiar que imita e zomba do glamour dado a uma "origem nobre". Em dado momento ela diz: "vocês que querem tirar a cidadania, vai chegar da mesma forma pra vocês, só que se vocês forem de família mais humilde, vai vir mais humilde, o meu como era de uma família rica é todo uma safra de uva, eu que comi muita uva" (Blogueirinha, 2022). Essa narrativa intencionalmente arrogante imita uma posição invejável, e ao exagerar na qualidade de esnobe, provoca comédia. Algo importante a ser apontado é que o vídeo em questão é também uma publicidade de uma agência responsável pelos procedimentos de cidadania europeia. Há alguns vídeos seus que são promovidos por publicidade de marcas variadas. Citamos anteriormente uma publicação em que ela conta sobre a sua viagem para o exterior, vídeo patrocinado por uma empresa de intercâmbios internacionais. Aqui podemos notar a capacidade do mercado em se adaptar às diferentes formas de representação tornando a performance subversiva um meio de capitalização. Embora estejamos defendendo que a performance em questão provoca uma ruptura nos regimes de visibilidade hegemônicos, não quer dizer que isso não possa ser assimilado pelo capitalismo avançado como mercadoria potencial. É notável a capacidade ultra flexível da dinâmica capitalista neoliberal em adaptar a sua ganância empresarial para os mais variados contextos.



Vale destacar que não há indicativo algum de que a Blogueirinha tenha uma explícita intenção política, embora possamos afirmar que a sua performance tem efeitos culturais e políticos no que envolve os regimes de representação e visibilidade. Contudo, isto não significa que essa personagem não seja interessante para uma modalidade mercadológica, e, uma vez que o perfil se transforma em trabalho, e portanto, meio de subsistência para quem o fundamenta, as contradições que se desenrolam dessa relação tornam-se mais complexas. Não se trata aqui, porém, de reduzir a performance em questão a um polo ou outro, isto é, ou subversivo ou cooptável ao regime econômico, mas de analisar as formas de subversão e seus limites.

### UMA BRINCADEIRA QUEER

Não menos importante é que a performance da Blogueirinha é *queer*, termo que significa “esquisito” ou “bizarro” na tradução literal do inglês, mas, num sentido ampliado e apropriado pelas teóricas do feminismo, ganhou uma conotação de subversão política das expectativas de gênero cis-hetero-normativas. A Blogueirinha é a imitação de uma mulher. Uma das razões do efeito cômico que sua performance provoca é o exagero nos semblantes culturais instituídos como femininos, ao mesmo tempo que demonstra a fragilidade desses mesmos atributos como garantias da “verdade do sexo”. Como dissemos antes com Butler (1990/2021), as performances de gênero que desestabilizam o binarismo homem/mulher como uma determinação biológica podem zombar dos modelos expressivos de sexualidade e da ideia de uma verdadeira identidade de gênero. Nesse sentido, ao fingir ser uma mulher, Blogueirinha não apenas imita um sexo, mas coloca aquilo que caracteriza o sexo como tal em questão. Pois, se é possível imitar uma mulher, o que a constitui afinal de contas?

Diversas autoras situadas no campo da crítica feminista questionaram o sexo como uma verdade biológica. Entre elas, Butler (Ibidem) é radical ao romper com as associações “gênero e cultura” e “sexo e natureza”. A filósofa aponta que gênero não é uma interpretação cultural do sexo, pois não há sexo previamente dado e definido. Ou seja, não há sexo circunscrito em um território pré-linguístico, anterior à cultura, ou ainda, em um terreno político neutro no qual a cultura o significa. O sexo é também concebido *na* cultura, a partir do meio discursivo e social, de forma que Butler (Ibidem) orienta que o sexo é tão construído quanto o gênero. Para a autora, gêneros não são categorias substanciais, mas atos performativos. Aprisionar o gênero a uma identidade unívoca seria limitá-lo a uma categoria sob o risco de regulação às normas instituídas. Isto porque a função normativa da

linguagem revela e distorce o que se define como verdadeiro de uma identidade. Desinteressa descrever e delimitar a "mulher" como uma categoria identitária, pois não há identidades fixas e preexistentes, nem verdadeiras ou falsas, ou ainda, originais e derivadas. Como aponta Butler: "a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora" (BUTLER, 1990/2021, p. 244).

Grande referência na obra de Butler, Luce Irigaray (1977/2017), foi uma das primeiras psicanalistas a se debruçar profundamente sobre a representabilidade e estabilidade do gênero. Ela aponta para uma tentativa de representação do irrepresentável feminino em *Este Sexo que não é só um Sexo*. Inicialmente argumentando que o império do Logos filosófico ocidental foi responsável pelo recalque de todos os modos de linguagem que não se reduziriam a necessidade de identidade fixa e estável exigida pela lógica clássica. Essa lógica clássica seria uma lógica masculinista, escrita predominantemente por homens a fim de manter uma linguagem tão unívoca quanto possível. Assim, o domínio das formas de discurso baseadas no reino do Logos resultou no apagamento da diferença constitutiva de toda linguagem. Isto foi feito para manter as formas de linguagem logocêntricas nas quais impera a identidade, isto é, as formas de linguagem nas quais se espera que o Mesmo apareça como sempre idêntico a si, sem espaço para transformação ou duplicidade. Nesse caso o que foi recalcado foram as formas de linguagem que são *femininas* segundo a definição de feminino não-identitário de Lacan: a mulher não existe, pois não pode ser representada univocamente, quer dizer, segundo uma identidade fixa e imutável que a reduza a ser sempre a mesma coisa (LACAN, 1972-1973/2008). Para Irigaray as mulheres são o sexo que não é uno. Assim, numa linguagem masculinista, ou seja, na linguagem do Logos e do Mesmo, as mulheres constituem o irrepresentável. Uma vez que não mantém sempre uma identidade única e estável que se reduza logocentricamente ao Mesmo, não se pode representá-las totalmente no sistema porque são não-todas, estão aquém da representação. Mas, se queremos subverter o império masculinista, este é um irrepresentável que deve - por sua impossibilidade mesma - ser representado a fim de desestabilizar a predominância do Logos tradicional.

O domínio do modo de representação do Logos masculino e o apagamento da mulher significariam a total ausência de opacidades linguísticas em que a identidade de si seria finalmente idêntica a si mesma, aniquilando qualquer diferença. Como tal aniquilação é impossível, resta à linguagem logocêntrica masculinista o recalque, cuja subversão ocorreria

ao fazer falar "o feminino" (o não-idêntico e não-representável). Mas como? Como se poderia representar o feminino, o qual, por definição, seria não-representável? Irigaray sugere que a *mimesis*, a imitação, seria uma saída possível. O caminho do mimetismo, ela aponta, seria aquele delegado ao gênero feminino historicamente. Jogar com a mimese é, portanto, tentar reencontrar o lugar de espoliação do discurso que sempre dominou as mulheres, mas o desafio é fazê-lo sem se reduzir ao já imposto sobre o feminino nesses discursos dominantes, isto é:

“fazer ‘aparecer’, por efeito de repetição lúdica, o que deveria permanecer oculto: o acobertamento de uma possível operação do feminino na linguagem. É também ‘revelar’ o fato de que, se as mulheres imitam tão bem, é porque elas não se reabsorvem simplesmente nesta função.” (IRIGARAY, Idem, p. 89)

Através da brincadeira com o mimetismo, com a imitação, sugere-se uma via de aludir ao irrepresentável que define o feminino, mas não de fora da representação, sim, de dentro da performance mais ou menos “prevista” quando esta pode ser atualizada de maneira a comportar uma diferença fundamental que noticie para algo além de si, além do Mesmo de uma identidade fechada. Trata-se de até certo ponto performar a feminilidade esperada, mas mantendo nela algo do feminino como diferença, de sua força não-identitária/não toda, ou ainda, de performa-lo com tal exagero e ironia que ponha em questão a própria existência de um feminino “original” que se estaria a mimetizar.

## CONCLUSÃO

Por fim, concluímos que o perfil fake da Blogueirinha seria um potente exemplo que institui por meio da performance *queer* os termos “mulher”, “feminilidade” e “identidade” como marcadores instáveis e abertos à indeterminação. Tendo em vista que as expectativas hegemônicas afirmam esses mesmos marcadores como realidades determinadas a partir de modelos reguladores, a paródia em questão zomba dessas formas instituídas à medida em que as mimetiza.

Conforme citado anteriormente, Butler (1990/2021) defende que o modo de subverter a impossibilidade de representação não é negá-la, recusá-la, mas tornar o “irrepresentável” problema (trouble) da representação. Se as estruturas de poder e regimes de representação aos quais nos referimos anteriormente se entrelaçam aos discursos instituídos que constituem a subjetividade de uma maneira que nos parece difícil de escapar, então não

se trata de tentar uma resistência mais além do discurso e da representação, mas, sim, de tentar representar e mimetizar ludicamente o esperado de modo inesperado, como propõe a Blogueirinha por meio da paródia. Um fake, que mostra a inexistência do original, nos desvela no ato da mimetização o vazio da pressuposição de uma identidade única e redutível sempre ao Mesmo que estaria sendo ali representada. Vemos isso na Blogueirinha que, ao mimetizar parodisticamente o feminino e a imagem ideal da blogueira (e da "Mulher") rica, consumista e deslumbrada, demonstra a inexistência destas identidades como categorias substanciais. Sua performance mostra-nos precisamente como o “feminino” pode aparecer na linguagem, a saber, questionando os regimes de representação vigentes por meio da repetição lúdica de uma feminilidade impossível, pois hiperidealizada.

Blogueirinha enquanto personagem nos apresenta também como podemos conceber ainda, algum tipo de ocupação subversiva do ciberespaço público ao desestabilizar por meio de sua performance as categorias instituídas de autêntico e falso, de masculino e feminino, de “influencer” de sucesso e espectador. Ou seja, Blogueirinha carnaliza uma construção que é em si mesma caricata, hipertrofiando os traços dessa ilusão de forma a construir uma outra caricatura. Ao mesmo tempo, por ser uma performance *queer* visível na internet, que mimetiza o consumismo e a performance positiva vazia das grandes influenciadoras cis-heteronormativas, ela põe em questão a própria idéia de visibilidade na internet. A performance da Blogueirinha ocupa o ciberespaço como o coringa no jogo de cartas: uma carta que pode mimetizar o valor de qualquer uma das outras, mas que só entra no jogo com toda sua força disruptiva quando é colocada na mesa “imitando” uma outra carta que não ela, carta esta que terá, a partir de então, seu valor questionado e ressignificado pela presença da imitação.

Assim, concluímos que a subversão que Blogueirinha propõe no campo da sexualidade acompanha todo o contexto da sua inserção como uma performance instituída no ciberespaço. Ainda que a performance em questão encontre o seu nicho mercadológico, se diferencia das formas de representação que se pretendem fiéis, transparentes para ocultar cinicamente suas construções alinhadas aos valores capitalistas do espetáculo.

## REFERÊNCIAS

BEIGUELMAN, Giselle. *Políticas da Imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. São Paulo: Ubu, 2021.

- BIRMAN, Joel. *O Mal-estar na Atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, Judith (1990). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- BLOGUEIRINHA. Minhas bolsas importadas. Youtube, 10 de Janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nH9iolkR5IU&t=139s> Acesso em Junho de 2022.
- BLOGUEIRINHA. Arrumando as malas. Youtube, 6 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6WYpZ71Tiew> Acesso em Junho de 2022.
- CASTELLS, Manuel (2001). *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COMOLLI, Jean-Louis. Cinema contra-espetáculo. In: *Catálogo forum.doc.bh.2001, 5º. Festival do Filme Documentário e Etnográfico - Fórum de Antropologia, Cinema e Vídeo*. Belo Horizonte, nov. 2001
- DEBORD, Gilles (1967). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FELDMAN, Ilana. Reality show: um dispositivo biopolítico. Colóquio Internacional Televisão e Realidade, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. In: *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HAN, Byun-Chul (2017). *Sociedade da Transparência*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TOMAZ, Tadeu. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2016.
- IRIGARAY, Luce (1977). *Este Sexo que Não É Só Um Sexo: sexualidade e status social da mulher*. São Paulo: Editora Senac, 2017.
- LACAN, Jacques (1972-1973). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LERUDE, Martine. Como se coloca a questão das identificações na era da internet generalizada? In: JERUSALINSKY, Julieta e BAPTISTA, Angela (orgs.), *Intoxicações Eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais*. Salvador: Ágalma, 2021.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PUGLIESI, Gabriela. Programa do Porchat. Youtube, 18 de Maio de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L45RgquF5oY> Acesso em Junho de 2022.
- SAFATLE, Vladimir Pinheiro. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

SIBILIA, Paula. *O show do Eu: A intimidade como espetáculo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

Recebido em 07 de novembro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.





## LITERATURA COMO SISTEMA: O CASO DA LITERATURA GUINEENSE

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30094

Eugênio Nunes Correia<sup>1</sup>

**RESUMO:** Antonio Candido, em sua emblemática teoria sobre a formação literária, condiciona a existência de uma literatura enquanto sistema a cinco fatores em interação dinâmica e dialógica, divididos em dois grupos. Os dois “denominadores internos” são uma língua comum e temas que expressem as aspirações e a identidade de uma coletividade. Os três “denominadores psicossociais” consistem em autores conscientes de seu papel, um público para as produções desses autores e uma linguagem literária que se concretiza em obras. Neste trabalho, identifica-se que os denominadores internos são a língua portuguesa guineensizada e as temáticas perpassam a representação do guineense e da guineendade. Tony Tcheka então é tomado como um autor empenhado na representação do guineense e a sua identidade (ou seja, a guineendade) por meio da sua arte poética, um engajamento tal que lhe conferiu o título de maior nome da poesia guineense. A partir da articulação analítica, tendo como base a postulação de Candido, chega-se à conclusão de que a literatura guineense escrita é sim um sistema, porém não se materializa em apenas uma língua. Começou a ser construída a partir do advento da luta de libertação ou um pouco antes e foi consolidada com a publicação da coletânea *Mantenhas para quem Luta* (1977).

**Palavras-chave:** Literatura guineense; Sistema literário; Tony Tcheka; Antonio Candido.

## LITERATURE AS A SYSTEM: THE CASE OF GUINEAN LITERATURE

<sup>1</sup> Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), Licenciado em Letras/Língua-portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutorando em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [eugenionunes733@gmail.com](mailto:eugenionunes733@gmail.com)

**ABSTRACT:** Antonio Candido, in his emblematic theory on literary formation, conditions the existence of a literary system as five factors in dynamic and dialogic interaction, divided into two groups. The two “internal denominators” are a common language and themes that express the aspirations and identity of a collectivity. The three “psychosocial denominators” consist in authors who are aware of their role, an audience for the authors' productions and a literary language that is concretized in works. In this work, it is identified that the internal denominators are the “Guinean-Portuguese language” and the themes permeate the representation of Guinean and Guineanity. Tony Tcheka is then made as an author represented in the representation of the Guinean and his identity (that is, Guineanity) through his art ethics, an engagement that gave him the title of greatest name in Guinean poetry. From the analytical language, based on Candido's postulation, it is concluded that Guinean literature is indeed a system, but it does not materialize in a language only. It began to be constructed from the advent of the liberation struggle or a little before and was consolidated with the publication of the collection *Mantinhas para quem luta* (1977).

**Keywords:** Guinean literature; Literary system; Tony Tcheka; Antonio Candido.

## INTRODUÇÃO

Cursar doutorado é uma fase acadêmica boa, que nos leva a aprimorar certos conhecimentos e entendimentos sobre determinada área e nos emerge numa discussão prazerosa e desafiadora. Nos desafia a sair do básico, imergir no específico profundo do que propomos conhecer e partilhar esse conhecimento com a comunidade científica e a sociedade. Foi assim que encaramos todas as cadeiras frequentadas, numa perspectiva relacional com nosso campo de estudo e pesquisa. Todas as disciplinas para nós são um momento de explorar determinado aspecto do que propomos estudar, fazendo jus à motivação que nos impeliu a dar mais um passo na direção ao conhecimento.

Foi então a partir dessa lógica que nasceu esse interesse em refletir se existe, existiu ou existirá um sistema literário guineense com base nas postulações de Antonio Candido ou se seriam redutoras essas concepções no contexto guineense. A ideia de que existiu e existe uma literatura guineense já torna essa discussão paradoxal, porém necessária, se considerarmos que a literatura funciona, de fato, como um sistema. Acredita-se pertinente refletir sobre esses aspectos estabelecidos por Candido para se ter uma literatura ou então um sistema literário, contrariando a ideia de um conjunto de textos como tal, porém um sistema de obras coeso e dialógico. Não obstante, ressalva-se a particularidade guineense, tanto histórica como cultural e política, que faz dele um país único com traços próprios.

Vale ressaltar que as reflexões de Candido sobre a formação literária tinham como alvo a realidade brasileira, mas as suas teorias não deixam de ser pertinentes para se pensar



outras formações literárias de outros países, como a de Guiné-Bissau. No entanto, apesar de colonizados por um mesmo país, Brasil e Guiné-Bissau têm uma enorme diferença histórica e cultural, isso pode ser depreendido pelo fato de que a Guiné-Bissau só ficou independente 151 anos depois da independência do Brasil. Posto isso, não se pode haver uma comparação justa entre os dois países, porém, o esforço de o fazer pode gerar o resultado benéfico.

## LITERATURA COMO SISTEMA: UM CONTRASTE

Para Antonio Candido a literatura como sistema é condicionada à observância de cinco denominadores comuns que ligam as obras produzidas num dado contexto. Esses denominadores podem ser depreendidos em dois grupos. O primeiro caracterizado de “denominadores internos” que funcionam como a base para o aparecimento de uma literatura em uma sociedade. Os denominadores internos traduzem-se a, como explica Déborah Scheidt (2019), uma língua capaz de expressar as ideias da coletividade e temas que lhe garantem uma identidade própria. O segundo grupo denota elementos de natureza social e psicológica “que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização” (CANDIDO, 2006 *apud* SCHEIDT, 2016, p. 6). Scheidt aclara que, concernente à ideia da literatura como sistema, Candido trabalha com a noção de “tradição”, ou continuidade de padrões literários. “Uma tradição literária ocorreria, principalmente, por meio da articulação dos elementos desse segundo grupo” (SCHEIDT, 2016, p. 6), que para Candido corresponde a produtores literários com consciência dos seus papéis enquanto parte funcional de um organismo e a receptores, ou seja, o público para o qual se destinam as produções literárias, que por sua vez é formado por diversas sensibilidades e “um mecanismo transmissor” na forma de uma linguagem literária materializada em obras (CANDIDO, 2006, p. 25 *apud* SCHEIDT, 2016).

Nesse sentido, o propósito inicial da invasão europeia ao Brasil foi a exploração de matérias primas, e foi essa mesma intenção que levou os portugueses à África, onde se situa o território hoje chamado de Guiné-Bissau. Em todo território africano ocupado pelo regime imperial português, houve a obrigação ou a imposição do idioma lusitano às custas da destruição e marginalização das línguas locais. No entanto, nesses países, que posteriormente foram chamados de lusófonos (incluindo Portugal), apareceu uma literatura de cariz colonial que se materializa na base da ideologia do colonizador. Na Guiné-Bissau registaram-se, nesse período, algumas manifestações literárias de autores essencialmente

portugueses e caboverdianos que, de alguma forma, tinham ligação com o país. Porém, o povo guineense, conhecido como aquele que resiste, apesar da adversidade imposta pela colonização, soube preservar a sua cultura e soube usá-la como arma contra a invasão portuguesa. Esse fato propiciou que a sua literatura nascesse do ramo cultural que lhe é próprio. Fala-se, assim, da tradição oral ou da oralidade, sem, no entanto, cair na falácia de pensar que a oralidade é fenômeno restritamente africano, porém reportar que a literatura da Guiné-Bissau emergiu dessa tradição da qual os *djidius*<sup>2</sup> são testemunhas.

A literatura na Guiné-Bissau emergiu das manifestações culturais e dos grupos de mandjuandadis<sup>3</sup> (grupos culturais). Essas manifestações na sua maior parte se revelam a partir dos cantos tradicionais, cantigas que normalmente aparecem versificadas (COUTO, 2008). Entende-se que a literatura guineense nasce a partir destas manifestações inscritas na tradição e na memória cultural. Registra-se, contudo, que é só na segunda metade do Séc. XIX (especificamente em 1882) que nasce a literatura guineense escrita, com “poesias e canções em crioulo” (AUGEL, 2007, p. 85) e, principalmente, com a obra *Literatura dos negros* (1900), da autoria de Marcelino Marques de Barros (1844 – 1929), marcando, definitivamente, o nascimento dessa literatura ainda com predominância da oratura (literatura oral).

Consta, ainda, que na segunda metade do século XX, com o início da luta armada e a pós-independência, inicia-se um movimento da literatura moderna guineense, com autores velhos e jovens que vão cantar a revolução da nação em prol da liberdade. Nessa esteira apareceu a denominada literatura de combate, da qual emergiu uma literatura militante que fazia ecoar um grande sentimento de nacionalismo. Desse sentimento tem-se o limiar da construção da nação (NANQUE, 2016). Nos primeiros momentos de consciência nacionalista, os escritores e intelectuais africanos identificavam-se como filhos dum continente explorado e duma terra tentando livrar-se do jugo da dependência colonial (LEITE, 2015). Com isso, tem-se uma literatura vinculada à ideia da nação, na sua projeção e em uma constante

---

<sup>2</sup> Djidiu é uma entidade muito importante na sociedade tradicional guineense, responsável por passar as histórias de uma geração para outra.

<sup>3</sup> Mandjuandadi é uma coletividade (sobretudo feminina); uma associação ou grupo de pessoas, mais ou menos da mesma faixa etária ou ainda da mesma geração, que se organiza para confraternizações e apoio mútuo em ocasiões ou circunstâncias diversas. É o espaço em que cada uma das mulheres, e cada um dos seus membros, se sente livre: lá pode cantar, ostentar o seu pano ou vestido novo, brincar, ser maliciosa e livre, dar vazão aos seus sentimentos, inclusive à sua sensualidade, tanto nos versos que canta quanto na sua performance enquanto dança, (SEMEDO, 2010).

revisitação da tradição. Portanto, é uma literatura que possui, desde o seu começo, uma função didática, informativa e formativa e que procurou, através das tradições culturais e da memória coletiva, resgatar a identidade nacional que ela mesmo ajudou a forjar, (LEITE, 2015).

Segundo o mesmo autor, a literatura guineense, toda ela, acompanha a História, questiona-a e compromete-se com a especificidade da Guiné-Bissau, enquanto Estado-Nação. Corroborando essa questão, Augel (2005) aponta que a literatura que acontece na Guiné-Bissau de hoje é um contributo essencial e imprescindível para a construção da nação guineense – e isso através de sua narração. É reflexo da crise que já se prenunciava e cuja explosão as obras surgidas na década de noventa profetizavam. E pelo caminho da estética e da representação simbólica, através do discurso artístico-literário, os autores guineenses apontam para possíveis saídas, desconstruindo a história hegemônica, dando voz a personagens muitas vezes fantásticas, porém verdadeiras, representantes da realidade local e não só. Os autores tentam, cada um de modo particular, com a criatividade específica de cada um, numa visão futurista, sustentar a bandeira das mudanças substantivas, sem as quais não será possível reformular o Estado ou criar a nação guineense, sempre apostando na capital esperança. Posto isso, fica clara a ideia de Nanque (2016) de que seria cometer um sacrilégio estudar a obra de um escritor africano na perspectiva de arte pela arte, de modo que a concepção de que a literatura surge pela tendência do homem à imitação é susceptível de contestação se inserido no contexto guineense.

Nesse contexto, Marcelino Marques de Barros pode considerado o pai da literatura guineense por ser o primeiro a produzir uma obra literária que tratava de aspectos sociais do povo, a *Literatura dos negros* (1900). Nessa esteira, no século XX, a partir do alicerce criado por Barros, essa literatura ganhou novos contornos com a poesia de Carlos Semedo, publicada na Ilha de Bolama; com as novelas de Fausto Duarte (que alerta a crítica ser de pendor colonial); as poesias e os contos de Fernanda Castro; o conto de James Bull e a poesia de António B. Ferreira — dando mais *corpus* a essa nova literatura. Na primeira metade do mesmo século, ainda eram escassas as produções literárias, como assegura Nanque (2016). No entanto, já na segunda metade, com o início da luta armada e a pós-independência, inicia-se um movimento da poesia moderna guineense com poetas velhos e jovens que vão cantar a revolução da nação em prol da liberdade. Entre eles, figura Tony Tcheka, assegura Nanque (2016).

A literatura que se fazia nessa época é de cunho nacionalista, de sentimento de guineidade e também de africanidade, explorando o processo sócio-histórico e político da Guiné e da África, frisa Nanque (2016, p. 19). O seu estilo, que surgiu com o intimismo e o regionalismo de Carlos Semedo, passará a ser, na modernidade, mais exclamativa ou expressiva, com toques de épico na exaltação dos heróis guineenses e africanos, para depois voltar ao intimismo com um lirismo amadurecido principalmente na pena de Tony Tcheka, Conduto de Pina, Nelson Medina e Odete Semedo. Vale ressaltar que o que se fazia até então, em termos literários, era um grito ideológico de cunho partidário, nota-se que, na época da luta armada, a poesia serviu como arma de combate. Após a luta, com a independência, passou a ser a arma do partido, entretanto disseminador dos ideais político-partidário. Nesta imbricada, aponta Nanque (2016, p. 19), “é o caso exato de muitos poetas guineenses como Vasco Cabral, Helder Proença, Tony Tcheka, [...] José Carlos Schwarz, entre outros”. À exemplo disso, temos a primeira coletânea ou antologia poética guineense, *Mantenhas para quem luta* (1977), da qual Tony Tcheka é integrante. A obra praticamente é um confessionalismo revolucionário carregado de mensagem política de exaltação patriótica e anticolonialista. Portanto, trata-se de uma literatura que emerge vinculada a um projeto mais amplo de luta anticolonial, o que lhe confere um caráter de literatura militante, utilizando-se do texto literário em favor de uma causa político-social independentista (NANQUE, 2016).

Portanto à luz da teoria de Antonio Candido, pode-se dizer que o processo do resgate da oralidade por meio da escrita, empreendida por Marcelino Marques de Barros, foi crucial para a formação da literatura escrita guineense, porém não podemos ignorar que havia ali um processo que se materializou pela oralidade e pela transmissão que se dava de boca em boca. O próprio processo de recolha destes textos orais já demarca uma postura altamente conscientizada e de valorização daquilo que é local. Porém, enquanto sistema literário escrito, só veio a vincar-se com a luta de libertação, com o aparecimento da chamada literatura de combate, por haver já um número considerável de literatos ou criadores literários que revelavam muito claramente esse aspecto de conscientização de "sua função histórica, em sentido amplo", concernente àquilo que Candido chama de "caráter empenhado", atrelado a essa consciência. Escreviam para uma causa (a causa independentista, dito de outra forma, a liberdade de pensar e agir, como diria Amílcar Cabral).

Vale, então, destacar que existe certo descompasso quando se olha a literatura guineense a esse molde. O primeiro descompasso tem a ver com a língua. Antonio Candido fala em uma língua na materialização do sistema, porém no contexto guineense, devido ao multilinguismo que marca a sociedade guineense, a literatura não vai se dar em apenas uma língua, mas várias. Apesar de que a expressão máxima da literatura guineense seja a língua portuguesa, é um sistema que também se organiza pela língua nacional (o kriol guineense) e as línguas étnicas.

Nesse caso, ao pensarmos na articulação autor-obra-público, a orgânica do sistema, nos vem que a literatura guineense como sistema na teoria de Candido já existia, de forma não convencional. Isso, ao falarmos dos *djidius*, agentes culturais, conscientes dos seus papéis enquanto depositários da memória coletiva, que tinham a missão de narrar histórias aos reis e de entreter a população nas festividades e eventos com certa relevância cultural, e isso é uma tradição que até hoje existe. Há, portanto, todo um padrão e toda uma configuração que rege a atuação de um *djidiu*, pois não é qualquer um que o seja e não é de qualquer forma que ele se apresenta. Não obstante, convém fixarmos na literatura como sistema na sua modalidade escrita. Nessa vertente, como já mencionamos, a luta de libertação foi o ponto fulcral.

## QUESTÃO LÍNGUA: DESCOMPASSO ENTRE A TEORIA DE CANDIDO E A LITERATURA GUINEENSE

Se uma língua é o elemento básico para a constituição de um sistema literário, aqui temos um descompasso, visto que a Guiné-Bissau é um país multicultural e plurilinguístico e é impossível que a sua multiculturalidade seja transmitida em apenas uma língua. A vista disso, temos uma literatura que se manifesta em várias línguas, e o português enquanto língua literária, na Guiné-Bissau, não é o português como é conhecido no ocidente, é um português subvertido e impelido a expressar a cultura guineense. Até reconhece o Fado<sup>4</sup>, mas é o Gumbé<sup>5</sup> que ela expressa, e essa subversão passa, sobretudo, em misturá-la com as

---

<sup>4</sup> O fado é um gênero musical muito conhecido em Portugal; normalmente somente um fadista o canta, ao som da guitarra clássica, mais conhecida neste ambiente como viola, e da guitarra portuguesa. Esta expressão que lhe dá nome provém do latim ‘fatum’, que pode ser traduzido como ‘destino’. Disponível em: [Fado - Gênero Musical - InfoEscola](#).

<sup>5</sup> O Gumbé é um gênero musical que nasceu da junção de alguns ritmos tradicionais da Guiné-Bissau como Tina, Tinga, Brocxa, Kussundé (da etnia Balanta), Djambadon (Mandinga) e Kunderé (Bijagós). O instrumento principal desse ritmo é a cabaça ou apenas cabaz.

línguas nativas do país. Tony Tcheka é o nosso exemplo dessa transgressão. Portanto, a formação do sistema literário escrito na Guiné-Bissau se dará por esse viés, a partir da literatura de combate que não só faz frente ao poder colonial com suas denúncias e seu apelo ao engajamento à causa independentista, mas via transgressão da língua como uma forma de se autoafirmar.

O diálogo que Tcheka faz com a tradição oral e a literatura de combate, depois recolhida pela coletânea *“Mantenhas para quem luta”*, marca, assim, a sequência temática e padronizada de uma literatura livre, do povo para o povo. É uma literatura que fala a língua do povo e que representa o povo, o que o impede de ser monolíngue, pois assim como a coletânea *Mantenhas para quem luta*, que consolidou a literatura escrita guineense, é bilíngue, assim são todas as obras de Tony Tcheka, isso porque ele é claramente consciente do seu papel enquanto representante cultural. A propósito disso, Nanque salienta que “escrever livros bilíngues é mostra da miscigenação cultural-lingual do próprio local de emissão das obras e também do poeta” (2016, p. 79).

Então, a língua portuguesa como ela veio das caravelas dos invasores europeus não representa e não podia representar a cultura e a identidade da Guiné-Bissau, mas o seu uso artístico sim, porque antes ela é despida da ideologia europeia e impelida a sonhar como um guineense, a sonhar com as cores e os ares de um povo culturalmente diversificado. Porém, o descompasso não é total, porque com a guineensização, a língua portuguesa passou a representar a cultura e a identidade guineense, literariamente, porém ela não o fez sozinha, mas com a ajuda das línguas nativas da Guiné-Bissau, que constantemente atravessam-na.

A transgressão da língua portuguesa é uma marca literária na formação da literatura guineense e, como já frisamos, a coletânea *Mantenhas para quem luta* é um marco para essa literatura. Podemos ver essa articulação na construção da identidade literária guineense da qual Tcheka surge como o nome mais engajado. Então, o seu poema, parte dessa coletânea, nos serve como exemplo — intitulado *Mantenhas*, encontra-se nas páginas 31 e 32 da obra:

Mantenhas da luta tenho!...  
 Mantenhas, para quem luta!...  
 E não só...  
 Mantenhas... são mantenhas  
 Tenhas ou não participado...  
 Mantenhas trago para ti  
 Mantenhas de quem o povo serviu  
 Mantenhas de quem, sendo simples

Grandemente o povo serviu  
Mantenhas daquele que sucumbindo  
Com o próprio sangue o inimigo acertou  
(A luta é assim exige Sacríficos)  
Por isso mantenhás...  
Mantenhas para os que merecerem  
O merecimento do Pindjiguiti  
O merecimento de Como  
O merecimento de Cassaká  
O merecimento Guiledje  
O merecimento de Cabral  
O merecimento da luta  
O merecimento das mantenhás  
A mantenha Combatente!!!  
A mantenha para àqueles  
Que engajados continuam  
Mantenhas para que não mais haja  
Botas estrangeiras espezinhando o nosso sentimento...  
A nossa cultura...  
A nossa razão...  
Por isso mantenhás... Mantenho  
Decididamente, mantenhás!!!  
Mantenhas de firmeza  
Mantenhas militantes  
Mantenhas na certeza  
De que nada será, como ontem  
Jamais as nossas crianças  
Matarão a sede  
Com as lágrimas da fome  
Por isso e por tudo isto  
Mantenhas, mantenho nas mantenhás.

O poema cumpre bem esse propósito, pois a palavra-chave é o substantivo *mantenha* da língua guineense, portanto marca um espaço, uma cultura e um povo. Foi conscientemente usado, partindo de uma escolha e visando um propósito, a representação da voz de um povo cumprindo a sua luta. Na cultura guineense, cumprimenta-se com *mantenha*, mantenhás de irmandade e solidariedade, *mantenha di anos ku mama (somos um só)*, ou seja, antes de bom dia, boa tarde ou boa noite, basta *mantenha*. Outras expressões no poema marcam a identidade e a cultura guineenses. Estamos a falar de substantivos, topônimos, como: Pindjiguiti, Como, Cassaká, Guiledje. Todos esses vocábulos contam a história, a cultura e a luta do povo guineense. A partir desses topônimos, pode-se contar a luta de libertação do país do início ao fim. Pindjiguiti foi palco do massacre conhecido como *Massacre de Pindjiguiti*, de 3 agosto de 1959, que agudizou a revolta dos nativos e culminou com o início da luta armada pela independência da Guiné-Bissau. Já Como e Guiledje foram espaços importantes desse combate e autodeterminação.

Misturar português com crioulo é também postura dos poetas da nova geração, se pensamos na questão de literatura como sistema, na continuidade dos padrões literários, a

partir dos mesmos moldes. A exemplo disso, temos o poema *Guineendade*, de Ussumane Grifom Camará. Eis o poema:

Sou apenas um pedaço  
 Desta terra  
 Esculpida em negro,  
 Apenas a Geba que desagua  
 Calma,  
 No atlântico  
 Sou o gritar sereno do kasibet  
 Porfiando com rancor  
 O amarelo da bembá  
 Sou perfume florestal  
 Colorido verde de Cantanhez.  
 Apenas o canto de macaréu  
 Sobre a crista do saltinho,  
 Sou o branco prateado de Cussilinha,  
 Têmpera de leste  
 Sufocando bolanhas de Fátó  
 Soltando brumas do deserto,  
 Sou polo quente  
 Norte mampataz  
 Farim dos Mansas e korins,  
 Sou sul kebur  
 Mafé de lingron...  
 País meu  
 Combate nosso  
 Gente em peregrinação no tempo  
 Para embelezar a dança. (CAMARÁ, 2018, p. 39)

A tessitura do poema, assim como em Tcheka, nos traz a imbricação entre o português e as línguas nativas da Guiné-Bissau, que vai marcar a miscigenação do povo guineense e a diversidade do país. Isso ocorre a partir de topônimos e não só.

A mistura se vislumbra a partir de substantivos como “kasibet; bembá; Cantanhez; Cussilinha e kebur”, que vão se juntar ao português para formar o tecido poético, de modo que desvendar esses nomes é imergir-se na cultura guineense e viver a sua diversidade. Nesse caso em específico, o nome “bembá” refere-se, de certa maneira, ao cultivo de cereais (um aspecto interessante, sendo que a Guiné-Bissau é um país essencialmente agrícola), depois de “kebur”, esses cereais são estocados numa “bembá”. Nomes como Cantanhez e Cussilinha referenciam e vão marcar lugares que representam as diversidades dos recursos naturais de que o país dispõe.

A língua guineense (kriol) é onipresente na literatura nacional a partir desse propósito identitário. O sistema literário guineense escrito, desde a sua formação inicial, em



*Mantenhas para quem luta*, por exemplo, já mostrava clara a intenção de estabelecer essa identidade a partir da inscrição da língua guineense nos poemas em língua portuguesa ou, então, na consciência da elaboração de obras bilíngues. Assim, a língua portuguesa na Guiné-Bissau é uma língua literária ao ponto em que ela permite a transgressão dos seus padrões linguísticos e a coabitação com as línguas nativas do país.

## O GUINEENSE E A GUINEENIDADE NA FORMAÇÃO DA LITERATURA GUINEENSE

Do enfrentamento à colonização, a saudação aos combatentes de liberdade de pátria, a formação da literatura guineense seguiu com a representação daquilo que era e é a condição da pós-independência: a representação de um povo desiludido por não ver fincar os ideais da luta, que lutou para que não existisse mais opressão e miséria, mas que ainda se viu preso a essas infelicidades. Tcheka, então, elege o guineense nas suas várias facetas da vida, para, assim, garantir a consolidação do que poderia ser chamada de literatura guineense. Vejamos bem, a literatura guineense escrita começou com a representação da vontade do povo que queria ver-se livre da opressão, e por isso mobilizou-se para a luta, desdobrou-se para a representação da condição desse mesmo povo no pós-independência, de quem se viu traído pelos seus ideais e companheiros, seria então o caminho mais lógico para um efetivo processo de formação literária.

Portanto, os primeiros literatos denunciavam as condições miseráveis às quais o guineense (homens, mulheres e crianças) ou o nativo foi submetido pelo colonizador, o que fez crescer a vontade de lutar para a sua autoafirmação, culminando numa luta ferrenha pela independência que permitiu a liberdade perante a colonização. Diante desse feito, a literatura se viu empenhada na exaltação desse guineense/combatente de liberdade da pátria que ousou enfrentar as bombas e metralhadoras coloniais. Não obstante, esse mesmo guineense viu-se oprimido pelo seu irmão, seu ex-camarada de luta, que quis tudo para si, ou seja, formou-se uma elite no pós-independência, ou até antes, que usa dos mesmos recursos do então colonizador para o proveito próprio. Então, a partir de uma literatura que podemos chamar de contemporânea e que, segundo a teoria de Candido, pode ser denominada “literatura empenhada”, deu-se espaço para ela servir de voz do guineense subalternizado, oprimido e marginalizado pelo sistema político viciado e de roubalheira. Tcheka é, portanto, a voz maior dessa continuação literária na vertente poética, elegendo o homem lavrador, a

mulher *bideira* e a criança como símbolos máximos da sua poesia, ou melhor, da sua literatura, em representação àqueles que foram relegados à margem e à sua pouca sorte.

E essa é uma representação em mão dupla. Enquanto Tcheka denuncia a miséria a que esses foram impelidos, ao mesmo tempo projeta os valores da guineendade (valores culturais e identitários) em vias de extinção perante a globalização acelerada e propaladora, em larga escala, das imundícias que o fenômeno dissemina.

Em *Mantê-las para quem luta*, o poema *Pindjiguiti* (p. 35 - 36), de Tony Tcheka, vislumbra esse guineense (homem, mulher e criança) oprimido e barbaramente violentado pelo europeu colonizador. Através da alegoria, vê-se a situação cume para a revolta desencadeadora da luta. Eis o poema:

No Pindjiguiti  
tudo começou.  
Nos corpos em sangue  
Flutuando no turvo Geba  
Olhos fixos  
Em corpos eletrificados  
Contemplavam a cena

O genocídio cometido  
Contra um povo de paz  
Fez o marco

Na <<casinha>> houve choro  
Choro mudo, silencioso  
Contido no fundo da alma  
Choro diferente...

De raiva, de dor  
De soluços perturbando a noite  
Inquietando o tempo  
Trovejou...  
Relampejou...  
Houve chuva!!!  
Chuva, fria  
Na noite quente  
Molhando mulheres  
De mãos aflitivas na cabeça  
Aflitivamente  
Apupando silenciosamente  
O choro proibido...

Óculos escuros na vigia...  
G. 3, patrulhando  
Camuflados... circulando  
Num constante vaivém  
Ameaçavam continuar a cena  
Mulheres agora viúvas

Crianças agora órfãos  
Rebolavam em <<Cangalutas>> incessantes  
Acalmando a dor, abraçando a terra  
Ao som dos sussurros prolongados  
Das mulheres-grandes  
Do olhar atento do homem-grande  
De cabeça pendurada  
ixara as manchas de sangue  
no patamar da casinha

O sangue do marinheiro  
O sangue que se misturou  
Com o turvo Geba  
E alimentou os tarrafes...  
O sangue do filho-da-terra  
Transformando-se em liberdade  
A liberdade nasceu no Pindjiguiti!!!

A imagem que aparece é de uma angústia gritante, que toca até aos âmagos da alma. Angústia que aflige homens, mulheres e crianças (povo de paz como os refere o eu lírico). O poema, então, fala de genocídio contra o povo guineense. O europeu tentou matar o africano de todas as formas, tanto fisicamente como psicologicamente. Essas duas mortes têm dimensões culturais e identitárias. Foram longos séculos de uma tentativa vã de liquidar a essência africana e desenhá-la aos moldes da subserviência. Esse projeto enveredou sempre pelo caminho do medo e do terror. Nesse contexto, o Massacre de Pindjiguiti é um exemplo do *modus operandi* do sistema colonial. Grosso modo, é um sistema que por muito tempo fabricou viúvas, viúvos e órfãos. No poema, vimos "...mulheres / De mãos aflitivas na cabeça / Aflitivamente / Apupando / silenciosamente" perante uma situação em que até chorar é proibido. Vimos "Crianças... órfãos" cujos pais foram mortos por exigir melhor remuneração.

Nesse poema, estamos diante da situação do povo guineense sob o domínio e a opressão portuguesa, que fez crescer o desejo pela liberdade e marcou a revolta que culminou na independência do país. A literatura guineense, então, sempre acompanhou esse processo e até o antecedeu, sempre denunciando e criticando o sistema colonial. Depois da independência, permaneceu uma literatura preocupada com a condição do povo guineense, que, por sua vez, não se livrou da opressão e só mudou de opressor. Tcheka é, pois, esse intelectual atento à vida contemporânea do povo guineense, na medida em que continua a celebrar a sua angústia. O poeta, através do eu lírico, no poema *Canto à Guiné*, compromete-se em ser Guiné até depois da esperança. É como se fosse um juramento de nunca abandonar o seu povo e sua pátria. Eis o poema:

Guiné

sou eu  
até depois da esperança

Guiné és tu  
camponês de Bedanda teimosamente  
procurando a bianda na bolanha  
que só encontra água na mágoa da tua lágrima

Guiné  
és tu  
criança sem tempo de ser menino

Guiné  
és tu  
mulher-bidera  
em longas filas de insónia  
nas noites de kumpira pon

Guiné  
é um grito contido  
saído de mil ais  
que se acolhe no calcanhar da terra  
adormecida

Mas  
Guiné somos todos  
mesmo depois da esperança. (TCHEKA, 2008, p. 49)

Observando o poema *Canto à Guiné*, percebe-se que a literatura guineense, a partir de Tcheka, deu continuidade à representação do povo guineense e a suas angústias (vimos nele o homem, a mulher e a criança guineense com o mesmo aspecto dolente com o qual aparecem na coletânea *Mantêhas para quem Luta*). Continua uma literatura de forma livre como o é a sua fonte, a oralidade e segue misturando a língua portuguesa com as línguas nativas da Guiné-Bissau. A sua liberdade artística formal (em questão de forma literária) segue a particularidade de cada autor nos moldes que ligam suas obras num diálogo entre o passado e o presente. Essa continuidade temática e de mecanismos lhe permite o estatuto de literatura enquanto sistema.

A propósito da recepção da literatura escrita guineense, necessária para, de fato, consolidá-la enquanto sistema, pode-se perceber uma tímida recepção devido a vários aspectos que ainda caracterizam a realidade guineense. Sobre esse quesito, vamos ver, em primeira mão, que um elemento forte que conjuga para consagração e proscricção das obras e autores apresenta déficit em relação à literatura guineense. Estamos falando da crítica

acadêmica, porque “nem no campo da historiografia, nem no da crítica ou da teoria literária existem muitas obras” (AUGEL, 2005, p. 91).

E não podemos falar a mesma coisa com relação à produção e à publicação. Muito se tem publicado na Guiné-Bissau e em Portugal sob o selo da literatura guineense. Em primeiros momentos dessa literatura, vê-se que a imprensa escrita, apesar do seu aparecimento tardio, teve um papel relevante na divulgação e recepção das obras. Essa tendência veio se modificando com o aparecimento de novas mídias, não obstante, as rádios continuam sendo úteis para a literatura, sendo que número considerável de rádios espalhados pelo país possuem programas de cariz literário. Vale também destacar que existem grupos de jovens, manifestados pelas páginas nas redes sociais, que têm despertado para o gosto pela leitura da literatura e têm desenvolvido eventos que celebram a arte literária guineense a partir dos seus vários autores. Apesar de todo interesse e da mobilização por parte de jovens, vemos com alarme que à literatura ainda não é dado o espaço devido no ensino guineense, porém estamos esperançosos de que tão logo haja um despertar para a importância da literatura no sistema educacional. Nesse sentido, a academia brasileira tem acolhido estudantes guineenses, que, por sua vez, têm apresentado grande interesse em aprofundar estudos sobre a literatura guineense, e isso conta bastante nesse processo sistemático da literatura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura guineense é uma literatura ainda por estudar, isso se considerarmos que os estudos ainda se concentram em apenas três nomes essenciais: Odete Semedo, Abdulai Sila e Tony Tcheka. Este trabalho, portanto, se enquadra no esforço que temos vindo a dar, desde a graduação, para abrir novos caminhos por um devido entendimento sobre a literatura guineense. E, com este intento, chegamos à compreensão que a literatura guineense é sim um sistema que se concretiza em várias línguas cuja temática ronda a representação do guineense e a sua guineidade. É uma literatura que teve no ápice da sua formação a luta da libertação nacional como ponto essencial e consolidada com a publicação da coletânea *Mantenhas para quem luta* (1977), que representa o resgate do ideário literário fincado na construção de uma nação livre multicultural e democrática.

## REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Editora Garamond, 2007.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: a literatura guineense e a narração da nação*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras-UFRJ, 2005. 387 p. (Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa, na especialidade das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa).

CAMARÁ, Ussumane Grifom. *Encanto do canto que canto*. Bissau. GEP Edição, Bissau – Guiné-Bissau. 2018.

Conselho Nacional de Cultura (Org.) (1977). *Mantinhas para quem luta! A nova poesia da Guiné-Bissau*. Conselho Nacional de Cultura.

COUTO, Hildo Honório do. A poesia crioula bissau-guineense, *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, São Paulo, n. 18, p. 83- 100, 2008.

LEITE, Joaquim Eduardo Bessa da Costa. *A literatura guineense: contribuição para a identidade da nação*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014. 326 p. (Tese de Doutoramento em Letras, área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literaturas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

NANQUE, Roclaudelo N. et al. *Poética da dor-esperança: nação e diáspora em Noites de insônia na terra adormecida e Guiné, sabura que dói de Tony Tcheka*. 2016. 155 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SCHEIDT, Deborah. A teoria de Antonio Candido e a formação da literatura australiana. *Jangada: crítica | literatura | artes*, v. 1, n. 13, p. 5-21, 2019.

TCHEKA, Tony. *Guiné sabura que dói*. São Tomé e Príncipe: UNEAS. 2008.

Recebido em 7 de novembro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.





## PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS EM ESCOLAS DE RIO GRANDE-RS: OCUPAÇÃO, PROTAGONISMO JUVENIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30147

Diego Noda dos Santos<sup>1</sup>

Lígia Cardoso Carlos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo trata do momento político vivenciado entre os meses de maio e junho de 2016 no que diz respeito ao movimento realizado pelos estudantes secundaristas e que ganhou as escolas, as ruas e as mídias da época com a nomenclatura Movimento de Ocupação, no recorte espacial do município de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul – RS. Fundamenta-se nas práticas socioespaciais que o constituíram, possibilitando compreender processos sociais e pessoais delas advindas. A pesquisa de natureza qualitativa tomou como método para geração de dados a entrevista narrativa com estudantes que participaram do processo de ocupação em dez escolas públicas do município citado. Essas memórias foram analisadas tendo como procedimento para o tratamento dos dados processos da análise de conteúdo. A base de análise foi organizada com os conceitos de lugar, território, redes e ação política para compreender os processos desenvolvidos nas escolas durante o movimento e, também, no período que o sucedeu. Como resultados a pesquisa revelou que aprendizagens democráticas foram construídas a partir de um processo de protagonismo juvenil como ação política, com conquistas no âmbito político e pessoal que reconfiguraram as escolas enquanto território e lugar naquele tempo e espaço das ocupações.

**Palavras-chave:** Movimento de ocupação secundarista; práticas socioespaciais; protagonismo juvenil;

<sup>1</sup> Licenciado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas. Professor da rede básica de ensino. E-mail: [diegonoda@hotmail.com](mailto:diegonoda@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [ligi@ufpel.edu.br](mailto:ligi@ufpel.edu.br)

## SOCIO-SPACIAL PRACTICES IN SCHOOLS IN RIO GRANDE-RS: OCCUPATION, YOUTH PROTAGONISM AND DEMOCRATIC PARTICIPATION

---

**ABSTRACT:** The article is about of the political moment experienced between the months of May and June 2016 regarding the movement made by the high school students and which won the schools, the streets and the media of the time with the Occupation Movement nomenclature, in the space cut of the municipality of Rio Grande in the state of Rio Grande do Sul - RS. It is based on the socio-spatial practices that constituted it, making it possible to understand their social and personal processes. The qualitative research had as method for data generation the narrative interview with students who participated in the occupation process in ten public schools in the city mentioned. These memories were analyzed from the procedure for data processing of the content analysis. The basis of analysis was organized with the concepts of place, territory, networks and political action to understand the processes developed in the schools during the movement and also in the period that followed it. As a result the research revealed that democratic learning was built from a process of youth protagonism as political action, with achievements in the political and personal that reconfigured the schools as territory and place at that time and space of occupations. As result the research revealed that democratic learning was built from a process of youth protagonism as political action, with political achievements and personal that reconfigured the schools as territory and place at that time and space of occupations.

**Keywords:** High school occupation movement; socio-spatial practices; youth protagonism; public school; democracy.

### INTRODUÇÃO

O artigo trata das vivências, das experiências e da participação de jovens estudantes secundaristas na ocupação das escolas estaduais do município de Rio Grande, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, entre maio e junho do ano de 2016. Tem como propósito identificar práticas socioespaciais que constituíram o movimento de ocupação, a partir das narrativas de estudantes que dele participaram, bem como indicar alguns efeitos daquela experiência na constituição dos sujeitos no período posterior ao movimento.

No contexto do estudo entendemos como práticas socioespaciais aquelas em que as relações sociais e o espaço social operam simultaneamente e possuem uma densidade que configura e qualifica a reciprocidade entre ambos os conceitos. Já as ocupações, objeto de investigação, foram consideradas no âmbito de reivindicações mais amplas feitas através de



movimentos sociais que tiveram como pano de fundo a crise social, econômica e financeira que se expressa desde 2008. O fenômeno que surge com intensidade em 2011, conforme apresenta Carneiro (2012, p. 7), foi uma “eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua.” Os movimentos que ocorreram na América Latina, no âmbito estudantil, empenharam-se na luta por uma educação pública e de qualidade socialmente referenciada, sendo capazes de mobilizar setores da juventude e de excluídos sociais alvos de intensas e sistemáticas repressões, sejam elas na esfera material ou intelectual.

No que se refere ao processo da pesquisa, foram realizadas 11 entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002) com estudantes de 10 escolas das 11 ocupadas no município, observando que o município tem 13 escolas estaduais com ensino médio.<sup>3</sup> As entrevistas foram individuais com um estudante de cada escola, com exceção de uma em que dois estudantes da mesma escola participaram da entrevista. Eram jovens na faixa etária entre 15 e 18 anos com reconhecida liderança entre os pares. No período da coleta de dados, 2018, a maioria já havia ingressado na universidade e os demais estavam preparando-se para o ingresso. O tratamento e análise dos dados teve como princípio a análise de conteúdos (FRANCO, 2003), considerando seis unidades de análise – a gênese e os desdobramentos do movimento, pautas do movimento, protagonismo juvenil, atividades desenvolvidas nas ocupações, a questão da liderança, conquistas e aprendizagens democráticas.

O texto foi organizado apresentando a caracterização das ocupações estudantis, considerando o local em que ocorreram; a base de compreensão teórica, ou seja, dimensão socioespacial e protagonismo juvenil; a discussão dos dados a partir das narrativas dos estudantes organizadas em unidades de análise e as considerações finais.

## **CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO DE ESTUDO: AS OCUPAÇÕES**

Discutir e investigar as ocupações escolares que ocorreram em várias partes do país é reconhecer que os jovens estudantes se interessam por questões da política educacional e da escola pública. Foram manifestações de rua, rodas de conversa, caminhadas e outras

---

<sup>3</sup> Os estudantes autorizaram o uso das entrevistas e seus nomes, indicados no texto, são fictícios. As escolas não foram identificadas nas falas dos entrevistados na perspectiva de reforçar o anonimato.

tantas atividades que transcenderam os muros das escolas e ganharam visibilidade em um contexto de protagonismo. Eram jovens de vários bairros da cidade, grande parte localizados na periferia, vinculados ou não com movimentos sociais ou grupos juvenis religiosos, os quais viram no movimento de ocupação uma forma de participar na construção da mudança que almejavam para a escola pública, defendendo-a e exigindo sua qualificação.

O Movimento de Ocupação Secundarista teve como foco a defesa da escola pública e sua educação de qualidade. Estendeu-se pelo estado do Rio Grande do Sul, mas, começaram no estado de São Paulo ainda em 2015. Tiveram o apoio da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES e, no RS, da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas – UGES.

A partir de dados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) do Ministério da Educação é possível identificar que em 2016 o Rio Grande do Sul ficou em sexto lugar em desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e alcançou, em 2015, o pior desempenho desde o início da série histórica do IDEB, iniciada em 2005. Ainda, estava em 13º lugar quando comparado com todas as unidades da Federação. Estes índices nos apontam para fragilidades não somente no desempenho, mas, no pertencimento ao espaço escolar. Segundo Vesentini (2004), podemos observar que a realidade do ensino no Brasil requer que o poder público reveja as políticas educacionais para que as ciências e a educação sejam valorizadas, qualificando assim o desenvolvimento dos espaços educacionais do país.

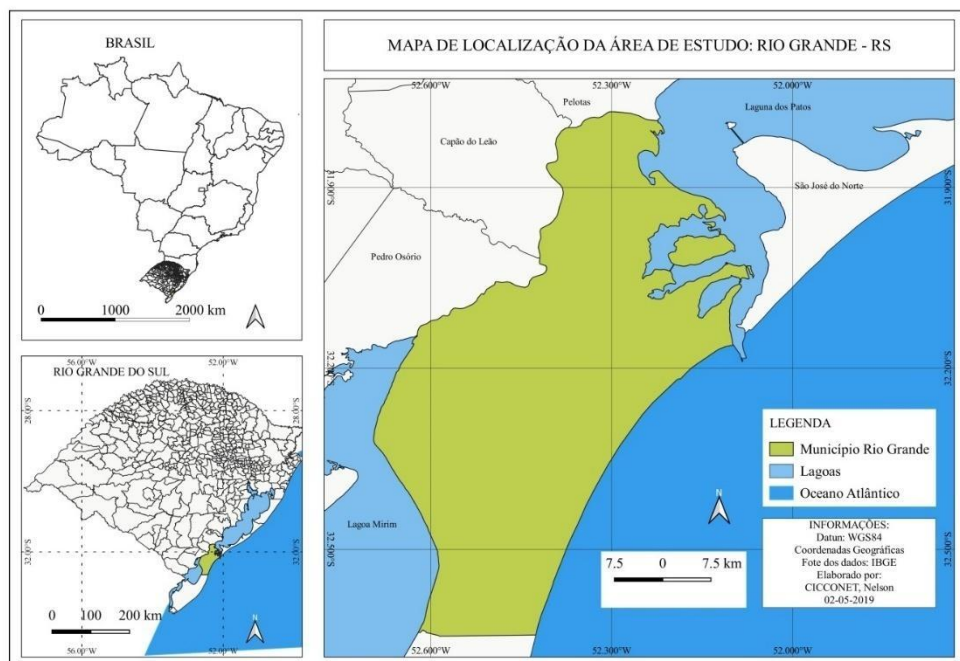
Rio Grande foi o segundo município do Estado com maior número de ocupações, sendo o primeiro Porto Alegre, conforme dados do Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS) <sup>4</sup>. As ocupações secundaristas de Rio Grande ocorreram em escolas localizadas na parte central do município, nos bairros e em um distrito. O mapa a seguir situa o município de Rio Grande no contexto do país e do estado do RS. Na sequência, o segundo mapa identifica as 11 escolas ocupadas, sendo que a escola Loréa Pinto não teve participação nas entrevistas narrativas.

Figura 01 - Mapa da localização da área de estudo

---

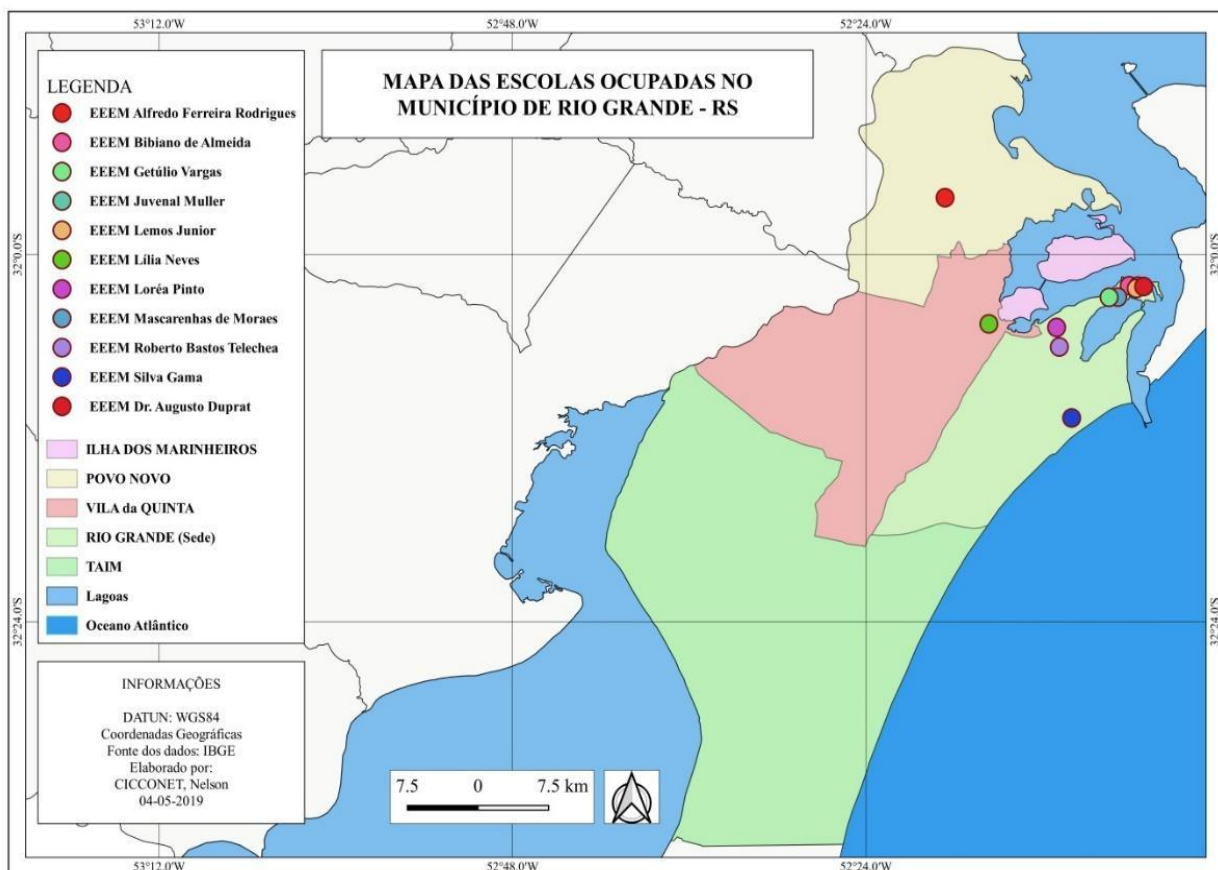
<sup>4</sup>Disponível em

<https://cpers.com.br/cresce-ocupacoes-de-escolas-por-estudantes-em-diversas-regioes-do-estado-em-defesa-da-educacao/> Acesso 31/08/2020



Fonte: Cicconet, 2019

Figura 02 - Mapa das escolas ocupadas no município de Rio Grande/RS



De acordo com Cattani (2017), precisamente em 11 de maio de 2016 o movimento tem início no Rio Grande do Sul, motivado pelo crescimento das manifestações dos estudantes secundaristas de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Os estudantes gaúchos preconizaram o Movimento de Ocupação do RS na Escola Estadual Emílio Massot em Porto Alegre, iniciando assim uma das maiores mobilizações estudantis já vistas no estado. Essas mobilizações ocorreram de maio a junho e foram mais de 150 escolas ocupadas por estudantes em todas as regiões do estado.

Foi se estabelecendo entre os estudantes a ideia de que a alternativa para defender e qualificar a educação pública seria ocupar e resistir. Embora a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) tentasse impedir que o movimento ganhasse força e se ampliasse, os debates cresciam nas rodas de conversa organizadas nas escolas, nos cartazes das ocupações e nos diálogos da opinião pública. Foram fortalecidos com as pautas particulares de cada escola que aderiu e, também, por pautas mais gerais como o repúdio ao projeto de lei enviado pelo executivo estadual que estabelecia a possibilidade de organizações sociais gerirem bens públicos (PL 44/2016), abrindo espaço para a privatização das escolas, e o projeto Escola sem Partido (PL 190/2015), um cerceador da democracia na escola pública, contendo a ideia de censurar o pensamento e a diversidade de expressão.

Outro fator importante para que o Movimento de Ocupação no município de Rio Grande ganhasse expressivo caráter organizativo e pudesse sair às ruas com atos, manifestações públicas, caminhadas e protestos, foi a rede de contatos criada através das mídias sociais. De acordo com Severo y Segundo (2017):

Tal rede foi potencializada pelo emprego de mídias sociais como o *Facebook*, que tinha através da página *Ocupatudo* um papel de divulgação do número de ocupações e notícias sobre cada escola, e o *WhatsApp*, que funcionava como rede interna dos grupos, na qual trocavam informações operacionais imediatas. (SEVERO Y SEGUNDO, 2017. p.87)

Segundo dados do Centro de Referência em Escola Integral<sup>5</sup> que acompanhou o processo de ocupação nas escolas, quando os estudantes tomaram para si o gerenciamento

---

<sup>5</sup>Centro de Referência em Educação Integral (Por Caio Zinet). Escolas Ocupadas mostram que outra educação é possível e necessária. Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-ocupadas-mostram-que-outra-educacao-e-possivel-e-necessaria/> Acesso em 14/07/2017

das dinâmicas escolares, envolveram-se em atividades que demandavam ações efetivas de autogestão, tais como reparos em rede de água e limpeza das escolas, e tomaram consciência de problemas de infraestrutura que, no geral, dependem da agenda burocrática dos governos. Essas ações e processos tiveram nas rodas de conversa (Figura 03), seu principal local de engendramento.

Figura 03: Rodas de conversa nas ocupações secundaristas em Rio Grande/RS, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Oficialmente, no dia 23 de junho de 2016 foi encerrado o Movimento de Ocupação nas escolas do Rio Grande do Sul quando um acordo entre o Comando das Escolas Independentes (CEI) e a SEDUC foi firmado, mediante o comprometimento do governo do estado em atender demandas feitas pelos estudantes. Dentre as demandas estavam o repasse de verbas para obras e reformas nas escolas, a reposição de professores e a complementação de recursos destinados à merenda escolar.

## O LUGAR, O TERRITÓRIO E AS REDES DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Quem nunca se deparou com aquela memória que faz lembrar um acontecimento vivido, que traz uma sensação de saudade? Entendemos que nossa memória pode nos remeter a algum *lugar* e que este conceito está ligado ao nosso cotidiano e a espaços que possam nos dar a ideia de pertencimento ou apreço. E se fôssemos além? Poderíamos dizer que a escola com ocupação é um lugar? Também um território?

Conforme o geógrafo Souza (2013) há dimensões presentes nos conceitos:

Pois bem: no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território, mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas (...) o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como o território está para a dimensão política. (SOUZA, 2013, p.117)

Se o lugar está relacionado com a dimensão cultural-simbólica e o território com a dimensão política, podemos vincular esta afirmação à ideia de poder que Raffestin (1993) traz em suas análises sobre o território. Segundo ele, o território é material ainda que possa não ser perene, é passível de delimitação e precisa do poder e das pessoas. Podemos, desta forma, inferir que nas ocupações havia um tensionamento na perspectiva de constituir um território em torno de objetivos comuns e coletivos que invertessem uma determinada lógica do poder que entrava nas escolas através de ações e mudanças curriculares de cunho duvidoso e, por vezes, oportunista.

Quando pensamos nas articulações intrincadas no movimento de ocupação, a palavra rede nos ocorre e lembra o material que recolhe do mar os peixes, com um sistema de linhas e nós, e ilustra o município investigado, dada a sua proximidade com o mar. No entanto, abordaremos as redes abstratas e seus desdobramentos na articulação de informações no espaço geográfico na perspectiva de Souza (2013), para o qual as redes podem ser consideradas geográficas quando interconectadas por certo número de ligações definidas como fluxos. Esses fluxos podem ser de passageiros, de informação, de energia e, ainda, podem articular e ligar diferentes pontos no espaço no qual interação ser humano e natureza em uma condição de transformação através da organização social, técnica e econômica.

Um modo de demonstrar as redes abstratas é utilizar os sistemas de nós e fios como metáfora. Tomando como exemplo Souza (2013), uma rede de abastecimento de água possui as unidades consumidoras como sendo os nós e as tubulações como sendo os fios. No contexto das escolas ocupadas, podemos entender que os nós seriam as escolas que



estavam sendo ocupadas e os fios os estudantes envolvidos no processo, articulando entre si um fluxo de informações que culminavam nas manifestações, atos e plenárias, mantendo a organização do movimento em nível local e regional e configurando o território do Movimento de Ocupação. Nesse sentido, mesmo que pareça difícil, como sugere Raffestin (1993), associar o conceito de rede ao conceito de território, Souza (2013) indica que é possível combinar os dois conceitos, chamando de “território em rede” o poder organizado em rede, como ocorreu nas ocupações. O território delimitado ou construído desde relações abstratas é criado a partir das relações sociais que se reposicionam com a força das redes criadas nas novas tecnologias da comunicação e da informação. Cabe ressaltar, por fim, que mesmo com todas as conexões virtuais e em rede que colaboraram para a articulação dos atos e protestos coletivos, foi basilar a interação presencial entre as pessoas nos espaços públicos como forma de manifestação democrática.

## PROTAGONISMO JUVENIL NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Muito se fala em protagonismo juvenil em muitos seguimentos da vida cotidiana. O termo surge a partir do momento em que é preciso negociar interesses desta faixa etária. No entanto, a socióloga Souza (2006) apresenta uma crítica ao protagonismo quando este é vinculado a uma condição individual. Segundo ela, há um discurso sobre o protagonismo juvenil construído e difundido desde os anos 1980. Esta perspectiva está embasada no entendimento de políticas internacionais que declararam, através da Organização das Nações Unidas (ONU), 1985 como o Ano Internacional da Juventude.

Deste período para cá foram sendo articuladas políticas públicas para a juventude que prescrevem formas de participação, ou seja, há um campo de possibilidades de atuação já definidos previamente. Neste contexto, Souza (2006, 2017) entende que o protagonismo pode se expressar como atuação social ou ação política. A autora considera como “ação política” o poder de decisão, a criação e a mudança no rumo dos eventos e entende “atuação social” como a defesa de **interesses particulares** ou simplesmente o “fazer coisas” que nada mais é do que uma prestação de serviços a si próprio ou à comunidade. Nas últimas décadas o que ela chama de “ação política” foi intencionalmente substituído ou confundido com a “**atuação social**”.

A partir do entendimento do protagonismo estudantil como ação política e não como atuação social é que este estudo analisou os estudantes secundaristas do Movimento de

Ocupação. O Movimento de Ocupação teve como base o questionamento de determinadas políticas educacionais e encaminhamentos pedagógicos estabelecidos aos espaços educacionais. Nos processos de questionamento os estudantes desencadearam iniciativas que os ajudaram a se reconhecerem como sujeitos da construção do conhecimento e protagonistas de ações com desdobramentos geopolíticos relevantes.

## CONSTRUÇÃO DAS APRENDIZAGENS DEMOCRÁTICAS NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO

Considerando o protagonismo juvenil como ação política e o discurso sobre o protagonismo como atuação social (SOUZA, 2006, 2017), acrescidos dos conceitos de lugar, território e redes (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2013), é apresentada a discussão que segue.

*a) A gênese e os desdobramentos do movimento nas escolas:* O Movimento de Ocupação nas escolas estaduais de Rio Grande tem origem no anseio por mudar o contexto de precarização das escolas estaduais que tomou conta dos estudantes secundaristas no RS. O movimento iniciou com a ocupação de duas escolas estaduais no município, ocorridas com algumas horas de diferença. Conforme as narrativas, percebendo o momento político que estava sendo marcado pela greve dos professores devido aos salários atrasados e parcelados, alguns estudantes começaram a se organizar para garantir espaços de estudo como alternativa para amenizar a falta de aulas. Foi então que a notícia das ocupações em Porto Alegre despertou a ideia de realizar uma ocupação como forma de luta e manutenção do espaço escolar. Conforme Mateus, um dos participantes da pesquisa: “No dia 11 de maio, uma quinta feira, a minha professora de português falou que ocuparam um colégio lá em Porto Alegre. [...] aí a gente falou: Tá! Vamos ocupar a escola!” Não houve, inicialmente, uma comunicação formal entre as escolas. No entanto, a partir do momento em que os alunos de uma escola decidem ocupar e começam a se organizar para iniciar o movimento, informações pelas redes sociais chegam até os estudantes que faziam parte do Grêmio Estudantil de outra escola, os quais, segundo o estudante Caetano, também resolvem ocupar: “A gente recebeu a notícia de que o [...] ia ocupar no outro dia [...] aí eu falei, então a gente vai ocupar [...] de manhã, mas a gente não tinha nada [...]. Fizemos uma assembleia e aprovamos.”

A difusão da informação fez com que os alunos da primeira escola se organizassem de forma mais rápida, não para ver qual escola ocupava primeiro, mas sim, para adiantarem-se frente à direção que tentou impedir a ocupação fechando a escola no turno da tarde, conforme lembra o estudante Roberto:



Não sei como descobriram. [A direção] falou que iam fechar a escola depois do turno da manhã e que não ia ter ocupação. [...] aí eu coloquei no *facebook*: “A escola está ocupada.” A gente desceu a caixa de som e o diretor ficou na salinha dele, na sexta pela manhã. Aí começou a chegar um pessoal, a gente começou a se concentrar ali no pátio mesmo. Ao meio-dia a gente já tinha em torno de trinta pessoas. (Roberto, entrevista)

Pelas narrativas dos estudantes, o processo que levou ao início do movimento em Rio Grande aconteceu de forma simultânea, indicando certa autonomia e voluntarismo, conforme relata o estudante:

A gente nem sabia que o [nome da escola] ia ocupar a escola [...] não teve nenhuma comunicação [...]. Foram as duas ocupações no mesmo dia nas escolas de Rio Grande [...] eu acho que eles ocuparam pelos mesmos motivos que estavam acontecendo na nossa escola. (Roberto, entrevista)

A partir desse momento inicial, a decisão de ocupar foi se ampliando para as demais escolas do município, as quais tinham problemáticas semelhantes e anseios comuns por parte dos estudantes secundaristas. Eles viram no Movimento de Ocupação a oportunidade de expor as precárias condições de infraestrutura, o descaso com a escola pública e a falta de verbas, além do apoio aos professores que estavam iniciando seu processo de greve por atraso e parcelamento dos salários. Os questionamentos locais sobre o movimento começam a se alastrar, como relatou Rosa:

Por que o nosso colégio não está organizado? O que está acontecendo? Por que no meu colégio não tem isso? E daí foi quando ela [a professora] falou que a gente tinha que se organizar. Aí eu fiquei naquela noite com aquilo na cabeça. Se organizar..., mas se organizar como? Mandeí mensagem [para outra colega] e a gente conversou, vamos fazer alguma coisa segunda feira. Vamos! Na sexta feira a gente tinha que fazer os cartazes, tinha que deixar tudo pronto para na segunda a gente chegar lá e ocupar, começamos a chamar os mais próximos [...] (Rosa, entrevista)

Algumas escolas já tinham uma caminhada mais estruturada em termos de organização política, através de Grêmio Estudantil e de contatos com coletivos partidários. Este contexto colaborou para que a decisão de ocupar fosse definida a partir de deliberação de assembleias ou consultas aos estudantes. Por outro lado, escolas que não tinham a mesma prática tiveram no movimento oportunidade para realizar a experiência de

organização política. Deste modo, a ocupação foi alterando relações sociais no âmbito da escola a partir de outras formas de organização do espaço escolar. Dialogando com Souza (2013), foram se constituindo outros lugares a partir de uma mudança do espaço social, ou seja, para mudar as relações sociais é necessário mudar a organização espacial.

b) *Pautas do movimento*: No caso das pautas que foram debatidas e reivindicadas durante todo o período das ocupações, é possível observar que existiram três tipos: as pautas de ordem nacional que estavam no centro das discussões políticas sobre educação; as que se destacavam nas escolas estaduais do município – pois se tratava de uma agenda política estabelecida pelo governo estadual – e as pautas específicas que compreendiam as carências e demandas de cada escola em particular. Desse modo, estava presente uma dimensão multiescalar nas demandas do movimento de ocupação secundarista, expressando a complexidade do fenômeno estudado.

O PL 867/2015<sup>6</sup> que tratava da inclusão do "Programa Escola sem Partido" nas diretrizes e bases da educação nacional e a discussão sobre a PEC 241/2016<sup>7</sup> que ficou conhecida como a "PEC da morte", pois, tratava do congelamento dos recursos para as áreas da saúde e da educação por 20 anos, eram as pautas da conjuntura nacional, conforme declara Dandara:

Foi um processo bem rápido... a gente já vinha pensando em fazer alguma coisa devido a todas as questões que estavam acontecendo no cenário político daquela época, os projetos lei que estavam no pleito para serem aprovados e a gente queria fazer alguma coisa com relação a isso... nos mostrarmos enquanto participantes políticos. (Dandara, entrevista)

De maneira geral, mas evidenciado nas falas dos estudantes de seis escolas, as principais pautas que unificavam o movimento local com as pautas de ordem regional eram principalmente a falta de materiais como folhas e canetas para quadro branco, a estrutura física inadequada e a merenda escolar insuficiente, indicando a falta de investimento do Estado para com as escolas e o atraso no repasse das verbas a elas destinadas. Somou-se a isso o restrito número de professores nas escolas e a questão salarial dos docentes, conforme relata o estudante Vitor:

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>  
Acesso em 20/04/2019.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>  
Acesso em 20/04/2019.

[...] Outra coisa foi o parcelamento dos salários dos professores, isso foi uma coisa que motivou. Eles não demonstravam, estavam ali sorrindo, mas a gente sabia que tinha algo errado, porque é uma dor, é triste tu receber teu salário parcelado, não ser valorizado pelas pessoas. E ainda mais eu... pensando em ser professor um dia, como que eu vou sobreviver assim? Então a gente pensou que se todo mundo se juntar, se unir e revolucionar, alguma coisa vai acontecer. (Vitor, entrevista)

Nas pautas de caráter mais específico de cada comunidade escolar várias questões se destacaram conforme segue: melhoria na estrutura física das escolas, mudança da grade de horários, colocação de faixa de pedestres em frente à escola, construção de quadra de esportes, melhoria na qualidade da merenda escolar, defesa da liberdade de expressão, apoio para atividades culturais, reforma na cozinha e aquisição de materiais de expediente e higiene.

Observando estes dados é possível retomar os conceitos apresentados por Souza (2006, 2017), os quais entendem que o protagonismo pode se expressar como atuação social ou ação política. Sendo a “ação política” o poder de decisão e a busca por mudança no rumo dos eventos com propósitos coletivos e de modo autônomo, é possível entender que as pautas nacionais, regionais e locais resgatam a ideia de ação política fora dos marcos convencionados socialmente para aquele grupo, aspecto importante para entender o protagonismo que será discutido no próximo tópico.

c) *Protagonismo Juvenil*: O protagonismo juvenil foi o motor das ocupações, tanto na escala regional quanto na escala local. Os dados indicam que o fato político das ocupações ocorreu a partir da percepção dos estudantes de que o movimento se configurava em uma oportunidade de lutar pela escola pública, frequentemente ameaçada pelas políticas contraditórias já mencionadas anteriormente e que se destacavam na conjuntura da época. As narrativas de dois estudantes de uma das escolas ocupadas traduzem este momento de ampliação da compreensão dos vínculos entre o cotidiano e as questões econômicas e políticas:

A ocupação foi uma coisa que mesmo quem participou pouco nunca vai esquecer. Tiveram coisas que a gente aprendeu aqui na escola em um mês que as pessoas não aprendem em três anos do ensino médio. (Francisco, entrevista)

A galera daquele tempo saiu entendendo que, e essa foi uma grande sacada nossa,

por mais que a gente tenha lado e que alguns de nós vista uma camiseta, milite em um coletivo, a gente não quer que o cara vá trabalhar numa indústria e vote contra uma greve do sindicato, entendeu? Que se entenda, que tenha consciência de classe, é isso. (Caetano, entrevista)

Tomar a iniciativa e entender-se como sujeito no espaço social é uma das condições principais de um protagonismo, entendido como ação social. Algo que faz ou poderia fazer parte da realidade e condição juvenil. Dentro do modelo dominante em que estamos cotidianamente submetidos no espaço escolar, não é estabelecido que o jovem discuta e opine de modo ampliado, mas, se coloque como ator em um campo de possibilidades já definidas (Souza, 2006). Sobre o processo de tomar a iniciativa é possível encontrar argumentos no relato do estudante Mateus:

Quando a gente entrou na ocupação a gente sabia que era por uma causa justa. Mas, a gente não tinha total noção de como isso funcionava. Então a gente foi tomando a frente e tinha que tomar essa iniciativa, não de impor porque era tudo muito democrático lá dentro. (Mateus, entrevista)

E, também, na fala do estudante Marcos:

Foi uma coisa muito incrível, porque ninguém sabia o que era ocupar, ninguém sabia o que era lutar pela educação de fato, o quão valioso era e o quão importante era. A gente foi descobrindo no caminho, foi vendo a importância de um grêmio estudantil que nós não tínhamos [...]. (Marcos, entrevista)

Ainda, resgatando Souza (2006, 2017) entendemos que o protagonismo das ocupações ocorreu como ação política ao buscar estabelecer um diálogo com a sociedade e com o governo na perspectiva de novos rumos para a educação nas escolas de um modo criativo, ampliado e não marcado pelo individualismo. Importante lembrar que a tomada de consciência e o protagonismo em si ocorrem a partir do momento em que os jovens secundaristas precisam gerenciar o espaço escolar, além de garantir o debate das pautas, a realização das atividades e a organização das redes abstratas formadas com as outras escolas, com os movimentos sociais apoiadores da comunidade, imprensa e seus desdobramentos. Souza (2013), ao descrever as redes abstratas como um conjunto estruturado de ligações com fios, arcos e nós que compõe uma trama integrada, nos ajuda a

entender acontecimentos históricos recentes como as ocupações que se beneficiaram das redes sociais sem abdicar, no processo de mobilização, da interação presencial em espaços públicos. Isso pressupõe uma capacidade de organização que ultrapassa as necessidades locais, ou seja, as carências da escola em que ocorria o movimento, para ir em busca de novos horizontes que oportunizassem educação escolar de qualidade para um maior número de pessoas.

d) *Atividades desenvolvidas nas ocupações*: Rodas de conversa, oficinas de História do Brasil, macramê, grafite, teatro e música, limpeza da escola e organização da alimentação, virada cultural, caminhadas, assembleias, plenárias entre as escolas ocupadas foram as atividades evidenciadas nas narrativas. Esses feitos marcaram aquele inverno de 2016 nas ocupações de Rio Grande. Conforme as narrativas, as escolas nunca estiveram tão limpas, cheias de vida, de cultura e de outros modos de aprender, para além da sala de aula convencional. Assim como os assuntos da população nas paradas de ônibus, nas redes sociais e nos veículos de comunicação – como os jornais e telejornais – nunca estiveram tão repletos de conteúdos sobre a escola. Mesmo que evidenciassem conflitos de posição e entendimento sobre os sentidos e significados da escola entre os ocupantes, os estudantes que não aderiram ao movimento de ocupação e os demais integrantes da comunidade escolar.

“A gente teve muita coisa, a gente teve muita aula (...). Os pais e alunos adoravam dizer que a gente estava ali de vagabundo, mas na verdade a gente estava tendo aula, a gente limpava a escola, ou se dividia entre as outras escolas para fazer plenárias ou ajudar as outras escolas. Tinha reuniões para ter um calendário do que fazer. Debate, a gente debateu muito sobre tudo que é tipo de assunto.” (Lucas, entrevista)

A partir dos relatos é possível considerar que as atividades realizadas dentro das escolas ocupadas davam subsídios para que os estudantes engajados ao movimento pudessem entender o momento político em que estavam inseridos e, também, romper com uma lógica que os tornavam conformados com situações que não atendiam às suas necessidades. Desse modo, houve um processo que Souza (2013) chama de “lugarização”. Conforme o autor:

O capitalismo contemporâneo, que impessoaliza, atomiza e massifica, também gera reações psicológicas como a necessidade de familiarizar-se (ou mesmo apegar-se) a

certos espaços – tornados, assim, lugares –, por mais que a vivência deles traga as marcas da velocidade e da falta de intimidade. Para além da óbvia dependência humana do espaço enquanto materialidade (substrato), e, também para além da necessidade de constituição de territórios, há uma visceral necessidade psicológica de “lugarização”, de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais interagimos. (SOUZA, 2013, p. 126-127)

A partir desta “lugarização”, ou seja, da possibilidade de tornar os espaços escolares lugares, considerando seus sentidos e características, foi possível o estabelecimento de uma relação de afetividade e desejo dos jovens ocupantes com suas escolas. Tudo isso constituiu, de certa forma, a criação de um território onde puderam ter voz e ter protagonismo.

A gente procurou trazer bastante oficinas de teatro, capoeira, cine debate que nos acrescentaram muito para ter uma noção mais concreta e histórica do que estava acontecendo ali. Do porquê de as pessoas terem atitudes conservadoras com a gente. A gente estudava sobre ditadura dentro da escola, mas a gente estava cumprindo um cronograma e não tinha como se aprofundar naquilo, então quando a gente fazia cine debate, quando a gente lia algumas coisas a gente tinha uma noção muito maior do porquê as pessoas estavam pensando assim, que isso era na verdade uma construção social que colocam na cabeça das pessoas mais velhas para nos atacarem, então aquilo nos ajudou muito. (Mateus, entrevista)

e) *A questão da liderança*: Observando a história, podemos identificar que a constituição de lideranças marca os acontecimentos e processos. No caso das ocupações, os dados mostram que esta questão da liderança foi bastante questionada e, em alguns momentos negada. O propósito era o de que todos participassem de forma igualitária dentro do espaço que estava sendo criado com a ocupação, de modo que prevalecesse a vontade da maioria, em um encaminhamento democrático. Conforme narrou Gilberto:

A gente sempre levou mais para o lado do coletivo porque a gente não estava muito tempo junto só na escola, a gente estava fora. Aí quando se tem vivência em mais de um lugar tu crias uma visão diferente. [...] Não teve uma hierarquia verticalizada, era sempre no coletivo, todos decidiam coletivamente. (Gilberto, entrevista)

Porém, com as narrativas é possível perceber que alguns jovens se destacaram, assumindo tarefas cotidianas, tendo iniciativas diante de necessidades imediatas e

demonstrando habilidades de diálogo, de oratória e desinibição. De acordo com o estudante Mateus:

[...] Essa questão de liderança é muito de personalidade da pessoa. Alguns alunos vão ter mais este espírito de liderança e vão acabar tomando mais a frente disso. Ao mesmo tempo tínhamos um ambiente democrático e era o que a gente defendia. Então, a gente foi separando as pessoas que tinham mais aptidão para falar em público e para defender as ideias, para representar nas assembleias. (Mateus, entrevista)

Complementando com a fala de Marcos:

É muito difícil não falar em liderança, mas lá dentro a gente não queria ter um líder [...] o que a gente fez foi uma comissão organizadora e ela tratava da organização. Qual era a comissão? Eram os alunos que tomaram partido pela ocupação e os que estavam sempre na escola, os que tinham disponibilidade de ficar lá. (Marcos, entrevista)

Diante desta afirmação podemos pensar que alguns estudantes acabaram se constituindo como lideranças dentro da ocupação, mesmo que esta não tenha sido a ideia inicial. Este fato ocorre a partir do momento em que os conflitos interpessoais ganham visibilidade e estratégias e arranjos locais são estabelecidos. Fatos que produzem nos sujeitos tomadas de consciência de suas limitações e das exigências daquela situação.

Um dado importante que as narrativas revelaram é o fato de que o processo foi mais articulado e propositivo nas escolas que deliberaram formas de organização e administração da ocupação pautadas no trabalho coletivo. Três escolas que estabeleceram, talvez de modo espontâneo, manter um grupo de alunos liderando o processo, enfrentaram problemas internos de relacionamento ou dificuldades na gestão do espaço por incompatibilidade de pensamento sobre encaminhamentos ou mesmo pela questão da disputa de poder. Segundo Raffestin (1993) o poder como o conhecemos é inevitável e nada inocente, pois se trata de relações existenciais ou produtivistas que procuram modificar as relações sociais e até mesmo as relações com a natureza. Contudo, no movimento de ocupação, através da tomada de decisões coletivas, o processo tornou-se mais descentrado, possibilitando que aprendizagens democráticas começassem a surgir dentro das ocupações.

f) *Conquistas e aprendizagens democráticas*: Com as informações, obtidas através das entrevistas narrativas realizadas com os estudantes secundaristas participantes das ocupações, foi possível perceber que o protagonismo e as aprendizagens democráticas se tornaram importantes elementos que, ao longo dos meses de maio e junho de 2016, fundamentaram as ocupações no município de Rio Grande-RS. No entanto, estes elementos não ficaram presos em um passado histórico recente, pelo contrário, continuaram presentes naqueles que foram os sujeitos do movimento. No que diz respeito às conquistas de cunho pessoal, os relatos garantem que o movimento desempenhou um papel fundamental para a formação da consciência política e cidadã, como podemos observar em três narrativas:

Dentro da ocupação foi o lugar que eu me descobri cantora, foi um dos lugares que eu cantei pela primeira vez para um público grande. Assim, foi essencial na minha construção enquanto ser humano, enquanto participante de uma sociedade, enquanto ser político política. Eu me descobri bastante dentro da ocupação. (Dandara, entrevista)

A questão da ocupação para mim mudou a minha visão política. Eu soube mais sobre o que falar, me expressar [...] procurei saber sobre os nossos direitos, o que a gente precisava o que a gente não precisava, o que podia o que não podia (...) a questão de saber lidar com pessoas diferentes [...]. Foi onde eu reafirmei o que eu queria ser: professora!" (Simone, entrevista)

Na verdade, a ocupação toda foi uma grande aula de cidadania [...]. Eu aprendi muito mais de cidadania em um mês do que eu aprendi em onze anos dentro da escola. Eu saí de dentro da ocupação com outra cabeça, eu procurei entender mais o que era a educação, procurei reivindicar dentro da escola, eu ganhei voz dentro da escola, eu comecei a me preocupar mais, comecei a debater assuntos mais importantes. (Lucas, entrevista)

É possível que as reivindicações do movimento não tenham se fortalecido após o término das ocupações e que muitas demandas levantadas pelos ocupantes sequer tenham ganhado espaço nas discussões das gestões escolares ou instâncias estaduais, no entanto, muitas conquistas do âmbito da infraestrutura e da dinâmica escolar podem ser atribuídas ao movimento. Ocorreram pequenas reformas, a merenda escolar passou a ganhar um olhar mais cuidadoso por parte das direções e, principalmente, algumas passaram a contar com a organização de um Grêmio Estudantil. Um exemplo significativo, no que diz respeito aos



ganhos deste movimento, pode ser atribuído ao processo de reconstrução da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues, que teve seu prédio demolido em decorrência da duplicação da rodovia BR 392 e estava instalada em local provisório. Na época da ocupação esta era a principal pauta dos estudantes e, naquele período, maio e junho de 2016, conseguiram ter acesso ao projeto da nova escola, o qual foi desengavetado e passou a fazer parte da força tarefa do estado. A organização e pauta destes estudantes colaborou significativamente para que a edificação da escola passasse do sonho à realidade.

No âmbito das aprendizagens democráticas podemos considerar vários indicadores presentes nas narrativas. Cada escola ocupada teve sua singularidade, no entanto, todas tiveram a oportunidade de experimentar processos potencializadores nos quais os sujeitos ocupantes, foram protagonistas. O movimento de ocupação organizado através das redes abstratas criou um território no município de Rio Grande e tomou como lugar a escola, a partir das ações desenvolvidas por seus protagonistas que, através da participação democrática, da luta e da defesa pela escola pública como ação política, fortaleceu o caminho para o desenvolvimento de aprendizagens democráticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram onze escolas estaduais ocupadas no Município de Rio Grande, as quais eram representadas por coletivos de jovens estudantes secundaristas. Cada uma tinha em sua organização grupos de coordenação que não se entendiam como lideranças, pois nos relatos há várias argumentações defendendo que tudo era feito com base na coletividade. Em alguns momentos, desenvolvendo um coletivo mais ampliado de escolas que se reunia para avaliar o movimento e estabelecer estratégias de mobilização em conjunto. Eram jovens que buscavam o direito a ter voz e participação efetiva no espaço escolar para fazer dele o seu lugar. Jovens que vivenciaram aquilo que foi construído nas ocupações: diálogo, defesa dos direitos essenciais, coletividade e participação democrática.

Entendemos que o maior testemunho deixado pelo Movimento de Ocupação para o município de Rio Grande foi a demonstração de que a escola é um local público que precisa ser democratizado, que deve ser gerenciada com responsabilidade pelos governos na busca da qualidade socialmente referenciada dos processos de ensinar e aprender e da valorização dos educadores e funcionários, possibilitando melhores condições de vida e dignidade para todos e todas.

## REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: Harvey, David (et al). *Occupy*. Trad. João Alexandre Peschanski (et al). São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.
- CATTANI, Antônio David. (org.) *Escolas Ocupadas*. Porto Alegre: Cirkula, 2017.
- FRANCO, Maria Laura Puglise Barbosa. *Análise de Conteúdo*. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2003.
- JOVCHELOVITCH, Sandra & BAUER, Martin W. *Entrevista narrativa*. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90 – 113.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SEVERO, Ricardo Gonçalves & SEGUNDO, Mario Augusto Correia San. *#OCUPATUDORS – socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP v.19, n.1, p. 73-98, 2017.
- SOUZA, Regina Magalhães de. *O discurso do protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- SOUZA, Regina Magalhães de. *O fim do protagonismo juvenil e o retorno à ação política*. Instituto Humanitas Unisinos, maio, 2017. Disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/568183-o-fim-do-protagonismo-juvenil-e-o-retorno-a-acao-politica-entrevista-especial-com-regina-magalhaes-de-souza>> Acesso em 13/08/2018
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- VESENTINI José William. Realidades e Perspectivas do Ensino de Geografia no Brasil. In: VESENTINI José William (org.). *O Ensino de Geografia no Século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 219 – 248.

Recebido em 12 de novembro de 2022.

Aprovado em 17 de abril de 2023.





## IDENTIDADES E COOPERAÇÕES PAN-AMERICANISTAS ATRAVÉS DO SUPLEMENTO LITERÁRIO *PENSAMENTO DA AMÉRICA*

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30191

Louise Tanajura Ramos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo investiga as estratégias adotadas pelo governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1942 a 1945, para viabilizar a construção de um sentimento nacional juntamente com uma união em relação às repúblicas americanas. Tais estratégias encontram-se expressas sob uma ótica cultural e política nas páginas do suplemento *Pensamento da América*, do jornal *A Manhã*. A partir do momento em que as culturas nacionais divulgadas nas páginas do suplemento produziam um sentido com o qual a população pudesse se identificar, construíam-se as identidades pautadas, sobretudo, no ideal pan-americanista. Para tanto, constitui objeto central desta reflexão compreender o conteúdo publicado no *Pensamento da América* como elemento para a construção das distintas cooperações entre Brasil, Estados Unidos e as demais nações latinas americanas ao longo dos primeiros anos da década de 1940. O suplemento *Pensamento da América* inaugurava um tipo de publicação que ao mesmo tempo em que possibilitava uma afirmação do Estado Novo e de suas relações diplomáticas abria um espaço para empreender uma atração cultural entre os povos, por perceber que a arte e a literatura poderiam aproximar “espiritualmente” as nações americanas.

**Palavras-chave:** Pan-americanismo; Estado Novo; Pensamento da América.

## PAN-AMERICAN IDENTITIES AND COOPERATION THROUGH THE LITERARY SUPPLEMENT *THOUGHT OF AMERICA*

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-Graduada em Direito Educacional. Atualmente Servidora Pública Federal no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Baiano (IF Baiano). E-mail: [lou\\_tanajura@hotmail.com](mailto:lou_tanajura@hotmail.com)

**ABSTRACT:** This study investigates the strategies adopted by the government of Getúlio Vargas, between the years 1942 to 1945, to enable the construction of a national sentiment along with a union in relation to the American republics. Such strategies are expressed in a cultural and political perspective in the Thought of the supplement pages of America, the newspaper The Morning. From the moment in which the national cultures disclosed on pages supplement produced a direction with which the population could be identified, the identities were constructed guided primarily in the ideal pan-Americanism. Therefore, the main object of this reflection is to understand the content published on the Thought of America as an element for construction of different cooperation between Brazil, the United States and other Latin American nations, during the first years of the 1940. The supplement Thinking of America inaugurated a type of publication that while a statement that allowed the New State and its diplomatic relations opened a space to undertake a cultural attraction among the people, to realize that art and literature could approach "spiritually " American nations.

**Keywords:** Pan –Americanism; New State; Thinking of America.

## INTRODUÇÃO

[...] uma árvore absurda, partida em duas frondes que, separadas no tronco por somente cinco polegadas, se repudiam e dividem no alto um rasgão e um vazio de metros. O tronco é um, a seiva é uma, e a espécie e o gênero também, mas a árvores teve o louco humor de não ver as duas frondes. De ramo a ramo, não corre nenhuma palpitação emocional comum, e sua raiz única parece um mito.<sup>2</sup>

Esta é a representação do continente americano, afastado por uma aparente herança cultural, com particularidades e ritmos de vida que apontavam para origens europeias diferentes, apesar de manter uma mesma raiz histórica. Um pensamento que vigorou durante séculos e que esteve na base do discurso de colonização e exploração da América. No entanto, essa cisão continental tão arraigada na essência política e social teve no Brasil a tentativa de superação, principalmente, durante o governo de Getúlio Vargas, a partir do Estado Novo (1937-1945). Foram criados, nesse período da história, mecanismos de “cooperação continental”, atrelados a uma tendência pan-americanista<sup>3</sup>, que pareciam um sistema nervoso capaz de permitir que o povo brasileiro conhecesse o continente em que

<sup>2</sup>Espiritualidade Chileno-Brasileira. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1945, p.146.

<sup>3</sup> O termo pan-americanismo aparece, segundo Luiz Cláudio Santos (2004), pela primeira vez na edição de 27 de junho de 1882 do jornal *New York Evening Post*, durante a campanha do secretário de Estado James Blaine, com o objetivo de conformar um *zollverein* comercial que unisse todo o continente americano. “Pan” dava uma ideia de totalidade e união. O prefixo tornar-se-ia essencial para a política imperialista dos Estados Unidos, que galgava na América sua área de influência.

eles viviam: “uma diplomacia espiritual que procurava superar a guerra nas almas e criar as constantes da concórdia”<sup>4</sup>.

Dentre as temáticas contemporâneas estudadas sobre o continente americano, poucas dão seguimento às redes de relações que buscavam uma integração entre as nações latino-americanas e os Estados Unidos. Uma relação marcada por uma longa história, mas que nem sempre é estudada com o rigor merecido, apontando as experiências do passado como um eficiente mecanismo de compreensão para os desafios dos processos constitutivos atuais.

No horizonte deste artigo está a busca do entendimento e das estratégias adotadas pelo governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1942 a 1945, para viabilizar a consolidação do sentimento nacional juntamente com o de união em relação às repúblicas americanas, expressas sob uma ótica cultural e política nas páginas do suplemento literário *Pensamento da América*, publicado inicialmente nas páginas do jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*.

Como explica Ana Luiza Beraba (2008), o *Pensamento da América* foi produzido de agosto de 1941 a fevereiro de 1948. A delimitação temporal aqui se restringirá aos anos de 1942 a 1945, ou seja, a partir do momento em que o suplemento passa a ser produzido mensalmente como fascículo independente do jornal *A Manhã* até o ano final do Estado Novo. Esses quatro anos estabelecidos marcaram a consolidação da imprensa como instrumento estadonovista, atrelada a um departamento de propaganda política na construção das tendências de representação conservadora do Brasil e da América.

Logo, seguirão reflexões acerca do conteúdo publicado no *Pensamento da América* como elemento histórico fundamental para a construção das distintas cooperações entre Brasil, Estados Unidos e demais nações americanas ao longo dos primeiros anos da década de 1940. Procurar-se-á entender o significado das escritas e da frequência dos textos, manchetes e imagens referentes aos Estados Unidos e à América Latina; a existência ou não de diferenças na estrutura, linguagem e foco de atenção das matérias de produção latina e “estadunidense”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>Espiritualidade Chileno-Brasileira. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1945, p.146.

<sup>5</sup> Após a Guerra Civil americana (1861-1865) os diversos habitantes dos Estados Unidos adotaram uma identidade comum. Relegaram, para tanto, suas pequenas “pátrias locais” em nome de uma unidade nacional. O termo disponível, segundo Santos (2004), foi a palavra “americano”, que trazia em seu significado um atrativo ideológico conceitual: nascia dos escombros da guerra não só um país unido em prol do progresso e da democracia, mas um novo estilo de vida associado a uma ideia que lembrava todo um rico e estratégico continente. O termo que será utilizado aqui para os nascidos nos Estados Unidos será “estadunidense”, [Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

É nesse contexto de “cooperação” que o novo governo lançou o projeto de construção de uma nova identidade brasileira, a partir de uma própria interpretação da americanidade. Uma complexa rede de relações traçadas por intelectuais brasileiros, “estadunidenses” e latino-americanos, envolvidos em um lugar de sociabilidade, de aproximação cultural e que gerava um ambiente fértil de produções textuais e iconográficas no *Pensamento da América*. Conseguiu apresentar ao grande público brasileiro textos clássicos de autores como Alfonso Reyes (mexicano), Cecília Meireles (brasileira), José Martí (cubano), Gabriela Mistral (chilena), Mário de Andrade (brasileiro), Pablo Neruda (chileno), Walt Whitman (“estadunidense”).

Longe de ter um caráter definitivo, a ciência histórica assume um discurso *mutável e problemático* dentro das esferas humanas de constante reconstrução. Nos últimos tempos, a História política adotou um ímpeto renovador, capaz de fornecer subsídios teóricos consistentes para viabilizar este estudo. Para tanto, a conformação de novos conceitos inter cruzados – uma História política associada aos elementos sociais e culturais – são procedimentos analíticos desenvolvidos no quadro teórico que fundamenta o estudo proposto, visto a partir da principal fonte de pesquisa: o suplemento *Pensamento da América*.

É dentro dessa nova História política que se encontra este artigo, beneficiando-se das múltiplas referências disciplinares para entender o conceito de poder como uma maneira de se relacionar socialmente. Será, portanto, esta natureza plural dos poderes que viabilizará o estudo das redes de relações da política externa do governo Vargas e suas implicações na política interna de motivação para o fortalecimento nacional. Como afirma Francisco Falcon (1997, p.119), “[...] poder e política passaram ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais [...] os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder”.

*Pensamento da América* foi um passo da integração política e cultural entre as Américas, contribuindo não apenas para o que se pensava ser o franco progresso do espírito nacional brasileiro, mas, sobretudo, para a construção das memórias das sociedades atuais marcadas por uma longa teia histórica.

---

corretamente aspeado, pois, como explica Tota (2000), não existe em inglês uma palavra que defina os habitantes dos Estados Unidos se não americanos. “Estadunidense” existe em português e faz parte da minha concepção dos estudos das Américas, enquanto nacionalidades carregadas de princípios culturais e históricos. “Americano” será usado para tudo que se referir aos limites geográficos do continente.

## ATRAVÉS DO ESPELHO PAN-AMERICANO: UMA INTERPRETAÇÃO BRASILEIRA

Certa vez, a poetisa chilena Gabriela Mistral, ganhadora do Prêmio Nobel de literatura de 1945, pronunciou em um de seus escritos mais carregados de historicidade, *O Grito*, o que poderia ser o ideal de uma cooperação pan-americanista: *América, América! Tudo por ela, pois dela nos virá o bem ou a desgraça*. Por trás desse entendimento existe, porém, uma sedução das ideias coletivas que perpassam o ambiente econômico e alcançam uma esfera espiritual de interiorização daquilo que queríamos *ser*: um continente rico, livre e próspero.

Para tanto, o contexto em que se situa este artigo é o golpe que instaurou o Estado Novo, o processo ideológico de americanização do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, os históricos planos políticos de cooperação das Américas, enfim, discussões referentes às origens do suplemento *Pensamento da América* que conduziram a questões importantes.

Os cinco primeiros anos que se seguem ao golpe de 1937 foram justamente marcados pela busca do governo por uma consolidação do poder estatal. Aqui, a peça fundamental desse controle repressivo foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), organizado em 1939. Este órgão tinha como função divulgar os ideais do regime junto à população. Por conseguinte, Juarez Bahia (1960, p.80) define esse momento da história do jornalismo brasileiro como o de maior popularização da imprensa escrita, voltada, sobretudo, para a manutenção da ordem. Afirma ele: “a não ser alguns boletins que circulavam clandestinamente pregando a redemocratização do país e o respeito aos postulados constitucionais, o expressivo grupo de jornais e revistas, maiores exigências que não as de boa remuneração e fartos favores aceita a tutela do DIP”.

As propagandas, dessa forma, reforçavam no imaginário social a função do Estado, isto é, de força reguladora da vida coletiva, capaz de elevar os níveis de modernidade e autonomia do país. Daí a fundamentação discursiva dos ideólogos estadonovistas da consolidação de um *novo Estado* brasileiro, que rompia com as amarras do passado decadente e singrava rumo ao desenvolvimento.

Logo, era essencial para o governo associar seus objetivos com os valores e crenças já existentes na sociedade, forjando uma identificação imediata entre o imaginário nacional coletivo e a nova realidade, fosse pela sedução ou pela força, afinal todo o poder político é acompanhado do monopólio de uma força simbólica. Nesse sentido, o que as propagandas

faziam eram apropriar-se dessas imagens incorporadas pela sociedade e adaptá-las às suas necessidades políticas, reforçando-as ou atribuindo-lhes um novo significado.

Para Pierre Bourdieu (1989), a força simbólica está imersa em um *poder invisível* que é afirmado pelos próprios sujeitos que a ele estão subordinados. As artes, as religiões e as línguas desses sujeitos seriam estruturas estruturantes desse poder, construído, a partir de uma realidade voltada para a integração social, ou seja, para uma concepção determinada do mundo em que se vive. Por isso, a força simbólica seria a base da fundamentação para uma reprodução de uma ordem social, disposta pelos sujeitos que exercem esse poder. Se por um lado os símbolos e os valores que compõem o imaginário coletivo são frutos de um construto histórico, por outro serão nesses mesmos símbolos e valores que o governo se assentará para formar as identidades e até mesmo para equacionar os mecanismos de legitimação do controle social. O Jornal *A Manhã*, por exemplo, era um órgão oficial da política de Vargas que começou a circular diariamente em todo o Brasil a partir de agosto de 1941, o qual tinha como função exaltar a imagem do líder a um público o mais diversificado possível. Com essa aproximação traçada, ficava mais fácil solidificar o ideal de coletivo, essencial para a ordem e à unidade prevista.

O impacto da Segunda Grande Guerra (1939-1945) propiciará novos rumos à política cultural de Vargas, como também novos parceiros no hemisfério ocidental. Tota (2000, p.19) discorre acerca do momento:

O Brasil era visto [pelos Estados Unidos] como um importante parceiro no hemisfério. Americanizar o Brasil, por vias pacíficas, era, pois, tido como o caminho mais seguro para garantir essa parceria. A americanização da nossa sociedade quebraria possíveis resistências à aproximação política entre os Estados Unidos e o Brasil.

Os Estados Unidos buscavam tomar as rédeas do continente americano, exportando simpatias em prol da união de uma política de solidariedade fundamentada em um discurso teórico de pan-americanismo ao invés da dominação explícita e violenta. De fato, o Brasil posicionou-se a favor do plano de “americanização”, mas sem perder de vista sua originalidade, mantendo os ideais de fortalecimento nacional e com uma própria interpretação cultural e atração diplomática.

A partir dessa premissa, perscrutará novas relações entre os Estados Unidos e a América Latina, pautadas na força e no poder, como também nas mútuas transformações



intercruzadas pelos imperativos políticos, econômicos e culturais. Todavia, esse ideal de cooperação continental na América não é fruto unívoco do desdobramento da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Santos (2004), as discussões em torno dessa integração remetem-se a Simon Bolívar e James Monroe no bojo dos processos de independência americana do século XIX.

O discurso ideológico dos Estados Unidos, a partir de 1880, e com maior vigor nos anos de 1940, em decorrência das ações da Política da Boa Vizinhança, invocava de maneira inefável os precedentes de Bolívar. O que nasceu como pólos opostos de legitimações americanistas transformou-se em uma continuidade reafirmada, moldada de acordo com as necessidades históricas.

Na década de 1940, o “americanismo brasileiro” encontrou no governo de Vargas ferramentas capazes de se efetivar. A adesão do Estado Novo a essa política “estadunidense” reflete-se por meio do suplemento literário brasileiro de difusão pan-americanista, intitulado *Pensamento da América*. Explica Beraba (2008, p.10): “*Pensamento da América* foi o suplemento dominical do Jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*. Foi publicado regularmente, de agosto de 1941 a fevereiro de 1948, e era encarregado de divulgar em suas páginas tudo o que fosse relativo ao espírito pan-americano”.

Para Tota (2000), a Política da Boa Vizinhança de Roosevelt era, no momento, o instrumento mais eficaz para a execução do plano de “americanização” e de tudo que ele representava para o Brasil: uma “americanização” aos moldes brasileiros, e não como uma negação dos princípios nacionais, isto é, a política externa e a industrialização financiada pelos Estados Unidos seriam utilizadas por Vargas para fortalecer a política interna, a economia e a segurança nacional. O *Pensamento da América* divulgou esse ideal de reaproximação cultural: foram apresentados textos da história, dos fundadores da nacionalidade de cada país, descrições geográficas e humanas que no mínimo trocavam elementos comuns que comungavam com o Brasil a característica americana.

De fato, os intelectuais brasileiros da década de 1940 estavam interessados em fomentar uma identidade nacional brasileira a partir de suas próprias raízes culturais. Saíam de suas *torres de marfim*, isolados do mundo real, para se envolverem nas questões de ordem política. Dessa forma, as tradições, os símbolos e os heróis passaram a ser exaltados em nome de uma doutrinação voltada para a “brasilidade”. Como explica Ana Heloísa Molina

(1997, p.100), “a recuperação do passado adquire espaço essencial no discurso que busca mostrar o novo Estado como o realizador do futuro”.

O suplemento, criado em meio a um ambiente de guerra e de alianças entre Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, conseguiu adaptar em suas páginas o discurso traçado originalmente pelos Estados Unidos de que este seria o legítimo sucessor dos ideais de Bolívar, o Libertador. Ora, a necessidade de trazer os países latino-americanos para o círculo de influência “estadunidense” não pela força, mas por uma concepção espelhada da solidariedade americana, foi a base para a construção de um diálogo entre o “bolivarianismo” e o “pan-americanismo”, pondera Livia Lopes Neves (2012). Do Panamá, Angel Aloy escreveu para o *Pensamento da América*, em 1942, tomando como base esse raciocínio:

[...] [e] agigantavam-se a figura inconfundível e única do Libertador, ao contemplarmos como se concretiza o seu pensamento e a sua obra, através da palavra, da ação e do exemplo de Franklin Delano Roosevelt, em que deparamos um irmão espiritual de Bolívar, pela ampla compreensão do destino da América e pela sua fé em fazer do Novo Mundo a maior nação da terra conforme as palavras do Libertador, na celebre Carta de Jamaica.<sup>6</sup>

O que faz da década de 1940 central para os desdobramentos temáticos de cerne nacionalista e internacionalista são os planos de intenção sistematizados pelas instâncias deliberativas do Estado Novo a partir de um reconhecimento da cultura brasileira; uma preocupação em consolidar um ideal de união entre as nações americanas através de mecanismos práticos, como é o caso do suplemento *Pensamento da América*, para aproximar culturalmente os povos que outrora carregavam uma herança colonial, a qual impedia a consolidação de laços e reafirmava as diferenças históricas e geográficas, dificultando o fortalecimento estrutural da nação brasileira.

O suplemento *Pensamento da América* trazia em suas páginas uma conduta ideológica estadonovista, ou seja, foi um suplemento produzido pelo DIP em nome do espírito pan-americanista, consonante não apenas com uma política nacional, mas, sobretudo, voltado a uma política externa de cooperação continental. Assim, o novo Estado nacional conseguiu articular com os mecanismos práticos que assinalavam a grandeza das suas inovações em prol da modernidade do país, minimizando, por exemplo, uma ordem de

---

<sup>6</sup> De Bolívar a Roosevelt. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942, p.27.

dependência agro-exportadora a favor da industrialização, os princípios legitimadores da estrutura política estabelecida pós-1937, afirmados a todo o momento pelas revistas e jornais coordenados pelo DIP.

As mudanças estruturais do suplemento (formato e periodicidade) estavam alinhadas a um momento de grande importância na História Internacional: a entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, após o ataque japonês à base de Pearl Harbor, e o apoio do governo brasileiro a esse país, em 1942. O mais importante dessas mudanças é compreender o posicionamento de Vargas frente aos ideais pan-americanistas, e como a partir daí se apresentaria no suplemento essa concepção. O editorial de 22 de janeiro de 1942 aponta indício dos significados ideológicos pretendidos:

[...] o *Pensamento da América*, que até hoje conserva uma característica meramente literária e artística passará a revestir também um caráter político. Surge ele na hora culminante da vida americana. [...] Os mais representativos líderes continentais – entre os quais queremos por em destaque os nomes de Franklin Delano Roosevelt e Getúlio Dornelles Vargas, símbolos da América nas duas regiões que abrange o continente – já têm dito em palavras memoráveis da solidariedade integral de sentimentos, de ideias e de aspirações, que nos reúnem a todos os povos americanos, no momento dramático que estávamos vivendo.<sup>7</sup>

Dentro da conjuntura internacional de 1940, estabelecer laços fraternos entre as “repúblicas irmãs”, como também aproximar a necessidade política do Estado Novo de viabilizar a causa nacional com o jogo diplomático, era imprescindível para galgar proveito da situação e consolidar-se na esfera continental.

Com base nesses princípios de defesa do território americano e de solidariedade entre os povos, ia-se fomentando uma identidade nacional condizente às necessidades pan-americanas. No caso específico do objeto desta proposta, o norte da discussão conceitual centrará na reconstrução do elemento identitário voltado a um “americanismo brasileiro”. Eis aí o lugar da definição do significado do pan-americanismo ao longo do suplemento, uma vez que ocorreu uma interpretação brasileira desse discurso ideológico.

Ao lidar diretamente com as manchetes, os editoriais, artigos, as pequenas notas e muitas das entrevistas traduzidas nas páginas do suplemento, visualiza-se a riqueza dessa fonte para a seguinte reflexão: qual a relação entre o foco dado às matérias

---

<sup>7</sup> Explicação deste suplemento. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942, p.01. [Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

“estadunidenses” e as intenções que geriam os artigos produzidos sobre os países latinos, ao longo de uma compreensão do processo histórico em que o governo estava envolvido. Trata-se de evidenciar as leituras do passado, a partir dos elementos selecionados pelo Estado Novo em prol das políticas culturais. Logo, o significado histórico das hierarquias e das omissões; as circunstâncias e os objetivos que tal projeto se desenvolveu. Ao final, a pretensão é contribuir para o conjunto de estudos historiográficos que tem como cerne a relação do Brasil com os países americanos, no que se refere à discussão do princípio nacional dessas sociedades.

Através desse espelho denominado de pan-americanismo existe uma interpretação brasileira dos fatos, relativo a esse espírito de cooperação continental. Ao longo dos anos de 1937-1945, a América Latina não foi inserida passivamente na Política da Boa Vizinhança, como afirmou Ronaldo Machado (2004) em seu artigo Entre o centro e a periferia. No fantástico mundo de Alice no país das Maravilhas, ao atravessar o espelho a personagem título depara-se com um mundo novo. Trata-se do posicionamento de Getúlio Vargas nesse contexto histórico relatado. O mundo para o qual vamos nos transportar insere-se em uma nova perspectiva, não mais aquela em que o Brasil esteve passivamente enlaçado na “americanização”. Talvez seduzido, sim, pelo modo de vida americano e pela possibilidade de alcançar o progresso econômico, mas buscando o seu próprio lugar na esfera continental, quiçá na ordem mundial, consolidando seu sentimento de nacionalidade.

#### **TERRAS AMERICANAS: HIERARQUIAS E OMISSÕES DO SUPLEMENTO**

Historicamente, o processo de construção da nacionalidade está envolvido ao desenvolvimento de uma consciência nacional, isto é, o sentimento de participação e compromisso por parte dos cidadãos. Sendo assim, a legitimidade de um governo residiria na reciprocidade entre o Estado e a nação, vistos como mecanismos necessários para qualificar o monopólio sobre os meios de obediência, aceitação e compromisso. Dessa abordagem teórica, segue a concepção de que não apenas os valores políticos estão compreendidos no elemento nacional, mas também os valores sociais e culturais. De acordo com Elisa P. Reis (1988, p.188): “as construções do Estado e da nação dizem respeito a processos dinâmicos que interagem continuamente com as práticas concretas de classes e grupos com as quais desempenham um jogo de influências mútuas”.

Percebe-se por entre as vozes ressoantes das publicações do suplemento *Pensamento da América* que os temas mais frequentes nas páginas do suplemento passaram a ser divididos, entre os anos de 1942 a 1945, em três categorias principais: política, diplomacia e cultura.<sup>8</sup> Até março de 1943, o periódico contava com 7 manchetes políticas estampando a primeira página, 4 diplomáticas e 4 culturais. As manchetes políticas em geral estavam direcionadas aos acontecimentos envolvendo os Estados Unidos e o Brasil. A capa de julho de 1942 apresentava os princípios brasileiros de “solidariedade”, rechaçando o ataque japonês a base militar “estadunidense” de Pearl Harbour, no oceano Pacífico, na manhã de 07 de dezembro de 1941. Dizia ainda que:

O pan-americanismo, que foi até bem pouco tempo uma aspiração – e já hoje, de resto é uma realidade política – saiu do âmbito doutrinário das conferências e dos limites materiais das trocas econômicas, para o amplo terreno social; para a vida superior nas universidades, para os centros literários e artísticos; para o gabinete de trabalho dos homens que estudam e pensam, sentindo que através das distâncias se deve formar no Novo Mundo uma consciência defensiva e uniforme – e consciência de que somos todos “americanos” e temos, por isso, muitos interesses comuns.<sup>9</sup>

As manchetes de caráter diplomático davam ênfase à cooperação das Américas, afirmando, principalmente, a importância do chanceler Oswaldo Aranha na consolidação desses laços no Brasil. Por sua vez, as manchetes de cunho cultural acabaram assumindo uma perspectiva direcionada para os elementos latino-americanos, como a publicação de dezembro de 1942 que prestou uma homenagem ao poeta mexicano Alfonso Reyes, considerado pelo suplemento um incentivador dos “traços de união entre os povos do continente”<sup>10</sup>, por meio de sua vasta atividade intelectual.

Nesses anos, o *Pensamento da América* traçou um importante diálogo cultural com autores americanos, até bem pouco tempo desconhecidos nos círculos literários brasileiros. A partir dessa aproximação, novas roupagens políticas e diplomáticas foram produzidas aparentemente com a intenção de desfazer o mito de que reinava nos países do Novo

---

<sup>8</sup> Cabe, antes de continuar essa reflexão acerca das omissões e hierarquias condizentes às matérias de cunho político, diplomático e cultural, traçar de forma breve a diferença entre as duas primeiras categorias temáticas. As matérias consideradas por este trabalho como “diplomáticas” davam ênfase às relações exteriores planejadas e executadas em prol da cooperação pan-americana. Já os temas referentes às matérias “políticas” objetiva enquadrar determinadas ações do Estado para alcançar uma boa relação com os países amigos, protegendo, com isso, os interesses e a segurança nacional.

<sup>9</sup> Solidariedade. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1942, p.121.

<sup>10</sup> Fuga de Natal. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1942, p. 213.

Mundo certo separatismo de ordem cultural e histórica. A ideia que estampou as páginas do suplemento nos anos de 1942 a 1943 partia da premissa de que qualquer que fosse a origem étnica ou a forma das instituições de cada povo haveria sempre uma unidade americana.

Em janeiro de 1942, o suplemento publicou uma entrevista do embaixador “estadunidense” no Brasil, Jefferson Caffery, que reforçava a sua versão sobre as características da “americanização”:

São as mesmas que caracterizavam um bom vizinho. Primeiro, a compreensão mútua e por meio dela uma apreciação simpática do ponto de vista alheio. Apenas deste modo poderemos construir um sistema no qual a confiança, a amizade e a boa vontade serão os elementos fundamentais.<sup>11</sup>

De fato, Getúlio Vargas aderiu a esse discurso, mas não deixou em nenhum momento de afirmar que a união estabelecida era em nome da “nação brasileira”: de sua segurança e do seu desenvolvimento. Era necessário para o bem do Estado Novo, e tudo o que ele representava nas esferas antiliberais, deixar claro para o público leitor do suplemento *Pensamento da América* que a solidariedade americana não se tratava de uma negação da soberania nacional a favor apenas das práticas políticas, econômicas e culturais dos Estados Unidos. Foram várias as matérias publicadas em diferentes momentos, que traçavam uma interpretação do pan-americanismo e o que esse ideal representava para a população brasileira.

O foco dessas matérias estava voltado para uma explicação histórica do processo de consolidação das relações pan-americanistas. A importância do suplemento consistia em explicar para a população brasileira, na grande maioria desconhecadora das relações externas que o governo traçava (dos seus círculos de influência política com a América Latina e os Estados Unidos desde o período Imperial, dos acordos e dos planos de ação), o que era de fato a união pan-americana.

Na publicação do dia 21 de junho de 1942, uma pequena nota dá conta de explicar que “a união pan-americana, fundada em 1889, em consequência de uma resolução da I Conferência Internacional pan-americana, é uma instituição de que fazem parte as vinte e uma Repúblicas do continente americano, por intermédio dos respectivos embaixadores e

---

<sup>11</sup> Entrevista com o Embaixador Jefferson Caffery, dos Estados Unidos. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942, p. 02.

ministros (...)”<sup>12</sup>. Logo, as principais atribuições da união era fomentar as relações intelectuais, comerciais, jurídicas e econômicas entre os países da América, bem como promover a paz e o bom entendimento mútuo entre os mesmos.

O governo brasileiro, seguindo esse raciocínio, havia, desde o período Imperial, construído laços importantes com os demais países da América. Iam-se delineando nas páginas do *Pensamento da América* semelhanças e identificações forjadas pelo interesse político de uma histórica “solidariedade”. O discurso conservava, ainda, apesar da ideia de um *novo Estado brasileiro*, elementos do passado, evitando romper a ordem e a hierarquia social historicamente estabelecida. Dizia:

A identidade de aspiração e o sentimento de união entre os povos do nosso hemisfério justifica a consagração de certas datas que, recordando feitos memoráveis, ideais básicos ou figuras tutelares de tantas nações enlaçadas pela geografia e pela História, no espaço e no tempo – servem para constituir um calendário continental espontâneo e tacitamente reconhecido.<sup>13</sup>

O Brasil esteve sempre apoiando o pan-americanismo: essa foi a concepção que acompanhou todas as matérias do suplemento entre 1942 e 1945. Foi o primeiro país a aceitar o monroísmo, “disposto a cooperar sem restrições para o engrandecimento solidário do continente”<sup>14</sup>. À frente dessa aliança estavam brasileiros como José Bonifácio, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, sem deixar de citar, sobretudo, a importância de Getúlio Vargas para a consolidação do pan-americanismo no Brasil.

Era importante para o Estado Novo expressar uma antiga identificação brasileira com a solidariedade americana. O suplemento *Pensamento da América* inaugurava um tipo de publicação que ao mesmo tempo em que possibilitava uma afirmação do Estado Novo e de suas relações diplomáticas, exaltando, por exemplo, a função do Chanceler Oswaldo Aranha no exterior, abria um espaço para empreender uma atração cultural entre os povos, por perceber que a arte e a literatura poderiam aproximar “espiritualmente” as nações americanas. Por outro lado, os elementos políticos passaram a estar sempre em evidência, fosse exaltando algum líder, como o artigo intitulado “Washington”, publicado em 25 de outubro de 1942, que enfatizava “o herói da liberdade americana” por ser o “criador do

---

<sup>12</sup> O que é a união pan-americana. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1942, p. 197.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Ibidem.

primeiro povo soberano do mundo ocidental”<sup>15</sup>; ou fosse a matéria de 28 de março de 1943, intitulada “O desabrochar duma cultura norte-americana”, que ao trazer no título uma lembrança artística disfarçava em seu conteúdo uma concepção ideológica que apontava para o contínuo crescimento do poder “estadunidense” sobre a América. Dizia “que os Estados Unidos estão fazendo progresso no acesso à cultura por forma nova e palpitante” e assim, não restava dúvida, de que “a base democrática foi ampliada”<sup>16</sup>.

Constata-se que entre as manchetes, os editoriais, os artigos, as pequenas notas e muitas das entrevistas traduzidas nas páginas do suplemento foram produzidas, aproximadamente nessa fase até o ano de 1943, cerca de 30 matérias com foco nos Estados Unidos e que tinham no título referência ao país. Dessa quantidade, 20 estavam direcionadas a temas políticos, apenas 1 publicação voltada à diplomacia e 9 dando ênfase à característica cultural do grande “irmão do norte”.

A sedução política dos Estados Unidos expressava-se no suplemento *Pensamento da América* por meio da ênfase dada ao modo de ser “estadunidense”. Isto é, a Política da Boa Vizinhaça de Roosevelt tornava-se uma realidade concreta no Brasil nacionalista de Vargas através de uma verdadeira fábrica exportadora de ideologia. Segundo Tota (2000, p.19):

O americanismo pode ser mais bem entendido se analisarmos alguns de seus elementos mais importantes, que tomaram corpo nos Estados Unidos principalmente a partir da primeira metade do século XX. Um deles é a Democracia, sempre associada aos heróis americanos e, em especial, às idéias de liberdade, de direito individuais e de independência. A democracia, a liberdade e os direitos individuais estavam garantidos para todo o povo americano, superando diferenças de classe, credo e raça.

As relações pan-americanas da década de 1940 pautavam-se no ideal do *American way of life* (modo de vida americano), nos símbolos de progresso, que enalteciam o homem livre, capaz de transformar o mundo para alcançar o prazer do consumo. Tudo o que representava a concepção de progresso estava nas terras de Tio Sam: a ciência, a tecnologia, a racionalidade, a eficiência. Relacionar-se cultural e politicamente com esse governo traria um bem enorme para o fortalecimento nacional, na concepção do suplemento *Pensamento da América*. Em 30 de agosto de 1942, o artigo “A vocação idealista dos Estados Unidos” dava ênfase aos poderes de uma Nação que “cresceu e se desenvolveu dentro de um processo

<sup>15</sup> Washington. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1942, p. 177.

<sup>16</sup> O desabrochar duma cultura norte-americana. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1943, p.23.



democrático”, já que “o significado especial dos Estados Unidos, no panorama internacional do nosso tempo, é que eles são não só uma Nação poderosa, mas uma Nação democrática”, que abriga as maiores fortunas da terra<sup>17</sup>. Em função dessa tradição, o governo de Roosevelt tinha a prerrogativa de liderar os seus irmãos, sem esquecer, é claro, da solidariedade que os unia; dos seus laços culturais; da origem histórica dos seus povos.

Na publicação de 19 de dezembro de 1943, o artigo “Gente Americana”, deu conta de explicar os conceitos de raça – “um agrupamento biológico, baseado na morfologia e na psico-fisiologia”; povo – “o agrupamento de indivíduos da mesma raça ou de raças diferentes, portadores dos mesmos caracteres sociais”, por exemplo, língua e costumes; e nação – “o agrupamento em um solo determinado, de indivíduos que podem pertencer às diversas raças, a diferentes povos, mas que têm no conjunto os mesmos caracteres políticos”<sup>18</sup>. Em seguida, o autor pergunta se o Brasil poderia ser considerado “inferior” pelo fato de ocorrer as misturas das raças. A resposta dada ainda no mesmo parágrafo é “não”, pois a raça, dos três conceitos apresentados, seria o que menos influenciava na questão do desenvolvimento social e econômico. De fato, uma inversão conceitual até então apresentada por um discurso estatal, que na história do Brasil sempre menosprezou a capacidade mestiça do brasileiro. O autor finaliza dizendo que então “não temos unidade de raças, nenhum povo civilizado têm e não precisa disso”<sup>19</sup>. Maltratar e destruir os negros e índios era coisa do passado, não pertencia ao presente.

Entre 1942 e 1943, foram produzidas setenta matérias com o foco na latinidade e que traziam no título a referência direta aos países da América Central e da América do Sul. Dessa quantidade, apenas três traziam elementos da política, seis evidenciavam relações de fundo diplomáticas e sessenta tinham um foco cultural, artístico ou literário.

Ao analisar as matérias, percebe-se que as mesmas tinham, sobretudo, uma função de apresentar os países latinos para o público leitor do suplemento *Pensamento da América*. As características dos povos, a cultura, a língua, a organização política e geográfica, a história do Peru, Chile, México, Panamá, eram amplamente descritas nessas matérias. Ao mesmo tempo buscavam também traçar uma relação diplomática entre o Brasil e esses países latino-americanos, comungando de elementos que os aproximavam. O artigo intitulado

---

<sup>17</sup> A vocação idealista dos Estados Unidos. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1942, p. 147.

<sup>18</sup> Gente americana. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1943, p. 163.

<sup>19</sup> Ibidem.

“Brasil e Chile: biografia de uma aliança”, publicado em 22 de fevereiro de 1942 dizia que “as fronteiras físicas não bastam para a vizinhança boa e leal. Cumpre marcar as fronteiras ‘espirituais’, que são as linhas de contato dos povos americanos.”.<sup>20</sup> A ideia que passava para o leitor era a de que a amizade entre Brasil e Chile vinha de tempos remotos – secular e ininterrupta - além de traçar semelhanças entre as câmaras municipais brasileiras e os cabildos ibero-americanos, confirmando a tese de que o suplemento *Pensamento da América* tinha uma função política-ideológica motivadora, capaz de construir entre os brasileiros um sentimento de orgulho por fazer parte da união continental. Essa identidade nacional empreendida pelo governo ao lado dos intelectuais e dos meios de comunicação, atrelada agora ao pan-americanismo, seria importante para solidificar o Estado Novo (1937-1945) e seus interesses de potência econômica na América.

A incidência de matérias entre os anos de 1943 até dezembro de 1945 ficou por conta das relações estreitadas com os Estados Unidos, sobretudo, por influência do acirramento internacional da Segunda Guerra (1939-1945). O período contou com 16 manchetes políticas estampando a primeira página, 12 diplomáticas e apenas 3 culturais. As manchetes políticas em geral estavam direcionadas aos acontecimentos em que os Estados Unidos estavam envolvidos. A manchete de capa do dia 31 de outubro de 1943, intitulada “A América na reconstrução do mundo”, apresentava a importância do governo “estadunidense” na “reconstrução do mundo democrático e livre” das amarras “totalitaristas”<sup>21</sup>.

De uma maneira geral, o “espírito americano” propagado durante os anos de 1943 e 1945 estava muito interligado às questões da Segunda Guerra, isso porque ocorreram nesse momento um acirramento do conflito e um maior apoio do Brasil a essas questões.

Assim, quando Getúlio Vargas firmou o seu propósito de luta ao lado dos Aliados, as matérias publicadas no suplemento *Pensamento da América* voltaram-se todas para uma linha de discurso homogêneo que favoreceu ao mesmo tempo o fortalecimento da Nação brasileira no interior das suas fronteiras e em todo o continente, sobretudo, nos países de origem latino-americanos. Uma Guerra, em que a luta se fazia em nome da defesa da “democracia” no mundo, não podia ser feita apenas nas esferas políticas, mas também pelo envolvimento da sociedade, através das questões culturais e folclóricas. A “democracia”

<sup>20</sup> Brasil e Chile: biografia de uma aliança. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1942, p.34.

<sup>21</sup> A América na reconstrução do mundo. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1943, p. 129.

cantada nas poesias de Gabriela Mistral (chilena) ou nas prosas de Walt Whitman (“estadunidense”) não afetava o Estado Novo, por ser uma “democracia” aliada ao “espírito” da cooperação e da solidariedade.

A partir dos elementos selecionados pela ordem estadonovista e publicados no suplemento *Pensamento da América* ao longo dos anos de 1942 e 1945, foi traçada uma consciência nacional e continental. Logo, a importância de reafirmar os valores culturais que traziam amarras da cooperação, com os quais as populações pudessem se identificar e fortalecer, assim, a linha tênue entre Estado e nação. Nesse sentido, de acordo com Pierre Bourdieu (1989), o capital simbólico de um grupo social - sua língua, religião, artes, educação e hábitos - contribui para a integração da classe dominante, a partir do momento em que ele é construído coletivamente e os membros da sociedade se sentem identificados nele. O Estado Novo legitima e propaga a ordem política dominante assentado no *poder simbólico*, apropriando-se de uma realidade de forma distinta e implícita. Bourdieu (1989, p.124) explica:

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzido socialmente à sua identidade social que está em jogo.

Constata-se nas opções de prosa e poesia selecionadas pelo suplemento (1942-1945), hierarquias e omissões favoráveis a ordem estabelecida, comprovando a perspectiva deste estudo de que existe no *Pensamento da América* diferenças na estrutura, linguagem e foco de atenção das matérias de produção latina e “estadunidense”. Os intercâmbios traçados entre o Brasil e os Estados Unidos eram pautados na lógica interpretativa do pan-americanismo da década de 1940. A aliança com esse país trazia ao Estado Novo uma força de coesão política muito importante para o “novo Estado” que se pretendia após 1937. A consolidação do “futuro” brasileiro estaria, portanto, pautada na sua relação com o governo “estadunidense”, não só nos enlances políticos como também nos acordos econômicos que exaltassem a imagem do Brasil no cenário internacional.

Por outro lado, cruzando as interpretações apresentadas aqui, a intenção das produções referentes aos países latinos ao longo do suplemento seguia uma lógica de fortalecimento das relações diplomáticas brasileiras com o continente: uma identidade cultural ao mesmo tempo americana e brasileira, até então fora dos paradigmas que reinavam nas terras tupiniquins. O passado do Brasil, tão importante para amarrar as questões sociais e evitar possíveis rupturas na ordem histórica estabelecida, estava diretamente relacionado com a América Latina, com as origens ibéricas e com as lutas de independência. Por isso, a mitologia africana e indígena, recorrente em todos os países do continente, foram tão presentes ao longo do suplemento. A relação com os latinos foi tão importante quanto com os “estadunidenses”: o “passado” e o “futuro” faziam parte do projeto estadonovista e dos interesses do *Pensamento da América*, assim como o ideal pan-americana.

Essa fase fecunda de intercâmbio cultural e político durou até o ano de 1945. Com o fim da Grande Guerra e a vitória da democracia liderada pelos Estados Unidos, ficou difícil para Getúlio Vargas empreender uma prática política moldada em ações autoritárias. Os pilares, que outrora sustentavam e financiavam o ideal de cooperação no Brasil, morreram com Roosevelt, e o propósito primeiro do *Pensamento da América* passou, até 1948, a se descaracterizar e a fugir da base ideológica de uma interpretação brasileira do pan-americanismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes de outros momentos da história das relações americanas, a citar o agressivo movimento expansionista dos Estados Unidos da virada do século XIX para o XX, inspirado nos preceitos do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe, os anos iniciais da década de 1940 expressos no suplemento literário brasileiro *Pensamento da América* evidenciavam uma busca para tentar ocultar as contradições referentes às origens do pan-americanismo, primado no sentido comercial e imperialista.

Não fazia sentido para o governo nacionalista de Getúlio Vargas (1937-1945) se mostrar submisso ao interesse estrangeiro ou benevolente diante de acordos bilaterais que beneficiasse unicamente os Estados Unidos. Este estudou objetivou entender, justamente, um momento em que uma união continental foi traçada a partir de um discurso de cooperação política e cultural, ao invés da violência explícita do “grande porrete”. A imagem

do Brasil no continente americano era a de um lugar a se descobrir pelos brasileiros, pelos latino-americanos e “estadunidenses”. Portanto, as publicações do suplemento *Pensamento da América*, nos anos de 1942 a 1945, evitaram textos de ensaístas que enfatizavam uma oposição às ações imperialistas dos Estados Unidos. Nesse momento, o suplemento buscava refletir “as origens comuns” dos americanos e seus históricos planos de “solidariedade continental” e, por isso, não pretendia gerar uma oposição entre os latinos e os “estadunidenses”.

Seguindo essa lógica de hierarquias e omissões em prol de uma política pan-americanista, autores como o uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) não tiveram textos publicados ao longo do suplemento, entre os anos de 1942-1945, apesar da grande influência nos círculos acadêmicos e literários daquele momento. Em fins do século XIX, prevalecia entre alguns estudiosos de origem hispânica uma oposição aos modelos de promoção dos ideais de paz, democracia e progresso associado aos Estados Unidos e exportados para toda a América. Rodó qualificou, por exemplo, esse modelo estranho a realidade latino-americana como “nordomania”, atingindo diretamente a política imperialista praticada pelo governo “estadunidense”, em conformidade às contradições sociais geradas pela constante exploração econômica e cultural. De acordo com Eugênio Rezende de Carvalho (1998, p.12), “a crítica de Rodó se dirige às tentativas empreendidas por latino-americanos de negar seu próprio passado, sua própria história, e de buscar assentar suas raízes em solos estranhos, de culturas alheias, destoantes com sua própria realidade”.

O suplemento, além de fazer parte de um projeto político estadonovista, fundamentado no ideal de uma Nação forte e centralizada, foi também um importante elemento de propaganda pan-americanista. Logo, as omissões em prol da “boa vizinhança” eram uma constante. Os textos do “estadunidense” Waldo Frank (1889-1967), por exemplo, eram constantemente publicados no *Pensamento da América*<sup>22</sup>. Segundo Sônia Lino (2009), as ideias de Frank possuíam significativas repercussões no meio intelectual latino-americano durante a primeira metade do século XX. No entanto, nada foi dito sobre as críticas traçadas por ele contra a “materialidade” e a “vulgaridade” da sociedade americana.

Ao levar em conta que as relações de poder existem em uma realidade dinâmica do ser humano, perpassando por um diálogo entre indivíduo e sociedade, o suplemento

---

<sup>22</sup> Cf. Waldo Frank. *Suplemento Pensamento da América*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1942, p.89.

*Pensamento da América* expressou uma compreensão para além de uma simples ferramenta do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. Nele, estava implícito a tentativa de poder que os intelectuais modernistas queriam exercer sobre a população brasileira; o controle exercido pelas decisões de Getúlio Vargas nas esferas nacionais; as hierarquias políticas e econômicas causadas pela Segunda Guerra Mundial. Isto é, uma relação de poder que de certa forma direcionava para o público leitor do suplemento qual caminho eles deveriam seguir e quais as consequências sofreriam caso tomassem um rumo diferente, afinal todos carregavam um laço cultural e histórico pan-americano, estando em uma mesma situação. Como explica Michel Foucault (2007, p.42), a relação de dominação é uma característica das sociedades humanas, onde “o poder não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade”. No Estado Novo (1937-1945), as investidas centralizadoras, pautadas nos discursos muitas vezes autoritários, deixavam mais explícitas esses poderes.

Enfim, manter o *status quo* do povo brasileiro sempre foi uma máxima dos governos deste País, desde a sua origem monárquica. Todo o ideal disseminado do *Pensamento da América* apontava para essa concepção ideológica: uma “união continental” pan-americanista em nome da “ordem” e do “progresso” do Brasil.

#### FONTE

Suplemento *Pensamento da América*. Jornal *A Manhã*: Rio de Janeiro, 1942-1945 (material microfilmado da Coleção Plínio Doyle, Fundação Casa de Rui Barbosa). Foi utilizada a versão digitalizada de acervo pessoal.

#### REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Presença, 1960.

BERABA, Ana Luiza. *América Aracnídea: teias culturais interamericanas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Ideias e identidade na América: quatro visões. In: Encontro da ANPHLAC, 3, 1998, São Paulo, *Anais eletrônicos*, p. 1-19. Disponível em: [http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/eugenio\\_carvalho\\_1.pdf](http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/eugenio_carvalho_1.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

LINO, Sônia. Onde está Waldo Frank? God bless a América Hispânica. *Est. Hist.*, vol. 22, nº.44, Julho-Dezembro de 2009.

MACHADO, Ronaldo. *Entre o centro e a periferia: Érico Veríssimo nos Estados Unidos, 1944*. VI Encontro do “Brazilianisten-Gruppe in der ADLAF, Berlim, 2004.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, discursos e propagandas. *Hist. Ensino*, Londrina, v.3, p.95-112, abr. 1997.

NEVES, Livia Lopes. *Políticas da imagem e da escrita: aspectos da imprensa estado-novista em prol da política da Boa Vizinhaça (1941-1945)*. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n.1, janeiro de 2012.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, 1998, p. 187-203.

SANTOS, Luiz Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: editora UNESP, 2004.

TOTA, Antônio Pedro. *Capitalismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Recebido em 23 de novembro de 2022

Aprovado em 02 de maio de 2023.





## O NÃO-LUGAR DA DIVERSIDADE NA REPRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO LIVRO DIDÁTICO DE INGLÊS

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30360

Aginaldo Pedro Santos Filho<sup>1</sup>

Lêda Regina de Jesus Couto<sup>2</sup>

Marieli de Jesus Pereira<sup>3</sup>

**RESUMO:** As mudanças de perspectiva sobre o conceito de educação e como ela deve ser desenvolvida, principalmente nas últimas décadas, demandam da escola uma maior aproximação dos contextos sociais nos quais os educandos estão inseridos. Nesse sentido, as diferentes composições de família formadoras da sociedade devem ser representadas de maneira natural nos ambientes escolares, não apenas para promover o reconhecimento de aprendizes que integram configurações familiares diferentes da imposta socialmente, mas também para exercitar o respeito às experiências individuais. Neste artigo, analisamos a unidade com a temática Família em três livros didáticos de inglês, a fim de compreender quais arranjos familiares são neles representados, contestar a ausência de pessoas negras, bem como questionar o enfoque das classes sociais privilegiadas como padrão hegemônico. Para a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa que fundamenta essa análise, utilizamos os estudos de Anjos (2019; 2020), Candau (2011), Freire (2004), hooks (2013), Leffa (2021), Lima (2009), Siqueira (2012; 2015), Pennycook (1994; 2001), et alia. Identificamos que as representações familiares apresentadas nessas obras privilegiam apenas alguns modelos de família, reforçando preconceitos e estereótipos. Assim, destacamos a importância e a urgência de que as configurações sociais e familiares representadas nos livros didáticos de inglês fomentem o respeito à diversidade, de modo que os educandos se reconheçam e acolham diferentes formatos de família

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (UFBA). Professor EBTT do Colégio Militar de Salvador. E-mail: [agnpedro@gmail.com](mailto:agnpedro@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (UNEB). Bolsista PAC-DT (UNEB). Professora Assistente (UNEB). E-mail: [ledaregina1@hotmail.com](mailto:ledaregina1@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Literatura e Cultura (UFBA). Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia (SECBA). E-mail: [marieli.pereira@gmail.com](mailto:marieli.pereira@gmail.com).



como constituintes da sociedade.

**Palavras-chave:** Ensino de inglês; representações familiares; diversidade.

## THE NON-PLACE OF DIVERSITY IN FAMILY REPRESENTATIONS IN ENGLISH TEXTBOOKS

---

**ABSTRACT:** The perspective changes on the concept of education and how it should be developed, especially in recent decades, demand a closer approach from the school to the students' social contexts. In this sense, the different family compositions that constitute society must be represented in school environments in a natural way, not only to promote the recognition of learners who integrate family configurations different from the socially imposed one but also to exercise respect for individual experiences. In this paper, we analyze the unit on family in three English language textbooks in order to understand which family arrangements are represented in them, challenge the absence of Black individuals and question the focus on privileged social classes as the hegemonic standard. For the bibliographical research with a qualitative approach that underlies this analysis, we used studies by Anjos (2019; 2020), Candau (2011), Freire (2004), hooks (2013), Leffa (2021), Lima (2009), Siqueira (2012; 2015), Pennycook (1994; 2001), et al. We detected that the family representations presented by textbooks favor only some family models, reinforcing prejudices and stereotypes. Thus, we highlight the importance and urgency that the social and family configurations represented in English language textbooks should encourage respect for diversity so that students recognize themselves and welcome different family formats as constituents of society.

**Keywords:** English Teaching; family representations; diversity.

### INTRODUÇÃO

A sociedade tem passado por constantes processos de transformação que exigem da escola mudanças capazes de viabilizar uma aproximação dos contextos dos quais os aprendizes fazem parte, a fim de que o processo de aprendizagem se torne mais significativo e consistente. Siqueira (2012; 2015), Anjos (2019) e Leffa (2021) enfatizam o espaço do ensino de línguas estrangeiras como um ambiente sociocultural de aproximação da língua à realidade dos estudantes, o que ratifica o lugar do ensino do inglês, ou de quaisquer línguas estrangeiras, como ideal para se refletir sobre as relações do sujeito em sociedade. Apesar dessa demanda, a escola continua perpetuando valores e padrões de comportamento segregacionistas que invisibilizam as diferenças entre os indivíduos e os grupos sociais aos quais pertencem.

Considerando a escola como um ambiente de educação emancipadora com princípios e ações que prezam o respeito e a diversidade, percebemos a necessidade da inclusão das diferentes configurações de famílias nos livros didáticos e nas discussões realizadas em nossas salas de aula. Nessa perspectiva, o processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa pode e deve contribuir para o desenvolvimento de atitudes críticas, reflexivas e respeitadas com relação às diferentes formas de viver e de atuar na sociedade.

Geralmente, atribui-se ao livro didático a função central das aulas de língua inglesa e, por isso, é preciso utilizá-lo de forma crítica e responsável para que as diversidades culturais, políticas e sociais, que formam as identidades dos aprendizes, sejam respeitadas. Assim sendo, temos como objetivo investigar como se dão as representações familiares em três livros didáticos de língua inglesa selecionados para esta pesquisa. Para isso, este artigo foi organizado da seguinte forma: 1) introdução, na qual destacam-se a temática, a delimitação do problema e os objetivos; 2) procedimentos metodológicos, em que se apresenta a abordagem da pesquisa e seu corpus; 3) fundamentação teórica acerca do uso do livro didático no ensino de línguas, envolvendo aspectos sociais, políticos e culturais, em uma perspectiva crítica, decolonial e emancipadora; 4) análise das configurações de famílias presentes nos livros didáticos escolhidos; 5) considerações finais.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa por estabelecer uma relação de interdependência entre o sujeito, o mundo real e o objeto de estudo, oferecendo as condições para compreender o contexto estudado (CHIZZOTTI, 2017). Como procedimento de análise, optamos pela pesquisa bibliográfica, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44), e pela análise de conteúdo caracterizada como um método de investigação do teor das mensagens, que pode ser abordada a partir de diferentes ângulos, conforme explicam Lüdke e André (2012), orientada pelos objetivos do estudo.

Assim, no primeiro momento, fizemos um levantamento bibliográfico de autoras e autores que discutem as questões concernentes à pesquisa para embasar a discussão da temática.

Em seguida, procedemos à análise do conteúdo das unidades didáticas que trazem o assunto *The Family* nas obras selecionadas. Assim, para a realização desta pesquisa,

elegemos três livros didáticos de Língua Inglesa do nível A1, que geralmente são utilizados entre o 6º e o 7º ano do Ensino Fundamental. Os critérios utilizados para a seleção foram a presença ou a ausência de diversidade sociocultural informada na descrição da coleção que cada livro faz parte, e o uso das edições mais recentes das publicações às quais tivemos acesso.

Assim sendo, os livros-texto escolhidos são *American English File Starter* (2019) da editora Oxford, que foca na parte linguística e não menciona questões culturais, *Impact Foundation* (2018) da editora NGL/Cengage, que mostra alguns aspectos socioculturais em momentos isolados, e *Wider World Starter* (2020) da editora Pearson, que traz uma seção que aborda elementos culturais ao final de cada unidade.

### CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E RESPEITOSA

O ambiente escolar oportuniza a construção de novas relações de amizade e a convivência com pessoas de diferentes classes sociais, credos, culturas, construções identitárias e arranjos familiares que compõem a sociedade contemporânea. A escola é, portanto, um ambiente de grande relevância para a socialização e a formação integral dos sujeitos.

Nesse sentido, hooks<sup>4</sup> (2013) destaca que a escola se configura como um espaço de possibilidades que oportuniza a luta pela liberdade e a construção coletiva de caminhos que permitem o rompimento de fronteiras. Assim, o ambiente escolar pode ser um lugar de luta contra a intolerância e o preconceito, permitindo a construção de diferentes identidades e promovendo o respeito entre elas.

A insurgência de grupos minorizados, através de movimentos organizados, vem transformando a forma de lidar com os padrões sociais. Nesse contexto, Machado e Vestenra (2019) ressaltam a importância de a escola estar preparada para acolher os diferentes modelos de família que reivindicam o seu espaço na sociedade e no ambiente escolar. Essa diversidade nos arranjos familiares, na atualidade, é resultado de diferentes variações, com diversos modelos a serem definidos e diferenciados da família eleita como padrão normativo (OLIVEIRA, 2009). Corroborando essa ideia, Freire (2004) sublinha que as famílias são uma

---

<sup>4</sup> bell hooks escolheu escrever seu nome em minúsculo como uma forma de enfatizar a importância de suas ideias e pensamentos em vez de sua própria pessoa como autora. Ela acreditava que, ao escrever seu nome em minúsculo, o foco é direcionado para a sua obra e não para a sua identidade como figura pública.

construção sociocultural formada por contextos históricos que se modificam a partir de valores, culturas, crenças e hábitos, os quais agregam diversos fatores que contribuem para as definições de família.

Apesar dos diferentes formatos familiares que têm se construído, a representação de família socialmente valorizada ainda é o da família composta por um homem heterossexual cisgênero, uma mulher heterossexual cisgênero, e seus filhos, em que cada um desempenha um papel predefinido pelas convenções sociais (AMAZONAS *et al.*, 2008). Nesse contexto, a representação normalizada de família, construída a partir de discursos e posicionamentos ideológicos, políticos e religiosos, impõe-se sob a égide de uma sociedade patriarcal e conservadora, como o único modelo familiar possível ou aceitável.

Para Rios, Nuñez e Fernandez (2016), a escola se constituiu como um espaço de estandardização, onde os padrões estabelecidos silenciam as diferenças e reforçam “o *apartheid*, o desrespeito e a negação do outro a partir de várias formas e manifestações” (p.103). Assim, as situações que envolvem questões relacionadas à diversidade são invisibilizadas no contexto escolar. Isso ocorre, conforme explica Candau (2011), pois “a cultura dominante na escola prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal” (p. 241). Sendo assim, qualquer modelo familiar que diferencie do padrão imposto pela sociedade conservadora é considerado por ela como anormal.

Consoante Caetano, Silva Júnior e Goulart (2016), a pluralidade cultural ainda é pautada nos currículos escolares sob uma matriz colonial, uma vez que a escola reforça referências de família, de raça, de masculinidade e de sexualidade “a partir de ideais de branquitude, de masculinidades e de heteronormatividade” (p.132). Assim, a escola deixa de ser um espaço de acolhimento das diferenças, impondo padrões que a configuram como um ambiente de relações sociais e práticas pedagógicas excludentes e que não garantem direitos iguais a todas as pessoas.

## O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA INGLESA

Santos Filho, Santos e Couto (2021) compreendem que o livro didático, doravante LD, precisa adequar-se aos propósitos locais para o uso da língua e, quando isso não for possível, que este seja utilizado numa perspectiva que estimule os alunos a refletirem criticamente sobre as ideologias inerentes ao livro, a fim de que se posicionem com relação a elas.

Nessa mesma linha, ao refletir sobre as diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes e o conteúdo do material didático de inglês, Siqueira (2012, p. 333) destaca que apesar de o mundo se apropriar e consumir o inglês, “esse mesmo mundo continua sem uma real representatividade nos materiais didáticos de língua inglesa”, o que pode levar à exclusão de muitos aprendizes. Os materiais didáticos trazem conteúdos culturais e ideológicos que podem estar em desacordo com a cultura do aluno e, portanto, precisam ser problematizados pelo professor em sala de aula no que diz respeito aos temas e aos valores apresentados (PENNYCOOK, 2001; OLIVEIRA, 2015).

Compartilhando da mesma visão, Fleuri (2001) e Anjos (2019) acrescentam que os LDs não são escritos na perspectiva de educandos de culturas diferentes entre si no que se refere aos modelos de comportamento, ideias, valores e maneiras de interpretar fatos. Esses elementos, que muitas vezes passam despercebidos, podem trazer consequências desagradáveis quando são ignorados ou mal interpretados.

Ao apresentar modelos sociais pré-fabricados, padronizados, opressores e exclusivistas em sala de aula, o LD se descontextualiza do cotidiano no qual os alunos estão inseridos (LIMA, 2015). Assim, o LD de inglês reproduz um “mundo plástico”, mantendo “firmes laços de fidelidade a realidades que buscam se distanciar daquelas de grupos sociais marginalizados e/ou invisibilizados” (SIQUEIRA, 2015, p. 248). Essa reprodução limita as vivências da sala de aula às perspectivas de determinados grupos sociais, não refletindo a diversidade.

Nesse sentido, o silenciamento contribui para a perpetuação do racismo, do preconceito e da discriminação, sendo a principal forma de desrespeitar as diferenças que compõem o ambiente escolar (SOUZA *et. al.*, 2021). Dessa maneira, as representações de gênero e demais categorias sociais influenciam na produção e na reprodução de discursos legitimados nas interações entre os sujeitos e os textos em sala de aula. Então, precisam ser trazidos para discussão junto aos educandos, de modo a não se perpetuarem como formas veladas de preconceito (PEREIRA, 2013).

A diversidade é uma característica intrínseca de quaisquer realidades sócio-históricas, portanto, deve ser reconhecida e valorizada de maneira positiva para que não seja transformada em desigualdade, tornando “os sujeitos a elas referidos objetos de preconceito e discriminação” (CANDAU, 2011, p. 246). Portanto, a diversidade não deve ser retratada no LD de maneira superficial ou a partir de padrões que inferiorizam o lugar do outro (ANJOS,

2009), ou seja, os conteúdos trabalhados em sala de aula não devem reforçar preconceitos, estereótipos ou sentimento de não-pertencimento dos indivíduos. Para tanto, as novas configurações sociais devem estar presentes na sala de aula e nos materiais didáticos de língua inglesa, de modo a promover uma maior representatividade dos sujeitos-educandos no ambiente escolar e o respeito à diversidade.

Há de se considerar, portanto, que um ensino de inglês, que articule docência e diversidade, perpassa por uma formação de professores pautada numa perspectiva multicultural.

### SILENCIAMENTOS E INVISIBILIZAÇÕES NOS LIVROS DIDÁTICOS

O silenciamento e a invisibilização da existência de culturas, estéticas e modos de vida que diferem do que foi determinado como padrão são estratégias para impossibilitar o autoconhecimento e o empoderamento coletivo no intuito de manter o controle social. Na década de 1970, Charlot (1979) já sinalizava que a escola ignora a diversidade, reproduzindo estéticas e valores que atendem apenas aos interesses de uma pequena parcela da população, e isso está abertamente expresso nos livros-textos.

A estrutura e a organização dos livros selecionados para esta pesquisa são semelhantes. A unidade 4A no livro *American English File Starter (2019)*, da Oxford, traz o tema família intitulada *Meet the Family*, iniciando com a apresentação de vocabulário referente aos integrantes da família. Em seguida, expõe, como estrutura linguística, adjetivos possessivos, caso genitivo e verbo ser/estar no presente.

O livro *Wider World Starter (2020)*, da editora Pearson, tem uma estrutura parecida com o livro *American English File Starter (2019)*, pois, na unidade 1, intitulada *Family and Friends*, é apresentado o vocabulário relacionado aos membros da família e traz a mesma estrutura linguística com adjetivos possessivos, caso genitivo e verbo ser/estar no presente.

Por último, analisamos o livro *Impact Foundation (2018)*, da editora NGL/Cengage, que apresenta o tema família com o título *Family Matters* na unidade 1. Assim como os anteriores, aborda vocabulário voltado ao contexto de família, e, para estrutura linguística, são apresentados pronomes interrogativos e verbo ser/estar no presente.

Contudo, ao fazer a análise dos referidos livros, os estereótipos e as ausências chamaram bastante a nossa atenção. O primeiro por ratificar um padrão; o segundo por denotar o silenciamento e a invisibilização de questões estruturais e estruturantes da sociedade, como gênero, raça e classe social. Sobre esse assunto, Furlani (2008) destaca que

textos verbais e não-verbais dos LDs e paradidáticos veiculam representações que passam a assumir um status de verdade na formação dos sujeitos.

Para desenvolvermos o estudo a partir da temática família nesses LDs, dividimos esta análise em três seções: a formação da família e as questões de gênero; o privilégio das classes socioeconômica e historicamente dominantes; o lugar das famílias pretas; e as possíveis intervenções para reformulação dos LDs.

## A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO

No livro *American English File Starter* (2019), para iniciar a lição, é apresentada uma atividade de vocabulário para que os estudantes relacionem os termos com base em uma imagem de família. Como pode ser observado nas imagens a seguir, trata-se de uma família com pessoas cisgênero formada por um pai, uma mãe, uma filha e um filho:

**Figuras 1 e 2.** *American English File Starter*



**Fonte:** LATHAM-KOENIG; OXENDEN; LAMBERT, 2019, p.24-25

Nesses recortes, dispomos lado a lado as imagens da mesma família em dois momentos diferentes da atividade, e percebemos que há uma reiteração do modelo convencionalizado pela sociedade patriarcal. Isso porque a ausência de outros formatos de família indica a invisibilização de casais homoafetivos, mães solo, pais solo ou qualquer outra configuração familiar, e isso impacta diretamente na construção identitária dos estudantes, pois, além de embotar a consistência do sentimento de pertencimento e da autoestima da grande maioria que não se encaixa nesse padrão, também ratifica e perpetua a exclusão do que é dessemelhante da norma imposta.



No livro *Impact Foundation* (2018), há uma seção de leitura com três textos sobre diferentes famílias: os Cousteau, os Lowe-Anker e os Leakey. Nesses textos é mantido o padrão de famílias heterossexuais, com uma formação de avós, pais, mães, filhos e netos. Nenhum dos textos traz uma família mantida apenas por uma mãe, um pai, um casal homoafetivo, ou crianças criadas por avós, tios ou mesmo adotadas. Apenas um texto traz uma família com um padrasto, contudo, mantendo a configuração padrão das outras duas famílias mencionadas, com os papéis de pai e mãe sendo desempenhados por um homem e uma mulher cisgêneros heterossexuais e seus filhos. Segue o excerto do texto apresentado no LD:

**The Leakey Family<sup>5</sup>**

Paleoanthropologists are scientists who are interested in fossils and early human life. There are three generations of paleoanthropologists in the Leakey family. Mary and Louis Leakey were very famous for their important work in the 1940s and 50s. Their son, Richard Leakey, is also interested in early human life. Richard and his wife, Meave, have got two daughters, Louise and Samira. Meave and Louise now work together (STANNET, 2018, p. 29).

No texto acima, é dito que a família Leakey é formada por Richard Leakey, sua esposa Meave e duas filhas, Louise e Samira. Observamos que a constituição de família do livro *Impact Foundation* segue o padrão de dois filhos e um casal, com pessoas cisgênero heterossexuais, como no livro *American English File Starter*. O texto sobre a família Leakey também traz a expressão do patriarcado, pois a patrilinearidade, linhagem em que a descendência é contada a partir da família paterna, é destacada.

Portanto, a formação familiar nessas atividades ainda demonstra ideias forjadas, provavelmente, entre os anos 800 e 500 antes da Era Comum, quando surge a dinâmica do homem mais velho que controla o núcleo familiar, o patriarca. Isso é apontado, por exemplo, na disposição das imagens, em que o pai é colocado em primeiro lugar. Ele também é o mais alto da família, demonstrando a estatura como indicador daquele que protege e comanda.

No livro *Wider World Starter*, observamos que as imagens das atividades também reproduzem o modelo padrão de família como nos outros livros analisados. O uso de imagens como instrumento de controle social é bastante estudado e utilizado na publicidade, ou seja, a semiótica é explorada na área publicitária para que as pessoas assimilem mensagens sem perceber. Observe a imagem a seguir:

**Figura 3.** *Wider World Starter*

---

<sup>5</sup> A Família Leak. Paleoantropólogos são cientistas interessados em fósseis e na vida humana primitiva. Há três gerações de paleoantropólogos na família Leakey. Mary e Louis Leakey eram muito famosos por seu importante trabalho nas décadas de 1940 e 1950. O filho deles, Richard Leakey, também está interessado no início da vida humana. Richard e sua esposa, Meave, têm duas filhas, Louise e Samira. Meave e Louise agora trabalham juntos. (STANNET, 2018, p. 29, tradução nossa).





Fonte: ZERVAS; BRIGHT, 2020, p. 12.

Diante disso, constatamos que o patriarcado e o sexismo são operados de forma sutil através do LD. Por isso, é importante não subestimar a força das imagens em afetar a subjetividade e a autoestima dos indivíduos. Nesse sentido, o livro torna-se mais uma modalidade de exclusão daquelas pessoas que não se amoldam às normas estabelecidas socialmente.

## O PRIVILÉGIO DAS CLASSES SOCIOECONÔMICAS E HISTORICAMENTE DOMINANTES

No livro *American English File Starter* (2019), em uma atividade de compreensão oral e escrita, é apresentado o seguinte contexto: o pai e a mãe estão prestes a sair, e deixarão os dois filhos com a babá que cuidará deles.

Destacamos aqui três pontos que são corriqueiros em relação à situação supracitada: as famílias que são de classe média ou alta; o ambiente onde ocorre o diálogo é uma casa ampla com hall de entrada, e provavelmente, possui vários cômodos, pois tem uma escada que sinaliza a existência de mais um andar; e a personagem babá, cujo trabalho é necessário para a maioria das famílias que tem filhos, pais e mães que precisam trabalhar ou sair e não têm com quem deixar suas crianças. Contudo, a maior parte de nossa população não tem

condições financeiras para arcar com os gastos de uma casa confortável, uma babá ou algumas atividades de lazer, o que ratifica o caráter exclusivista do livro.

**Figura 4.** *American English File Starter*



**Fonte:** LATHAM-KOENIG; OXENDEN; LAMBERT, 2019, p.25

Não há lugar para a diversidade. É como se todas as pessoas tivessem a mesma condição financeira. É a desumanização, a invisibilização e a opressão das classes de baixa renda, cujas vidas, necessidades e vozes são marginalizadas e ignoradas.

O educador e filósofo, Paulo Freire defendia uma prática pedagógica oposta a isso. Ele explica que a educação bancária

anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu “humanitarismo” e não humanismo está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade (FREIRE, 2011, p. 83).

O LD em questão é descrito como intercultural ou multicultural, mas sua conduta é de preservação de um *status quo*. Essa prática, conforme Paulo Freire (2011), trata-se de uma educação bancária em que os alunos são receptáculos de informações sem questionamento, sem análise crítica do contexto em que está inserido. O professor que trabalha dialógica e criticamente deve questionar como são apresentados os tópicos no material didático.

No livro *Impact Foundation* (2018), há uma imagem de pai e filho muito felizes viajando e explorando um local bastante frio com neve. Nesse ponto, não podemos deixar de indagar: Quantas pessoas têm a condição financeira de fazer um passeio desse tipo? Observe a imagem:

Figura 5. Impact Foundation



Fonte: STANNET, 2018, p. 26 -27.

A proposta dessa atividade é uma discussão a partir da imagem, em que são feitas as seguintes perguntas:

1. Look at the photo. Guess. How are the people related?
  2. What does 'superhuman' mean to you?
  3. Who are your heroes? Are they famous people, friends or people in your family?
- (STANNET, 2018, p. 27)

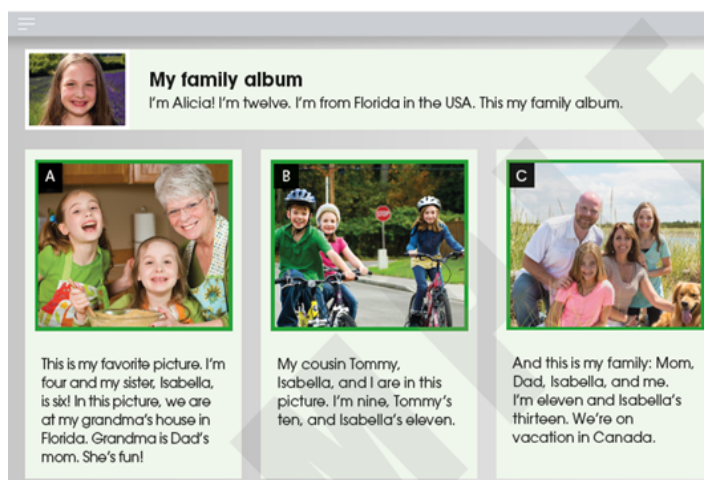
A partir dessas perguntas, percebemos que o pai é colocado como um super-herói. Daí questionamos qual o impacto dessa idealização no alunado brasileiro, uma vez que 31% das mães brasileiras exercem a parentalidade sem a presença do pai (IDP *apud* CNM, 2021). A ausência afetiva paterna, por si, já é bastante danosa ao indivíduo, mesmo assim, ainda há variadas formas de se acentuar essa falta, sendo uma delas no ambiente escolar, e através dos LDs.

Além disso, nem todo pai, infelizmente, é de fato um herói para seus filhos, principalmente em um país machista no qual o pai assume, por vezes, a posição apenas de provedor, quando o faz. Além disso, alguns deles não se envolvem com a educação e o cuidado dos filhos. Essa situação é muito comum nas classes menos favorecidas financeiramente.

No texto já mencionado na seção anterior, a profissão tradicionalmente exercida na família Leakey é a paleoantropologia. Essa área de estudos é normalizada em classes sociais de maior poder aquisitivo, portanto, mais um componente exclusivista que caracteriza as atividades sobre família presentes nessa obra.

No livro *Wider World Starter* (2020), os elementos observados na leitura imagética sugerem se tratar de uma família de classe média também. Observe a imagem a seguir:

**Figura 6.** *Wider World Starter*



**Fonte:** ZERVAS; BRIGHT, 2020, p. 17.

No texto referente à terceira imagem da sequência, a personagem Alicia informa que a imagem da família foi registrada durante suas férias no Canadá. Essa padronização de uma condição social, que não reflete a situação socioeconômica da maioria dos estudantes brasileiros, reforça as observações de Oliveira (2019, p. 158), as quais no ambiente construído, através dos textos verbais e não-verbais do LD, há um predomínio “da representação de um cotidiano típico aos modos de existência acessíveis às classes médias”. Isso produz a ideia de que, no LD, não há espaço para a representação da vida dos sujeitos que vivem nas classes mais humildes. Segundo Fleuri (2001), esses materiais didáticos são usados justamente por aqueles educandos cujas realidades são ignoradas. Por isso, Anjos (2019) alerta que não atentar para as questões que envolvem o espaço onde vivem os educandos promove o ensino de conteúdos frágeis, desvinculando-os das suas realidades comunicativas.

É importante ressaltar que o ensino de língua estrangeira no Brasil, historicamente, é forjado na exclusão social e econômica desde sua implementação em 1809, determinada pelo príncipe regente do Brasil, D. João VI. Assim, ele decretou a criação de uma escola de língua francesa e uma de língua inglesa voltadas para a aristocracia da colônia e para aqueles diretamente envolvidos nas negociações comerciais que Portugal mantinha com a França e a Inglaterra.

Desse modo, o classismo do período colonial permeia toda a história do ensino de inglês no Brasil e continua presente no material didático. A popularização e a ampliação do acesso ao ensino de inglês na atualidade ainda não estão refletidas nos livros.

## O LUGAR DAS FAMÍLIAS PRETAS

Até este ponto da presente análise, sinalizamos o exclusivismo como característica preponderante nas atividades das obras selecionadas. Além disso, propositalmente, não pontuamos um elemento inerente aos materiais didáticos no ensino de inglês, que está presente em todos os recortes apresentados, o racismo.

Como foi citado no tópico anterior, o ensino de língua estrangeira é historicamente excludente. No Brasil, a educação formal foi inicialmente negada à população negra. Após a abolição da escravidão, o acesso de pessoas negras à escola foi impedido através da pauperização desses cidadãos e da negligência deliberada da educação pública, pois não houve nenhuma política pública que garantisse aos ex-escravizados uma estrutura mínima para a organização, o desenvolvimento e a ascensão econômica dessa parte da população. Muito pelo contrário, todas as ações econômicas, políticas, jurídicas e midiáticas foram executadas para manter o *status quo*.

Na década de 1960, o ensino de línguas estrangeiras foi retirado dos currículos das escolas regulares, e as instituições privadas passaram a gerenciar o ensino dessas línguas no país. Essas ações dificultaram ainda mais que pessoas negras, em sua maioria, historicamente empobrecidas, pudessem aprender quaisquer idiomas que não o português. Obviamente, esse processo de exclusão racial e, posteriormente, socioeconômico se reflete no material didático.

Assim, é incontestável o fato de que o LD vem sendo usado no ensino de língua estrangeira como instrumento de manutenção da estrutura racista. A escritora, pesquisadora e professora Ana Célia da Silva (2019) afirma que é fundamental que professoras e professores utilizem o livro como ferramenta de reflexão crítica com os estudantes, pois, dessa forma, ao questionar os padrões socialmente impostos, não sucumbirão facilmente a eles.

A imagem das duas amigas brancas lendo um cartão de aniversário e conversando sobre as felicitações dos pais, no livro *American English File Starter*, não seria um problema se não fosse a ausência de pessoas negras em toda a seção.

**Figura 7.** *American English File Starter*



Fonte: LATHAM-KOENIG; OXENDEN; LAMBERT, 2019, p.25

Já no livro *Impact Foundation*, tivemos a grata surpresa de encontrar a imagem de uma família não-branca. Contudo, a feliz reunião da família de pessoas orientais segue o padrão da heteronormatividade. Observe a seguir:

**Figura 8.** *Impact Foundation*



Fonte: STANNET, 2018, p. 41.

Nessa atividade, os alunos devem completar o diálogo a partir dos membros da família representados na foto. Em seguida, propõe-se que os alunos construam uma árvore



genealógica, preparem um pôster sobre o café da manhã de suas famílias e, em seguida, construam um álbum de família. A proposta de personalizar a atividade, pedindo que eles mostrem a composição da sua família é bastante significativa, mas não ameniza o dano causado pela falta de representatividade.

O livro *Wider World Starter* (2020) é o único dos três livros, aqui analisados, que apresenta uma família com pessoas pretas como atividade de aquecimento (*warm-up*), no início da unidade, através da imagem de uma árvore genealógica. Observe, na imagem, um casal de avós negros:

**Figura 9.** *Wider World Starter*



Fonte: ZERVAS; BRIGHT, 2020, p. 10.

Embora reconheçamos a importância dessa imagem no sentido de apresentar um traço de pluralidade na unidade, é importante destacar que, nela, há outras 14 imagens e apenas uma em que aparece a representação de pessoas pretas e pardas. Isso evidencia o quanto o LD pode contribuir para a “divisão étnica e do racismo velado na escola” (FERREIRA; CAMARGO, 2013, p. 180).

Silva (2019) explica que o respeito à diversidade resulta em reciprocidade nos relacionamentos e, por isso, não é possível estabelecer relações respeitadas e democráticas em um sistema forjado na exploração do outro. Portanto, é dessa forma que se aprimora a ideologia usada para naturalizar a desumanização e a opressão de pessoas negras, com o

intuito de solapar os valores, a autoestima e a identidade do oprimido, viabilizando assim a subjugação.

## AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES PARA REFORMULAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS

Nos livros pesquisados, são apresentadas algumas atividades em que os alunos devem escrever sobre suas famílias ou preencher uma árvore genealógica. Apesar de eles oportunizarem a introdução e a apresentação, por parte dos alunos, de outras possibilidades para os membros da família, seria necessário que os livros-textos trouxessem outros modelos de família. Salientamos que os estudantes precisam e devem se reconhecer, bem como reconhecer diferentes identidades no material didático, pois esse, segundo Anjos (2019), deve retratar situações e questionamentos reais que envolvam os educandos em diferentes contextos.

O silenciamento da diversidade, seja de cultura, seja de gênero, seja de raça, nesses livros de língua inglesa, denuncia uma postura machista, racista, classista e opressora, marcada, como criticam Ferreira e Camargo (2013), pela ideologia do branqueamento, difundindo a ideia de uma sociedade supostamente homogênea e padronizada que privilegia as classes dominantes. Assim, cabe ao professor explorar outras possibilidades, de modo a aproximar o conteúdo abordado ao contexto dos alunos, adequando, complementando ou, até mesmo, substituindo o material didático de acordo com as demandas dos educandos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O LD, na maioria dos contextos educacionais, assume o status de inquestionável fonte do saber, como se apresentasse verdades incontestáveis, sugerindo uma realidade absoluta e imutável. Isso se explica, em parte, pelo fato de o LD perpassar pelas escolhas dos autores, suas visões de mundo, de língua, suas escolhas quanto à abordagem, e suas crenças sobre o ensino e a aprendizagem, além de interesses capitalistas, pois o autor busca privilegiar os interesses do público que supostamente adquire o livro. Nesse sentido, não há neutralidade, uma vez que seus conteúdos revelam as formas de ver o mundo, as vivências ou os interesses de seus escritores.

Portanto, a frequente imagem da família veiculada nos LDs é deliberadamente construída de acordo com a heteronormatividade, a branquitude e as ações das classes



sociais com alto poder aquisitivo para a manipulação de comportamentos e de mentalidades. Em outras palavras, a representação de família nos LDs tem papel essencial no processo de constituição dos estudantes enquanto sujeitos e cidadãos, e esse padrão reforça estereótipos e perpetua a exclusão da diversidade, nos âmbitos econômico, social, cultural, racial ou de gênero.

Contudo, para dar conta de fomentar, na aula de inglês, a conscientização sobre a importância e a urgência do respeito à diversidade, é imprescindível a formação docente, pois a mudança de proposta do mercado editorial dificilmente ocorrerá a curto ou a médio prazo. Desse modo, é fundamental o letramento crítico dos docentes sobre questões de gênero, de raça e de classes sociais para que o LD seja colocado em seu lugar de mais um recurso didático e não de elemento determinante do componente curricular.

O LD deve ser analisado, contestado e ressignificado pelo professor e consequentemente pelo estudante para que as imposições advindas do patriarcado, do racismo, do classismo, e também do capacitismo (questão não trabalhada nesse artigo) sejam desconstruídas, atenuando seus efeitos negativos na sociedade, tanto na parcela da população que supostamente se beneficia disso, quanto naqueles grupos sociais que são diretamente lesados por esse sistema fundado no preconceito e na exclusão.

Os autores de materiais didáticos devem levar em consideração o momento social que vivemos, bem como os danos causados historicamente por esse posicionamento racista, machista e classista, buscando mostrar nos livros conteúdos mais inclusivos e democráticos dos variados contextos sociais existentes, pois, como foi demonstrado ao longo desse artigo, a padronização apaga as nuances, silencia a diversidade, cultiva a negação do não padrão, e nutre o desrespeito e o preconceito. É preciso, portanto, naturalizar todas as maneiras de representação familiar nos LDs de maneira que todos os estudantes, de alguma forma, possam se reconhecer, se aceitar, como também aprender a respeitar aquelas configurações que não correspondem à sua experiência pessoal.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida et al. Representação de família e material didático. *Revista interamericana de psicologia*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 236-246, ago. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902008000200006&lng=pt&nrm=isso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000200006&lng=pt&nrm=isso). Acesso em 10 out. 2021.

ANJOS, Flávius Almeida. Do equívoco hegemônico à transgressão libertadora in ANJOS, Flavius. Almeida. (org). *Língua inglesa em foco: experiências de aprendizagem e ensino*. Cruz das Almas: UFRB, 2020, p. 23-46.

ANJOS, Flávius Almeida. *Ideologia e omissão no livro didático de língua inglesa em foco: experiências de aprendizagem e ensino*. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

CAETANO, Márcio.; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; GOULART, Treyce. Ellen Silva. *Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações queer e decoloniais*. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 45, 11, p.127-143.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas*. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, p.240-255, jul-dez 2011, p. 240-255.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CNM - Confederação Nacional dos Municípios. *Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras*. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/index.php/comunicacao/radio\\_item/segundo-pesquisa-brasil-tem-mais-de-20-milhoes-de-maes-solteiras](https://www.cnm.org.br/index.php/comunicacao/radio_item/segundo-pesquisa-brasil-tem-mais-de-20-milhoes-de-maes-solteiras). Acesso em: 17 jun. 2022.

COUTO, Leda Regina de Jesus; SANTOS FILHO, Agnaldo Pedro; SANTOS, Eduardo Ferreira. Educação de Jovens e Adultos: reflexões e possibilidades no uso do livro didático de Inglês. *Communitas*, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 232-251, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5156> . Acesso em: 3 jan. 2022.

FERREIRA, Aparecida de Jesus; CAMARGO, Mábia. O racismo cordial no livro didático de língua inglesa aprovado pelo PNLD. *Revista da ABPN*, v.6, n.12, nov.2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/182> . Acesso em 18 abr. 2020, 177-202.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. In: *Educação, Sociedade & Cultura*, nº 16, 2001, p. 45-62. Disponível em: [www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf](http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf). Acesso em 17/01/2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURLANI, Jimena. Gênero e Sexualidade nos materiais didáticos e paradidáticos: Representações de gênero e sexualidade em livros didáticos e paradidáticos. In: *Educação para a Igualdade de Gênero*. Salto para o Futuro, Brasília, ano XVIII, boletim 26, p. 39-46, nov. 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/salto\\_futuro\\_e\\_educacao\\_igualdade\\_genero.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_e_educacao_igualdade_genero.pdf). Acesso em: 05 jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. (Orgs.). *Experiências Étnico-Culturais Para a Formação de Professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 13-33.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LATHAM-KOENIG, Christina; OXENDEN, Clive; LAMBERT, Jerry. *American English File Starter*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

LIMA, Luciano Rodrigues. Texto e discurso no ensino de inglês como língua estrangeira. In: LIMA, Diógenes Cândido de. (org). *Ensino aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LIMA, Maria Nazaré de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador, EDUNEB, 2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2.ed. São Paulo: EPU, 2012.

MACHADO, D. de A.; VESTENA, R. de F. Diferentes configurações familiares na escola: Uma reflexão para o seu acolhimento. *Itinerarius Reflectionis*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 01–18, 2017. DOI: 10.5216/rir. v13i2.46042. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/46042>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Fábio Araújo. Masculinidades Negras no Livro Didático de Língua Portuguesa. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 5, n. 02, p. 145-171, abr. 2019. Disponível em: Acesso em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Luciano Amaral de. *Aula de inglês: do planejamento à avaliação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. *Recomeçar: família, filhos e desafios*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PENNYCOOK, A. *Critical Applied Linguistics: a Critical Introduction*. New Jersey, U. S.: Lawrence E. Associates Inc. Publishers, 2001.

PENNYCOOK, Allastair. *The Cultural Politics of English as an International Language*. London: Longman, 1994.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco; NUÑEZ, Joana Maria Leôncio; FERNANDEZ, Osvaldo Francisco Ribas Lôbo Diversidade na educação básica: políticas de sentido sobre a formação docente. *Educação e Contemporaneidade*, v. 25, n. 45, 2016, p. 101 - 112.

SILVA, Ana Célia da. *A Discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2019.

SIQUEIRA, D. S. P. Se o inglês está no mundo, onde está o mundo nos materiais didáticos de inglês? In: SIQUEIRA, D. S. P; SCHEYERL, D. (Orgs.) *Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições*. Salvador: EdUFBA, 2012, p. 311-350.

SIQUEIRA, Domingos Sávio. English As A Lingua Franca And ELT Materials: Is The “Plastic World” Really Melting? Eds. BAYYURT, Yasemin& AKCAN, Sumru. *Current Perspectives on Pedagogy for English as a Lingua Franca*. Berlin: De GruyterMouton, 2015.

SOUZA, Antonio José de. SILVA, Ana Maria Anunciação, ARAÚJO, Sandra Santos de., SOUZA, Heron Ferreira. Escola e docência no contexto da diversidade: notas crítico-reflexivas e propositivas. *Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE)*, v.1, n.1, 2021 p. 1 - 18.

STANNET, Katherine. *Impact Foundation*. Boston: National Geographic Learning / Cengage, 2018.

ZERVAS, Sandy; BRIGHT, Catherine. *Wider World Starter: American Edition Starter*. Pearson: Harlow, 2020.

Recebido em 04 de janeiro de 2023

Aprovado em 18 de abril de 2023.





## OBJETO DIRETO PREPOSICIONADO: ESTUDO HISTORIOGRÁFICO NAS GRAMÁTICAS DE EVANILDO BECHARA E ROCHA LIMA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30427

Alceane Bezerra Feitosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo, embasado nos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística, tem como objetivo descrever o tratamento dado ao *objeto direto preposicionado* na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara e na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima. Para fundamentar a pesquisa, utilizou-se como aporte teórico as pesquisas de Altman (2019), Batista (2019), Koerner (1989a, 2014), Kuhn (2013 [1962]), Murray (1998). Após a descrição, observou-se que o fenômeno é descrito em oito ocorrências na gramática de Bechara, das quais sete ocorrências são postas de forma obrigatória e uma de forma facultativa. Já na gramática de Rocha Lima o fenômeno é descrito doze vezes, sendo cinco apresentadas de forma obrigatória e sete de forma facultativa. Após as análises, observou-se que os gramáticos apresentam tanto pontos convergentes quanto divergentes no tratamento do fenômeno. Convergem quando compartilham que o fenômeno ocorre antes de pronomes oblíquos tônicos; após verbos que indicam sentimentos; para evitar duplicidade de sentido; quando aparece expressões que indicam reciprocidade; antecedendo o pronome relativo *quem*; em construções paralelas e associados a um objeto direto pleonástico. Divergem ao passo que Rocha Lima entende que o fenômeno ocorre associando à preposição, quando essa estiver ligada ao vocábulo Deus; quando o verbo transitivo direto apresentar-se de forma impessoal; em pronomes que se referem a pessoas; em nomes que são antecidos por termos comparativos; quando o objeto direto precede ao verbo; em construções idiomáticas e quando se tem uma preposição com valor partitivo.

<sup>1</sup> Possui graduação em Letras/Português pela Universidade Federal do Piauí (UFPI- 2014); Especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI- 2016); Mestrado em Letras - Área de Concentração em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI- 2018). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Historiografia da Linguística e Ensino de Língua Portuguesa. Tem interesse na Evolução das Concepções que cercam o Ensino de Gramática em Documentos Oficiais, bem como nos estudos do Texto nas suas mais variadas manifestações. Atualmente exerce a função de Professor Efetivo na Rede Estadual de Educação do Estado do Ceará. E-mail: [alceanebezerra@gmail.com](mailto:alceanebezerra@gmail.com)

**Palavras-chave:** Objeto direto preposicionado; Historiografia da linguística; Convergência; Divergência.

## PREPOSITIONED DIRECT OBJECT: HISTORIOGRAPHIC STUDY IN THE GRAMMAR OF EVANILDO BECHARA AND ROCHA LIMA

**ABSTRACT:** This article, based on the theoretical-methodological assumptions of the Historiography of Linguistics, aims to describe the treatment given to the direct object prepositioned in the Modern Portuguese Grammar, by Evanildo Bechara and in the Normative Grammar of the Portuguese Language, by Rocha Lima. To support the research, the research of Altman (2019), Batista (2019), Koerner (1989a, 2014), Kuhn (2013 [1962]), Murray (1998) was used as a theoretical contribution. After the description, it was observed that the phenomenon is described in eight occurrences in Bechara's grammar, of which seven occurrences are mandatory and one is optional. In Rocha Lima's grammar, the phenomenon is described twelve times, five of which are mandatory and seven are optional. After the analyzes, it was observed that the grammarians present both convergent and divergent points in the treatment of the phenomenon. They converge when they share that the phenomenon occurs before tonic oblique pronouns; after verbs that indicate feelings; to avoid duplicity of meaning; when expressions appear that indicate reciprocity; preceding the relative pronoun who; in parallel constructions and associated with a direct pleonastic object. They differ while Rocha Lima understands that the phenomenon occurs in association with the preposition, when it is linked to the word God; when the direct transitive verb is impersonal; in pronouns that refer to people; in names that are preceded by comparative terms; when the direct object precedes the verb; in idiomatic constructions and when you have a preposition with a partitive value.

**Keywords:** Prepositioned direct object; Historiography of linguistics; Convergence; Divergence.

*“Entre las formas que van hacia la sierpe  
Entre las formas que van hacia el cristal  
Dejaré caer mis cabellos...”  
Federico García Lorca, Poeta en Nueva York, 1940.*

### INTRODUÇÃO

Embasado nos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística (doravante HL), este artigo tem como objetivo descrever o tratamento dado ao *Objeto Direto Preposicionado* na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, e na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, atentando para as convergências e divergências entre os dois gramáticos em relação ao tratamento dado ao fenômeno

Surgida na década de 70, na Europa, a HL tem embasado muitos estudos no Brasil, os quais apresentam como objetivos principais o interesse de explicar de que modo/forma se produziu e, conseqüentemente o modo como o conhecimento linguístico se desenvolveu ou até mesmo se extinguiu em um determinado contexto social, histórico e cultural.

Desse modo, cabe à HL, de acordo com Batista (2019), estudar as etapas da história do conhecimento produzido sobre as línguas e a linguagem nos mais variados recortes temporais, assim como verificar como um dado conhecimento linguístico circulou em um determinado contexto atentando, também, para a recepção desse conhecimento.

Tendo apresentado as bases teórico-metodológicas deste trabalho, nesta introdução, o trabalho ainda apresenta três seções. Na primeira, *Historiografia da Linguística: um panorama histórico e conceitual*, constrói-se um panorama histórico do campo de estudo, evidenciando ainda o seu conceito.

Na segunda seção, a qual tem como título *Descrição e Análise: o tratamento dado ao objeto direto preposicionado*, fazemos a análise do *corpus* da pesquisa, portanto, descrevemos o tratamento dado ao *Objeto Direto Preposicionado* nas gramáticas de Evanildo Bechara e Rocha Lima, evidenciando, ainda, dados biográficos de cada um dos autores.

Após a descrição do tratamento dado ao objeto direto preposicionado, na seção seguinte, traçamos as convergências e divergências entre os dois estudiosos, para logo em seguida fazermos as considerações finais.

## **HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA: UM PANORAMA HISTÓRICO E CONCEITUAL**

A Historiografia da Linguística, disciplina que estuda a língua em sua relação com a história e a realidade social, surgiu como ramificação da Linguística Histórica na década de 70 do século passado.

Embora se tenha a década de 70 como marco inicial da disciplina, Koerner, em editorial da revista *Historiografia Linguística* observa que antes do seu caráter de cientificidade, sua prática já havia ocorrido em 1796, com o texto de François Thurot, o qual foi apresentado como *Discours Préliminaire*, tradução do livro de James Harris, como a primeira Historiografia da Linguística de que tenha notícia (KOERNER, 2014; ALTMAN, 2019).

Como bem observa Altman (2019), desde o texto *Discurso Preliminar* as reflexões retrospectivas realizadas em torno da linguagem passaram a ser cada vez mais comuns nos centros ligados à filologia germânica, romana e eslava.

Apesar da publicação de Koerner na década de 70 ter marcado o início da Historiografia da Linguística como disciplina científica dentro dos estudos de linguagem, o texto que metodologicamente redefine a atividade de pesquisa foi, segundo Altman (2019), a introdução que Dell Haymes fez à sua antologia de 1974, *Traditions and Paradigms*.

Para Altman (2019), o texto de Dell Haymes serviu de base caracterizadora para o que viria a ser a Historiografia da Linguística contemporânea, a saber: autorreflexão metodológica, definições intencionais do objeto, ampliação do escopo e datação, contextualização, abertura para a linguística antropológica, a história, a filosofia e a sociologia das ciências.

O modo de observar como um determinado fato linguístico foi produzido, difundido ou mesmo esquecido em um determinado contexto histórico-social é o que se entende por Historiografia da Linguística. Assim sendo, desde a década de 70, a Historiografia da Linguística, como campo de pesquisa, tem se interessado em descrever, analisar e interpretar o conhecimento produzido sobre as línguas e a linguagem que foram/são produzidos em determinados contextos e épocas, bem como por diferentes agentes (gramáticos, filósofos e linguistas) (BATISTA, 2019a).

Nesse sentido, a Historiografia da Linguística tem como objetivo basilar verificar os fatos sobre as línguas e a linguagem, atentando para o contexto em que tais fatos foram produzidos, com intuito de verificar os alcances, determinadas características dos fatos linguísticos, bem como também o resultado produzido pelos agentes do conhecimento, que são gramáticos, filósofos e linguística, dentre outros. (Batista, 2019a).

Por essa razão, Altman (2019, p. 32) afirma que:

Pessoalmente, não consigo separar a reflexão epistemológica, ou metodológica, sobre o conhecimento linguístico do momento histórico e do contexto intelectual e social em que ele foi formulado e se desenvolveu. Tal perspectiva me faz entender com tarefa básica da Historiografia Linguística, por consequência, a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico, e de seus resultados (bem ou malsucedidos) em determinado momento, inevitavelmente histórico.

Essa ideia faz compreender o historiógrafo da linguística como sendo um estudioso da linguagem que deve manter diálogo com o ofício de historiador, tendo dentro dessa ideia o papel de construir uma narrativa interpretativa sobre “ideais, saberes, levando em conta seus agentes e seu contexto histórico” (BATISTA, 2019a, p. 10).



Compete, portanto, à HL, o papel de estudar determinados fatos sobre língua/linguagem atentando para os diferentes recortes históricos e com diferentes objetivos, a depender do foco do estudo que o historiógrafo queira dar.

Batista (2019a) afirma que existem questionamentos sobre as ideias linguísticas que devem ser feitas por todo historiógrafo da linguística ao se fazer algum estudo dentro da área, quais sejam: como se produziu determinado conhecimento sobre língua/linguagem dentro de um dado contexto histórico, de que maneira esse conhecimento circulou dentro de um dado contexto histórico, qual a recepção desse conhecimento dentro de um determinado grupo de especialidade, a que tradição, ou seja, qual a filiação teórica a qual pertence esse conhecimento linguístico e, por fim, quais as linhas de continuidade e descontinuidade entre as ideias linguísticas.

No século XX, várias reflexões sobre a evolução do conhecimento científico são trazidas por estudiosos da filosofia da ciência. Essas reflexões, que são de cunho teórico-metodológico, passaram a ser aplicadas às mais variadas áreas do conhecimento, dentre elas a linguística. No entanto, é importante esclarecer que as proposições do conhecimento científico, pensadas no século XX, a princípio foram pensadas, em sua gênese, para as ciências físicas e naturais. Posteriormente, as discussões foram aplicadas às ciências humanas e sociais.

O responsável por iniciar essa discussão a respeito da evolução do conhecimento científico e de sua história foi o físico teórico Thomas Kuhn como seu livro *Estrutura das Revoluções Científicas* (2013). Na visão de Thomas Kuhn, o desenvolvimento da ciência não se dá de forma progressiva e cumulativa, mas, pelo contrário, ocorre por meio de disputa de teorias e de métodos, o que vem a caracterizar o que o estudioso denomina de *rupturas*. A essas rupturas de um determinado *paradigma*<sup>2</sup> o estudioso chama de revoluções científicas, o que vem a colocar em xeque as concepções anteriores às do autor como, por exemplo, a de que a evolução do conhecimento científico dava-se de forma linear e cumulativa.

A essa retórica de ruptura, Murray (1998) compreende como uma retórica revolucionária, a qual faz referência a alegações por determinados membros de grupos por continuidade, bem como pela rejeição de um dado paradigma. Esse mesmo estudioso entende, pois, que a escolha de uma determinada retórica, de continuidade ou descontinuidade, vai depender de determinados fatores, tais como: posição profissional do

---

<sup>2</sup>Na visão de Kuhn (2013), um paradigma pode ser compreendido como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2013, p. 53).

pesquisador, do tempo de atuação do profissional e do acesso ao conhecimento de participantes do grupo.

Visto, de modo resumido, o panorama histórico e conceitual da Historiografia da Linguística, bem como as ideias da evolução do conhecimento científico, passa-se a discutir, no próximo tópico, a abordagem dos gramáticos no tocante ao *objeto direto preposicionado*, evidenciando a biografia de cada um dos gramáticos.

## DESCRIÇÃO E ANÁLISE: O TRATAMENTO DADO AO OBJETO DIRETO PREPOSICIONADO

Nesta seção, começaremos a descrever o tratamento dado ao *objeto direto preposicionado* na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (2015) e, em seguida, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2011), de Rocha Lima.

### MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA, EVANILDO BECHARA (2015)

De acordo com informações da Academia Brasileira de Letras, Evanildo Cavalcante Bechara nasceu em Recife-PE, em 26 de fevereiro de 1928. Desde cedo demonstrou interesse pelo magistério, o que o levou a cursar letras neolatinas.

Bem cedo, aos dezessete anos, escreve o seu primeiro ensaio intitulado Fenômenos de Entonação, publicado em 1948, tendo sido prefaciado pelo filólogo mineiro Lindolfo Gomes. Em 1954 foi aprovado em concurso público para professor de Língua Portuguesa do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Convidado pelo professor Antenor Nascentes para ser seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ), em 1964. Foi professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992, e professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Também foi professor titular de Língua Portuguesa e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988, além de diversas instituições de ensino superior do país (PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras.

O autor aborda o tema do *objeto direto preposicionado* no tópico *Os tipos de argumentos determinantes do predicativo complexo*, no qual se entende o predicativo

complexo como sendo os verbos transitivos e os complementos desses verbos transitivos como complementos verbais, os quais nas gramáticas escolares são conhecidos pela nomenclatura de objetos.

O autor, ao abordar os tipos de complementos, faz uma divisão de nove tipos desses complementos, a saber: *a) o complemento direto ou objeto direto; b) objeto direto preposicionado, foco deste artigo; c) a preposição como posvérbio; d) o complemento relativo; e) o complemento objeto indireto; f) objeto indireto e adjuntos com para; g) construção especial com objeto indireto; h) os chamados dativos livres e i) o complemento predicativo.*

No item b, Bechara aborda o *objeto direto preposicionado*, afirmando que não é raro o objeto direto aparecer preposicionado, podendo ser iniciado por uma preposição. Para exemplificar a assertiva, dá como exemplo a seguinte oração: *Amar a Deus sobre todas as coisas* (436).

Ao exemplificar o motivo pelo qual ocorre tal fenômeno, Bechara diz que a preposição sempre aparece antes do objeto direto com o intuito de destacar o contraste entre o sujeito e o seu complemento, que em algumas gramáticas escolares se justifica por razões estilísticas ou para evitar ambiguidade da oração. Além disso, evidencia que a preposição, por seu caráter ocasional, não é exigida pelo verbo, mas pelo próprio objeto.

O *objeto direto preposicionado*, segundo Bechara, não pode ser confundido com um outro tipo de complemento, o posvérbio, visto que o caso de complementação do posvérbio relaciona-se diretamente com a significação do verbo precedente. Assim, tem-se o seguinte esclarecimento do autor sobre o complemento posvérbio:

Muitas vezes aparece depois de certos verbos uma preposição que mais serve para lhes acrescentar um novo matiz de sentido do que reger o complemento desses mesmos verbos: Arrancar a espada. *Arrancar da espada* (acentua a ideia de uso do objeto e a retirada total da bainha ou cinta) (p. 437).

Ainda exemplificando o fenômeno de complemento posvérbio, complementação que se associa ao verbo – com o intuito de evidenciar o seu sentido – e não ao complemento – que é o caso do *objeto direto preposicionado* –, o autor traz outros exemplos:

Cumprir o dever. *Cumprir com o dever* (acentua a ideia de zelo ou boa vontade para executar algo) (p.437).

Fiz que ele visse. *Fiz com que ele visse* (acentua a ideia do esforço ou dedicação empregada). (p.437).

De acordo com Bechara, nos casos apresentados acima, a preposição que se emprega é nomeada pelo Prof. Antenor Nascente de posvérbios e não de *objeto direto preposicionado*, como aparece na maioria das gramáticas normativas escolares.

Para Bechara, no entanto, existem oito casos específicos em que ocorre *objeto direto preposicionado*. O autor afirma que o primeiro caso se dá quando se trata de pronome oblíquo tônico, que, na atualidade, é considerado obrigatório. Sobre os pronomes e, mais especificamente, sobre os pronomes oblíquos tônicos, Bechara, esclarece que são as formas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, as quais desempenham a função sintática de sujeito e podem ser chamados de retos.

Em seguida, afirma que cada um desses pronomes do caso reto corresponde a um pronome pessoal oblíquo, os quais, segundo o autor, “funciona[m] como complemento e pode[m] apresentar-se em forma átona ou forma tônica” (p. 171). Acrescenta ainda que, ao contrário das formas átonas que não apresentam preposição, as formas tônicas sempre estão presas a uma dada preposição.

Para exemplificar, Bechara lança mão de uma passagem da obra *Os Lusíadas*, de Luís de Camões: “Nem ele entende *a nós*, nem *a ele*”, na qual, tanto o objeto direto “*a nós*” quanto “*a ele*” que são pronomes oblíquos tônicos aparecem precedidos pela preposição que, neste caso, é a preposição *a*.

A segunda forma de ocorrência do *objeto direto preposicionado* se dá quando os verbos apresentam tanto sentimentos quanto alguma manifestação de sentimento, tendo, diante disso, o desejo de encarcerar a pessoa ou o ser personificado a quem uma dada ação verbal se dirige ou favorece. Assim, menciona-se os seguintes exemplos: Amar a Deus sobre todas as coisas e Consolou aos amigos. Os dois verbos, amar e consolou: o primeiro expressa um sentimento, ao passo que o segundo é caracterizado por Bechara como sendo uma manifestação de sentimento. Em ambos os casos, os verbos, dirigem-se aos objetos “*a Deus*” e “*aos amigos*” com o intuito de encarcerá-los, uma vez que a ação verbal recai sobre tais objetos.

A terceira razão que se justifica a presença do objeto *direto preposicionado*, de acordo com Bechara, é quando se deseja evitar a duplicidade de sentido da oração, principalmente nos casos em que há a inversão da ordem de colocação dos termos da oração, bem como quando se faz uma comparação. Na inversão, o objeto direto vem antes do sujeito: *A Abel matou Caim* (p.437). Neste caso, a inversão se fez necessária para evitar o

duplo sentido. Assim sendo, evitou-se a duplicidade de sentido, deixando claro que quem cometeu a ação de matar foi *Abel*.

A quarta forma de ocorrência do *objeto direto preposicionado* se dá quando há comparação entre elementos da oração, como pode ser visto no exemplo dado por Bechara, extraído de Pinto (1953, p. 87): “Isto causou estranheza e cuidados ao amorável Sarmento, que prezava Calisto como *a filho*”. A respeito desse modo de *objeto direto preposicionado*, o autor esclarece que “sem preposição poder-se-ia interpretar *filho* como sujeito: *como filho preza*; todavia, o uso da preposição neste caso não é gramaticalmente obrigatório” (p. 437), mas seu uso evita, segundo o autor, a duplicidade de sentido.

Neste último caso, apesar de se colocar a comparação como um dos casos em que ocorre o objeto direto preposicionado, Bechara esclarece que o uso da preposição não se coloca como sendo obrigatória, deixando, desse modo, um caso de faculdade de uso, diferentemente do caso anterior, *a inversão*, no qual se faz necessário o uso da preposição antes do objeto direto, com fins de se evitar a duplicidade de sentido.

Ocorre também caso de *objeto direto preposicionado* na Moderna Gramática Portuguesa quando aparecem expressões de reciprocidade que ajudam a formar o objeto direto. Ou seja, aparecem logo após o verbo as seguintes expressões: *um ao outro*, *uns aos outros*, como no exemplo dado pelo próprio gramático: Conhece-se *uns aos outros*. Neste caso, logo após o verbo aparece a expressão *uns aos outros*, ao passo que aparece preposicionada também funciona como o objeto do verbo.

A sexta forma, segundo o gramático, dá-se especificamente com o pronome relativo *quem*, sendo os pronomes relativos aqueles que, de acordo com Bechara, normalmente se referem a termos expressos anteriormente. No entanto, para o autor, o pronome relativo *quem* juntamente com *cujo* podem aparecer como emprego absoluto, portanto, sem referência a termos expressos anteriormente (*idem*)

Entretanto, no caso do relativo *quem* sendo usado para marcar o *objeto direto preposicionado*, o mesmo sempre retoma um termo antecedente, como pode ser visto pelo exemplo dado pelo próprio gramático: Conheci a pessoa *a quem* admiras. Note que, antes do pronome relativo *quem*, há uma preposição e, que, o mesmo retoma o termo *pessoa* e, além disso, serve de passagem para o objeto direto.

Outra maneira de construção do *objeto direto preposicionado*, segundo Bechara, ocorre nas construções paralelas com os pronomes oblíquos tanto tônicos quanto átonos. Bechara acrescenta, ainda, que logo após estes pronomes oblíquos, sempre aparecem

substantivos, como no exemplo dado pelo autor, extraído da obra *O Bobo*, de Herculano, qual seja: Mas engana-se contando com os falsos que nos cercam. Conheço-os, e *aos leais*.

A oitava e última maneira de construção aparece associada às construções de objeto direto pleonástico. Tal construção ocorre quando logo após o verbo aparece o pronome oblíquo átono *a* que remete a um termo expresso anteriormente. Assim sendo, o objeto direto aparece expresso duas vezes na mesma frase, tendo o intuito de dar ênfase a determinado objeto que, neste caso, denomina-se objeto direto pleonástico. Para exemplificar essa estrutura, Bechara traz uma passagem de Rocha Lima: *Ao ingrato*, eu não o sirvo, porque (para que) me não magoe. Para o gramático, poderia ser escrito da seguinte maneira: *O ingrato, eu não o sirvo*.

Em seguida, será discutido o fenômeno do *objeto direto preposicionado* na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima.

### GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA, DE ROCHA LIMA (2011)

Carlos Henrique da Rocha Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1915<sup>3</sup> e faleceu em 1991. Formou-se em Ciências e Letras no ano de 1935, tornando-se Doutor em Letras ao conquistar o título de livre-docente em Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sua trajetória como professor teve início em 1936, ministrando as disciplinas de português, latim e literatura. Em 1956, em concurso de prova e títulos, alcança o primeiro lugar, tornando-se catedrático de Língua Portuguesa do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

O gramático também exerceu o cargo de professor titular da Faculdade de Humanidades Pedro II, além de ter ensinado em diversos outros lugares como na Escola de Aeronáutica dos Afonsos; nos Cursos de Aperfeiçoamento de Professores, do Instituto de Educação; na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; na Universidade Santa Úrsula. Além disso, atuou como examinador em concursos para titular e livre-docente, em várias universidades federais

Rocha Lima, assim como Bechara traz para a discussão a temática do *objeto direto preposicionado*, denominado em sua gramática de *objeto direto preposicional*. A abordagem é feita no tópico em que aborda os complementos verbais. Para Rocha Lima, os

<sup>3</sup> As informações aqui destacadas foram extraídas de dados biográficos da própria gramática do autor.

complementos verbais podem ser: objeto direto, objeto indireto, complemento relativo e complemento circunstancial.

Logo após essa apresentação, começa a abordar o objeto direto, o qual define como o “complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal” (p.299). Afirma ainda que, o objeto direto pode ser facilmente identificado, porque, segundo o gramático “a) pode ser sujeito da voz passiva, b) porque corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas o, a, os, as” (p.299).

Além disso, Rocha Lima entende que o objeto direto indica o ser sobre o qual a ação recai, o resultado da ação e o conteúdo da ação. Feito essa explanação do objeto direto, Rocha Lima passa a abordar um tipo de objeto direto, o qual ele chama de *objeto direto preposicional*.

Para Rocha Lima, comumente o objeto direto não é precedido por preposição, embora o gramático afirme que há casos em que o fenômeno seja facultativo e, em outros casos, se configure como algo obrigatório. Nestes dois últimos casos, em que a preposição se coloca antecedida do objeto direto, Rocha Lima chama de *objeto direto preposicional*.

Antes de abordar os casos em que ocorre o *objeto direto preposicional* na língua portuguesa, o estudioso traz os casos do fenômeno em outras línguas:

O objeto direto preposicional com a, largamente desenvolvido em espanhol, é também frequente no galego. O francês e o italiano literário não o empregam. Ele aparece, ainda, de modo esporádico, no catalão, no sardo e em alguns dialetos provençais e da Itália meridional. Fato paralelo ocorre no romeno, porém com a preposição pe (latim per) (ROCHA LIMA, 2011, p. 300).

Para ele, a obrigatoriedade da preposição antes do objeto direto, na linguagem moderna, ocorre em cinco casos específicos e, de maneira facultativa, em sete tipos de construção.

A primeira construção obrigatória do *objeto direto preposicional* ocorre com as formas tônicas dos pronomes pessoais. Exemplificando, Rocha Lima, traz três exemplos de escritores, são eles: Camões, Machado de Assis e Monteiro Lobato, respectivamente, nos quais se pode observar a presença de uma preposição antes da forma oblíqua tônica, formando, dessa maneira, o *objeto direto preposicional*:

Júlio César conquistou  
O mundo com fortaleza;  
Vós *a mim* com gentileza.”  
Rubião viu em duas rosas vulgares uma festa imperial, e esqueceu

a sala, a mulher e *a si*.”

Quem sabe se o destino marcara justamente *a ela* como a eleita? (ROCHA LIMA, 2011, p. 30, *grifos do autor*).

Uma segunda maneira de formação do *objeto direto preposicional* se dá com a presença do pronome *quem*, o qual se relaciona com um termo expresso anteriormente. Manuel de Barros e Rodrigues Lobo foram os escritores escolhidos por Rocha Lima para exemplificar esse tipo de construção: “Eu sou Daniel, aquele eremita, *a quem* tal ano, e dia hospedaste em tua casa...” e “(...) perdi meu pai e senhor *a quem* muito amava...”.

Em seguida, o gramático traz a terceira construção obrigatória do *objeto direto preposicional* que, pare ele, ocorre associado à preposição *a* ao nome de Deus, como pode ser visto a seguir, em um exemplo da obra de Manuel Bandeira: “Que muito fazes em louvar *a Deus*, quando vives em prosperidade, quando em abundância, quando sem vexação nem injúria de alguém?”, bem como na passagem de Rui Barbosa: “Só há uma coisa necessária: possuir *a Deus*”.

A preposição antes do objeto direto também é colocada de forma obrigatória, para Rocha Lima, quando se coloca de forma coordenada um pronome oblíquo átono e em seguida um substantivo, da seguinte forma: o reitor o esperava e *aos seus respeitáveis hóspedes*. Ainda para evidenciar tal tipo de construção, o gramático lança mão de um outro exemplo extraído da obra de Machado de Assis, como pode ser visto a seguir: “Foi a comadre do Rubião, que o agasalhou *e mais ao cachorro*, vendo-os passar defronte da porta, onde há a presença do pronome átono *e*, logo em seguida, o substantivo cachorro, formando o *objeto direto preposicional* .

A formação da quinta forma obrigatória do objeto direto preposicional ocorre quando um verbo transitivo direto se apresenta na oração de forma impessoal associado à partícula *se*, da seguinte maneira: *Aos pais* ama-se com fervor.

Esse tipo de construção, na visão de Rocha Lima, serve para evitar, em muitos casos, a confusão de não se atribuir ao verbo o seu verdadeiro valor, atribuindo um valor reflexivo. Exemplificando essa ideia, o autor dá o exemplo a seguir: *Amam-se os pais com fervor*, no qual poderia significar de início que “os pais se amam um ao outro” e não o seu verdadeiro sentido que seria o de que “os filhos os amam” ou mesmo que “eles são amados pelos filhos?”. Assim sendo, para o gramático, a forma correta de uso seria: Louva-se aos deuses e Adora-se aos ídolos, dando ao verbo o seu verdadeiro valor.

Em seguida, Rocha Lima passa a abordar o emprego do objeto direto preposicional que se coloca de forma facultativa. O primeiro caso se forma com os pronomes que se



referem a pessoas, tais como: *ninguém, alguém, todos, outro*. Para exemplificar, lança mão de um exemplo de Antônio Vieira, qual seja: “Diz Cristo universalmente, sem excluir *a ninguém*, que ninguém pode servir a dous Senhores...”. Portanto, o *objeto direto preposicional* é construído por meio de uma preposição com um pronome que indica pessoas. Outro exemplo dado pelo gramático é extraído de Manuel Bernardes, que pode ser visto a seguir: “juro pela fé, que devo a Balduino meu predecessor, que vos hei de cozer vivo, em ùa caldeira, como ele cozeu *a outro*, que roubou ùa viúva pobre.”

Em seguida, o autor afirma que a mesma arbitrariedade também ocorre com os pronomes de tratamento: V. Ex.a, V. S.a, etc. Diante dessa afirmação, entende-se, pois que o *objeto direto preposicional* construído com os pronomes pessoais *ninguém, alguém, todos e outro* também são construções equivocadas. No entanto, nas duas construções: com os pronomes pessoais e de tratamento, o autor não coloca como de forma proibida, mas como construções facultativas.

Exemplificando o *objeto direto preposicional* em construções com os pronomes de tratamento, tem-se, pois, as seguintes construções: “(...) colocaram *a V. Ex.a* na desgraçada situação de desmentir na sua carta a narrativa dos Atos dos Apóstolos.” (ALEXANDRE HERCULANO) e “Eu já tive a honra de cumprimentar *a V. Ex.a...*” (CAMILO).

Outra forma facultativa do objeto direto preposicional se dá tanto com os nomes próprios quanto comuns, para se evitar a ambiguidade. Além dessa justificativa, Rocha Lima afirma que tal ocorrência também serve para deixar as orações mais claras quanto por fatores que, segundo o próprio gramático, não são bem caracterizados.

Assim, por necessidade de clareza, temos:

“Dai-me igual canto aos feitos da famosa  
Gente vossa, que *a Marte* tanto ajuda...” (CAMÕES)  
“A mãe *ao próprio filho* não conheça.” (CAMÕES)  
“Vence o mal *ao remédio*.” (ANTÔNIO FERREIRA)  
“De alguns animais de menos força e indústria se conta que vão seguindo  
*aos leões* na caca; para se sustentarem do que a eles sobeja.” (ANTÔNIO VIEIRA)  
“Tal havia que *ao meu consertador* julgava digno de um hábito de Cristo.”  
(Francisco Manuel de Melo).  
“Rasteira grama exposta ao sol, à chuva,  
Lá murcha e pende:  
Somente *ao tronco* que devassa os ares O raio ofende!” (GONÇALVES DIAS)(grifos do autor).

Em todas as formas, a presença do *objeto direto preposicional*, de acordo com Rocha Lima, dá-se pela necessidade de se construir textos mais claros.

No tocante a fatores não bem caracterizados (palavras do autor), temos os seguintes exemplos:

“Benza Deus *aos teus cordeiros*.” (RODRIGUES LOBO)  
 “(...) o verdadeiro conselho e calar, e imitar *a santo Antônio*” (Antônio Vieira)  
 “Não culpo *ao homem*; para ele, a cousa mais importante do momento era o filho.” (MACHADO DE ASSIS)  
 “Apenas excetuo exíguo número, e pode ser que, unicamente, *a Péricles*, teu tutor; porque tem cursado os filósofos.” (RUI BARBOSA).

Em seguida, a terceira forma de construção de forma facultativa ocorre quando se tem o pronome *quem*, sem que o mesmo venha antecedido por algum outro termo. Da seguinte forma: “Não me tenha amor ninguém. Para obrigar meu querer. Que aborreço *a quem* me quer” e “Nos brutos para doutrina dos homens parece que imprimiu o autor da Natureza particular instinto de amarem *a quem* os ama” (Manuel Bernardes). Nos dois exemplos, trazidos pelo gramático, observa-se a presença da preposição relacionada ao pronome *quem*, sem que o mesmo seja antecedido por outro termo, o que caracteriza segundo Rocha Lima, um modelo facultativo, sendo, pois, dispensável o uso da preposição *a* antes do pronome *quem*.

De igual modo, Rocha Lima destaca a faculdade de uso da preposição quando se tem nomes que são antecidos por termos comparativos, tais como: *como*, *que*, *do que*, como pode ser observado a seguir: “É o que há poucos meses a teus pés e de joelhos, este pobre velho, que te ama *como a filho*, te pediu em nome de Deus: perdão! perdão!”, “Isto causou estranheza e cuidados ao amorável Sarmento, que prezava Calisto *como a filho*”, “Mas nada me entusiasma. Olho-te *como a um fantasma*.”, “Acusam-no de haver beneficiado mais a sua família *que ao povo romano*” e “Eu antes o queria *que ao doutor...*”.

De maneira semelhante ao caso anterior, a preposição que aparece antes da partícula comparativa é considerada facultativa, uma vez que, segundo o gramático pode ser retirada sem prejuízo de sentido para o texto. Para exemplificar lança mão dos exemplos a seguir: “— Maridos dignos são unicamente aqueles que afagam *como a filhas*, as mulheres; são aqueles que as mulheres estremecem *como pais...*”

Rocha Lima, observando Mário Barreto, destaca que esses tipos de construção são observados pelos escritores-modelos, para os quais a partícula *se* referia ao nominativo (sujeito da oração), ao passo que a preposição *a* exerceria a função de dativo (objeto indireto), bem como a de acusativo (objeto direto).

O *objeto direto preposicionado* também ocorre quando o objeto direto precede ao verbo, tal como se pode verificar a seguir: “*aos ministros* todos os adoram, mas ninguém os

crê.”, “Não façais caso disso, que *a relógios* do chão ninguém os escuta...” e “(...) enfim, ainda *ao pobre defunto* o não comeu a terra, e já o tem comido toda a terra”. No primeiro exemplo, o objeto direto *ministros* vem antecedido pela preposição *aos*, antecedendo, pois, o verbo adorar. De maneira igual, no segundo exemplo, o objeto direto *relógios* vem antecedido pela preposição *a*, antecedendo o verbo escutar. Assim também ocorre com *ao pobre defunto*, no qual essa estrutura com a preposição antes do objeto direto se dá pelo fato de antecederem ao verbo comer.

Também ocorre *objeto direto preposicionado*, de forma facultativa, quando se tem uma preposição com valor de partitivo, que para Bechara só ocorre na língua portuguesa de outros tempos, quando se empregava *do, dos, da e das*, associados a nomes concretos, como pode ser evidenciado pelos exemplos dados por Rocha Lima: “Ouvirás *dos contos*, comerás do leite e partirás quando quiseres” e “*Do pano* mais velho usava, *do pão* mais velho comia”.

Por fim, no último caso de *objeto direto preposicionado*, cujo uso também é facultativo, Rocha Lima diz que ocorre em certas construções idiomáticas, tais como: *cumprir o dever*, ou *cumprir com o dever*; *puxar a faca*, ou *puxar da faca* e “Arrancam *das espadas* de aço fino os que por bom tal feito ali apregoam”.

Visto o tratamento dado ao *objeto direto preposicionado* pelos gramáticos Evanildo Bechara e Rocha Lima, passa-se para o próximo tópico, onde serão apresentadas as linhas de *continuidades e descontinuidades* entre os dois estudiosos, com o intuito de verificar os pontos de contato e de ruptura.

## AS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

A primeira convergência está no fato de ambos os gramáticos entenderem a existência do fenômeno. Outra convergência observada reside no fato de que os dois estudiosos têm do *objeto direto preposicionado* como sendo complementos de verbos.

A primeira divergência entre Bechara e Rocha Lima diz respeito ao fato de que enquanto Bechara explica a razão pela qual a preposição aparece antes do objeto direto, destacando que a preposição que aparece não é exigida pelo verbo, mas sim pelo próprio objeto, Rocha Lima, no entanto, não tem a preocupação de explicar a razão desse fato aparecer.

Outra divergência observada entre os dois gramáticos encontra-se no fato de que, enquanto Bechara não se utiliza de outras línguas para explicar o fenômeno no português,

Rocha Lima utiliza o espanhol, o galego. Assim como também evidencia as línguas que não fazem menção ao fato, quais sejam: o francês e o italiano.

Enquanto Bechara afirma que há oito casos específicos em que o *objeto direto preposicionado* aparece, Rocha Lima, por sua vez, entende que há doze casos. Assim:

| Evanildo Bechara                                     | Rocha Lima                                            |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 8 casos em que ocorre o objeto direto preposicionado | 12 casos em que ocorre o objeto direto preposicionado |
| 7 casos obrigatórios e 1 facultativo                 | 5 casos obrigatórios e 7 facultativos                 |

Fonte: autor (2021).

Para o primeiro gramático, das oito ocorrências do *objeto direto preposicionado*, sete são obrigatórias e apenas uma facultativa. No entanto, para o segundo, dos doze casos em que ocorre a *objeto direto preposicionado*, cinco se dão de forma obrigatória, enquanto nos outros sete casos, o fenômeno é facultativo.

A seguir, apresentaremos dois quadros para apresentar as divergências e convergências entre os gramáticos. No primeiro quadro, traremos os oito casos abordados por Evanildo Bechara destacando, quando houver, convergências com o pensamento de Rocha Lima. Na segunda, apresentaremos apenas as divergências de Rocha Lima em relação a Bechara. Vejamos:

Quadro 1:

|                         |   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Evanildo Bechara (2015) | 1 | Antes dos pronomes oblíquos tônicos (a nós – a ele). Convergência com Rocha Lima quando afirma que ocorre com as formas tônicas dos pronomes pessoais (a mim, a si).                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                         | 2 | Após verbos que apresenta sentimentos ou manifestação de sentimento: Consolou <i>aos</i> amigos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                         | 3 | Para evitar duplicidade de sentido da oração, principalmente quando há inversão na ordem de colocação dos termos: A Abel matou Caim - Prezava Calisto como a filho (neste caso, a preposição coloca-se como facultativa). Convergência com Rocha Lima ao passo que este também afirma que o <i>objeto direto preposicionado</i> serve para evitar a ambiguidade, servindo para deixar as orações mais claras – gente vossa, que <i>a</i> Marte tanto ajuda. |

|  |   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | 4 | A quarta forma de ocorrência do <i>objeto direto preposicionado</i> se dá quando há comparação entre elementos da oração. Exemplo: “Isto causou estranheza e cuidados ao amorável Sarmento, que prezava Calisto como <i>a</i> filho”.                                                                                                                                    |
|  | 5 | Quando aparecem expressões de reciprocidade que ajudam a formar o objeto direto – um ao outro, após o verbo: conhece-se uns <i>aos</i> outros.                                                                                                                                                                                                                           |
|  | 6 | Ocorre especificamente com o pronome relativo quem – conheci a pessoa a quem admiras. Continua com Rocha Lima quando o gramático afirma que o objeto direto preposicional ocorre com a presença do pronome quem.                                                                                                                                                         |
|  | 7 | Ocorre nas construções paralelas com os pronomes oblíquos tanto tônicos quanto átonos, sendo que em seguida aparece um substantivo – conheço-os, e aos leais. Convergência com Rocha Lima quando este se coloca de forma coordenada um pronome oblíquo tônico ou átono e em seguida um substantivo – Foi a comadre do Rubião, que o agasalhou e mais <i>ao</i> cachorro. |
|  | 8 | Associado a um objeto direto pleonástico – <i>ao</i> ingrato eu não o sirvo.                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

Fonte: autor (2021).

O quadro a seguir aborda apenas as divergências de Rocha Lima em relação a Evanildo Bechara, uma vez que as convergências, quando ocorrem, foram apresentadas no quadro anterior.

Quadro 2:

|                      |   |                                                                                                                                           |
|----------------------|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Rocha Lima<br>(2011) | 1 | Ocorre associado à preposição a ao nome de Deus – Louvor <i>a</i> Deus                                                                    |
|                      | 2 | Ocorre quando um verbo transitivo direto se apresenta na oração de forma impessoal associado à partícula se – Aos pais ama-se com fervor. |
|                      | 3 | Dá-se com os pronomes que se referem a pessoas, quais sejam: ninguém, alguém, todos, outro – sem excluir a ninguém.                       |

|  |   |                                                                                                                                                      |
|--|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | 4 | Ocorre quando se tem nomes que são antecidos por termos comparativos, tais como: como – te ama como <i>a</i> filho.                                  |
|  | 5 | Também ocorre quando o objeto direto precede ao verbo – <i>aos</i> ministros todos os adoram.                                                        |
|  | 6 | Ocorre quando se tem uma preposição com valor de partitivo, quando se emprega do, dos, da, associados a nomes concretos - ouvirás <i>dos</i> contos. |
|  | 7 | Dá-se em construções idiomáticas – cumprir <i>o</i> dever.                                                                                           |

Fonte: autor (2021).

## CONCLUSÃO

Este trabalho verificou o tratamento que as gramáticas de Evanildo Bechara (2015) e Rocha Lima (2011) dão ao fenômeno do *objeto direto preposicionado*, tendo como base teórico-metodológica os pressupostos da Historiografia da Linguística. Ao descrever o fenômeno nas gramáticas, buscou-se observar as convergências e divergências entre os dois gramáticos.

Ao discutirem o *objeto direto preposicionado*, Rocha Lima dá mais ênfase do que Evanildo Bechara. Esse fato pode ser comprovado quando se observa a quantidade de ocorrências. Enquanto Evanildo Bechara traz apenas oito ocorrências, Rocha Lima, por outro lado, apresenta doze maneiras em que o fenômeno pode ocorrer.

É válido destacar, ainda, o fato de que em muitos casos os gramáticos destacam o fenômeno de modo facultativo. Esse fenômeno é mais recorrente na gramática de Rocha Lima, o qual dos doze casos da presença do *objeto direto preposicionado*, em sete deles o fenômeno é facultativo. Já Bechara, por seu turno, entende que dos oito casos em que ocorre o *objeto direto preposicionado*, em apenas um o fenômeno é facultativo.

No tocante às convergências e divergências, notou-se que em alguns casos, especificamente em quatro ocorrências, os autores convergem, portanto, tem o mesmo entendimento do *objeto direto preposicionado*. No entanto, nos demais casos, observou-se divergências, o que leva ao entendimento de que embora os gramáticos sejam contemporâneos e, portanto, possam sofrer as mesmas influências teóricas, os mesmo em sua maioria divergem assumindo, pois, retóricas distintas.

## REFERÊNCIAS

- ACADÊMIA Brasileira de Letras. Portal Informativo da Instituição. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>>. Acesso em: 26-12-2020.
- ALTMAN, C. *História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira*. In: Historiografia da Linguística. BATISTA, R. O (org). São Paulo: Contexto, 2019.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 38. Ed. Ver. Ampl.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 39. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- KOERNER, E. F. K. *Practicing Linguistic Historiography: select e dessays*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia. 1989a.
- KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5a ed. Trad. B. V. Boeira; N. Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013 [1962].
- MURRAY, S. O. *American Sociolinguistics: theorists and theory groups*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998.
- BATISTA, R. O. *Ensino de língua, livros didáticos e história: relações vistas pela historiografia da linguística*. Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 32, n. 1, p. 155-174, jan.-abril 2019a.
- BATISTA, R. O. *Introdução*. In: Historiografia da Linguística. BATISTA, R.O (org). São Paulo: Contexto, 2019.

Recebido em 06 de janeiro de 2023.

Aprovado em 18 de abril de 2023.





## “NESSE TEMPO HISTÓRICO”: UMA NOVA REALIDADE A SER PENSADA PARA O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS LICENCIATURAS

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30463

Michele Bortolai <sup>1</sup>

Elessandra Góis dos Santos <sup>2</sup>

Lourdes Oliveira Galvão <sup>3</sup>

Thales Marcelo dos Santos <sup>4</sup>

**RESUMO:** Em função dos recorrentes casos de Covid-19 no Brasil e no mundo, houve a necessidade de adaptação e transformação dos espaços educacionais, através da inserção de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem, tanto no âmbito da Educação Básica como no Ensino Superior. Tal mecanismo acabou aumentando as desigualdades, criando-se uma falsa sensação de inclusão. Com o objetivo de compreender melhor a situação, buscamos investigar as representações sociais de professores universitários de uma instituição federal localizada na Bahia acerca do uso das tecnologias digitais em um cenário de retorno dos estudantes e docentes ao ensino presencial. Disponibilizamos aos docentes um questionário elaborado no Google Forms através de e-mail institucional e via WhatsApp. Para dimensionar a análise, conforme proposto por Bardin, elaboramos uma nuvem de palavras, destacando-se as categorias Aluno (termos mais expressivos: professor, aprendizagem, dificuldade) e Aula (termos mais expressivos: tecnologia, TDIC, acesso, presencial, atividade, pedagógica). As respostas foram interpretadas à luz da Teoria das Representações Sociais. Concluímos que os professores veem as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação como recurso didático-pedagógico que oportuniza a diversificação das aulas, mas que também pode causar exclusão entre os estudantes.

**Palavras-chave:** Representações sociais; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Ensino

<sup>1</sup> Doutora em Ciências, Universidade do Recôncavo da Bahia, Amargosa, Bahia, E-mail: michelemb@ufrb.edu.br.

<sup>2</sup> Licencianda em Química, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, Bahia, E-mail: ellygois012@gmail.com.

<sup>3</sup> Licencianda em Química, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, Bahia, E-mail: luriiegalvao@gmail.com.

<sup>4</sup> Licenciando em Química, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, Bahia, E-mail: marcelomileto21@gmail.com



## **“IN THIS HISTORICAL TIME”: A NEW REALITY TO BE THOUGHT ABOUT FOR THE USE OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN UNDERGRADUATE COURSES**

---

**ABSTRACT:** Due to the recurring cases of Covid-19 in Brazil and in the world, there has been a need to adapt and transform educational spaces through the insertion of technological resources in the teaching and learning process, both in Basic Education and in Higher Education. This mechanism ended up increasing inequalities, creating a false sense of inclusion. In order to better understand the situation, we sought to investigate the social representations of university professors of a federal institution located in Bahia about the use of digital technologies in a scenario where students and professors return to face-to-face teaching. We made available to the professors a questionnaire prepared in Google Forms through institutional e-mail and via WhatsApp. To dimension the analysis, as proposed by Bardin, we elaborated a word cloud, highlighting the categories Student (most expressive terms: teacher, learning, difficulty) and Class (most expressive terms: technology, DICT, access, face-to-face, activity, pedagogical). The answers were interpreted in the light of the Theory of Social Representations. We conclude that teachers see the Digital Information and Communication Technologies as a didactic-pedagogical resource that provides an opportunity to diversify classes, but that can also cause exclusion among students.

**Keywords:** Social representations; Digital Information and Communication Technologies; Emergency Remote Learning; Inequalities.

### **INTRODUÇÃO**

Os estudos realizados para elaboração deste trabalho tiveram início com as aulas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), componente curricular obrigatório nos Cursos de Licenciatura de uma universidade pública do interior da Bahia. As aulas ocorreram no período de Ensino Remoto Emergencial (ERE), durante a pandemia da COVID-19, entre os meses de julho e setembro de 2021.

A partir das reflexões realizadas no decorrer das aulas e nossas observações quanto às estratégias de ensino utilizadas pelos docentes do Ensino Superior, nos questionamos quanto à utilização dos recursos digitais em sala de aula, em um cenário ainda pandêmico, mas de retorno às aulas presenciais após dois anos de afastamento da universidade e demais espaços educacionais. Logo, surgiu a necessidade de ampliar nossas discussões e investigar as representações sociais de docentes formadores de professores da Educação Básica de

uma instituição federal localizada na Bahia acerca do que pensam a respeito do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em suas aulas.

Para compreender melhor essas inquietações, introduzimos nossas considerações a partir do que nos aponta Santos (2014), quando relata em sua pesquisa que devido ao processo de desenvolvimento tecnológico, o conhecimento digital passou a ser cada vez mais necessário e presente no nosso dia a dia, de diferentes formas, se transformando e sendo aperfeiçoado continuamente.

No que concerne ao contexto educacional, esses recursos tecnológicos, já há certo tempo, passaram a ser incluídos nas escolas da rede pública e privada, levando ao uso das TDIC como artifício didático indispensável ao processo de ensino-aprendizagem. Segundo Garcia (2001), com o decorrer dos anos e o avanço das tecnologias, as instituições de ensino estão se adequando às necessidades educacionais contemporâneas e isso reverbera sobre as ações pedagógicas para um ensino diversificado, que suscite discussões acerca da integração das TDIC em sala de aula.

Por vezes, essa situação se tornou um empecilho aos docentes e discentes. Muitos docentes têm dificuldades em utilizar e até mesmo adaptar as suas aulas a essa nova realidade, ainda em expansão, principalmente, com o ERE. Estudos como os de Leite (2019), apontam que isso ocorre devido a fatores referentes à formação dos professores, resultando em um obstáculo para utilizarem as TDIC em sua prática constante ou até mesmo por não conseguirem estabelecer uma conexão entre o conteúdo a ser ensinado e a tecnologia disponível para uso no ambiente escolar. Em outras palavras, como nos afirma Leite (2015), os professores são “tecnofóbos”, isto é, têm aversão ao uso das tecnologias por não se sentirem preparados para o seu uso. Assim, devido à formação inadequada, muitos tendem a utilizar metodologias de ensino ultrapassadas e/ou descontextualizadas, desmotivando os estudantes para a aprendizagem dos conteúdos escolares (LEITE, 2019).

Para os estudantes, o uso das TDIC para acompanhamento às aulas durante o ERE, se apresentou como uma barreira à aprendizagem, pois muitos não possuíam equipamentos adequados ou acesso à rede mundial de computadores. Isto, possivelmente, estaria relacionado às desigualdades sociais existentes no Brasil (DUTRA-PEREIRA; LIMA; BORTOLAI, 2020). Tal fato é consistente com a realidade de muitos estudantes, que além de não terem equipamentos tecnológicos adequados para acesso à rede mundial de computadores, residem em locais em que o acesso à internet é dificultado pela sua localização. Esses fatores contribuem fortemente para a evasão dos estudantes.

O tempo remoto, como tem defendido o Ministério da Educação (MEC) do Brasil, é um processo cíclico, no qual há uma exclusão social para uma suposta inclusão, pois, ao mesmo tempo em que incluímos alguns, também estamos excluindo tantos outros estudantes (DUTRA-PEREIRA; LIMA, BORTOLAI, 2020, p. 4).

Mesmo assim, durante a pandemia da COVID-19, as instituições de ensino tiveram que se reinventar, pois, com a necessidade do afastamento social, todas as Escolas, Faculdades e Universidades tiveram que fechar as suas portas para o ensino presencial e iniciar uma nova perspectiva de ensino, passando a usar os recursos digitais para dar continuidade às aulas. Deste modo, percebemos que a pandemia trouxe consigo a necessidade de uma reflexão pedagógica sobre o uso das tecnologias em sala de aula, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior.

Perante o desenvolvimento iminente das tecnologias digitais e seu uso acelerado nos espaços escolares, a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica trouxe entre as Competências Gerais Docentes, a premissa de que os professores devem, a seu tempo:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens (BRASIL, 2020, p. 8).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) também destaca a necessidade de ser garantido aos jovens o acesso aos conteúdos escolares que promovam aprendizagens com significados, dentre essas, as tecnológicas, preparando os estudantes para atuação crítica e reflexiva na sociedade que está em constante transformação. Destarte, salientamos o papel fundamental que as tecnologias têm no processo de ensino e aprendizagem, por possibilitar maior flexibilidade nas formas de se ensinar e de se aprender. Arelado a isso, ressaltamos que a presença e utilização das TDIC no processo inicial de formação docente é indispensável para que estes desenvolvam práticas que introduzem as tecnologias digitais em suas aulas.

Tal empreendimento está destacado na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. O documento apresenta os pontos essenciais para a organização curricular de cursos superiores. O artigo 8º da Resolução salienta a importância do “emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo” (BRASIL, 2019, p. 5).

Também são apontadas no documento as competências específicas e habilidades essenciais que um professor deverá desenvolver durante a sua formação inicial. Dentre elas, o documento destaca a importância de o docente reconhecer os contextos das escolas na qual irá atuar, bem como a importância de “Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações” (BRASIL, 2019, p. 16). Para além disso, com relação à prática profissional, o docente deverá “Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis” (Ibid., p. 17).

Nesse mesmo sentido, Schuartz e Sarmiento (2018) ressaltam em seus estudos a importância de novas práticas de ensino e aprendizagem dentro das instituições de Ensino Superior. Como meio para isso é premente a realização constante de formações para os professores, de maneira que eles possam aprender sobre a utilização dos novos recursos tecnológicos nos espaços educativos. De igual modo, Pires (2009) ressalta que ao longo dos anos surgiu a necessidade de os currículos escolares implementarem em suas estruturas o uso das tecnologias como meio de transformação das práticas pedagógicas.

Rubio (2017), corrobora esse pensamento ao destacar que as tecnologias utilizadas na escola trouxeram novos desafios para a educação, revelando que ao serem inseridas em sala de aula podem “[...] induzir profundas mudanças na maneira de organizar o ensino [...]”. Isto é, as novas tecnologias “[...] quando bem utilizadas provocam a alteração dos comportamentos de professores e alunos levando-os ao melhor conhecimento e maior aprofundamento do conteúdo estudado [...]” (KENSKI, 2007, p. 45).

Diante desses aspectos, sublinhamos a relevância de incorporar as TDIC ao processo de formação inicial e continuada de professores, pois é a partir desse conhecimento que diversas habilidades serão desenvolvidas, contribuindo, assim, com o processo de ensino-aprendizagem, tornando diferentes os ambientes didáticos, que devem desempenhar o seu papel para a inclusão social (LEITE, 2019).

No que se refere ao Ensino Superior, as TDIC geralmente são utilizadas com o objetivo de atender a atribuições docentes, como a elaboração de pesquisas, obtenção de dados e até mesmo como forma de enriquecer o processo de construção do conhecimento. Entretanto, como já afirmamos, ainda há uma certa falta de preparo dos docentes para lidarem com as inovações tecnológicas e elaborarem suas práticas utilizando tais recursos. Assim, é possível observar nas universidades, práticas mais conservadoras e até mesmo autocráticas, contribuindo para que haja um distanciamento de um ensino mais dinâmico e inovador (MIRANDA, 2015).

Tendo em vista o exposto e para dialogar acerca da importância conferida por docentes do Ensino Superior para o uso das TDIC em suas aulas, discorreremos na próxima seção sobre o aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS), elaborado por Serge Moscovici, e que nos permitiu trazer à lume a discussão acerca dos resultados desta investigação.

#### **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA PARA O USO DAS TDIC NA EDUCAÇÃO**

A Teoria das Representações Sociais (TRS) pode ser discutida em uma diversidade de contextos sociais como, por exemplo, a educação e a saúde. As Representações Sociais (RS) têm influência direta na maneira como os sujeitos pertencentes a um conjunto social constroem seu conhecimento a partir das suas vivências e das relações estabelecidas com as pessoas do meio em que vivem (SOUZA; CERQUEIRA, 2015).

Moscovici, em sua obra “A Representação Social da Psicanálise” (1978), caracteriza e conceitua a RS a partir dos atributos da coletividade trazidos por Émile Durkheim. Nela, o termo “representação” é designado como sendo uma atribuição mental que é responsável por fazer com que os indivíduos questionem a sua subjetividade e também o universo exterior, levando a um novo perfil social em que o conhecimento é produzido. Porém, Moscovici adaptou o conceito relacionando-o ao contexto das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o autor estudou sobre a participação ativa dos sujeitos no seu processo de construção do conhecimento e valorização dos saberes do senso comum, sendo estes elaborados através dos grupos sociais aos quais os sujeitos pertencem (OLIVEIRA, 2012; MOSCOVICI, 1978). De acordo com Moscovici (1978), ao se tratar das RS é necessário compreender que

Não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou grupo), que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito num contexto ativo, dinâmico, pois é parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe para eles enquanto função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo (MOSCOVICI, 1978, p. 48).

Complementando a proposição de Moscovici, Jodelet (2001, p. 9) destaca em seus estudos que “A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é.”. Em outras palavras, a RS “pode também se prender a uma atividade mental de um grupo ou de uma coletividade, ou considerar esta atividade como o efeito de processos ideológicos que atravessam o indivíduo.” (Ibid., p. 9).

Para Moscovici (1978), as RS têm uma dupla dimensão, quais sejam a do sujeito e da sociedade que se inter-relacionam por meio dos conhecimentos que o sujeito elabora para entender o mundo e para se comunicar no espaço em que está inserido. Esses processos são fundamentais para a elaboração das RS, chamados por Moscovici (1978) de objetivação e ancoragem. A objetivação é definida como sendo o processo através do qual o que era desconhecido torna-se familiar e a ancoragem é caracterizada de acordo com a inserção do objeto em um sistema de pensamento já existente, estabelecendo uma rede de significações.

Moscovici (1978, p. 62), ao trazer o conceito de RS destaca que “Uma representação faz circular e reúne experiências, vocabulários, conceitos e condutas que provém de origens muito diversas.” Com efeito, “[...] o entendimento de qualquer indivíduo é caracterizado pelo conhecimento de senso comum do grupo ao qual pertence, refletindo as ideologias, preconceitos e atividades socioeconômicas desse grupo social específico” (PAULA, 2012, p. 17).

De acordo com Acosta (2005, p. 24), as RS são “reconhecidas como construtoras da criação de significações que tornam possível a expressão simbólica do real, refletida a partir das ideias, dos signos e dos símbolos, capazes de transformar um objeto em imagem.” Assim, as RS podem ser consideradas como um espelho da realidade, pois elas são constituídas a partir das práticas cotidianas. Nesse processo, os indivíduos constroem e reconstroem o conhecimento, tornando dessa forma, o que não lhes é familiar em familiar (SOUZA; CERQUEIRA, 2015).

Inferimos, nesse sentido, a importância que as RS têm para o entendimento e familiaridade com o objeto de estudo. Diante disso, Aguilar (2011) acentua um outro aspecto que está restrito ao saber escolarizado, em que existe uma visão sobre a ciência advinda do contexto histórico, social e cultural em que os sujeitos estão inseridos. Ainda destaca que essa visão é reelaborada constantemente, através da linguagem e comunicação midiática ou interpessoal, apontando para a relevância que as RS têm no contexto educacional, desvelando que uma aproximação entre o senso comum, a linguagem, a comunicação e as vivências do cotidiano, no contexto em que os indivíduos estão inseridos, possibilitam um maior desenvolvimento do processo de aprendizagem.

As RS têm um papel importante no meio educacional no que diz respeito ao professor conhecer quais conhecimentos os estudantes trazem consigo para o ambiente escolar, a partir de suas vivências. À vista disso, Aguilar (2011) salienta a importância de os professores investigarem o entendimento de seus alunos acerca dos conhecimentos científicos e a sua dimensão, a fim de que possam, por meio desse movimento, repensar a sua metodologia e planejamento, de acordo com o expressa o seu alunado. Segundo Souza e Cerqueira (2015, p. 224), os estudos sobre as RS “[...] podem contribuir para as práticas didáticas, pedagógicas e sociais, a relação professor-aluno, o processo ensino e aprendizagem [...]”.

Chaib (2015) corrobora tais afirmações ao dizer que os seres humanos têm a capacidade de aprender ao longo de sua vida, por meio de contextos diferentes. Ou seja, quando nos referimos à aquilo que o indivíduo aprende ou ensina por meio da sua família, do seu contexto cultural, social, histórico e econômico. Isto quer dizer que a aprendizagem é um processo constante de trocas de experiências e conhecimentos, concebidos de forma não tão organizada como a educação formal que ocorre no espaço institucionalizado da escola (SILVA, 2018). Nesse sentido, Cascais e Terán (2014) dialogam que a educação formal é caracterizada como as atividades desenvolvidas nas escolas, metodicamente organizadas e baseada em currículos que orientam as aprendizagens a serem conduzidas.

Chaib (2015) ao relacionar os estudos em RS com as tecnologias discute que esta por si só não é capaz de promover novas representações, familiaridades e conhecimentos de mundo. Para além disso, há uma grande disponibilidade de informação por meio do acesso aos recursos tecnológicos e que os alunos, antes de chegarem à escola, já têm experiências com o uso do computador, do celular e da televisão. Em outras palavras, para Chaib (2015, p. 7),

A nova tecnologia não cria, por si só, novas representações do mundo, nem novos conhecimentos, mas contribui substancialmente para a difusão das concepções das pessoas e das representações do mundo, de maneira rápida e global. O desafio para os professores é compreender que tipo de representações as pessoas trazem com elas para a escola.

Por isso, a utilização das TDIC no meio educacional necessita ser vista como algo muito além de apenas uma inserção de novos recursos didáticos nas salas de aula. Devemos pensar a utilização pedagógica das TDIC como uma oportunidade a mais de aprendizagem para os alunos (FLORES; RIBEIRO; ECHEVERRIA, 2016).

Flores, Ribeiro e Echeverria (2016), relatam ainda, que com o uso da tecnologia como ferramenta metodológica, o professor tem um papel importante na construção do conhecimento, auxiliando os alunos em relação à seleção e à percepção de qual informação é importante aprender, pois a grande variedade gerada pelos meios de comunicação só poderá contribuir à construção do conhecimento escolar a quem souber utilizar-se de seus benefícios e conseguir selecionar o que for essencial. Abdalla e Rocha (2010, p. 66) destacam ainda que

Na sociedade do conhecimento tem-se a impressão de não mais haver instituição social que esteja fora do alcance dos efeitos gerados pelas TIC. Suas “impressões digitais” estão em todos os lugares; ocupam diferentes espaços e se objetivam, material e simbolicamente, na sociedade e nas representações sociais que circulam no campo social.

Dessa forma, ressaltamos a necessidade de que as TDIC sejam incorporadas ao currículo escolar e estejam presentes nas ações educativas. Porém, para que haja o uso das TDIC no espaço escolar, compreendemos que se faz necessário que os professores, ao utilizá-las em suas práticas, busquem trazer um significado, para que não sejam apenas mais um recurso a ser utilizado sem nenhuma contribuição para o processo de ensino e aprendizagem. Melhor dizendo, é preciso ter intencionalidade pedagógica para o uso das TDIC em sala de aula!.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa e exploratória (TOZONI-REIS, 2009) e teve como público-alvo docentes dos Cursos de Licenciatura da universidade investigada, localizada em uma cidade do interior da Bahia. Para mantermos o anonimato



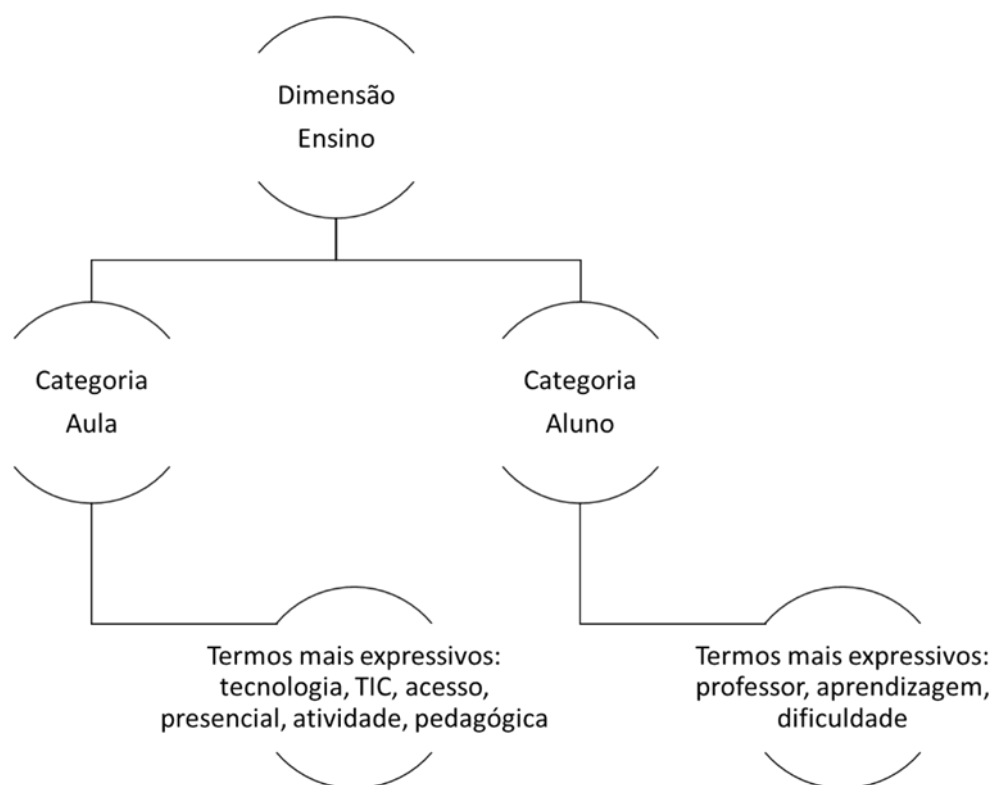
dos participantes utilizamos nomes fictícios e para obtermos a concordância de participação, disponibilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que fosse assinado.

A questão investigativa proposta aos docentes foi: *“Durante a pandemia, o uso dos recursos tecnológicos tornou-se a alternativa mais viável para que as atividades educacionais pudessem ter continuidade. Com o retorno às aulas presenciais poderemos ter uma mudança nesse cenário. Nesse sentido, o que você pensa sobre o uso das tecnologias digitais?”*. Para responder à questão, disponibilizamos aos participantes um link criado na plataforma do *Google Forms*, o qual foi enviado aos e-mails institucionais dos docentes e via *WhatsApp* do grupo de professores da universidade. Dos 137 docentes vinculados à universidade no ano de 2021, apenas 13 responderam ao questionário.

O levantamento de informações resultou na construção de uma nuvem de palavras, com a utilização da aplicação *Web WordClouds* (disponível em: <https://www.wordclouds.com/>), conforme sistematização gráfica apresentada nos resultados, em que estão destacadas as palavras que demonstraram possuir um maior grau de importância nas falas dos docentes. Os termos mencionados foram aproximados semanticamente, além de sua redução em gênero, número e grau.

Da sistematização gráfica obtida com a nuvem (*vide* Figura 2) e das respostas dos professores para a questão investigativa, destacamos, conforme proposto por Bardin (2011) para Análise de Conteúdo, a Dimensão Ensino com as categorias Aluno (termos mais expressivos na categoria: professor, aprendizagem, dificuldade) e Aula (termos mais expressivos na categoria: tecnologia, TIC, acesso, presencial, atividade, pedagógica), criadas a posteriori, para discutir a RS dos professores sobre uso das tecnologias na sala de aula, após o retorno às aulas presenciais (*vide* Figura 1).

**Figura 1.** As principais representações mais significativas de docentes quanto à importância de se usar os recursos tecnológicos em sala de aula.



**Fonte:** dados da pesquisa (2022)

Para a categoria *Alunos* discutiremos por meio das narrativas apresentadas pelos docentes, os impactos que as tecnologias têm sobre a aprendizagem e os desafios enfrentados pelos(as) docentes no período ainda pandêmico, mas de retorno ao ensino presencial. Na categoria *Aula* estão apresentadas reflexões acerca de questões relacionadas à percepção dos professores sobre a continuidade do uso dos recursos tecnológicos nas aulas presenciais. Além disso, discutiremos também como as desigualdades sociais impactam as condições de acesso dos alunos a essas tecnologias. A discussão será realizada sob a égide da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici.

## REPRESENTAÇÕES DOCENTES ACERCA DO USO DAS TECNOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR

As RS dos professores são importantes para compreendermos a influência e contribuição que as tecnologias têm para os processos formativos no Ensino Superior. Assim, trazemos nessa discussão as percepções dos professores a partir das expressões mais significativas que apareceram em suas narrativas. Na Figura 2, estão apresentados os termos mais relevantes para os docentes acerca do que pensam sobre o uso das tecnologias no ensino universitário, em um cenário ainda pandêmico, mas de retorno às aulas presenciais.



Através da análise da Figura 2 e das mensagens expressas nas respostas dos docentes para a questão investigativa, compreendemos que os termos: ensino, aluno, aula, tecnologia, TIC, dificuldade, aprendizagem, professor, acesso, pedagógica, atividade e presencial, expressam relevante importância para a prática docente no que se refere a uma aula mais dinâmica e contextualizada pela utilização dos recursos tecnológicos em sala de aula. Entretanto, não podemos deixar de valorizar as demais palavras que aparecem na nuvem, pois também refletem o pensamento dos docentes.

Os termos elencados para discussão na categoria *Aluno* são: professor, aprendizagem e dificuldade. A partir dos relatos dos docentes percebemos que estes julgam importante o uso das tecnologias como ferramenta que contribui para o processo de ensino e aprendizagem, visto que os recursos tecnológicos estão cada vez mais presentes na vida das

pessoas. Esse pensamento pode ser evidenciado nas falas do *Professor Xenônio* ao relacionar o uso das tecnologias ao *“desenvolvimento cognitivo e intelectual”* dos estudantes, ou quando menciona que cabe *“a nós, professores, sermos mediadores entre os alunos e a informação”*, ou ainda, quando diz que o uso das tecnologias ocasiona *“o aumento da motivação de alunos e professores.”*

Também, com as falas dos docentes *Neônio* e *Argônio* percebemos que há uma certa compreensão de que o uso das TDIC, após esse período de pandemia, não pode mais ser visto da mesma forma que antes.

*[Professor Neônio]* A pandemia trouxe diversos males para a humanidade e provavelmente as sequelas dessa doença ainda permanecerão por muitos anos. A educação foi uma das áreas mais afetadas, no entanto, a necessidade do uso dos recursos tecnológicos permitiu um avanço que, talvez, ainda duraria bastante tempo para alcançarmos. Certamente, esses recursos serão utilizados e empregados no ensino, uma mudança importante no cenário educacional e na relação professor/aluno e ensino/aprendizagem.

*[Professor Argônio]* O uso de tecnologias modificou substancialmente as nossas atividades. Não acredito que aulas sem recursos contemplarão docentes e discentes na construção de um ensino mais “conectado” com as demandas dos discentes e docentes.

Porém, mesmo diante das mais diversas formas de uso desses recursos têm-se ainda a preocupação de tornar significativa a utilização desses meios, pois todo e qualquer recurso didático-pedagógico, que seja utilizado como técnica não trará significado nenhum para o aluno e, dessa maneira, não irá contribuir para a construção do aprendizado. Nesse sentido, Gomes (2020) ressalta que não se pode desconsiderar o papel que as tecnologias têm para o meio social, pois inúmeras são as facilidades que esses recursos podem proporcionar.

Nesse sentido, é interessante destacar que as RS dos docentes têm papel fundamental no aprofundamento do uso das TDIC em sala de aula, pois a utilização desses recursos em sala de aula irá depender muito do posicionamento do docente.

A inserção das TDIC no processo de ensino pode contribuir para a mudança nas formas de aprendizagem fazendo com que os alunos se sintam mais motivados em participar das atividades propostas, pois as tecnologias estão muito presentes no cotidiano. Sendo assim, a partir dos usos das tecnologias os estudantes podem atribuir maiores significados à aprendizagem tornando assim o uso dos recursos tecnológicos que antes parecia mais

distante em algo mais familiar e em algo mais próximo da realidade de vida ou das experiências vividas pelos estudantes.

Cabe salientar que é importante, também, avaliar se quando as TDIC são usadas para o processo de ensino-aprendizagem elas contribuem para que o aluno participe ativamente da construção do próprio conhecimento, pois somente a simples utilização dos meios tecnológicos pode não garantir transformações ou mudanças no processo educativo. À vista disso, o *Professor Radônio* salienta que

*[Professor Radônio]* Um outro desafio atribuído ao uso das TICs no Ensino de Química é a dificuldade dos alunos de interpretar os signos não verbais de representações contidas nas TICs. Tais representações são constituídas de imagens complexas, que possuem mais de um tipo de representação. Os alunos, por ainda não terem desenvolvido habilidades para interpretar aspectos tão abstratos, seja por falta de oportunidade ou pelo nível de maturidade, possuem dificuldade para lidar com esse tipo de ilustração. Isso torna um obstáculo para alguns professores, em termos de compreender tal dificuldade e desenvolver uma possível solução para ela.

Logo, é necessário ter clareza do que se pretende alcançar ao fazer uso desses recursos mediadores do processo educativo, isto é, usar as tecnologias com o objetivo de tornar o ensino e a aprendizagem mais dinâmicos e significativos. Por esse viés, Silva (2015) salienta que a RS depreende nova compreensão para a realidade do objeto social, possibilitando que os indivíduos ancorem novas informações na esfera do objeto estudado, familiarizando-se, assim, com novos significados.

Diante disso, percebemos o papel fundamental que as RS têm nas suas diferentes dimensões para com o meio social e com a representatividade dos recursos tecnológicos para os alunos. Em outras palavras, Silva (2015) ressalta a importância de o docente buscar alternativas para que os alunos sejam capazes de procurar, processar ou comunicar, não apenas reproduzir informações presentes nas redes sociais.

Na categoria *Aula* discutimos outros termos de relevância destacada para os docentes. Dentre eles, temos: tecnologia, TIC, acesso, presencial, atividade e pedagógica. De acordo com os docentes, a utilização dos equipamentos tecnológicos e da internet como ferramenta didático-pedagógica pode contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Como afirma o *Professor Argônio*, “penso que seja viável, desde que todos/as tenham acesso e que a atividade pedagógica seja muito bem planejada.”

Das falas dos *Professores Potássio e Xenônio* destacamos que:

[Professor Potássio] As tecnologias digitais também podem ser inseridas no contexto presencial, elas têm potencialidades para proporcionar um acesso a informações e outras realidades além do que se vive. Pode proporcionar que dialoguemos com outros pesquisadores, tenhamos acesso a outras pesquisas, e também a outros professores.

[Professor Xenônio] Em geral, o uso das TICs no Ensino de Química tem contribuído para o aluno ser ativo no processo de seu aprendizado; [...] a contextualização e o enriquecimento das aulas a partir da diversificação das metodologias de ensino; um ensino mais interessante, autêntico e relevante; e situações de comunicação e colaboração, principalmente, no ensino remoto.

De acordo com as mensagens dos docentes, percebemos que, por vezes, os professores buscam adaptar sua prática pedagógica para a integração e participação dos alunos em sala de aula. Desta forma, inferimos que para este grupo, as tecnologias representam um papel importante no processo de adaptação e reorganização de suas práticas de retorno ao ensino presencial, pois entendem que suas escolhas podem impactar de forma direta a realidade em que os estudantes estão inseridos.

Essas escolhas repercutem na resposta do *Professor Criptônio* para a questão investigativa. Ele apresenta diversos aspectos que ressaltam a importância das tecnologias para a formação inicial docente, mencionando a questão do interesse “*traz significado para a aprendizagem*”, da curiosidade “*desperta a busca por novas informações*”, da interação “*estimula a interatividade entre os envolvidos*” e da atenção “*aumenta o nível de concentração*”. Gomes (2020, p. 273), ressalta nesse sentido que “[...] as representações são determinantes de ações, atuando como guias de leitura da realidade, assumindo papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas cotidianas”.

Em vista disso, Jodelet (2001, p. 17-18) afirma que as RS são “[...] algo natural em múltiplas ocasiões, elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organização materiais e espaciais.” Ademais, a experiência vivida durante o período pandêmico possibilitou um novo olhar para o uso das tecnologias em sala de aula. Abriu um leque de possibilidades de uso dessas ferramentas nos ambientes de ensino, principalmente, nas instituições que ainda não faziam seu uso como recurso didático-pedagógico.

Concordamos com Rondini, Pedro e Duarte (2020, p. 47), ao salientarem em seus estudos sobre o processo educativo, que para a “utilização dos recursos tecnológicos, é importante que o docente reflita criticamente sobre a realidade dos estudantes, seus

conhecimentos prévios e a relação entre as TDIC e os objetivos de aprendizagem.” Ora, os autores consideram, ainda, que o uso de ferramentas tecnológicas possibilita a aprendizagem de maneira articulada aos saberes dos sujeitos aprendentes visando a construção de novos conhecimentos.

Pensar em estratégias que fortaleçam e contribuam para o processo de aprendizagem é um fator importante na prática docente. As TDIC podem enriquecer as práticas pedagógicas, sendo uma ferramenta com grande potencial para facilitar a aprendizagem dos estudantes. Rondini, Pedro e Duarte (2020), mostram em seus estudos que esse período de adaptação durante o ERE pode ter sido promissor para a inovação da educação, uma vez que os estudantes e professores puderam criar uma outra percepção acerca da aprendizagem escolar por intermédio das TDIC, principalmente, ao se depararem com o potencial deste recurso para o processo educacional durante o período pandêmico.

Percebemos que a utilização dos recursos tecnológicos como ferramenta pedagógica nas aulas pode ser um aliado para potencializar o processo educacional. Além disso, nas narrativas dos docentes destaca-se que a familiarização com o uso das TDIC já era comum por parte dos professores, mesmo antes da pandemia, apesar de não fazerem uso constantemente desses recursos.

As RS têm um papel importante no que diz respeito a essa familiarização, pois diante da necessidade de readaptação urgente do ensino durante o período pandêmico, os docentes precisaram se reinventar e, com isso, iniciaram um novo olhar para o uso das tecnologias e também para as condições de acesso nas escolas, universidades, pelos professores e alunos. Chaib (2015, p. 6) ao tratar das RS, aprendizagem, educação e subjetividade destaca com

O surgimento de novas tecnologias de aprendizagem, as relações de poder estabelecidas entre diferentes grupos sociais e a crescente globalização da cultura e da educação transformam a aprendizagem em um ato de comunicação interpessoal. Espera-se que os seres humanos aprendam ao longo de suas vidas, a qualquer momento e por meio de métodos muito diversos e em diferentes contextos.

Assim, ressaltamos que a inserção das TDIC no ambiente da sala de aula tornou-se mais uma ferramenta pedagógica com grande potencial, mas necessita de muita atenção ao ser utilizada, ainda que os professores já em exercício tenham condições de acesso e aprimoramento do uso dessas ferramentas.



Em relação às condições de acesso, os docentes investigados revelaram, que apesar de acreditarem ser viável a utilização das TDIC durante o retorno presencial, há uma preocupação com a exclusão dos alunos que não possuem acesso adequado aos recursos tecnológicos.

[Professor Hidrogênio] Se por um lado as TIC trazem uma segurança para aqueles que tem o privilégio de possuir equipamentos, por outro, apoiam e contribui para a desigualdade tecnológica existente no nosso país. Então, a utilização da TIC permeia primeiro por aqueles/as que tem ou não acesso. Além disso, há também aqueles que sabem utilizá-las benéficamente, com propriedade sobretudo, pois estamos num país que possui um alto índice de analfabetismo tecnológico.

Destacamos que, não se pode pensar no uso das tecnologias sem questionar a facilidade de acesso de apenas uma parcela da população. Vivemos em um país em que a desigualdade social está presente entre os estudantes das instituições públicas e que, em sua maioria, não tem posse de equipamentos tecnológicos em suas residências. Este fato prejudicou muitos estudantes que não tiveram acesso ao ERE, justamente, pela ausência de recursos para a obtenção de aparelhos que permitissem que estes continuassem estudando durante esse período de pandemia (DUTRA-PEREIRA; BORTOLAI, LIMA, 2020).

Marcon (2020, p. 81), ratifica tal premissa ao discutir sobre inclusão/exclusão digital em contextos de pandemia. Também traz reflexões sobre a exclusão digital que o nosso país está imerso ao afirmar que “Na realidade da sociedade brasileira, observamos que as tecnologias estão sendo adotadas de forma acelerada na mediação dos processos educativos, com formação técnica e não pedagógica, excluindo uma parcela significativa de estudantes que não tem acesso.” Entretanto, essas ferramentas estão cada dia mais difundidas, como nos afirma Chaib (2015, p. 363):

O surgimento de novas tecnologias de aprendizagem, as relações de poder estabelecidas entre diferentes grupos sociais e a crescente globalização da cultura e da educação transformam a aprendizagem em um ato de comunicação interpessoal. Espera-se que os seres humanos aprendam ao longo de suas vidas, a qualquer momento e por meio de métodos muito diversos e em diferentes contextos.

Sob um olhar crítico a respeito das condições socioeconômicas que parte significativa da população brasileira se encontra, têm-se a necessidade de se ponderar sobre o uso das TDIC nos espaços educativos, isto é, que seja avaliado os perfis dos alunos e as condições de



acesso de cada um, para que aqueles que não possuem condições de acesso fora da escola não sejam prejudicados no processo de construção do conhecimento escolar e para o seu desenvolvimento e crescimento social.

Como evidenciado na fala do *Professor Nióbio*, a tecnologia não pode ser vista como uma substituição dos encontros presenciais em sala de aula, mas sim como um recurso pedagógico de apoio ao professor para tornar as aulas mais dinâmicas e atualizadas, de acordo com o avanço tecnológico que têm ocorrido ao longo dos anos e em decorrência da globalização.

*[Professor Nióbio]* Considero uma importante ferramenta que será indispensável nas práticas pedagógicas nesse tempo histórico. Contudo, é importante destacar a preferência por práticas presenciais. A tecnologia deve ser mais uma alternativa e não a regra. Infelizmente, dadas condições objetivas e materiais, o uso das tecnologias como regra podem intensificar e se configurar como outra forma de desigualdade.

Tendo em vista que as tecnologias fazem parte do cotidiano das pessoas, observa-se, dessa forma, o quão é necessário que os docentes e discentes tenham conhecimento delas e saibam usá-las. Em outras palavras, a familiarização dos docentes com as tecnologias é relevante para que saibam como devem ser utilizadas no processo educativo, isto é, é necessário que os docentes coloquem significados na utilização das TDIC, quando utilizadas em suas práticas (RUBIO, 2017).

Rondini, Pedro e Duarte (2020, p. 48), corroboram a resposta do Professor Nióbio, ressaltando que “o ensino remoto não substitui os encontros pedagógicos presenciais, porém, é uma alternativa para aqueles que possuem condições de acesso”. Diante disso, pode-se considerar que há uma necessidade dos envolvidos no meio educacional de uma reavaliação e reflexão sobre as estratégias pedagógicas diante das mais diversas realidades que são encontradas.

## NOSSA COMPREENSÃO PARA ESTUDOS FUTUROS

Em virtude da discussão apresentada, compreendemos a importância das TDIC no contexto contemporâneo, por possibilitar a interação mais dinâmica entre os sujeitos sociais, mesmo a distância. Percebemos, também, que essa forma diferenciada de ensino no modo

emergencial pode contribuir para o desenvolvimento dos estudantes, dependendo da forma como os professores e as universidades fazem seu uso.

Vale salientar ainda, que conhecer as representações sociais dos professores acerca da utilização das TDIC no espaço educativo é importante para depreender quais são as relações que se estabelecem entre os sujeitos sociais e o objeto do conhecimento, a fim de tornar familiar o recurso utilizado, pois do contrário, se o recurso permanece distanciado do sujeito do conhecimento, acaba se tornando uma técnica de uso vazia, sem significado e sem fim educativo.

Desta forma, salientamos a importância das RS para o processo de construção do saber, implicando assim na forma como esse saber pode ser trabalhado e/ou produzido. Para além disso, foi possível visualizar no decurso de nossa investigação que mais discussões sobre as RS são prementes, pois ainda é perceptível como um campo a ser mais explorado nos espaços educacionais devido ao impacto que as relações, opiniões, crenças e atitudes de cada indivíduo integrante de um grupo social tem acerca de como enxerga o “mundo” em que vive.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. F. B; ROCHA, A. G. Representações sociais sobre tecnologias da informação e da comunicação e o contexto escolar. *Educação, Formação & Tecnologias*. v. 3, n. 2, 2010, p. 61-70.

ACOSTA, S. F. *Escola: as imagens que as representações sociais revelam*. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2005.

AGUILAR, M. B. R. *Representações Sociais de alunos secundaristas do Timor-Leste quanto à dimensão escolar da Química*. Dissertação de mestrado em Ensino de Ciências. USP, São Paulo: 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Portal MEC**, 2018.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/docman/dezem\\_bro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file](http://portal.mec.gov.br/docman/dezem_bro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file). Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº. 1, de 27 de outubro de 2020*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/docman/o\\_outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file](http://portal.mec.gov.br/docman/o_outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file). Acesso em: 20 fev. 2022.

CASCAIS, M. G. A.; TERÁN, A. F. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. *Ciência em tela*. v. 7, n. 2, 2014. p. 1-10. Disponível em: [http://www.cienciaemtela.nutes.ufrrj.br/volume7/2/divulgacao\\_e\\_espacos\\_nao\\_formais.html](http://www.cienciaemtela.nutes.ufrrj.br/volume7/2/divulgacao_e_espacos_nao_formais.html). Acesso em: 27 mai. 2022.

CHAIB, M. Representações Sociais, Subjetividade e Aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*. v. 45, n. 156, 2015. p. 359-372. Disponível em: [https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3201/pdf\\_5](https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3201/pdf_5). Acesso em: 13 jan. 2023.

DUTRA-PEREIRA, F. K.; LIMA, R. S.; BORTOLAI, M. M. S. (Re)Pensando o novo normal após a pandemia da Covid-19: a realidade dos licenciandos em Química de uma instituição de ensino superior da Bahia. *Olhar de Professor*, v. 23, 2020. p. 1-6. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16146/209209213665>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FLORES, A. D. M.; RIBEIRO, L. M.; ECHEVERRIA, E. L. A tecnologia da informação e comunicação no ensino superior: um olhar sobre a prática docente. *Revista Espacios*, v. 38, n. 05, 2016. p. 1-14. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n55/a17v38n55p19.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GARCIA, R. P. Para um ensino superior com qualidade. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 2001, n. 1, 2001.p. 33-43. Disponível em: [https://rpsd.fade.up.pt/\\_arquivo/artigos\\_soltos/vol.1\\_nr.1/05.pdf](https://rpsd.fade.up.pt/_arquivo/artigos_soltos/vol.1_nr.1/05.pdf). Acesso em 13 jan. 2023.

GOMES, L. P. Representações sociais de professores acerca do uso das tecnologias da informação e comunicação no ensino. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 5, 2020. p. 272-284. Disponível em: <file:///C:/Users/Michele/Downloads/2734-Texto%20do%20artigo-9082-1-10-20200331.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

LEITE, B. S. *Tecnologias no ensino de química: teoria e prática na formação docente*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2015.

LEITE, B. S. Tecnologias no ensino de química: passado, presente e futuro. *Scientia Naturalis*, v. 1, n. 3, 2019, p. 326-340. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/333516182\\_Tecnologias\\_no\\_ensino\\_de\\_quimica\\_passado\\_presente\\_e\\_futuro](https://www.researchgate.net/publication/333516182_Tecnologias_no_ensino_de_quimica_passado_presente_e_futuro) . Acesso em: 13 jan. 2023.

KENSKI, V. M. *Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação*. 2ª ed. Campinas: Editora Papirus, 2007.

MARCON, K. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? *Revista Criar Educação*, v. 9, n. 2, 2020, p. 80-103.

MIRANDA, A. S. L. O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. *Caderno de Geografia*, v.25, n.44, 2015. p. 27-44. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/9056/8055>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PAULA, R. M. *Representações sociais de estudantes do Ensino Médio da cidade de Jundiá sobre “orgânico”*. Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências. USP, São Paulo: 2012.

PIRES, S. M. B. As TIC no currículo escolar. *EDUSER: Revista de Educação*, v. 1, n. 1, 2009. p. 43–54. Disponível em: [https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser\\_new/article/view/6](https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser_new/article/view/6). Acesso em: 13jan. 2023.

OLIVEIRA, M. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. *Debates do NER*, v. 2, n. 22, 2012, p. 67-94. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/30352/23579>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. S. Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. Aracaju: *Interfaces Científicas*, v.10, n.1, 2020. p. 41–57. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085/4128>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RUBIO, A. C. P. *Tecnologias Digitais de Rede, integração curricular e práticas culturais de professores do final do Ensino Fundamental*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá: 2017.

SANTOS, A. C. B. *A utilização das TIC como meio facilitador do processo ensino aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental*. Monografia em gestão escolar. Universidade de Brasília, Brasília: 2014.

SCHUARTZ, A. S.; SARMENTO, H. B. M. Representações sobre tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) entre docentes de serviço social. In: *CIET: EnPED*, São Carlos, maio 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/221>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVA, J. G. S.; FIGUERED, F. A. O.; SANTOS, R. O que são espaços não formais de ensino e educação? o que dizem as publicações dos eventos e periódicos sobre pesquisa em educação em ciências. In: *VII ENALIC*, Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51563>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SILVA, V. M. *Representações Sociais de Tecnologia Compartilhadas pelos Professores e suas Relações com a Prática Pedagógica em Função da Região em que atuam*. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica. UFPE, Recife: 2015.

SOUZA, R. C.; CERQUEIRA, T. C. S. Representações sociais do ensino e aprendizagem em Educação a Distância. *Psicologia e Saber Social*. v. 3, n. 2, 2015, p. 220-246. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/14472/10951>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Recebido em 16 de janeiro de 2023.

Aprovado em 18 de abril de 2023.





## PREVALÊNCIA DE ASFIXIA PERINATAL EM UMA UTI NEONATAL NO OESTE DO PARANÁ

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30513

Geórgia Rigo<sup>1</sup>  
Aneline Maria Ruedell<sup>2</sup>

**RESUMO:** **Objetivos:** Verificar a prevalência de casos de asfixia perinatal admitidos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) e investigar o seguimento do número de casos ao longo dos anos. **Materiais e métodos:** A população do estudo foi constituída por neonatos com asfixia perinatal internados na UTIN do HUOP de janeiro do ano de 2017 a dezembro do ano de 2021. Os dados foram coletados por meio da verificação dos livros de registros do setor e dos prontuários. A identificação de asfixia perinatal foi feita com base na pontuação do Apgar, sendo considerado asfixia ao nascimento escores  $\leq 6$  no quinto minuto de vida. **Resultados:** No período do estudo, 15,15% dos neonatos admitidos na UTIN do HUOP apresentavam índice de Apgar  $\leq 6$  no quinto minuto de vida. Um acréscimo significativo no número de casos foi observado apenas no ano de 2019 comparado aos anos anteriores. Não houve diferenças ao longo dos cinco anos no número de óbitos. **Conclusão:** A prevalência de asfixia perinatal na UTIN do HUOP foi semelhante à de outros países. O aumento de neonatos asfixiados com diagnóstico associado de aspiração de líquido meconial e malformações congênicas em 2019 é uma das hipóteses para a ascensão no número de casos nesse ano.

**Palavras-chave:** asfixia neonatal; hipóxia; recém-nascido; Unidades de Terapia Intensiva Neonatal; prevalência.

## PREVALENCE OF PERINATAL ASPHIXIA IN A NEONATAL ICU IN WEST PARANÁ

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, Brasil. E-mail: [georgiarigo@outlook.com](mailto:georgiarigo@outlook.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, Brasil. E-mail: [ruedellane@gmail.com](mailto:ruedellane@gmail.com)

**ABSTRACT: Objectives:** To verify the prevalence of perinatal asphyxia cases admitted in Neonatal Intensive Care Unit (NICU) of University Hospital of Western Paraná and to investigate follow-up of the number of cases over the years. **Methods:** The population of the study was composed by neonates with perinatal asphyxia interned in the NICU of University Hospital of Western Paraná from January 2017 to December 2021. The data was collected through the verification of the sector's record books and medical records. The identified of perinatal asphyxia was based on the Apgar score, being considered asphyxia at birth scores  $\leq 6$  in the fifth minute of life. **Results:** In the study period, 15,15% of neonates admitted in the NICU of University Hospital of Western Paraná presented Apgar score  $\leq 6$  in the fifth minute of life. A significant increase in the number of cases was observed only in 2019, compared to previous years. There were no differences over the five years in the number of deaths. **Conclusion:** The prevalence of perinatal asphyxia cases admitted in Neonatal Intensive Care Unit (NICU) of University Hospital of Western Paraná was like another countries. The increase in asphyxiated neonates with an associated diagnosis of meconium fluid aspiration and congenital malformations in 2019 is one of the hypotheses for the rise in the number of cases this year.

**Keywords:** asphyxia neonatorum; hypoxia; newborn; Neonatal Intensive Care Units; prevalence.

## INTRODUÇÃO

A mortalidade neonatal é um dos grandes desafios das Unidades de Terapia Intensiva Neonatais (UTIN). Em 2012, estimou-se que globalmente cerca de 2,9 milhões de recém-nascidos morreram a cada ano (MUKHTAR-YOLA *et al.*, 2018). As principais causas de mortes em neonatos estão associadas à prematuridade, malformações congênitas e eventos relacionados ao parto, como a asfixia perinatal (KAWAKAMI *et al.*, 2021; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019).

A asfixia perinatal é definida como a falha do recém-nascido em iniciar e manter a respiração espontânea no nascimento. Ocorre em 2 a 10 casos por 1.000 recém-nascidos (SOLAYMAN *et al.*, 2017; WOOD *et al.*, 2021), sendo uma das principais complicações obstétricas e causas de morbidade e mortalidade em neonatos (AYEBARE *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; FARFÁN *et al.*, 2020; MANANDHAR; BASNET, 2019; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019). Pode ser provocada por diversas razões relacionadas ao período pré-parto, intra-parto ou pós-parto. Esses fatores levam à interrupção do fluxo sanguíneo da placenta e consequentemente da oferta de oxigênio para os tecidos. Tal situação implica em prejuízos nas trocas gasosas, hipoxemia progressiva, hipercapnia e acidose (AYEBARE *et al.*, 2021; FARFÁN *et al.*, 2020; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020; WOOD *et al.*, 2021).

A redução do aporte de oxigênio gera déficits na produção de energia, que com a reoxigenação subsequente altera o metabolismo cerebral. Esse efeito desencadeia cascatas

de eventos que culminam em um estado de estresse oxidativo, inflamação e morte celular (FARFÁN *et al.*, 2020; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020). O cérebro neonatal, principalmente de recém-nascidos prematuros, é caracterizado por alto consumo de energia e por mecanismos de defesa antioxidantes ainda imaturos. Em razão disso, são mais vulneráveis à uma diminuição da quantidade de energia ofertada e ao estresse oxidativo e seus efeitos potencialmente lesivos. Essas cascatas afetam as áreas cerebrais conforme a demanda de energia e o estágio de desenvolvimento do cérebro no momento da asfixia (FARFÁN *et al.*, 2020).

Falhas graves em iniciar e manter a respiração induzem a um quadro de perfusão inadequada de oxigênio aos órgãos vitais com potencial de causar danos generalizados. Dentre os distúrbios resultantes encontram-se a lesão cerebral, disfunção pulmonar, cardiomiopatia, insuficiência hepática, enterocolite necrosante e insuficiência renal (AYEBARE *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019). A encefalopatia hipóxico-isquêmica é uma manifestação clínica decorrente de danos cerebrais pela falta de oxigênio. É uma das complicações mais preocupantes, visto que acarreta em sequelas a longo prazo para estas crianças. Indivíduos acometidos apresentam convulsões, déficits neuropsiquiátricos e comprometimentos no neurodesenvolvimento motor, cognitivo e de aprendizagem, incluindo paralisia cerebral, retardo mental, epilepsia, hiperatividade, autismo, déficit de atenção, esquizofrenia e demais transtornos psiquiátricos (AYEBARE *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; FARFÁN *et al.*, 2020; LOCATELLI *et al.*, 2020; MANANDHAR; BASNET, 2019; WOOD *et al.*, 2021).

As estratégias de saúde podem contribuir significativamente para a redução dos casos de asfixia perinatal e óbitos neonatais. O atendimento, monitoramento e cuidados maternos e neonatais qualificados contribuem para a prevenção de mortes evitáveis e instalação de danos maiores (AYEBARE *et al.*, 2021; KAWAKAMI *et al.*, 2021). A avaliação precoce do recém-nascido e a intervenção imediata são cruciais para prevenir a progressão da asfixia e para minimizar seus efeitos deletérios (DALILI *et al.*, 2015).

O sistema de pontuação de Apgar é a ferramenta de avaliação mais comumente usada para identificar asfixia do recém-nascido e verificar a necessidade de intervenções ainda na sala de parto (AYEBARE *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; DALILI *et al.*, 2015; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020). Esse índice é avaliado no primeiro e no quinto minutos de vida e apresenta escores que variam de zero a dez, sendo que pontuações inferiores a sete



sugerem asfixia perinatal (AYEBARE *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020).

Para que medidas de saúde pública possam ser implementadas e otimizadas, um melhor entendimento da magnitude da doença é essencial. O conhecimento da proporção de casos da asfixia perinatal em uma unidade hospitalar fornece evidências que permitem identificar padrões e tendências. Dessa forma, pode-se aprimorar as informações necessárias para o aperfeiçoamento de estratégias desenvolvidas para a promoção, prevenção e controle da doença. Visto isso, os objetivos deste estudo consistem em verificar a prevalência de casos de asfixia perinatal admitidos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2021 e investigar o seguimento do número de casos ao longo dos anos.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como descritivo do tipo observacional, transversal, retrospectivo, de abordagem quantitativa. A população do estudo é constituída por neonatos com asfixia perinatal internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), localizado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná.

Os dados foram coletados por meio da verificação dos livros de registros do setor e dos prontuários pelo Sistema Tasy® dos neonatos internados no período de janeiro do ano de 2017 a dezembro do ano de 2021. O instrumento de caracterização da amostra foi um formulário estruturado pelos autores com informações do paciente, como sexo, idade gestacional, peso ao nascer, escores do Apgar no 1º e 5º minutos de vida, óbito e principais diagnósticos associados que podem interferir no escore do Apgar (aspiração do mecônio, sífilis congênita, hidrôpsia fetal e malformação congênita cerebral, digestiva, cardíaca ou respiratória). Em relação aos dados maternos e gestacionais, foram verificadas a idade materna, via de parto realizado, apresentação fetal, gestação única ou múltipla e complicações gestacionais.

A identificação de asfixia perinatal foi feita com base na pontuação do Apgar do primeiro e quinto minutos de vida, sendo considerado como asfixia ao nascimento quando a pontuação for  $\leq 6$  no quinto minuto de vida (ADMASU *et al.*, 2022; DESALEW; SEMAHGN; TESFAYE, 2020; SUNNY *et al.*, 2021; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019). Os indivíduos cujo

escore de Apgar não constava no prontuário ou nos livros de registros do setor, bem como aqueles que nasceram de parto domiciliar ou em meios de transporte sem a presença de um profissional adequado para sua determinação, foram excluídos dos cálculos de prevalência e da caracterização.

Os dados coletados foram tabulados na ferramenta *Microsoft Office Excel 2016* e analisados por meio de estatística descritiva simples (média, desvio padrão, frequência absoluta e relativa). A análise temporal da evolução no número de casos ao longo dos anos foi feita por meio do teste Qui-Quadrado com partição, por intermédio do programa BioEstat 5.0, adotando nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da instituição de ensino, vinculada ao campo de estudo sob parecer número 4.933.998 e CAAE nº 50285021.7.0000.0107.

## RESULTADOS

De janeiro de 2017 a dezembro de 2021, foram admitidos na UTIN do HUOP 1080 neonatos, conforme o livro de registros do setor. Dos 1080 indivíduos, sete nasceram de parto domiciliar ou em meio de transporte e quatro não possuíam dados completos do Apgar no livro de registros do setor ou no prontuário. Foram incluídos 1069 prontuários para análise. Destes, 162 (15,15%) apresentavam índice de Apgar  $\leq 6$  no quinto minuto de vida, sendo identificados com asfixia perinatal. Os dados sobre as características destes recém-nascidos podem ser visualizados na Tabela 1.

**Tabela 1.** Características dos neonatos com asfixia perinatal.

|                                               | 2017<br>(23 neonatos) | 2018<br>(34 neonatos) | 2019<br>(46 neonatos) | 2020<br>(28 neonatos) | 2021<br>(31 neonatos) | Total<br>(162 neonatos) |
|-----------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Sexo                                          |                       |                       |                       |                       |                       |                         |
| Feminino                                      | 8 (34,78%)            | 13 (38,24%)           | 20 (43,48%)           | 13 (46,43%)           | 13 (41,94%)           | 67 (41,36%)             |
| Masculino                                     | 15 (65,22%)           | 21 (61,76%)           | 26 (56,52%)           | 15 (53,57%)           | 18 (58,06%)           | 95 (58,64%)             |
| Classificação conforme peso ao nascer         |                       |                       |                       |                       |                       |                         |
| Extremo baixo peso (<1000g)                   | 10 (43,48%)           | 11 (32,35%)           | 15 (32,61%)           | 8 (28,57%)            | 11 (35,48%)           | 55 (33,95%)             |
| Muito baixo peso (1000 a 1499g)               | 3 (13,04%)            | 4 (11,76%)            | 6 (13,04%)            | 5 (17,86%)            | 4 (12,90%)            | 22 (13,58%)             |
| Baixo peso (1500 a 2499g)                     | 6 (26,09%)            | 4 (11,76%)            | 9 (19,57%)            | 5 (17,86%)            | 6 (19,35%)            | 30 (18,52%)             |
| Peso adequado (2500 a 3999g)                  | 4 (17,39%)            | 15 (44,12%)           | 16 (34,78%)           | 10 (35,71%)           | 10 (32,26%)           | 55 (33,95%)             |
| Classificação conforme a idade gestacional    |                       |                       |                       |                       |                       |                         |
| Pré-termo extremo (<28 semanas)               | 8 (34,78%)            | 11 (32,35%)           | 12 (26,09%)           | 6 (21,43%)            | 10 (32,26%)           | 47 (29,01%)             |
| Pré-termo muito prematuro (28 a 31 semanas)   | 5 (21,74%)            | 2 (5,88%)             | 8 (17,39%)            | 6 (21,43%)            | 6 (19,35%)            | 27 (16,67%)             |
| Pré-termo moderado e tardio (32 a 36 semanas) | 5 (21,74%)            | 10 (29,41%)           | 9 (19,56%)            | 6 (21,43%)            | 5 (16,13%)            | 35 (21,61%)             |
| A termo (37 a 41 semanas)                     | 5 (21,74%)            | 10 (29,41%)           | 17 (36,96%)           | 10 (35,71%)           | 10 (32,26%)           | 52 (32,10%)             |
| Pós-termo ( $\geq 42$ semanas)                | 0 (0,00%)             | 1 (2,94%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 1 (0,62%)               |
| Diagnósticos associados                       |                       |                       |                       |                       |                       |                         |
| Aspiração do mecônio                          | 2 (8,70%)             | 3 (8,82%)             | 7 (15,22%)            | 2 (7,14%)             | 3 (9,68%)             | 17 (10,49%)             |
| Malformação congênita                         | 3 (13,04%)            | 3 (8,82%)             | 8 (17,39%)            | 2 (7,14%)             | 2 (6,45%)             | 18 (11,11%)             |
| Sífilis congênita                             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 2 (6,45%)             | 2 (1,23%)               |
| Hidrópsia fetal                               | 1 (4,35%)             | 1 (2,94%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 2 (1,23%)               |

A média do escore do Apgar da população de estudo foi de aproximadamente 2,06 ( $\pm 1,51$ ) no primeiro minuto e 5 ( $\pm 1,36$ ) no quinto minuto. Esses recém-nascidos permaneceram em média 21,12 ( $\pm 32,57$ ) dias internados na UTI neonatal do HUOP, sendo que 63 (38,89%) evoluíram para óbito. As características dos pacientes que evoluíram a óbitos encontram-se na Tabela 2.

**Tabela 2.** Características dos neonatos com asfixia perinatal que evoluíram a óbito.

|                                               |             |
|-----------------------------------------------|-------------|
| Classificação conforme peso ao nascer         |             |
| Extremo baixo peso (<1000g)                   | 42 (66,67%) |
| Muito baixo peso (1000 a 1499g)               | 5 (7,94%)   |
| Baixo peso (1500 a 2499g)                     | 6 (9,52%)   |
| Peso adequado (2500 a 3999g)                  | 10 (15,87%) |
| Classificação conforme a idade gestacional    |             |
| Pré-termo extremo (<28 semanas)               | 34 (53,97%) |
| Pré-termo muito prematuro (28 a 31 semanas)   | 12 (19,05%) |
| Pré-termo moderado e tardio (32 a 36 semanas) | 6 (9,52%)   |
| A termo (37 a 41 semanas)                     | 11 (17,46%) |
| Diagnósticos associados                       |             |
| Aspiração do mecônio                          | 2 (3,17%)   |
| Malformação congênita                         | 15 (23,81%) |
| Sífilis congênita                             | 1 (1,59%)   |
| Hidrópsia fetal                               | 2 (3,17%)   |

As mães desses neonatos tinham em média 26 ( $\pm 7,21$ ) anos, sendo que destas quatro (2,47%) possuíam idade inferior a 15 anos, 17 (10,49%) tinham idade superior a 35 anos e em três (1,85%) casos a idade materna não foi informada nos prontuários. Os dados da gestação e do parto podem ser visualizados na Tabela 3.

**Tabela 3.** Dados da gestação e do parto de neonatos com asfixia perinatal.

|                    | 2017<br>(23 neonatos) | 2018<br>(34 neonatos) | 2019<br>(46 neonatos) | 2020<br>(28 neonatos) | 2021<br>(31 neonatos) | Total<br>(162 neonatos) |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Sem Pré-natal      | 1 (4,35%)             | 1 (2,94%)             | 2 (4,35%)             | 1 (3,57%)             | 2 (6,45%)             | 7 (4,32%)               |
| Via de parto       |                       |                       |                       |                       |                       |                         |
| Vaginal            | 8 (34,78%)            | 19 (55,88%)           | 23 (50,00%)           | 16 (57,14%)           | 22 (70,97%)           | 88 (54,32%)             |
| Cesárea            | 15 (65,22%)           | 14 (41,18%)           | 23 (50,00%)           | 12 (42,86%)           | 9 (29,03%)            | 73 (45,06%)             |
| Não relatado       | 0 (0,00%)             | 1 (2,94%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 1 (0,62%)               |
| Gravidez gemelar   | 4 (17,39%)            | 1 (2,94%)             | 5 (10,87%)            | 3 (10,71%)            | 3 (9,68%)             | 16 (9,88%)              |
| Não informado      | 0 (0,00%)             | 1 (2,94%)             | 0 (0,00%)             | 1 (3,57%)             | 0 (0,00%)             | 2 (1,23%)               |
| Apresentação fetal |                       |                       |                       |                       |                       |                         |
| Cefálica           | 10 (43,48%)           | 19 (55,88%)           | 24 (52,17%)           | 18 (64,29%)           | 19 (61,29%)           | 90 (55,56%)             |
| Córmica            | 0 (0,00%)             | 0 (0,00%)             | 2 (4,35%)             | 1 (3,57%)             | 1 (3,23%)             | 4 (2,47%)               |
| Pélvica            | 8 (34,78%)            | 6 (17,65%)            | 6 (13,04%)            | 3 (10,71%)            | 5 (16,13%)            | 28 (17,28%)             |
| Não relatado       | 5 (21,74%)            | 9 (26,47%)            | 14 (30,46%)           | 6 (21,43%)            | 6 (19,35%)            | 40 (24,69%)             |

Acerca das principais complicações e intercorrências obstétricas que podem interferir na gestação, 44 (27,16%) gestantes tiveram rotura prematura de membranas, 37 (22,84%) trabalho de parto prematuro, 31 (19,14%) apresentaram doença hipertensiva específica da gestação (DHEG), 19 (11,73%) tiveram descolamento prematuro da placenta, 15 (9,26%) tiveram deficiência de líquido amniótico, 11 (6,79%) diabetes mellitus, 11 eram dependentes químicas (6,79%), seis (3,70%) portadoras de sífilis e uma (0,62%) do vírus da imunodeficiência humana (HIV). Além disso, sofrimento fetal esteve presente em 22 (13,58%) fetos, centralização fetal em 12 (7,41%) e 11 (6,79%) nasceram com circular de cordão umbilical. Quatro (2,47%) mães não possuíam informações nos prontuários.

No que se refere a evolução dos casos de asfixia perinatal ao longo dos anos, foi possível constatar que, quando comparados os cinco anos, não houve diferenças entre os neonatos que possuíam e não possuíam asfixia ( $p=0.0776$ ), tampouco em relação ao número de óbitos ( $p=0.9091$ ). Um acréscimo significativo no número de casos comparados àqueles que não possuíam anóxia foi observado apenas no ano de 2019 ( $p=0.0284$ ). Porém, isso não se sucedeu no percentual de óbitos nesse ano ( $p=0.5941$ ), que se manteve constante apesar da maior quantidade de bebês asfixiados. A Tabela 4 e o Quadro 1 expressam estes resultados de forma mais detalhada.

**Tabela 4.** Evolução temporal dos casos de asfixia perinatal ao longo dos anos (2017 a 2021).

| Respectivo ano de admissão | Neonatos admitidos na UTI | Neonatos com asfixia perinatal | Óbitos de neonatos com asfixia perinatal |
|----------------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------------------------------|
| 2017                       | 228                       | 23 (10,09%)                    | 11 (47,83%)                              |
| 2018                       | 202                       | 34 (16,83%)                    | 13 (38,24%)                              |
| 2019                       | 219                       | 46 (21,00%)                    | 17 (36,96%)                              |
| 2020                       | 186                       | 28 (15,05%)                    | 11 (39,29%)                              |
| 2021                       | 234                       | 31 (13,25%)                    | 11 (35,48%)                              |
| Total                      | 1069                      | 162 (15,15%)                   | 63 (38,89%)                              |

**Quadro 1.** Análise estatística da evolução temporal do número de casos de asfixia perinatal e óbitos entre os anos (2017 a 2021).

| Evolução temporal                          | (p) do nº de casos | (p) do nº de óbitos |
|--------------------------------------------|--------------------|---------------------|
| Partição 1 (2017 - 2018)                   | 0.0871             | 0.4662              |
| Partição 2 (2017, 2018 – 2019)             | 0.0284*            | 0.5941              |
| Partição 3 (2017, 2018, 2019 – 2020)       | 0.8150             | 0.9601              |
| Partição 4 (2017, 2018, 2019, 2020 – 2021) | 0.4268             | 0.6654              |
| Geral                                      | 0.0776             | 0.9091              |

\* Efeito estatístico significativo ( $p<0,05$ ).

A prevalência de asfixia perinatal no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2021 na UTI neonatal do HUOP foi de 15,15%. Na literatura, a prevalência de asfixia ao nascimento é bastante diversa, variando de 2% a 56,9% de casos (ADMASU *et al.*, 2022; AHMED *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; CAVALLIN *et al.*, 2022; DESALEW; SEMAHGN; TESFAYE, 2020; FERNANDES *et al.*, 2020; MAMO *et al.*, 2022; MANANDHAR; BASNET, 2019; SOLAYMAN *et al.*, 2017; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019; WOOD *et al.*, 2021). Esse fato pode ser explicado pelos critérios de diagnóstico de asfixia utilizados, que muitas vezes levam em conta outros aspectos além dos escores do Apgar.

Em um estudo realizado em hospitais na Etiópia com os mesmos critérios de diagnóstico para asfixia neonatal, a prevalência foi de 14,8% dos recém-nascidos (WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019). Esses dados são semelhantes aos obtidos em nossa pesquisa, porém foram extraídos do total de nascimentos ocorridos nos hospitais e não apenas daqueles admitidos em UTIs. Manandhar e Basnet (MANANDHAR; BASNET, 2019) verificaram 3,66% de casos de anóxia em uma UTIN no Nepal. Eles utilizaram como critérios de diagnóstico o escore do Apgar, pH do cordão umbilical, uso de ventilação com pressão positiva e sinais de sofrimento fetal. Wood e colaboradores (WOOD *et al.*, 2021) também observaram um menor número de casos de asfixia em hospitais do Canadá. Nesse estudo foram utilizados critérios de diagnósticos mais minuciosos, corroborando ao fato de que a diferença na definição de asfixia pode ter contribuído para a variação dos índices na literatura.

O Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas e a Academia Americana de Pediatria, em parecer elaborado no ano de 2015, afirmaram que escore de Apgar inferior a sete, além de cinco minutos, é um critério sugestivo de asfixia. Contudo, o uso do índice de Apgar sozinho não pode ser considerado para estabelecer o diagnóstico de asfixia. Isso porque a asfixia remete ao comprometimento das trocas gasosas que levam a um estado de hipoxemia progressiva, hipercapnia e acidose metabólica. Devido a isso, são necessárias evidências específicas da troca gasosa intraparto ou pós-natal imediata, como por exemplo aquelas obtidas por meio de testes laboratoriais ("The Apgar score. Committee Opinion No. 644. American College of Obstetricians and Gynecologists.", 2015).

Conjuntamente, em nosso estudo, a prevalência foi calculada com base no número de crianças que foram internadas apenas na UTI. Como esse setor é destinado aos cuidados de

pacientes em estado mais grave, isso também pode ter contribuído para a discrepância nos valores. Estudos que também verificaram a prevalência de bebês asfixiados e obtiveram dados apenas daqueles internados em UTIN, em hospitais na Tanzânia e no Nepal, apresentaram prevalências de 17,5% e 30,77%, respectivamente (CAVALLIN *et al.*, 2022; SUNNY *et al.*, 2021).

As diferenças encontradas também podem ser explicadas devido a um suporte de equipamentos e ferramentas de monitoramento fetal mais especializados, profissionais mais qualificados e qualidade da assistência prestada. Comumente, o número de casos de asfixia ao nascimento tem uma proporção maior em países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos, devido à disponibilidade reduzida de cuidados especializados (AHMED *et al.*, 2021; HILL; REED; BROWN, 2021). Ao passo que nos países desenvolvidos a incidência de asfixia é de 1 a 6 casos por 1.000 nascimentos, nos em países em desenvolvimento é de 5 a 10 casos por 1.000 nascimentos (BOSKABADI *et al.*, 2015).

De acordo com estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), nos países em desenvolvimento 3% das crianças (3,6 milhões) sofrem de asfixia, das quais 23% (840.000) morrem (BOSKABADI *et al.*, 2015; SOLAYMAN *et al.*, 2017). Nossa pesquisa apresentou uma taxa de 38,89% de mortes. No entanto, casos de recém-nascidos com malformações congênitas graves e hidrôpsia fetal foram registrados em nossos cálculos. A presença de tais anomalias predispõe ao desenvolvimento de asfixia ao nascimento, sendo consideradas na grande maioria dos estudos como critério de exclusão (ADMASU *et al.*, 2022; AN *et al.*, 2015; BAYIH *et al.*, 2020; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020). Logo, o fato de contabilizar esses recém-nascidos em nosso estudo pode ter contribuído para o total de casos de asfixia perinatal e óbitos encontrados.

Em um estudo realizado por Almeida e colaboradores (ALMEIDA *et al.*, 2017) no Brasil entre 2005 e 2010, constatou-se que os óbitos neonatais precoces associados a asfixia perinatal representam 40% de todos os óbitos em neonatos com mais de 2.500 gramas e sem malformações. O mesmo estudo mostra que as taxas de óbitos foram duas vezes maiores nas regiões Norte e Nordeste em comparação com as regiões Sul e Sudeste do Brasil. No Estado de São Paulo, 11,8% dos óbitos infantis de 0 a 27 dias entre os anos de 2004 a 2013 foram por asfixia neonatal (KAWAKAMI *et al.*, 2021). O Brasil, em particular, apresenta amplas diferenças regionais em relação aos indicadores de saúde e mortalidade infantil: regiões mais ricas, como Sul e Sudeste, têm indicadores melhores do que as regiões Norte e Nordeste (ALMEIDA *et al.*, 2017).

Quanto às características dos neonatos, a grande maioria eram prematuros (67,28%) e com peso abaixo de 2500 gramas (66,05%), semelhante ao estudo de Fernandes e colaboradores (FERNANDES *et al.*, 2020), que correlacionaram a prematuridade e o baixo peso ao nascer com a asfixia perinatal. A literatura descreve a relação desses dois fatores com maiores prevalências de asfixia. Isso pode ser explicado pela imaturidade do sistema respiratório da criança, em que as quantidades de surfactante podem ser insuficientes, gerando dificuldade na transição cardiopulmonar para a vida extrauterina, com subsequente asfixia ao nascimento (AHMED *et al.*, 2021; DESALEW; SEMAHGN; TESFAYE, 2020; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020; SUNNY *et al.*, 2021).

Outro fator importante a ser considerado é a associação da anóxia neonatal com a aspiração de líquido amniótico. Dezesete recém-nascidos com Apgar abaixo de sete sofreram aspiração do mecônio. A probabilidade de desenvolver asfixia ao nascimento entre neonatos cujo parto apresentou líquido amniótico meconial é de 5 a 7 vezes maior do que aqueles nascidos com líquido amniótico claro. A aspiração intraparto de mecônio pode resultar em pneumonite química com inflamação dos tecidos pulmonares e obstrução mecânica das vias aéreas (AHMED *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; MAMO *et al.*, 2022; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020; SUNNY *et al.*, 2021; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019).

Ademais, é válido ressaltar que idade materna de risco (>35 ou <15 anos), gestação sem pré-natal, gravidez gemelar, má apresentação fetal, complicações como a rotura prematura de membranas, trabalho de parto prematuro, entre outras, são fatores que podem aumentar a vulnerabilidade do recém-nascido, tornando-o mais propenso ao desenvolvimento de asfixia (AHMED *et al.*, 2021; AYEBARE *et al.*, 2021; BAYIH *et al.*, 2020; HILL; REED; BROWN, 2021; KAWAKAMI *et al.*, 2021; LOCATELLI *et al.*, 2020; MAMO *et al.*, 2022; SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019).

No que tange ao seguimento do número de casos e óbitos ao longo dos anos, o estudo não apresentou variância estatística. Isso mostra um padrão uniforme no atendimento à essa população durante esse período na instituição pesquisada. Em outros estudos foi possível identificar discrepâncias com o passar do tempo, como fizeram Wood e colaboradores (WOOD *et al.*, 2021) ao observar que a taxa de asfixia neonatal, entre 2002 e 2016, variou de 1,62 casos por 1000 nascimentos em 2002 a 2,88 casos por 1000 nascimentos em 2013. Por outro lado, Roba e Diro (ROBA; DIRO, 2017) verificaram uma redução expressiva de 2013 a 2017, com atenuação da prevalência de 16,75% para 8,44%. O índice de óbitos neonatais associados à asfixia perinatal em neonatos com peso superior a

2.500 gramas e sem malformações congênitas também reduziu de 0,81 por 1000 nascidos vivos em 2005 para 0,65 para cada 1000 nascidos em 2010 no Brasil (ALMEIDA *et al.*, 2017).

Quando analisada a partição dos casos ao longo dos anos, em 2019 houve uma ascensão estatística de neonatos com asfixia perinatal. Esse ano, em particular, foi acompanhado de números maiores de bebês asfixiados com aspiração do mecônio (15,22%) e malformações congênitas (17,39%) comparado aos anos anteriores e posteriores. Apesar do aumento significativo no número de casos em 2019, a porcentagem de óbitos nesse ano se manteve constante, evidenciando a qualidade do atendimento prestado a esta população. A gravidade dos casos de asfixia perinatal e óbitos pode ser associada às melhorias em infraestrutura, recursos e equipamentos terapêuticos, profissionais mais qualificados e a mudanças socioeconômicas e demográficas, como redução nas disparidades de renda e redução nas taxas de fertilidade (ALMEIDA *et al.*, 2017; KAWAKAMI *et al.*, 2021; ROBA; DIRO, 2017).

A principal limitação do presente estudo foi que, para o diagnóstico de asfixia perinatal, foi necessário usar um critério mais simples, visto a indisponibilidade de informações no sistema de armazenamento de dados do cenário de estudo. De acordo com literatura pesquisada, não há critérios universalmente aceitos para o diagnóstico de asfixia. Porém, a definição mais amplamente utilizada requer diferentes achados para além do escore do Apgar no quinto minuto de vida, como a presença de encefalopatia moderada a grave, evidências de disfunção sistêmica, alteração do pH e dos gases sanguíneos do cordão umbilical, ou ainda alterações da frequência cardíaca fetal (SENDEKU; AZEZE; FENTA, 2020; WODAY; MULUNEH; DENIS, 2019; WOOD *et al.*, 2021). Embora o Apgar isoladamente seja limitado para definir asfixia, ele é de fácil aplicabilidade pelos profissionais e seus escores demonstram a necessidade de atenção especial ao recém-nascido, estando associados com taxas de morbidade e mortalidade. Tais considerações fundamentam a sua utilização neste estudo, visto que permitem a identificação de recém-nascidos mais graves, que não evoluíram satisfatoriamente até o quinto minuto de vida apesar da reanimação neonatal.

O estudo também compartilha as desvantagens de analisar apenas a prevalência de casos na UTIN, na qual são internados apenas os quadros de maior complexidade, e caracterizar apenas aqueles com asfixia. Com isso, não é possível estabelecer uma associação causal entre os fatores de risco considerados e a ocorrência de asfixia ao nascimento. Uma sugestão é que futuras investigações considerem a coleta de dados de todos os neonatos



nascidos no hospital, com e sem asfixia perinatal, para estimar a prevalência dos casos de asfixia perinatal na instituição e os fatores de risco envolvidos.

## CONCLUSÃO

A prevalência de asfixia perinatal na UTIN do HUOP foi de 15,15%, sendo semelhante à de outros países. Não foram observadas oscilações significativas no número de óbitos ao longo dos 5 anos, indicando uma uniformidade na qualidade do atendimento prestado. O ano de 2019, em especial, obteve um acréscimo no percentual de casos. Contudo, essa ascensão não esteve presente na apuração dos óbitos. O aumento de neonatos com asfixia perinatal nesse ano pode estar associado ao diagnóstico de aspiração de líquido meconial e de malformações congênitas. É necessário que estudos futuros abranjam investigações que justifiquem os resultados obtidos na evolução temporal do número de casos de asfixia perinatal.

## REFERÊNCIAS

- ADMASU, F. T. *et al.* The magnitude of neonatal asphyxia and its associated factors among newborns in public hospitals of North Gondar Zone, Northwest Ethiopia: A cross-sectional study. *PLoS ONE*. v. 17, n. 3, 2022. p. 1–10.
- AHMED, R. *et al.* Prevalence and risk factors associated with birth asphyxia among neonates delivered in Ethiopia: A systematic review and metaanalysis. *PLoS ONE*. v. 16, n. 8, August, 2021. p. 1–21.
- ALMEIDA, M. F. B. DE *et al.* Early neonatal deaths associated with perinatal asphyxia in infants  $\geq 2500$  g in Brazil. *Jornal de Pediatria*. v. 93, n. 6, 2017. p. 576–584.
- AN, X. *et al.* Clinical Features of Neonates with Hydrops Fetalis. *American Journal of Perinatology*. v. 32, n. 13, 2015. p. 1231–1239.
- AYEBARE, E. *et al.* Health care workers' experiences of managing foetal distress and birth asphyxia at health facilities in Northern Uganda. *Reproductive Health*. v. 18, n. 29, 2021. p. 1–11.
- BAYIH, W. A. *et al.* Prevalence and associated factors of birth asphyxia among live births at Debre Tabor General Hospital, North Central Ethiopia. *BMC Pregnancy and Childbirth*. v. 20, n. 653, 2020. p. 1–12.
- BOSKABADI, H. *et al.* Assessment of risk factors and prognosis in asphyxiated infants. *Iranian Journal of Pediatrics*. v. 25, n. 4, 2015. p. 1–6.

CAVALLIN, F. *et al.* Factors associated with mortality among asphyxiated newborns in a low-resource setting. *The Journal of Maternal-Fetal and Neonatal Medicine*. v. 35, n. 6, 2022. p. 1178–1183.

DALILI, H. *et al.* Comparison of the four proposed Apgar scoring systems in the assessment of birth asphyxia and adverse early neurologic outcomes. *PLoS ONE*. v. 10, n. 3, 2015. p. 1–9.

DESALEW, A.; SEMAHGN, A.; TESFAYE, G. Determinants of birth asphyxia among newborns in Ethiopia: A systematic review and meta-analysis. *International Journal of Health Sciences*, v. 14, n. 1, 2020. p. 35–47.

FARFÁN, N. *et al.* Intranasal administration of mesenchymal stem cell secretome reduces hippocampal oxidative stress, neuroinflammation and cell death, improving the behavioral outcome following perinatal asphyxia. *International Journal of Molecular Sciences*. v. 21, n. 7800, 2020. p. 1–27.

FERNANDES, V. DE L. *et al.* Fatores de risco para asfixia perinatal em recém-nascidos atendidos em uma maternidade pública terciária. *Residência Pediátrica*. v. 10, n. 2, 2020. p. 125–130.

HILL, M. G.; REED, K. L.; BROWN, R. N. Perinatal asphyxia from the obstetric standpoint. *Seminars in Fetal and Neonatal Medicine*. v. 26, n. 4, 2021. p. 1–9.

KAWAKAMI, M. D. *et al.* Neonatal mortality associated with perinatal asphyxia: a population-based study in a middle-income country. *BMC Pregnancy and Childbirth*. v. 21, n. 169, 2021. p. 1–10.

LOCATELLI, A. *et al.* Is perinatal asphyxia predictable? *BMC Pregnancy and Childbirth*. v. 20, n. 186, 2020. p. 1–8.

MAMO, S. A. *et al.* Perinatal asphyxia and associated factors among neonates admitted to a specialized public hospital in South Central Ethiopia: A retrospective cross-sectional study. *PLoS ONE*. v. 17, n. 1, 2022. p. 1–14.

MANANDHAR, S. R.; BASNET, R. Prevalence of Perinatal Asphyxia in Neonates at a Tertiary Care Hospital: A Descriptive Cross-sectional Study. *Journal of the Nepal Medical Association*. v. 57, n. 219, 2019. p. 287–292.

MUKHTAR-YOLA, M. *et al.* Decreasing birth asphyxia: Utility of statistical process control in a low-resource setting. *BMJ Open Quality*. v. 7, n. 3, 2018. p. 1–7.

ROBA, A. A.; DIRO, D. H. Morbidities , Rate and Time Trends of Neonatal Mortality in Dilchora Referral Hospital , Dire Dawa, Ethiopia, 2012-2017. *Austin Medical Sciences*. v. 2, n. 1, 2017.

SENDEKU, F. W.; AZEZE, G. G.; FENTA, S. L. Perinatal asphyxia and its associated factors in Ethiopia: A systematic review and meta-analysis. *BMC Pediatrics*. v. 20, n. 135, 2020. p. 1–11.

SOLAYMAN, M. *et al.* Prevalence of Perinatal Asphyxia with Evaluation of Associated Risk Factors in a Rural Tertiary Level Hospital. *KYAMC Journal*. v. 8, n. 1, 2017. p. 43–48.

SUNNY, A. K. *et al.* A multicenter study of incidence, risk factors and outcomes of babies with birth asphyxia in Nepal. *BMC Pediatrics*. v. 21, n. 1, 2021. p. 1–8.

The Apgar score. Committee Opinion No. 644. American College of Obstetricians and Gynecologists. *Obstet Gynecol*. v. 126, 2015. p. 52–55.

WODAY, A.; MULUNEH, A.; DENIS, C. S. Birth asphyxia and its associated factors among newborns in public hospital, northeast Amhara, Ethiopia. *PLoS ONE*. v. 14, n. 12, 2019. p. 1–13.

WOOD, S. *et al.* Hospital-related, maternal, and fetal risk factors for neonatal asphyxia and moderate or severe hypoxic-ischemic encephalopathy: a retrospective cohort study. *Journal of Maternal-Fetal and Neonatal Medicine*. v. 34, n. 9, 2021. p. 1448–1453.

Recebido em 24 de janeiro de 2023.

Aprovado em 18 de abril de 2023.





## TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL (TAN): COMPREENSÃO DA MÃE COM BASE NO RECURSO FOTOGRÁFICO

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30504

Ingrid Évellin Boava<sup>1</sup>  
Cristina Ide Fujinaga<sup>2</sup>  
Juliana De Conto<sup>3</sup>  
Jaqueline Portella Buaski<sup>4</sup>

**RESUMO:** O estudo buscou compreender o momento da Triagem Auditiva Neonatal (TAN) para mães atendidas em uma clínica-escola de fonoaudiologia de Irati-PR. De cunho descritivo, qualitativo, a pesquisa ocorreu em três momentos na TAN. No primeiro efetuou-se a caracterização das mães e seus bebês por meio de questionário. No segundo momento, durante a captação das emissões otoacústicas, foi realizado o registro de uma fotografia, que foi disparadora de uma entrevista, no terceiro momento. Participaram cinco mães, houve a predominância da escolaridade ensino médio completo e a atividade laboral no setor de comércio. Todos os bebês foram a termo, com idade atual em torno de 30 dias. Não houve presença de Indicadores de Risco para a Deficiência Auditiva (IRDA) e nenhum bebê “Falhou” no teste. A compreensão das mães sobre o momento da TAN evidenciou ambivalência de sentimentos, como o cuidado, afetividade, satisfação pela realização do teste, conhecimento sobre a audição do bebê, tal como insegurança pelo procedimento e possíveis resultados. O momento do teste constitui-se da vivência de expectativas singulares, e as experiências anteriores com intervenções provocaram impactos sobre este momento, assim como a redução do

<sup>1</sup> Fonoaudióloga, graduada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: ingridypaczyky@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Associada C do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: cifujinaga@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Associada C do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: jdconto@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professora Colaboradora do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: jpbuaski@unicentro.br

sofrimento pelo já conhecimento existente. As mães relataram que a fotografia foi um importante registro do cuidado auditivo de seus filhos. Conclui-se que a intervenção realizada no momento da TAN promoveu uma pluralidade de sentimentos, que demandam a necessidade de se promover ações voltadas para a humanização dos cuidados em saúde auditiva.

**Palavras-chave:** Saúde Pública; Triagem Auditiva Neonatal; Humanização; Fonoaudiologia; Fotografia.

## NEONATAL HEARING SCREENING (NHS): MOTHER'S UNDERSTANDING BASED ON PHOTOGRAPHIC RESOURCE

**ABSTRACT:** This study sought to understand the moment of Neonatal Hearing Screening (NHS) for mothers assisted at a speech therapy school clinic in the city of Irati-PR. Of a descriptive-qualitative nature, the research occurred in three moments of the NHS. In the first one of them, the characterization of the mothers and their babies was realized through a questionnaire. In the second moment, during the capture of otoacoustic emissions, a photograph was taken, which was the hook for an interview in the third moment. Five mothers participated. There was a predominance of high school education and working life in the commercial sector. All the babies were full-terms, there was no presence of Risk Factors for Hearing Impairment (RFHI) and no baby has had "failed" the test. The understanding of the mothers about the moment of the NHS emphasized ambivalence of feelings, such as care, affection, satisfaction with the test, knowledge about the baby's hearing, referring to insecurity about the procedure and possible results. The moment of the test consisted of the experience of singular expectations, and previous experiences with interventions caused impacts on this moment, as well as the reduction of suffering due to the already existing knowledge. Mothers reported that the photograph was an important register of their children's hearing care. It is concluded that an intervention carried out in the moment of the NHS promoted a plurality of feelings, which demand the need to promote actions aimed to the humanization of hearing health care..

**Keywords:** Public Health; Neonatal Hearing Screening; Humanization; Speech Language Pathology; Photography.

## INTRODUÇÃO

A triagem auditiva por Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE) é indicada para todos os recém-nascidos e por se tratar de um método eficaz, objetivo, não-invasivo e de baixo custo viabiliza a avaliação de um elevado número de crianças (NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH, 1993). No Brasil, em 2010 o Comitê Multiprofissional em Saúde Auditiva (COMUSA), após análise da literatura no que se refere à identificação, diagnóstico e à intervenção precoce em neonatos e lactentes com deficiência auditiva, também recomendou ações para a saúde auditiva neonatal. Para a identificação de perdas auditivas por meio de triagem auditiva sugeriu métodos sensíveis e específicos, com utilização de medidas eletrofisiológicas

(Potenciais Evocados Auditivos de Tronco Encefálico - PEATE) e/ou eletroacústicas – o registro das EOAE (LEWIS et al., 2010).

Ainda em 2010, a Lei Federal Nº 12.303 tornou obrigatória e gratuita a realização do exame EOAE na Triagem Auditiva Neonatal (TAN) em todos os bebês nascidos em hospitais e maternidades públicas. A Lei foi um marco histórico de contribuição e avanço para o cuidado da saúde auditiva infantil. O exame EOAE ficou conhecido também como “teste da orelhinha”, permitiu direcionar a criança para uma linha de cuidados auditivos e qualidade de vida (ROGÉRIO et al., 2014).

O exame de EOAE é uma tecnologia que permite registrar a atividade mecânica das células ciliadas externas (CCE), que são innervadas por fibras eferentes, inflexíveis em sua estrutura, e ainda, flexíveis para movimentar-se, o que permitem uma contração rápida. Esta contração desencadeia uma amplificação da onda e uma força mecânica no sentido do conduto auditivo externo, que podem ser captadas de modo espontâneo ou evocado. Esta tecnologia, entre outras que foram desenvolvidas, tornaram possível a investigação audiológica em recém-nascidos, por meio de procedimentos clínicos objetivos, que permitem diagnosticar, nos primeiros dias de vida, as alterações auditivas (SIANO, FROTA; 2014).

A expressão “tecnologias” vem sendo utilizada no campo da saúde para designar a sistematização dos diversos modos de produzir saúde:

[...] a tecnologia deve ser compreendida como conjunto de ferramentas, entre elas as ações de trabalho, que põem em movimento uma ação transformadora da natureza. Sendo assim, além dos equipamentos, devem ser incluídos os conhecimentos e ações necessárias para operá-los: o saber e seus procedimentos. O sentido contemporâneo de tecnologia, portanto, diz respeito aos recursos materiais e imateriais dos atos técnicos e dos processos de trabalho, sem, contudo, fundir essas duas dimensões. (SCHRAIBER; MOTA; NOVAES, 2008, p.382).

As tecnologias em saúde expressam suas diferentes formas de produção, baseadas em conhecimento científico e na criatividade de diferentes áreas e atores envolvidos, a partir de demandas da realidade deste campo. Para Merhy (2005), as tecnologias presentes no trabalho em saúde podem ser classificadas como leves, que compreendem as relações que podem ser geradoras de acolhimento e vínculo; as leveduras como no caso dos saberes estruturados, que operam no processo de trabalho em saúde, por exemplo; e as duras, que são máquinas equipamento tecnológicos.

Para o profissional de saúde, a atuação diante de todos os recursos tecnológicos e de mercado se torna um desafio. Existem diversas ferramentas que podem auxiliar no processo de trabalho, porém, para a sua utilização e manipulação exige-se do profissional habilidade e

criatividade. Pois o conhecimento puramente científico pode provocar interferências no uso prático dos recursos, como por exemplo, a realização de exames com equipamentos de imagem, que auxiliam em diagnósticos de doenças. É neste contexto prático que acontecem as relações interpessoais. E por conta disso, quando há falta de formação e preparo de profissionais nestas relações, a realização de um exame pode se tornar um momento de extremo sofrimento para o paciente (MENEZES; PRIEL; PEREIRA, 2011).

Diante disto, cabe ao profissional fonoaudiólogo que na sua atuação faz o uso de tecnologias duras, atentar-se à sua utilização e identificar lacunas, como é o caso da EOAE, para que o momento da TAN não se torne um processo de sofrimento. Esta atenção deve ser desenvolvida na busca do atendimento humanizado em saúde, como preconizada pela Política Nacional de Humanização (PNH), criada em 2003 pelo Ministério da Saúde e pactuada na Comissão Intergestores Tripartite e Conselho Nacional de Saúde.

A PNH é, portanto, uma política do Sistema Único de Saúde (SUS), a qual destaca que humanizar é ofertar um atendimento de qualidade, articulando os avanços tecnológicos, com acolhimento, com melhoria dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos profissionais, sendo uma política que opera transversalmente em toda a rede SUS (BRASIL, 2004). É organizada com princípios, métodos, diretrizes e dispositivos transversais capazes de envolver as atividades institucionais, usuários, profissionais e gestores em uma construção coletiva (RIOS, 2009). Para isto, os profissionais de saúde, nesse contexto o fonoaudiólogo deve buscar conhecer/identificar o que sua prática no momento/processo da TAN pode gerar nas mães. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo compreender o momento da TAN para as mães atendidas em uma clínica-escola de fonoaudiologia.

## PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo dispõe de um delineamento descritivo e de cunho qualitativo. De acordo com Minayo (2004), pesquisas qualitativas são aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas. A pesquisa foi realizada na clínica-escola de Fonoaudiologia de Irati-PR. Os participantes foram constituídos pelas mães dos bebês atendidos na clínica-escola para realização da TAN de modelo universal e externo ao contexto hospitalar (realizado após a alta hospitalar). A TAN faz parte de um Projeto de

Extensão, implantado no ano de 2007 e atende bebês nascidos em dez municípios do Paraná.

O presente estudo foi iniciado após a aprovação do Comitê de Ética nº 5.240 496 em 13/02/2022, conforme a Resolução 466/12. As mães durante o momento em que aguardavam o atendimento, foram informadas e convidadas a participar da pesquisa, bem como na sequência solicitado a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando com os termos da investigação, que incluía a autorização de cada uma das participantes para publicação da foto ao realizar a TAN. A amostra definiu-se pela conveniência. Foram considerados critérios de inclusão: as mães que estavam realizando pela primeira vez a TAN em seu bebê. Como critérios de exclusão: mães ou responsáveis com idade inferior a dezoito anos e aqueles cujo o bebê estavam na etapa de reteste. A pesquisa ocorreu em três momentos: antes, durante e após a captação das emissões otoacústicas.

Antes da captação das emissões otoacústicas: No momento em que as mães aguardavam com os bebês na sala de espera para que fossem chamados para a triagem, a pesquisadora aproximou-se, fez uma breve apresentação de si e da pesquisa. Sequencialmente ao aceitarem o convite para o estudo, a pesquisadora realizou a condução das participantes para que a acompanhassem até uma sala reservada, onde coletou a assinatura no TCLE após explicar todas as etapas da pesquisa.

Na sequência realizou a investigação de caracterização das mães e do bebê, como: nome da mãe, sexo, data de nascimento, idade do responsável, nível de escolaridade, atividade laboral, endereço, nome do neonato, idade gestacional, idade atual do neonato, resultado da TAN e Indicadores de Risco para Deficiência Auditiva (IRDA), que são: História familiar de surdez permanente na infância; permanência em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI) e/ou uso de aminoglicosídeos por mais de 5 dias; hiperbilirrubinemia com exsanguinotransfusão; asfixia ou encefalopatia hipóxico-isquêmica; uso de oxigenação extracorpórea; infecções intraútero por toxoplasmose, sífilis, rubéola, citomegalovírus, herpes ou Zika; malformações craniofaciais; microcefalia congênita; hidrocefalia congênita ou adquirida; anormalidades do osso temporal; síndromes que cursam com surdez; infecções que cursam com surdez como meningites e encefalites bacterianas ou virais; trauma craniano; quimioterapia; suspeita familiar de surdez, alteração de fala ou linguagem e atraso ou regressão do desenvolvimento.

Ainda neste momento, foi explicado as participantes da pesquisa, que de acordo com as normas de biossegurança, devido à pandemia de Covid-19, no momento da triagem,



somente um responsável poderia acompanhar o bebê até a sala de atendimento. Por conseguinte, a mãe foi direcionada com o bebê para uma nova sala, para o atendimento de triagem realizado por acadêmicos/estagiários do curso de Fonoaudiologia.

Durante a captação das emissões otoacústicas: A pesquisadora adentrou à sala de atendimento no momento de captação das emissões otoacústicas e efetuou o registro de uma fotografia com seu dispositivo de celular, modelo Samsung J4 Plus. De acordo com Milton Guran, a fotografia “[...] quando é produzida pelo pesquisador com a função específica de atestar conclusões, por sua vez, a fotografia se apresenta como resultado de uma reflexão” (GURAN, 2011, p. 81). Como sugerido por Creswell (2014), o uso das fotografias é uma importante fonte que auxilia na coleta de dados, desta forma, a fotografia foi utilizada como disparadora de uma entrevista.

Após a captação das emissões otoacústicas: após a realização da triagem e registro da fotografia, a mãe com o bebê retornou para a sala reservada. Neste momento a fotografia foi projetada para visualização, utilizando-se um notebook Acer® e na sequência foram disparadas as seguintes questões às mães: Questão 1: Olhando esta fotografia, o que você sente? Questão 2: Olhando para esta fotografia, fale como foi para você este momento? Questão 3: Qual título/nome você colocaria nesta fotografia?

Figura 1. Fluxograma de momentos da pesquisa



Fonte: A autora, 2022.

Os dados coletados na entrevista foram transcritos e, juntamente com os demais dados foram organizados e analisados, de acordo com a análise de conteúdo na modalidade temática proposta por Minayo (2004).

## RESULTADOS

As mães foram nomeadas a partir do nome de constelações estelares, pois desde os tempos mais remotos, estrelas se constituíram como referência para os seres humanos (STASINSKA, 2010). Assim consideramos a preciosidade destas mães, como pontos de referências para seus filhos neste momento de intervenção em saúde.

Os bebês - filhos das Constelações Estelares foram nomeados a partir de cores, as quais referem-se à coloração das vestimentas e/ou detalhes do que estavam usando no momento da pesquisa. As entrevistas realizadas com as mães serão apresentadas em forma narrativa, juntamente com as fotografias.

#### Constelação de Phoenix

Phoenix é professora, tinha 38 anos, cursou o ensino superior completo e pós-graduação. Esta Constelação é mãe do pontinho Brilhante Rosa de 21 dias, que não apresentou nenhum IRDA e passou na triagem realizada.

Fotografia 1. “Um momento de cuidado” – intitulado por Phoenix



Fonte: A autora, 2022

Logo quando a fotografia foi visualizada, ela diz: “Nossa você já tirou” (Constelação de Phoenix), dando a entender que o atendimento estava acontecendo de forma tão leve e natural que nem havia percebido que o registro já havia sido realizado. Ficou sorridente visualizando a fotografia da Pontinho Brilhante Rosa. Na sequência, ocorreu apresentação das questões disparadoras.

Ao ser indagada sobre o que sente quando olha para a fotografia (questão 1), a mãe ficou sem palavras, não sabia como descrever o que havia sentido naquele momento, ficou procurando, talvez, explicar aquele sentimento que havia presenciado e sentido instantes antes de estar novamente com a pesquisadora. Quando começou a pensar e pensar, muitas vezes olhando sua filha no bebê conforto, a Pontinho Brilhante Rosa começou a chorar, fazendo Phoenix confortá-la em um leve balanço, ainda sem retirá-la de lá. Quando retornou a direcionar o olhar para a pesquisadora ela, disse:

Phoenix: Ah sei lá... um amor, um carinho... Uma emoção, assim quando você vê né. A gente fica olhando e as vezes é difícil acreditar que é da gente, será que é meu? ... Né meu amor?

Esta resposta deu-se inicialmente com Phoenix olhando para a pesquisadora, logo em seguida a mesma continuou a responder, porém com o olhar direcionado ao bebê conforto onde estava Pontinho Brilhante Rosa, e quando ao final da resposta, retornou o foco para a fotografia e a pesquisadora em sua frente, ainda que, intercalando olhares para monitorar e

cuidar de sua filha que dormia a seu lado. Ainda diante da fotografia, na sequência, foi solicitado à Phoenix para falar como foi para ela aquele momento (questão 2), Phoenix ligeiramente responde:

Phoenix: Foi bem tranquilo, assim... eu agora tenho mais controle emocional, porque quando foi meu filho eu sentia dó sabe, eu tinha... agora não sabe, eu sei que bem tranquilo assim... A gente acostuma né”.

É perceptível a sua preocupação com a recém-nascida e, ao mesmo tempo, é nítido a segurança adquirida ao longo de suas experiências, trazendo mais tranquilidade e naturalidade a esses procedimentos, preocupando-se em fazer sempre o melhor para a Pontinho Brilhante Rosa. Por fim, a pesquisadora perguntou à Phoenix, qual título/nome ela colocaria naquela fotografia (questão 3); a partir disso Phoenix voltou a procurar as palavras, em silêncio, novamente e juntamente com olhares para a Pontinho Brilhante Rosa que ainda dormia no bebê conforto; dando alguns sorrisos discretos, responde:

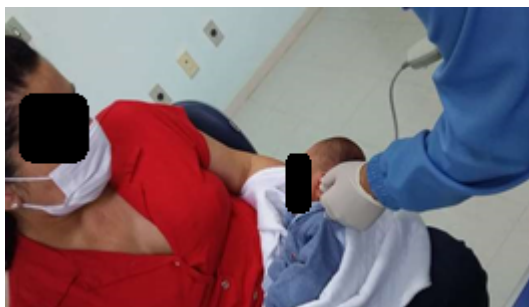
Phoenix: “Será que eu vou conseguir te responder?... (risos com um breve silêncio) ... me ajude... (risos). É difícil dar um título para uma foto assim... Huummm... Poxa vida, me fugiu... Uh, uh,Uh (cantarolando), sabe que eu não sei (risos), não consigo...Um momento de cuidado? Não sei se eu respondi o que você precisava (risos).

Aparentemente Phoenix parecia deslumbrada com a fotografia, além de estar também preocupada em silêncio, com a resposta, tentando achar a melhor forma de entregar o que lhe havia sido solicitado, preocupando-se com uma forma quase que perfeita de transparecer aquela denominação.

#### Constelação de Lyra

Lyra é vendedora, possui 48 anos, sua escolaridade compreende o ensino médio completo. Lyra é mãe do pontinho Brilhante azul de 21 dias, que também não apresentou nenhum IRDA e passou na triagem realizada.

Fotografia 2. “Um amor incondicional” – intitulado por Lyra.



Fonte: A autora, 2022

Diante da fotografia, quando perguntado à Lyra o que sentia (questão 1), ligeiramente começou a responder, com naturalidade, sentindo-se confortável e acolhida para até mesmo

compartilhar um momento anterior que havia passado em relação a um exame com seu Pontinho Brilhante Azul.

Lyra: O que eu sinto? Ah eu me sinto realizada por ele estar fazendo o teste né, e com o resultado também né, que deu tudo certo, que tá tudo bem com ele... Porque preocupa né. A gente fica apreensiva na hora de fazer, igual o exame do pezinho que ele teve que refazer, daí a gente já fica preocupada né. É porque ele teve que refazer por falta de... disque não pintaram direito a tinta, daí eles pediram para refazer, daí o hospital falaram que não, que eles tinham mandado certo, ficou meio confuso, mas está tudo bem.

Essa resposta justificou-se como um desabafo, como de quem reafirma que agora estava tudo certo e que havia ocorrido tudo bem, com segurança, passando no teste e que o resultado ficou estabelecido de maneira clara. Quando indagada para falar sobre como foi para ela aquele momento (questão 2), relata:

Lyra: É... o momento foi é, exatamente o que eu imaginei né... o atendimento também muito bom...

Para a última questão quando perguntado à Lyra qual título/nome ela colocaria naquela fotografia (questão 3), pensou por ligeiros instantes e logo respondeu quase que em tom interrogativo:

Lyra: Ai... sei lá, um amor assim... um amor incondicional?

Constelação de Andromeda.

No momento de caracterização notou-se que ela se demonstrou resistente, insegura, devido a alguns olhares e suspiros feitos por ela. Andromeda é empresária, possui 28 anos, sua escolaridade é de ensino médio completo. Andromeda é mãe do pontinho Brilhante Branco de 18 dias, que também não apresentou nenhum IRDA e passou na triagem realizada.

Fotografia 3. “Amor é cuidado, amor é atenção” – intitulado por Andromeda.



Fonte: A autora, 2022.

Quando Perguntado à Constelação de Andromeda o que sentia olhando a fotografia (questão 1), logo ela olhou para seu Pontinho Brilhante e em meio a um olhar levemente direcionado, respondeu:

Andromeda: Olhando eu sinto um... cuidado, é o que mais eu consigo sentir.

Suas palavras foram suaves, expressando um sentimento de afeto; Andromeda expressava por um tom de voz baixo o sentimento, que representava instantes do que havia vivido e sentido a partir de um registro de fotografia. Já em seguida, sem durar muito o silêncio, a pesquisadora solicitou para Andromeda, que olhando para aquela fotografia do teste da orelhinha, falasse como foi para ela este momento (questão 2). Ela reposiciona-se na cadeira e responde:

Andromeda: Foi importante, é muito importante saber o funcionamento, conhecer. Mesmo com um pouco de medo de machucar.

Andromeda demonstrou preocupação com sua filha, onde sua atenção estava direcionada em saber sobre diversas informações, principalmente procedimentos referentes ao seu bebê, que poderiam machucá-la. Ao final, quando indagada a qual título/nome ela colocaria naquela fotografia (questão 3), respondeu:

Andromeda: Hummm.... Amor é cuidado, amor é atenção.

Assim, encerrou-se a conversa com Andromeda, agradecendo novamente a sua participação e a grande importância que teve para o estudo.

#### Constelação de Vulpecula

Constelação de Vulpecula é vendedora, possui 18 anos, estudou até concluir o ensino médio. É mãe da Pontinho Brilhante Vermelho de 30 dias, que também não apresentou nenhum IRDA e passou na triagem realizada.

Fotografia 4. “Um momento especial” – intitulado por Vulpecula.



Fonte: A autora, 2022.

Assim, quando indagada sobre o que sentia quando olhava aquela fotografia (questão 1), a Constelação de Vulpecula começou a responder, sorridente, demonstrando imensa alegria em tê-lo em seus braços e pelo momento experienciado:

Vulpecula: Tipo uma alegria de ter ela né... e que tipo... ainda bem que ela está escutando bem né, acho que só.

Era visível o brilho em seus olhos enquanto admirava a fotografia do momento de seu Pontinho Brilhante Vermelho, como se desejasse não perder nenhum segundo daquela imagem. Em seguida, a pesquisadora pediu para Andromeda, que olhando para aquela fotografia do teste da orelhinha, falasse como foi para ela este momento (questão 2), e assim

que a pergunta foi realizada, a resposta sequenciou-se quase que como já estivesse de prontidão, dizendo:

Vulpecula: Foi um momento marcante... tipo eu estava preocupada vai que né... será que o exame vai dar bom.

Notou-se a preocupação, insegurança, medo da mãe em relação ao teste e seu resultado; o modo como ficou em momentos de tensão e preocupação até a emissão do resultado e finalização do processo de avaliação. Quando a pesquisadora finalizou perguntando qual título/nome ela colocaria naquela fotografia (questão 3), a resposta surgiu naturalmente, em uma fala espontânea, ligeiramente: “Um momento especial”. Assim, foi encerrada a conversa com Vulpecula, agradecendo novamente sua participação e a grande importância que teve para o estudo.

#### Constelação de Sagitta

Constelação de Sagitta é vendedora, sua escolaridade é de ensino superior incompleto, possui 21 anos e é mãe da Pontinho Brilhante Verde de 2 meses, que também não apresentou nenhum IRDA e passou na triagem realizada em ambas as orelhas. Pontinho brilhante Verde estava agitado, pois alguns breves choros ocorreram.

Fotografia 5: “Dia do exame do (nome do seu bebê)” - intitulado por Sagitta.



Fonte: Autora, 2022.

A pesquisadora perguntou o que ela sentia ao olhar aquela fotografia (questão 1), e quase que ao mesmo tempo quando realizada a pergunta à mãe começou-se a interrogar-se, norteando-se para a resposta, inicialmente um pouco confusa quanto ao que gostaria de responder, mas logo em seguida disse:

Sagitta: O que eu sinto?... Hummm... Ah não sei... pelo nenê? Pelo que está acontecendo?... Ah um sentimento assim de amor pelo meu nenê... e alegria também assim ...um sentimento bom por estar fazendo uma coisa boa por ele, pela saúde dele.

Quase que em uma quebra de silêncio, a pesquisadora logo indagou Sagitta, solicitando para que ela falasse o que sentia olhando aquela fotografia (questão 2). A Constelação de Sagitta ainda parecia não encontrar as palavras certas que gostaria de usar na resposta, relatando em seguida da seguinte forma:

Sagitta: Han... eu não sei assim como que eu explico esse momento... um pouquinho preocupada né, porque daí ele estava bem agitado no exame.

Quando a pesquisadora finalizou perguntando qual título/nome ela colocaria naquela fotografia (questão 3), diferente do tempo de respostas com as outras perguntas, esta foi em grande velocidade, prontamente dizendo: “Dia do exame do (nome)”. Assim, encerrou-se a conversa com Sagitta, agradecendo novamente a sua participação e a grande importância que teve para o estudo, sendo acompanhada até a saída pelo corredor.

## DISCUSSÃO

Ocorreu a predominância de participantes do sexo feminino – de mães. Este fato pode ser explicado devido à imposição social, histórica e cultural estruturalmente instituída e ainda muito presente atualmente, de que à mulher é designado o cuidado dos filhos.

Desde por volta dos séculos XVIII e XIX, devido ao elevado índice de mortalidade infantil, a mulher foi considerada como a principal e melhor responsável pelos cuidados com os filhos, cabendo a ela restringir sua vida a preservar o lar e os filhos. Essa função assumida, de ser responsável pela educação e sobrevivência dos filhos tornou-se muito diferente da posição ocupada por ela anteriormente, em que não era convocada para exercer uma função materna. Porém, com a transformação que já estava ocorrendo de redefinição do papel da mulher na família da sociedade europeia, a medicina rejeita a imperfeição e reconhece o sexo feminino como possuidor de características ideais para a maternidade (SCAVONE, 2001).

Segundo Freire (1975), na história brasileira, a família patriarcal do Brasil Colônia era extensa, composta por membros consanguíneos ou não que circulavam livremente no seio familiar. O pai era a figura de incontestável autoridade na família. À mãe, cabia a educação dos filhos, a administração da rotina doméstica e o comando dos serviços, o que fazia com que as mulheres acabassem tomando atribuições familiares como tarefas domésticas e cuidados infantis enquanto tarefas exclusivamente femininas (ROCHA, 2003).

Os contextos sociais históricos e culturais estabeleceram responsabilidades familiares, presentes até mesmo nos dias de hoje. Nesse processo, a figura paterna se tornou mais inserida nos cuidados com os filhos, porém ainda é evidente que a figura materna é a designada e responsável por este papel na infância de seus filhos, assim como evidenciado na pesquisa, por meio do acompanhamento dos bebês exclusivamente realizado por mães.

Esta constatação da predominância de mães acompanhando seus filhos no momento



da TAN, pode estar relacionada ainda, à condição de sua disponibilidade e remuneração assegurada pela Lei nº 8.861, criada em 25 de março de 1994, que garante o direito da licença maternidade de 120 dias às trabalhadoras urbanas, rurais e domésticas e o salário-maternidade às pequenas produtoras rurais (caracterizadas como seguradas especiais) e às trabalhadoras avulsas (BRASIL, 1994).

Foi verificado que todos os bebês, não apresentaram IRDA, bem como, não falharam na triagem em ambas as orelhas. Consideramos que estes são fatores que podem ter influenciado nos resultados obtidos deste estudo, pois acreditamos que caso houvesse um resultado de falha no teste em uma ou em ambas as orelhas de algum bebê ou mais bebês, ou a presença de algum tipo de IRDA, é sugestivo que despertaria possivelmente outros sentimentos para além destes que foram evidenciados, como esperariam que o desenvolvimento do filho melhorasse ou fosse normal. Pois este momento foi atravessado por experiências com outras intervenções já realizadas com seus filhos, como citado, o “teste do pezinho” por exemplo. Isto muitas vezes gera a negação da circunstância e desespero. Assim, segundo Buscaglia (1993) a negação é um mecanismo de proteção amplamente discutido na literatura. Onde segundo Miller (1995), apresenta-se quase sempre em duas formas, a negação escolhida em forma de ignorá-la e a negação inconsciente a qual olha para os fatos, mas não os percebe verdadeiramente.

Com isso é muito importante em todas as áreas da saúde, inclusive e especialmente na área de fonoaudiologia, um olhar amplo, de empatia, cuidado e acolhimento para com essas mães, pois devemos considerar para além da presença de IRDA e/ou falha no teste. Este momento configura-se como sendo de muita expectativa sobre o processo e resultado, da integridade dos aspectos avaliados e da saúde de seus filhos, como serão discutidos à frente.

Contudo, o atendimento pode e deve ser proposto baseado nos dispositivos da PNH, os quais são ações, projetos, tecnologias, ou seja, tudo aquilo que possa gerar/disparar “[...] *um movimento de mudanças para transformar as práticas vigentes [...]*” (BRASIL, 2010, p. 07), podem ser arranjos de elementos concretos ou imateriais que são acionados na gestão e/ou na atenção para a produção em saúde (BRASIL, 2010). Por meio dos dispositivos propostos pela PNH, deve-se desenvolver/promover estratégias para a efetivação da Política e de práticas humanizadas no cuidado em saúde, ou seja, promover atendimentos humanizados, com um olhar de maior cuidado, desde as práticas vindas das tecnologias leves às leveduras, com acolhimento para o usuário de qualquer serviço na saúde.



Assim, a partir das perguntas norteadoras e as fotografias como disparadoras das entrevistas, emergiram os núcleos temáticos a seguir.

### **AMBIVALÊNCIA DE SENTIMENTOS: O CUIDADO, A AFETIVIDADE, SATISFAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DO TESTE E CONHECIMENTO SOBRE A AUDIÇÃO DO BEBÊ VERSUS A INSEGURANÇA PELO PROCEDIMENTO E RESULTADO**

Durante a entrevista, quando as mães foram colocadas diante da fotografia que registrou o momento da TAN, e em seguida foram indagadas sobre o que sentiam ao observar a fotografia, foi evidente o sentimento de afeto, de cuidado, e satisfação por estar cumprindo uma etapa de cuidado com a saúde de seu filho. Isto demonstra a importância do trabalho fonoaudiológico neste momento, pois o modo de abordagem desta família implica no sucesso da adesão a todo o processo que envolve a TAN no contexto brasileiro. Segundo Stern (1985), é através do afeto que desenvolvimento humano saudável ocorre, ainda que seja um percurso individual ele precisa do outro, para trocas de sentimentos e experiências.

É comum que devido à falta de informação e inexperiência sobre as etapas de procedimentos de saúde, os sujeitos apresentarem muitas dificuldades no processo de adesão. A adesão depende de um conjunto de elementos, na qual a família, o sistema de saúde e o profissional são responsáveis por promover essa adesão ao atendimento, fazendo com que este passe pelos procedimentos necessários, situação que muito se dá devido ao vínculo instituído nesse ambiente e com o profissional (RANGELA et al., 2011). Deste modo, destacamos a necessidade de reflexões sobre o vínculo estabelecido no momento de TAN, pois este pode ser definidor para a superação das dificuldades de adesão da TAN no contexto brasileiro.

O vínculo é criado nos serviços de saúde em momentos de acolhimento, ou seja, o acolhimento é uma ação técnico-assistencial que pressupõe a mudança da relação profissional/usuário e sua rede social através de parâmetros técnicos, éticos, humanitários e de solidariedade, reconhecendo o usuário como sujeito e participante ativo no processo de produção da saúde, como um todo, dentre elas o acolhimento e vínculo instituídos entre paciente e profissional nos serviços de saúde (MARQUES-FERREIRA et al., 2014).

Nos serviços de saúde, incluso na fonoaudiologia, a PNH propõe que o cuidado deve ser humanizado, com acolhimento, cuidado e escuta, assim entre outras diretrizes, que a Humanização deve ser vista como política que transversaliza todo sistema: das rotinas nos

serviços às instâncias e estratégias de gestão, criando operações capazes de fomentar trocas solidárias, em redes multiprofissionais e interdisciplinares; implicando gestores, profissionais e usuários em processos humanizados de produção dos serviços, a partir de novas formas de pensar e cuidar da saúde, e de enfrentar seus agravos (BRASIL, 2008).

Na política um dos dispositivos é o acolhimento, que compreende desde a recepção do usuário no sistema de saúde e a responsabilização integral de suas necessidades até a atenção resolutiva aos seus problemas, como os modos de fazer. Na presente pesquisa, desde o momento em que foi realizado o convite de participação da pesquisa para as mães, teve-se o cuidado para estar realizando escuta e acolhimento, pois só assim a pesquisa poderia acontecer de forma íntegra e com um olhar mais humanizado, para assim alcançar seu objetivo de conhecer o sentimento das mães no momento do teste, onde isto só poderia acontecer se as mães criassem vínculo e se sentissem acolhidas e escutadas, onde a atitude de acolher pressupõe a mobilização dos sujeitos envolvidos em todos os aspectos das relações que se estabelecem no âmbito da saúde.

O momento do teste é muito importante, é um acontecimento, não somente para as mães conhecerem sobre a condição da audição do bebê, mas também para assim auxiliá-lo, identificando possíveis alterações, bem como acompanhando seu desenvolvimento auditivo e global, pois a audição tem um papel fundamental no desenvolvimento da linguagem oral, neste período inicial da vida. Nas ocasiões de presença de IRDA, a intervenção precoce no caso da deficiência auditiva é, indispensável, maximizar as competências linguísticas e comunicativas e o desenvolvimento da alfabetização, propiciando possibilidades para esse bebê, para que assim tenha possibilidades nesse processo de amadurecimento (FIDÊNCIO et al., 2021).

Na presente pesquisa evidenciou-se satisfação das mães em estarem realizando o exame para seus filhos, pois há a presença da preocupação da saúde auditiva do bebê, como já afirmado antes, onde simultaneamente a satisfação pela realização do exame aparece emaranhada à insegurança pelo procedimento do exame, com inseguranças sobre o processo, como, por exemplo, se o exame é indolor.

Quando estes aparecem entrelaçados geram sentimentos ambivalentes para as mães, mostrando tanto a satisfação pela realização do exame, quanto também, fortemente, a angústia por não receberem informações referente ao mesmo em outros momentos, como por exemplo, ainda na gestação, por desconhecerem como é realizado, qual seu objetivo, entre outras informações que poderiam amenizar esta pluralidade de sentimentos. A falta de

orientação sobre a realização no pré-natal pode ser considerada um dos fatores importantes para evasão nos retestes, onde nestes momentos não há orientações sobre as questões auditivas e os procedimentos essenciais nessa etapa da vida (MENDES, CASSOL, 2020).

E além disso, é de suma importância que um profissional da saúde, incluindo-se especialmente o fonoaudiólogo, tenha um olhar ampliado para todas as questões subjetivas que podem surgir no momento da TAN, pois além dos resultados propriamente ditos, o vínculo, a escuta e o acolhimento necessitam ocorrer para um atendimento humanizado, eficiente e pacificador do medo dessas mães perante a esses procedimentos, com seus filhos ainda tão pequenos.

### **MOMENTO DE EXPECTATIVAS *VERSUS* AS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES E A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO**

Os relatos evidenciados quando as mães foram convocadas a relatar sobre como foi para elas o momento TAN (diante da fotografia), mostrou que há expectativas sobre exame, resultado e da busca em conhecer sobre a audição de seus filhos. Além disso, o sentimento despertado em uma das mães (Constelação de Lyra), foi de associação com a experiência de outras intervenções, que geraram a necessidade de reteste, o que desencadeou preocupação e na sequência falta de esclarecimento. Já para Constelação de Phonix, a associação com a experiência de outras intervenções, representava outro sentido, o de já conhecer o procedimento da TAN, que havia acompanhado de seu outro filho mais velho, o que amenizou suas preocupações em relação à intervenção.

Ou seja, perante estas constatações podemos evidenciar como é importante a escuta do profissional de saúde para questões além dos evidenciados em resultados numéricos, pois muitas subjetivações surgem durante o processo de um exame, causando angústia e sofrimento a depender da condução nesse atendimento, as quais podem gerar muitas dúvidas pelo usuário, ressaltando a importância de um atendimento humanizado e acolhedor nesses serviços.

O acolhimento é uma das principais diretrizes éticas, estéticas e políticas da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Está prescrito em documentos como a recepção do usuário no serviço de saúde, onde compreende a responsabilização dos profissionais pelo usuário, a escuta qualificada de sua queixa e angústias, a inserção de limites, se for preciso, a garantia de assistência resolutiva e a

articulação com outros serviços para continuidade do cuidado quando necessário, para assim atender a todas as demandas necessárias do usuário do serviço (MARQUES-FERREIRA et al., 2014).

Em muitos serviços a objetividade é fortemente prezada e a subjetividade anulada. Desta forma, a inserção do acolhimento vem para contribuir com a desconstrução da identidade profissional segmentada objetivada, dando espaço para o estabelecimento de outra, a de um melhor profissional com olhares ampliados, que não ignora seus conhecimentos especializados, mas que compreende o cuidado integral, permitindo o estabelecimento de vínculos entre usuários e profissionais. Considerando a satisfação e esclarecimentos em saúde, faz-se necessário que sejam incorporadas no processo de trabalho as tecnologias leves, permeando o encontro entre trabalhadores e os usuários. Tais tecnologias são produzidas no trabalho vivo em ato, possibilitando realizar o acolhimento, o vínculo, e responsabilização, assim como já discutido anteriormente (MARQUES-FERREIRA et al., 2014).

#### **MOMENTO: SINGULAR, DE CUIDADO, DE AFETO E DE REGISTRO DO TESTE**

Por fim, quando ainda diante da fotografia foram perguntadas às mães sobre como nomeariam a fotografia, surgiram relatos singulares, onde ficou evidente o quanto para as Constelações o momento do exame despertou sentimentos de afeto e cuidado novamente, e ainda de registro de um momento marcante para a história e saúde de seu filho.

Visto que o vínculo entre os profissionais e as pessoas que demandam o cuidado em saúde é atravessado por afetos e subjetividades que destituem os lugares ocupados e os saberes totalitários, o acolhimento é que permeia os desdobramentos de um atendimento, além da escuta, de forma qualificada, dando-lhe sempre uma resposta positiva e espaço para suas questões. O processo de humanização implica, nessa perspectiva, na transformação, a fim de que sejam valorizados os aspectos subjetivos, históricos e culturais dos profissionais e usuários (QUADROS; CUNHA, UZIEL, 2020).

Criar uma cultura de humanização, nesse contexto, implica uma profunda valorização do potencial humano e uma compreensão de equipe/profissional, na qual todos os membros da coletividade se sentem beneficiados e beneficiários. Nessa direção, o atendimento humanizado ao usuário deve caminhar de mãos dadas com o atendimento humanizado ao profissional de saúde. O cuidado subjetivo, diz respeito à promoção e ênfase aos aspectos

subjetivos na relação do profissional cuidador com a pessoa que recebe o cuidado, ambos envolvidas em um processo que vai abarcar experiências pessoais, sentimentos, valores, significados e diferentes formas de vivenciar e enfrentar situações cotidianas (MARQUES-FERREIRA et al., 2014).

Neste sentido, na busca de propiciar o cuidado humanizado em saúde, novamente, destacamos a importância da inserção de tecnologias leves neste cuidado, atendendo às demandas verificadas neste estudo, pois conforme identificaram Vulpecula e Sagitta – ao nomear a fotografia do momento da triagem como “Um momento especial” e o “Dia do exame do (nome)”, demonstrando a importância do registro daquele momento – destaca-se a necessidade de se criar estratégias criativas, como a utilização de recursos audiovisuais – a fotografia, nesse momento de cuidado. Desse modo, sugerem-se estudos que explorem este recurso no cuidado em saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das mães sobre o momento da Triagem Auditiva Neonatal evidenciou ambivalência de sentimentos, como o cuidado, a afetividade, a satisfação pela realização do teste e conhecimento sobre a audição do bebê, tal como a insegurança pelo procedimento e possíveis resultados. Além disto, constitui-se de um momento de expectativas singulares e que as experiências anteriores com intervenções geram impactos sobre esse momento, assim como a redução do sofrimento pelo conhecimento prévio existente. Por fim, verificou-se que diante da fotografia e solicitação para nomeação da representação deste momento, este foi considerado um importante registro do cuidado auditivo de seus filhos – a TAN. Sendo assim, conclui-se que a intervenção realizada no momento da TAN promove uma pluralidade de sentimentos, que demandam a necessidade de se promover ações voltadas para a humanização dos cuidados em saúde auditiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / *Ministério da Saúde*, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_2004.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf) .Acesso em 09 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde / *Ministério da Saúde*, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2ª ed. 5ª reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 44 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_praticas\\_producao\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf) . Acesso em 16 setembro de 2021.

BRASIL. Lei no 8.861, de 25 de março de 1994. Presidência da república casa civil subchefia para assuntos jurídicos. [acesso em: 02 de out de 2017] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8861.htm). Acesso em: 10 de março de 2022.

BUSCAGLIA, L. *Os deficientes e seus pais. Um desafio ao aconselhamento*. Rio de janeiro: Editora Record, 1993.

CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens*. São Paulo: Penso Editora LTDA; 2014. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Ymi5AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&ots=MvaOzvKy3s&sig=1s8n7CSDXo0qZUH\\_pYQGisYeGaA&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Ymi5AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&ots=MvaOzvKy3s&sig=1s8n7CSDXo0qZUH_pYQGisYeGaA&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 08 outubro 2021.

DIAS, M.S.A et al. *Tecnologias leves em saúde: saberes e práticas da Residência Multiprofissional na Estratégia Saúde da Família* [recurso eletrônico] / Maria Socorro de Araújo Dias ... [et al.] organizadoras. – 1.ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. 385 p.: il. – (Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/tecnologias-leves-em-saude-epub> . Acesso em 10 de novembro de 2021.

FIDÊNCIO, V. L. D; AZEVEDO, I. de J; MENEZES, E. dos S; CAMPOS, K. T. S; CORRÊA, C. de C. Conhecimentos básicos de pais de crianças submetidas a tratamento fonoaudiológico quanto à audição e linguagem. *Arch Health Invest* (2021)10(5):783-789. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/5087>. Acesso em 27 de abril de 2022.

FREIRE, G. Casa-Grande & Senzala. 17. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=6VIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&ots=QLAIdiPu2D&sig=LlSMcmyJQaBy0kbwuyV8knE7Eyw&redir\\_esc=y#v=onepage&q=%20Na%20hist%C3%B3ria%20brasileira%2C%20a%20fam%C3%ADlia%20patriarcal%20do%20Brasil%20Col%C3%B4nia%20era%20extensa%2C%20composta%20por%20membros%20consangu%C3%ADneos%20ou%20n%C3%A3o%20\(pais%2C%20filhos%2C%20outros%20parentes%2C%20agregados%20e%20servi%C3%A7ais\)%20que%20circulavam%20livremente%20no%20seio%20familiar%20&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=6VIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&ots=QLAIdiPu2D&sig=LlSMcmyJQaBy0kbwuyV8knE7Eyw&redir_esc=y#v=onepage&q=%20Na%20hist%C3%B3ria%20brasileira%2C%20a%20fam%C3%ADlia%20patriarcal%20do%20Brasil%20Col%C3%B4nia%20era%20extensa%2C%20composta%20por%20membros%20consangu%C3%ADneos%20ou%20n%C3%A3o%20(pais%2C%20filhos%2C%20outros%20parentes%2C%20agregados%20e%20servi%C3%A7ais)%20que%20circulavam%20livremente%20no%20seio%20familiar%20&f=false). Acesso em 27 de abril de 2022.

GURAN, M. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. *Discursos fotográficos*, Londrina, v. 7, nº. 10, p. 77-106, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/9215> . Acesso em 25 outubro 2021.

LEWIS, D.R.; NÓDREGA, S.A.M.; MENDES, B.C.A.; CRUZ, O.L.M.; NÓDREGA, M. de. Comitê multiprofissional em saúde auditiva: COMUSA. *Braz J Otorhinolaryngol* [periódico na Internet]. 2010; 76(1):[121-8]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjorl/a/6Ffk6pTDGccSf4NWFTXy5zH/?lang=pt>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

MARQUES-FERREIRA, M. L; BARREIRA-PENQUES, R. M; SANCHES-MARIN, M. J. Acolhimento na percepção dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. *Aquichan*, 2014; 14(2): 216-225. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-59972014000200009](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972014000200009). Acesso em 18 de março de 2022.

MENDES, K; CASSOL, K. Triagem auditiva neonatal universal: conhecimento de profissionais da saúde atuantes em hospital. *Revista Thêma et Scientia* – Vol. 10, no 1, jan/jun 2020. Disponível em: <http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/1176/1073>. Acesso em 18 de março de 2022.

MENEZES, S. R. T.; PRIEL, M. R.; PEREIRA, L. L. Nurses' autonomy and vulnerability in the Nursing Assistance Systematization practice. *Rev. esc. Enferm. USP*, São Paulo, v. 45, nº. 4, p. 953-958, Aug. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S008062342011000400023&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342011000400023&lng=en&nrm=isso). Acesso em: 30 agosto. 2021.

MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MILLER, H. *Ninguém é Perfeito: Vivendo e crescendo com crianças que têm necessidades especiais*. Campinas: Papyrus, 1995.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH. National Institutes of Health Consensus Development Conference Statement. Early identification of hearing impairment in infants and young children. *Int J Pediatr Otorhinolaryngol*. 1993;27(3):215-27. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8270361/>. Acesso em: 30 agosto 2021.

QUADROS, L. C. de T; CUNHA, C. C. da; UZIEL, A. P. Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: práticas políticas de afirmação da vida. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2020, v. 32, e020016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240322>>. Epub 04 Set 2020. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240322>. Acesso em: 30 agosto. 2021.

RANGELA, S. B; FERRITEB, S; BEGROWC, D. D. V. Fatores que influenciam a não adesão ao retorno para a triagem auditiva neonatal. *Revista Baiana de Saúde Pública* v.35, n.4, p.948-965 out./dez. 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-621027>. Acesso em: 09 abril de 2022.

RIOS, I. C. Humanização: a essência da ação técnica e ética nas práticas de saúde. *Rev. bras. educ. med.*, Rio de Janeiro, v. 33, nº. 2, p. 253-261, Jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/LwsQggyXBqf8tW6nLd9N6v/abstract/?lang=pt#:~:text=Ne%20perspectiva%2C%20humaniza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20o,e%20de%20gest%C3%A3o%20dos%20servi%C3%A7os>. Acesso em: 15 setembro 2021.



ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma "dama": a mulher, a carreira e as relações familiares. In: *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WAtzjmaXzSYC&oi=fnd&pg=PA13&ots=UCaLvRnxyn&sig=sIWcFX3jk7WOuKedAf1zkqolGOW&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WAtzjmaXzSYC&oi=fnd&pg=PA13&ots=UCaLvRnxyn&sig=sIWcFX3jk7WOuKedAf1zkqolGOW&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 15 setembro 2021.

ROGÉRIO, A. F. H. et al. Triagem auditiva neonatal: caracterização da demanda/ território e exames auditivos. *Revista CEFAC* [online]. 2014, v. 16, n. 4, pp. 1060-1068. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-021620143113>>. ISSN 1982-0216. <https://doi.org/10.1590/1982-021620143113>. Acesso em: 18 novembro abril de 2021.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunic, Saúde, Educação*, v. 5, nº. 8, p. 47-60, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SIANO, H. C. C.; FROTA, S. Emissões otoacústicas evocadas transientes em recém-nascidos a termo e pré-termo. *Revista CEFAC* [online]. 2014, v. 16, n. 4 [Acessado 18 Novembro 2021], pp. 1088-1096. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0216201417012> . Acesso em: 09 abril de 2022.

SCHRAIBER, L.B.; MOTA, A.; NOVAES, H.M.D. Tecnologias em saúde. In: PEREIRA, I.B. *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2.ed. rev./ ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/tecnologias-leves-em-saude-epub>. Acesso em: 09 abril de 2022.

STASINSKA, G. Por que as estrelas são importantes para nós? *Cad. Bras. Ens. Fís.*, v. 27, n. Especial: p. 672-684, dez. 2010.). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2010v27nespp672>. Acesso em: 09 abril de 2022.

STERN, D. *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

Recebido em 23 de janeiro de 2023.

Aprovado em 28 de abril de 2023.







## LA CHUTE DE LA MAISON USHER (1928): EQUIVALÊNCIAS ADAPTATIVAS SOB A ÓTICA DA OPACIDADE MODERNA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30528

Wesley Brito dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Partindo das aproximações, pautadas sob o signo da estética moderna, entre Literatura e Cinema, o presente artigo possui como objetivo principal a análise das equivalências e da relação de adaptação entre duas obras, sendo a primeira o conto de Edgar Allan Poe *The fall of the house of Usher* (1839), e a segunda, a adaptação cinematográfica *La chute de la maison Usher* (1928), executada pelo diretor francês Jean Epstein. Para tanto, são aqui discutidos e apontados os principais conceitos sobre os estudos de adaptação, defendidos, principalmente, nas vozes de Xavier (2003), Rancière (2012), Hutcheon (2011), Barbosa (1986), dentre outros. Além disso, embasará a análise, as possibilidades de aproximação entre Literatura e Cinema, pautadas nas características de resistência à legibilidade e não destinação das imagens, próprias à estética moderna, e adquiridas pela literatura e pelo cinema, a partir da virada romântica, em que as imagens produzidas metaforicamente nos textos ou nas telas, se valem de certa opacidade significativa, preferindo o sugerir em vez do mostrar, e abrindo margem para uma maior participação ativa do receptor. A fim de reforçar teoricamente tal discussão, serão utilizadas pesquisas assinadas por nomes como Sontag (2020), Rancière (2016), Wellbery (1998), Campos (2011) dentre outros estudos. Assim, a análise das obras em questão, considerará as duas obras individualmente, mas também se valerá de possíveis paralelos, equivalências ou alterações entre uma obra e outra, apontando como denominador comum e ponto chave do processo de adaptação, a opacidade moderna na construção, transcrição e interpretação (mais ativa e diversa) de sentidos.

**Palavras-chave:** A queda da casa de Usher; literatura e cinema; modernidade; adaptação; opacidade.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL - UFPE). Bolsista em tempo integral pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Especialista em Linguagens, suas tecnologias e o mundo do trabalho pela Universidade Federal do Piauí. Graduado em Licenciatura Plena em Letras-Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: [wesleyisaantos@gmail.com](mailto:wesleyisaantos@gmail.com)

## LA CHUTE DE LA MAISON USHER (1928): ADAPTIVES EQUIVALENCES FROM THE PERSPECTIVE OF MODERN OPACITY

---

**ABSTRACT:** Starting from the approximations, based on the sign of modern aesthetics, between Literature and Cinema, this article has as main objective the analysis of equivalences and the relationship of adaptation between two works, the first being the short story by Edgar Allan Poe *The fall of the house of Usher* (1839), and the second, the film adaptation *La chute de la maison Usher* (1928), executed by French director Jean Epstein. To this do so, the main concepts about adaptation studies are discussed and pointed out, mainly defended in the voices of Xavier (2003), Rancière (2012), Hutcheon (2011), Barbosa (1986), among others. In addition, it will support the analysis, the possibilities of approximation between Literature and Cinema, based on the characteristics of resistance to readability and non-destination of images, specific to modern aesthetics, and acquired by literature and cinema, from the romantic turn, in which the images produced metaphorically in the texts or on the screens, use a certain significant opacity, preferring to suggest rather than show, and opening the way for greater active participation of the receiver. In order to theoretically reinforce this discussion, research signed by names such as Sontag (2020), Rancière (2016), Wellbery (1998), among other studies, will be used. Thus, the analysis of the works in question will consider the two works individually, but it will also use possible parallels, equivalences or alterations between one work and another, pointing as a common denominator and key point of the adaptation process, the modern opacity in the construction and interpretation (more active and diverse) of meanings.

**Keywords:** *The fall of Usher's house*; literature and cinema; modernity; adaptation; opacity.

### INTRODUÇÃO

Partindo dos estudos sobre a relação entre literatura e cinema, pretendo nesse espaço tecer uma análise acerca do processo de adaptação da obra literária *A queda da casa de Usher* (2014) de Edgar Allan Poe, com publicação original em 1839. A adaptação fílmica selecionada é homônima<sup>2</sup> ao conto de Poe, e foi concebida sob o olhar do diretor francês Jean Epstein em 1928.

Para tanto, num primeiro momento, serão objetos de nossa discussão, os principais conceitos que embasam os estudos sobre adaptação a partir de nomes como Xavier (2003), Rancière (2012), Hutcheon (2011), Barbosa (1986), dentre outros. Tal discussão objetivará esclarecer a concepção da qual compartilho, e que aplicarei aqui, sobre o conceito de adaptação. Esta, como ficará mais claro adiante, dialoga com a ideia de Robert Stam (2005), que propõe enxergar o “filme como filme”, antes de traçar paralelos e análises entre uma obra e outra.

Num segundo momento, a discussão será direcionada para as aproximações entre Literatura e Cinema, tendo por ponto de partida a estética moderna, mais

---

<sup>2</sup> *La chute de la maison Usher*, em tradução para o francês

especificadamente, duas de suas principais características: a resistência à legibilidade e o caminho de “não destinação” das imagens. Para embasar essa segunda leva de discussão, farei uso de contribuições teóricas de pesquisadores como Sontag (2020), Rancière (2016), Wellbery (1998), dentre outros estudos.

Em seguida, tendo por base os conceitos e teorias discutidos nos tópicos que o antecederam, no terceiro momento, traçarei análises da obra literária e da adaptação cinematográfica, enquanto produtos individuais e dotados de características próprias. No entanto, em sequência, também serão explorados possíveis paralelos, equivalências ou alterações entre um produto e outro. Por fim, o trabalho será encerrado com breves considerações finais, que remontam o panorama de discussões propostas ao longo do texto.

## **ESTILO, REINTERPRETAÇÃO E AUTONOMIA: BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE ADAPTAÇÃO CINEMATOGRAFICA**

Antes de adentrarmos de fato no campo analítico das obras citadas, considero interessante aclarar as concepções de adaptação que darão o tom de nosso trajeto, mesmo que a noção que aqui será explicitada já se configure como um consenso para a crítica contemporânea, no que diz respeito a relação entre literatura e cinema. Dessa maneira, nesse momento inicial, considero pertinente, através de uma reflexão sobre o teor e significações do termo “adaptação cinematográfica”, reforçar um alicerce, para que haja, de forma mais clara, o entendimento de certos pressupostos que embasarão os resultados da análise proposta.

Assim sendo, iniciemos essa reflexão primeira, considerando uma apreciação livre de reflexões sobre o processo composicional. Nesta, a adaptação cinematográfica estaria para seu produto “original”, assim como a ficção estaria para a vida. Ou seja, fadada ao dever da imitação, da busca por refletir uma imagem, a mais próxima possível de uma “realidade”, mesmo que essa imagem adaptada germine em contextos e meios extremamente distintos.

É bem verdade, que em nosso presente, boa parte do público segue buscando certa “fidelidade”, basta observar comentários em sites, redes sociais ou saídas de salas de cinema. Sempre haverá quem aponte “traições” ou demonstre insatisfação por um suposto excesso de alterações na obra adaptada. No entanto, apesar dessa noção continuar popular entre grande parte do público, esta mesma, sofreu um processo de transformação dentro do campo da produção e crítica especializada. Sendo assim, os estudos sobre adaptação

caminham para um consenso de adaptação enquanto produto independente, como expôs Jacques Rancière (2012) ao afirmar que “a imagem não é uma cópia destinada à semelhança, mas o elemento de um discurso autônomo [...]” (RANCIÈRE, 2012, p. 53).

Esse entendimento da prática da adaptação considera uma maior gama de possibilidades de alteração, no trajeto do livro ao filme, considerando este último uma nova experiência, que dialoga não apenas com seu material de origem, mas também com todo o contexto em que é produzido e recepcionado. Nesse processo, segundo Ismail Xavier (2003), a questão central não se encontra na preservação ou alteração de elementos, falas, características, ou o que quer que seja, mas sim na busca por equivalências. Trata-se de “tomar o que é específico da Literatura e procurar sua tradução no que é específico ao cinema” (XAVIER, 2003, p. 63).

Em pensamento convergente, a teórica Linda Hutcheon (2011) afirma que há certa tendência a estudar as adaptações em comparação a sua obra fonte. No entanto, segundo a pesquisadora, essas, são trabalhos independentes, que possuem sua própria composição única e dissociável de sua obra base. Nesse sentido, adaptar não se limita apenas a repetir ou relacionar, mas sim ao ato da transcrição, processo que, segundo Campos (2011), se justifica a partir da premissa da impossibilidade de tradução da informação estética. Dessa maneira, ao tratarmos de objetos estéticos como o conto de Poe, pensar em uma “tradução” de um suporte a outro, seria algo inviável, sendo mais apropriado encarar tal processo sob a ótica da transcrição, uma espécie de “recriação, criação paralela, autônoma, porém recíproca” (CAMPOS, 2011, p. 34).

Assim sendo, é inegável que, ao se tratar de adaptações, exista um processo de releitura, de repetição, de transposição, de transcrição, estes, profundamente ligados ao objeto fonte. Porém, nessas relações de intertextualidade está presente uma dualidade opositiva com o objeto fonte. Segundo Hutcheon, adaptar é “[...] repetição sem replicação... ato criativo e interpretativo... derivação não derivativa... segunda obra não secundária” (HUTCHEON, 2011, p. 30).

Esse conflito de intenções opostas não se limita ao processo de adaptação, já que o próprio processo moderno e contemporâneo de criação literária e de outras artes está sujeito a uma relação intensa com o seu passado (se aqui podemos, por analogia, entender presente e passado da produção literária, como texto e adaptação em nossa discussão).

João Alexandre Barbosa (1986) afirma que na produção moderna há historicidade acentuada, claro diálogo com o passado e que, ruptura e tradição, nesse sentido caminham

juntas. Acredito que Hutcheon busca ilustrar algo nesse sentido, ao falar desse conflito de intenções cercadas por antíteses. Dessa maneira, assim como na poesia moderna, “a tradição que interessa é aquela, que traduzida, implica no desbravamento de novas possibilidades de utilização da linguagem” (BARBOSA, 1986, p. 28), no processo de adaptação “parece que desejamos tanto a repetição quanto a mudança” (HUTCHEON, 2011, p. 31).

Nesse sentido, podemos aqui apontar nosso conceito de adaptação afastando-o da concepção mais popular que iniciou esse tópico. Se nessa concepção, temos o espectador distanciado das reflexões sobre o processo de transcrição, no conceito que aqui nos interessa, o processo é, justamente, a chave principal de entendimento. O foco no caráter procedural, inclusive, é algo que salta as laudas teóricas e que cada vez mais invade as telas. Linda Hutcheon (2011), afirma que os ditos “filmes sobre o processo”, como por exemplo o premiado longa *Adaptation* (2002) do diretor Spike Jonze, e *Nightwatching* (2007) de Peter Greenaway, sugerem autoconsciência e conexão entre os fazeres artísticos, características típicas do pós-modernismo, que culminam na reflexão das distâncias e aproximações entre duas ou mais artes. Sobre esse descortinar procedural, Jacques Rancière (2022) aponta a dificuldade moderna em se estar diante de algo puro, em paralelo a isso, aponta a amplificação da intertextualidade e da conectividade entre as artes.

Dito isto, de acordo com as colocações teóricas, aqui expostas, consideraremos a adaptação cinematográfica como obra nova e dotada de autonomia. Esta, se caracteriza enquanto releitura/tradução e vale-se de uma busca de equivalências em relação a uma obra fonte, considerando as especificidades de cada um dos lados da balança, e ilustrando a especificidade própria da língua das imagens.

## LITERATURA E CINEMA: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES SOB O SIGNO DA OPACIDADE MODERNA

Retomando a analogia entre o espectador comum e aquele que se dedica ao estudo teórico da prática da adaptação cinematográfica, pensemos em três formas artísticas: a Literatura, o Teatro e o Cinema. Novamente, se considerarmos um apreciador desprendido de reflexões sobre fazer artístico, as três formas, aqui mencionadas, convergem em um objetivo único: a arte de contar histórias. No entanto, tais espécies de arte, possuem

inúmeras diferenças. Podemos apontar o suporte, o público, os meios usados para suas execuções, dentre outras características.

Analisando a relação entre as artes mencionadas, Jacques Rancière (2016) estabelece a desigualdade citada sob ângulos mais profundos. Para o pesquisador, o teatro seria a “versão mãe” do que ele chama de cinema vulgar. Essa aproximação é feita a partir da percepção do teatro, enquanto arte do exagero, construto didático, que se quer ao máximo entendível por seu público. Da mesma maneira, o cinema defendido pelo teórico, é o da palavra muda, que carrega consigo uma imensidão de possibilidades de sentido, e que resguarda ao espectador, um papel mais ativo. Esse cinema, não é concebido em oposição ao didatismo teatral, mas surge após a revolução literária, após a “[...] radical mudança das relações entre significar e mostrar [...]” (RANCIÈRE, 2016, p. 55).

A fim de esclarecer a revolução mencionada por Rancière, consideremos por hora, o campo literário. Segundo David Wellbery (1998) a Literatura surge condicionada por uma espécie de regramento retórico, e presa a sistemas de representação. Com o advento do Iluminismo e do Romantismo, houve a libertação da linguagem e do pensamento, bem como a consolidação de uma Literatura que substitui a simbologia pela racionalidade, a objetividade pela subjetividade, a imitação pela singularidade, tornando-se assim, “imaginativa, autônoma com leis e histórias internas únicas” (WELLBERY, 1998, p. 22).

Toda essa autonomia do criar, construída a partir do romantismo, intensifica-se com o desabrochar da estética moderna, que por meio da autonomia, já mencionada, apresenta-se em meio a uma ausência de sistemas de significação, que culmina na tendência de não destinação. Ou seja, as imagens e sentidos produzidos artisticamente, deixam de pertencer a sistematicidade simbólica, para serem dispostas à ampliação do leque de possibilidades interpretativa. Nesse sentido da não destinação, é possível identificar alterações, por exemplo, nas relações entre poeta, linguagem e leitor no contexto moderno, como ilustra João Alexandre Barbosa (1986), ao nos alertar para um leitor que já não é mais apenas consumidor, ou decifrador, mas que é parte do processo de produção. Dessa maneira, em certos níveis, leitor e autor, agora, fazem parte de um mesmo time.

Assim sendo, retomando Rancière (2012), o espectador moderno surge enquanto ser emancipado a partir da noção de que “olhar é também uma ação que confirma ou transforma a distribuição das posições” (RANCIÈRE, 2012, p. 17). Nesse sentido, interpretar é muito mais o traduzir subjetivo, do que o receber objetivo de outrora, como defende Sontag (2020), ao afirmar que, a interpretação moderna da arte “escava, e ao escavar, destrói; ele

cava ‘por baixo’ do texto para encontrar um subtexto que é o verdadeiro” (SONTAG, 2020, p. 20).

É justamente, a partir desse aglomerado de objetivos da estética moderna, que podemos enxergar a aproximação mencionada entre Literatura e Cinema. Ambos trabalham por saciar esse anseio moderno, por meio da proposição desse “dispositivo perceptivo, que é construído, e ao mesmo tempo, é livre quanto as conclusões que podemos extrair dele” (RANCIÈRE, 2021, p. 129).

Para a construção desse dispositivo, é notável que as artes se aproximam, à medida que se afastam do campo da imediata legibilidade pré-romântica e pré-iluminista dos símbolos e das imagens, privilegiando assim, o silêncio ensurdecido proporcionado pela resistência à legibilidade, que “faz falar o que é mudo, decifrando o não audível escrito sobre as coisas, ou ao contrário, entrando no diapasão de sua ausência de significação para registrar as intensidades mudas e o barulho anônimo do mundo e da alma” (RANCIÈRE, 2016, p. 45).

#### EDGAR ALLAN POE E A QUEDA DA CASA DE USHER: REFLETINDO POSSIBILIDADES

Edgar Allan Poe (1809-1849) é um dos maiores nomes da Literatura mundial e um dos mais reverenciados no cinema. Não que o literato tenha algo a ver (de forma prática) com o surgimento da sétima arte. Afinal, o cinema somente surge mais de 40 anos após a morte do autor. No entanto, Poe, segundo consulta ao site IMDB, é um dos autores mais adaptados da história do audiovisual. Há pelo menos 200 obras audiovisuais baseadas ou inspiradas em alguma obra do autor, que vão desde curtas a longas, do cinema mudo ao falado, do preto e branco ao colorido, das telas do cinema às do streaming, tendo inclusive um seriado em produção atualmente a ser lançado em 2023 pelo serviço de streaming Netflix. Mas o que explicaria o fascínio do cinema, concebido sobre os moldes da estética moderna, pela obra de um autor que viveu e produziu ainda sobre forte influência romântica?

Gerbase (2009) aponta sete prováveis razões que expliquem esse fenômeno. Dentre as quais, creio que duas delas, estética de proximidade e estética de sugestão, nos são mais caras, devido ao recorte temático aqui utilizado. Segundo o pesquisador, a obra de Poe, e aqui podemos incluir *The fall of the of Usher* (1839), é certa ao produzir imagens complexamente detalhistas, seja por meio de dados mais objetivos, seja por metáforas. Essas imagens, quando convertidas em material cinematográfico podem equivaler, por exemplo, a

um close, igualmente detalhista. Assim, o close, que funciona como um passaporte para a intimidade dos personagens da tela, nas obras de Poe pode equivaler as suas descrições.

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Gerbase, podemos enxergar em Poe, mesmo que sob uma ótica anacrônica, características da estética moderna, como a preferência do sugerir em detrimento do contar, algo na mesma linha do que foi exposto com base no pensamento de Rancière (2016), algumas laudas atrás ao tratar sobre significar e mostrar. Aqui, partindo, principalmente, dessa característica é que proponho nossa análise, tanto do conto de Poe, quanto do filme de Epstein. Assim sendo, os subtópicos adiante tratarão sobre como é feita essa predileção pelo “sugerir”, tanto no conto, como no filme, e como esse caráter elíptico contribui para a relação entre as obras e o espectador moderno emancipado.

#### DA OPACIDADE LACUNAR DE POE À TRANSCRIÇÃO DE EPSTEIN

*A queda da casa de Usher* (em tradução) é um dos mais lidos e mais adaptados contos de Edgar Allan Poe. A narrativa traz três personagens centrais: os irmãos Roderick e Madeline Usher, e o narrador, que no conto de Poe não é nomeado. Além do trio, a mansão Usher, presente no título do conto, adquire ares de um verdadeiro personagem, a partir da cuidadosa descrição de seu aspecto, influência e conexão com seus moradores, feita pelo narrador visitante. A história em questão se inicia com a visita do narrador da história, amigo de infância de Roderick. A partir de então, somos conduzidos a um passeio pela mansão Usher, bem como pela personalidade de seus moradores. Após uma série de eventos tenebrosos vividos pelo hóspede, como o fato de ter que ajudar o amigo de infância a sepultar a irmã, para depois vê-la retornar de forma macabra, o forasteiro abandona a mansão, não sem antes vê-la desabar junto de seus donos.

O conto possui uma imensidão de aspectos a serem analisados, mas me aterei ao que já foi proposto. Dessa forma, a análise do conto será focada no narrador sem nome, bem como na execução de sua função, mais especificamente em seu predicado (sem nome), que sob um olhar mais desatento, causa-lhe subtração, mas que a meu ver, acrescenta-lhe características e funções válidas para o que propus enquanto temática de análise.

O melhor amigo de infância de Roderick conduz toda a narrativa a partir de sua subjetiva percepção. No entanto, ao contrário do que ocorre em outras obras que se encaixam ao modelo romântico, nesta, temos um narrador que demonstra não ser confiável. Não por ser tendencioso, ou por tentar forjar uma narrativa a seu favor, mas por demonstrar



estar numa condição semelhante ao leitor, assumindo a posição do que conhecemos por “duplo”, nesse caso, um reflexo do leitor dentro da própria narrativa, como podemos inferir no trecho: “Eu forcara tanto a minha imaginação que realmente acreditava que, na mansão inteira e na propriedade, pairava uma atmosfera bastante peculiar, própria dela e dos arredores [...]” (POE, 2011, p. 11).

Nesse sentido, no trecho exposto, ao colocar em dúvida sua própria percepção da mansão, o narrador personagem admite estar sendo influenciado por sua própria imaginação e subjetividade, colocando-se assim, na posição de espectador, tal qual o leitor. Ou seja, assim como quem lê, o narrador também é conduzido, e não condutor (que é a forma que enxergamos um narrador “comum”).

Assim sendo, “o conto não possui um narrador confiante e seguro dos acontecimentos, mas sim um narrador que se assemelha ao leitor, e juntos vão formando suas conjecturas no decorrer da história” (AZERÊDO; PARISI, 2016, p. 173). Nesse caso, ele é conduzido pela atmosfera que envolve a casa, ou ainda pela própria casa. Vale mencionar que, provavelmente, não por acaso, o termo “Usher”, da língua inglesa, pode ser traduzido como “conduzir”, “guiar”. Dessa forma, a mansão e toda a sua peculiaridade guia o leitor, tanto quanto, guia o narrador personagem.

Dito isto, foquemos agora nesse processo de condução. Rancière (2021), ao refletir sobre as possíveis posições do artista, afirma que este, pode construir uma imagem que se encerra no processo de sua produção. Ou seja, que significará aquilo que propõe o artista, e somente aquilo. Por outro lado, o pesquisador também aponta a posição em que o artista produz um material que não atinge sua total significação em sua produção, mas que é livre para a interpretação conjunta ao receptor. A segunda posição elencada por Rancière dialoga com toda nossa discussão sobre estética moderna e sua consequente alteração no papel do espectador. Esse diálogo, mesmo que anacronicamente, pode ser aplicado ao conto de Poe.

Para melhor ilustrar a afirmação do parágrafo anterior, tomemos mais um trecho do conto em análise. “Livrando meu espírito do que devia ser um sonho, examinei mais minuciosamente o verdadeiro aspecto do edifício” (POE, 2011, p.11). No trecho, ao usar a palavra “sonho”, o narrador refere-se a uma primeira impressão, que é substituída pelo que ele chama de “verdadeiro aspecto”. Esse jogo de substituição de percepções é uma constante dentro da narrativa inteira. E, se aqui estabelecemos que o narrador personagem é um reflexo do leitor, também podemos entender que essa construção de sentido deva ocorrer de forma subjetiva, tanto da parte do narrador, quanto do próprio leitor.

Inicialmente, falemos da percepção do narrador, amparados por mais um trecho do conto. “Isso muito me lembrou a enganosa integridade do antigo trabalho em madeira apodrecida por longos anos em alguma adega esquecida, sem a perturbação do bafo de ar exterior.” (POE, 2011, p. 11). Com base no trecho selecionado, podemos perceber que, além de sua imaginação, o background de vida do narrador também é um forte influenciador em seu processo de entendimento da casa. Ele assimila a estrutura de um cômodo da mansão a imagens de seu próprio passado.

Ao deixar exposta essa abertura a múltiplas possibilidades de interpretação, presente em seu próprio narrador, Poe cria uma narrativa lacunar, opaca e propensa ao trabalho ativo e particular de seus leitores na compreensão de sua obra. Assim, a leitura do conto, feita por leitores do século XIX, época em que o cinema nem mesmo existia, será diferente da leitura feita por apreciadores contemporâneos. Assim como o narrador enxerga a mansão a seu modo, o leitor compreende o mesmo objeto de maneira distinta, com base em seu próprio background. Retomando Rancière (2021), “Não estamos mais em um regime de evidência visual. Aprendemos a ler as imagens em referência à outra leitura possível” (p.130).

Essa opacidade lacunar, dentro do conceito de transcrição, desenvolvido por Campos (2011), é peça chave nas escolhas criativas que envolvem a produção de qualquer forma de adaptação a partir do conto de Poe. Mais que isso, essa característica pode ser apontada como determinante para que Poe seja um dos autores mais adaptados da Literatura mundial. Segundo Campos (2011), obras que apresentem obscuridade interpretativa, que encontrem sua qualidade na complexidade, são ideais para o que o pesquisador chama de recriação. Nesse sentido “quanto mais inçado de dificuldades esse texto, mais recriável, mais sedutor enquanto possibilidade aberta de recriação” (CAMPOS, 2011, p. 34).

Essa abertura propensa a recriação pensada por Poe foi aproveitada pela obra selecionada enquanto objeto de nossa análise. *La chute de la maison Usher* (1928), produzida por Jean Epstein, com auxílio de Luiz Buñuel, é uma das diversas adaptações do clássico conto de Edgar Allan Poe, que consegue desfrutar dessa fenda de possibilidades. No filme, a quantidade de mudanças significativas no enredo é bem pequena. Podemos citar o fato de que no longa, Roderick e Madeline vivem uma relação conjugal, consolidando o que no conto, para alguns, é apenas sugerido. Também é perceptível que a interação do melhor amigo com outros personagens que vivem longe da mansão Usher, possa ter sido usada para

reforçar a peculiaridade diferencial dos protagonistas, em relação ao resto da população local.

Em se tratando do melhor amigo de Usher, podemos observar o que creio ser a mudança mais significativa na transição do conto para o longa. Se no conto de Poe, o personagem funciona como reflexo do leitor, sendo todas as “imagens” entregues a partir da percepção subjetiva dele, no filme, sua importância é diminuída, diante da capacidade do veículo em dividir o foco entre os personagens. Assim, Madeline, e, principalmente, Roderick ganham mais tempo de narrativa, sustentado por fortes expressões faciais de seus intérpretes, aparecendo desvencilhados do olhar do melhor amigo, e em linha direta com o olhar do espectador.

No entanto, apesar de praticamente abandonada, essa “mediação” duplamente subjetiva entre narrativa e receptor, feita no conto pelo narrador-personagem, é mantida pela resistência a uma legibilidade imediata, que no filme também é uma constante, e eu diria até mesmo, que é um recurso ampliado. Isso, pois, o longa, diferente do conto de Poe (em que precisamos estabelecer uma relação com a estética moderna por meio de análise anacrônica), é fortemente influenciado pela estética surrealista, garantida pela colaboração de Buñuel, reforçando um olhar modernista ao texto de Poe. De modo que, a ideia da troca do “mostrar” pelo significar, já presente no conto, é transposta com sucesso no filme, mesmo que a mídia da adaptação, o cinema, trabalhe com imagens.

Para ilustrar e justificar tal conclusão, destaco alguns elementos, características e mudanças que funcionam como pontos de equivalências entre os dois materiais. Para iniciar, retomemos o personagem do amigo de Roderick. Como foi apontado, sua importância é diminuída no filme, à medida que sua percepção subjetiva, não é mais o único ponto de apoio para o receptor. Porém, o personagem do filme ainda consegue emular a carga de desconfiança presente no personagem escrito por Poe. Com um olhar sempre confuso, que demonstra não confiar no que vê seus próprios olhos, o personagem carrega consigo uma espécie de lupa (imagem 1), que usa em diversas situações. O objeto pode ser entendido como elemento de equivalência entre as obras, por simbolizar a descrença do visitante em sua própria percepção do que vê, como se a sua visão, assim como a do personagem do conto, não fosse suficiente para confirmar o aspecto real do que encontra. Esse entendimento, assim como no conto, descamba numa abertura de possibilidades de entendimento por parte do espectador.



*Figura 1- Imagem de La chute de la maison Usher (1928)*

Essa descrença diante da imagem não ocorre apenas a partir do personagem hóspede, ela se estende ao casal Usher, à mansão, e até mesmo, ao ambiente (sobre)natural que rodeia todo o universo da história. Todos esses elementos não são passíveis de uma leitura clara, pelo contrário, são construídos e ilustrados sob opacidade, como quando Roderick impede que fechem o caixão de sua esposa, deixando o espectador confuso sobre sua real intenção, visto que Madeline (ou seu fantasma) retorna ao fim do filme. Ainda podemos citar as inúmeras insinuações sobre a saúde psicológica dos personagens, como quando o amigo tenta distrair Roderick, com uma leitura, de um possível delírio do personagem.

Somado a isso, a direção do longa se vale de efeitos especiais (limitados ao que era disponível em seu tempo de produção) como o excesso de fumaça e névoa, que deixam a maior parte das cenas sombrias, e boa parte delas (como por exemplo a cena da queda da casa), incompreensíveis em certo nível, ao jogar com a presença/ausência dos personagens e outros objetos. Além disso, se vale de recursos opostos, como o uso de slow motion, a fim de dramatizar certas cenas, e de acelerações e mistura de imagens como exposto na figura 2. Com essas e outras estratégias, o cineasta consegue traduzir, sob os moldes e especificidades de sua mídia, o teor aberto a interpretações, da obra de Poe.

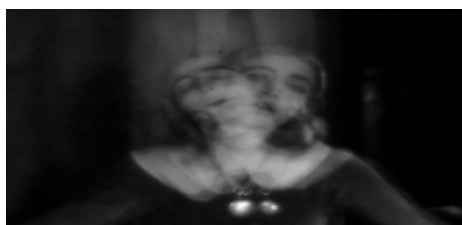


*Figura 2-Imagem de La chute de la maison Usher (1928)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do que aqui esteve em discussão, e tendo por base os conceitos de adaptação refletidos no segundo tópico deste texto, é possível lançar um olhar que difere, ao mesmo tempo que relaciona as duas obras em reflexão. Por meio do olhar anacrônico, que nos aponta certo aceno à estética moderna, representada nas características de resistência à legibilidade e não destinação da significação das imagens construídas pelos criadores, foi possível compreender de que forma o conto de Poe, escrito ainda antes da invenção do cinema, foi traduzido para o modo de criação artística da década de 1920, por Epstein.

Assim, mesmo um tanto teatral, aspecto que podemos atribuir a variáveis como a limitação do cinema mudo, e que antagoniza à essência da escrita de Poe, a produção de Epstein é feliz na tarefa de emular o tom misterioso, melancólico e de suspense do texto de Poe. Além disso, consegue apresentar o caráter lacunar, que tanto aqui foi debatido, e que culmina na necessidade de um espectador emancipado, no sentido moderno. No entanto, nada disso faz sem considerar ser uma obra diferente, produzida em um suporte diferente, sobre condicionamentos diferentes.

Desse modo, podemos perceber que, a adaptação consegue atingir o que propôs Hutcheon (2011), ao afirmar que adaptar é desejar tanto a repetição quanto a mudança, bem como alcança o que propõe Campos (2011) ao sugerir que em certas instâncias, como a da informação estética, a tradução é transcrição, é ter que lidar e produzir uma “coreografia de correspondências e divergências” (CAMPOS, 2011, p. 26).

## REFERÊNCIAS

AZERÊDO, G; PARISI, L. Estratégias metaficcionais em dois contos de Edgar Allan Poe: A relação entre o leitor, o retrato e a casa. *Revista de Letras, Artes e Comunicação*. v. 10, n. 1º, janeiro/abril, 2016. p. 161-179.

BARBOSA, J. A. *As ilusões da modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

CAMPOS, A. *Da transcrição poética e semiótica da operação tradutora*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2011.

GERBASE, C. O que o Cinema aprendeu com Edgar Allan Poe (E o que a Literatura ainda aprende com o Cinema). *Letras de Hoje*. v. 44, n. 2º. Abril/Junho, 2009. p. 21-27.

HUTCHEON, L. *Uma teoria da adaptação*. Tradução: André Cechinel. Santa Catarina: Editora UFSC, 2011.

LA CHUTE de la maison Usher. Direção: Jean Epstein. França: Films J. Epstein, 1928. YouTube (66 min), son., color.

OLIVEIRA, L. O narrador e o espaço em Edgar Allan Poe e Jean Epstein. *Casa*. v. 10, n. 2°. Dezembro, 2012. p. 1-7.

POE, E. A. *A queda da casa de Usher*. Tradução de Domingos Demasi. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *As distâncias do cinema*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

\_\_\_\_\_; JDAY, A. *O método da cena*. Tradução de Ângela Marques. Belo Horizonte: Quixote +DO, 2021.

SONTAG, S. *Contra a interpretação e outros ensaios*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

XAVIER, I. Do texto ao filme: a trama, a cena, e a construção do olhar no cinema. In: PELLEGRINI, T. et. al. *Literatura, cinema e televisão*. São Paulo: Senac, 2003, p. 61-89.

WELLBERY, D. E; BENDER, J. Retoricidade: Sobre o retorno modernista da retórica. In: WELLBERY, D. E. *Neo-retórica e desconstrução*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 11-47.

<http://www.imdb.com> – IMDB – Internet Movie Database. Acesso em: dezembro de 2022.

Recebido em 03 de fevereiro de 2023.

Aprovado em 18 de abril de 2023.





## AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E MATERNIDADE EM *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30636

Flaviane Ferreira de Souza Batista<sup>1</sup>  
Carolina Aparecida da Silva<sup>2</sup>  
Amanda Maria da Silva<sup>3</sup>  
Amaury Carneiro Freitas Filho<sup>4</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, analisaram-se as relações entre espaço e maternidade em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014). Neste estudo, buscou-se demonstrar, por meio da análise da narrativa, as relações entre espaço e representação da maternidade encenada pela narradora-personagem da referida obra. Além disso, investigou-se a construção da personagem Carolina, observando-se sobretudo a perspectiva sociocultural no espaço narrativo e demonstrando as intrínsecas relações entre esse espaço e o contexto de formação desse sujeito materno. Para a realização desta pesquisa, serviram de norte teórico-metodológico os conceitos de toponálise (BORGES FILHO, 2007), de personagem de ficção (CANDIDO, 2009), de identidade (HALL, 2006), assim como os de maternidade e maternagem (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). Observou-se a interferência do espaço no comportamento da personagem, considerando também as relações que ela mantinha com seus filhos, com seus vizinhos e consigo mesma. Embora a narradora-personagem mantivesse uma relação negativa com o espaço onde ocorre a maior parte da narrativa, é justamente essa relação que a impulsionava a ser uma mãe provedora e protetora para seus filhos, estabelecendo com eles um forte vínculo afetivo, ou seja, indo além da maternidade e alcançando a maternagem.

<sup>1</sup> Mestranda em Linguística do Texto e do Discurso, pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [flaferreira3@gmail.com](mailto:flaferreira3@gmail.com)

<sup>2</sup> Licenciada em Língua Portuguesa e suas Literaturas, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte. E-mail: [carolinaapsilva1993@gmail.com](mailto:carolinaapsilva1993@gmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira, pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG). E-mail: [amandaturmalina@hotmail.com](mailto:amandaturmalina@hotmail.com)

<sup>4</sup> Licenciado em Língua Portuguesa e suas Literaturas, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte. E-mail: [amaury47@gmail.com](mailto:amaury47@gmail.com)

**Palavras-chave:** Maternidade; Espaço; *Quarto de Despejo*

## THE RELATIONS BETWEEN SPACE AND MATERNITY IN "CHILD OF THE DARK: THE DIARY OF CAROLINA MARIA DE JESUS"

**ABSTRACT:** This article analyzes the connections between the concepts of space and maternity in "Child Of The Dark: The Diary Of Carolina Maria De Jesus" (2014). This study uncovers, through a narrative analysis approach, the relations between space and the portrayal of maternity by the narrator-character of the work. In addition, the construction of the character of Carolina is also scrutinized, observing the sociocultural perspective in the narrative space and demonstrating the intrinsic relations between this space and the context of formation of the maternal subject. The concepts of topoanalysis (Borges Filho, 2007), fictional characters (Cândido, 2009), identity (Hall, 2006), maternity and mothering (Gradwohl; Osis; Makuch, 2014) serve as the theoretical-methodological framework for this research. The impact of space on the character's behavior was noticed, including her relationships with her children, neighbors, and herself. Although the narrator-character's negative relationship with the space in which most of the narrative takes place, it was precisely this relations that drove her to be a nurturing and protective mother for her children, establishing a strong emotional bond with them, transcending maternity and reaching motherhood.

**Keywords:** Maternity, Space, Child Of The Dark.

*“Tem pessoas que saem das Universidades para ser escritora. Eu sai da favela. Sai do lixo. Sai do Quarto de Despejo. E meu nome corre o mundo”.*

(Carolina Maria de Jesus)

### INTRODUÇÃO

*Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014), é um diário que foi publicado em forma de livro e relata o dia a dia de uma moradora de uma comunidade de São Paulo na década de 1960. Escrito por uma autora que vivia à margem da sociedade paulistana da época em que foi publicado, esse livro apresenta características linguísticas comuns às pessoas da comunidade da qual a escritora fazia parte. Nele, a personagem principal, homônima da escritora, relata suas agruras, sua luta para sobreviver e criar sozinha seus três filhos. Um dos temas de maior recorrência na obra é a fome: “escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados” (JESUS, 2014, p. 195).



A personagem principal descreve, com detalhes, os principais aspectos e problemas enfrentados pelos moradores da comunidade Canindé, onde a história é ambientada. Além da falta de saneamento básico e da estrutura precária, a maioria das casas era construída com madeiras e lonas, o que demonstra a miséria dos moradores. Além disso, a violência também é tema recorrente na história. As crianças brincavam em meio ao esgoto e presenciavam atos de violência, vícios e obscenidades. Esse tipo de exposição causava um enorme descontentamento em Carolina, uma vez que sua grande preocupação girava em torno da criação dos filhos e do futuro que eles teriam vivendo num ambiente como aquele. A educação, para ela, era um valor inegociável e, por isso, estava disposta a todo tipo de sacrifício em prol das crianças. Assim, por diversas vezes, ela se privava dos poucos alimentos disponíveis para alimentar seus filhos.

Considerando-se a importância dos aspectos espaciais na obra e a marcante personalidade de Carolina, que se comportava como um sujeito crítico e ativo, lutando para vencer as dificuldades ímpares para criar seus filhos decentemente na comunidade do Canindé, objetiva-se, neste artigo, analisar a relação entre espaço e maternidade em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014).

Com isso, espera-se contribuir para a ampliação dos estudos acerca da obra de Carolina Maria de Jesus, trazendo à cena a voz de uma mulher negra, pobre, com pouco estudo, mas que, no entanto, conseguiu fazer-se entender, levando a inúmeros leitores a sua voz e a sua identidade através de sua escrita.

Embora seja um diário, considera-se *Quarto de Despejo* uma obra ficcional, pois foi escrito para ser publicado. Dessa maneira, “não compactua mais com a ideia de confessar para si o inconfessável, pois a publicação está posta” (MARTINS, 2013, p. 128). Nele, apesar da ficcionalidade, percebem-se diversos assuntos que ainda são recorrentes na sociedade atual, visto que, ainda que tenha havido mudança positiva, altamente relevante, no contexto espacial e social de algumas favelas, hoje chamadas de comunidades nos grandes centros, questões como a fome, os conflitos sociais, a prostituição, as dificuldades de uma mãe solteira para criar seus filhos sozinhas, entre outras, ainda são muito comuns, tanto nas comunidades quanto fora delas. Além disso, essa obra mostra a imagem de uma personagem crítica, que tem consciência de que a miséria é um problema social, resultado de processos políticos e históricos:

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo.  
Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a

dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o paiz dos políticos açambarcadores (JESUS, 2014, p. 39).

Tendo em vista que o espaço e o sujeito influenciam-se em uma narrativa, considerou-se o espaço da favela como fator primordial para a construção da identidade do sujeito materno em *Quarto de despejo*, devido principalmente aos sentimentos dolorosos que a favela provocava em Carolina, devido à vida que seus filhos levavam naquele ambiente. Supõe-se que isso tenha determinado profundamente o seu comportamento como mãe.

### PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para se alcançar os objetivos desta pesquisa, escolheu-se o método monográfico, de caráter qualitativo e descritivo, sendo uma pesquisa que consiste na análise de uma obra e de seus aspectos narrativos: “a investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 108). Portanto, serão abordadas questões que dizem respeito à influência que o espaço exerce em fatores tanto coletivos quanto individuais das personagens que são relevantes para a elaboração desta pesquisa. Foi feita revisão da fortuna crítica relativa a essa obra da autora, seguida de levantamento de alguns conceitos-chave para a análise. Após, investigou-se como o espaço ficcional age sobre as personagens, especialmente sobre a figura materna de Carolina. A partir da escrita, ou seja, da escolha de palavras e da descrição dos espaços na obra, foi analisado o comportamento da protagonista em diversas situações, assim como suas intenções, seus objetivos como ser social e economicamente necessitado.

A obra de Carolina Maria de Jesus tem uma considerável fortuna crítica, tendo em vista que muitos foram os estudiosos que se dedicaram à escrita caroliniana. Selecionaram-se três trabalhos que tratam de temas relevantes para esta pesquisa, como o contexto histórico, o espaço em que a autora estava inserida e como a obra de uma mulher negra, mãe solteira e moradora de periferia conseguiu ser reconhecida pela crítica.

O primeiro deles é de Fabiana Rodrigues Carrijo Dnda (2011), que analisou o contexto social em que a obra de Carolina foi produzida e a subjetividade do discurso da autora. De acordo com Dnda (2011, p. 6), “escrever a partir de um ponto de vista ‘marginalizado’ [...]”

especialmente, se atentarmos para o fato de que escrever, comumente, fora considerado um ofício masculino” demonstra a singularidade da escrita caroliniana.

O segundo é de Eliane da Conceição Silva (2016), que ressalta a importância do espaço não só na construção de *Quarto de Despejo*, mas também na carreira literária da autora:

Carolina não se restringia apenas ao ambiente doméstico. Obrigada pela miséria material a lutar diariamente pela própria sobrevivência, posto que, se não fosse às ruas, nem ela nem os filhos teriam o que comer, sua escrita autobiográfica adquire contornos próprios, e, não fosse essa intensa dificuldade material, provavelmente sua escrita teria se desenvolvido ainda mais. (SILVA, 2016, p. 56).

O terceiro é de Christiane Vieira Soares Toledo (2010). Para ela, a “originalidade da obra de Carolina Maria de Jesus foi o ponto mais alto da literatura que produziu” e que, portanto, a qualidade alcançada por ela consiste em “sua visão de mundo avançada para sua classe e época”. A pesquisadora diz ainda que a escrita de Carolina “levantou algumas bandeiras em prol das minorias, e isso se faz muito presente em seu texto” (TOLEDO, 2010, p. 3).

Nesses trabalhos, percebe-se o destaque dado à subjetividade da escrita de Carolina Maria de Jesus, à favela como espaço de construção identitária e ao lugar da mulher negra na literatura nacional. Esses são aspectos relevantes para este estudo, assim como nessas pesquisas.

Alguns conceitos foram selecionados para subsidiarem esta análise: *espaço* ou *topoanálise*, na perspectiva de Borges Filho (2007), *personagem*, a partir da ótica de Antonio Candido (2009); *identidade*, sob o ponto de vista de Stuart Hall e *maternidade/maternagem*, discutidos por Gradwohl, Osis e Makuch (2014). Esses conceitos embasaram os apontamentos e guiaram esta investigação nos aspectos que envolvem o objeto de estudo, como a diversidade identitária da personagem, o lugar do qual é desenvolvido o seu discurso e outros.

O espaço onde se desenrola a narrativa de *Quarto de despejo* foi analisado a partir da topoanálise. Essa concepção teórica, desenvolvida e ampliada por Borges Filho (2007), a partir da terminologia cunhada por Bachelard (1989), não se limita apenas às características geográficas em que o enredo se passa, mas leva em consideração todos os tipos de influência que o espaço exerce em relação à criação do sentido literário na obra. Portanto, a topoanálise vai além de uma visão meramente territorial, pois engloba aspectos social,

cultural e psicológico das personagens e a interação destas com o espaço. Assim sendo, a toponálise consiste em uma

[...] investigação do espaço em toda sua riqueza, em toda sua dinamicidade na obra literária. O toponalista busca desvendar os mais diversos efeitos de sentidos criados no espaço pelo narrador: psicológicos ou objetivos, sociais ou íntimos, etc. (BORGES FILHO, 2007, p. 33).

Para Borges Filho (2007), o espaço tem as seguintes funções em uma obra literária: caracterizar as personagens, situando-as no contexto socioeconômico e psicológico em que vivem; influenciar as personagens; propiciar e sofrer suas ações. Todas essas foram utilizadas na análise e relacionam-se, respectivamente, com o fato de o espaço dar à personagem uma condição social pejorativa – favelada, fazendo com que ela se caracterize como algo sem valor e descartável; influenciar diversas atitudes de Carolina e propiciar as ações da personagem desde as discussões dela com os vizinhos até a decisão de trancar os filhos por não confiar na segurança da comunidade.

Assim sendo, entende-se que, para que ocorra uma boa análise do espaço em uma obra literária, deve-se considerar não somente os aspectos físicos/geográficos do local, mas também os culturais, sociais, íntimos ou psicológicos e os vários efeitos de sentidos que o espaço projeta no narrador e nas outras personagens (BORGES FILHO, 2007). Essa concepção teórica permitiu estabelecer relações entre o espaço e o sujeito materno em *Quarto de despejo*.

Ao se tratar do sujeito na literatura, o presente estudo se limita à abordagem de um ser figurado no decorrer da – e pela – trama narrativa (REIS, 2015). Trata-se de um determinado sujeito envolto em situações que se definem no espaço da obra de arte, seres expostos a conflitos sociais e psicológicos ligados a valores éticos e morais (CANDIDO, 2009):

[...] a grande obra de arte literária (ficcional) é o lugar em que nos defrontamos com seres humanos de contornos definidos e definitivos, em ampla medida transparentes, vivendo situações exemplares de um modo exemplar (exemplar também no sentido negativo). Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores (CANDIDO, 2009, p. 45).

Ou seja, os elementos que definem uma personagem, sejam eles religiosos, morais, psicológicos e político-sociais, estão espacialmente situados e variam de acordo com o espaço em que essas personagens se encontram (CANDIDO, 2009). Em *Quarto de Despejo*, observa-se a recorrência desses fatores e a influência deles na definição dos contornos da

narradora: Carolina se deparava, muitas vezes, com situações diante das quais ela precisava se controlar, ignorar alguns acontecimentos para evitar confusões, apesar de sua revolta inclusive com os mexericos e as calúnias. Ela fazia isso por não querer se comparar às demais moradoras da comunidade do Canindé.

Quando se fala em sujeito, fala-se também em identidade. Sobre isso, Hall (2006, p. 11) afirma que, “de acordo com [...] a concepção sociológica [...], a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. [...] A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público”. Portanto, a identidade de Carolina não se situa apenas entre o interior e o exterior do *eu*, mas está colocada também entre a modernidade e a pós-modernidade (ou modernidade tardia), uma vez que o diário mescla afirmação identitária com sua concomitante fragmentação, seus contrastes e conflitos.

A multiplicidade identitária de Carolina Maria de Jesus demonstra aquilo a que o estudioso chama de descentramento identitário, uma dessas identidades é a materna. Considerando os conceitos de maternagem e maternidade de Gradwohl, Osis e Makuch (2014), a relação social e genética entre mãe e filho é posta em dois campos diferentes:

Enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho, a maternagem é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe. [...] a valoração e a vivência da maternidade e da maternagem variam historicamente e de acordo com a inserção das mulheres em culturas específicas (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014, p. 2).

Em *Quarto de Despejo*, a personagem principal tem a condição materna como norteadora de suas ações, sendo que o espaço exerce uma grande influência sobre a narradora e é um dos fatores determinantes para a construção da identidade materna dessa personagem. A protagonista refere-se ao local em que vive, a favela do Canindé, de uma forma singular e subjetiva. Dito isso, faz-se necessário ressaltar que a personagem se sente deslocada naquele ambiente, uma vez que a favela é descrita por Carolina como o “quarto de despejo” de São Paulo, local onde só se “coloca/descarta” aquilo que não é mais necessário ou que não tem serventia:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade [São Paulo] tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo [...] Sou rebotalho.

Essa relação emocional entre a personagem e o espaço se dá de forma negativa: por meio do próprio título do livro, já é possível perceber esta relação. O modo como a protagonista percebe sua própria identidade já é anunciado através da metáfora presente no título da obra – *Quarto de despejo*, a qual aponta para um espaço repulsivo, desprezível.

### A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E MATERNIDADE EM *QUARTO DE DESPEJO*

A maternidade, esse vínculo sanguíneo e afetivo entre mãe e filho, envolve vários aspectos – desde condições genéticas até condições emocionais. Na obra, Carolina se caracteriza como uma mãe solteira, negra, que sustenta os três filhos sem ajuda da família, de um cônjuge ou do pai das crianças. Essa condição social e cultural da personagem proporciona a construção de uma maternidade sofredora, árdua e constante. Essa posição é construída em meio a princípios culturais advindos de suas experiências de vida, como a necessidade de colocar os filhos na escola para serem pessoas educadas e cultas. Esses princípios estavam sujeitos às condições sociais nas quais a narradora estava inserida e unidos à sua autoimagem, pois, embora não questionasse suas raízes, ela se declarava pobre, negra e favelada.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2014, p. 64).

Carolina gostava e valorizava sua identidade cultural e racial. Ela não reclamava de sua cor ou de seu cabelo, mas, sim, de tudo que ela passava devido à pobreza e à dificuldade; embora, na época (e ainda hoje), uma pessoa com suas características físicas era subjugada e, muitas vezes, discriminada.

Das identidades da personagem, que podem ser percebidas na obra, a mais exacerbada é a materna. A construção materna está relacionada ao vínculo entre mãe e filho, vínculo esse que supera os laços sanguíneos – maternagem – e alcança o campo do dever, do cuidar, da responsabilidade e do amor: “[...] os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los [...]” (JESUS,

2014, p. 16-17). Assim, mesmo estando cansada, doente e mal alimentada, ela saía às ruas para catar papel, fosse dia chuvoso ou de sol, fosse na favela ou na cidade. Ela até mesmo revirava o lixo para que seus filhos não morressem de fome. A favela exigia dela mais esforço e mais resistência para sobreviver e criar suas crianças.

Considerando uma perspectiva sociocultural, que está ligada ao fato de a favela ter uma multiculturalidade devido às origens de sua formação – aglomeração de pessoas advindas de vários lugares e sem condições financeiras para irem para um lugar mais digno e com melhor infraestrutura –, a maternidade de Carolina se constrói em um ambiente depreciado, subjetivado e conflituoso, o que a identifica como uma mãe e mulher necessariamente forte, batalhadora, resistente e firme, características que, de acordo com suas colocações sobre o lugar em que vivia, não seriam tão acentuadas se ela não vivesse lá.

A identidade materna da personagem é um tanto peculiar se comparada à imagem que ela passa das demais mães de seu espaço social. Essa identidade incorpora a maternidade, a maternagem e a aversão que sente pelo espaço onde reside. Isso está relacionado às suas necessidades e a de seus filhos, assim como à luta pela sobrevivência no lugar em que residem. Sua identidade materna está envolta em uma onda de caráter, amor, preocupação com o futuro, com a imagem da família e com a vida das suas crianças. Carolina buscava ser um exemplo para os filhos e também fazer deles boas pessoas, de bom caráter e estudadas, algo que não estava entre as preocupações da maioria da vizinhança: “Mas, não vou beber. Não quero viciar. Tenho responsabilidade. Os meus filhos! E o dinheiro gasto em cerveja faz falta para o essencial. O que eu reprovo nas favelas são os pais que mandam os filhos comprar pinga e dá as crianças para beber [...]” (JESUS, 2014, p. 21).

Como antes mencionado, o espaço está diretamente ligado ao sujeito e à sua narrativa. Carolina se envolve com esse espaço de uma forma negativa, tanto física quanto emocionalmente. Percebe-se que há um conflito entre ela e sua condição de moradora de comunidade: “[...] Eu não estou descontente com a profissão que exerço [...]. O desgosto que tenho é residir em favela” (JESUS, 2014, p. 22). Além disso, é possível observar que a narradora prioriza o sonho de deixar aquele local. No entanto, não consegue, devido à sua identidade, ter uma postura passiva diante dos problemas de seus vizinhos ou do descaso dos políticos com o lugar e com os moradores. Ela não deixa de odiar o lugar, porém não ignora o sofrimento das outras pessoas que vivem ali. Tais colocações são apenas um esboço das interferências da narradora no ambiente e do ambiente nas atitudes da narradora:

[...] Quatro mulheres e um menino avançaram na mulher com tanta violência e lhe jogaram no solo. A Marli saiu. Disse que ia buscar uma pedra para jogar na cabeça da mulher. Eu pui a mulher no carro e o Alcino e mandei eles ir-se embora. Pensei em ir chamar a Polícia. Mas até a Polícia chegar elas matavam a mulher [...]. As mulheres da favela são horríveis numa briga (JESUS, 2014, p. 50).

Sua fala também é marcada por denúncias de pauta racial, social, sanitária e de segurança e esse contexto em que a narradora se encontra impacta diretamente suas decisões, quando o assunto é seus filhos:

Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém [...] (JESUS, 2014, p. 74).

Nesse trecho, é possível observar que, ainda que ela não queira justificar-se para os outros, sua decisão de não se deixar viciar em bebida alcoólica é motivada pelo fato de ela buscar passar um bom exemplo para os seus filhos e, ao mesmo tempo, obter o respeito deles, poder controlá-los. Ou seja, por considerar o ambiente no qual se encontra propício para os vícios e para a criminalidade, a personagem buscava evitar maus exemplos e situações que fogem de seu controle.

Considerando-se o conceito de maternagem, percebe-se que, como afirmado anteriormente, o vínculo que foi estabelecido entre Carolina e seus filhos não se restringe ao laço familiar, mas projeta-se também para a relação afetiva. A maior parte das ações da personagem está voltada para o bem-estar das suas crianças. Muitas vezes, ela coloca de lado suas necessidades devido às dificuldades que encontra para manter seus filhos amparados e alimentados. Em muitos momentos, esse laço afetivo impõe a ela deveres que ultrapassam suas condições físicas e sociais. Em *Quarto de despejo*, Carolina se supera para ter condições de sustentá-los, trabalhando de dia e de noite, catando e vendendo tudo o que consegue:

Fui na fabrica, depois fui no senhor Rodolfo. Ganhei mais 20 cruzeiros. Depois fiquei cansada. Voltei para casa. Estava tão cansada que não podia ficar de pé. Tinha a impressão que ia morrer. Eu pensava: se eu não morrer, nunca mais hei de trabalhar assim. Eu estava com falta de ar. Ganhei 100 cruzeiros (JESUS, 2014, p. 111).

A personagem, em momento algum, abre mão de sua condição materna e procura sempre estar em ordem com seus deveres:



Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia.

Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna.

Terminaram a refeição. Lavei os utensílios depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar [...] (JESUS, 2014, p. 21-22).

Observa-se nesta cena que, por mais tarefas que tenha, por mais necessidades de sair para trabalhar e conseguir dinheiro, sua prioridade é a sua casa e os seus filhos. A cada ato matinal – como preparar o café, comer e lavar vasilhas – ela vai repensando a sua maternagem, o seu vínculo afetivo com eles e, conseqüentemente, o seu papel social diante dessa dupla faceta materna. Ou seja, nessa cena, a cada fato, os filhos vão se mesclando à identidade materna de Carolina, constituindo-a e repensando-a. Assim, a personagem coloca suas obrigações maternas acima de todas as outras coisas, de tal modo que a sua felicidade e o seu bem-estar dependem diretamente da situação em que seus filhos se encontrem.

Carolina enfrenta as adversidades de sua condição social de mulher negra, cujas condições são determinadas pelas dificuldades financeiras, da (sobre)vivência em periferia, de sua condição materna de arrimo de família, mãe solteira e única responsável pela alimentação, educação, sobrevivência dos filhos. Muitas vezes, a agitação causada pela preocupação de não saber onde o filho estava e ter que sair à noite pelas ruas, ir a delegacias à procura dele, dá lugar à paz que ela sente ao perceber que ele está bem. O “alívio” que ela sente está na certeza de que irá voltar para casa com seu filho e que ele está seguro ao seu lado.

Na obra, percebe-se a influência que o espaço exerce sobre Carolina e como ele é um dos fatores determinantes para a construção identitária materna da personagem, pois são justamente todas as dificuldades impostas por aquele ambiente que a levam a ser e a agir como uma mãe que faz tudo em prol da felicidade dos filhos e de uma condição de vida melhor para eles. Não apenas as dificuldades, mas a reação de negação àquele espaço. Por esse motivo, entre as várias facetas identitárias que compõem a personagem a que mais se destaca é a materna. O ambiente age como um fator de transformação e de construção da identidade materna da narradora.

O modo como Carolina percebe sua própria identidade já é anunciado através da metáfora presente no título da obra, como já afirmado. Por meio dessa denominação - Quarto de despejo -, é evidente que o espaço influencia diretamente a autoimagem da narradora. Carolina vê os moradores da favela e a si mesma como seres à margem da

sociedade e que não agregam valores ao meio social no qual estão inseridos e, por isso, encontram-se no “Quarto de despejo” de São Paulo, cujo espaço, ainda que geograficamente faça parte da cidade, socialmente é excluído por ser a favela do Canindé.

Além da personagem não se sentir pertencente àquele lugar, alguns moradores de lá a excluía, ora por ela saber ler e escrever, ora por conseguir arranjar mais dinheiro que os outros com a venda de papéis e sucatas, sendo este um dos tantos motivos para que Carolina tivesse aversão à favela e preocupação com a educação e a segurança de seus filhos.

Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos para fora. A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos começou impricar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espanca-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com criança! As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro do que ela (JESUS, 2014, p. 15-16).

Nesse trecho, é notória a relação abjeta que se dá entre a personagem e o espaço, já que ela se refere à comunidade como “inferno”.

Em outros momentos, quando Carolina inicia seus registros dizendo que choveu, é possível, para o leitor, supor que a narradora não sairá para catar papel, pois, como os papéis estarão molhados em decorrência da chuva, a personagem não conseguirá vendê-los e, conseqüentemente, não conseguirá dinheiro suficiente para suprir as necessidades do seu dia a dia, como, por exemplo, comprar comida para as suas crianças.

Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sabado. Os favelados são considerados mendigos. [...] Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no frigorifico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. [...] Deus é o rei dos sábios (JESUS, 2014, p. 61).

Entretanto, mais uma vez a maternidade é colocada em evidência, pois, mesmo com a chuva, a personagem sai para trabalhar na tentativa de encontrar outro material que não seja o papel para vender. Nesse trecho, a narradora fala sobre seu sofrimento oriundo das dificuldades em providenciar comida para ela e os seus filhos. Infere-se que essas dificuldades abalem sua identidade materna, visto que ela se identifica e age como provedora do alimento, que é fundamental para o bem-estar e saúde de sua prole. A

frustração da personagem com a fome é tamanha que Carolina chega a desejar ser um animal por julgar que eles possuem mais facilidade para se alimentar que o ser humano.

Além dos problemas da fome, o espaço conturbado, permeado por brigas entre alguns moradores torna seu instinto de proteção em relação aos filhos cada vez mais forte: esse ambiente que a revolta é o mesmo que a incentiva a cada vez mais se preocupar com a qualidade educacional de seus filhos, visto que, se naquele espaço havia uma grande recorrência de atitudes ou comportamentos que serviam de maus exemplos para as crianças, Carolina é forçada a se desdobrar cada vez mais para educá-las de acordo com suas crenças e sua ética, mostrando, assim, que os desvios educacionais e de integridade moral por parte de alguns moradores não deveriam ser reproduzidos pelas crianças, devendo ser tomados como exemplos do que não podia ser feito:

E o pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para rua. Quando começa as brigas os favelados deixam seus afazeres para presenciar os bate-fundos. De modo que quando a mulher sai correndo nua é um verdadeiro espetáculo para o Zé Povinho. Depois começam os comentários entre as crianças:

\_ A Fernanda saiu nua quando o Armim estava lhe batendo.

\_ Eu não vi. Ah! Que pena!

\_ E que jeito é a mulher nua?

E o outro para citar-lhe aproximava-lhe a boca do ouvido. E ecoa-se as gargalhadas estrepitosas. Tudo que é obsceno pornográfico o favelado aprende com rapidez (JESUS, 2014, p. 45).

Apesar das dificuldades que Carolina encontra ao sair para trabalhar, seja pelo medo de deixar os seus filhos sozinhos ou pela força extrema que a personagem exerce diariamente para carregar os sacos pesados de papel e sucata que recolhe pelas ruas, ela não reclama da sua profissão de catadora. Afinal é por meio dela que é garantido seu sustento e de sua família. É possível perceber isso pelo tempo que a narradora trabalha com essa atividade:

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. (JESUS, 2014, p. 22).

Percebe-se que o que a incomoda mais é não poder gozar de um pouco de conforto, como andar limpa, ter roupas e calçados novos, alimentar-se adequadamente todos os dias e morar em uma casa confortável. Esse desejo e o desgosto por sua vida ocorrem pelo fato de

ela não aceitar viver e criar os seus filhos naquele espaço conflituoso e desprovido de condições básicas para a sobrevivência: “Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tabuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida!” (JESUS, 2014, p. 175). Nessa passagem, assim como na anterior, a narradora expõe seus sentimentos de tristeza e infelicidade por residir com seus filhos em um barraco construído de forma precária na favela.

Ver os filhos sujos e maltrapilhos a incomodava e a entristecia também e, por isso, sempre encontrava oportunidades para declarar que, se ela andava suja e malvestida, era porque a vida estava sendo bastante impiedosa. Ou seja, Carolina transfere para a favela a culpa de muitas de suas amarguras e, nesse momento, o espaço desperta também o seu sentimento crítico em relação à posição dela de ser ignorada pela sociedade por residir à sua margem.

Essa insatisfação com aquele ambiente despertava na personagem sensações e atitudes das quais ela, muitas vezes, arrependia-se. Por sempre procurar ser uma mãe de opinião forte, para que os filhos a respeitassem, evitava mentir ou ainda falar coisas nas quais ela não acreditava ou as quais não cumpriria. No entanto, aquelas dificuldades que enfrentava acabavam por fazer sua palavra falhar com seus filhos e isso a entristecia e a revoltava:

Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo e a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

\_Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que via a minha palavra falhar. Eu disse:

\_É que eu tinha fé no Kubstchek.

\_A senhora tinha fé e agora não tem mais?

Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. [...] a democracia é fraca [...] e tudo que está fraco, morre um dia (JESUS, 2014, p. 39).

É possível perceber, na cena acima, que Carolina se sente descontente com o governo do país, e a sua esperança na democracia, devido às amarguras de sua vida, acaba por diminuir e até desaparecer naquele momento. A personagem, na posição materna que sempre buscou manter-se, viu-se obrigada a deixar que sua palavra falhasse para que eles não passassem fome, e isso fez com que ela se sentisse diminuída. Tendo em vista a relação entre a construção da identidade materna e a espacialidade da narrativa, essa situação a abalava. No entanto, a oportunidade de saciar a fome de sua família acabava por abarcar as outras necessidades. Aquele acontecimento, ainda que justificável pelo peso da fome,

provocou nela um desconforto e, por isso, ela tentou explicar o motivo de sua ação, o qual, nesse caso, seria a sua descrença em um futuro no qual a situação de vida de sua família fosse melhor.

Percebe-se que o amor imensurável que a narradora sentia pelos filhos era a força que a impulsionava a lutar contra a vida difícil que sua família levava na favela. A personagem vivia para cuidar deles. Era em virtude das crianças que ela encontrava certo conforto para vencer os dias difíceis no Canindé. Mas esse conforto acabava quando os seus filhos falavam que estavam com fome:

Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o predomínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou é uma nação única? Será que lá existe favela? E se existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela? (JESUS, 2014, p. 50).

A protagonista estava tão saturada de viver naquelas condições precárias que em alguns momentos ela demonstrava ter medo de, após a morte, ter de viver na favela e passar pelos mesmos suplícios que vivenciava nos dias em que estava no Canindé.

Carolina, em algumas cenas do diário, como resultado da vida atribulada que levava, encontrava-se muito abatida e sem rumo, o que, também em função do espaço que a rodeava, impactava diretamente sua posição diante do mundo e suas ações dentro de casa. Por isso, é possível afirmar que o espaço em *Quarto de despejo* é um dos fatores responsáveis pela construção e pela formação da identidade materna da personagem, já que em vários momentos suas ações são uma resposta ao ambiente em que vive.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quarto de despejo* é uma obra na qual é possível observar as intrínsecas relações entre a construção da identidade materna de uma personagem e o espaço no qual ela se insere. Nesse livro, a maternidade de Carolina é visivelmente afluída e o vínculo afetivo que ela mantém com seus filhos é perceptível não apenas em sua luta para mantê-los, mas também em sua entrega a eles. Desde o momento em que acorda ao momento em que pode se deitar para dormir e descansar, a personagem está com o pensamento direcionado para seus filhos: mesmo quando se permite afastar para escrever, os seus sentidos estão voltados para as necessidades deles. Quando ela está nas ruas, sua preocupação é com a segurança

deles e, quando está em casa, Carolina se preocupa com o fato de ter que sair para providenciar dinheiro para o alimento da família. Mesmo assim, ela busca ser uma mãe paciente e íntegra, um ser humano no qual os seus filhos pudessem espelhar-se para se tornarem pessoas de bom caráter.

O espaço, por sua vez, permeia a narrativa de *Quarto de despejo* como sendo uma das peças fundamentais para as colocações da personagem quando esta expõe o motivo que a deixa infeliz: o fato de ter que residir na favela do Canindé. Carolina se posiciona diante daquele espaço de um modo particular e isso pode ser observado desde a forma como ela se coloca diante dos conflitos que existem naquela comunidade até as observações acerca da educação que ela busca para os seus filhos. Muitas vezes, esse espaço a influenciava de forma negativa quanto positiva. Era o ambiente que continuamente a revoltava e ao mesmo tempo a impulsionava. Essa relação entre a narradora e o espaço se dá em diversos aspectos: culturais (por ela se destacar de alguns moradores no que se refere à criação e à educação dos filhos, buscando fazer o oposto do que presenciar na favela), identitários (a influência do espaço sobre a imagem que a personagem tem de si mesma nos momentos em que se sente diminuída e abandonada pelos políticos ou, ainda, quando ela precisa agir como uma heroína para sustentar e, ao mesmo tempo, proteger os filhos dos perigos que a vizinhança representa).

Assim, considerando essa mútua influência entre o espaço e a personagem, percebe-se que Carolina, enquanto um sujeito materno, faz dessa identidade a base que norteia sua relação com a comunidade. Em outras palavras, é devido ao espaço em que reside que a personagem se preocupa tanto com a segurança de seus filhos. Ela reprovava a educação que os demais moradores davam às crianças deles e isso a motivava a ser diferente. Portanto, isso demonstra mais uma vez que o espaço é um fator primordial para a construção da identidade materna da personagem Carolina, em *Quarto de despejo*.

## REFERÊNCIAS

BORGES FILHO, O. *Espaço e literatura: introdução à toponálise*. São Paulo: Ribeirão, 2007.

CANDIDO, A. A personagem do romance. In: CANDIDO, A. ROSENFELD, A. PRADO, D. A e GOMES, P. E. S. *A personagem de ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 51-80.

DNDA CARRIJO, F. R. Nas fissuras dos cadernos encardidos: os processos de subjetivação e a discursividade literária incanônica em Carolina Maria de Jesus. *Anais do Silei*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2011. Disponível em:

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, nº2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/2943.pdf> Acesso em: 9 de set. 2017.

GRADVOHL, S. M. O. OSIS, M. D. MAKUCH, M. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. *Pensando em famílias*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a06.pdf> Acesso em: 26 nov. 2019.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/179384552/identidade-cultural-na-pos-modernidade-Stuart-Hall-pdf> Acesso em: 18 abr. 2017.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 2014.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, A. F. Os perfis da literatura de introspecção: o Diário em Virgílio Ferreira e a autoria na autoficção. *Revista Desassossego*, São Paulo, n. 9, p. 125-139, jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/59410/62574>. Acesso em: 14 fev. 2022.

REIS, Carlos. *Pessoas de livro: estudos sobre a personagem*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015.

SILVA, E. C. *A violência social brasileira na obra de Carolina Maria de Jesus*. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em estudos linguagem) – Universidade estadual Paulista, Araraquara, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150468/silva\\_ec\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150468/silva_ec_dr_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 9 de set. 2017.

TOLEDO, C. V. S. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 247-257, jul. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/7066/5732&gt;>. Acesso em: 9 set. 2017.

Recebido em 16 de fevereiro de 2023.

Aprovado em 18 de abril de 2023.





## A MARCHA DAS MARGARIDAS E SEU ATIVISMO POLÍTICO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30778

Marluce Marcondes Gonçalves<sup>1</sup>  
Lucas Labigalini Fuini<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Marcha das Margaridas representa uma ação estratégica de mulheres do campo e floresta que integram permanentemente o MSTTR (Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), em evento que ocorre a cada quatro anos na cidade de Brasília-DF, Brasil. O artigo pretende caracterizar a iniciativa adotada por este movimento diante do cenário da luta agrária, luta pelo fim da discriminação e violência contra a mulher do campo e da floresta, dando visibilidade às mulheres e vislumbrando conquistas nas esferas públicas. A primeira Marcha das Margaridas ocorreu em 2000, e a partir de então o movimento tem se revelado organizado e de mobilização nacional, tornando-se reconhecido como o maior da América Latina de mobilização de mulheres. Neste contexto, este estudo tem como objetivo analisar a Marcha a partir de sua gênese, sob um aspecto historiográfico, e observar a sua atuação no campo político brasileiro, na articulação entre sua organização, reivindicações políticas e protagonismo feminino. Do ponto de vista metodológico, esse artigo está baseado em pesquisa qualitativa de cunho histórico, bibliográfico e documental, seguindo uma abordagem dialética e crítica, com os procedimentos de pesquisa exploratória e descritiva. Entre os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental, verificou-se que a marcha, em seus mais de vinte anos de história, produziu avanços para a causa das mulheres no campo, com conquistas nos âmbitos das leis, políticas públicas e mobilização, no entanto, ciclos políticos e governos desfavoráveis à pauta social e agrária podem dificultar o avanço

<sup>1</sup> Licenciada em História (UNIFEOB) e em Filosofia (UFSJ) e Especialista em Informática na Educação e em Humanidades (IFSP-São João da Boa Vista). É professora da Secretária de Educação do estado de São Paulo: E-mail: [marlucericetti@gmail.com](mailto:marlucericetti@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciado em Geografia (UNESP-Rio Claro), com Mestrado e Doutorado em Geografia (UNESP-Rio Claro) e Pós-doutorado em Teoria em Geografia (UNESP-Presidente Prudente). É professor EBTT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São João da Boa Vista. Email: [lucasfuini@ifsp.edu.br](mailto:lucasfuini@ifsp.edu.br)



**Palavras-chave:** Movimento Social Feminino; Movimento do Campo; Marcha das Margaridas; Brasil.

## THE “MARCHA DAS MARGARIDAS” (MARCH OF DAISIES) AND ITS POLITICAL ACTIVISM: A HISTORICAL ANALYSIS

**ABSTRACT:** The Marcha das Margaridas (March of Daisies) represents a strategic action by rural and forest women who are permanently part of the MSTTR (Union Movement of Rural Workers and Workers), in an event that takes place every four years in the city of Brasília-DF, Brazil. The article intends to characterize the initiative that these women took in the context of the agrarian struggle, the struggle to end discrimination and violence against rural and forest women, giving visibility to women and envisioning achievements in the public sphere. The first Marcha das Margaridas took place in 2000, and since then the movement has been organized and mobilized nationally, becoming recognized as the largest for women's action in Latin America. This study aims to analyze the March from its genesis under a historiographical aspect and observe its performance in the Brazilian political field, in the articulation between its organization, political claims and female protagonism. From a methodological point of view, this article is based on qualitative research of a historical, bibliographical and documentary nature, following a dialectical and critical approach, with exploratory and descriptive research procedures. Among the results obtained from the bibliographical and documental research, it was verified that the march, in its more than twenty years of history, produced advances for the cause of women in the countryside, with achievements in the scope of laws, public policies and mobilization, in the However, political cycles and governments that are unfavorable to the social and agrarian agenda can make it difficult for the feminist struggle to advance in the countryside.

**Keywords:** Feminine Social Movement; Field Movement; Marcha das Margaridas (March of the Daisies); Brazil.

*“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”  
Margarida Maria Alves.*

### INTRODUÇÃO

O presente artigo<sup>3</sup> tem como foco de estudo o movimento denominado “Marcha das Margaridas”, por meio de uma síntese que relata desde a origem até a sua última edição. Desde sua primeira edição, realizada no ano de 2000, em um movimento e evento que se

<sup>3</sup> Este artigo, com modificações, é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Marluce Marcondes Gonçalves, sob orientação de Lucas Labigalini Fuini e co-orientação de Ellen Gallerani Corrêa, no curso de Pós-graduação lato sensu Especialização em Humanidades: Ciência, cultura e sociedade, concluído no ano de 2021.

reúne a cada quatro anos, a marcha homenageia Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983, aos 50 anos, por um matador de aluguel por ordem de fazendeiros da região. A covardia desse crime ascendeu o desejo de se prosseguir com a luta de Margarida, com as mulheres se reunindo em defesa de sua causa. A Marcha das Margaridas caracteriza-se em uma ação política que prioriza a atuação e luta das mulheres trabalhadoras rurais por melhores condições de vida, de trabalho, de visibilidade e de reconhecimento social. Envolvendo desde estratégias políticas e de mobilização, a marcha traz para o centro do debate a importância econômica e política de suas ações no campo e na floresta, sendo a ocasião em que se expõem suas reivindicações para possíveis formulações de políticas públicas que garantam o acesso das mulheres a terra. (CONTAG, 2008, p.9).

A marcha obteve um suporte significativo dos governos petistas, se fortaleceu e avançou em diversos âmbitos, inclusive no de direitos. Mas, com o atual governo, há dúvidas se este movimento continuará tendo o respaldo que recebeu nas edições anteriores a 2019. De acordo com Moraes (2021), coordenadora geral da Marcha das Margaridas, o coletivo é composto por mulheres exploradas e marginalizadas ao longo da história, que habitam os mais diversos territórios. São mulheres que fazem a agricultura familiar, produzem alimentos saudáveis para as cidades e para a população, garantem a soberania alimentar e a preservação das sementes crioulas, dos ecossistemas e da sociobiodiversidade. Em contrapartida, o governo do então presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)<sup>4</sup> não estabeleceu uma relação direta e de diálogo com a marcha.

A partir desse ponto de vista, busca-se compreender nesta pesquisa a raiz da atuação das mulheres que integram a Marcha das Margaridas e a sua responsabilidade na mobilização feminina no meio rural e político. Vale ressaltar que a causa de Margarida Maria Alves não era apenas para as mulheres trabalhadoras rurais, ela tinha como objetivo a titulação conjunta das terras para homens e mulheres e a campanha de documentação das trabalhadoras rurais.

Na perspectiva metodológica, esse artigo está baseado em pesquisa qualitativa de cunho histórico, bibliográfico e documental, seguindo uma abordagem, ao mesmo tempo, exploratória, descritiva e crítica. Quanto ao método de abordagem, segue o referencial dialético de leitura da realidade. O caminho seguido nesta pesquisa foi de levantamento de

---

<sup>4</sup> Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), foi presidente da República entre 2019 a 2022, sendo eleito por outro partido, o PSL (Partido Social Liberal). Foi capitão do Exército, deputado federal em vários mandatos consecutivos (1991-2018) e vereador pelo Rio de Janeiro (1988-1991).

informações em artigos de periódicos, capítulos de livros, livros e portais da internet sobre o movimento, seguido de uma análise crítica e descritiva desses materiais e uma tematização por conteúdos nos subtítulos que compõe esse texto.

### BREVE SÍNTESE SOBRE A LUTA NO CAMPO

No campo, o feminismo rural é a resistência das mulheres camponesas que se mantém vivas a partir de lutas, participação política e contra-ataques ao patriarcado. Ainda que desempenhem papel fundamental na administração familiar e do campo, estas mulheres sofrem diariamente discriminação sexual e lutam pela sobrevivência e contra a fome. Esse contexto rural consiste em detalhar que as mulheres do campo estão inseridas na sociedade, inclusive, na sociedade de classes, que é fruto da exploração, dominação, opressão e é articulada pelo modelo econômico- o capitalista.

Para compreender a gênese do feminismo rural, é necessário entender a história. Entre o final dos séculos XIX e início do século XX, o Brasil passou por transformações com a transição Império-República. O país acabava de sair de um sistema escravista e iniciava um período de industrialização. Neste panorama, surgiu um dos primeiros sinais do movimento sufragista nacional, liderado por mulheres brancas e urbanas.

Parafraseando Santos (2018, p. 19), a luta sufragista, influenciada por movimentos europeus, tinha em vista a aquisição de direitos políticos às mulheres, contudo, lutava-se também pela educação, emancipação feminina, e o trabalho seria a questão central na luta pela libertação da mulher. Além de toda a luta sufragista, no Brasil também se presenciou um grau significativo de mulheres operárias no movimento, tendo em vista o reivindicar melhorias salariais, carga horária de trabalho menor, melhores condições de saúde e higiene e creche para as crianças. Em meio à tantas pautas e lutas do movimento sufragista, algumas conquistas surgiram, sendo uma delas o voto. Essa conquista levou a mulher brasileira a participar da política.

A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz (1894-1976), bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi

conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010. p.16).

Até a década de 1950 não existia nenhum órgão que representasse os trabalhadores do campo. A primeira experiência de Ligas Camponesas ocorreu em Pernambuco, no município de Galiléia. Ali havia um engenho desativado que abrigava 140 famílias que pagavam aluguel, chamado de “foro” ao proprietário Oscar Beltrão. O foro, em questão, era a condição para que estas famílias pudessem morar e produzir naquelas terras. Em 1955, os foreiros daquele local criaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que de acordo com Silva (2014, p.1) era “uma associação com finalidades beneficentes, que incluía a instituição de uma caixa de auxílio comum para financiar funerais, a alfabetização de crianças e a formação de um fundo para ajuda médica e jurídica”.

Em um primeiro momento, Oscar Beltrão concordou com a criação da associação, mas, mudou de ideia quando seu filho, entre outros proprietários de terras da região, dissera que tal associação implantaria o comunismo e os trabalhadores tomariam as terras do engenho. Imediatamente, Beltrão exigiu a imediata dissolução da SAPPP e recebeu a reação dos foreiros que não cumpriram a exigência e foram, em seguida, ameaçados de expulsão. Assim, começou a mobilização que veio a originar o movimento. O movimento camponês que surgiu na década de 1950 reúne a luta contra a expropriação da terra e contra a superexploração do trabalho, reivindicando os direitos trabalhistas e o direito a terra.

Em 1964, proveniente das demandas dos trabalhadores rurais, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Este órgão sindical, de caráter nacional e legalmente reconhecido, marcou uma conquista política para o trabalhador do campo, já que nasceu em um momento crítico em que o Brasil vivenciava o regime militar.

A CONTAG torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, reconhecida legalmente. Ajustou em seu interior diversas concepções e correntes de pensamento, desde os setores mais à direita, ligados à igreja, aos comunistas. Aliás, cabe ressaltar, perfil diverso que a CONTAG mantém até hoje. É essa uma de suas características mais marcantes: ser unificada na diversidade ideológica, regional, cultural e produtiva. (CONTAG, 2003, p. 17)

Durante a ditadura militar, houve repressão conjunta de militares e latifundiários contra os camponeses. “Conforme documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1962 e 1989, nada menos do que 1.566 trabalhadores rurais foram assassinados”

(MEMÓRIAS DITADURA, 2021, online). Este documento cita ainda alguns assassinatos realizados a mando de grandes proprietários, e que não podem ser dissociados da repressão liderada e, nome da segurança nacional, imposta pelos militares.

Em 1964, o presidente General Castello Branco<sup>5</sup> assinou a lei do Estatuto da Terra (lei n. 4.504 de 1964), que manteve alguns direitos adquiridos até então pelos camponeses. O governo militar criou determinadas políticas sociais para o trabalhador rural, com receio de uma miséria em massa no campo, dentre as quais é possível destacar: Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA) e o Fundo do Trabalhador Rural (FUNRURAL), nos anos 1970. Mas isso não foi suficiente para mudar o quadro vigente de exploração e miséria.

Todo esse pequeno percurso da história sobre as conquistas dos trabalhadores rurais foi necessário contextualiza a chegada dos anos de 1980, quando se deram os primeiros passos dos movimentos de mulheres do campo. Da mesma forma que as mulheres urbanas se aliaram e constituíram seu próprio movimento a partir das ideias europeias e de ideias difundidas por Simone de Beauvoir<sup>6</sup> (“Não se nasce mulher, torna-se mulher”), as mulheres rurais se uniram e iniciaram sua própria organização, motivadas pela bandeira do reconhecimento, valorização e participação política.

Essa fusão de movimentos garantiu algumas mobilizações estaduais e nacional, deu continuidade às lutas já citadas e ampliou-se os desejos de medidas no âmbito da reforma agrária e projeto popular de agricultura. Outrossim, a elaboração de cartilhas, vídeos, panfletos e cartazes como instrumentos de trabalho também foram propostas para se manter a luta. Portanto, a partir da década de 1980, iniciaram-se as lutas femininas, sobretudo nas regiões Sul e Nordeste, com evidência nas atuações dos movimentos: Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR – Sul) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

De acordo com Cruz (2013, p.2), o primeiro registro encontrado foi a partir do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil que ocorreu em novembro de 1986 na cidade de Barueri, São Paulo, evento que contou com a presença de 36 participantes de diferentes Estados. Nele houve uma troca de experiências e debates entre as associações presentes, além de traçarem objetivos para o movimento e definirem o perfil e os princípios

---

<sup>5</sup> Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967) foi general do Exército e presidente da República do Brasil (1964-1967) após o golpe civil-militar de 1964.

<sup>6</sup> Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1908-1986) foi escritora, filósofa, professora e ativista feminista francesa, sendo conhecida por sua parceria intelectual e afetiva com Jean Paul-Sartre (1905-1980) e por sua obra ‘O segundo sexo’ (1949).

da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR): fortalecer a luta pela transformação da sociedade; descobrir-se e valorizar-se como mulher e trabalhadora; ser espaço de participação das mulheres e de discussão de propostas, de valores.

O ano de 1987 foi marcado pelo abaixo-assinado organizado pelas Caravanas das Mulheres Trabalhadoras Rurais, visava incluir na nova Constituição os direitos das trabalhadoras rurais. Em 1988, realizou-se o II Encontro, onde foi criada a Coordenação Nacional. Em 1992,

[...] a ANMTR trabalhou intensamente [...] em torno da luta pela garantia dos direitos previdenciários: aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens e o salário maternidade. Houve uma mobilização nacional em março com a participação de 18 Estados, contando com aproximadamente 1.800 mulheres trabalhadoras rurais na luta pela regulamentação dos direitos previdenciários. Chegou-se à grande conquista da regulamentação da aposentadoria que resultou no início dos pagamentos por parte do INSS às trabalhadoras e trabalhadores rurais. (CRUZ, 2013, p. 2).

Em 1993, o objetivo da luta voltou-se para a aprovação do projeto do salário maternidade, uma mobilização nacional. Nesse sentido, foram diversas conquistas das mulheres do campo através das manifestações da ANMTR. A articulação deu espaço para novos movimentos, tendo como exemplos: o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT, realizado em São Paulo em 1992, e também no mesmo ano, a instituição da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG. A partir desse momento, a discussão de gênero foi incluída na agenda do movimento sindical rural, estes incorporando nas nomenclaturas dos sindicatos a expressão trabalhadores e trabalhadoras rurais. (SANTOS, 2018).

O Movimento de Mulheres Camponesas, o MMC, é resultado das mobilizações das mulheres do campo anteriormente a 2004, ano de sua criação. O I Congresso Nacional do MMC, ocorreu em Brasília, unificando toda a luta até então separada e transformou o movimento em uma das maiores forças nacionais da classe trabalhadora. Segundo Silva (2013, p. 96), o referido congresso contou com a participação de 1200 mulheres camponesas e marcou a fundação do MMC Brasil. Ainda, durante o evento, houve a afirmação do caráter feminista e camponês do movimento. Princípios, valores, missão e simbologia do MMC foram também discutidos nesse ensejo. A unificação nos símbolos: uma única bandeira, o chapéu de palha e as cores lilás concretizou a conquista dessas mulheres e o desafio de trazer mais mulheres para o movimento, movimento este de causas feministas e camponesas em esfera nacional.

Margarida Maria Alves nasceu no dia 05 de agosto de 1933, no sítio do Jacu, município de Alagoa Grande, interior da Paraíba. Começou a ir à escola aos 6 anos de idade e estudou até a 4ª série. Com 8 anos já trabalhava na agricultura. Aos 28 anos, foi morar na Rua Olinda, no centro de Alagoa Grande, onde permaneceria até o dia de sua morte. Em 1971 casou-se com Severino Cassimiro Alves e com ele teve seu único filho, José de Arimatéia Alves, nascido em 1975.

Margarida, durante vinte e três anos, esteve na liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Durante todo esse período manteve relações com outras mulheres camponesas que se aproximaram da luta camponesa. Uma dessas mulheres foi Maria da Penha Nascimento, que atuou ao seu lado no Sindicato e também Maria da Soledade Leite, mulheres que mais tarde se destacariam na luta pela punição dos assassinos de Margarida. (FERREIRA, 2010).

No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves foi assassinada brutalmente com um tiro no rosto, a mando de fazendeiros da região de Alagoa Grande-Paraíba. Pistoleiros atiraram no rosto da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na frente de seu filho e de seu marido, em sua própria casa. Desde esse triste fato, anualmente trabalhadores e trabalhadoras rurais passaram a rememorar a personagem de Margarida, enquanto denunciam a impunidade daqueles que tiraram sua vida. Desta maneira, ela se transformou num símbolo de luta entre as mulheres camponesas, luta por justiça, igualdade e por terra.

A morte brutal de Margarida chamou a atenção do Brasil para o clima de tensão entre sindicatos e latifundiários da Paraíba, pois, além da presidente, outros líderes de trabalhadores estavam na mira desses latifundiários. De acordo com reportagem da Revista Fórum (LOURENÇO, 2015),

[...] três meses antes de ser assassinada na porta de casa, na frente do marido e do filho pequeno, a líder sindical paraibana Margarida Maria Alves disse, em um discurso de comemoração pelo 1º de maio (Dia do Trabalhador), que era melhor morrer na luta do que morrer de fome. [...] anos depois de sua morte, as palavras de Margarida ainda ecoam entre as mulheres trabalhadoras rurais e dão força para a luta diária por representatividade e melhores condições de trabalho e de vida no campo. (LOURENÇO, 2015, n.p.).

Em sua liderança como sindicalista, Margarida Maria Alves teve participação na fundação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), que tinha como

um de seus fundamentos o desenvolvimento da formação na perspectiva da Educação Popular (EP). Margarida acreditava na educação como uma ferramenta de transformação social.

A experiência política de Margarida Maria Alves pode ter sido contraditória ao conviver com práticas sindicais que oscilavam entre o velho e o novo sindicalismo rural. Vivenciou um período de transição disputado por forças hegemônicas contrárias, em vários campos sociais, econômicos e culturais. Disputas estas que estavam vinculadas a vários fatores: à relação capital versus trabalho, representada pela dicotomia trabalhador/a rural versus latifundiário; às concepções no campo partidário mundial, direita versus esquerda, especificamente, das décadas de 1970-1980, período auge da Guerra Fria. E, finalmente, à transição política do próprio Estado brasileiro, ditadura versus democratização. Sendo assim, podemos percebê-la, no centro dessas disputas da seguinte forma: como uma expressão forte no movimento sindical que combatia veemente as oligarquias e lutava por direitos trabalhistas da classe trabalhadora. Inclusive, passando a refletir, teoricamente, a sua situação de exclusão social através da Formação Política desenvolvida pelo CENTRU e SEDUP. (FERREIRA, 2010 p. 22).

A Marcha das Margaridas foi criada em 2000 em homenagem a ela, ativista que se transformou num símbolo da luta por direitos iguais às mulheres do campo. Surge de uma articulação entre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Segundo Aguiar (2016), a marcha engloba várias organizações - feministas, mulheres sindicais, agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba, etc. A marcha ocorreu pela primeira vez no ano 2000, em Brasília-DF, e a partir daí se concretizou como um processo de mobilização própria, de maneira permanente e de movimentação nacional, e passou a ocorrer a cada quatro anos, constituindo a agenda dos movimentos sociais do campo.

Quando a Marcha foi às ruas em 2000, as Margaridas (mulheres ativistas integrantes do movimento) levaram indignação e vontade de justiça, “justamente por reconhecer as amarras que as prendem e pela consciência política adquirida, que esse movimento ganhou força e voz, que está vivo, latente e crescente nos dias atuais”. (CAVALCANTI; LIMA, 2016, p.98)

Um dos propósitos das Margaridas é lutar por suas terras. Margarida Alves lutava para que o trabalhador rural tivesse uma gleba de terra, que pudessem plantar e colher, ter pelo menos um dia de descanso semanal e que pudessem ir às feiras nos finais de semana, já



que os patrões negavam todos os direitos que o trabalhador rural deveria ter. Além da luta pelo direito ao espaço rural, o movimento busca por sua autonomia econômica, pelo fim da violência sexual e outras inúmeras pautas em benefício da mulher. De acordo com a CONTAG, no ano de 2000, houve “2000 razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista, foi construída a primeira Marcha das Margaridas articulada com a Marcha Mundial das Mulheres” (CONTAG, 2015, p.4).

A Marcha é consequência do histórico de uma mulher que morreu violentamente por lutar por seus direitos e pelos direitos do homem do campo. Nesse sentido, ela pode ser compreendida como uma luta por diferentes modos de ser e de viver, e não se reduz apenas às somas das experiências de vida de cada uma das mulheres que a integra, mas, em sua totalidade, foram percebidas falhas de informações sobre a rotina e história dessas mulheres.

Uma pesquisa feita em 2015, pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), reuniu informações e depoimentos de doze mulheres com idade entre 33 a 55 anos. Nove dessas doze mulheres sofreram abusos sexuais no decorrer de sua vida, por companheiros, maridos, desconhecidos, etc.

‘Para fugir dele, dormia no galinheiro ou embaixo da cama’. ‘Fui xingada por um desconhecido numa lotada, dei um tapa nele, ele se amedrontou, pois viu uma mulher forte e decidida’. ‘Fui ameaçada por madeireiros, fugi de casa e passei cinco meses fora’. ‘Sofri calada durante 23 anos’. ‘Sofri agressões, tapas, socos durante quinze anos, ele usava arma de fogo. Meus oito filhos presenciavam tudo. Fiz tratamento neurológico. Saí dessa situação com a ajuda de uma enfermeira quando tive coragem de contar’. ‘Minha mãe e irmãs falavam que eu tinha que tolerar as agressões do meu marido’. ‘Meu marido me agredia com revólver e faca enquanto eu segurava os filhos nos braços’. ‘Fui ameaçada de morte caso denunciasse as agressões, quis sair de casa, mas meus filhos não deixaram’. [...] ‘Quando tinha entre 5 e 6 anos fui violentada pelo marido da minha avó. Passei por problemas psicológicos até os 18 anos, quando contei ao meu pai o que tinha acontecido. Ele me levou a um centro de apoio. Deixei meu marido porque sou uma mulher fria, não o deixava me tocar’. ‘Quando contei às pessoas que havia sofrido violência sexual, elas se voltaram contra mim, este relato repercutiu negativamente sobre mim em toda a cidade’. ‘Tenho uma filha fruto de um estupro pelo cônjuge, contei a ela o que aconteceu’. ‘Tinha 8 anos quando fui violentada por um tio, meu pai nos flagrou e bateu em mim’. ‘Era trabalhadora rural, mas trabalhava numa boate, um freguês me obrigou, disse que era meu trabalho. Tenho vergonha de dizer. Era por sobrevivência, fui muito humilhada’. ‘Os homens que violentam, estupram e batem em mulheres são médicos, vereadores, vigilantes, patrões, homens de igreja, advogados’. ‘Os homens acham que são donos das mulheres’. ‘Mulher sempre foi tratada como ser inferior’. ‘A cultura do Nordeste é que homem tem que mandar e mulher baixar a cabeça’. ‘A violência faz parte da realidade da mulher’. ‘Mulher tem que aprender a se impor’. ‘Quando somos agredidas, temos que procurar nossos direitos’. ‘Mulher tem que ser amada’ (VALADARES; PEDROSA; FERREIRA; SOUZA, 2013, p. 58).

A partir desses relatos, podemos ter uma compreensão mais ampla de como a dinâmica interna da marcha influencia na luta constante contra a violência estrutural.

## MARCHA DAS MARGARIDAS E SEU ATIVISMO

A Marcha das Margaridas integra o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), relacionado aos movimentos feministas e de mulheres, coordenados pela Secretaria de Mulheres da CONTAG. Como organização mista, é possível identificar que ela apresenta uma formação composta por mulheres de diferentes definições: feministas, associações, mulheres do campo, centrais e sindicais, com o propósito já mencionado de garantir direitos sociais, econômicos, políticos, sexuais e reprodutivos.

Com uma ligação muito forte com o empoderamento feminino, a Marcha das Margaridas garante um espaço capaz de fazer alavancar a organização das mulheres rurais na perspectiva da crítica feminista, mesmo sendo um movimento heterogêneo. Essa aproximação se deu a partir da década de 1980, quando surge esse ativismo na Europa e nos EUA, propagando-se em espaços sociais e apresentando-se com uma marca urbana vinculada ao sindicalismo e que logo infiltrou-se em outros movimentos, como por exemplo, na Secretaria de Mulheres da CUT, e em seguida, na Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR). Este último grupo ligou-se à Marcha Mundial das Mulheres, organizando a primeira Marcha das Margaridas como uma ação em adesão a esse movimento.

Aguiar (2015) explica tal contexto da seguinte maneira:

[...] o que me pareceu interessante é que não se trata de um feminismo que possa ser definido em termos de organizações formais, ou que anteceda à própria ação, preexistindo à ação a partir de um marco conceitual, é um feminismo que, à medida que acolhe outros, se constrói no próprio fazer da Marcha, no seu movimento. E esse processo proporciona encontros entre mulheres que já trazem uma percepção de feminismo e se identificam como “feministas”, e outras que se percebem, se descobrem e se reconhecem como tal no acontecer desses encontros. Pareceu-me interessante compreender como as mulheres, representantes de organizações parceiras da Marcha como o MMTR-NE e o MIQCB, movimentos autônomos de mulheres, percebiam o feminismo e se percebiam como feministas. Pelas suas falas, o feminismo ganhava sentido como forma de ver, pensar e compreender o mundo, reconhecendo-se nas desigualdades vividas como mulher. (AGUIAR, 2015, p. 236)

Nota-se uma variação representativa na Marcha das Margaridas que quer ver suas lutas marcadas pelas especificidades e identidades de cada grupo que compõem o movimento. No meio rural, por exemplo, a divisão sexual do trabalho ordenou às mulheres o

trabalho reprodutivo, isto é, improdutivo e invisível à sociedade. Embora algumas mulheres exerçam ativamente o trabalho na agropecuária, esse trabalho nunca vai ser diretamente ligado a elas, mas sim aos homens, logo, trabalho produtivo. Dá-se então a necessidade de reivindicação da força feminina na participação dos sindicatos, principalmente, com o questionamento da condição imposta ao trabalho feminino.

Quantas mulheres do campo não possuem carteira de trabalho ou qualquer outro documento que comprove o seu trabalho na roça? No trabalho rural algumas mulheres chegam a efetuar tripla jornada, considerando as atividades do lar. Perdem todos os benefícios como licença maternidade, aposentadoria, etc. O trabalho que as mulheres realizam no meio rural é, no máximo, reconhecido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, mas nunca como exclusivo trabalho feminino. Por esse motivo, dentre tantos outros, a Marcha das Margaridas ligou a categoria 'mulheres do campo e da floresta' a algo comum à experiência de uma multiplicidade de mulheres que vivem no meio rural. Nota-se ainda, que para a identificação da posição de chefia de família, a mulher ainda não é reconhecida como capaz de coordenar uma colheita e a renda familiar.

Conforme o Observatório das Margaridas (2015), durante a marcha as Margaridas ficam hospedadas na Cidade das Margaridas, que é um alojamento onde ocorrem seminários, exposição de produtos diversos fabricados pelas mulheres membros da Marcha e debates. Executada sempre no mês do assassinato de Margarida Alves, até para lembrar do crime impune, a Marcha das Margaridas coloca milhares de mulheres do campo e da floresta vindas de todo o Brasil em Brasília.

A organização da marcha se inicia anteriormente à sua realização oficial em 2000. A aliança presente em sua criação fortalece o poder político da mobilização e promove a troca de experiências e aprendizagem entre ativistas e suas organizações (TEIXEIRA, 2021). A marcha, por mais que tenha se iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), avançou a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 2003, com a titulação conjunta das terras da Reforma Agrária, por exemplo.

Em 2003 foi criada a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), um espaço do Governo Federal de grande importância, pois representou um recurso para promover a igualdade entre os sexos de forma a combater todas as formas de violência e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. (OBSERVATÓRIO, 2016).

Em 2007, a Marcha reuniu cerca de 70 mil mulheres na capital do país, tendo como principal pauta: "terra, água e agroecologia", entre outras.

Em 2007, 70 mil margaridas e muitos cravos chegaram a Brasília, vencendo todos os obstáculos para participarem da Marcha. As mulheres, enquanto organizavam atividades nas comunidades e municípios para angariar recursos financeiros – rifas, festas, bingos, leilões –, aproveitavam para divulgar a manifestação e mobilizar outras mulheres para dela participarem. O lilás invadiu a palheta de cores verde e vermelha do sindicalismo rural, nas bandeiras, faixas, nos chapéus e nas camisetas. A Marcha se tornava cada vez mais lilás, ressaltando a forte simbologia da luta feminista, dando visibilidade à ocupação pelas mulheres do espaço público na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. (SILVA, 2014, online).

Já no governo de Dilma Rousseff, a partir de 2011, a Marcha priorizou “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. (TV CONTAG, 2020). O encerramento da edição de 2011 contou com a participação de autoridades, representantes de centrais sindicais, movimentos sociais, feministas e internacionais. Mas o grande destaque foi dado à presença da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016)<sup>7</sup>, a primeira mulher chefe de Estado do Brasil, marcando o ato de encerramento da Marcha em 2011, com seu discurso em resposta à pauta de reivindicações apresentada com antecedência ao Governo Federal. A então presidenta, afirmou:

[...] queria dizer para vocês que a marcha de vocês me toca e me emociona profundamente, não apenas como presidente da República, mas como mulher e cidadã. É uma grande honra estar aqui, nesta 4ª Marcha das Margaridas. E eu me somo a vocês (Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas, 2011, online).

Desde a edição de 2011, a Marcha segue sete eixos (**Quadro 1**) que organizam a sua plataforma política, sendo eles:

**QUADRO 1 - Eixos norteadores da plataforma política da Marcha das Margaridas**

*Eixo I: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais.*

*Eixo II: Terra, Água e Agroecologia*

*Eixo III: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*

*Eixo IV: Autonomia Econômica, Trabalho e Renda*

*Eixo V: Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência*

*Eixo VI: Saúde e Direitos Reprodutivos*

*Eixo VII: Democracia, Poder e Participação Política*

**Fonte:** Observatório das Margaridas, 2015. **Organização:** dos autores.

A cada edição da Marcha das Margaridas é elaborado um documento político possuindo a pauta e as reivindicações diretas da plataforma política do movimento para o Governo federal, além de uma pauta interna destinada ao MSTTR, com aspectos

<sup>7</sup>Dilma Vana Rousseff (1947-) é economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e ex-secretaria municipal da Fazenda de Porto Alegre (1986-1988), ex-Secretária de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul (1993-1995 e 1999-2002), ex-Ministra de Minas e Energia (2003-2005) e da Casa Civil (2005-2010) do governo Lula, ex-presidente da República (2011-2016). Atualmente preside o Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS.

considerados necessários para consolidar relações mais democráticas e igualitárias dentro da própria marcha. São duas as modalidades principais de documentos : a) Pauta Geral: Documento entregue ao governo federal com as principais reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; b) Pauta para o Congresso Nacional: Relação dos projetos de lei que os trabalhadores e trabalhadoras rurais reivindicam a aprovação junto aos deputados e senadores. (OBSERVATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2015).

Na 5ª edição, em 2015, houve um movimento de solidariedade à ex-presidente Dilma, em contexto de denúncias e resistência ao impeachment. Reforçaram a luta com o lema: “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. A presidente, em seu discurso, anunciou a criação de patrulhas rurais para combater a violência contra a mulher no campo. “Tolerância zero para esse tipo de violência. Faremos parcerias com as forças policiais que atuam em nível local para que as mulheres vítimas de violência sejam assistidas de maneira correta e haja de fato prevenção da violência e do feminicídio” (CHAGAS e TOKARNIA, 2015, online).

Antes de prosseguirmos para a última edição em 2019, já no governo atual de Jair Bolsonaro, é importante fazer uma constatação importante: o movimento sentiu insegurança com a saída de uma mulher ocupando a presidência do Brasil. De acordo com o Observatório Marcha das Margaridas (2016), além do que significa para as mulheres a derrubada de uma mulher da Presidência da República, legitimamente eleita pelo voto do povo, a não indicação de nenhuma mulher para compor os Ministérios mostra claramente o perfil dos governos seguintes na relação com a valorização das mulheres: negar nossas capacidades; invisibilizar o trabalho das mulheres; desconsiderar a importância de políticas públicas que contribuam para a eliminação das opressões, discriminações e violências sofridas pelas mulheres; além de retroceder no desenvolvimento das ações para o empoderamento e fortalecimento da autonomia política, econômica e social.

Relatos das organizadoras da Marcha destacam que muita(o)s (ativistas e movimentos sociais aderiram ao protesto de rua realizado pelas Margaridas, por entenderem que aquela manifestação era também um espaço de luta contra a ameaça dos retrocessos democráticos que ameaçavam o país com um processo de impeachment, que tinha sua legitimidade questionada por muitos movimentos sociais. (TEIXEIRA, 2021). Além da Secretaria de Política para as Mulheres ‘SPM’, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), dava suporte para que as mulheres do campo fossem reconhecidas como trabalhadoras e de

direito aos direitos nas políticas públicas (OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS, 2016).

É perceptível constatar um apoio expressivo à marcha durante os governos petistas (2003-2016). As Margaridas, desde que surgiram essas políticas de suporte às mulheres, se sentiram acolhidas e ouvidas em diferentes territórios rurais do Brasil. As reivindicações atendidas possibilitaram a aproximação à uma vida decente para estas mulheres. Vale dizer que talvez esse suporte esteja relacionado com os ideais de governos de esquerda, por esse motivo, o atendimento às demandas da marcha.

São parceiras da Marcha das Margaridas (**Quadro 2**):

**QUADRO 2- Parceiros do Movimento “Marcha das Margaridas”**

- Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTRNE;
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB;
- Conselho Nacional Agroextrativista – CNS;
- Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia – MAMA;
- Marcha Mundial das Mulheres – MMM;
- Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB;
- União Brasileira de Mulheres – UBM;
- Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;
- Rede de Mulheres da América Latina e do Caribe - Rede Lac;
- Confederação Internacional de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado - (COPROFAM).

**Fonte:** Observatório das Margaridas, 2015. **Organização:** dos autores.

É importante destacar também as principais conquistas das Marchas das Margaridas (**Quadro 3**), considerando avanços legais e de desenho das políticas públicas que passaram a repercutir as bandeiras do movimento feminista e trabalhadoras do campo:

**QUADRO 3 - Conquistas associadas ao movimento Marcha das Margaridas**

- Documentação, acesso à terra, apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio a produção na agricultura familiar.
- Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra.
- Edição da IN 38 de 13 de março de 2007 - normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família.
- Capacitação de servidores do INCRA sobre legislação e instrumentos para o acesso das mulheres a terra.
- Formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a Criação do Pronaf Mulher.
- Criação do crédito instalação para mulheres assentadas.
- Declaração de Aptidão ao Pronaf em nome do casal.
- Ações de Capacitação sobre Pronaf - Ciranda do Pronaf e Capacitação em Políticas Públicas
- Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Ater e da ATER para Mulheres.
- Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais.
- Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres.

**Fonte:** Observatório das Margaridas, 2015. **Organização:** dos autores.

## A ATUAÇÃO DA MARCHA NO GOVERNO BOLSONARO

Desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), as políticas públicas para a categoria começaram a se deteriorar por falta de orçamento e a situação piorou sensivelmente para as trabalhadoras rurais. Sob a temática “Margaridas na luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência”, em 2019, cerca de 100 mil Margaridas se manifestaram em Brasília, em sua 6ª marcha. O ato apontou o atual governo como machista, elitista e homofóbico, com avanço das desigualdades, e ainda, uma ameaça ao Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, de acordo com Castilho; Lemos (2021), percebe-se o avanço de políticas ultraconservadoras e neoliberais sob o governo de Jair Bolsonaro, com impactos diretos nas políticas sociais.

Os sucessivos cortes e privatização na saúde pública, na previdência e assistência social fazem a diferença nas ações do Estado para conter ou não a pandemia em terras brasileiras. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em março de 2020, os/as trabalhadores/as informais representavam 40,6% do total de trabalhadores/as ocupados/as no País no trimestre móvel até fevereiro deste ano, o que equivale a 38,081 milhões de pessoas (BOAS, 2020). O alto índice de massas trabalhadoras na informalidade, cerca de 40 milhões, indica que estas estarão abandonadas pelo Estado, pois serão os indicadores das desigualdades sociais e de exploração que dirão quais os corpos terão mais condições de reagir e sobreviver<sup>8</sup> (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 271).

Trata-se, na verdade, de um tipo de governo a serviço do capital e sua lógica de mercantilização dos serviços sociais e da vida, de modo geral. Nesse sentido, pode-se afirmar que se tratou de um estilo de governo e ação estatal necropolítica, agravada pela falta de políticas sanitárias claras durante a pandemia e pela manutenção de uma gestão de austeridade fiscal mesmo durante um período de recessão econômica. Trata-se do estilo de política que manifesta sua soberania sobre o controle da mortalidade (“quem pode viver e quem pode morrer”) e definir a vida como manifestação do poder (MBEMBE, 2016 apud CASTILHO; LEMOS, 2021).

Nesse contexto, dentro da 6ª edição da Marcha, ocorreu também a I Marcha das Mulheres Indígenas, as mulheres indígenas ocuparam a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), denunciando as tentativas de desmonte do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), que garante a atenção básica diferenciada aos povos originários e sua

---

<sup>8</sup> “O contexto de agravamento das condições de vida pela pandemia num país que tem uma taxa informalidade de 39,9% (36,8 milhões) da população ocupada (IBGE, 2020) tem levado, inevitavelmente, uma parcela considerável da população brasileira a tornar-se usuária do SUAS. A estimativa do governo é de que até 70 milhões de pessoas possam receber o Auxílio Emergencial, dado que demonstra a dimensão da tragédia vivenciada no Brasil. Esse quantitativo equivale a quase o dobro da população do Canadá e bem mais que a totalidade da população da Argentina” (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 274).



participação social na elaboração das políticas de saúde (TV CONTAG, 2020). A aproximação entre as Margaridas e as Indígenas teve como atos simbólicos diversos os seguintes eventos: uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem às duas Marchas; na abertura política da Marcha das Margaridas; e nos protestos de rua. “As parcerias e sentidos construídos são aqueles possíveis diante da diversidade e, inclusive, reconhecendo a diferença como elemento que possibilita as coalizões” (TEIXEIRA, 2021, online).

A ampliação do conservadorismo e das diferentes manifestações do machismo no Brasil, segundo as Margaridas, tem potencializado a intolerância à diversidade de todas as formas de vida e opinião. “Verificamos mais fortemente, no contexto atual, práticas de assédio e violência, de invisibilização de nossa contribuição histórica, das diferentes bandeiras de luta que encampamos e de desqualificação da atuação das mulheres em espaços políticos” (MORAIS, 2019, n.p.).

Em 2020 houve a comemoração dos 20 anos da Marcha das Margaridas, via internet e por causa da pandemia da Covid-19. O ato virtual foi disponibilizado em uma plataforma de compartilhamento de vídeos e ocorreu em tempo real. A pauta celebrou a história de luta, resistência e conquistas e também se solidarizou com as mortes pela Covid-19, conforme diz a reportagem da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação- CNTE (2020, online),

A secretária de Mulheres da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), Mazé Moraes, relata que o adoecimento pela Covid-19 tem chegado de forma mais forte à população do campo, da floresta e das regiões ribeirinhas: “Tem saído das grandes capitais, indo para os pequenos municípios e automaticamente chegando aos nossos territórios, às nossas comunidades indígenas, quilombolas, nos assentamentos, nos mais diversos locais onde a gente mora”, lamenta. “E isso nos preocupa muito diante da dificuldade de acesso à saúde pública.

A Marcha Virtual também contou com uma mensagem do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)<sup>9</sup>,

[...] quero agradecer a vocês, pelo que simbolizam na luta das mulheres brasileiras, a coragem reivindicativa de vocês e sobretudo a coragem de colocar juntas as mulheres que trabalham na agricultura, as mulheres da floresta, e as mulheres das águas. É extremamente importante que a sociedade brasileira compreenda o significado do esforço de vocês. É importante que a sociedade compreenda a relação que nós mantivemos quando eu era presidente da República. Todo ano

---

<sup>9</sup> Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), é o atual presidente da República eleito em 2022 para um novo mandato de 4 anos (2023-2026). Foi presidente da República entre 2003 e 2010, deputado federal por São Paulo entre 1987 e 1991, sendo parte desse mandato como deputado constituinte. Foi também metalúrgico e ex-presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.



vocês apresentavam uma pauta, eu recebia, a gente discutia a pauta de vocês e todo ano da Marcha das Margaridas a gente ia apresentar o que tínhamos atendido[...] Era para mim motivo de consagração da relação governo e povo, da relação Estado e sociedade. (MOTTA, 2020, online).

Lula ainda ressaltou a importância das Margaridas na reedificação da democracia e na reconquista dos direitos sociais. Direitos no trabalho e de trabalhar, de comer três vezes ao dia, o direito de estudar, de ter acesso ao lazer e de uma terra para trabalhar, de ter financiamento. Inclusive, “o ex-presidente disse esperar que o país não continue muito tempo com essa coisa tão ruim que está acontecendo, desde a Covid-19 até esse desgoverno. O Brasil não merece isso” (MOTTA, 2020, online).

Nesta circunstância, Rousseff criticou a impunidade da violência contra líderes populares, citando o crime de assassinato contra Marielle Franco<sup>10</sup>, comparando-o com o assassinato de Margarida Alves, sendo que em ambos os crimes os culpados não foram punidos. Listou algumas conquistas pelas mulheres do campo durante seu governo, como por exemplo, as ações de titulação de terras, concessão de escritura das moradias em seus nomes, o programa de incentivo da reforma agrária para a mulher, a segurança de 30% das compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os reservatórios que garantiram água para consumo e plantio (MOTTA, 2020).

A ex-presidenta ainda reforçou que

Muitas dessas conquistas estão se perdendo pela ação devastadora do atual governo. A mulher brasileira precisa retomar o caminho de conquista que o golpe e a ascensão da extrema direita interromperam. Ao longo de 20 anos a Marcha das Margaridas foi a marcha das mulheres por direitos e igualdade. Hoje deve ser também a marcha contra o fascismo, pela vida e a justiça social (MOTTA, 2020, online).

A comemoração dos vinte anos da Marcha das Margaridas também contou com o apoio de alguns outros políticos, do presidente da CONTAG- Aristides Santos, Mazé Moraes, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, artistas como Zélia Duncan, Letícia Sabatella, Maria Casadevall e diversas lideranças sindicais e dos movimentos sociais.

Há uma limitação em encontrar o posicionamento direto do atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido) diante da Marcha das Margaridas. No entanto, é possível se deparar com ofensas em relação a qualquer movimento social de cunho ‘esquerdista’, principalmente ao MST, de defesa às terras indígenas e dos direitos humanos. Não obstante, o Movimento

<sup>10</sup> Marielle Francisco da Silva (1979-2018), mais conhecida como Marielle Franco, foi uma vereadora do PSOL do Rio de Janeiro assassinada aos 38 anos em uma emboscada no centro da capital no dia 14 de março de 2018. Era socióloga e ativista de direitos humanos, investigava abuso das Forças Armadas e da polícia durante a intervenção federal na área da Segurança Pública do Estado.

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está sempre atuante e rebate os apontamentos do presidente. Em concordância, à reportagem de Brasil de Fato, o MST respondeu aos ataques de Jair Bolsonaro que havia publicado em suas redes sociais um vídeo acusando o movimento de ser violento contra assentados,

Destacamos que o atual governo deveria estar preocupado com o avanço da pandemia de coronavírus – que tirou a vida de 360 mil pessoas, infectou 14 milhões de brasileiros, tirou o emprego e jogou milhares de famílias na pobreza e levou à falência de centenas de micro, pequenas e médias empresas. A luta pela Reforma Agrária seguirá firme, porque nós temos 19 milhões de pessoas que sabem o gosto amargo da fome. Nós não somos responsáveis pela violência que incita o ódio e a mentira. O responsável é o governo federal que não coloca verba para a Reforma Agrária (MELITO, 2021, online).

No 12 de agosto de 2021 foi realizada, de forma virtual e transmitida via Facebook, YouTube e Portal da CONTAG, a Roda de Conversa “Margarida Alves, Presente. Mulheres e Juventude na luta pela Reforma Agrária e contra a violência no campo”, tendo como responsáveis pelo Evento: Secretarias de Mulheres, Juventude, Meio Ambiente e Agrária da CONTAG. Mazé Moraes juntamente com Monica Bufon, apresentam a roda de conversa com a participação de Marilene Faustino- Secretária de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Minas Gerais (FETAEMG), Maria Alaides de Souza- Coordenadora Geral Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e Rosângela Piovizani membro do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). A roda de conversa destacou o legado de Margarida Alves e a luta de mulheres e da juventude pela reforma agrária e contra a violência no campo. Destacou todo o legado de Margarida das lutas das Margaridas. “Margarida não era só visionária, era comprometida com a sua base. De sua luta surgiram várias Margaridas e, com isso, avançamos muito na luta por direitos e cidadania. Infelizmente, estamos vivendo um período de retrocessos com a perda de direitos e com o desmonte das políticas públicas”, disse Rosângela Piovizani (MMC, 2021).

Maria Aláides de Sousa, do MIQCB, também valorizou, no evento suprarreferido, o legado de Margarida e a luta das mulheres do campo, da floresta e das águas neste dia que é um marco para todas. “É preciso buscar novas formas de produzir e gritar pelo direito à vida e contra esse projeto de morte que está impactando as nossas vidas. Somos sementes de Margarida Alves e vamos repassar essas sementes para as(os) nossas(os) filhas(os) e netas(os)” (TV CONTAG, 2021, online). As dirigentes da CONTAG que moderaram a roda de conversa destacaram que, em nome dessa luta, a cada quatro anos (mês de Agosto) milhares

de Margaridas de todos os cantos do país marcham em Brasília por justiça, igualdade e paz no campo e na cidade, na Marcha das Margaridas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta no trajeto desse trabalho sustenta a abordagem da Marcha das Margaridas a partir de uma análise histórica de sua gênese ao contexto do atual cenário político brasileiro. Considerando o papel da Marcha em seu aspecto social e político, é possível afirmar que ela é uma ação coletiva e que sua causa só se fortaleceu nesses vinte anos de luta, por conta da união da força feminina e com o suporte que as gestões de Lula e Dilma (PT) concederam, de maneira proporcional, às Margaridas. Uma luta que se constituiu por meio de reivindicações para a melhoria da mulher do campo e da sua relação com a terra.

A marcha se caracteriza historicamente como movimento aglutinador de outros coletivos e movimentos de luta das mulheres no campo por melhores condições de acesso à terra e por políticas sociais para a esse contingente populacional. Além disso, mostrou ser importante considerar a pauta feminista no que tange às políticas agrárias, já que as mulheres são mais afetadas pelas jornadas adicionais (trabalho no lar e fora de casa) e pela violência doméstica, entre outras violências.

A proposta de analisar a atuação da Marcha no presente governo de Jair Bolsonaro (PL) mostrou que a relação entre o movimento com o governo anterior foi reduzida e carente de diálogos. A pauta da Marcha de 2019 deixou clara essa política do governo para com as ações do coletivo de mulheres do campo. Existe uma marginalização, por parte de alguns civis e políticos sobre manifestações, e, principalmente, da solicitação por aquilo que se entende por direito de “se manifestar”. Tal evidência revela o quão nefasto e prejudicial é o comportamento e o desprezo da última administração federal (2019-2022).

Por último e não menos importante, faz-se aqui um repúdio ao crime cometido à Margarida Maria Alves, pois até hoje seus assassinos seguem impunes, o que faz da Marcha um protesto permanente a esse delito hediondo. Como já dizia Margarida, “Da luta eu não fujo!”. Assim segue sendo a Marcha das Margaridas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. *Somos todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Campinas: SP. (s.n.), 2015.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luiza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *R. Katál.*, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 18 de agosto de 2021.

CAVALCANTI, Manuella P. de Holanda; LIMA, Eden E. Tenório de. *Marcha das Margaridas: Participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta*. ACENO - Revista de Antropologia do Centro-oeste, Cuiabá, Universidade Federal do Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, v. 3 n. 5, jan./jul. de 2016.

CHAGAS, Victor; TOKARNIA, Mariana. *Marcha das Margaridas: Dilma promete combater violência contra a mulher no campo*. Agência Brasil – Brasília, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-08/marcha-das-margaridas-dilma-anuncia-medidas-para-combater-violencia> Acesso em 20 de julho de 2021.

CNTE -Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *Marcha das Margaridas completa vinte anos*. 12/08/2020. Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73354-marcha-das-margaridas-completa-20-anos.html>. Acesso em 24 de julho de 2021.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 2003. *Revista em comemoração aos 40 anos*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

CONTAG. *Caderno de textos para estudos e debates Marcha das Margaridas*. 2015. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015-versaofinal\\_site.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015-versaofinal_site.pdf). Acesso em 13 de maio de 2020.

CRUZ, Teresa Almeida. *A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: Entre o velho e o novo sindicalismo rural*. Tese (Doutorado) - Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2010.

Ideação. *Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*. v. 25, nº2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.

INSTITUTO LULA. Memória: Há 35 anos, Margarida Alves morria com um tiro no rosto. Disponível em: <https://institutolula.org/memoria-ha-35-anos-margarida-alves-morria-com-um-tiro-no-rosto-1>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

JORNAL O ESTADO DE SP. Marielle Franco. Disponível em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/marielle-franco>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

LOURENÇO, Luana. Conheça a história de Margarida Alves, que inspira a Marcha das Margaridas. Revista Fórum, 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/conheca-a-historia-de-margarida-alves-que-inspira-a-marcha-das-margaridas/>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

MELITO, Leandro. *Bolsonaro ataca o MST e movimento responde*: “Deveria estar preocupado com a pandemia”. Brasil de Fato, São Paulo (SP), 15 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/15/bolsonaro-ataca-o-mst-e-movimento-responde-deveria-estar-preocupado-com-a-pandemia>. Acesso em 24 de julho de 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Trabalhadores rurais*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>. Acesso em 03 de agosto de 2021.

MMC. *Movimento das Mulheres Camponesas*. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

MORAIS, Mazé. *Plataforma Política*: Marcha das Margaridas 2019. Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_1236339083\\_14082019151003.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf) Acesso em 23 de julho de 2021.

MOTTA, Claudia. *Símbolo nacional de força e coragem*: 20 anos da Marcha das Margaridas. 12/08/2020. Disponível em: [https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/simbolo-forca-coragem-20-anos-marcha-margaridas/?\\_\\_cf\\_chl\\_jschl\\_tk\\_\\_=pmd\\_b5a067894fff2812fe764a9345617dba9433b540-1626999178-0-gqNtZGzNAiKjcnBszQai](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/simbolo-forca-coragem-20-anos-marcha-margaridas/?__cf_chl_jschl_tk__=pmd_b5a067894fff2812fe764a9345617dba9433b540-1626999178-0-gqNtZGzNAiKjcnBszQai). Acesso em 24 de julho de 2021.

OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS. O que é a Marcha das Margaridas? 2015. Disponível em: [http://transformatoriomargaridas.org.br/?page\\_id=139](http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139). Acesso em 19 de julho de 2021.

OBSERVATÓRIO MARCHA DAS MARGARIDAS. Retrocesso nas políticas públicas para as mulheres frente ao golpe! 2016. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?p=523>. Acesso em 20 de julho de 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REVISTA MARCHA DAS MARGARIDAS 2007. *Publicação da comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag*. Março 2008.

RICOLDI, Arlene Martinez. *Paraíba mulher macho: gênero, cultura e política na educação jurídica popular em João Pessoa-PB*. 2011. Tese (Doutorado), Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011.

RODA DE CONVERSA. *Margarida Alves, Presente: Mulheres e Juventude na luta pela Reforma Agrária e contra a violência no campo*, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DC3hpavX9d4>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República*, Dilma Rousseff, durante solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011. Brasília-DF, 17 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-solenidade-de-encerramento-da-marcha-das-margaridas-2011-brasilia-df-31min17s>. Acesso em 21 de julho de 2021.

SANTOS, Debora Fragata dos. *Feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais: o movimento de mulheres camponesas (MMC) e suas práticas feministas*. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, julho de 2018.

SILVA, Isabela Costa da. *Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora (UFJF), 2013.

SILVA, Maria Claudia Ferreira da. *Marcha das margaridas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SILVA, Reginaldo José da. *A dinâmica da formação nas ligas camponesas entre 1960 e 1964, a partir da cartilha do camponês e do documento "Bença, mãe!"*. XXII Encontro de Pesquisa Educacional no Norte e Nordeste. GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educacionais Natal, 2014.

TEIXEIRA, Marco Antônio. *Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas*. Caderno CRH. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades, Salvador, Universidade Federal da Bahia, v. 34, p. 1-17, , 2021. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/p3htkm3WRRJN9NQT44S4gWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de março de 2020.

TV CONTAG. *Live - 20 anos de Marcha das Margaridas*. Canal YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyZGmeEV7Ms&t=69s>. Acesso em 20 de julho de 2021.

Recebido em 14 de março de 2023.

Aprovado em 25 de abril de 2023.





## INTERSECÇÕES ENTRE O MITO DAS AMAZONAS E A LENDA DAS ICAMIABAS EM TERRAS TUPINIQUINS: CI, A MÃE DO MATO

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30789

Ana Maria Soares Zukoski<sup>1</sup>

Mirian Cardoso da Silva<sup>2</sup>

Wilma dos Santos Coqueiro<sup>3</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, buscamos revisar o romance Macunaíma, publicado em 1928 por Mário de Andrade, e hoje um clássico da cultura brasileira, com foco analítico na personagem Ci, a Mãe do Mato, amor eterno do herói. Na obra, constata-se uma revisitação às lendas da Icamíabas, a partir do diálogo com o mito grego das Amazonas, em que a personagem que é dotada de força física e vive a sexualidade e a maternidade de forma livre dos padrões, reivindica sua autonomia. Apesar de sofrer violência em uma luta desigual com o herói, ao escolher a partida para o céu, contra a vontade de Macunaíma, Ci afirma sua subjetividade e individualidade feminina.

**Palavras-chave:** Macunaíma; Lenda das Icamíabas; Subjetividade feminina.

## INTERSECTIONS BETWEEN THE AMAZON MYTH AND THE LEGEND OF ICAMIABAS IN TUPINIQUIN LANDS: CI, THE MOTHER OF THE JUNGLE

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestra em Letras: Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: anazukoski@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Letras/área de concentração em Estudos Literários, na linha de pesquisa Literatura e construção de identidades, na Universidade Estadual de Maringá. Docente adjunta do colegiado de Letras e do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: wilmacoqueiro@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Letras, área de Construção de Identidade, e-mail: mikardosoo@gmail.com.



**ABSTRACT:** In this article, we seek to revisit the novel *Macunaíma*, published in 1928 by Mário de Andrade, and today a classic of Brazilian culture, with analytical focus on the character Ci, the Mother of the Jungle, the hero's eternal love. In the work, there is a revisiting of the legends of the Icamíabas, through dialogue with the Greek myth of the Amazons, in which the character, endowed with physical strength and living sexuality and motherhood freely from the standards, claims her autonomy. Despite suffering violence in an unequal fight with the hero, by choosing to depart for the sky against *Macunaíma*'s will, Ci affirms her feminine subjectivity and individuality.

**Keywords:** *Macunaíma*; Legend of the Icamíabas; Feminine subjectivity.

*“Já Vei estava farta de tanto guascar o lombo dos três  
manos quando légua e meia adiante Macunaíma  
escoteiro topou com uma cunhã dormindo. Era Ci,  
Mãe do Mato. Logo viu pelo peito destro seco dela,  
que a moça fazia parte dessa tribo de mulheres  
sozinhas parando lá nas praias Espelho da Lua, coada  
pelo Nhamundá. A cunhã era linda com o corpo  
chupado pelos vícios, colorido com jenipapo” (Mário  
de Andrade, Macunaíma).  
...”*

Mário de Andrade, *Macunaíma*.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A RUPTURA MODERNISTA EM MACUNAÍMA

O Modernismo – como movimento artístico-literário que se prolonga, no Brasil, desde a Semana de Arte Moderna, em 1922, até meados do século XX – teve como “signo principal [...] o da liberdade de pesquisa estética” (COUTINHO, 2001, p. 44). Com efeito, o próprio Mário de Andrade expõe sua teoria acerca da relação entre tradição e modernidade na literatura brasileira em seu *Prefácio Interessantíssimo*, que integra *Paulicéia Desvairada*<sup>4</sup> (1922), obra poética inaugural do modernismo no Brasil e, também, a qual se configura como o projeto estético-ideológico do movimento. Para Mário de Andrade (1922), em especial na poesia, é necessário questionar o conceito de “belo da arte” e reivindicar uma libertação de formas e temas acadêmicos, com a finalidade de colocá-la em consonância com os novos tempos. Com vistas a esse objetivo, proclama o autor (p. 22): “Minhas reivindicações? Liberdade. Uso dela; não abuso, Sei embridá-la nas minhas verdades filosóficas e religiosas; porque verdades filosóficas, religiosas, não são convencionais como a Arte, são verdades”.

<sup>4</sup> Embora o *Prefácio Interessantíssimo* integre a obra *Paulicéia Desvairada*, curiosamente não faz menção a ela. Ademais ele é elaborado com os próprios recursos linguísticos e estéticos da estética proposta.



Embora, no prefácio, Mário negue sua filiação à vanguarda futurista, cujo manifesto escrito pelo poeta italiano Filippo Tommaso Marinetti, publicado no Jornal *Le Figaro*, na França, em 1909, abalou a tradição da arte ocidental, é inegável, nas próprias teorias defendidas no manifesto, as semelhanças entre essa vanguarda artística revolucionária e a liberdade estética que propunha o movimento liderado por Oswald e Mário de Andrade no Brasil. O próprio Mário reconhece os “pontos de contato” com o Futurismo de Marinetti, embora rejeite suas posições políticas quando o escritor italiano adere ao Fascismo de Benito Mussolini, em afirmações como essa: “Marinetti foi grande quando redescobriu o poder sugestivo, associativo, simbólico, universal, musical da palavra em liberdade” (ANDRADE, 1922, p. 23). De acordo, com o crítico Afrânio Coutinho, apesar de Mário de Andrade contestar a ligação do Modernismo, em sua fase heroica, à proposta estética futurista, “o Movimento de 22, julgado hoje, com distância de quem dele não participou, teve em sua fase de ruptura pontos de contato com futurismo, sem o qual não se poderia compreender” (COUTINHO, 2001, p. 48).

Como figura decisiva do movimento modernista, a atuação tanto crítica quanto cultural de Mário de Andrade foi marcada pela pluralidade, pois – dotado de grande capacidade de estudo e ação – foi, ao mesmo tempo, poeta, ficcionista, crítico literário, musicólogo, folclorista e ensaísta, sobressaindo-se, ainda hoje, como o grande nome do movimento que mudou radicalmente a arte passadista e conservadora feita no Brasil até as duas primeiras décadas do século XX.

Da grande amizade e afinidade ideológico-cultural com outro expoente do movimento, o controverso Oswald de Andrade, a sua obra prima *Macunaíma*, publicada em 1928, configurou-se como uma das grandes realizações da arte antropofágica, idealizada por Oswald de Andrade. Publicado em maio de 1928 – inspirado na obra *O Abaporu*, presente de sua então esposa Tarsila do Amaral – o *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade, como uma asseveração de brasilidade por meio do “canibalismo cultural”, propõe-se a devorar as influências estrangeiras na criação e consolidação de uma arte genuinamente brasileira, ao afirmar que “a nossa independência ainda não foi proclamada”. Ademais, o movimento investe na proposta, ainda que utópica, da criação de uma anárquica sociedade matriarcal, livre de repressões, ao postular: “contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama” (ANDRADE apud TELES, 2012, p. 512).

Na década de 1920, cidade de São Paulo crescia vertiginosamente, passando por grandes transformações, com a acentuada prosperidade do comércio e da indústria. Em consonância a esse crescimento urbano, também ocorriam mudanças significativas no comportamento feminino. E é nesse período de efervescência cultural que surge, em 1928, a obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* como a expressão máxima do Movimento Antropofágico. Com uma tiragem inicial de apenas 800 exemplares – Mário teve dificuldades em conseguir um editor – *Macunaíma*, com o tempo, tornou-se um clássico da cultura brasileira. Com efeito, a obra é revolucionária na medida em que se opõe à cultura vigente, trazendo novas formas de representação estético-literária. Inserindo-se no nacionalismo crítico, projetado pelo Movimento Antropófago, *Macunaíma* acaba por se alinhar à literatura de vanguarda mundial da época, com a plena recusa ao atraso cultural brasileiro. Nesse sentido, de acordo com o crítico literário João Luiz Lafetá:

Mário é, de fato, [...] o esforço maior e mais bem sucedido, em grande parte vitorioso, para ajustar numa posição única e coerente os dois projetos do Modernismo, compondo na mesma linha a revolução estética e a revolução ideológica, a renovação dos procedimentos literários e a redescoberta do país, a linguagem da vanguarda e a formação de uma literatura nacional (LAFETÁ, 1974, p. 115).

A obra é de difícil classificação, até mesmo para o autor que a definiu como *rapsódia*, termo usado pelos gregos clássicos para designar obras como *Ilíada* e *Odisseia*, as quais resumiam as tradições orais do povo por meio de narrativas poéticas orais. Posteriormente, o próprio Mário a categorizou como romance, ao inscrevê-la em um prêmio literário nessa categoria. Proença (1977), em seu *Roteiro de Macunaíma*, ao explicar que a rapsódia se configura como uma forma de cantar dos antigos rapsodos gregos, que reuniam obras de vários autores acerca de temas afins, confirma que:

De fato, o *Macunaíma* apresenta, como as rapsódias musicais, uma variedade de motivos populares, que Mário de Andrade reuniu, de acordo com as afinidades existentes entre eles, ligando-os, para efeito de unidade, com pequenos trechos de sua autoria, para tornar insensível a transição de um motivo ao outro (PROENÇA, 1977, p. 07).

Gilda de Mello e Souza (2003) enfatiza, também, esse caráter híbrido da obra de Mário de Andrade, ao explicar a combinação de muitos textos, tanto da tradição escrita quanto da oral, com a fusão das culturas europeia e brasileira, como premissa para a

construção original da obra, a qual, segundo ela, deriva “do livro não se basear na mimesis, isto é, na dependência constante que a arte estabelece entre o mundo objetivo e a ficção, mas em ligar-se quase sempre a outros mundos imaginários, a sistemas fechados de sinais, já regidos por significação autônoma” (MELLO, 1977, p. 09).

Alfredo Bosi (2003), por sua vez, chama a atenção para a fusão entre o erudito e o popular em *Macunaíma* como uma conquista da ruptura operada pelo movimento modernista. De acordo com ele, há na obra “um tratamento narrativo da matéria e uma estilização da linguagem que nasceram de certas opções narrativas impensáveis sem a referência direta às poéticas da vanguarda modernista” (BOSI, 2003, p. 189). Nessa relação com as vanguardas, observa-se em *Macunaíma*, a libertação dos gêneros fixos – já discutidos anteriormente, o que implica na difícil classificação da obra ainda hoje – a abolição das ideias de tempo e espaço e a captação das imagens da era moderna, por meio de um foco narrativo que, centrado na terceira pessoa, usa uma técnica narrativa cinematográfica, imprimindo velocidade e simultaneidade à narrativa. Bosi ressalta, ainda que a dinâmica ideológica da obra se articula em direções, por vezes, discrepantes: “o vetor da *memória afetiva* e o vetor do *pensamento social crítico*” (BOSI, 2003, p. 200, grifos do autor). De fato, é considerada uma narrativa artesanal pela fusão consciente de mitos de origem negra, ameríndia e europeia, além de muita pesquisa folclórica de lendas e mitos brasileiros na criação artística da obra, o que demonstra o espírito inovador do autor.

Em relação ao herói, cujo nome intitula a obra, na etimologia da palavra, *Macunaíma* significa “o grande mau”; mas, para Proença (1977, p. 17), “o herói é múltiplo”, configurando-se como um dos grandes heróis da literatura popular. Por ser individualista, sem preocupar-se com questões de cunho social, o herói marioandradiano “não tem preconceitos, não se cinge à moral de uma época, e concentra em si próprio todas as virtudes e defeitos que nunca se encontram reunidos em um único indivíduo. Por isso é excepcional” (PROENÇA, 1977, p. 13). Conforme aponta Bosi (2003, p. 206), em relação ao destino do herói que é marcado por “não assumir nenhuma identidade constante” – por isso, “herói sem nenhum caráter” –, *Macunaíma* parte do mundo amazônico, após perder sua amada Ci, “a Mãe do Mato”, e a Muiraquitã, amuleto que ela lhe dera de presente, e vive uma errância em seus constantes deslocamentos à e na cidade, além das inúmeras aventuras pelas quais passa até evadir-se para o campo vasto do céu, tornando-se se “o brilho inútil das estrelas”. De acordo com Proença (1977), esse exílio cósmico do herói, quando perde definitivamente a Muiraquitã – seu amuleto e ideal – ao final do livro, é uma espécie de

reconhecimento da inutilidade de sua busca: “Macunaíma vai ter ‘brilho inútil’ porque ele próprio se julga inútil, desencantado com o inventário que fez de toda a sua vida passada” (PROENÇA, 1977, p. 15).

Por ser uma obra complexa e múltipla, marcada por intensa originalidade e renovação estética e ideológica, na qual comparecem as marcas essenciais da ruptura operada pelo movimento modernista brasileiro, nosso recorte de análise consiste na reconfiguração e na representação da lenda das Icamiabas na personagem Ci, “a Mão do Mato”, grande amor da vida do controverso protagonista da obra. Na seção seguinte, faremos uma breve passagem pela ressignificação do mito grego clássico das Amazonas na criação da nossa lenda das guerreiras indígenas, para, depois, observarmos possíveis leituras e desconstruções feitas por Andrade ao colocar em cena a personagem Ci, a qual, por sua vez, será estudada no último subtítulo deste artigo.

#### ENTRE O MITO GREGO E A LENDA BRASILEIRA: MULHERES AMAZONAS NO IMAGINÁRIO DA CULTURA OCIDENTAL

Vai ser a Grande Noite...  
No lago Jaci-uaruá,  
a lua reflete sortilégios de esplendor,  
que, para as Icamiabas, é um rito de amor...

Quando a hora chegar  
de seus breves esponsais,  
querem estar purificadas  
e serem desposadas  
no mistério da selva,  
enquanto a Lua brilhar...

Mergulhando os corpos ágeis,  
de amorosas guerreiras,  
no capitoso banho lustral,  
que a "Mãe das Pedras Verdes"  
lhes traga do seio das águas  
os símbolos nupciais  
no adeus do ante-manhã...

Lendários esponsais...  
O esposo de uma noite irá voltar...  
E, para que em seus anelos,  
lembrança desse amor possa guardar,  
num longo trancelim de seus cabelos,

a esposa Icamiaba dá-lhe o Muiraquitã...

“Os esposais das Icamiabas”. Esse poema de Bruno de Menezes, escritor paraibano, expressa de forma lírica a lenda das nossas guerreiras indígenas. De maneira poética, o autor descreve o momento em que as guerreiras estão ao redor do lago, na noite festiva em dedicação à deusa da lua, Jaci, e se deitam com os mais belos e fortes guerreiros, além de descerem para o fundo do rio e colherem a pedra do Muiraquitã. E é sobre essas mulheres que esta seção dedicará algumas páginas a fim de compreender a lenda do nosso folclore, suas intersecções com o mito grego das Amazonas, assim como as representações ao longo da história até Mário de Andrade abordá-las no romance *Macunaíma*.

Segundo as diversas versões da lenda, existia em terras amazônicas uma tribo matriarcal de incríveis mulheres consideradas grandes guerreiras, que não permitiam a presença masculina, e que eram as filhas da deusa da lua, Jaci. Supostamente, foram vistas por exploradores espanhóis, sob a liderança de Francisco Orellana em 1542, ao chegarem na região que atualmente é a Amazônia. Quando os exploradores entraram no território dessas guerreiras, na foz do rio Nhamundá, que divide Pará e Amazonas, eles foram atacados por mulheres descritas por eles como ferozes: elas estavam nuas, manuseavam arcos e flechas, e os derrotaram. Depois, conforme a história se popularizava, elas foram descritas como as guerreiras indígenas Icamiabas, que significa “a que não tem seio ou a mulher que não tem marido” – inclusive a própria palavra Amazonas tem tal significado, pois vem da palavra grega “amazo” – “a” prefixo de negação, “mazo”, seio – sem seio.<sup>5</sup>

A travessia dos espanhóis pelo rio Amazonas foi narrada no livro *Descubrimiento del río de Las Amazonas* (1542), escrito por Gaspar de Carvajal e dedicado ao Orellana. Devido à presença dos homens brancos, que carregavam consigo o mito das Amazonas, as Icamiabas foram associadas a essas mulheres lendárias da mitologia grega. O livro inspirou o nome do rio, e em 1850, o rei da Inglaterra Carlos I, tomou conhecimento dessa história e separou o antigo estado Grão-Pará em Pará e Amazonas, nomeando este com o mesmo do rio.

---

<sup>5</sup>Alguns estudiosos apontam que essa tradução é um equívoco. Adrienne Mayor (2014) questiona essa versão da palavra Amazona, porque as deusas não eram representadas sem seio. Por exemplo, Ártemis, a deusa da lua e da caça, tinha habilidade como arqueira e não mutilou os seios para isso. A autora aponta que o equívoco veio de Helânico de Lesbos, um dos primeiros historiadores a usar o termo. Porém, seio/mama em grego seria *mastos*, e *mazos* poderia ter sido mal interpretado devido à fonética parecida. *Amazas*, em grego, significa “sem-cevada”, aquilo que não possui grãos. O que, segundo a autora, dialoga com o contexto em que viviam as Amazonas, por serem mulheres que não praticavam a agricultura, portanto eram “sem grãos”. Outras possíveis traduções para a palavra *ha-mazon* seriam “guerreiro” ou então “sem marido”, ambas significações também estão de acordo com as principais características das Amazonas (MAYOR, 2014). Existem muitas outras versões de estudiosos contemporâneos, contudo, a tradução citada no corpo deste texto é mais recorrente na mitologia, e por isso nós a mantivemos neste capítulo.

Segundo a lenda, as Icamiabas eram lideradas por uma cunhantã virgem, que não tinha contato com nenhum homem. A tribo era formada apenas por mulheres, porém, no período de reprodução elas capturavam indígenas de outras tribos, geralmente os mais belos e fortes guerreiros, para poderem procriar, mas há outras versões que apontam não para a captura de homens, mas sim para o convite feito a eles. Da relação, se nascesse um curumim, o menino era entregue ao pai e descartado pelas mulheres, enquanto em outras versões da lenda esses meninos eram sacrificados. Mas, caso fosse uma cunhã, elas ficavam com a menina e presenteavam o progenitor com um colar de pedra verde conhecido como Muiraquitã, no formato de um sapo.

Mesmo que seja recorrente a presença da prática mutiladora no mito das Amazonas gregas, que consistia nas mulheres queimarem o seio direito para utilizarem o arco e flecha sem nenhum impedimento e se tornarem exímias guerreiras, nas lendas das Icamiabas há outra versão: elas atavam esse seio com uma faixa, sem inutilizá-lo, isso porque essas índias acreditavam em si próprias, enquanto mulheres, guerreiras e mães, dando luz às novas cunhatãs.

De forma imbricada à lenda das Icamiabas encontramos a do Muiraquitã. A lenda define os amuletos como extensões de Jaci, a deusa Lua, que são retirados do fundo do lago Iaci-arú – Espelho da Lua, consagrado à deusa. Como vimos no poema de Bruno de Menezes, às bordas do lago, as índias realizavam a Festa de Jaci, que lhes cedia o poder de proteção do amuleto. De acordo com algumas versões da lenda, durante as festividades, as mulheres recebiam os mais belos e valentes guerreiros da aldeia dos Guacarís, com os quais mantinham relações sexuais com o objetivo de procriar.

Ainda segundo essa versão, após o coito e pouco antes da meia noite, com a imagem da lua refletindo no lago, as Icamiabas mergulhavam no fundo do rio para receberem os talismãs, e estes, por sua vez, eram dados de presente aos progenitores, o que os faziam serem bem recebidos onde fossem, além de garantir a proteção mágica de Jaci.

O mito grego das Amazonas, por sua vez, tem início na literatura grega antiga, com as *Histórias* de Heródoto. No texto, o autor coloca as Amazonas em Cítia, é uma terra inóspita, e as descreve como grandes cavaleiras, mestres da guerra e da arte de saquear os povos aos arredores. Além disso, segundo Heródoto (2006), elas também eram nômades, não consideravam as formas tradicionais de governo e nem a agricultura, assim como também não tinham regras e dispensavam o matrimônio, como podemos ver no trecho a seguir, em que as Amazonas recusam o casamento:

Não poderíamos – responderam as amazonas – viver em boa harmonia com as mulheres do vosso país. Seus costumes são diferentes dos nossos: atiramos com o arco, lançamos o dardo, montamos a cavalo e não aprendemos os misteres próprios do nosso sexo. Vossas mulheres nada disso fazem e não se ocupam senão de trabalhos femininos. Não abandonam suas carretas, não vão à caça e nem se afastam do lar. Por conseguinte, nossa maneira de viver jamais se coadunaria (HERÓDOTO, 2006, p. 351-352).

Nesse trecho, percebemos que os costumes presentes na fala da Amazona representam uma contraordem: em uma sociedade estritamente patriarcal, na qual todas as mulheres são submissas e os homens detém o poder e a mobilidade nos espaços públicos, as Amazonas são aquelas que recusam o casamento, optam pela guerra, pela força e pela própria construção de uma sociedade baseada no poderio feminino, isto é, uma sociedade matriarcal. Contudo, existem várias versões sobre o mito, pois aparecem diversas amazonas na mitologia grega.

Já sobre a parte do mito que trata da cauterização do seio dessas mulheres, Hipócrates, em *Dos ares, águas e lugares*, escreve sobre mulheres que praticavam a queima do seio direito em meninas com o auxílio de um aparelho de bronze. Essa prática tinha como objetivo cauterizar a mama para que ela não se desenvolvesse, além de fortalecer o membro direito para os combates. Contudo, conforme Hipócrates (1986), uma Amazonas poderia escolher se casar, e se o fizesse, deixava de montar cavalos e guerrear, passando a se dedicar à casa e à família.

Segundo o mito, elas eram donas de cavalos, armas e de uma estrutura social matriarcal, sendo imortalizadas devido a sua coragem durante as lutas contra homens que tinham o intuito de as submeterem. Assim como as Icamiabas, as Amazonas engravidavam e ficavam com as filhas, entregando ao pai os bebês que fossem meninos. Contudo, as Amazonas gregas possuem algumas diferenças das nossas Icamiabas.

No mito das Amazonas, elas eram filhas de Ares, o deus da guerra, e por isso teriam a coragem e a audácia enquanto guerreiras. Esse deus entregou um cinturão à rainha das amazonas, Hipólita, que representava o poder, além de também simbolicamente lhes transferir a força e proteção. Algumas versões apontam que elas viviam em Trácia, um lugar de clima rude, com uma população violenta e guerreira, mas há outras que as colocam em Éfeso, local em que fundaram o templo à Ártemis, a deusa virgem que protegia as Amazonas.

Tanto as Amazonas gregas quanto as Icamiabas representam mulheres que com suas próprias forças lutavam para dismantelar o poderio masculino, colocando-se enquanto

centro da sociedade, não se rendendo à submissão imposta pelo patriarcalismo. Suas histórias, mitologias e lendas são lidas e estudadas enquanto representantes das mulheres que não aceitam os papéis tradicionalmente construídos, reproduzidos e atribuídos ao gênero feminino na nossa sociedade, impostos por séculos sobre o corpo da mulher.

Essa representação da força feminina, inspirada no mito das Amazonas, aparece de diversas maneiras na cultura ocidental. Por exemplo, além da perspectiva de escritores, as Amazonas também foram representadas nas cerâmicas gregas, que ilustravam essas guerreiras em momentos de combates e descreviam o antagonismo entre o mundo dessas mulheres e da sociedade patriarcal, como podemos observar na Figura 1.

Nela, há uma ânfora negra de 470-460 a. C, retratando o jovem herói Hércules, que, segundo Diodoro da Sicília (2001), estava em sua missão de apoderar-se do cinturão que havia sido entregue à Hipólita, lutando contra uma Amazona. O desenho mostra a diferença entre ambos, incluindo a posição de combate e as indumentárias. Essa gravura reforça a virilidade do herói, e mostra a importância para os gregos de obter a vitória contra as Amazonas, porque isso significava a manutenção da própria ideia e construto social, uma vez que as guerreiras representavam uma ameaça aos ideais gregos. Tanto o é, segundo Tyrrell (2001), que se a sociedade passasse a ser governada por mulheres, o patriarcado seria destronado, destituído do poder do Estado e seria estabelecido o caos. Desse modo, ao contar o mito, os gregos não louvavam o heroísmo das mulheres, eles reforçavam os papéis atribuídos a elas enquanto esposas e mães de filhos guerreiros (TYRREL, 2001).



**Figura 1 – A luta entre Hércules e as Amazonas**



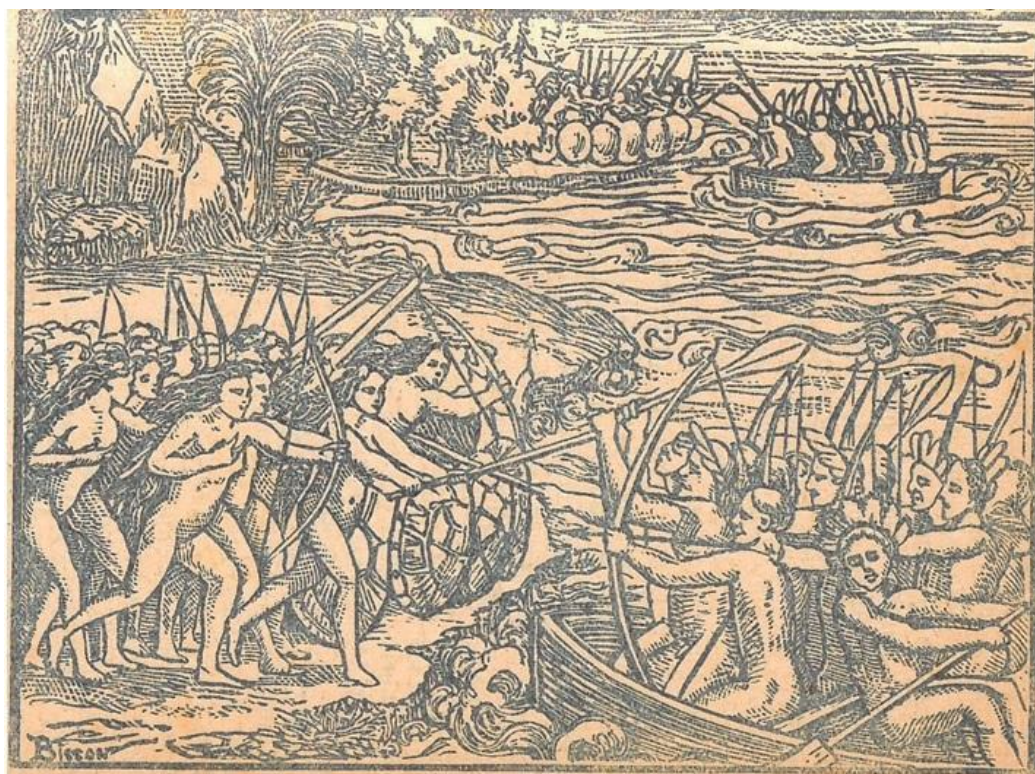
Ânfora de terracota em figura negra, 530 a. C. Período Arcaico. Fonte: Metropolitan Museum of Art.

As Amazonas também foram representadas pela arte renascentista, que contribuiu significativamente para a expansão do mito clássico. Nesse período, elas começam a ganhar formas que vemos atualmente – arco e flecha, nudez, corpo sexualizado, poderosas – isso porque o modelo clássico era incorporado pela arte da renascença.

Essa versão pode ser observada na obra *As singularidades da França Antártica* (1557), por André Thevet. A xilogravura abaixo, Figura 2, aparece nesse texto e representa um encontro brutal entre as Amazonas e os homens, evidenciando o antagonismo presente entre ambas as sociedades – patriarcalista e matriarcal. Elas são representadas com arco e flecha, estão nuas e possuem escudos produzidos a partir dos cascos de tartaruga. Thevet (1978, p. 206) as descreve da seguinte forma: “vivem longe de todos, numas ilhotas que lhes servem de fortalezas, tendo como única atividade a guerra perpétua [...] procedendo de modo exatamente igual ao das amazonas que os historiadores descreveram”. As xilogravuras mostram as Amazonas como impiedosas, desumanas e motivadas por uma vida rudimentar.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup>Outra versão das Amazonas pode ser encontrada no livro *A descoberta do grande, belo e rico império da Guiana* (1595), editado por Robert Robinson, que reúne textos sobre Walter Raleigh, um poeta, político, soldado, pirata e cortesão inglês. Ele descreve as maravilhas do Novo Mundo e traz algumas xilogravuras sobre as Amazonas, mostrando-as nuas, em rituais eróticos e selvagens.

**Figura 2** – Batalha entre americanos e Amazonas

Fonte: Les Singularitez. Jean Cousin [grav.]; André Thevet [aut. do texto]. 1558, p. 125.

De modo geral, existem inúmeras e diferentes versões sobre as guerreiras indomáveis construídas, ao longo do tempo, no imaginário social por meio da cultura, da literatura, do cinema e das artes em geral. Mas a maior responsável pela disseminação da imagem das Amazonas na contemporaneidade é a personagem Mulher-Maravilha, da *DC Comics*, uma editora estadunidense de histórias em quadrinhos [HQ]. Nessa literatura, a super-heroína tem origem greco-romana e também é a identidade da Princesa Diana de Themyscira, a Ilha Paraíso, onde vivem as Amazonas – aqui há a alusão direta ao mito grego.

A Mulher-Maravilha adota esse pseudônimo por ser a emissária de seu povo para o mundo dos homens. Ela possui independência, força, e faz parte da primeira liga de super-heróis, a Sociedade de Justiça da América, que viria a fundar a Liga da Justiça conhecida nas HQs de hoje. A primeira vez que a personagem apareceu no universo HQ foi em 1941, na revista *All star comics*, sob autoria do escritor e psicólogo William Moulton Marston e em co-autoria com Elizabeth Marston, sua esposa, e sendo desenhada por Harry G. Peter. Desde então, a personagem ganhou grande repercussão, angariando inúmeros fãs e recebendo sua própria revista em quadrinho, além de ser transferida oficialmente para a *DC Comics* em 1944.<sup>7</sup>

<sup>7</sup>A personagem também foi celebrada no cinema, especialmente com o sucesso dos filmes recentes estrelados pela atriz israelense Gal Gadot: *Mulher-Maravilha* (2017) e *Mulher-Maravilha 1984* (2020).

Ora, se a personagem se popularizou tanto, não seria impossível imaginarmos que nossas Icamiabas também não fossem, de alguma forma e em algum tempo, surgir como inspiração. Em 2020, a *DC Comics* anunciou que iria surgir uma nova Mulher-Maravilha, e agora ela seria brasileira. A *Future State* se trata de uma série de revistas que está cronologicamente afastada da linha principal do universo *DC*, e apresenta um futuro ficcional com gerações novas de heróis e heroínas que assumem o lugar dos antigos super-heróis. Sob o manto da clássica Mulher-Maravilha, a *DC* traz Yara Flor, uma brasileira originária da floresta Amazônica, desenhada por Joelle Jones (desenhista das HQs *Batman* e *Mulher-gato*).

Embora este texto não tenha como objetivo analisar a personagem, não podemos deixar de trazer alguns diálogos possíveis com nossas lendas. Primeiro temos o nome da personagem, Yara, que remete à sereia da literatura oral amazonense, parte do nosso folclore. A Iara (com i), segundo as lendas, era uma jovem indígena com habilidades de guerra que superavam as dos irmãos. Seu poder causou inveja neles, fazendo-os planejarem sua morte. Contudo, exímia guerreira que era, ela se defende, matando-os e acendendo a decisão paterna de jogá-la no encontro do rio Negro e Solimões, sendo salva por peixes e transformada em sereia. A partir daí, ela dedica sua jornada a raptar homens e os afogar no mar. Contudo, além do nome, a heroína da *DC* também recebe influência das Icamiabas, as nossas amazonas, pois Yara Flor vem de uma tribo guerreira matriarcal, que vive em alguma região na floresta Amazônica, possuindo poder de combate.<sup>8</sup>

Por fim, a versão brasileira das guerreiras mulheres, matriarcas, poderosas e independentes foi lida e representada por vários autores ao longo dos séculos. Mas uma das cunhãs mais conhecidas foi Ci, a mãe do mato, colocada em cena em *Macunaíma*, por Mário de Andrade, aquela que podia ser reconhecida “pelo peito destro seco dela”, que “fazia parte dessa tribo de mulheres sozinhas” (ANDRADE, 2019, p. 33).

### **“A ICAMIABA NÃO TINHA NEM UM ARRANHÃOZINHO E CADA GESTO QUE FAZIA ERA MAIS SANGUE NO CORPO DO HERÓI”: A REPRESENTAÇÃO DA CI, MÃE DO MATO MARIOANDRADIANA**

Conforme discutido, a obra *Macunaíma* é dotada de uma grande complexidade devido a sua riqueza. No entanto, considerando nosso recorte analítico, procuramos

---

<sup>8</sup>As Icamiabas também ganharam uma versão de animação brasileira chamadas *Icamiabas na Amazônia de Pedra*, escrito por Otoniel Oliveira e produzida pelo Estúdio Iluminuras. Alguns episódios podem ser assistidos no canal do Estúdio <[https://www.youtube.com/watch?v=kjFr9XLgOIU&ab\\_channel=iluminurasestudio](https://www.youtube.com/watch?v=kjFr9XLgOIU&ab_channel=iluminurasestudio)>, acesso em 19 dez. 2021.

privilegiar os aspectos relacionados às representações das Icamiabas. Neto (2019, p. 5, grifo do autor), ao comentar sobre a importância dessa obra, afirma que “o que caracteriza *Macunaíma* [...] é um desejo de sabotar conceitos, de frustrar expectativas de leitura, de criar ambiguidades [...] faz também à sobreposição da ótica urbana para a ótica primitiva, numa reconstrução poética dos mitos nacionais”. Essa reconstrução poética dos mitos nacionais traz à tona diversos personagens do folclore brasileiro, como o Curupira, a Iara e as Icamiabas, entre outros.

A reconstrução das lendas das Icamiabas na narrativa de Mário de Andrade pode ser dividida, para fins didáticos, a partir de dois vieses principais: o primeiro focaliza essa lenda de uma forma mais geral, manifestado, sobretudo, no capítulo nove, intitulado “Carta para Icamiabas”, e o segundo, enfatiza a representação da personagem Ci, a Mãe do Mato. Tendo em vista esses dois parâmetros, utilizar-nos-emos deles, como fio condutor para nossas análises.

O capítulo nove é notoriamente o mais destoante da construção narrativa de *Macunaíma*, principalmente, no que diz respeito à linguagem. Abandonando a linguagem popular, voltada para a oralidade, “Carta para Icamiabas” apresenta um rebuscamento linguístico, interpretado aqui, como mais uma forma de ironia encontrada pelo autor, para demonstrar que a norma culta da língua também serve para tratar dos assuntos e das pessoas marginalizadas pelo preconceito linguístico.

A escolha da linguagem exacerbadamente formal, assim como a lenda das Icamiabas reflete o caráter crítico, característico da obra. Estabelecendo relações intertextuais com o mito clássico das Amazonas, Andrade ressalta os caracteres tipicamente brasileiros, conforme é possível verificar no excerto a seguir:

É bem verdade que na boa cidade de São Paulo — a maior do universo, no dizer de seus prolixos habitantes — não sois conheci das por “icamiabas”, voz espúria, sinão que pelo apelativo de Amazonas; e de vós, se afirma, cavalgades ginetes beligeros e virdes da Hélade clássica; e assim sois chamadas. Muito nos pesou a nós, Imperator vosso, tais dislates da erudição porém heis de convir conosco que, assim, ficais mais heróicas e mais conspícuas, tocadas por essa platina respeitável da tradição e da pureza antiga [...] Porém si, como vós, formam essas queridas senhoras um clã de mulheres, muito de vós se apartam do físico, no gênero de vida e nas ideais. Assim vos diremas que vivem à noute, e se não dão aos afazeres de Marte nem queimam o destro seio, mas a Mercúrio cortejam tão somente; e quanto aos seios, deixam-nos envolverem, à feição de gigantes e flácidos pomos, que, si lhes não acrescentam ao donaire, servem para numerosos e árduos trabalhos de excelente virtude e prodigiosa excitação (ANDRADE, 2019, p. 83- 88).



Vislumbramos na obra diversas críticas, como a recusa do nome “icamiabas”, facilmente substituído em diversas regiões do país por “Amazonas”, que remete a importação da cultura europeia e a desvalorização da cultura tupiniquim. Isso é refletido na crítica contra a erudição criada em derredor da imagem do mito dessas mulheres, que valoriza padrões de cunho patriarcal como a pureza. Isto é, ainda que na tradição clássica as Amazonas sejam representadas como mulheres fortes, como já foi discutido na seção anterior, elas ainda se encontram atreladas a ideias que buscam privá-las de uma autonomia completa.

A representação marioandradiana busca romper com algumas dessas características, como a questão da sexualidade. Fica sugerida, no excerto, a voluptuosidade que acompanha essas mulheres, sobretudo, pelos seios desnudos. O romance mostra que as Icamiabas dispõem de uma vida sexual ativa e livre, diferentemente da representação europeia. Como maior exemplo disso, temos Ci, que ‘brinca’ inúmeras vezes, ao longo de sua curta participação na narrativa.

Por meio de Ci, Mãe do Mato, encontramos uma representação mais aprofundada acerca das Icamiabas. Descrita a partir da visão de Macunaíma, “a cunhã era linda com o corpo chupado pelos vícios, colorido com jenipapo [...] Logo viu pelo peito destro seco dela, que a moça fazia parte dessa tribo de mulheres sozinhas parando lá nas praias da lagoa Espelho da Lua, coada pelo Nhamundá” (ANDRADE, 2019, p. 33). Apesar de ter o seio direito seco, característica das Amazonas europeias, isso não retira a beleza e a volúpia de seu corpo, sendo isso uma de suas características físicas mais retumbantes. Ademais, ela é reconhecida imediatamente como pertencente às Icamiabas.

O encontro entre o protagonista e Ci ocorre de forma violenta, uma vez que Macunaíma não respeita nem o espaço e nem o corpo da icamiaba:

O herói se atirou por cima dela pra brincar. Ci não queria. Fez lança de flecha tridente [...] O herói apanhava. Recebera já um murro de fazer sangue no nariz e um lapo fundo de txara no rabo. A icamiaba não tinha nem um arranhãozinho e cada gesto que fazia era mais sangue no corpo do herói soltando berros” (ANDRADE, 2019, p. 33-34).

A resposta violenta de Ci reflete que a personagem tem consciência acerca dos direitos a respeito de seu próprio corpo e repele o agressor, valendo-se da mesma estratégia com a qual foi atacada. Assim, além da força física, uma vez que, sozinha, ela submeteu

Macunaíma sem esforço, pois ‘não tinha nem um arranhãozinho’, ela também demonstra possuir uma subjetividade consolidada a partir de suas próprias demandas.

A força física de Ci é tamanha, que são necessários três homens para conseguir dominá-la: “Os manos vieram e agarraram Ci. Maanape trançou os braços dela por detrás enquanto Jinguê com a murucu lhe dava uma porrada no coco. E a icamiaba caiu sem auxílio nas samambaias da serapilheira” (ANDRADE, 2019, p. 34). Esse episódio questiona a superioridade masculina, baseada, entre outras questões, na força física. Ci, ao mostrar-se mais forte que o protagonista, rompe uma vez mais, com o ideário patriarcal de uma dominação masculina. Freyre, em sua obra *Sobrados e Mucambos* (2000) ratifica que no patriarcalismo, “o homem faz da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo” (p. 125). Nesse sentido, a representação feminina elaborada por Andrade questiona a arbitrariedades dos pressupostos patriarcais. Além disso, ilustra a injustiça cometida contra as mulheres por meio da ironia, uma vez que a hegemonia masculina é sustentada a partir desse mecanismo de luta injusta. A imagem de Maanape, Jinguê e Macunaíma lutando contra Ci sozinha metaforiza a estrutura social organizada a partir de várias instituições que imputam as mulheres um enfrentamento arbitrário.

Conforme mencionado anteriormente, o outro estereótipo que Ci rompe é o da sexualidade, atrelado aos ideais de pureza e virgindade. Apesar de o primeiro encontro ter sido marcado pela violência, Macunaíma e Ci constroem um relacionamento, pautado, sobretudo, pelas relações sexuais:

De-noite Ci chegava rescendendo resina de pau, sangrando das brigas e trepava na rede que ela mesmo tecera com fios de cabelo. Os dois brincavam e depois ficavam rindo um pro outro [...] Porém a Mãe do Mato ainda não estava satisfeita não e com um jeito de rede que enlaçava os dois convidava o companheiro pra mais brinquedo. Morto de soneira, infernizado, Macunaíma brincava para não desmentir a fama só, porém quando Ci queria rir com ele de satisfação (ANDRADE, 2019, p. 34-35).

É notável que a iniciativa parte de Ci, que exerce sua liberdade sexual a partir de suas próprias vontades. Essa busca pela realização de seus desejos sexuais remete, novamente, à subjetividade bem consolidada que essa personagem apresenta, uma vez que, ela se coloca como centro de sua própria existência, sem se preocupar em seguir protocolos e regras sociais. A escolha pelo rompimento com o tabu da sexualidade, seguida de forma livre por Ci,

é bastante significativo, dado que até contemporaneamente, pureza e virgindade são aspectos cobrados das mulheres pelo ideário social.

Ainda no que tange a sexualidade, Ci se mostra empenhada em conseguir o que deseja: “Ci empregava o estratagema [...] Buscava no mato a folhagem de fogo da urtiga e sapecava com ela uma coça coçadeira no chuí do herói e na nalachitchi dela. Isso Macunaíma ficava que ficava um lião querendo [...] E agora despertados inteiramente pelo gozo inventavam artes novas de brincar” (ANDRADE, 2019, p. 36). Mantendo uma postura ativa, a personagem goza de uma liberdade sexual negada à parcela feminina da sociedade. Nesse sentido, a Mãe do Mato reconstrói a simbologia atrelada às Amazonas, demonstrando que as Icamiabas brasileiras abrangem domínios a elas interditas, como o relacionamento sexual e a autonomia subjetiva.

A questão da maternidade, também é ressignificada por meio de Ci: “Nem bem seis meses passaram e a Mãe do Mato pariu um filho encarnado. Isso, vieram famosas mulatas [...] deram pra Mãe do Mato um laçarote rubro cor de mal, porque agora ela era mestrado cordão encarnado em todos os Pastoris de Natal” (ANDRADE, 2019, p. 36). Não sendo uma prerrogativa ou um objetivo a ser alcançado a fim de atender o horizonte de expectativas sociais, a maternidade apenas acontece na vida de Ci. Mesmo com o nascimento do bebê, o foco das atenções continua sendo Ci que é presenteada e alçada a um patamar de maior importância. A presença do filho não implica em novas obrigações ou em uma sobrecarga de tarefas. Podemos atribuir essa nova maternidade, mais leve e tranquila, ao fato de a personagem não seguir os padrões sociais, construindo a sua maternidade a partir de suas próprias demandas. Ademais, vale ressaltar que a personagem ressignifica novamente o mito das Amazonas, uma vez que, mesmo sendo um menino, Ci não repele a criança e nem a entrega para o pai, conforme vimos, que é característico nas lendas.

O desfecho da icamiaba, após a morte do filho, reflete a conclusão de um ciclo: “Terminada a função a companheira de Macunaíma, toda enfeitada ainda [...] subiu pro céu por um cipó. É lá que Ci vive agora nos trinqes passeando, liberta das formigas, toda enfeitada ainda, toda enfeitada de luz, virada numa estrela. É a Beta do Centauro” (ANDRADE, 2019, p. 37-38). A serenidade com a qual sobe para o céu, sugere a finalização de uma jornada venturosa, diferentemente da morte do protagonista, que não é acompanhada da tranquilidade e brilho, como a da Mãe do Mato. Ci representa a libertação feminina dos padrões patriarcais, traçando seu próprio destino, decidindo suas agendas e norteando-se pelos seus desejos. A liberdade sexual, a maternidade livre e a força física são apenas alguns

dos aspectos que essa personagem marioandradiana rompe, demonstrando assim, que as possibilidades femininas são ilimitadas, mas que a busca por uma vida autônoma será sempre uma luta desigual; daí a necessidade de reunir forças físicas e psicológicas para conseguir superar as barreiras masculinas.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após refletirmos acerca das lendas referentes às amazonas gregas e suas ramificações e ressignificações em terras americanas, podemos, de fato, reafirmar a genialidade e a originalidade de Mário de Andrade não apenas na escrita de uma obra tão plural como *Macunaíma*, como na criação da ousada personagem feminina Ci, a Mãe do Mato e amor eterno do herói.

Com efeito, essa personagem feminina rompe não apenas com os estereótipos clássicos relacionados ao feminino como também em relação às destemidas amazonas gregas, pois não pauta sua trajetória na guerra e/ou na criação de uma linhagem feminina em que o sexo tem como objetivo a descendência, mas sim na busca do prazer e da liberdade sexual, sem tabus ou objetivos de procriação.

Desse modo, nessa trajetória livre e autônoma, a sua decisão de, a contragosto do herói, de partir para o céu “toda enfeitada de luz” e se tornar uma estrela das mais brilhantes da constelação, a Beta-Centauro, reflete sua independência, subjetividade e não resignação a uma vida corriqueira e comum ao lado do seu amado, Macunaíma.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. *Macunaíma*: o herói sem nenhum caráter. Chapecó: Ed. UFFS, 2019.

ANDRADE, Mário. Prefácio Interessantíssimo. In: *Paulicea Desvairada*. São Paulo: Casa Mayença, 1922. p. 07-39.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Pedro Constatin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2016.

BOSI, Alfredo. Situação de Macunaíma. In: *Céu, inferno*: Ensaios de crítica literária e ideológica. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, p. 186-207.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*: Era Modernista. 6.ed. rev. e atual. v.5. São Paulo: Global, 2001.



DIODORO. *Biblioteca Histórica*. Libros I-III. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Editora Global, 2000.

HERÓDOTO. *História*. Versão para o português de J. Brito Broca. eBooksBrasil, 2006.  
Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>. Acesso em 16 de março de 2022.

HIPOCRÁTES. *Tratados Hipocráticos*. Libro II. Sobre Los Aires, Aguas y Lugares. Madrid: Editorial Gredos, 1986.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MENEZES, Bruno de. *Obras completas*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. v.1, p.495.

NETO, Miguel Sanches. Apresentação: Herói primitivo. In: ANDRADE, Mário. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Chapecó: Ed. UFFS, 2019.

PROENÇA, Manuel Calvacanti. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas de 1857 a 1972*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

THEVET, André. *As Singularidades da França Antártica*. Tradução de Eugênio Amado. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

TYRRELL, William Blake. *Las amazonas: un estudio de los mitos atenienses*. Espanha: Fondo de Cultura Económica, 2001.

Recebido em 14 de março de 2023.

Aprovado em 08 de maio de 2023.





## REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA: UMA ANÁLISE DO REGISTRO MEMORIAL DE XICA DA SILVA NA OBRA DOCUMENTAL DE JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS

DOI: 10.48075/ri.v25i2.31055

Ester Estevão da Silva<sup>1</sup>

José Edilson de Amorim<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo descreve e problematiza a representação memorialista da figura histórica Francisca da Silva de Oliveira na obra *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio* (1868), de Joaquim Felício dos Santos. A partir de uma revisão bibliográfica que abarca discussões sobre a veracidade histórica dos acontecimentos registrados na historiografia oficial e a formulação das representações na História, objetivamos compreender como a representação de Xica da Silva, ao advir de construções discursivas e sociais, reflete e propaga os significados existentes no imaginário sócio-histórico brasileiro sobre mulheres negras. Para tanto, fundamentamos esta pesquisa em teóricos como Bakhtin e Voloshinov (2006), Pesavento (1995 ; 2012), Achard, Furtado (2003), Car (1996), Chartier (2002), Hall (2016), Le Goff (1990), Ricoeur (1994; 2007), Thompson (1998), entre outros. Com esta investigação constatamos como a formulação de respectiva personagem afro-brasileira, verificada na obra, evidencia as correntes de opinião, ideologias e movimentos sociais existentes em torno da raça negra, as quais, difundidas pelo discurso autoral, são tomadas como versão oficial dos acontecimentos e, conseqüentemente, como “verdades históricas”.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande — PB. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). E-mail: [esterestevaodasilva2@gmail.com](mailto:esterestevaodasilva2@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande. Email: [edilsondeamorim@gmail.com](mailto:edilsondeamorim@gmail.com)

## HISTORICAL REPRESENTATION: AN ANALYSIS OF THE MEMORIAL RECORD OF XICA DA SILVA IN THE DOCUMENTARY WORK OF JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS

---

**ABSTRACT:** The present article describes and problematizes the memorialist representation of the historical figure Francisca da Silva de Oliveira in the work *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio* (1868), by Joaquim Felício dos Santos. Based on a literature review that includes discussions about the historical veracity of the events recorded in official historiography and the formulation of representations in history, we aim to understand how the representation of Xica da Silva, arising from discursive and social constructions, reflects and propagates the existing meanings in the Brazilian socio-historical imaginary about black women. To this end, we base this research on theorists such as Bakhtin and Voloshinov (2006), Pesavento (1995; 2012), Achard, Furtado (2003), Car (1996), Chartier (2002), Hall (2016), Le Goff (1990), Ricoeur (1994; 2007), Thompson (1998), among others. With this investigation we verified how the formulation of respective Afro-Brazilian character, verified in the work, evidences the currents of opinion, ideologies and social movements existing around the black race, which, disseminated by the authorial discourse, are taken as the official version of events and, consequently, as "historical truths".

**Keywords:** Representation; Memory; Xica da Silva

*“As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão”*  
Sandra Jatahy Pesavento, *História & História Cultural*, 2012.

### INTRODUÇÃO

A figura histórica de Chica da Silva, amplamente conhecida no imaginário sócio-histórico brasileiro, tem sido objeto de diversas representações na cultura popular, como filmes, novelas e obras literárias. Francisca da Silva de Oliveira, nascida entre 1731 e 1735, foi uma mulher negra escravizada que desafiou as expectativas de seu tempo e alcançou posições de poder na elite mineira do século XVIII. Contudo, sua representação

cultural é frequentemente baseada em características como arrogância, manipulação, vingança e depravação, o que tem sido objeto de contestação por parte de historiadores.

Neste artigo, propomos analisar a formulação inicial da representação de Chica da Silva no imaginário sócio-histórico nacional, a partir da obra *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), que daria espaço, séculos depois, a uma representação amplamente sexualizada, manipuladora e vingativa que distorce e mitifica a realidade da figura histórica.

Para tanto, utilizamos a perspectiva de autores como Stuart Hall (2016), Pesavento (1995; 2012), Car (1996), Chartier (2002), Le Goff (1990), Ricoeur (1994; 2007) e Thompson (1998) para analisar a importância da linguagem e da representação na construção de significados culturais e históricos, bem como no processo de exercício e disputa de poder na sociedade. A partir disso, investigamos como o conhecimento produzido por um discurso específico se relaciona com o poder, regula comportamentos, constrói identidades e subjetividades, e determina a maneira como certos objetos são representados, concebidos, vivenciados e examinados. Ademais, recorreremos à teoria dos corpos-signos de Bakhtin e Voloshinov (2006) para compreender a significação histórica do corpo negro feminino brasileiro a partir da representação de uma personagem histórica, como Chica da Silva, destacando a importância do corpo como uma fonte de significação e comunicação cultural.

Ao investigar a representação de Chica da Silva no imaginário sócio-histórico brasileiro, aspiramos contribuir para um maior entendimento sobre a complexidade dessa figura histórica e sua relevância como símbolo de resistência e ressignificação do lugar social de mulheres negras durante o período colonial brasileiro. Além disso, esperamos lançar luz sobre os mecanismos de poder e construção de identidades que permeiam as representações culturais e históricas, destacando a importância de abordagens críticas e contextualizadas para a análise dessas questões.

#### **FRANCISCA DA SILVA DE OLIVEIRA, A CHICA DA SILVA**

Francisca da Silva de Oliveira, popularmente conhecida como Chica da Silva, foi uma brasileira que se tornou famosa por se tornar rica e poderosa apesar de ter nascido na escravidão. Ela nasceu na Vila do Príncipe (atual Serro), no norte do estado de Minas Gerais, no Brasil, entre 1730 e 1735. Sua mãe era uma africana escravizada, Maria da Costa. Seu pai era um português, Antônio Caetano de Sá.

Francisca viveu principalmente em Arraial do Tijuco (hoje Diamantina). A região de Minas Gerais era única por ter uma população bastante diversa em comparação com outras regiões escravistas da costa brasileira, do Caribe e dos Estados Unidos. As pessoas da cidade ganhavam a vida com a mineração de ouro ou diamantes.

Francisca pertenceu primeiro a Domingos da Costa, que era natural de Milho Verde. Depois de Costa, Francisca foi vendida ao sargento Manuel Pires Sardinha, com quem teve o primeiro filho, Simão Pires Sardinha. Embora Sardinha listasse Simão como um de seus herdeiros, ele nunca declarou oficialmente a paternidade de Simão. O terceiro mestre de Francisca foi João Fernandes de Oliveira, proprietário de uma mina de diamantes e governador mineiro do Arraial do Tijuco, uma das pessoas mais ricas do Brasil Colônia.

João Fernandes de Oliveira concedeu a liberdade a Francisca. Após ser libertada, Chica mudou oficialmente seu nome para Francisca da Silva de Oliveira para apagar sua história de escrava. Isso foi extremamente benéfico para seu filho Simão Pires Sardinha, que mais tarde na vida conseguiu esconder a ascendência escrava de sua mãe e sua condição de filho ilegítimo para receber o prestigioso título português de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Segundo o que a historiografia dita “oficial” relata, a relação de Chica da Silva com João Fernandes foi um escândalo na sociedade colonial brasileira. Chica da Silva, ex-escravizada, tornou-se uma das mulheres mais poderosas da América colonial, ainda assim, foi banida da igreja paroquial, reservada apenas aos caucasianos.

Para mostrar seu poder, João Fernandes de Oliveira construiu uma luxuosa igreja frequentada apenas por Chica da Silva em Diamantina, Minas Gerais. A construção da igreja foi considerada um escândalo para a época, já que Chica da Silva era uma ex-escravizada e, portanto, não deveria ter acesso a privilégios reservados apenas aos brancos. No entanto, a construção da igreja permitiu que Chica fosse vista como uma mulher poderosa e influente, capaz de desafiar as normas sociais da época. Apesar disso, Chica também frequentava irmandades exclusivas de brancos, como forma de tentar se enquadrar no status quo e estar ciente de suas tramas contra ela e seu povo.

Chica da Silva tornou-se rica e poderosa por meio de seu relacionamento com João Fernandes de Oliveira, com quem teve treze filhos. A historiadora Júnia Ferreira Furtado mostra que o concubinato e o casamento entre homens brancos e mulheres negras na sociedade colonial brasileira foi uma forma encontrada pelos escravizados para mudar sua posição social. A alforria, mais do que o início para a formação de uma identidade negra

positiva, foi o início de um processo de aceitação dos valores da elite, a fim de inseri-los (ex-escravos) e também seus descendentes nesta sociedade.

Apesar de ser uma ex-escravizada que se tornou uma figura rica e poderosa, Chica da Silva também possuía escravos, e apenas um deles foi alforriado. Isso mostra que, mesmo após conseguir sua liberdade, Chica não se identificava com a luta dos escravos e tentou se integrar à sociedade branca da época. Essa postura é vista por alguns historiadores como uma tentativa de "embranquecimento", ou seja, de se afastar de sua origem escrava para tentar ser aceita entre os brancos.

A relação de Chica da Silva com João Fernandes de Oliveira durou quase duas décadas. Nesse período, o casal teve treze filhos, quatro meninos e nove meninas. A relação terminou em 1770, após a morte do pai de João Fernandes, quando este regressou a Portugal para resolver questões de herança familiar, levando consigo os quatro filhos homens que teve com Chica da Silva e o primogénito da companheira, Simão Pires Sardinha, para que tivessem acesso a uma boa Educação. Lá, os rapazes adquiriram educação superior e alcançaram cargos importantes na administração do reino.

Por outro lado, Chica da Silva ficou no Brasil com as filhas e a posse das propriedades do marido, o que lhe permitiu continuar vivendo no luxo. Após a separação, ela se juntou a várias irmandades, que eram organizações que reuniam pessoas de mesma origem e condição social como forma de obter distinção e reconhecimento social. Em seu testamento, Chica da Silva doou parte de seus bens às irmandades religiosas do Carmo e de São Francisco, que eram exclusivas de brancos, e às das Mercês, exclusivas dos mestiços e a do Rosário dos Pretos, que eram reservadas aos negros. Isso demonstrou sua habilidade em se integrar em diferentes grupos sociais, comportamento necessário para a manutenção de sua posição social.

Chica da Silva faleceu em Serro Frio, Minas Gerais, em 15 de fevereiro de 1796, e foi sepultada na irmandade religiosa de São Francisco de Assis, que normalmente era reservada para a elite branca local. Todos os padres da cidade se reuniram em cerimônia em torno de seu corpo, que foi acompanhado até o túmulo por todas as irmandades das quais ela fazia parte. Isso demonstrou a distinção que ela havia alcançado em vida. Ao contrário do mito que se formou em torno dela, Chica da Silva não era a rainha dos escravos ou a redentora de sua raça. Porém, ela sabia como aproveitar as poucas oportunidades que o sistema oferecia para diminuir o estigma que a cor e a escravidão haviam imposto a ela e promover a ascensão social de seus descendentes.

Por mais que sua trajetória tenha sido romantizada e transformada em mito ao longo dos anos, a biografia de Chica da Silva é um retrato importante da história do Brasil colonial e da luta dos afrodescendentes por liberdade e igualdade. O livro de Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, reconstrói a trajetória de Chica da Silva e revela particularidades desconhecidas sobre os costumes da sociedade mineira colonial, o cotidiano das mulheres livres e relações na região no auge da mineração. Ela distingue o caráter histórico dos estereótipos aos quais Chica foi reduzida e mostra como Chica se integrou à sociedade mineira do século XVIII por meio de sua relação com João Fernandes de Oliveira.

### AS “VERDADES HISTÓRICAS”: UM BREVE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Apesar de ter sua imagem difundida nacionalmente por meio da cinematografia e da literatura, como em *Xica da Silva* (1976), de Carlos Diegues e no romance histórico *Xica da Silva*, de João Felício dos Santos, também publicado em 1976, pouco ficou conhecido sobre quem teria sido, de fato, a Chica da Silva<sup>3</sup> de carne e osso que viveu no Tejuco durante o século XVIII, devido à mistura de construções históricas e narrativas ficcionais sobre sua vida. Dessa forma, é praticamente impossível hoje acessar informações sobre a Chica da Silva que não sejam baseadas em traduções ou imaginações.

Ademais, ao contrário do que se pensa, a liberdade e ascensão de Chica da Silva não são apenas fruto de um caminho único. Historiadoras como Júnia Furtado (2003) mostram que, na verdade, havia outras mulheres forras na região diamantina do século XVIII com trajetórias semelhantes. A presença de pessoas negras livres e em ascensão no Brasil Colonial, embora notável, foi muitas vezes “relegada ao esquecimento”. Isso ocorre porque, quando os livros de história mencionam essas figuras, geralmente as tratam como exceções.

Nesse contexto, pode-se argumentar que o apagamento de outras personalidades negras na história oficial representa uma tentativa de limitar e estereotipar as várias formas de ser negro(a) na colônia portuguesa do século XVIII. Esse processo ocorre por meio da seleção dos eventos que serão registrados na historiografia nacional.

Ao analisar a manipulação dos “fatos históricos”, Edward Hallet Carr (1996, p. 41) destaca que nossa percepção do passado é pré-selecionada e pré-determinada, formando-se

---

<sup>3</sup> Utilizaremos Chica da Silva (com Ch) para mencionar a figura histórica vivente no século XVIII, e Xica da Silva (com X) para fazer menção à personagem histórica e ficcional.

como uma versão construída por indivíduos engajados, intencionalmente ou não, em uma perspectiva específica. Essas pessoas consideram os fatos que reforçam seus pontos de vista dignos de preservação. Carr (1996) enfatiza que os fatos históricos nunca nos são apresentados “puros”, pois sempre são filtrados pela mente de quem os registra.

Em seu livro *O que é história?* (1996), Carr argumenta que os fatos históricos não existem independentemente das interpretações e narrativas dos historiadores. Ele afirma que a seleção e organização dos fatos pelos historiadores são influenciadas por suas perspectivas, interesses e crenças. Carr sugere que a objetividade na história é um ideal inatingível, e que os historiadores devem buscar uma compreensão mais profunda e contextualizada dos eventos passados.

Seguindo essa linha de pensamento, Paul Ricoeur (1994; 2007) propõe que a História deve ser compreendida como uma interpretação e construção simbólica do passado, em vez de ser vista apenas como um registro de eventos objetivos. Para Ricoeur, a história é uma narrativa que atribui sentido e significado ao passado, permitindo que as pessoas entendam e interpretem suas experiências coletivas.

Com uma visão semelhante, John Thompson, em sua obra *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia* (1998), aborda a dimensão simbólica da história. Ele defende que a história é composta não apenas por eventos e processos materiais, mas também por processos simbólicos que envolvem a criação, circulação e interpretação de significados. Esses processos simbólicos são essenciais para a compreensão da história, uma vez que moldam a forma como pessoas e instituições interagem e se relacionam entre si.

Nesse contexto, Le Goff (1990) argumenta que é fundamental analisar cuidadosamente as condições de produção dos documentos históricos, sejam eles conscientes ou inconscientes. O autor entende que os documentos são criações humanas e, portanto, carregam valores, perspectivas e intenções de seus criadores. Dessa forma, os documentos não são apenas registros neutros de fatos, mas também expressões culturais e sociais de uma época. Isso implica que os historiadores devem abordar os documentos com uma postura crítica e interpretativa, levando em consideração o contexto e as condições de sua produção.

Ademais, Le Goff ressalta a importância de reconhecer e desconstruir o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes em fornecer testemunhos que guiam a história. Segundo o autor, nenhum documento é inocente e deve ser analisado criticamente, desestruturado e desmontado:



Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade. (LE GOFF, 1990, p. 57)

Em conclusão, as ideias reunidas destacam a natureza subjetiva e interpretativa da história e dos documentos históricos. Os fatos históricos são moldados pelas perspectivas, interesses e crenças dos historiadores e indivíduos envolvidos na construção das narrativas. A história é uma construção simbólica que atribui sentido e significado ao passado, e os documentos históricos carregam os valores, perspectivas e intenções de seus criadores. Portanto, é fundamental abordar a história e os documentos com uma postura crítica e interpretativa, levando em consideração o contexto e as condições de sua produção. Além disso, é importante reconhecer e desconstruir o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes na construção da história, analisando criticamente os documentos e suas implicações.

#### A XICA DAS MEMÓRIAS DE JOAQUIM FELÍCIO

Mesmo na ausência de um corpo vivente, a lembrança de Chica da Silva permaneceu viva na memória e na oralidade de homens e mulheres no nordeste de Minas Gerais desde seu falecimento, em 1796. A partir de então, sua imagem seria presentificada ao ser apresentada e registrada, pela primeira vez, como personagem histórica brasileira, apenas no ano de 1868, nas páginas das *Memórias do Distrito Diamantino* de Joaquim Felício dos Santos.

Tendo em vista que “o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas” (PESAVENTO, 1995, p. 24), se a imagem-lembrança de Chica da Silva residia na mente dos diamantinenses e se os fatos tidos como de sua vida passeavam pelas conversas populares através do campo volátil da

oralidade, a sua imagem passaria a se solidificar com maior intensidade no imaginário social a partir da linguagem escrita de Joaquim Felício dos Santos, configurando-a como “o lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes” (BACZKO, 1985, p.303).

A obra escrita por Joaquim Felício dos Santos foi baseada em fontes primárias limitadas, incluindo relatos de antigos moradores locais e documentos escassos, que o autor teve acesso ao representar interesses de descendentes de Chica da Silva. O livro explora a história da mineração de diamantes no século XVIII e dedica um capítulo para a história de Chica da Silva, uma ex-escravizada que ascendeu socialmente durante o período colonial.

De acordo com Le Goff (1990), as representações históricas são influenciadas pelos movimentos sociais, políticos e culturais que surgem na sociedade. Joaquim Felício dos Santos, como historiador, age como um intérprete da opinião coletiva, criando uma representação de Chica da Silva que é influenciada pelo contexto histórico em que essa imagem foi concebida. Essa atitude reflete a perspectiva dominante de algumas sociedades históricas em relação ao seu passado e história.

Para tanto, faz-se necessário compreender que, neste contexto, as palavras e expressões recebem seu sentido na formação discursiva em que são produzidas (PECHÊUX, 2009), e que não há discurso neutro ou inocente, pois ele é produzido a partir de um lugar social e de uma perspectiva ideológica, veiculando valores e visões de mundo (FLORÊNCIO, 2009).

Partindo do conceito de que a representação consiste em “uma exposição, uma reapresentação de algo ou alguém que se coloca no lugar de um outro, distante no tempo e/ou no espaço” (PESAVENTO, 2012, p. 30), percebe-se, a partir da obra de Joaquim Felício dos Santos, a exibição de uma imagem repleta de valores atribuídos a Chica da Silva que se colocou no lugar da mulher de carne e osso do século XVIII que habitou no arraial do Tejuco e que se encontrava espacial e temporalmente distante do momento de escrita do autor.

Isto posto, se podemos pensar na representação histórica, e em um determinado aspecto na própria noção de imaginário relacionado a personagens históricas, como a imagem gerada a partir do que se deduz sobre o passado por meio do presente, talvez possamos considerar também que mesmo as representações memorialísticas de Chica da Silva são um acesso ao passado por meio do presente dos criadores. Dessa forma, haveria nessa representação aspectos da forma como o presente/contemporâneo olha para o passado representado e o imagina.

Na posição de homem branco do século XIX, Joaquim Felício dos Santos reconstrói a imagem de uma Chica da Silva, vivente nas Minas Gerais no século XVIII, conforme os desígnios de sua época, onde imperavam os preconceitos contra ex-escravizados, mulheres negras e uniões consensuais. Frente a isso, torna-se relevante reforçar o conceito levantado por Stuart Hall (2016, p. 26), de que são as formações discursivas que definem o que é ou não adequado em um enunciado sobre um determinado tema, área de atividade social, e nas práticas associadas a tal área ou tema; determinam que tipo de conhecimento é considerado útil, relevante e “verdadeiro” em seu contexto; e definem, também, que gênero de indivíduos ou “sujeitos” personificam determinadas características.

Desse modo, cercado pelo imaginário preconceituoso de seu contexto histórico e regido por valores europeus e cristãos, Joaquim Felício dos Santos faz projeções de suas impressões no século anterior. De acordo com Pesavento, isto se dá pelo fato de que “aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças” (2012, p. 31).

Para a historiadora Júnia Furtado (2003), é assim que nasce o mito de uma Xica da Silva cheia de atributos negativos, lascivos e selvagens, ou seja, com características criadas a partir da não ordenação/compreensão da existência de uma Chica da Silva no século XVIII, ao menos por parte da sociedade brasileira do século XIX. Portanto, a imagem construída de Xica da Silva na obra em questão, não é mais “a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui” (ACHARD, 1999, p. 55).

Diante disso, enquanto “membro da elite branca preconceituosa do século XIX” (FURTADO, 2003, p. 266), seguindo, portanto, o padrão de beleza europeu, bem como, exprimindo suas próprias preferências, o autor parte de preceitos racistas ao trazer uma apresentação repleta de descrições negativas sobre a suposta aparência de Xica da Silva, descrevendo-a como uma “uma mulata de baixo nascimento” (SANTOS, 1868, p. 161).

[...] tinha as feições grosseiras, alta, corpulenta, trazia a cabeça rapada e coberta com uma cabeleira anelada em caixos pendentes, como então se usava; não possuía graças, não possuía beleza, não possuía espírito, não tivera educação, enfim não possuía atrativo algum, que pudesse justificar uma forte paixão. (SANTOS, 1868, p. 161)

Neste fragmento, Joaquim Felício dos Santos molda a representação histórica Xica da Silva como não possuidora de grandes virtudes ao descrevê-la por meio de atributos de desqualificação física e intelectual. Isto posto, é possível observar a presença de um discurso

de cunho racista, no qual o autor inferioriza e julga como feios os traços de mulher negra, dado que, as feições “grosseiras” do corpo negro de Xica da Silva, por ser “alta e corpulenta” a afastavam do padrão branco e europeu, símbolo idealizador da beleza e civilidade.

Além disso, neste excerto, é possível notar que, mesmo adotando os costumes de vestimenta das mulheres brancas da elite local, como ter “a cabeça raspada e coberta com uma cabeleira anelada em cachos pendentes, como então se usava”, o corpo negro de Xica não era considerado belo. O autor reforça essa ideia ao mencionar que ela “não possuía graças” e “não possuía beleza”, atribuindo à imagem de Xica o estereótipo da negra feia.

Trechos como “não possuía espírito, não tivera educação” destacam características desqualificadoras atribuídas a Xica, que o autor enfatiza em sua obra. Esses fragmentos, selecionados para compor a imagem de Xica, indicam a repulsa que o autor pretendia imprimir na personagem. Dessa forma, essa produção se concentra no exotismo da figura negra e reproduz “estereótipos vinculados à semântica do preconceito” (DUARTE, 2011, p. 3).

Prosseguindo com o discurso racista e discriminatório, ao final do trecho, Joaquim Felício dos Santos retoma todas as qualificações negativas direcionadas a Xica, afirmando que a personagem “não possuía atrativo algum, que pudesse justificar uma forte paixão”. Considerando Xica da Silva uma das representações nacionais dos corpos negros femininos, neste recorte, além de reforçar o discurso desqualificador já apresentado, o autor perpetua estereótipos negativos sobre as mulheres negras, retratando-as como pouco atraentes e indignas de amor ou paixão.

Neste ponto, é importante observar que esse tipo de discurso não é apenas prejudicial, mas também impreciso, visto que a atratividade física é subjetiva e pode ser influenciada por vários fatores, como cultura, preferências pessoais e características individuais. Reduzir Xica da Silva a um conjunto de características físicas é uma forma de apagar sua personalidade, inteligência e capacidade de agir de forma autônoma, perpetuando estereótipos nocivos que contribuem para a marginalização das mulheres negras.

Frente a isso, conforme defendido por Júnia Furtado em entrevista a Marco Antônio Corteleti, “a publicação [de *Memórias do Distrito Diamantino*] faz de Chica a única negra a

figurar em um registro histórico e o autor encontra no sexo e na perversidade os pretextos para uma escrava merecer tal destaque”<sup>4</sup>.

Ao mencionar o poderio de João Fernandes, o autor relata que:

[...] Só uma mulher partilhava seu poderio; era a sua amante Francisca da Silva, vulgarmente conhecida por Xica da Silva. Foi celebre esta mulher, única pessoa ante quem curvava-se o orgulhoso contratador; sua vontade era cegamente obedecida, seus mais leves ou frívolos caprichos prontamente satisfeitos. Dominadora do Tijuco, com a influência e poder do amante, fazia alarde de um luxo e grandeza, que deslumbravam as famílias mais ricas e importantes; quando, por exemplo, ia às igrejas, — e então era aí que se alardeavam grandezas — coberta de brilhantes e com uma magnificência real, acompanhavam — as doze mulatas esplendidamente trajadas: o lugar mais distinto do templo era lhe reservado. (SANTOS, 1868, p. 144)

Neste fragmento, é possível observar como o autor descreve a imagem da personagem como alguém que “fazia alarde de um luxo e grandeza” devido à “influência e poder do amante”. Ao mencionar que os desejos de Xica eram “cegamente obedecidos” e seus “mais leves ou frívolos caprichos prontamente satisfeitos”, o historiador atribui a Xica da Silva uma representação de arrogância e manipulação.

Outra representação possível de ser observada, na obra de Joaquim Felício dos Santos, é a atribuição de um perfil vingativo da ex-escravizada, que se utilizava do poder de João Fernandes para obrigar “a elite local a se curvar à escrava opressora e dominadora, que se vestia ricamente e tinha tudo que o dinheiro e o poder podiam comprar” (FURTADO, 2003, p. 268). Para ter acesso aos favores do contratador, os visitantes, grandes e nobres, teriam que, antes de tudo, venerar e agradar a “Dominadora do Tejuco”.

Quem pretendia um favor do contratador, a ela primeiramente devia dirigir-se na certeza de ser atendido, se conseguia grangear-lhe a proteção. Os grandes, os nobres, que vinham a Tijuco, os infatuados de sua fidalguia, não dedignavam-se de render-lhe homenagem, curvavam-se a beijar a mão a amante de um vassalo do rei. Tal é o poder do dinheiro! (SANTOS, 1868, p. 144)

Além disso, Joaquim Felício dos Santos ressalta que a grandeza e o respeito conquistados por Xica se deram apenas pelo dinheiro de João Fernandes e pela ascensão social que ela adquiriu ao se unir em concubinato com ele. A afirmação final, “Tal é o poderio do dinheiro”, elucida a ideia de que, se não fosse pelo poder financeiro adquirido por Xica através de sua união com o contratador, ninguém, muito menos os grandes e nobres, se

<sup>4</sup>Reportagem

disponível

em:

<https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1207/pesquisa-contesta-mito-de-chica-da-silva-1>

Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.

dirigiriam a ela de tal forma. Tal afirmação retrata, também, os ideais racistas e misóginos a que mulheres negras estavam sujeitas no período colonial, segundo os quais uma figura negra feminina só poderia obter respeito e ocupar importantes posições na sociedade mediante o dinheiro e o poder de um homem branco.

Dada a ausência de dados precedentes sobre a vida da ex-escrava, este discurso histórico marca a gênese das representações sobre Chica da Silva e exerce a função de discurso oficial. Desse modo, apesar de apresentar informações distintas da realidade sobre esta mulher histórica, como levantado posteriormente pelos estudos da historiadora Júnia Furtado (2003), a obra *Memórias do distrito diamantino* ocupa o papel de relato original, servindo como texto fundador para quase tudo o que se escreverá posteriormente sobre tal figura histórica. Portanto, com a publicação desta obra, “Chica da Silva passou a encarnar o estereótipo de mulher negra e escrava — e, apesar de negativa, assim nasceu sua lenda” (FURTADO, 2003, p. 267).

## O CORPO NEGRO FEMININO COMO SIGNO E A REGULARIZAÇÃO DA MEMÓRIA NO IMAGINÁRIO COLETIVO

De acordo com Stuart Hall (2016), a linguagem opera por meio de sistemas de representação que empregam elementos simbólicos para atribuir significado às nossas expressões, transmitindo pensamentos, conceitos, ideias e emoções. Neste âmbito, Pesavento (2012) argumenta que as identidades são entendidas como representações sociais e construções simbólicas de sentido, baseadas na noção de pertencimento. A autora enfatiza que “as representações de identidade são sempre qualificadas com base em atributos, características e valores socializados em torno daqueles que compõem o parâmetro identitário e que se apresentam como diferencial em relação à alteridade” (PESAVENTO, 2012, p. 74).

Nesse sentido, Hall (2016, p. 21–22) propõe que o sentido (significado) esteja relacionado à maneira como a cultura é empregada para limitar ou preservar a identidade dos indivíduos *em um grupo* e também para destacar as diferenças *entre os grupos*. Isso nos permite desenvolver uma compreensão de nossa própria identidade e a quem nos identificamos.

Assim, Hall argumenta que a cultura é fundamental para a construção e manutenção da identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo. Ao nos identificarmos com um grupo, adotamos seus valores e normas culturais, o que nos ajuda a entender nosso lugar no mundo e a quem “pertencemos” (2016, p. 21–22). Dessa forma, “os significados culturais não estão apenas em nossa mente — eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nosso comportamento e, conseqüentemente, geram efeitos reais e práticos” (HALL, 2016, p. 20).

No sistema de representação, objetos, sujeitos e eventos estão relacionados a um conjunto de conceitos ou representações mentais que possuímos. O significado atribuído a esses elementos depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que representam ou se colocam como o mundo.

Quando representados na ficção, os corpos negros femininos, enquanto signos, carregam consigo significados que vão além das diegeses, ou seja, das histórias em si. Esses significados estão associados a esses corpos historicamente e, dependendo do contexto de recepção e uso ou conhecimento desses significados, podem se mesclar aos significados atribuídos a esses corpos nas obras. No caso das representações memorialísticas de Xica da Silva no texto de 1868, é possível observar como evocam outros lugares de significação dos corpos de mulheres negras, além dos pressupostos por Joaquim Felício dos Santos presente na obra. Essas representações podem ser interpretadas como uma forma de resistência e perpetuação de estereótipos negativos sobre as mulheres negras, que historicamente foram retratadas como pouco atraentes, intelectualmente desqualificadas e indignas de amor ou paixão.

Como mencionado anteriormente, “o corpo é construído, moldado e remoldado pela interseção de uma variedade de práticas discursivas disciplinares” (HALL, 2012, p. 121). Com isso, é possível pensar sobre um *já dito* que circunda os corpos-signos. Os *já ditos* que constroem e inscrevem, historicamente, os corpos negros, dotando-os de significados e valores específicos, não foram atribuídos pelos próprios negros, mas sim pelos outros principais indivíduos da história da colonização, os brancos.

Por meio dos estudos de Silva (2013), é possível compreender que a construção de reproduções estereotipadas de personagens negros é justificada pela forma como a posição ocupada pelo negro na trama social migra para o interior de textos que procuram fazer registros históricos, uma vez que, tais documentos se completam pelo vínculo a conjunturas

políticas, sociológicas, econômicas, e é baseado nessas alianças que o negro é representado histórica e literariamente.

Esse histórico processo de significação dos corpos negros sob uma ordenação de “olhares” e “valores” impostos pelos indivíduos da supremacia social é o que, em uma cadeia de tradução do real e da realidade, faz com que grupos historicamente marginalizados não tenham tido e continuem não tendo controle sobre sua própria representação (SHOHAT; STAM, 2006).

É dessa forma que a obra investigada, além de realizar a abordagem histórica da exploração de diamantes, apresenta uma representação feminina originada de um discurso social masculino ideológico. Ao representar inicialmente uma figura histórica negra, em *Memórias*, a linguagem desempenha um papel crucial na definição e manutenção da visão de mundo “masculina” prevalente na maioria das sociedades ocidentais modernas (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Neste contexto, o grupo dominante impõe sua visão de mundo, estabelecendo classificações, divisões, valores e normas que guiam o gosto e a percepção, além de definir limites e autorizar comportamentos e papéis sociais (PESAVENTO, 2012). É por meio dessa perspectiva que a memória histórica de Joaquim Felício dos Santos, imbuída desse poder simbólico, insere Chica da Silva na história.

Dessa forma, observa-se que a presença da estereotipação da personagem afro-brasileira, verificada na obra, evidencia as correntes de opinião, ideologias e movimentos sociais existentes em torno da raça negra e difundidas pelo discurso autoral. Desse modo, somente compreendendo que um estereótipo nunca é neutro, visto que, ele é forjado e está sempre refletindo situações de conflito social, é possível compreender a função que os estereótipos assumem na dinâmica social.

Nesse sentido, a representação identitária depreciativa de uma figura histórica negra feminina, que se destaca por contrariar o estereótipo colonialista, evidencia não apenas a visão preconceituosa do autor, mas também influencia a perpetuação de um imaginário coletivo desqualificador sobre mulheres negras brasileiras.

Ao analisar os elementos da História Cultural, Pesavento (2012) entende o imaginário como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva, construído pelos seres humanos ao longo do tempo para dar sentido ao mundo. Esse sistema engloba crenças, mitos, ideologias, conceitos e valores, sendo responsável por construir identidades e exclusões, hierarquizar e apontar semelhanças e diferenças no âmbito social.



Ademais, Hall (2016, p. 16) destaca que, ao impor um discurso, a legitimação ocorre a partir da justificativa de maior esclarecimento, competência e eficácia social de quem fala. Considerando que, “o branco é, foi e continua sendo a manifestação do Espírito, da Ideia, da Razão” (SOUZA, 2019, p. 14), o poder de falar sobre o outro é atribuído à supremacia branca. Assim, a escrita da História e da Literatura e a regência da sociedade foram espaços reservados aos homens brancos, que possuíam grande influência sobre as formas de enunciação (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006). Dessa forma, as representações elaboradas por esse grupo foram consideradas verdadeiras e, consequentemente, “reais”.

Com base nessa ideia, a obra de Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, apresenta um tom pejorativo ao descrever Xica da Silva, evidenciando a influência de discursos sociais. Essa representação faz parte de um imaginário que reflete e molda avaliações sociais presentes em manifestações orais e escritas de um período específico da história do Brasil e durante a produção da obra.

Achard (1999, p. 51) afirma que, no processo de transformação de um evento histórico em uma memória, a imagem transmitida é um operador de memória social, podendo afetar a integridade dos fatos. Nesse sentido, o “discurso da verdade”, como o produzido e divulgado socialmente sobre Chica da Silva, é resultado de relações de poder, já que cada sociedade possui seu regime de verdade e tipos de discurso aceitos como verdadeiros (FOUCAULT, 1979).

Segundo Chartier (1998), as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as cria. Há uma associação entre os discursos proferidos e a posição daqueles que os utilizam. Considerando o conteúdo da crônica de Joaquim Felício dos Santos e sua posição de autoridade como político, jurista e romancista, seu livro de *Memórias* se tornou notório e indispensável para quem deseja conhecer a história de Diamantina.

Thompson (1998) explora a relação entre a dimensão simbólica da história e a estrutura das relações de poder na sociedade. Para o autor, as instituições mediadoras e formas de comunicação impactam significativamente a distribuição e o exercício do poder, moldando a produção, disseminação e interpretação de informações e significados.

Para além dessas perspectivas, Hall (2016, p. 41–42) reitera que o sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa, e muito menos na palavra. Segundo o autor, somos nós quem fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável. Dessa forma, o sentido é construído pelo sistema de representação.

Embora a representação organize os traços deixados pelo passado e se apresente como a verdade do ocorrido, Pesavento (2012, p. 39) afirma que “ainda há um público, ouvinte e leitor da narrativa historiográfica, a quem se busca convencer, seduzir, provar”. Esse público deve ser persuadido de que o historiador oferece a verdade do acontecido. Isso ocorre porque, como argumenta o teórico da recepção Hans Robert Jauss, “a produção da narrativa histórica e sua aceitação como relato verossímil ocorre como uma resposta às expectativas do leitor” (*apud* PESAVENTO, 2012, p. 42).

Isto posto, é possível compreender que a mitificação da figura histórica de Xica da Silva se constitui não apenas pela representação inicial de sua identidade, mas também pela regularização de uma memória frente a determinada representação, uma vez que, “o sentido não se instaura por puro efeito do “desvio” imprevisto e esporádico de uma trajetória, mas pela duração desse “desvio” (sua “recorrência”), que permite que algum sentido “pegue”, mesmo que provisório” (ALTHUSSER *apud* FONTANA, 2017, p. 184),

Pois assim se concretiza a memória, lembranças individuais são partilhadas e recebem uma forma material, seja na fala ou na escrita, seja por meio de imagens, objetos guardados, ruínas, monumentos... E quanto maior visibilidade e aceitação (ou imposição) social essas lembranças têm, mais elas integram a memória “oficial” de uma sociedade. (SOETHE, 2009, p. 161)

Portanto, são os discursos em circulação, organizados na linguagem e delineados pelo contexto sócio-histórico, retomados, repetidos e regularizados, que constroem uma memória coletiva considerada “oficial”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este artigo analisou a representação histórica de Xica da Silva na obra de Joaquim Felício dos Santos, destacando sua construção com base em valores culturais e sociais específicos. A análise demonstrou que a personagem não pode ser categorizada como uma representação real ou não real, mas sim entendida como uma construção que carrega aspectos simbólicos e significados ocultos, conforme proposto por Pesavento (2012).

Além disso, foi evidenciada a presença de estereotipação da personagem afro-brasileira, refletindo correntes de opinião, ideologias e movimentos sociais relacionados à raça negra. Com base nas ideias de Hall (2016), este estudo enfatizou a importância do

sentido e da representação na construção de identidades e na regulação de práticas sociais, bem como na criação de significados culturais através de “objetos culturais”.

Dessa forma, o estudo de Xica da Silva contribui para aprofundar o conhecimento sobre o papel das representações na construção de identidades e na perpetuação de estereótipos e preconceitos na literatura e na sociedade brasileira. A pesquisa ressalta a necessidade de compreender a dinâmica dos estereótipos e das representações e o impacto que exercem sobre a percepção e o tratamento de grupos marginalizados.

## REFERÊNCIAS

BACZKO, Boronislav - Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi Anthropos - Homem*, Lisboa: Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 1985, v.5.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. Coleção: Linguagem e Cultura. Vol. 3. Editora Hucitec, 2006.

ACHARD, Pierre [et. al.]. *Papel da Memória*. Tradução e edição José Horta Nunes. - Campinas, SP: Pontes, 1999.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961; tradução de Lúcia Maurício e Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed. 1982, 7ª reimpressão, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural : entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; 2002.

CORTELETI, Marco Antônio. *Pesquisa contesta mito de Chica da Silva*. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1207/pesquisa-contesta-mito-de-chica-da-silva-1>.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Portal Literafro*. 2011, [p.1–17]. [Artigo Científico — online]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 24 maio 2023.

FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. *Análise do Discurso: fundamentos e prática*. Maceió: EDUFAL, 2009.

FONTANA, Mônica G. Z. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: BARBOSA FILHO, Flávio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira (Orgs.) *Análise de discurso e materialismos: historicidade e conceito*. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador — o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. — Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução - Bernardo Leitão [et.al.] -- Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. - 4ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, Parte III, 2009

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 29, p. 9-27, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. - 3. ed. - Belo Horizonte : Autêntica, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et.al]. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo 1). Tradução Constanã Marcondes Cesar - Campinas, SP; Papirus, 1994.

ROCHA-COUTINHO, M.L. *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco. 1994.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro Frio*, Província de Minas Gerais, Rio de Janeiro, RJ: Typographya Americana, rua dos Ourives, n.19, 1868.

SHOHAT, E.; STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

SILVA, Amauri Rodrigues da. *Presença e silêncio da colônia à pós-modernidade: sinais do personagem negro na literatura brasileira* — Brasília: Editora Kiron, 2013

SOETHE, Paulo Astor. *Literatura Comparada*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009

SOUZA, Neuza Santos. *TORNAR-SE NEGRO ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. 1.ª edição. LeBooks.com.br., 2019.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*; Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Recebido em 8 de maio de 2023.

*Aprovado em 25 de maio de 2023.*





## LUGAR, PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA LITERÁRIA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30619

Danilo de Oliveira Nascimento<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo se propõe a discutir o que é lugar narrativo a partir das perspectivas da fenomenologia da percepção, da geografia humanista e da narratologia. Para este estudo analítico, consideramos que a experiência perceptual do leitor possibilita a instituição de uma determinada perspectiva, uma vez que pressupõe, em primeira instância, para o estudo de lugar narrativo, a constituição do lugar epistemológico e metodológico. São a instituição e a constituição desse lugar, fundamentado nas perspectivas supracitadas que nos permitem desenvolver as teses de desdobramento locacional, de filtragem metonímica e ideológica, de intersecção e perpassagens instanciais. Outrossim, isso nos permite ressaltar a inter-relação direta e intrínseca entre experiência perceptiva de lugar e decodificação literária enquanto processo que funde, neste caso, o (re)conhecimento do código literário com os (re)conhecimentos e as habilidades espaciais do leitor.

**Palavras-chave:** Narração; lugar; interpretação literária; fenomenologia da percepção; geografia humanista.

## PLACE, PERCEPTION AND INTERPRETATION OF LITERARY NARRATIVE

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor e mestre em Teoria e História da Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado de Estudos Literários e Literatura Brasileira na Universidade Federal de Rondonópolis

**ABSTRACT:** This article aims to discuss what is a narrative place from the perspectives of the phenomenology of perception, humanist geography and narratology. For this analytical study, we consider that the readers' perceptual experience enables the rise of a certain perspective, since it implies, in the first instance, the constitution of an epistemological and methodological basis for the study of a narrative place. It is the institution and constitution of this place, based on the prior mentioned perspectives, that allows us to develop the theses of locational unfolding, of metonymic and ideological filtering, of intersection and instantaneous connections. Furthermore, this also enables us to highlight the direct and intrinsic interrelationship between the perceptive experience of place and literary decoding as a process that merges, in this case, the (ac)knowledge of the literary code with the (ac)knowledge and spatial skills of the reader.

**Keywords:** Narration; place; literary interpretation; phenomenology of perception; humanist geography.

## INTRODUÇÃO

A discussão em torno do lugar e da interpretação literária aborda certas compreensões sobre os dois termos bem como sobre os temas, o lugar e a interpretação, a partir de uma série de possibilidades de comutações sintagmáticas, tais como lugar da interpretação ou, o seu inverso, interpretação do lugar.

Quando restringimos esta discussão à narração ficcional literária, tais comutações se multiplicam. Assim, podemos problematizar narração e lugar, lugar na narração, narração do lugar e, ainda, o lugar da narração. Do plano da enunciação, passamos ao plano do enunciado. Nele, também, é possível percebermos certas similaridades sintagmáticas, sendo elas, lugar e narrativa, lugar na narrativa e lugar da narrativa.

Em princípio, a presença da preposição entre os termos narração/lugar e narrativa/lugar direciona o sentido e a função dos sintagmas nominais. No entanto, a pouca atenção sobre essa classe de palavras pode enganar leitores desavisados. Estes leitores habituados com certa convenção literária ou com certa perspectiva teórica e metodológica poderão reproduzir aquela noção generalizada de que o estudo do lugar se restringe àquilo que está representado na narrativa literária ou à extensão do lugar referencial ou pano de fundo da ação narrativa ou como algo que justifica, explica e/ou determina o *éthos* dos personagens.

Essa evidência conduz-nos a um estranhamento que se reflete em questionamento: estudo do lugar narrativo ou estudo do espaço narrativo? Essa questão, inicialmente, orienta-nos a problematizar o lugar narrativo, quando este parece estar sempre à sombra dos estudos do espaço e da espacialidade. Por isso, ainda, hoje, há o uso indiscriminado dos

termos espaço, lugar e local como se o sentido e a função de tais termos fossem similares e equivalentes. Assim, não é raro lermos estudos nos quais o que parece ser discussão em torno do espaço narrativo é, na verdade, discussão em torno do lugar ou do local na narrativa e vice-versa.

A proposta deste artigo é trazer discussão fundamentada nas áreas da fenomenologia da percepção, da geografia humanista, da linguística e da narratologia para afirmar a concepção de lugar narrativo distanciada das proposições apresentadas anteriormente. Nessa direção, o artigo desenvolve-se a partir da intersecção de respostas de duas questões basilares: O que é lugar narrativo? E qual o lugar do leitor na percepção do lugar narrativo?

### **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: DESDOBRAMENTO LOCACIONAL E EPISTEMOLÓGICO**

A aproximação, o alinhamento e o (re)ajuste a determinada corrente filosófica e/ou ideológica de estudo, assim como a problematização e a compreensão de fenômenos traduzem e materializam as intenções de fazê-lo, assim como a sensação de pertença epistemológica, teórica e metodológica. Para esclarecer tal proposição, nada mais conveniente do que fazer uso das metáforas do “espaço refúgio”, de Gerard Genette (1972) e da “casa onírica”, de Gaston Bachelard (2012).

Quando traduzimos a nossa adesão epistemológica sob o signo da primeira imagem, a do espaço refúgio, projetamos nossos pensamentos em busca de certa estabilidade e segurança e, quando o fazemos com respeito à segunda imagem, a casa onírica, reiteramos certa atmosfera de segurança e tentamos validar o sentimento de pertença epistemológica. Esta compreensão nos remete àquela de Merleau-Ponty (2015, p. 244), quando afirmou que a prova mais evidente de compreensão de uma filosofia é a introdução na maneira de “existir desse pensamento”, na reprodução de “seu tom”, de “seu sotaque filosófico”.

Notemos que casa, no sentido de lar, é imagem recorrente entre diversos pensadores, sobretudo para discorrer sobre temas abstratos. Além de recurso de esclarecimento, também, é recurso de estímulo à aproximação e à familiarização de temas, conceitos, definições e noções.

É importante ressaltar, portanto, que o uso da imagem de casa metaforiza a ideia de lugar como circunscrição de intimidade, de acolhimento, de pertencimento epistemológico, assim como de sentido existencial. A casa, ainda, ascende, em certos contextos de uso, a



sinônimo de lugar no que se refere a atribuir sentido de proximidade positiva a fenômenos, coisas, seres e eventos.

É a referência à imagem da casa, enquanto metáfora do alinhamento e da pertença, que nos orienta à aproximação, fundamentalmente, com a geografia humanista e com a fenomenologia da percepção. São áreas que criam a base estrutural referente à problematização em torno da relação entre lugar e narração ficcional literária. É a partir dessa base estrutural que desenvolvemos a tese do desdobramento locacional e epistemológico.

A expressão desdobramento locacional é cunhada a partir da proposta de adequação epistemológica referente ao espaço e ao lugar provenientes das áreas supracitadas. Trata-se, portanto, de expressão que pretende traduzir tanto o trânsito entre áreas quanto a necessidade de ajuste, de alinhamento e de (re)adaptação de termos, de noções, de definições e de conceitos. Na verdade, a própria expressão desdobramento locacional traduz a dinâmica de adaptação e de ajuste terminológico entre áreas de conhecimento e, ao mesmo tempo, evidencia a existência de pontos de contato epistemológicos entre áreas de conhecimento distintas.

O desdobramento locacional diz respeito à dinâmica do sair da e do voltar-se para a área originária de conhecimento e das intenções de estudo de lugar e da experiência de percepção de lugar da/na/para a narrativa.

Paradoxalmente, é a partir da apreensão da imagem nítida de lugar, que conseguimos compreendê-lo como local, enquanto fenômeno espacial configurado através de toda uma dinâmica ritualística de hábitos, de discursos e de comportamentos. Este, em particular, é a causa primeira de todas as estimulações, segundo Merleau-Ponty (2015). Portanto, quando tratamos de local da interpretação literária, estamos nos referindo à determinada circunscrição efetivamente espacial que propugna certo modo condicionado de compreensão do fenômeno literário a partir de padrões, modelos e paradigmas históricos, ideológicos, culturais e educacionais de leitura literária.

Quando tratamos de local de interpretação literária, referimo-nos, literalmente, à localização das experiências e experimentações de leituras literárias. A (auto)consciência da localização esclarece, por um lado, que tudo o que existe está muito preso às circunstâncias, por outro lado, evidencia o egocentrismo como modo inquestionável de ter acesso às coisas, de nos situarmos diante delas e mais, “como um hábito de ordenar o mundo” (TUAN, 2012, p. 53).

Por sua vez, quando tratamos de lugar da interpretação literária, consideramo-la evento a partir do qual a percepção do fenômeno literário é modulada por fatores mutáveis em razão de uma série de aspectos e elementos que interligam a localização da interpretação, a localização da composição literária e as várias localizações de dezenas de textos críticos sobre uma determinada obra literária.

Ao considerarmos lugar como um fenômeno espacial de temporalidade, entendemos a sua conexão com a literatura enquanto “evento textual” e a obra literária enquanto “evento linguístico” (CULLER, 1999, p. 34 e 37). Esta relação não se trata apenas de conjecturas, pelo contrário, segundo Yi-Fu Tuan (2013), a arte literária nos chama atenção sobre áreas de experiências comumente despercebidas. Ou seja, a arte literária dá visibilidade às experiências íntimas, inclusive, as de lugar. No entanto, a atenção sobre a proximidade entre lugar e literatura como eventos espaciais faz-nos considerar que, quando tratamos da eventualidade da interpretação literária em dada circunscrição regional, ideológica, cultural, histórica e educacional, compreendemos que aquilo que rotulamos de interpretação, na verdade, chama-se interpretante:

Chamaremos, pois, de interpretante, ao organismo-função que reelabora constantemente os códigos das experiências de um indivíduo ou de um grupo, criando a sua linguagem. O processo de conhecimento e, portanto, o progresso cultural, passa a depender do aumento do repertório e da abertura do leque de seleções (aumento da capacidade seletiva). E isto se faz pela assimilação de novas informações e criação de novos significados, pelo interpretante. (PIGNATARI, 2003, p. 105).

O que se entende por interpretante é o processo relacional entre os signos e a reelaboração constante de repertório de signos em confronto com a experiência, de acordo com Pignatari (2003). Este processo relacional, segundo Lúcia Santaella (1980), cria-se na mente do usuário. O significado da obra literária surge, portanto, da relação entre o interpretante do emissor e o interpretante do receptor. Trata-se, na verdade, de um confronto entre os repertórios de ambos.

Ao focalizarmos a noção de lugar em contraponto a noção de local, podemos ressaltar que a primeira noção tem relação estreita com as noções de interpretação, enquanto evento de significação e, também, de interpretante, enquanto dinâmica contínua

de significação do texto literário. A noção de local, por sua vez, tem relação estreita com o suporte material tanto do texto literário propriamente dito quanto da sua interpretação por um leitor especificamente contextualizado. Ao distinguimos lugar de local, tomamos consciência de que o desdobramento locacional nada mais é do que desdobramento epistemológico, teórico, terminológico e metodológico.

De modo geral, a expressão desdobramento locacional reitera a problematização em torno dos diversos tipos e níveis de distanciamento como lógica pressuposta de estudo esclarecedor de determinado tema. No entanto, ao mesmo tempo em que, conforme nossa intenção investigativa, o distanciamento nos permite enxergar com relativa (ou absoluta) clareza fenômenos, seres e situações ou partes e fragmentos destes, também é estímulo à restituição do vínculo epistemológico e ideológico do tema estudado em sua circunscrição de origem. Ou seja, com a permissão da licença poética, o desdobramento locacional significa uma via de mão dupla.

A metáfora da via de mão dupla nos permite entender que o desdobramento locacional não se encerra apenas na dinâmica de trânsito, ele, também, significa e funciona como desdobramento epistemológico, teórico, crítico e metodológico a partir do qual compreendemos e apropriamo-nos, em primeira instância, de determinada metodologia e terminologia para, em momento posterior, realizar o (re)ajuste metodológico e terminológico.

A partir do desdobramento locacional e epistemológico, especificamente, entre a teoria do estudo da linguagem literária, a geografia e a fenomenologia da percepção, que conseguimos perceber a reiteração de certos modos análogos e similares de concepções, de interpretação e de problematização. Essa percepção é explorada por Gerard Genette (1972) ao falar, por exemplo, sobre a natureza espacial da linguagem e do pensamento. Nessa direção, Paul Ricouer (2019) corrobora que toda linguagem é topológica e Merleau-Ponty (2014) ressalta a linguagem como “um mundo de segunda potência” (2014, p. 98), a palavra como “modulação do espaço visível” e “certo lugar no meu mundo linguístico” (2015, p. 200 e 246). No entanto, se por um lado, o desdobramento locacional e epistemológico clarifica a natureza espacial da linguagem, por outro lado, ele clarifica equívoco sempre recorrente nos estudos do espaço, local e/ou lugar narrativo, isto é, aquele que se refere à compreensão e ao tratamento dessas categorias como fenômenos físicos e não como fenômeno sógnico, representativo e/ou imagético.

O desdobramento epistemológico, portanto, permite a compreensão de que modos de organização do espaço físico, assim como critérios de mensuração espacial nem sempre são aplicáveis ao texto literário. Isto, conforme Santaella (1993, p. 25), decorre da consciência de que existe uma “disparidade entre a imagem retiniana, que é plana, chapada e a percepção dos objetos do mundo, que é tridimensional”. Também Maria Luiza Ramos reitera a compreensão de que o tratamento referente ao espaço narrativo deve considerar que o texto organiza os objetos em um só plano, “ou em fragmentos coordenados numa superfície” (RAMOS, 1974, p. 132). Assim, continua sendo válida a observação de Osman Lins (1976) de que para entender o espaço na obra de ficção faz-se necessário desfigurá-lo e isolá-lo de outros elementos textuais.

Na verdade, a forma e a estrutura do texto tendem a reajustar e readequar os modos de percepção do leitor sobre noções de largura, extensão, profundidade, assim como reajustar e readequar os eixos de coordenação direita, esquerda, centro, horizontal e vertical. Também, tendem a reajustar palavras e termos espaciais e arquitetônicos através de associações, de analogias e de metáforas. Esses reajustes e essas readequações são perceptíveis através de marcas, formas, ordem e disposição linear da espacialização geral da linguagem, conforme observou Paul Ricoeur (1987). Além disso, há outros níveis pré-textuais, textuais e de leitura e interpretação textual que marcam os reajustes e as readequações.

A consciência dos (re)ajustes e das (re)adequações espaciais e arquitetônicos com respeito à composição, à leitura e à interpretação do texto literário nos permite, evidentemente, a consciência de modos de concepção da sua arquitetura. Tal consciência, evidentemente, desdobra-se em uma série de problematizações sobre espacialidade e espacialização do texto literário, desde aquelas que compreendem a folha de papel como lugar/local da tipografia, da projeção da escrita literária até aquelas que se referem ao sintagma como lugar/local de analogias, símiles, dêiticos, elipses, metáforas espaciais, metonímias, sinédoques, entre outros elementos linguísticos. Ainda, há aquelas que fazem uso de letras, fonemas, sílabas e palavras como, literalmente, material de “construção” de imagens arquitetônicas e arquitetadas.

A discussão em torno da espacialização e da espacialidade textual – ou da arquitetura textual, como queiram – deve considerar questões relacionadas às propostas e aos projetos estético-literários, às noções de narrativa de enredo linear e alinear, assim como à capacidade perceptiva e interpretativa do estudioso. Essas considerações trazem à tona, por

sua vez, modos de representação de experiências de transitar e habitar, modos de percepção espacial. Neste caso, trata, inclusive, de níveis de conhecimento e de habilidade espacial, assim como de condicionamentos de experiências espaciais de leitores, de figuras ficcionais e de autores.

Tal desdobramento aponta para a constatação da existência de significativo número de instâncias de percepção e de perspectiva sobre lugar e narração, que se interseccionam e se perpassam, revelando o objeto percebido como síntese de todo processo heterogêneo de percepção do objeto. Ainda que, em primeira instância, o objeto nos revele como composição estática e esteticamente homogênea, assim, “a obra de arte deve ser lida em vários níveis (...) Ora, cada um desses planos constitui também um lugar possível de manifestação do ponto de vista, um espaço para possibilidades de composição de pontos de vistas” (RICOEUR, 2019, p. 163).

A consciência da existência de várias instâncias de percepção de lugar corrobora, também, as considerações similares entre Yves Reuter, Michel Butor, Paul Ricouer e Edward Relph. O primeiro afirma que os lugares “se organizam, formam sistemas e produzem sentidos” (1996, p.37). O segundo ressalta que o lugar se institui em um horizonte constituído de lugares, portanto, “ponto de origem de uma série de percursos possíveis” (1974, p. 45). O terceiro reitera a noção de lugar como um espaço de manifestação e de composição do ponto de vista (2019, p. 163) e, por sua vez, o quarto justifica a razão da possibilidade de um sem-número de instâncias de percepção de lugar:

Os lugares de nossas experiências podem ser transitórios e/ou eternos. A efemeridade dos lugares seria, em parte, advinda das metamorfoses operacionalizadas pelo homem no incessante monta e desmonta, no esquecimento desmedido e na destruição criativa dos mais diversos recantos e, em parte, da metamorfose dos nossos valores, ambiguidades e temores. (RELPH, 2014, p. 40).

A noção de precedência de lugares entre lugares e de lugares a partir de lugares não se aplica apenas às instâncias epistemológica, teórica e metodológica, mas também à própria constituição, caracterização e leitura da obra literária, conforme já salientara um dos precursores do estudo de espaço na literatura brasileira, Osman Lima no livro *Lima Barreto e o espaço romanesco*, ele diz: “A narrativa é um objeto compacto e inextricável, todos os seus fios se entrelaçam entre si e cada um reflete inúmeros outros” (LINS, 1976, p.63).

Dadas as considerações sobre a lógica da precedência que institui as dinâmicas de intersecção e de perpassagem de/entre instâncias perceptuais, cumpre ressaltar que toda instância de percepção é, ao mesmo tempo, localização e filtro perceptual. É localização, porque o perceptante se situa em uma determinada circunscrição para a partir dela vivenciar a experiência de percepção. Situar-se deve ser compreendido como reflexo da escolha consciente ou não, deliberada ou não de determinado campo de referência a partir do qual se institui tanto a experiência de percepção quanto a perspectiva:

A perceptibilidade assim produzida dos campos de referência alcança sua posição perspectivística através da divisão destes campos de referência em alguns elementos que são atualizados pelo texto, enquanto outros permanecem inativos. Se os elementos escolhidos trazem à luz um campo de referência, é exatamente por esta escolha que se mostra o que daí foi escolhido. Os elementos que o texto retira do campo de referência de destacam do pano de fundo do que é transgredido. Desse modo, os elementos presentes no texto são reforçados pelos que se ausentaram. Assim, o escolhido alcança uma posição perspectivista, que possibilita uma avaliação do que é presente no texto pelo que deles se ausenta. O ato de seleção mais uma vez mostra um limite em cada campo de referência selecionado pelo texto, para outra vez transgredi-lo. E assim o mundo presente no texto é apontado pelo que se ausenta e o que se ausenta pode ser assinalado por esta presença. (ISER, 2013, p. 35-36).

Além de localização e/ou de situação, a instância perceptiva, também, é um filtro a partir do qual se processa toda a configuração imagética e sensorial de lugar, de outro modo, o filtro perceptual se trata de um dos fatores que dinamizam a experiência perceptual de fenômenos.

Por uma razão estritamente metodológica referente ao seu funcionamento, podemos considerar o filtro perceptual de duas maneiras e o denominamos de filtro metonímico e filtro ideológico. O primeiro se caracteriza pela tendência ao recorte, pela quantidade e quantificação. O segundo, por sua vez, refere-se à determinada retórica que visa a apresentar o fenômeno percebido a partir de determinados parâmetros sociais, culturais, estéticos e/ou também literários. Enquanto o filtro metonímico reitera a tese de que a experiência de percepção é, predominantemente, visual, de recorte, quantificação e de seleção, o filtro ideológico traduz aquilo que se denomina de mediação perceptual.

A noção de interligação entre os dois tipos de filtrações perceptuais, a metonímica e a ideológica, torna evidente que, em termos de linguagem, o signo conjuga essas duas

funções, quando reconhecido como um recorte a partir do qual se consubstancia instância de mediação e, ao mesmo tempo, síntese de processo de mediação:

Pelo menos hipoteticamente, a palavra signo, através do latim signum, vem do étimo grego *secnom*, raiz do verbo “cortar”, “extrair uma parte de” (naquele idioma) e que deu, em português, por exemplo, *secção*, *seccionar*, *sectário*, *seita* e, possivelmente, *século* (...) A raiz primitiva parece indicar que “signo” seria algo que se referisse a uma coisa maior do qual foi extraído: uma folha em relação a uma árvore, um dente em relação a um bicho etc. Nessa acepção, “signo” apresentaria um estreito vínculo com duas das mais usuais dentro das chamadas figuras de retórica: a metonímia (pela qual se designa um objeto por uma palavra designativa (...)) e a sinédoque (pela qual se emprega a parte pelo todo, o todo pela parte etc.). (PIGNATARI, 2003, p. 27-28).

Neste instante, precisamos considerar a associação intrínseca entre ambos. Assim, se o filtro metonímico evidencia o ato seletivo e intencional de olhar, o filtro ideológico, por sua vez, torna evidente que imediatamente – ou conjuntamente – ao ato de perceber segue o chamado julgamento de percepção. Isto porque, “diante de qualquer coisa que se apresenta, nossos esquemas mentais já estão preparados para produzir um efeito interpretativo” (SANTAELLA, 1993, p. 97). Nesse contexto, podemos reiterar que os filtros metonímicos e ideológicos dinamizam processo contínuo, modulável e ajustável de escolhas e de exclusões de aspectos, elementos e fatores que (re)configuram o fenômeno, ulteriormente, apreendido. Além disso, a dinâmica de filtragem deixa evidente que o leitor está localizado e seu ato de leitura dá-se a partir de reprodução de fatores das mais diversas ordens, níveis e natureza:

Há apenas um único estado do qual o leitor pode ‘partir’ a saber, o próprio estado de espírito em que o leitor realmente se encontra no momento em que efetivamente for partir – um estado no qual o leitor se acha carregado com uma imensa massa de cognições já formadas, da qual não consegue despir-se mesmo que quisesse; e quem sabe se, caso pudesse fazê-lo, não tornaria com isso todo conhecimento impossível para si mesmo. (SANTAELLA, 1980, p. 80).

A noção de filtro metonímico e ideológico, portanto, reitera a constatação de que a apreensão dos fenômenos se dá por intermédio de consideráveis etapas do processo de experiência perceptual que se estende em várias instâncias. Cada uma delas recorta o

fenômeno e estimula o modo (e os modos) de condicionamento de sua percepção, ou seja, o modo de interpretação do fenômeno:

A experiência só pode significar o resultado cognitivo total de viver, e inclui interpretações tão verdadeiramente quanto inclui a matéria da sensação. E ainda mais verdadeiramente, visto que esta matéria da sensação é uma coisa hipotética que nunca podemos agarrar como tal, livre de qualquer trabalho interpretativo. (SANTAELLA, 1980, p. 109).

Quando tratamos, especificamente, do lugar representado e das experiências dos personagens sobre percepção espacial, trânsito e habitação, podemos considerar que os filtros ideológicos e metonímicos estimulam reexperimentação dessas experiências espaciais, ou seja, eles esclarecem que o leitor nunca vê, mas revê; nunca sente, mas res sente; nunca experimenta, mas reexperimenta:

Em ficção, logo que encontramos um “eu”, estamos conscientes de uma mente que experimenta e cujas opiniões sobre a experiência se entrepõem entre nós e o acontecimento. Quando não há um “eu” (...) o leitor inexperiente poderá cair no erro de pensar que a história lhe chega sem mediação. Mas tal erro é impossível desde que o autor coloque explicitamente um narrador na história, mesmo que lhe confira quaisquer características pessoais. (BOOTH, 1988, p. 167).

De outro modo, a captação de imagens e a (re)experimentação de situações e eventos do universo ficcional são decorrências, na verdade, de efeitos perceptuais de/entre níveis e camadas, efeitos estes, por sua vez, decorrentes da leitura.

A noção de filtro ideológico e metonímico, neste contexto de problematização, remete àquelas de ponto de vista e de perspectiva e tais noções projetam o lugar da experiência de percepção. Nesse contexto, corroboramos aquelas noções de Paul Ricoeur (2019) sobre ponto de vista enquanto orientação ou lugar de origem a partir do qual temos acesso às instâncias que constituem e caracterizam o texto literário com respeito às suas diversas camadas constitutivas. A atenção sobre tais instâncias as torna, em alguns casos, o próprio objeto de estudo e esta constatação reitera, por um lado, a recorrente frase de Ferdinand de Saussure (2021) de que o ponto de vista cria o objeto, e por outro lado, a



afirmação de Émile Benveniste (1976) de que estudar alguma coisa é determinar seu lugar em um sistema.

Nessa direção, podemos afirmar que enquanto o ponto de vista institui a instância inicial da experiência perceptiva de lugar, a perspectiva se institui como estrutura temporal na qual (e durante a qual) decorre a dinâmica de percepção de reflexão sobre lugar. A partir dessas noções, inferimos que a experiência de percepção do lugar é no mínimo paradoxal, sobretudo se considerarmos o raciocínio de que o ponto de vista é um ponto de partida para a percepção de algo que está *in praesentia* e, por isso, *a priori*; enquanto a perspectiva é uma estrutura temporal de alcance de objeto que se vislumbra, ou seja, daquilo que está *in absentia* e, portanto, *a posteriori*.

O ponto de vista é fundamental para criar a sensação de segurança na experiência de percepção seja das instâncias constituintes e caracterizadoras do texto literário, seja aquela referente ao lugar propriamente representado na narrativa. No entanto, ironicamente, o ponto de vista desvela que a sensação de proximidade, de alinhamento e de pertencimento nada mais é do que reflexo decorrente das escolhas textuais, estéticas e retóricas do autor.

Quando tratamos, exclusivamente, do lugar representado, reiteramos aquela convenção de que a adoção de um ponto de vista pelo leitor significa sua aproximação e seu alinhamento, de várias naturezas e ordens, com alguma figura ficcional, podendo ser narrador ou personagem. A adoção do ponto de vista não significa apenas a possibilidade de apreensão cognitiva de uma imagem do lugar transitado e habitado pelos personagens, também a possibilidade háptica de (re)sentir a dinâmica de ser/estar, de transitar e de habitar, isto porque, segundo Merleau-Ponty (2015), toda sensação é espacial e toda percepção sinestésica é regra.

Em se tratando do estudo do lugar – e de outras manifestações espaciais –, a adoção do ponto de vista correlaciona a interpretação literária à sensação de habitação de mundo. Essa correlação, segundo Paul Ricoeur, tanto afirma que as narrativas de ficção “projetam maneiras de habitar o mundo” (2019, p.09) quanto afirma que o que se interpreta em um texto “é a proposição de mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo” (1988, p. 56).

A associação entre a interpretação do texto e a habitação do mundo faz-se importante não apenas no sentido de apreender o mundo representado na narrativa ou ainda correlacionar o mundo representado no texto e o mundo do leitor. Ela nos leva a considerar que o pressuposto da habitação do mundo é o corpo em suas sensações e experimentações de todas as formas e objetos espaciais, tais experimentações, a propósito,

nutridas pelas experiências visuais e táteis. Desse modo, a percepção do lugar no texto literário dá-se por intermédio da interpretação literária e a dinamização desta requer os reflexos da corporeidade e a simulação das experiências e das experimentações do espaço via corpo:

Para que possamos representar o espaço é preciso primeiramente que tenhamos sido introduzidos nele por nosso corpo, e que nos tenha dado o primeiro modelo das transposições, das equivalências, das identificações que fazem o espaço um sistema objetivo e permitem à nossa experiência ser uma experiência de objetos. (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 197).

O ponto de vista se desdobra em perspectiva macro e microscópica de estimulação e simulação das experiências de ser, estar, transitar e habitar. No geral, a primeira perspectiva dispersa tais experiências enquanto a segunda a concentra. A primeira estimula a visão global do fenômeno percebido, enquanto a segunda dele nos aproxima. Além disto, a primeira refere-se a uma experiência expansiva de percepção enquanto a segunda, uma experiência restritiva de percepção.

Se admitirmos a tese de que o ponto de vista estimula a (re)experimentação da experiência de transitar e habitar e, ainda, da experiência perceptual, devemos admitir aquela que afirma o ponto de vista como um sinal de condicionamento, de restrição e de “domesticação” das experiências.

Na verdade, o ponto de vista torna evidente que a cultura afeta a percepção (TUAN, 2013), que a percepção adiciona algo ao percebido (SANTAELLA, 1993); que a percepção é algo parcial e a nomeação do percebido uma modificação do objeto (SARTRE, 1993) e que a percepção adiciona algo ao percebido. Logo, “o simples ato de observar já detona, inevitavelmente, o processo inferencial e o sentimento de qualidade se mistura imediatamente (queiramos ou não) com uma série de outros elementos que o modificam grandemente” (SANTAELLA, 1980, p. 123).

## NA NARRATIVA DE FICÇÃO LITERÁRIA, LUGAR É SIGNO

A leitura de filósofos e estudiosos que não tratam, exclusivamente, do estudo do lugar, mas oferecem fundamentação teórica para fazê-lo, permitiu-nos identificar o uso recorrente do termo lugar por alguns teóricos, como Terry Eagleton (1983), Maurice Blanchot

(2011), Dominique Mainguenau (2001), Paul Ricouer (2019), Andrea Bonomi (2009), Merleau-Ponty (2006), Gaston Bachelard (2012).

Durante a leitura dos textos desses autores, chegamos a estas conclusões: Terry Eagleton (1983) diz que a linguagem é o lugar onde a realidade se revela e se entrega a nossa contemplação; Maurice Blanchot (2011) considera a obra literária como um “lugar de um trabalho sem fim” (2011, p. 12); Dominique Mainguenau (2001) ressalta que o leitor é um lugar numa posição de leitura; Paul Ricouer (2019) afirma que cada plano de leitura da obra literária se constitui um lugar que manifesta um ponto de vista; Andrea Bonomi (2009) considera o corpo um lugar de inerência; Merleau-Ponty (2006) que a consciência é lugar de ideias, também Charles Peirce citado por Santaella (1980), entende a consciência como lugar onde se produz a apreensão dos fenômenos ou onde as formas de pensamento se interagem; e, por fim, Gaston Bachelard (2012) compreende lugar como a primeira qualidade existencial por onde todo estudo deveria começar e terminar.

A despeito dos diferentes campos epistemológicos, é interessante observar que o termo lugar é tratado como designativo e/ou qualificativo espacial, assim como uma espécie de recipiente que agrega e/ou configura certos fenômenos, cuja natureza são fluídas, esparsas, genéricas ou abstratas. Lugar, portanto, funcionaria como uma circunscrição que possibilitaria uma compreensão circunstanciada de um fenômeno qualquer e, ainda, como suporte no qual fenômenos são depositados, agregados, ajustados, adaptados, alinhados e configurados.

Se lugar possibilita uma compreensão circunstanciada de um fenômeno qualquer, então, esta concepção pode-se voltar, em se tratando de linguagem, para si mesma no instante em que consideramos o signo verbal como lugar a partir do qual e através do qual se projetam e se materializam vários lugares da/na narrativa.

Quando consideramos o signo verbal como um lugar e o lugar como um signo verbal, não reproduzimos apenas uma inversão sintagmática de mero efeito retórico, pelo contrário, corroboramos aquela noção semiótica peirceana de que quando uma coisa está no lugar de outra, esta coisa está funcionando como signo. Tal funcionamento torna evidente, segundo Lúcia Santaella (1980), que o signo refrata e reflete a realidade de uma certa maneira e numa certa medida.

A orientação fundamental de Ferdinand de Saussure (2021) de que as questões linguísticas interessam a todos aqueles que têm que manejar texto permanece válida para sustentarmos a tese de que a leitura da obra literária só nos permite a revisão dos lugares e a

reexperimentação das experiências de lugares. De fato, o acesso que temos aos lugares é atravessado pelas descrições espaciais e pelos relatos das expressões, sensações e impressões espaciais que mediatizam e substituem as experiências espaciais e os pensamentos sobre as experiências espaciais. A linguagem, portanto, organiza experiência e pensamento, segundo Émile Benveniste (1976), em uma forma articulada e representativa:

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por meio da linguagem. Aquele que faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. (BENVENISTE, 1976, p.26).

A adoção de tal concepção reitera a compreensão sobre a natureza topológica da linguagem e traz à tona uma gama variada de implicações interpretativas, entre elas, a de que a experiência perceptual de lugar seja aquela que se refere à instância da enunciação e da representação, seja aquela que se refere ao enunciado e ao representado. Elas estão direta e intrinsecamente ligadas ao processo, ao modo e ao modelo de decodificação da obra literária.

É a relação direta e intrínseca entre experiência perceptual de lugar da/na narrativa – e de lugar narrativo – e decodificação que nos faz considerar o signo verbal não apenas como algo que intermedia a nossa experiência de percepção lugar e aquilo que é percebido em várias instâncias narrativas, como também aquilo que (re)produz estímulos perceptuais, uma vez que “a linguagem se vale de uma tática toda sua para recortar, transpor e socializar as percepções e os sentimentos que o homem é capaz de experimentar” (BOSI, 2008, p. 29).

Em se tratando do lugar representado, o processo de decodificação da obra literária é a primeira instância para a experiência perceptiva de lugar pelo qual passamos, ainda que não tenhamos nem consciência e nem interesse investigativo por este meio de trânsito, sobretudo, em decorrência de um determinado modelo de análise e interpretação literária que direciona imediata e automaticamente a atenção dos leitores para a representação, para a mensagem e para as informações que se julgam estar subentendidas ou nas entre linhas.

A consciência da inter-relação e intersecção entre experiência perceptual do universo ficcional e decodificação do modelo de texto ficcional esclarece para o estudioso sobre as interferências da forma e da estrutura do texto literário e da metodologia de decodificação da obra literária durante a experiência perceptiva de lugar e de lugares narrativos ficcionais. Assim, tanto o modelo de texto quanto o modelo de análise e interpretação textual funcionam como condicionantes das nossas experiências perceptivas referentes à espacialidade e à espacialização ficcional e textual.

Quando pontuamos o modelo de texto literário e a metodologia de análise e interpretação literária, tratamos, unicamente, de hábitos espaciais e de hábitos de leituras literárias. Especificamente, são estes hábitos que restringem, condicionam e orientam as experiências de percepção do lugar de maneira específica e do espaço de maneira geral. Também são estes hábitos que traduzem certas convenções críticas e histográficas sobre o estudo do espaço ou, especificamente, o que vem a ser estudo do espaço. São hábitos arraigados. Por exemplo, considerar o estudo do lugar – e do espaço narrativo – apenas como aquilo que está representado no enredo. Este tipo de compreensão, por sua vez, desdobra-se no tratamento do espaço como mero elemento de ornamentação na narrativa, como pano de fundo da narrativa e/ou como fator que explica, justifica e/ou determina o *ethos* da personagem.

Além destas compreensões, podemos considerar hábito aquele modelo de análise e interpretação que reproduz aquela relação entre espaço e realidade social ou que enfatiza trechos descritivos na obra literária a partir dos quais é possível identificar aspectos, elementos e fatores de natureza física que constituem e caracterizam o lugar. São estes hábitos metodológicos arraigados que sustentam o automatismo de que o estudo de espaço narrativo – e de lugar narrativo – restringe-se apenas à instância do representado e, especificamente, às descrições. Por fim, podemos considerar (maus) hábitos o uso de expressões vagas, tais como espaço social e espaço psicológico, estas que de tão usadas já podem ser consideradas como clichês terminológicos no âmbito da topoanálise literária.

Em se tratando de discurso ficcional e de representação do universo ficcional, toda experiência perceptiva de aspectos, elementos e fatores, seja no plano da enunciação, seja no plano do enunciado, é condicionada a determinada proposta ficcional, estética e retórica; a determinada forma e estrutura de texto literário e a determinado modelo de interpretação textual. Por outro lado, a experiência perceptiva condiciona-se à capacidade e à competência do leitor-intérprete-percipiente de decodificar a obra literária.

Na verdade, a capacidade de decodificar uma obra literária que trata intensiva e extensivamente do espaço serve não apenas para mensurar a capacidade do leitor de entender a proposta estético-literária ou a sua capacidade metodológica de leitura, como também o seu nível de experiências, conhecimentos e habilidades espaciais.

A experiência perceptiva fundada e ancorada na experiência de leitura é, de alguma forma, cerceada pelos limites e delimites do livro e do texto. Também são eles que instituem a perspectiva de ambas as experiências. Neste sentido, ressaltamos certa similaridade de pensamentos entre Wayne C. Booth (1988), Michel Riffatterre (1989) e Paul Ricouer (2019), uma vez que concordam que o texto literário é uma espécie de máquina de controle de atenção e de moldagem do leitor e que, por isso, a leitura sofre de limitações específicas.

O controle e a moldagem do leitor não se restringem apenas a uma discussão de natureza ideológica, como também pragmática, no sentido de que a própria obra determina seu modo, estrutura e ritmo de leitura. Aliás, neste sentido, Merleau-Ponty (2015) foi bem categórico ao afirmar que só encontramos no texto o que colocamos lá.

Além dessas espécies de controle, é preciso considerar o controle sensorial, isto porque o signo ao mesmo tempo que intermedia a experiência perceptual do lugar pelas figuras ficcionais, também estimula em nós leitores a (re)experimentação de tal experiência, uma vez que ao representá-la, a representação espacial traz consigo “as sensações pontuais que fazem parte dela” (MERLEAU-PONTY, 2015, p.36).

O signo que produz estímulos espaciais a partir da representação das formas de transitar e habitar lugares não é o mesmo que alinha as experiências perceptuais das figuras ficcionais às dos leitores. Pelo contrário, o signo tem o poder de criar a ilusão de alinhamento dessas experiências e também o poder de criar o simulacro de tal experiência e, a partir dele, a simulação dessa experiência. No entanto, o mesmo signo não tem o poder de sincronizar as experiências de percepção de lugar das figuras ficcionais àquelas produzidas pela leitura:

Eu, leitor, sou um espectador particular. Acontece, porém, que meu ponto de vista nunca é privilegiado: sou, como sucede na vida real, lançado numa história iniciada antes que eu ali chegasse e que talvez venha terminar em minha ausência; terei, portanto, de adaptar-me a ela, penosa e progressivamente. (POUILLON, 1946, p. 104).

Sendo assim, o leitor não consegue acompanhar o ritmo da experiência perceptiva das figuras ficcionais, isto porque tal experiência não é apenas (inter) mediada por questões

de diferença temporal e espacial, mas também por propostas estéticas específicas no âmbito da narração e da narrativa. Estas, por sua vez, são materializadas nas instâncias da microestrutura e da macroestrutura textual. Neste sentido, não podemos nem falar de experiência perceptiva direta do leitor referente a lugar, apenas de simulação de experiência perceptiva de lugar estimulada por uma proposta estético-literária específica de configuração espacial. Logo, isso reitera a tese da reexperimentação da experiência perceptiva de lugar.

O grau máximo – e fundamental – de não sincronização de experiência perceptiva de lugar diz respeito ao próprio confronto entre a imagem cristalizada de lugar no espírito do leitor e aquele da própria obra literária. Ou melhor, o lugar que o leitor busca e o lugar que lhe aparece durante o ato de leitura e interpretação literária. Aquém e além do confronto entre a intenção e a realização da busca da imagem de lugar, cabe afirmar que a aparição do (e de um) lugar, sob percepção fenomenológica, traduz a intencionalidade da busca, ou seja, a solidariedade entre o ser e o objeto: “a relação entre o sujeito e o objeto, denotada por essa noção, pressupõe não somente que o sujeito se abre ao objeto ou se transcende para ele, mas também que algo do objeto está presente no sujeito” (DUFRENNE, 2015, p. 87).

A aparição do lugar implica, segundo Mikel Dufrenne (2015), a intenção do ser que se revela, ou seja, o lugar que se revela de qual camada ou de qual instância pré-textual ou textual é, de fato, aquele que já estava gravado em nós leitores: o espaço-refúgio de Gerard Genette ou a casa onírica de Gaston Bachelard. Enquanto outros lugares da/na narrativa são ignorados e/ou invisibilizados, porque não transcendentem em direção às nossas intenções.

Outro aspecto a ser discutido sobre a sincronização da experiência perceptiva de lugar é àquela que se refere à compreensão de que o lugar não se mostra imediatamente ao leitor. Como qualquer outra categoria da narrativa, lugar aparece a partir de uma dinâmica própria da percepção, isto é, aquela que se institui através da articulação, da constituição e da estruturação, conforme ressaltou Andrea Bonomi (2009). Neste contexto, é possível afirmar que lugar escapa a definições categóricas, entre elas a de entidade fixa, quando consideramos que toda percepção, segundo Merleau-Ponty (2014), envolve a possibilidade de outra percepção e que “cada percepção é mutável e provável” (p. 49).

A compreensão a respeito da dinâmica de percepção dos fenômenos enquanto estatuto de articulação, constituição e estruturação pode, no caso do estudo de lugar e identificação de lugar, estimular a ilusão de ótica e a insegurança espacial, quando não consideramos o que afirmou Merleau-Ponty em *Fenomenologia da Percepção*: “A coisa está em um lugar, mas a percepção não está em parte alguma porque, se estivesse situada, ela

não poderia fazer as outras coisas existirem para ela mesma, já que repousaria em si à maneira das coisas” (2015, p.67).

A dificuldade e a necessidade de dissociar ato de percepção e fenômeno percebido que, ironicamente, ajudam-nos a reiterar aquele conceito de lugar como um objetivo ou uma meta no futuro (TUAN, 2013), conceito que se adéqua perfeitamente àquela concepção de leitura como uma previsão, como uma espera, segundo Jean-Paul Sartre (1993). Neste contexto, é possível afirmar lugar na instância da narração ou da narrativa, como fenômeno cinestésico, entidade em movimento e que aparece a partir do ritmo da gradação, da progressão e da fragmentação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta à questão – o que é lugar narrativo? – inicia-se com a problematização em torno das convenções sobre configuração textual e condicionamento epistemológico e metodológico referente à análise e à interpretação do tema. Na verdade, o estudo de lugar narrativo está atravessado por esses dois fatores e mais outros que traduzem certos automatismos de compreensão e tratamento do tema e que reproduzem certas visões ora limitada, ora equivocada com respeito à compreensão de lugar.

De fato, o termo lugar narrativo é limitante e condicionante, uma vez que nos remete a um determinado sentido e a uma determinada função de lugar na narrativa. No entanto, o percurso para a sua compreensão orienta-nos a percepção de outros termos, tais como lugar da narrativa, lugar na narrativa, narrativa do lugar, narrativa no lugar, narração do lugar e lugar da narração. Essa percepção nos possibilita reconhecer a existência de sem-número de lugares na/da/para/entre a narrativa e narração, ou seja, o lugar se institui e se constitui de um número significativo – e determinante – de tipos, de instâncias e de camadas pré-textuais e textuais, as quais, também, podem ser consideradas lugares.

As possibilidades sintagmáticas referentes aos termos lugar e narrativa e/ou narração sinalizam que a consciência de que o estudo do lugar se dá a partir de dinâmica de intersecção e de perpassagem de instância, de camadas, de lugares. A escolha de uma perspectiva de estudo sobre o lugar não significa a exclusão de outras, pelo contrário, sob a lógica do desdobramento locacional e epistemológico a consciência de uma determinada compreensão de lugar origina-se de outra compreensão de lugar, ou melhor, de que um lugar é perceptível e perspectivado a partir de outros lugares.



A compreensão do lugar na/da narrativa/narração tem origem na instituição e constituição primeiramente de um lugar epistemológico e metodológico. Tal instituição e constituição por si mesma já indica uma das noções do lugar como uma meta ou um objetivo no futuro (TUAN, 2013). Determinada área de conhecimento e determinada metodologia de estudo criam a base, o ponto de vista, a perspectiva e, portanto, o lugar de conhecimento e reconhecimento do lugar objetivado. O lugar que encontramos, encontramos-lo, porque conhecemos, de alguma forma, o modo de encontrá-lo e esse modo implica reconhecê-lo como fenômeno espacial de temporalidade, de evento, de situação e, também, de linguagem e de discurso. Esta compreensão se opõe, radicalmente, àquela velha noção e função de lugar como uma mera circunscrição, confundido como local ou ainda à sombra do espaço narrativo.

## REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. Tradução Antônio de Padua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Tradução Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- BONOMI, Andrea. *Fenomenologia e estruturalismo*. Tradução João Paulo Monteiro, Patrícia Piozzi e Mauro de Almeida Alves. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Tradução Maria Teresa H. Guerreiro. 1 ed. Lisboa: Arcádia Editora, 1980.
- BRAGA, Maria Lúcia Santaella. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- BUTOR, Michel. *Repertório*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia*. Tradução Roberto Figurelli. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

GENETTE, Gérard. *Figuras*. Tradução Ivone Floripes Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: Edurj, 2013.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2009. [2E11N]

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de linguística para o texto literário*. Tradução Maria Augusta Bastos de Mattos. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A estrutura do comportamento*. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia da percepção*. 4. ed. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. 1. ed. Tradução Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PIGNATARI, Décio. *Informação Linguagem Comunicação*. Cotia-SP: Atelié Editorial. 2003.

POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, s/d.

RAMOS, Maria Luiza. *Fenomenologia da obra literária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR.; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (org.). *Qual o espaço do lugar?* 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. 1. ed. Vários tradutores. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RICOEUR, Paul. *Tempo e a narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

\_\_\_\_\_. *Tempo e a narrativa 2: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

\_\_\_\_\_. *Tempo e a narrativa 3: o tempo narrado*. Tradução Cláudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. *A percepção: uma teoria semiótica*. São Paulo: Experimento, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* Tradução Carlos Felipe Moisés. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola. 2021.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira, Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução Lívia de Oliveira, Londrina: Eduel, 2012.

Recebido em 11 de fevereiro de 2023

Aprovado em 05 de junho de 2023





## SARAMAGO E A ARCA DE NOÉ: RISO, IRONIA E PARÓDIA NA DES(RE)CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

DOI: 10.48075/ri.v25i2.31204

Jessica Valdati Triaca<sup>1</sup>  
Cleiser Schenatto Langaro<sup>2</sup>

**RESUMO:** As reflexões aqui problematizadas partem da leitura do romance Caim (2009), do escritor português José Saramago. No intuito de explorar o modo como o escritor utilizou a linguagem paródica, carnavalesca e irônica para instaurar o riso questionador e reflexivo ao dialogar com narrativas bíblicas, o percurso de análise realizou a leitura comparada: passagem ficcional e narrativa bíblica. O exercício reflexivo analisou os recursos estilísticos e diálogos saramaguianos a partir da passagem Arca de Noé, do Antigo Testamento. Como amparo teórico utilizamos Bakhtin (1996), Fourastié (1985), Vasconcelos (2012), Minois (2003), Hutcheon (1985-2000), Lopes (2010), Ferraz (2012), entre outros estudiosos da linguagem. As reflexões apontam para a compreensão de que o destronamento daquilo que é dogmático, através dos recursos de linguagem como os da ironia, do riso carnavalizado e paródico, contribui na formação de leitores, pois promove a quebra do determinismo, a criticidade e autonomia de pensamento. A problematização de perspectivas unas, do sério/autoritário, amplia, portanto, a visão de mundo e humaniza leitores.

**Palavras-chave:** Saramago; Caim; destronamento paródico; riso reflexivo e carnavalização..

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu - PR. Graduada em Letras Português/Inglês e respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professora de Língua Inglesa na rede particular de ensino na cidade de São Miguel do Iguaçu – Paraná. E-mail: [jessica.valdati@hotmail.com](mailto:jessica.valdati@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Letras – com área de concentração em Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre em Letras, Graduação em Letras e Pós-Graduação em Literaturas Ibero-Americanas Contemporâneas em Língua Portuguesa e Espanhola pela Unioeste. Atualmente é professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras. E-mail: [cleiserschenatto@hotmail.com](mailto:cleiserschenatto@hotmail.com)

## SARAMAGO AND NOAH'S ARK: LAUGHTER, IRONY AND PARODY IN THE MEANING DE(RE)CONSTRUCTION

**ABSTRACT:** The considerations presented here are based on the reading of the novel entitled *Caim* (2009), written by the Portuguese author José Saramago. It aims to explore the way the writer used the parodic, carnival and ironic language to establish the questioning and reflective laughter when dialogues with scriptural narratives, the analyses path realizes the comparative reading: fictional passage and the Biblical narrative. The reflexive exercise analyzed the stylistics resources and the saramaguian dialogues as of the Bible passage of Noah's Ark from the Old Testament. As theoretical sources was used Bakhtin (1996), Fourastié (1985), José Carlos de Vasconcelos (2012), Minois (2003), Hutcheon (1985-2000), Lopes (2010), Ferraz (2012) among others language experts. The reflections indicate to the comprehension which the dethronement of arbitrary things through language resources such as irony, carnival and parodic laughter, contributes to the readers development, because promotes the breaking of determinism, the critically and autonomy thought. The problematization of unified perspectives, of serious/authoritarian, expands, therefore, the world vision and humanizes the readers.

**Keywords:** Saramago; *Caim*; parodic dethronement; reflective laughter and carnivalization

*"Todos sabemos que cada dia que nasce é o primeiro para uns e será o último para outros e que, para a maioria, é só um dia mais." O homem duplicado. Lisboa: Editorial Caminho. 2002*

### INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo geral a análise da linguagem paródica, carnavalesca e irônica utilizada por José Saramago na elaboração da obra intitulada *Caim* (2009). Os recursos estilísticos como ironia, sátira, humor e riso utilizados na elaboração da linguagem e na des/re/construção do episódio bíblico causam questionamentos e reflexões naqueles que leem e entram em diálogo com autor, obra e sentidos produzidos, questionando suas concepções sobre compreensões acerca da passagem bíblica. O romancista usa como texto base o Antigo Testamento, em especial as passagens: Adão e Eva (capítulos 1, 2 e 3 do Livro de Gênesis), Caim e Abel (capítulo 4 do Livro de Gênesis), Abraão e o sacrifício de seu filho Isaac (capítulo 22 do Livro de Gênesis), entre outras. Neste artigo faremos uma análise mais específica da releitura da história da Arca de Noé, que aparece no Livro de Gênesis, entre os capítulos 6 e 9.

A elaboração da linguagem em *Caim* (2009), voltada a indagar criticamente sobre o que foi dito nas escrituras bíblicas, nos mostra um romancista interessado em provocar no leitor uma postura questionadora e reflexiva, a partir do riso. Em entrevistas dadas pelo

escritor logo após a publicação da obra, que por ele é considerada a melhor de todas, afirma que ao terem nomeado a Bíblia como sendo sagrada, foi dado a ela um caráter intimidatório, sendo assim, seria proibido que alguém fizesse algo com ela ou a partir dela .

Dessa forma, ao parodiar narrativas presentes na Bíblia, Saramago causa o destronamento das mesmas, consideradas fundadoras e sagradas, pois ao deslocar para a literatura ficcional uma das histórias mais conhecidas do evangelho, leva também o leitor para outro ambiente, o ambiente da liberdade de criação e invenção, próprio do terreno da ficção. Ocorre, assim, um deslocamento/destronamento do sagrado para o profano, do sério para outras possibilidades, contribuindo, portanto, para a ampliação dos horizontes dos leitores, desencadeando, pelo riso carnavalesco, pensamentos críticos e reflexivos acerca do que já foi dito.

A metodologia norteadora ampara-se na pesquisa teórico bibliográfica, com análise comparativa, interpretativa e subjetiva do texto literário em diálogo mais especificamente com a passagem bíblica da Arca de Noé presente no Livro de Gênesis, capítulos 6 e 9. As análises têm como propósito compreender os fenômenos da carnavalização e destronamento do texto bíblico pela linguagem literária por meio da sátira, da ironia e do riso. Sendo assim, o estudo proposto nesse artigo, visa observar como esses recursos estilísticos foram utilizados, num estudo comparativo entre as letras bíblicas e as letras saramaguianas, refletir sobre o riso reflexivo e paródico utilizado para provocar questionamentos nos leitores, com propósito de ampliar as reflexões sobre a obra desse escritor no Brasil. Além de compreender os recursos estéticos, como os da sátira, da paródia, do riso e da ironia na carnavalização e destronamento do texto bíblico em Caim, busca-se refletir sobre a contribuição da literatura paródica e carnavalesca na formação do pensamento crítico dos leitores através de leituras de autores como Jean Fourastié que afirma: “O riso é então, somente então, a manifestação da satisfação que ela sente, em primeiro lugar, de prever, depois de dominar, de desencadear à sua vontade um processo anteriormente desconhecido [...]” (FOURASTIÉ, 1985, p.47). Sendo assim, ao lerem obras como a de José Saramago, os leitores lidam com outras possibilidades para a leitura dos Testamentos Bíblicos ou de qualquer outro discurso, sendo uma das funções do humor, levantar perguntas acerca daquilo que antes era considerado único.

Para a análise desses recursos e da linguagem paródica e carnavalizada utilizamos como suporte teórico História do Riso e do Escárnio e Jean Fourastié (1985), Reflexão sobre o Riso, Uma Teoria da Paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX; Georges Minois

(2003), de Mikhail Bakhtin (1996), A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebela; e da autora Linda Hutcheon (1985-2000), respectivamente, Teoria e política da ironia. Além dessas obras, para abordarmos vida e obra de José Saramago, seu estilo de narrar, partiu-se da biografia escrita por João Marques Lopes (2010) denominada Saramago: Biografia, a obra As faces de Deus na obra de um ateu: José Saramago, escrita por Salma Ferraz (2012) e para finalizar o livro Conversas com Saramago: os livros, a escrita, a política, o país, a vida, do escritor José Carlos de Vasconcelos (2010) que traz um conjunto de entrevistas concedidas pelo autor durante sua vida, de 1989 a 2006.

Além disso, através de pesquisas feitas em bancos de dados como Google Acadêmico, Scielo e Banco de periódicos da Capes foi possível encontrar várias pesquisas acerca dos romances de José Saramago, em especial sobre Caim (2009). Os estudos sobre esse último romance publicado abordam as questões da sátira e do humor, juntamente com a questão da carnavalização. Alguns títulos são: O narrador errante e paródico em Caim, de José Saramago (2016), de Paula Karina Verago Petersen <sup>3</sup>e Paródia e dessacralização em o Evangelho segundo Jesus Cristo e Caim, de José Saramago (2020), de Gregório Foganholi Dantas e Jéssica Viana Barone. <sup>4</sup>

## UM JEITO SARAMAGUIANO DE NARRAR: A LINGUAGEM QUE SUBVERTE PADRÕES E ESTILOS

José Saramago, escritor português e ganhador do Prêmio Nobel de Literatura no ano de 1998, é conhecido mundialmente por suas obras literárias. O romancista nasceu no ano de 1922 na Província de Ribatejo, em Portugal. Teve diferentes trabalhos como serralheiro mecânico, funcionário público e tradutor. Seu início no mundo das letras ocorreu com a escrita da obra intitulada Terra do Pecado, no ano de 1947, porém, foi somente na década de 1970 que passou a dedicar-se inteiramente a literatura. Escreveu obras de cunho social, retratando momentos marcantes da história política de Portugal. Um exemplo disso, segundo Lopes (2010), é a obra As Opiniões que o DL teve (1974), onde Saramago retrata as condições que seu país se encontrava nos últimos anos do regime ditatorial.

As reverberações bíblicas na obra do escritor foram constantes, como afirma a autora Salma Ferraz (2012), datam desde a sua primeira publicação, inclusive, foi questionado por

<sup>3</sup> Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/878>. Acesso em 17/06/2023

<sup>4</sup> Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/13568> Acesso em 17/06/2023

suas produções abordarem temas considerados delicados como, por exemplo, o da religião. No ano de 2009, escreve a obra *Caim*, na qual dialoga, não somente com uma, mas com várias histórias escritas no Antigo Testamento, dando a elas tons irônicos, satíricos e humorísticos, características constantemente observadas em paródias que instauram a carnavalização de dogmas, fatos e sentidos. Como afirma Ferraz (2012, p.205), “se n’O Evangelho Segundo Jesus Cristo (1991), o autor mata Deus, em *Caim* (2009), ele vela o cadáver de Deus e depois crema suas cinzas”. Para ele, a composição de um romance é como o corpo humano, 70 e 30%. Ou seja, afirma que sua obra é 70% linguagem e os outros 30% o enredo, a história. Ele preocupa-se em, com pequenos detalhes, demonstrar seu tom de rebaixamento no romance.

Um exemplo seria a escrita dos nomes dos personagens e lugares bíblicos com letras minúsculas, transformando suas histórias em simples ficções, como se retirasse o sério, o formal e o poder que representam ao empregar letras minúsculas em seus nomes. Para muitos, um desacato às normas da língua padrão e ao sagrado religioso, para outros a liberdade de poder expressar-se, independente das normas e das instituições de poder. Essa aproximação da terra, esse destronamento através da escrita pode ser compreendida através do que o escritor Mikhail Bakhtin (1996), em sua teoria sobre o realismo grotesco, escreve. Para ele: “Rebaixar consiste em aproximar da terra, entrar em comunhão com a terra concebida como o princípio de absorção e, ao mesmo tempo, de nascimento: quando se degrada, amortalha-se e semeia-se simultaneamente, mata-se e dá-se a vida em seguida, mais e melhor” (BAKHTIN, 1996, p. 19). Sendo assim, é possível pensar que os propósitos do escritor estavam alinhados ao intuito de dessacralização do cânone, seja no que se refere à língua padrão ou ao que se refere ao texto bíblico. Para isso, utilizou de uma escrita inovadora e do uso de recursos estilísticos tais como humor, ironia, paródia e riso, o que nos leva a questionamentos como: de que forma o autor faz esse processo de carnavalização do texto bíblico? Além disso, a paródia dessas passagens bíblicas pode contribuir para a formação de um leitor mais crítico, capaz de questionar o que já foi dito anteriormente?

Mesmo Saramago, ao falar de sua obra no lançamento, já mencionado anteriormente, questiona a necessidade de considerar o assunto Deus e religião como assuntos sérios. Mas ele satiriza a criação do universo e, por Deus ser considerado eterno, Saramago pergunta se ele deveria existir antes mesmo dessa criação, e por isso observa: então ele simplesmente não fez nada até então? E depois do sexto dia, após o término dessa formação, ao sétimo dia, ele descansou e continua a descansar? E por isso quer ser



considerado dono de tudo? Ainda se pergunta se algum teólogo já sentou tomar um café com Deus para que ele contasse sobre o que fez e criou. Para Saramago, Deus não existe e a Bíblia foi escrita por alguém e a partir daquele momento considerada Sagrada, ou seja, intocada. Diante dessas questões, podemos observar que um dos propósitos do escritor é o de fazer pensar criticamente. Causar o questionamento/deslocamento de dogmas, cristalizações de pensamentos, certezas instauradas por discursos e narrativas fundadoras ou discursos de poder.

O termo carnavalização foi problematizado pelo escritor russo Mikhail Bakhtin, na obra intitulada *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1996). Para ele, festejos populares são manifestações da cultura de um povo, mas, no carnaval, essas representações ganham um caráter cômico. Nessa época do carnaval da Idade Média e do Renascimento as pessoas permitiam-se ser ou fazer coisas que estavam fora de padrões aceitos no âmbito formal, familiar, religioso e social/moral. A ideia era de que, durante esse período, poderiam rir e agir subvertendo leis regidas pela Igreja ou pelo Estado, tanto atores quanto espectadores, eles “[...] não assistem ao carnaval, ele vivem, uma vez que o carnaval pela sua própria natureza existe para todo o povo. Enquanto dura o carnaval, não se conhece outra vida [...] só se pode viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da liberdade” (BAKHTIN, 1996, p.6). Em suma, era um momento de fuga da vida cotidiana, daquilo que era sério, formal, restritivo e autoritário. Fazia-se humor com momentos das próprias vivências, diferentemente do humor contemporâneo, onde o autor se coloca fora de sua sátira, no humor popular daquele período o humorista fazia parte da mesma, riam das próprias situações.

Como resultado dessas rupturas de paradigmas que aconteciam na época do carnaval, diferentes formas de comunicação eram estabelecidas. No âmbito literário, a literatura cômica medieval foi se desenvolvendo, segundo Bakhtin (1996), inúmeras obras de cunho religioso foram reescritas de forma paródica: “Eram os ecos do riso dos carnavais públicos que repercutiam dentro dos muros dos mosteiros, universidade e colégios” (BAKHTIN, 1996, p. 13). Acontecendo assim o rebaixamento, transferindo tudo que era considerado elevado para um plano material. Carnavalizar alude a outros recursos estilísticos utilizados, como parodiar, ironizar e satirizar.

Em sua obra *História do Riso e do Escárnio* (2003), o escritor francês Georges Minois aborda a história do humor durante os séculos. Para ele, histórias escritas durante o século XX são prova de que a sociedade precisa do humor para continuar vivendo, pois, mesmo

passando de guerra o povo fazia graça com isso: “O século XX provou: é possível rir de tudo, e, de certa forma, isso é bom. Duas guerras mundiais não aniquilaram o senso do cômico” (MINOIS, 2003, p. 554). Como afirma Minois (2003), ironizar não é zombar, pois, a ironia é um retrato do mundo em que vivemos. Ela traz no mínimo um duplo sentido, visto que ao mesmo tempo em que é sensível, nos faz pensar de forma profunda sobre o texto parodiado.

Sobre a ironia, Linda Hutcheon, em sua obra *Teoria e Política da Ironia* (2000), aponta que dentro do jogo da ironia existem dois participantes, o ironista e o interpretador. Tão importante quanto quem produz a ironia é aquele que alcança e a compreende, pois, a ele cabe o papel de interpretá-la e atribuir a ela o tom irônico, que é particular, pois, a forma que um sujeito interpreta algo pode ser diferente da forma que o outro irá interpretá-la. Tudo depende do contexto em que cada um está inserido: “[...] não há garantias de que o interpretador vá “pegar” a ironia da mesma maneira como foi intencionada” (HUTCHEON, 2000, p. 28). Sendo assim, caberá ao leitor saber sobre a história parodiada, ao menos de forma superficial, para poder dar a ela o tom irônico desejado.

Quando mencionamos que José Saramago carnavaliza os testamentos bíblicos, nos referimos a ele ter utilizado de uma das obras mais traduzidas no mundo todo, a Bíblia Sagrada, e parodiar as histórias presentes nela, adicionando a elas tons irônicos e satíricos, causando assim o destronamento das mesmas. Uma das narrativas reescritas por ele e que traz um final singular e inusitado é *A Arca de Noé*. O escritor português enriquece seu texto de detalhes e diálogos diretos entre os personagens, trazendo palavras e expressões carregadas de sentidos próprios, muitas vezes fazendo com que aqueles diálogos aproximem-se com o mundo atual, insinuando outros sentidos e percepções para episódios clássicos da Bíblia.

## **UM NOVO OLHAR AO SAGRADO: RESSIGNIFICAÇÕES A PARTIR DA NARRATIVA A ARCA DE NOÉ**

Em Caim (2009), Saramago parodia algumas histórias bíblicas do Antigo e do Novo Testamento. O romance inicia com a expulsão de Adão e Eva do paraíso, dando início às suas vidas fora do Jardim do Éden. Após a expulsão tiveram dois filhos, Caim e Abel. Como o próprio título da obra já sugere, o protagonista dessa história é o primogênito. No texto bíblico, Caim assassina o seu irmão. Na ocasião os irmãos fizeram oferendas a Deus, Caim levou frutos do solo, e Abel levou as primícias e a gordura de seu rebanho, mas as oferendas

de seu irmão agradaram mais a Deus. Assim, dominado pela raiva, armou uma emboscada para Abel, matando-o.

Após o homicídio, Caim segue à terra de Nod, ao lado leste do Éden. Essa palavra deriva do radical hebraico que significa vagar, ou seja, Caim viveu vagando. Até essa parte da narrativa, o romance de Saramago não muda muito a história bíblica, o contexto é semelhante, mas a forma de narrar é diferente. O tom irônico e dialógico prevalece, como podemos observar nesse trecho:

[...] Antes de prosseguirmos com esta instrutiva e definitiva história de caim a que, com nunca visto atrevimento, metemos ombros, talvez seja aconselhável, para que o leitor não se veja confundido por segunda vez com anacrônicos pesos e medida, introduzir algum critério na cronologia dos acontecimento (SARAMAGO, 2009, p.13)

A ironia é produzida pelo narrador através do tom utilizado na sua escrita, mantendo conversa direta com o leitor, como afirma Salma Ferraz em *As faces de Deus* na obra de um ateu (2012), pois “[...] a ironia do narrador em Caim vai marcar este romance: Deus se esquece da língua e também de colocar umbigo no casal, portanto, cria uma obra imperfeita (...)” (FERRAZ, 2012, p.208), é nesses detalhes que uma crítica a Deus é construída na obra. Ainda podemos observar que ao dizer “para que o leitor não se veja confundido por segunda vez” insinua que no texto bíblico há subterfúgios que escondem algo propositadamente sobre os fatos.

Caim retorna diversas vezes a Terra de Nod, onde conhece Lilith e com ela tem encontros tórridos, posteriormente eles têm um filho, Henoc. Saramago (2009) descreve seu protagonista que viaja no tempo e no espaço, passando por diversas histórias bíblicas, como a de Abraão, de Josué, da Torre de Babel, de Sodoma e Gomorra, Moisés e a Arca de Noé. É importante salientar que, essas narrativas são parodiadas dentro do romance, reinterpretadas a partir do novo tom que é dado pelo narrador, fazendo o constante questionamento das compreensões apresentadas pela igreja, ao longo dos séculos.

No presente artigo, nos atentaremos, como já dito anteriormente, em fazer uma comparação do texto bíblico da Arca de Noé, que é uma das mais conhecidas do Antigo Testamento, ela está presente no Livro de Gênesis, entre os capítulos 6 e 9, com a reinterpretação feita pelo escritor português. No início da sua narrativa, a Bíblia nos contextualiza sobre o que estava acontecendo. Javé estava descontente com os humanos que habitavam a Terra. Eles começaram a se procriar entre parentes e irmãos, assim, o projeto original de Deus estava saindo do controle, quando ele decide então exterminar da

terra tudo que ele criou desde os homens aos animais, pois havia se arrependido da forma que os criou. Javé então encarregou Noé de uma missão.

O texto bíblico apresenta lacunas entre os acontecimentos narrados, talvez essa constatação tenha provocado questionamentos no escritor José Saramago. A falta de relações diretas e claras entre diversos fatos e situações apresentados nas narrativas bíblicas pode ter instigado o romancista, fazendo com que ele instaurasse diálogos entre o texto sagrado mostrando uma nova leitura para eles.

Na Bíblia, temos o início da descrição de quem era Noé. Ele, um homem íntegro, tinha três filhos, Sem, Cam e Jafé. Certo dia, Javé chegou a Noé e contou a ele que a terra estava corrompida pelo pecado, as pessoas não estavam agindo mais da maneira com que ele havia proposto no início da criação do universo, por isso, a Noé fora destinada a missão de construir uma arca (Deus descreveu a ele os detalhes do tamanho dela). Ao término de sua construção, Noé deveria pegar toda sua família e um casal de todas as espécies de animais que habitavam a terra para levar a Arca. Após o dilúvio, longos dias se passaram na Arca, até que as águas baixaram e assim Noé pôde sair com a sua família. Ele foi abençoado por Deus e a Terra foi povoada novamente.

Em Caim (2009), após vagar pelo espaço e tempo, presenciar e fazer parte de momentos bíblicos mencionados anteriormente, Caim, após novamente mais uma mudança abrupta de localidade, se depara com uma grande construção de madeira, parecida com um barco. Estranhou, pois, perto dali não havia nenhum rio. Tentou conversar com as pessoas, mas foi pedido que se retirasse. De repente com um estrondo do céu Deus aparece, aparentemente para vistoriar o trabalho de Noé e sua família. Mostrou-se surpreso com a presença de Caim por ali, e ambos começam um longo diálogo no qual Caim questiona todas as atrocidades feitas por Deus, presenciadas por ele. Por outro lado, Deus mostra-se orgulhoso delas e afirma a sua autoridade sobre todos que vivem na Terra:

Que fazes por aqui, nunca mais te vi desde o dia em que mataste o teu irmão, Enganas-te, senhor, vimo-nos, embora não me tenhas reconhecido, em casa de abraão, nas azinheiras de mambré, quando ias destruir sodoma, Foi um bom trabalho, esse, limpo e eficaz, sobretudo definitivo [...] Dobrou-se à minha autoridade, reconheceu que o meu poder é absoluto, ilimitado, que não tenho que dar contas senão a mim mesmo nem deter-me por considerações de ordem pessoal (SARAMAGO, 2009, p. 148)

Na sequência, Noé e sua família ficam boquiabertos com o diálogo de ambos, pois se mostraram velhos conhecidos. Ainda Caim, aos questionar suas idas e vindas pelo mundo é

surpreendido quando Deus admite a possibilidade da existência de alguma outra força, diferente e tão poderosa quanto ele no universo. Após os debates e diálogos, Deus o obriga a ficar ali com Noé, ajudando-o na construção da Arca. Mas Caim, como quem faz uso de lógica, questiona as dimensões daquele grande barco:

Com estas dimensões e a carga que ira levar dentro, a arca não poderá flutuar, quando o vale começar a ser inundado não haverá impulso de água capaz de levantar do chão [...] talvez não saibas que os barcos flutuam porque todo o coro submergido num fluido experimenta um impulso vertical e para cima igual ao peso do volume do fluido desalojado, é o principio de arquimedes (SARAMAGO, 2009, p. 152).

Neste excerto podemos observar a tentativa do escritor em demonstrar as discordâncias das narrativas bíblicas com a realidade, pois, em termos matemáticos seria praticamente impossível que a arca flutuasse, assim como seu tamanho, o espaço dela não seria suficiente para alojar tudo que Deus queria, que era um casal de cada espécie de animal, aves e répteis.

Assim como afirma Salma Ferraz (2012), essa dúvida apresentada pelo narrador também pode surgir no leitor, assim promove o questionamento das crenças absolutas, instaura novos sentidos a compreensões cristalizadas pela igreja ao longo dos séculos. Notamos que essa postura de Saramago apresenta um propósito de destronamento do sagrado, portanto, carnavalizador. Assim, suscita o riso reflexivo, aquele que decorre da ambiguidade das relações e sentidos entre o sagrado e o profano, haja vista que o mesmo surge toda vez que há a quebra de paradigmas e dogmas. Segundo Fourastié (1985) essa ruptura é causada pelo riso que vai além do ato de causar o riso mecânico, pois, nesse caso ele não nos faz rir apenas de modo concreto, mas ele pode transformar um “[...] ouvinte frio em um receptor caloroso”. (FOURASTIÉ, 1985, p.37), ou seja, o leitor passa a ser ativo dentro da narrativa, pois esse riso causa uma ruptura do que é considerado comum, cabe ao leitor fazer um esforço pessoal para resolver e interpretar o que foi dito.

O narrador revela que Deus ficou um pouco impaciente com a espera da construção da barca, a família de Noé já estava aparentemente exausta, por isso enviou seus arcanjos para os ajudarem. Esses eram realmente muito fortes, não usavam martelos para pregar e sim seus próprios punhos para fixar os pregos nas madeiras, conseguiam carregar as tábuas de cento e cinquenta metros embaixo de seus braços. Novamente o tom questionador da obra, voltado a surpreendente força dos anjos. Durante esse período o senhor havia aparecido somente uma vez para ver com Noé como estava a construção. Caim nesse tempo

fez amizade com os anjos. Com eles mantinha longos diálogos sobre a existência da vida humana, da sua importância e da forma com que Deus governava os céus e a terra.

Ao iniciarmos o capítulo treze, último e decisivo da narrativa saramaguiana, nos é informado que Deus não veio à despedida, ele estava muito preocupado: “[...] com a revisão do sistema hidráulico, verificando o estado das válvulas, apertando alguma porca mal ajustada [...] A festa para outros, para ele o labor” (SARAMAGO, 2009, p. 161).

Os anjos estavam a postos a espera da ordem celestial para que levassem a arca para o mar. Num instante a ergueram e estavam a levá-la. Noé e a família olhavam pela janela durante a viagem. Após um tempo chegaram à praia, a barca pousou dando origem a um grande tsunami que de imediato devastou as casas e os barcos à beira mar. Para comemorarem o êxito do início da arca, como era de costume, sacrificaram um cordeiro em nome do Senhor. Os anjos operários não fizeram parte do festejo, assim que a arca começou a funcionar, retornaram aos céus.

Após a partida da Arca, temos a descrição de inúmeros dias de chuva, há a contagem de longos dias, cento e cinquenta. Durante esse período, Caim deu início ao seu plano. Fora dormindo com as mulheres da arca e eliminando os presentes:

Não faltará quem pense que o malicioso caim anda a divertir-se com a situação, jogando ao gato e ao rato com os seus inocentes companheiros de navegação, aos quais, como o leitor já terá suspeitado, tem vindo a eliminar um a um [...] e estas suas vítimas de agora não são mais, como já Abel o tinha sido no passado, que outras tantas tentativas para matar Deus (SARAMAGO, 2009, p. 169).

Caim, por todo o tempo, foi o assassino da arca de Noé. Pode-se afirmar que faz isso com a intenção de causar ira no Senhor, talvez chamar a sua atenção arruinando os planos dele. Até que sobrou somente Noé na arca. Esse desesperou-se, pois, os planos do Senhor não estavam acontecendo como o previsto. Caim então o chamou, Noé percebeu seu tom de voz e disse:

Foste tu, disse, Sim, fui eu, respondeu Caim, mas em ti não te tocarei, morrerás pelas tuas próprias mãos, E Deus, que dirá Deus, perguntou Noé, Vai tranquilo, de Deus encarrego-me eu. Noé deu a meia dúzia de passos eu o separava da borda e, sem uma palavra, deixou-se cair (SARAMAGO, 2009, p. 171).

Agora na barca havia somente Caim de ser humano, o plano de Deus estava arruinado, a Terra não seria mais povoada. Por outro lado o de Caim havia dado certo,

aproveitou da ausência de Deus, que já era de costume acontecer, assim como aconteceu no Jardim do éden, e acabou com os planos do Senhor.

No dia seguinte a barca encontrou terra firme. Deus apareceu e falou a Noé: “[...] sai da arca com a tua mulher e os teus filhos e as mulheres dos teus filhos, retira também da arca os animais de toda a espécie que estão contigo [...] a fim de que se espalhem pelo mundo e por toda a parte e se multipliquem” (SARAMAGO, 2009, p. 171), assim então saíram os animais, desde os maiores até os menores. Deus estranhou que Noé e os demais seres humanos não saíram e o chamou novamente, porém apareceu somente Caim, os dois cravam o diálogo final do romance, o castigo de Deus:

Onde estão noé e os seus, perguntou o senhor, Por aí, mortos, porquê, Menos noé, que se afogou por sua livre vontade, aos outros matei-os eu, Como te atreveste, assassino, a contrariar o meu projecto, é assim que me agradeces ter-te poupado a vida quando mataste abel, perguntou o senhor, Teria de chegar o dia em que alguém te colocaria perante a tua verdadeira face, Então a nova humanidade que eu tinha anunciado, Houve uma, não haverá outra e ninguém dará pela falta, Caim és, e malvado, infame matador do teu próprio irmão, Não tão malvado e infame como tu, lembra-te das crianças de Sodoma. Houve um grande silencio. Depois caim disse, Agora já pode matar-me, Não posso, palavra de deus não volta atrás, morrerás da tua natural morte na terra abandonada e as aves de rapina virão devorar-te a carne, Sim, depois de tu primeiro me haveres devorado o espírito. A resposta de deus não chegou a ser ouvida, também a fala seguinte de caim se perdeu, o mais natural é que tenham argumentado um contra o outro uma vez e muitas, a única coisa que se sabe de ciência certa é que continuaram a discutir e que a discutir estão ainda. A história acabou, não haverá nada mais que contar (SARAMAGO, 2009, p.172).

O final da história foi definido por Caim, que, sem nada a perder, acaba com os planos de Deus, vingou-se em nome dele e em nome de todas as mortes que ele presenciou. Todas elas aconteceriam após a povoação da terra pela família de Noé. Abraão é descendente de Sem, por isso, ao acabar com ele Caim certifica-se que tudo o que o mesmo faria em nome do Senhor não será mais feito. Deus paga na mesma moeda.

A autora Ferraz (2012) nos faz pensar que, não contente após escrever o Evangelho Segundo Jesus Cristo (1991), Saramago precisava pensar sobre as raízes de tragédias descritas na bíblia, sendo assim, impossibilitando a povoação da terra ele termina de vez com a possibilidade da existência de religiões como o Judaísmo e o Cristianismo, não havendo assim profetas e nem messias. Ele passa a ser o salvador: “Caim é o redentor do Salvador, ele, de assassino, transforma-se no messias! Graças a Caim, Jesus não terá que ir para a cruz” (FERRAZ, 2012, p. 228).

A ironia do texto está presente em todos os sentidos, podemos analisar o texto na definição de Duarte (2006):

[...] a ironia não é apenas uma questão de vocabulário: não se resume a uma inversão de sentido de palavras, mas implica também atitudes ou pensamentos, dependendo a sua compreensão de o receptor perceber que as palavras não tem sentido fixo e único, mas podem variar conforme o contexto [...] São testadas assim a atenção e a capacidade de percepção dos interlocutores envolvidos em disputas e jogos de enganos intradieéticos (DUARTE, 2006, p.22).

Ou seja, nas passagens escolhidas por Saramago para fazer esse jogo entre uma narrativa e outra ele não fez a mudança somente de vocabulário, mas inverteu, acrescentou e mudou diversos momentos da Bíblia. Muitas de suas mudanças parecem ser mais lógicas que a própria narrativa bíblica como, por exemplo, quando os anjos vão ajudar a família de Noé na construção da arca, era praticamente impossível que a família sozinha conseguiria construir a barca no tempo previsto. A crítica trazida pelo romancista, além de ser sobre Deus e sua soberania, também se volta para as lacunas deixadas nos testamentos, algumas vezes inexplicáveis. Promove a ressignificação, elaboração de novos sentidos, instaura a dúvida e faz alusão a ambiguidade dos discursos. Ao final, quando Caim fica responsável por exterminar os planos de Deus e colocar em prática o seu, ele tira a autoridade divina das mãos do criador, considerado absoluto e intocável. Ao fazer isso ele causa certo desencantamento da figura divina em quem o lê. Minois (2003) analisa e explica o procedimento discursivo e estético acerca das paródias bíblicas: “[...] a religião é o alvo favorito; zomba-se dela, mas amigavelmente. O humor é um procedimento de dessacralização, de desencantamento parodístico: ele implica a dúvida, o ceticismo e a precariedade [...]” (MINOIS, 2003, p. 565).

Ao analisar construções paródicas, portanto dialógicas, que destronam e carnalizam o texto base, entendemos o que nos diz Jean Fourastié, em seu texto Reflexão sobre o Riso (1985), pois, para ele, as paródias causam desencantamento em que as lê, ou seja, o riso causa uma espécie de ruptura, tanto no leitor quanto no escritor, estabelecendo um incidente, um “[...] mini conflito de censo e contra-censo” (FOURASTIÉ, 1985, p.37). Aquele que ri coloca-se a disposição de romper com a sua ideia anterior sobre o assunto, antes de ser questionada ela é considerada normalidade, uma verdade ou uma certeza, após ser questionada, ela passa a ser vulnerável a outras compreensões.

O diálogo paródico causa o deslocamento do texto inicial, no caso as narrativas bíblicas, pois, como afirma Linda Hutcheon em Uma teoria da Paródia (1985), “a paródia é,



noutra formulação, repetição com distância crítica, que marca a diferença ao invés da semelhança”, além disso, “[...] Com efeito, o que é notável na paródia moderna é o seu âmbito intencional do irônico e jocoso ao desdenhoso ridicularizador” (HUTCHEON, 1985, p.17), nesse sentido, muitas paródias utilizam da ironia com o intuito de dar ênfase, mesmo usando o texto base como pano de fundo, nas diferenças entre eles.

As reflexões que decorrem da paródia carnavalesca de Saramago permitem analisar que o riso instaurado pela compreensão das tensões entre o texto fonte (sagrado) e o texto literário atual (profano) fazem com que muitas questões anteriormente sem resposta possam fazer sentido para o leitor. A autora Verena Alberti (2011) traz a concepção do alemão Joachim Ritter (1940) a respeito do que o riso causa ao seu leitor. Segundo ela: “[...] o riso está diretamente ligado aos caminhos seguidos pelo homem para encontrar e explicar o mundo: ele tem a faculdade de nos fazer reconhecer, ver e apreender a realidade que a razão séria não atinge” (ALBERTI, 2011, p.12). Sendo assim, o riso busca preencher lacunas anteriormente deixadas, nesse caso através de paródias, como a obra de Saramago.

Contudo, no caso das paródias ou sátiras, para que o humor apareça no momento da leitura, é preciso que o leitor consiga perceber essa ruptura, para isso, ele necessita considerar determinado assunto como pré-estabelecido, algo já dito dentro de certo contexto. Por essa razão, podemos entender que o texto bíblico representa para a sociedade, no âmbito de religiões, principalmente, uma verdade sagrada, algo aceito, pré-determinando como instituição de poder. Sendo assim, as escrituras são: “um discurso ou um acontecimento, uma ação “determinada”, são aqueles cujos elementos, cujas palavras, imagens ou frases, ou seja cujo desenvolvimento, são previsíveis, correspondem a uma certa lógica [...]” (FOURASTIÉ, 1985, p.39). Saramago (2009), ao parodiar as narrativas bíblicas, provoca essa quebra de paradigmas com as histórias que foram escritas a mais de dois mil anos. Sua paródia causa a profanação do sagrado, por meio da imprevisibilidade, destoando da lógica estabelecida. O narrador e o autor travam com as escrituras um diálogo perpassado de outros interesses, atravessado de novos sentidos e imbuído de propósitos ideológicos. Temos desse modo, uma obra subversiva aos padrões, irreverente aos dogmas e discursos que ostentam poder. Por meio da linguagem e seus recurso estilísticos, Saramago instaura novos sentidos com relação ao texto fonte, carnavalesca e gera destronamento, gera diálogos antes impensados, suscita reflexões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permitiu analisar como o mecanismo de carnavalização foi utilizado por José Saramago, mais especificamente no diálogo paródico com o episódio bíblico da Arca de Noé. O romancista utiliza o humor, a sátira e a ironia como pano de fundo no seu processo de dessacralização do cânone. Dessacralizar, segundo Bakhtin (1996), nesse caso constitui-se como um ato de rebaixar, saindo do campo do divino e trazendo mais próximo à terra, instaurando diálogos profanos a partir dos textos sagrados. Para que a carnavalização seja notada, o leitor deve ser ativo, fazer parte desse processo, pois, na hora de interpretá-la e perceber o tom satírico, ele torna-se capaz de levantar questionamentos acerca do que foi carnavalizado, refletindo sobre a possibilidade da existência de outras interpretações para o texto bíblico, muitas vezes considerado irrefutável.

Assim como afirma Linda Hutcheon (1985), esses recursos estilísticos da linguagem artisticamente trabalhada caminham lado a lado com o leitor e suas memórias, pois ele só será capaz de questioná-las se as conhecer e, ao fazer a leitura, recuperar o que já é familiarizado e formar um pensamento crítico, fazendo assim uma inversão irônica, dando ênfase não nas semelhanças e sim nas diferenças entre elas. Como ela diz: “Ironia e paródia tornam-se os meios mais importantes de criar novos níveis de sentido – e ilusão” (HUTCHEON, 1985, p.46). Portanto, a partir desses mecanismos de linguagem o leitor poderá refletir sobre a história anteriormente contada, séria, dogmática e sagrada e abrir-se a possibilidades de existência de outras versões/compreensões para a mesma narrativa.

Ao fazer uso dos textos bíblicos e, a partir de seus propósitos, empregar recursos como ironia, humor, paródia e o riso carnavalizado, Saramago promove o rebaixamento desses textos, ou seja, os traz mais próximo do leitor. Em Caim (2009), ele nos faz o convite para que, com base nos nossos conhecimentos pré-existentes sobre os Testamentos, os (re)interpretemos e, a partir desses mecanismos de linguagem, possamos refletir sobre a história anteriormente contada, séria, dogmática e sagrada e vislumbrar outras compreensões possíveis a partir daquela narrativa. Nesse caso, paródia e ironia são recursos geradores de novos sentidos, não só sobre o que está dito nas escrituras ou sobre elas, mas conduzindo a pensar em tudo que é autoritário e que mantém a aura do poder. Sendo assim, o riso que carnavaliza também liberta do sério, destrona e materializa.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Jorge Zahar Editor; Editora Fundação Getúlio Vargas.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. De Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

FERRAZ, Salma. *As faces de Deus na obra de um ateu: José Saramago*. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2012.

FOURASTIÉ, Jean. *Reflexões sobre o Riso*. In: Revista Diógenes. Trad. Ana Maria Falcão. Editora da Universidade de Brasília, 1985.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad. de Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. *Uma Teoria da Paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Trad. Tereza Louro Pérez. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70, 1985.

LOPES, João Marques. *Saramago: Biografia*. São Paulo: Leya, 2010.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: UNESP, 2003.

SARAMAGO, José. *Caím*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

VASCONCELOS, José Carlos de. *Conversas com Saramago: os livros, a escrita, a política, o país, a vida*. Lisboa: JL - Jornal de Letras Artes e Ideias, D.L. 2010.

CASA DE AMÉRICA. *José Saramago apresenta Caín*. Youtube, 02 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CB7c37deigA>. Acesso em: 28 de junho de 2023.

Recebido em 05 de junho de 2023

Aprovado em 21 de junho de 2023.





## ANSIEDADE EM TRABALHADORES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30964

Adriana Aguiar Fernandes de Lima<sup>1</sup>  
João Euclides Fernandes Braga<sup>2</sup>  
Alan Leite Moreira<sup>3</sup>  
Flávia Maiele Pedroza Trajano<sup>4</sup>  
Luana Rodrigues de Almeida<sup>5</sup>

**RESUMO:** Objetivou-se avaliar os níveis de ansiedade dos trabalhadores da Atenção Primária à Saúde do município de Santa Cecília – Paraíba. Condições de trabalho desfavoráveis e estresse vivenciados no enfrentamento ao Coronavírus Disease 2019 (COVID – 19) provocaram alterações nos níveis de ansiedade entre os trabalhadores de saúde. Trata-se de um estudo transversal, censitário, de caráter exploratório-descritivo, de abordagem quantitativa, composto pelos 53 trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. O tratamento dos dados da pesquisa envolveu a sua devida tabulação, consolidação e organização em planilhas do programa Software Excel 2007. As variáveis foram mensuradas nos níveis das escalas nominal, ordinal e intervalar. A construção de tabelas de frequências simples e medidas descritivas possibilitou a análise estatística inferencial multivariada, com uso do software R-Studio. Observou-se que dos 53 trabalhadores da saúde, 45 (84,9%) destes trabalhadores são do sexo feminino e o sintoma mais expressivo de ansiedade foi o cansaço, apontado por 47 (88,7%) destes profissionais. Além disso, 21 (39,6%) dos participantes apontaram a

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: adrianaguiaarpsique@gmail.com

<sup>2</sup> Enfermeiro. Professor Doutor do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: joao.braga@academico.ufpb.br

<sup>3</sup> Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Professor de Química da Rede Estadual de Ensino da Paraíba. Doutorando em Sociedade, Tecnologias e Políticas pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT-AL). E-mail: alanpb@gmail.com

<sup>4</sup> Enfermeira. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Modelos e Decisão em Saúde da UFPB. E-mail: flaviamaele@hotmail.com

<sup>5</sup> Enfermeira. Professora Doutora do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: adrianaguiaarpsique@gmail.com

demanda excessiva como o fator de maior relevância para o aparecimento de ansiedade. Ao se analisar o nível de ansiedade – traço, observou-se que 38 (72%) dos trabalhadores apresentaram alta ansiedade e, em relação à ansiedade – estado, verificou-se que 40 (76%) apresentaram alta ansiedade. Portanto, evidenciou-se manifestações expressivas de sintomas de ansiedade devido aos fatores desencadeadores e a predominância do alto nível de ansiedade – traço e de ansiedade – estado, entre a população estudada durante o período pandêmico causado pelo coronavírus SARS-CoV-2.

**Palavras-chave:** Ansiedade; Atenção Primária à Saúde; COVID-19; Trabalhadores da Saúde.

## ANXIETY IN PRIMARY HEALTH CARE WORKERS IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC

**ABSTRACT:** Unfavorable working conditions and stress experienced in coping with the Coronavirus Disease 2019 (COVID - 19) caused changes in anxiety levels among health workers. The objective was to evaluate the levels of anxiety of Primary Health Care workers in the municipality of Santa Cecília - Paraíba. For this, a cross-sectional, census, exploratory-descriptive study with a quantitative approach was carried out, comprising 53 Primary Health Care workers. The treatment of research data involved their proper tabulation, consolidation and organization in Excel 2007 Software spreadsheets. The variables were measured at the levels of the nominal, ordinal and interval scales. The construction of simple frequency tables and descriptive measures allowed the multivariate inferential statistical analysis, using the R-Studio software. It was observed that of the 53 health workers, 45 (84.9%) of these workers are female and the most expressive symptom of anxiety was tiredness, mentioned by 47 (88.7%) of these professionals. In addition, 21 (39.6%) of the participants pointed to excessive demand as the most relevant factor for the appearance of anxiety. When analyzing the level of anxiety – trait, it was observed that 38 (72%) of the workers had high anxiety and, in relation to anxiety – state, it was found that 40 (76%) had high anxiety. Therefore, expressive manifestations of anxiety symptoms were evidenced due to the triggering factors and the predominance of high levels of anxiety – trait and anxiety – state, among the studied population during the pandemic period caused by the SARS-CoV-2 coronavirus.

**Keywords:** Anxiety; Primary Health Care; COVID-19; Health Workers.

### INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença provocada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), causada pelo coronavírus SARS-CoV2, com espectro clínico variando de casos assintomáticos à graves (BRASIL, 2020). Seu primeiro caso foi registrado na China em dezembro de 2019 e, rapidamente, se espalhou por todos os países do mundo. Na América do Sul, o primeiro caso ocorreu no Brasil, registrado pelo Ministério da Saúde em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo (MARTINS *et al.*, 2020). Em março de 2020 o Ministério da Saúde declarou transmissão comunitária do novo coronavírus em todo território nacional (THEY, 2020).

Inicialmente a COVID-19 alastrou-se nas grandes metrópoles do país e, posteriormente, seguiu para o interior (AMARAL *et al.*, 2020).

Desta maneira, todos os níveis de atenção à saúde priorizaram suas principais ações ao combate à infecção da COVID-19, o que inclui a Atenção Primária à Saúde (APS) (BRASIL, 2020). Este nível de atenção à saúde é compreendido como a porta de entrada dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo por responsabilidade ofertar cuidados necessários de problemas de saúde à população, incluindo as atividades de promoção, prevenção e de caráter curativo à saúde. A APS apresenta uma assistência à saúde mais acessível a todos os indivíduos e que atua diretamente no enfrentamento das endemias e pandemias (WENCESLAU; ORTEGA, 2015).

Entretanto, mesmo a APS sendo o nível da saúde frequentemente com maior notificação de casos suspeitos, confirmados e de atendimento aos indivíduos com COVID-19, enfrentou-se uma série de desafios no início da pandemia, tais como a fragilidade na estrutura da assistência e as condições precárias de trabalho (CIRINO *et al.*, 2021).

Os trabalhadores da saúde, incluindo aqueles que atuam na APS, desde o início da pandemia, atuaram no enfrentamento direto da COVID-19. Diariamente, passaram por diversas dificuldades, sendo mais crítico no primeiro ano, devido às instáveis condições laborais, infraestrutura inadequada e escassez de equipamentos de biossegurança, além de todos os riscos que os cercaram (BEZERRA *et al.*, 2020).

Os trabalhadores de saúde atuantes no combate à COVID-19 podem desenvolver altos níveis de ansiedade, caracterizada por uma preocupação excessiva, persistente, com sentimento de medo e apreensão, advindos da antecipação do perigo de algo desconhecido ou estranho. Estas condições podem se tornar patológicas e causar um transtorno psiquiátrico, que é acompanhado de diversos sintomas físicos, tais como: taquicardia, insônia, sudoreses, dificuldade de concentração, dificuldade de relaxar, fadiga, dores musculares e ânsia de vômito. Esse quadro compromete o comportamento psicossocial do indivíduo e afeta o convívio familiar, interações sociais e a atividade laboral ou ocupacional (DAL'BOSCO *et al.*, 2020).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), os transtornos de ansiedade incluem características de ansiedade e medo em excesso. O medo é a resposta emocional a um evento real ou percebido, já a ansiedade se caracteriza pela antecipação do mesmo, no qual os fatores desencadeantes da ansiedade podem ser múltiplos, estando relacionados às

condições sociais, familiares, financeiras, interpessoais e profissionais (FERNANDES *et al.*, 2018).

Apoiando-se na atual conjuntura, que aponta a vulnerabilidade da saúde mental dos profissionais de saúde, este estudo torna-se indispensável para orientar a tomada de decisão da gestão pública para a formulação de novas políticas, práticas e condutas com relação a saúde mental destes profissionais.

Dessa forma, este estudo objetivou avaliar os níveis de ansiedade dos trabalhadores da APS do município de Santa Cecília, estado da Paraíba, Brasil, que atuaram no enfrentamento da pandemia COVID-19.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, de caráter exploratório-descritivo de abordagem quantitativa, que investigou o estado de ansiedade dos profissionais da APS que atuaram no combate à COVID-19, avaliou e categorizou a ansiedade apresentada pelos sujeitos da investigação.

A pesquisa foi realizada no município de Santa Cecília, no estado da Paraíba, nas três Estratégias Saúde da Família (ESF) das três Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), entre os meses de maio a junho de 2022.

Ressalta-se que o município de Santa Cecília – PB, no momento da realização da pesquisa, não contava com assistência hospitalar e nem com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) local. Logo, as demandas assistenciais mais complexas eram referenciadas para outros municípios mais próximos, ficando apenas a APS como o único serviço assistencial de referência localizado nesta cidade.

A população do estudo foi composta por todos os trabalhadores da APS do município de Santa Cecília – PB. Trata-se de um estudo censitário constituído por 53 trabalhadores da saúde de profissões distintas: 03 médicos, 07 enfermeiros, 03 odontólogos, 01 farmacêutico, 01 fisioterapeuta, 01 nutricionista, 06 técnicos em saúde bucal, 04 atendentes de recepção, 17 agentes comunitários de saúde e 07 auxiliares de serviços gerais.

Participaram do estudo os sujeitos integrantes da população que atenderam os seguintes critérios: trabalhadores de saúde vinculados às três ESF do município de Santa Cecília- PB e trabalhadores da saúde que integram a equipe de cuidados diretos e indiretos a pacientes com diagnóstico de COVID-19.

Foram excluídos da pesquisa os trabalhadores da APS que estavam afastados das suas atividades laborais durante o período da coleta de dados ou apresentaram quadros severos de transtorno mental autodeclarado ou diagnosticado por um médico psiquiatra ou com diagnóstico médico comprovado.

Para a coleta dos dados empíricos foi utilizado um questionário semiestruturado contendo de 16 questões para a caracterização dos sujeitos e a avaliação dos sintomas que expressam a manifestação da ansiedade, possibilitando ao participante da pesquisa comunicar a ansiedade vivenciada, seus fatores de desencadeamento e de intensificação a ela relacionada.

Para identificação do nível de ansiedade apresentado pelos participantes da investigação foram utilizadas escalas de autopreenchimento, que permitiram ao participante do estudo expressar aspectos e sentimentos que refletissem a presença da ansiedade e ao pesquisador avaliar o nível de ansiedade apresentado. Foi utilizado o Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), constituído por duas subescalas (IDATE-T e IDATE-E).

Sobre o Inventário de Ansiedade Traço - Estado (IDATE) (SPIELBERGER; GORSUCH; LUSHENE, 1970) tem-se que é um instrumento traduzido e validado para a língua portuguesa (BIAGGIO; NATALICIO, 1979). É composto por dois questionários de autoavaliação: o IDATE-Traço (IDATE - T) que define o traço de ansiedade do indivíduo, diferenciando a tendência de reagir a situações identificadas como ameaçadoras e o IDATE - Estado (IDATE - E) que identifica o estado de ansiedade frente a uma situação considerada ansiosa ou de angústia. Cada um deles apresenta 20 perguntas, com quatro graus de intensidade possíveis de resposta, que variam de 1 a 4, onde os escores somados por cada voluntário oscilam entre 20 e 80 pontos. Faz-se importante ressaltar que os indivíduos que apresentaram escores abaixo de 40 pontos foram alocados no grupo considerado de baixa ansiedade (BA) e os que obtiveram escores acima de 40 foram alocados ao grupo alta ansiedade (AA). (ALMEIDA; BEHLAU; LEITE, 2011).

Após a anuência concedida pela Secretaria Municipal de Saúde, o projeto desta pesquisa foi encaminhado para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Quando deferida a aprovação e autorização pelo CEP/CCS/UFPB - Número do Parecer: 5.375.771 para a realização da pesquisa, seguindo as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, contida na Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde



(CNS), realizou-se um levantamento ao banco de dados para a obtenção do quantitativo de trabalhadores da saúde.

Em seguida, foi estabelecido um contato preliminar com estes trabalhadores para convidá-los a participarem do estudo, bem como explicar os objetivos, a metodologia do mesmo e a obtenção da anuência em participar na condição de voluntário, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados gerados a partir da resposta aos instrumentos passaram por um processo de tratamento que envolveu a sua devida tabulação, consolidação e organização em planilhas do programa *software Excel – 2007*, utilizado na construção de um banco de dados para as questões contidas nos instrumentos de coleta dos dados. As informações contidas no banco de dados foram transferidas para o pacote estatístico *R-Studio*. As variáveis estudadas foram mensuradas nos níveis das escalas: nominal, ordinal e intervalar.

Inicialmente, efetuou-se a codificação das variáveis pertinentes, e procedeu-se a consistência dos dados. A seguir, em relação às variáveis inerentes ao objeto de estudo, procedeu-se à análise estatística através da construção de tabelas de frequências simples e medidas descritivas pertinentes. Na sequência, foram utilizadas técnicas da estatística inferencial multivariada, com uso do software *R-Studio*.

## RESULTADOS

Os resultados obtidos referem-se à caracterização sociodemográfica, caracterização funcional, as manifestações de ansiedade e categorização dos níveis de ansiedade – traço e ansiedade – estado mensurados através dos instrumentos para caracterização e avaliação do IDATE – T e IDATE – E, aplicados nos 53 trabalhadores de saúde que atuam no enfrentamento da pandemia da COVID – 19 nas 3 ESF das 3 UBSF do município de Santa Cecília – PB.

Ao se analisar a caracterização sociodemográfica dos trabalhadores da APS, verificou-se que 45 dos 53 trabalhadores são do sexo feminino, representando 84,9% destes trabalhadores. Quanto a faixa etária, 19 trabalhadores estão compreendidos entre 29 e 39 anos de idade, representando 35,8%. Quanto ao estado civil 23 são casados, o que representa 43,4%. A raça predominante entre estes trabalhadores é a parda com 36 trabalhadores, representando 67,9% destes. Com relação a escolaridade 25 trabalhadores possuem curso superior completo, representando 47,2%. Com relação a renda familiar,

constatou-se que 21 trabalhadores recebem um salário-mínimo, o que representa 39,6% destes trabalhadores de saúde.

Quanto à caracterização funcional dos trabalhadores da APS de Santa Cecília – PB, observou-se que 47 dos 53 trabalhadores apresentam uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, representando 88,7% destes trabalhadores. Quanto ao tempo de serviço, 26 dos trabalhadores compreendem 2 anos ou menos de tempo de serviço, representando 49,1% do total.

Ao se analisar a caracterização das manifestações dos sintomas de ansiedade apresentados pelos trabalhadores de saúde, verificou-se que o sintoma mais expressivo de ansiedade foi o cansaço, apontado por 47 dos 53 profissionais, representando 88,7% destes trabalhadores, seguido pela falta de concentração em 35 trabalhadores, que representa 66%, alteração do sono em 33 profissionais com 62,3% e coração acelerado em 28 trabalhadores, representando 52,8% dos trabalhadores da APS, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Disposição dos sintomas de ansiedade apresentados pelos profissionais da APS de Santa Cecília - PB no período pandêmico da COVID – 19.

| <b>Sintomas de Ansiedade</b>       | <b>N</b> | <b>%</b> |
|------------------------------------|----------|----------|
| Alteração do sono                  | 33       | 62,3     |
| Apetite Desregulado                | 27       | 50,9     |
| Boca seca                          | 17       | 32,1     |
| Cansaço                            | 47       | 88,7     |
| Coração acelerado                  | 28       | 52,8     |
| Dificuldade para engolir           | 10       | 18,9     |
| Falta de concentração              | 35       | 66,0     |
| Mãos frias e suadas                | 14       | 26,4     |
| Náusea                             | 17       | 32,1     |
| Sensação de Engasgo                | 07       | 13,2     |
| Sensação de falta de ar ou asfixia | 22       | 41,5     |
| Suor excessivo                     | 13       | 24,5     |
| Tontura                            | 22       | 41,5     |
| Tremores                           | 14       | 26,4     |

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

Ao avaliar os fatores desencadeadores da ansiedade no ambiente de trabalho, observou-se que 21 trabalhadores apontaram demanda excessiva como fator de maior

relevância para o aparecimento de ansiedade no período pandêmico, representando 39,6%, de acordo com a tabela 2.

Tabela 2 - Disposição dos fatores designados por trabalhadores da APS de Santa Cecília - PB como desencadeadores da ansiedade no ambiente de trabalho no período pandêmico da COVID - 19.

| <b>Fatores desencadeadores</b> | <b>N</b>  | <b>%</b>   |
|--------------------------------|-----------|------------|
| Demanda Excessiva              | 21        | 39,6       |
| Ambiente Desconfortável        | 16        | 30,2       |
| Ambiente Inseguro              | 16        | 30,2       |
| <b>Total</b>                   | <b>53</b> | <b>100</b> |

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

Ao se analisar o nível de ansiedade – traço nos 53 trabalhadores de saúde, constatou-se que 38 destes trabalhadores apresentaram alta ansiedade, representando 72% dos trabalhadores da APS, conforme a tabela 3.

Tabela 3 - Classificação dos trabalhadores da APS de Santa Cecília - PB segundo o nível de ansiedade do IDATE – T.

|                      | <b>Baixa Ansiedade (BA)</b> | <b>Alta Ansiedade (AA)</b> |
|----------------------|-----------------------------|----------------------------|
| <b>Profissionais</b> | 15 (28%)                    | 38 (72%)                   |

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

Ao relacionar o IDATE-T com o sexo dos 53 trabalhadores de saúde, observou-se que 33 destes trabalhadores são do sexo feminino e apresentaram alta ansiedade, representando 62,3% destes trabalhadores. Quanto a faixa etária dos trabalhadores, constatou-se que 13 trabalhadores estão entre 29 e 39 anos de idade e que essa faixa etária apresenta alta ansiedade e é a mais representativa com 24,5%. Quando apresentado o estado civil, 18 são casados sendo a maioria e apresenta alta ansiedade, com 34%. A raça predominante entre estes profissionais é a parda com 24 trabalhadores e é a raça que mais apresenta alta ansiedade, representado 45,3% dos trabalhadores. Com relação a escolaridade, 15 trabalhadores possuem curso superior completo, representando 28,3% e estes trabalhadores apresentaram alta ansiedade nessa categoria. Com relação a renda familiar, observou-se que a maioria dos trabalhadores recebem um salário mínimo e que

17 destes trabalhadores são os que mais apresentam alta ansiedade, representando 32,1%, conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Caracterização sociodemográfica dos trabalhadores da APS de Santa Cecília – PB com relação a ansiedade – traço (IDATE – T).

|                                   | Baixa Ansiedade (BA) | Alta Ansiedade (AA) | Total      |
|-----------------------------------|----------------------|---------------------|------------|
| Características sociodemográficas | N (%)                | N (%)               | N (%)      |
| Sexo                              |                      |                     |            |
| Feminino                          | 12 (22,6%)           | 33 (62,3%)          | 45 (84,9%) |
| Masculino                         | 03 (5,7%)            | 05 (9,4%)           | 08 (15,1%) |
| Total                             | <b>15 (28,3%)</b>    | <b>38 (71,7%)</b>   | 53 (100%)  |
| Faixa etária                      |                      |                     |            |
| 19 - 29                           | 06 (11,3%)           | 11 (20,8%)          | 17 (32,1%) |
| 29 - 39                           | 06 (11,3%)           | 13 (24,5%)          | 19 (35,8%) |
| 39 - 49                           | 01 (1,9%)            | 09 (17%)            | 10 (18,9%) |
| 49 ou mais                        | 02 (3,8%)            | 05 (9,4%)           | 07 (13,2%) |
| Total                             | <b>15 (28,3%)</b>    | <b>38 (71,7%)</b>   | 53 (100%)  |
| Estado Civil                      |                      |                     |            |
| Solteiro (a)                      | 06 (11,3%)           | 10 (18,9%)          | 16 (30,2%) |
| Casado (a)                        | 05 (9,4%)            | 18 (34%)            | 23 (43,4%) |
| Viúvo (a)                         | 01 (1,9%)            | -                   | 01 (1,9%)  |
| Separado (a)                      | 01 (1,9%)            | -                   | 01 (1,9%)  |
| Divorciado (a)                    | 01 (1,9%)            | 03 (5,7%)           | 04 (7,6%)  |
| Outros (as)                       | 02 (3,8%)            | 06 (11,3%)          | 08 (15,1%) |
| Total                             | <b>15 (28,3%)</b>    | <b>38 (71,8%)</b>   | 53 (100%)  |
| Raça                              |                      |                     |            |
| Branco                            | 03 (5,7%)            | 13 (24,5%)          | 16 (30,2%) |
| Pardo                             | 12 (22,6%)           | 24 (45,3%)          | 36 (67,9%) |
| Preto                             | -                    | -                   | -          |
| Amarelo                           | -                    | -                   | -          |
| Indígena                          | -                    | 01 (1,9%)           | 01 (1,9%)  |
| Total                             | <b>15 (28,13%)</b>   | <b>38 (71,7%)</b>   | 53 (100%)  |
| Escolaridade                      |                      |                     |            |
| Fundamental Incompleto            | -                    | 02 (3,1%)           | 02 (3,1%)  |
| Fundamental Completo              | -                    | 01 (1,9%)           | 01 (1,9%)  |
| Médio Completo                    | 03 (5,7%)            | 13 (24,5%)          | 16 (30,2%) |
| Médio Incompleto                  | 01 (1,9%)            | 05 (5,3%)           | 06 (7,2%)  |
| Superior Completo                 | 10 (18,9%)           | 15 (28,3%)          | 25 (47,2%) |
| Superior Incompleto               | 01 (1,9%)            | 02 (3,8%)           | 03 (5,7%)  |
| Total                             | <b>15 (28,4%)</b>    | <b>38 (67,6%)</b>   | 53 (100%)  |
| Renda Familiar                    |                      |                     |            |
| Até um salário mínimo             | 04 (7,5%)            | 17 (32,1%)          | 21 (39,6%) |
| De um à dois salários mínimos     | 02 (3,8%)            | 13 (24,5%)          | 15 (28,3%) |
| Mais de dois salários mínimos     | 09 (17%)             | 08 (15,1%)          | 17 (32,1%) |
| Total                             | <b>15 (28,3%)</b>    | <b>38 (71,7%)</b>   | 53 (100%)  |

Ao se avaliar o nível de ansiedade – estado dos 53 trabalhadores de saúde da APS, observou-se que 40 destes profissionais apresentaram alta ansiedade, representado 76% destes trabalhadores, conforme a tabela 5.

Tabela 5 - Classificação dos trabalhadores da APS de Santa Cecília – PB segundo o nível de Ansiedade do IDATE – E.

|                      | <b>Baixa Ansiedade (BA)</b> | <b>Alta Ansiedade (AA)</b> |
|----------------------|-----------------------------|----------------------------|
| <b>Profissionais</b> | 13 (24%)                    | 40 (76%)                   |

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

Ao relacionar o IDATE – E com o sexo dos 53 trabalhadores de saúde da APS, constatou-se que 37 destes trabalhadores são do sexo feminino, apresentam alta ansiedade e representa 69,8% dos trabalhadores. Quanto faixa etária, 15 destes trabalhadores estão entre 29 e 39 anos de idade, apresentam alta ansiedade e representa 28,3%. Quanto ao estado civil 19 trabalhadores são casados e apresentam alta ansiedade, representando 35,8%. A raça parda é representada por 27 trabalhadores, que apresentam alta ansiedade e representa 50,9% dos trabalhadores. No que se refere a escolaridade 16 destes trabalhadores possuem curso superior completo, apresentam alta ansiedade, representando 30,2% nessa categoria. A renda familiar predominante é o salário-mínimo, demonstrada por 17 trabalhadores, representando a maioria com 32,1% e são os que mais apresentam alta ansiedade (tabela 6).

Tabela 6 - Caracterização sociodemográfica dos trabalhadores da APS de Santa Cecília - PB com relação aos níveis de ansiedade - estado (IDATE –E).

|                                   | Baixa Ansiedade (BA) | Alta Ansiedade (AA) | Total        |
|-----------------------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| Características Sociodemográficas | <b>N (%)</b>         | <b>N (%)</b>        | <b>N (%)</b> |
| Sexo                              |                      |                     |              |
| Feminino                          | 08 (15,1%)           | 37 (69,8%)          | 45 (84,9%)   |
| Masculino                         | 05 (9,4%)            | 03 (5,7%)           | 08 (15,1%)   |
| Total                             | <b>13 (24,5%)</b>    | <b>40 (75,5)</b>    | 53 (100%)    |
| Faixa etária                      |                      |                     |              |
| 19 – 29                           | 05 (9,4%)            | 12 (22,6%)          | 17 (32,1%)   |
| 29 – 39                           | 04 (7,5%)            | 15 (28,3%)          | 19 (35,8%)   |

|                               |                   |                   |            |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|------------|
| 39 – 49                       | 01 (1,9%)         | 09 (17%)          | 10 (18,9%) |
| 49 ou mais                    | 03 (5,7%)         | 04 (7,5%)         | 07 (13,2%) |
| Total                         | <b>13 (24,5%)</b> | <b>40 (75,5%)</b> | 53 (100%)  |
|                               |                   |                   |            |
| Estado Civil                  |                   |                   |            |
| Solteiro (a)                  | 05 (9,4%)         | 11 (20,8%)        | 16 (30,2%) |
| Casado (a)                    | 04 (7,5%)         | 19 (35,8%)        | 23 (43,3%) |
| Viúvo (a)                     | -                 | 01 (1,9%)         | 01 (1,9%)  |
| Separado (a)                  | 01 (1,9%)         | -                 | 01 (1,9%)  |
| Divorciado (a)                | 01 (1,9%)         | 03 (5,7%)         | 04 (7,6%)  |
| Outros (as)                   | 02 (3,8%)         | 06 (11,3%)        | 08 (15,1%) |
| Total                         | <b>13 (24,5%)</b> | <b>40 (75,5%)</b> | 53 (100%)  |
| Raça                          |                   |                   |            |
| Branco                        | 04 (7,5%)         | 12 (22,6%)        | 16 (28,3%) |
| Pardo                         | 09 (17%)          | 27 (50,9%)        | 36 (67,9%) |
| Preto                         | -                 | -                 | -          |
| Amarelo                       | -                 | -                 | -          |
| Indígena                      | -                 | 01 (1,9%)         | 01 (1,9%)  |
| Total                         | <b>13 (24,5%)</b> | <b>40 (75,4%)</b> | 53 (100%)  |
| Escolaridade                  |                   |                   |            |
| Fundamental Incompleto        | -                 | 02 (3,8%)         | 02 (3,8%)  |
| Fundamental Completo          | -                 | 01 (1,9%)         | 01 (1,9%)  |
| Médio Completo                | 02 (3,8%)         | 14 (26,4%)        | 16 (30,2%) |
| Médio Incompleto              | 01 (1,9%)         | 05 (5,3%)         | 06 (7,2%)  |
| Superior Completo             | 09 (17%)          | 16 (30,2%)        | 25 (47,2%) |
| Superior Incompleto           | 01 (1,9%)         | 02 (3,8%)         | 03 (5,7%)  |
| Total                         | <b>13 (24,6%)</b> | <b>40 (71,4%)</b> | 53 (100%)  |
| Renda Familiar                |                   |                   |            |
| Até um salário mínimo         | 04 (7,5%)         | 17 (32,1%)        | 21 (39,6%) |
| De um a dois salários mínimos | 02 (3,8%)         | 13 (24,5%)        | 15 (28,3%) |
| Mais de dois salários mínimos | 09 (17%)          | 08 (15,1%)        | 17 (32,1%) |
| Total                         | <b>15 (28,3%)</b> | <b>38 (71,7%)</b> | 53 (100%)  |

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

A tabela 7 apresenta a comparação da carga horária e o tempo de serviço dos trabalhadores da APS com relação ao IDATE - T. Observou-se que 33 trabalhadores apresentaram uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e que estes apresentam alta ansiedade, o que representa 62,3%. Quanto ao tempo de serviço, 20 trabalhadores compreendem 2 anos ou menos de tempo de serviço, apresentaram alta ansiedade, o que representa 37,7% destes trabalhadores.

Tabela 7 - Caracterização Funcional dos Trabalhadores da APS de Santa Cecília – PB com relação a ansiedade traço (IDATE – T).

|  | Baixa Ansiedade (BA) | Alta Ansiedade (AA) | Total |
|--|----------------------|---------------------|-------|
|--|----------------------|---------------------|-------|

| Carga Horária           | N(%)              | N(%)              | N(%)       |
|-------------------------|-------------------|-------------------|------------|
| 8 hr semanais           | -                 | 01 (1,9%)         | 01 (1,9%)  |
| 30 hr semanais          | -                 | 01 (1,9%)         | 01 (1,9%)  |
| 40 hr semanais          | 14 (26,4%)        | 33 (62,3%)        | 47 (88,7%) |
| 42 hr semanais          | -                 | 01 (1,9%)         | 01 (1,9%)  |
| 48 hr semanais          | -                 | 03 (5,7%)         | 03 (5,7%)  |
| <b>Total</b>            | <b>14 (26,4%)</b> | <b>39 (73,7%)</b> | 53 (100%)  |
| <b>Tempo de Serviço</b> |                   |                   |            |
| Menos de 2 anos         | 06 (11,3%)        | 20 (37,7%)        | 26 (49,1%) |
| De 2 a 4 anos           | 02 (3,8%)         | 07 (13,2%)        | 09 (17%)   |
| 4 anos e mais           | 07 (13,2%)        | 11 (20,8%)        | 18 (34%)   |
| <b>Total</b>            | <b>15 (28,3%)</b> | <b>38 (71,7%)</b> | 53 (100%)  |

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

A tabela 8 apresenta a comparação da carga horária e o tempo de serviço dos trabalhadores da APS, de acordo com o IDATE – E. Percebeu-se que trabalhadores apresentaram uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e que estes apresentaram alta ansiedade, representando 67,9%. Quanto ao tempo de serviço 20 trabalhadores compreendem 2 anos ou menos de tempo de serviço e apresentaram alta ansiedade, representando 37,7% destes trabalhadores.

Tabela 8 - Caracterização Funcional dos Trabalhadores da APS de Santa Cecília – PB com relação a ansiedade estado (IDATE – E).

|                         | Baixa Ansiedade (BA) | Alta Ansiedade (AA) | Total             |
|-------------------------|----------------------|---------------------|-------------------|
| <b>Carga Horária</b>    | <b>N(%)</b>          | <b>N(%)</b>         | <b>N(%)</b>       |
| 8 hr semanais           | -                    | 01 (1,9%)           | <b>01 (1,9%)</b>  |
| 30 hr semanais          | -                    | 01 (1,9%)           | <b>01 (1,9%)</b>  |
| 40 hr semanais          | 11 (20,8%)           | 36 (67,9%)          | <b>47 (88,7%)</b> |
| 42 hr semanais          | -                    | 01 (1,9%)           | <b>01 (1,9%)</b>  |
| 48 hr semanais          | -                    | 03 (5,7%)           | <b>03 (5,7%)</b>  |
| <b>Total</b>            | <b>11 (20,8%)</b>    | <b>42 (79,2%)</b>   | <b>53 (100%)</b>  |
| <b>Tempo de Serviço</b> |                      |                     |                   |
| Menos de 2 anos         | 06 (11,3%)           | 20 (37,7%)          | <b>26 (49,1%)</b> |
| De 2 a 4 anos           | 01 (1,9%)            | 08 (15,1%)          | <b>09 (17%)</b>   |
| 4 anos e mais           | 06 (11,3%)           | 12 (22,6%)          | <b>18 (34%)</b>   |
| <b>Total</b>            | <b>13 (24,5%)</b>    | <b>40 (75,4%)</b>   | <b>53 (100%)</b>  |

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

## DISCUSSÃO

As manifestações de sintomas de ansiedade mais expressivas apresentadas pelos trabalhadores da APS foram: cansaço, falta de concentração, alteração do sono e coração acelerado. Apesar da ansiedade ser uma das reações que faz parte do estado psíquico e fisiológico do ser humano e necessária para o desenvolvimento social de valor positivo e adaptativo na vida das pessoas, pode ser patológica quando passa a desencadear manifestações de perturbações psicológicas, fisiológicas e comportamentais de forma a comprometer a vida cotidiana do indivíduo (DOURADO *et al.*, 2018; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Os trabalhadores de saúde da APS apontaram a demanda excessiva, ambiente desconfortável e ambiente inseguro como os principais fatores desencadeadores da ansiedade no ambiente de trabalho. Silva *et al.*, (2020) ressaltam a sobrecarga de trabalho, ambiente inadequado para jornada laboral e atividades desgastantes de trabalho como indícios para o aparecimento de sintomas de ansiedade em trabalhadores de saúde.

Os estudos de Guilhand *et al.*, (2021) mostram um aumento de sintomas de ansiedade entre os profissionais que estiveram em contato direto e intenso com o risco de contaminação e infecção pelo vírus causador da COVID – 19.

É importante considerar os resultados apresentados para um olhar clínico relevante, tendo em vista que os agravos à saúde podem afetar as relações pessoais, as relações profissionais, o desempenho das atividades laborais cotidianas, as relações sociais, como também a assistência prestada ao território de atuação do profissional (SOUSA *et al.*, 2013).

De acordo com os parâmetros estipulados para a classificação dos níveis de ansiedade e conforme análise dos resultados dos escores do IDATE – T e IDATE – E, os trabalhadores de saúde da APS de Santa Cecília – PB, foram classificados com alto nível de ansiedade, tanto para o IDAET – T, quanto para o IDATE –E neste período pandêmico da COVID – 19.

Os resultados encontrados neste estudo sobre a relação do nível de ansiedade – traço com o nível de ansiedade – estado nos profissionais de saúde da APS, apontam que os trabalhadores que apresentaram altos níveis de ansiedade – traço, também apresentaram altos níveis de ansiedade - estado, corroborando com o estudo de Anastasi e Urbina (2000), que enfatiza a correlação de que pessoas com elevados níveis de ansiedade – traço estão mais suscetíveis a apresentarem elevados níveis de ansiedade – estado.



Entre os trabalhadores da APS de Santa Cecília – PB, o sexo feminino foi o que apresentou níveis altos de ansiedade – traço e ansiedade – estado. Fernandes *et al.* (2018), apontam em seus estudos a questão de o sexo feminino ser a maioria entre os trabalhadores de saúde e a associação entre o sexo feminino e a ansiedade, que pode ser explicado pela combinação de fatores biológicos, psicossociais e culturais, que vão desde os múltiplos papéis e responsabilidades com relação ao trabalho e a família, à desigualdade de gênero nas profissões e a falta de perspectiva de carreira profissional.

Os trabalhadores de saúde que se autodeclararam pardos foram os que mais apresentaram altos níveis de ansiedade – traço e ansiedade – estado. Com relação ao estado civil, os trabalhadores casados foram os que apresentaram níveis altos de ansiedade – traço e ansiedade – estado comparados com os demais.

Apesar da maioria dos trabalhadores terem ensino superior completo, a renda familiar predominante foi um salário-mínimo e estas categorias apresentaram níveis altos de ansiedade – traço e ansiedade – estado. Este resultado da ansiedade- estado apresentado por estes trabalhadores pode estar associado aos baixos salários, a desvalorização profissional e a falta de reconhecimento profissional. Estudos demonstram que a ansiedade está relacionada também aos baixos salários, a desvalorização profissional, falta de autonomia e falta de apoio no ambiente de trabalho (FERNANDES *et al.*, 2018).

Com relação a carga horária, observou-se que os profissionais de saúde com carga horária de 40 horas semanais ou superior a esse tempo, foram os que apresentaram níveis altos de ansiedade – traço e ansiedade – estado. Santos *et al.*, (2021) constataram em seus estudos com trabalhadores da APS do município de Caxias, estado do Maranhão, a predominância do nível alto de ansiedade em profissionais com carga horária extensa.

Ao analisar o tempo de serviço dos trabalhadores da APS, verificou-se que os trabalhadores com até 2 anos de serviços prestados foram os que mais apresentaram alta ansiedade – traço e ansiedade – estado, fato este que pode estar relacionado a falta de experiência ou a uma maior instabilidade profissional. Os estudos de Fernandes *et al.*, (2018), apontam que os profissionais que possuem um tempo de serviço de até 5 anos, apresentaram um alto nível de ansiedade comparados aos que apresentaram tempo de serviço superior a 5 anos.

Quando confrontados os escores do IDATE- T com o IDATE – E com a faixa etária, constatou-se que os trabalhadores mais jovens apresentaram altos níveis de ansiedade em relação aos trabalhadores com maior idade. Tais resultados corroboram com os achados em

estudos que evidenciam que os trabalhadores mais jovens estão mais propensos a manifestarem níveis altos de ansiedade em relação aos trabalhadores com idades mais avançadas (FERNANDES *et al.*, 2018).

Estudos sobre os impactos na saúde mental dos trabalhadores de saúde, demonstram maior prevalência de transtorno de ansiedade nos trabalhadores que prestavam assistência de cuidado a pacientes com suspeita ou diagnóstico de COVID- 19 no início da pandemia (KÖNIG, 2021). Silva *et al.*, (2020), destacam em seus estudos que a prevalência de ansiedade nos trabalhadores de saúde durante a pandemia da COVID-19 é aumentada independentemente do continente de atuação profissional.

As repercussões da pandemia da COVID-19 com relação a saúde mental dos trabalhadores da saúde, independentemente das profissões exercidas e dos níveis de atenção à saúde, demonstram visivelmente manifestações de alta intensidade de sintomas de ansiedade, registros de exaustão, estresse e redução das funções cognitivas e do desempenho profissional (CRUZ *et al.*, 2020; BARROS-DELBEN *et al.*, 2020).

Percebeu-se uma escassez de estudos publicados sobre a referida temática, provavelmente por serem estudos recentes e possivelmente se encontrarem em processo de validação para as publicações futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou expressivos sintomas de ansiedade e, também, a predominância do alto nível de ansiedade (traço e estado) entre os trabalhadores da APS do município de Santa Cecília, estado da Paraíba, Brasil, que atuaram no enfrentamento da pandemia COVID-19.

Os fatores destacados pelos trabalhadores da saúde da APS como desencadeadores de ansiedade refletem como um dos motivos para o aparecimento dos altos níveis de ansiedade – estado encontrados nos escores da IDATE – E, predispondo a hipótese de que tais aspectos podem repercutir na possibilidade de baixo desempenho das atividades laborais destes trabalhadores.

A partir destes desfechos, percebe-se que a saúde mental destes trabalhadores está afetada, precisando de uma maior atenção por parte dos gestores públicos das políticas públicas aos trabalhadores da saúde, de forma a garantir condições adequadas e favoráveis de trabalho.

Como método de enfrentamento dessa problemática, se faz necessário cuidar de quem cuida para a melhoria da atuação interpessoal e interprofissional dos trabalhadores da APS e, conseqüentemente, a melhoria da assistência à saúde da população do território assistido.

Foi observada a necessidade da implantação de estratégias através da saúde do trabalhador, que possam melhorar estes perfis ansiogênicos destes profissionais, tais como a oferta de atendimento psicológico, às práticas integrativas, a formação de grupos terapêuticos, entre outros que se fizerem necessário de acordo com a realidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. F.; BEHLAU, M.; LEITE, J. R. Correlação entre ansiedade e performance comunicativa. *Rev soc bras fonoaudiol.*, v. 16, n. 4, p. 384-89, 2011.

ALVES, M. T. G. Reflexões sobre o papel da Atenção Primária à Saúde na pandemia de COVID-19. *Rev Bras de Medicina de Família e Comunidade*, v. 15, n. 42, p. 2496, 2020.

AMARAL, L. S. *et al.* Interiorização do Covid-19: Uma análise da evolução dos casos/10 mil habitantes em municípios da Microrregião de Garanhuns no Estado de Pernambuco, através de modelos de Regressão não linear. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, e293996582; 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora, ed. 5, p. 189-90, 2014.

ANASTASI, A; URBINA, S. *Testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.

BARROS, M. B. A. *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 4, 2020.

BEZERRA, G. D. *et al.* O impacto da pandemia por COVID-19 na saúde mental dos profissionais de saúde: revisão integrativa. *Rev Enferm Atual In Derme*, v. 93, p. 327-45. 2020.

BIAGGIO, A. M. B.; NATALICIO, L. *Manual para o Inventário de Ansiedade Traço- Estado (IDATE)*. Rio de Janeiro: Centro Editor de Psicologia Aplicada (CEPA), 1979.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. *Nota Técnica nº 04/2020 Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)*. 2020. Disponível: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVI+MS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>. Acesso em: 08 abr.2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. *Nota Técnica nº 07/2020 orientações para prevenção e vigilância epidemiológica das infecções por sars-cov-2 (covid-19) dentro dos serviços de saúde*. 2020. Disponível: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>. Acesso em: 10 jan 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O que é a COVID-19?*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em 10 jan 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção Primária à Saúde (SAPS). *Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19) na Atenção Primária à Saúde*, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br>. Acesso em 26 mar.2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico Especial*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico Especial*. SE 48, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico Especial*. SE 48, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid19/2021/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_92\\_10dez21](https://www.gov.br/saude/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid19/2021/boletim_epidemiologico_covid_92_10dez21)

CASTRO, R. *et al.* Dinâmica espacial da pandemia de COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Infecção*, v. 23, p. 149, 2021. Disponível: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200057/pt/>. Acesso em: 22 jan 2023.

CIRINO, F. M. S. B. *et al.* Desafios da atenção primária no contexto da COVID-19: a experiência de Diadema, SP. *Rev Bras Med Fam Comunidade*, v. 16, n. 43, p. 1-14, 2021.

CRUZ, R. M.; GAI, M. J. P.; BARROS-DELBEN, P.; RÓDIO-TREVISAN, K. R., CARLOTTO. P.A. C.; MACIEL, S. K. Indicadores de saúde mental na pandemia da COVID-19: um estudo de caso institucional. *Revista Plural*, v.1, n.1, p.42-54, 2020.

CURY, A. *Ansiedade: Como enfrentar o mal do século*. São Paulo: Saraiva, 2013. 160 p.

DAL'BOSCO, E. B. *et al.* A saúde mental da enfermagem no enfrentamento da COVID-19 em um hospital universitário regional. *Rev Bras Enferm.*, v. 73, Suppl 2, e20200434, 2020.

DOURADO, D. *et al.* Ansiedade e depressão em cuidador familiar de pessoa com transtorno mental. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 154-167, jan. 2018.

FARIAS L. A. B. G. *et al.* O papel da atenção primária no combate ao Covid-19: impacto na saúde pública e perspectivas futuras. *Rev Bras Med Fam Comunidade*, v. 15, n. 42, p. 2455, 2020.

FERNANDES, M. A. *et al.* Prevalência dos transtornos de ansiedade como causa de afastamento de trabalhadores. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 71, n. 5, 2018.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Boletim do Observatório Covid-19 Fiocruz*. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-balanco-de-dois-anos-da-pandemia-aponta-vacinacao-como-prioridade>. Acesso em: 22 jan 2023.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. *Vacinação contra a COVID – 19*. Bio – Manguinhos/ Fiocruz. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-contra-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 22 jan 2023.

GERALDO, S. M.; FARIAS, S. J. M.; SOUSA, F. O. S. O papel da Atenção Primária no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. *Investigação, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 8, e42010817359, 2021.

GUILLAND, R. *et al.* Sintomas de depressão e ansiedade em trabalhadores durante a pandemia da COVID-19. *Rev. Psicol., Organ. Trab.* [online]. 2021, v.21, n.4, p. 1721-30 .

KÖNIG, D. F. *Impactos da pandemia de covid-19 na saúde mental dos profissionais da saúde*. 2021. 34 f. Monografia (Especialização) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

KUMAR, A.; NAYAR, K. R. COVID 19 and its mental health consequences. *Journal of Mental Health*, v. 30, n. 1, p. 1-2, 2020.

MACIEL, E. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 951-56, mar. 2022.

MARTINS, R. U. *et al.* Saúde mental dos profissionais da atenção básica em tempos de pandemia. *Rev Cient da Escola de Saúde Pública do Ceará*, v. 14, n. 1, p. 1-7, 2020.

MOREIRA, A. S.; LUCCA, S. R. Apoio psicossocial e saúde mental dos profissionais de enfermagem no combate à covid-19. *Rev Enferm em Foco*, v. 1, n. 11, p. 155-61, 2020.

PEREIRA, A. C. C. *et al.* O agravamento dos transtornos de ansiedade em profissionais de saúde no contexto da pandemia da COVID-19 / O agravamento dos transtornos de ansiedade em profissionais de saúde no contexto da pandemia de COVID-19. *Rev Bras de Revista de Saúde*, v. 4, n. 2, p. 4094–4110, 2021.

ROLIM, J. A.; OLIVEIRA, A. R.; BATISTA, E. C. Manejo da Ansiedade no Enfrentamento da Covid-19. *Rev Enfermagem e Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 64-74, 2020.

SANTOS, P. W. S. *et al.* Analysis of anxiety and work stress in primary health care professionals. *Research, Society and Development*. v. 10, n. 6, e26210615763, 2021.

SCHWARTZ, J.; KING, C. C; YEN, M. Y. Protecting healthcare workers during the coronavirus disease 2019 (COVID19) outbreak: lessons from Taiwan's Severe Acute Respiratory Syndrome Response. *Clinical Infectious Diseases*, New York, p. 1-3, 2020.

SILVA O. M. *et al.* Medidas de biossegurança para prevenção da Covid-19 em profissionais de saúde: revisão integrativa. *Rev Bras Enferm.*, v. 75, n. 1, e20201191, 2022.

SILVA, D. F. O. *et al.* Prevalência de ansiedade em profissionais da saúde em tempos de COVID-19: revisão sistemática com metanálise: revisão sistemática com metanálise. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 2, n. 26, p. 693-710, 2020.

SOUSA, D. A. *et al.* Revisão sistemática de instrumentos para avaliação de ansiedade na população brasileira. *Rev Avaliação Psicológica*, v. 12, n. 3, p. 397-410. Porto Alegre, 2013.

SPIELBERGER, C. D.; GORSUCH, R. L.; LUSHENE, R. E. *Inventário de ansiedade traço-estado*. Rio de Janeiro: CEPA, 1979.

SPIELBERGER, C. D.; GORSUCH, R. I.; LUSHENE R. E. *Manual for the State – Trait. Anxiety Inventory*. Ca: Consulting Psychologists Press; 1970.

TEIXEIRA C. F. Z. *et al.* The health of healthcare professionals coping with the Covid-19 pandemic. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3465-74, 2020.

THEY, N. H. *Uma breve linha do tempo*. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronaviruslitoral/uma-breve-linha-do-tempo>. Acesso em: 10 fev 2023.

WANG. C. *et al.* Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in china. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v.17, n. 5, p. 1729. 2020.

WENCESLAU, L. D.; ORTEGA, F. Saúde mental na atenção primária e Saúde Mental Global: perspectivas internacionais e cenário brasileiro. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, n. 55, p. 1121-32, 2015.

Recebido em 18 de abril de 2023.

Aprovado em 21 de junho de 2023.





## HOMENS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO - VISIBILIDADES E INVISIBILIZAÇÕES

DOI: 10.48075/ri.v25i2.31040

Andressa Cezimbra Reichow<sup>1</sup>

Maria Clara Soares Salengue<sup>2</sup>

Myriam Siqueira da Cunha<sup>3</sup>

Vivian Lautenschlager da Silva Martinez<sup>4</sup>

**RESUMO:** O tema das políticas públicas para homens, no Brasil, começa a receber atenção entre as décadas de 1960 e 1970 do século XX, diante da necessidade de lidar com o fato de que, ao mesmo tempo em que homens detinham maior poder que as mulheres, eles possuíam desvantagens em relação a elas no que se refere às taxas de morbimortalidade. Nesse contexto, este artigo apresenta uma revisão baseada no método de Scoping Review, sobre políticas públicas direcionadas aos homens no período de 2010-2020. Para tal, partiu-se da seguinte questão: como a produção científica acadêmica relaciona “homens” com as políticas públicas a eles destinadas? Utilizou-se a Análise Textual Discursiva para o processo de compreensão do material coletado. Esse é um processo auto-organizado em que novos entendimentos emergem de uma sequência de três componentes: desconstrução dos textos do corpus - unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários – categorização; apreensão do emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Nesse processo, emergiram dos resultados duas categorias: O Público e o Privado nas Políticas Públicas e Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações. Esses achados expõem a complexidade da questão. Os discursos, que se inserem no plano simbólico, instituídos por meio de diferentes rituais que naturalizam a estrutura de poder e dominação, ditam e delimitam espaços de

<sup>1</sup> Bacharel em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: [psico.andressareichow@gmail.com](mailto:psico.andressareichow@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: [mariaclara.salengue@gmail.com](mailto:mariaclara.salengue@gmail.com)

<sup>3</sup> Formada em Filosofia e Direito, mestre e doutora em Engenharia de Produção. Docente do IFSUL/CAVG, pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Extensão, Ensino e Pesquisa em Política de Educação (GIPE/CNPq). E-mail: [mscpel@gmail.com](mailto:mscpel@gmail.com)

<sup>4</sup> Especialista em Turismo pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: [vivian.ucpel@gmail.com](mailto:vivian.ucpel@gmail.com)



circulação e atuação para mulheres e, também, para homens. Esses homens, presos aos papéis de gênero, pouco questionam sobre as construções sociais em torno de sua masculinidade, exercendo-a com plena visibilidade.

**Palavras-chave:** homens; políticas públicas; análise textual discursiva; psicologia.

## **MEN AND PUBLIC POLICIES: BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE - VISIBILITIES AND INVISIBILIZATION**

---

**ABSTRACT:** The subject of public policies for men in Brasil starts to get attention between the 1960s and 1970s of the twentieth century, in view of the need to deal with the fact that, at the same time that men held greater power than women, they had disadvantages in relation to them in terms of morbidity and mortality rates. In this context, this article presents a review based on the Scoping Review method, on public policies aimed at men in the period 2010-2020. To do so, we started with the following question: how does academic scientific production relate “men” to public policies intended for them? Discursive Textual Analysis was used for the process of understanding the collected material. This is a self-organized process in which new understandings emerge from a sequence of three components: deconstruction of the corpus texts – unitarization; establishment of relationships between unitary elements – categorization; apprehension of the emergent in which the new understanding is communicated and validated. In this process, two categories emerged from the results: The Public and The Private in Public Policies and Men and Public Policies: Visibilities and Invisibilities. These findings expose the complexity of the issue. The discourses, which are inserted in the symbolic plan, instituted through different rituals that naturalize the structure of power and domination, dictate and delimit spaces of circulation and performance for women and also for men. These men trapped in gender roles, question little about the social constructions around their masculinity, exercising it with full visibility.

**Keywords:** men; public policy; discursive textual analysis; psychology.

### **INTRODUÇÃO**

No Brasil, políticas públicas representam, desde a Constituição Federal de 1988, o campo da garantia de direitos a todo e qualquer cidadão (BRASIL, 1988). Para Gonçalves (2013), essas políticas buscam assegurar um espaço social para o desenvolvimento de “todos” os indivíduos.

O tema das políticas públicas para homens começa a receber atenção entre as décadas de 1960 e 1970 do século XX, nos Estados Unidos da América. Diante da necessidade de lidar com o fato de que, ao mesmo tempo em que homens detinham maior poder que as mulheres, possuíam desvantagens em relação a elas no que se refere às taxas de morbimortalidade (COUTO; GOMES, 2012).



Os dados não são novos, porém mantêm-se atuais. Se por um lado serviram como disparadores para estudos do campo da saúde a partir da década de 1990 – os quais passam a focalizar os homens não apenas como organismos do sexo masculino, mas também em suas singularidades. Por outro, são utilizados de maneira descontextualizada, como forma de justificar o planejamento de políticas públicas destinadas a essa camada da população.

Pode-se compreender a estruturação das sociedades ocidentais como um sistema de diferenças que organiza todo o cosmos. Semelhantes nas diferenças, as oposições são concordantes para se apoiarem mutuamente e, também, suficientemente divergentes para conferir uma espécie de “espessura semântica” (BOURDIEU, 2012).

Essa estrutura naturaliza as oposições e, dessa forma, constitui as “diferenças sexuais”, imersas nesse conjunto homólogo. Bourdieu (2012), muito embora rejeitasse a denominação de pós-estruturalista, defendia que a própria diferença biológica tratava-se de uma construção social. Assim, o conhecimento das estruturas objetivas e cognitivas de uma sociedade fornece instrumentos que permitem compreender melhor alguns dos aspectos dissimulados daquilo que são as relações nas sociedades contemporâneas.

Beauvoir (1970, p. 12) defende que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele”. A “alteridade” torna-se categoria fundamental do pensamento humano e, nesse contexto, o homem é o sujeito absoluto e a mulher é “o Outro”. As denominadas “ciências dos homens” tomaram como objeto: a mulher, a criança, os loucos ou os sexualmente desviantes e muito pouco estudaram sobre os homens como representantes de um gênero específico” (AGUIAR, 2009, p. 7).

Como uma “teia de valores” há muito vem sendo discutida. Os estudos feministas, que ganharam ênfase especialmente a partir da década de 1980, defendem que a masculinidade – situada nas relações de gênero – pode ser entendida como um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que o homem tenha. No entanto, a partir das referências históricas pode-se entender que sociedades ocidentais ainda se utilizam de um ideal de homem como forma de controle dos corpos. Assim, o modelo de masculinidade hegemônica dita regras, princípios e o que é esperado dos sujeitos.

Em consonância, Kahhale (2015) refere que apesar da sobrevivência da espécie ser uma função básica, no processo de humanização perde sua determinação biológica mais essencial para se tornar um mecanismo complexo de expressão das relações sociais. Dessa forma, pensemos em sujeitos com subjetividades produzidas a partir de esquemas objetivos e cognitivos – de aplicação universal – que tratam como naturais um sistema de diferenças

que, em verdade, é arbitrário. A forma de pensar o dominante – a masculinidade – não é diferente. Nessa perspectiva, enquanto mulheres são submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, homens estão, da mesma forma, prisioneiros. Conforme argumenta Bourdieu (2012, p. 64) “O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo o homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade”.

A condição masculina, porém, não exige demarcações. Dessa forma, a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção, concretizando a visão androcêntrica. Ou seja, tende a assumir o masculino como modelo, impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la (BOURDIEU, 2012).

Heilborn e Carrara (1998) defendem que, historicamente, homens figuraram como referentes implícitos de seus discursos, como representantes universais da espécie humana. A emergência do gênero masculino, como objeto de reflexão das ciências humanas, correlaciona-se, porém, com a perda dos seus privilégios sociais.

No entanto, a mesma sociedade que outorga poder aos homens e os coloca em posições de maior prestígio, produz seu sofrimento. Da mesma forma, Aguiar (2009) refere que os benefícios adquiridos a partir das posições de autoridade, raramente atendem às necessidades dos homens. Expressão emocional, afetos, satisfação sexual e saúde física são áreas que os homens têm pouco controle, em decorrência dos processos de socialização e construção das identidades masculinas (AGUIAR, 2009).

A delimitação dos espaços de atuação e circulação de homens e mulheres, inscrita na construção de suas identidades, de acordo com Bourdieu (2012), inicia-se por meio de “rituais de instituição”, no sentido daquilo que está institucionalizado. Desde muito cedo os meninos são estimulados a desenvolver capacidades que propiciem a resolução de problemas de maneira prática, rápida e lógica. Enquanto isso, outras tantas habilidades, socialmente naturalizadas como biologicamente pertencentes ao “sexo feminino”, tais como: empatia, cuidado com a casa e filhos, expressão dos próprios sentimentos, são pouco desenvolvidas ou negligenciadas. Espera-se dos homens que sejam fortes, ativos, destemidos e competidores na vida para serem capazes de prover a família.

No entanto, pouco se considera a condição em que as identidades masculinas se constituem, a fim de propiciar uma discussão acerca das consequências que geram tanto aos homens quanto as mulheres. A divisão dos papéis tradicionais de gênero põe em questão os

espaços nos quais homens e mulheres estão autorizados a circular. Entende-se que essa estruturação perpassa os campos de entendimento, inclusive o de planejamento de políticas públicas. Nesse contexto, este artigo teve como objetivo conhecer como a produção científica acadêmica relaciona “homens” com as políticas públicas a eles destinadas. Para tanto, utilizou-se uma revisão baseada no método de Scoping Review, sobre políticas públicas direcionadas aos homens no período de 2010-2020.

Como resultado desse processo, emergiram duas categorias transversais: 1) O Público e o Privado nas Políticas Públicas; 2) Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações.

A primeira, expressa uma estruturação que historicamente tem dividido os espaços em “âmbito do público” versus “âmbito do privado” e, respectivamente, falam sobre o campo de circulação dos homens e das mulheres. A segunda, traduz a forma como vem sendo utilizado o conceito “homens”, para o planejamento de Políticas Públicas a eles destinadas. Na produção acadêmica analisada, não encontramos homens (invisibilizações), e sim, em sua maioria, estudos enfocando a análise de Políticas Públicas para homens (visibilidades).

## MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, baseado no método de Scoping Review, ou Revisão de Escopo. De acordo com Schaefer et al. (2018), esse é um tipo de método utilizado quando o objetivo é mapear produções científicas relevantes no campo de interesse, o que possibilitou revisar as evidências de pesquisas na área da saúde. Para sua execução, tornou-se necessário seguir as seguintes recomendações: (1) Elaborar uma pergunta de pesquisa vinculada ao objetivo; (2) Estudar a viabilidade, da amplitude e da abrangência da revisão; (3) Identificar/selecionar estudos relevantes; (4) Extrair dados; (5) Sumarizar e relatar resultados, incluindo resumo numérico e análise qualitativa, considerando as implicações dos estudos nas políticas, práticas ou pesquisas (LEVAC et al., 2010).

O problema de pesquisa foi elaborado baseando-se na estratégia “Problema, Conceito e Contexto” (PCC), conforme descrita por Brum (2016). Após observar práticas de adequação semelhantes, utilizou-se P para identificar a população do estudo – produção científica acadêmica; C para o conceito em foco – homens; C como contexto – políticas

públicas. A estratégia PCC auxiliou na identificação dos tópicos-chave. Dessa forma, ajustando-a ao objetivo do estudo, foi possível definir a questão norteadora desta revisão: como a produção científica acadêmica relaciona “homens” com as políticas públicas a eles destinadas.

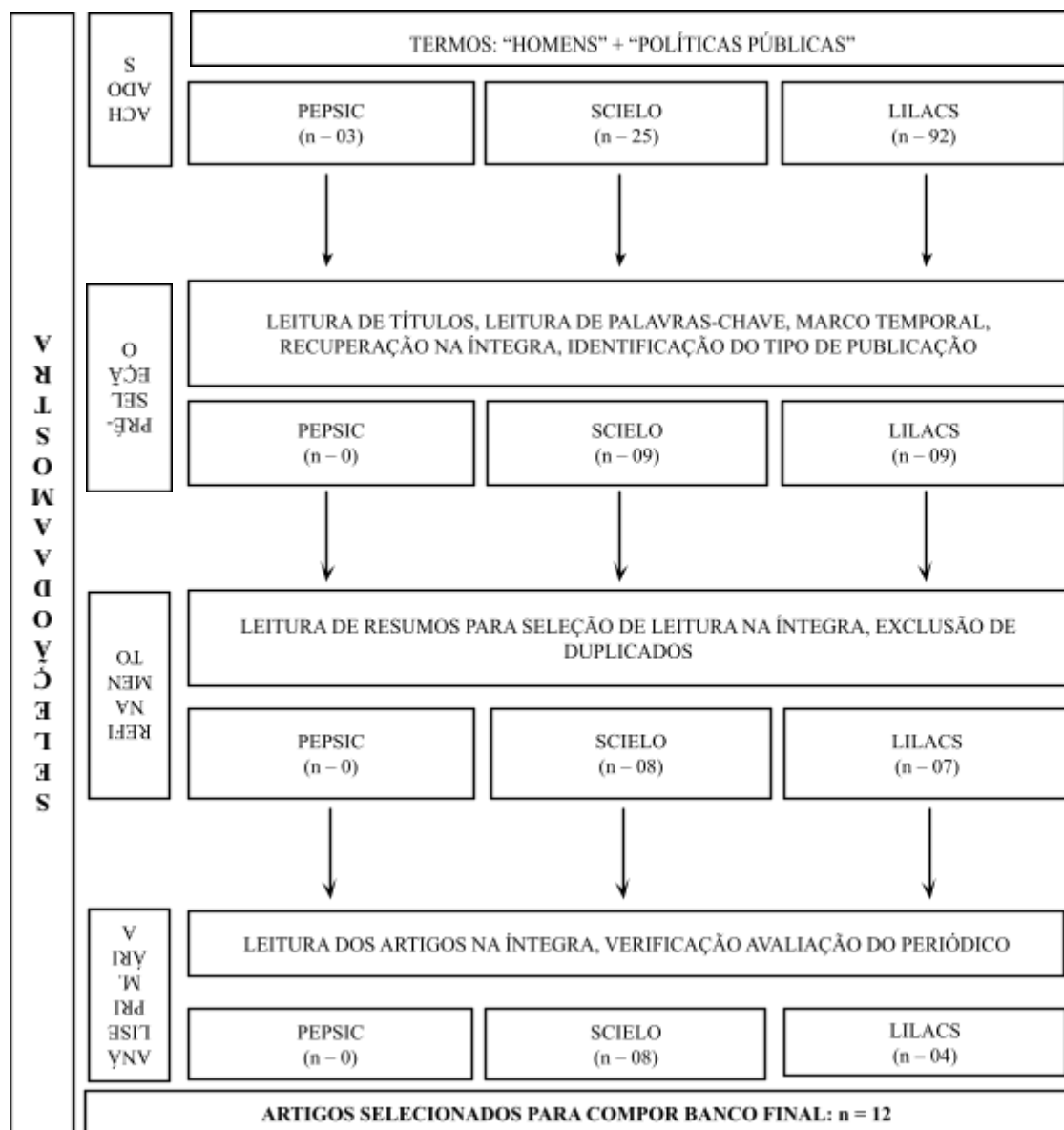
A estratégia de busca considerou artigos publicados entre 2010 e 2020, em periódicos indexados, a fim de selecionar trabalhos submetidos a processos de avaliação. Os critérios de exclusão foram: artigos não indexados, teses, dissertações, resenhas, livros e capítulos de livros; publicação distante do tema objetivado; estudo realizado fora do país. Esse último critério foi estabelecido em função de que, nesse primeiro momento, o objetivo desta pesquisa era conhecer a realidade das produções brasileiras acerca do tema.

As bases de dados consultadas foram LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Neste estudo, foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), sendo eles: “homens” e “políticas públicas”.

O processo de busca iniciou-se a partir da questão de pesquisa, com isso chegou-se ao universo de 120 achados, distribuídos entre as bases de dados consultadas. A primeira etapa, intitulada de Pré-seleção, consistiu em realizar leitura dos títulos dos artigos e das palavras-chave, verificar o marco temporal, o tipo de publicação e a possibilidade de recuperação do material, na íntegra. Essa etapa, realizada nas duas primeiras semanas do mês de maio de 2020, aproximou-se, ainda que de forma abrangente, dos estudos que versavam sobre o atendimento a homens e/ou políticas públicas a eles destinadas. Os trabalhos pré-selecionados foram recuperados e adicionados a uma base de dados construída para essa finalidade.

O processo contou com mais duas etapas, intituladas: Refinamento e Análise primária. Na etapa de Refinamento, foi realizada a leitura dos resumos dos artigos para seleção dos estudos, que seriam lidos na íntegra posteriormente, além da exclusão de artigos duplicados. Procedeu-se, então, à leitura dos materiais, na etapa chamada de Análise primária. Essa etapa permitiu acessar mais profundamente o conteúdo selecionado. Nessa etapa, alguns artigos foram descartados do banco de dados, resultando em um “n” final de 12 estudos. O processo pode ser consultado no Quadro 1 – Seleção da Amostra.

**Quadro 1 – Seleção da Amostra.**



Fonte: Elaborada pelo autor.

Cabe frisar que, embora esse processo tenha sido relatado de forma linear, a construção de suas etapas resultou em “idas e vindas”, ou seja, constantes revisitações aos critérios estabelecidos. Especialmente, quando se iniciou a etapa de Análise primária, em que houve contato com as metodologias dos estudos a serem categorizados. Inicialmente, não havia sido determinado o escopo avaliativo Qualis-Periódicos que seria utilizado. Esse foi um critério de inclusão/exclusão, acrescentado somente na etapa da Análise primária. Para

atender critérios metodológicos mais rigorosos, optou-se por periódicos de avaliação A1, A2, B1 e B2.

Tanto para a etapa da Seleção da Amostra, quanto para a Extração dos Dados e Categorização, utilizou-se como ferramenta de apoio o programa Excel. Nele, os bancos de dados foram construídos em duas planilhas, para posterior inserção e organização. À medida que era realizada a leitura na íntegra dos 12 estudos selecionados, os seguintes dados foram registrados e, então, sintetizados nas planilhas: título do artigo; palavras-chave; TAGS (referindo-se aos temas/campo de estudo que contemplavam); autoria/grupo executante do estudo/universidade; ano de publicação; tipo de estudo; referencial teórico-metodológico; principais resultados encontrados.

Outras informações acerca do periódico também foram coletadas, como: nome; área; avaliação; ano de publicação e região do país. Tais informações tornaram-se pertinentes uma vez que se buscou traçar o perfil dos estudos produzidos em nível nacional.

Para o exame dos dados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva. Conforme descrita por Moraes (2003, p. 192), é um processo auto-organizado em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus - unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários - categorização; e apreensão do emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Nesse processo de Análise Textual Discursiva, emergiram, dos resultados, duas categorias: O Público e o Privado nas Políticas Públicas e Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações, as quais serão apresentadas e discutidas a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 120 artigos nas três bases de dados consultadas, a partir dos descritores “homens” e “políticas públicas”. Desses, 18 foram selecionadas pelos critérios da pré-seleção: leitura de títulos, leitura de palavras-chave, marco temporal, recuperação na íntegra e identificação do tipo de publicação (para conferência ver Quadro 1 – Seleção da Amostra). Na etapa de refinamento, a qual consistiu de leitura de resumos e exclusão de duplicados, 15 estudos foram selecionados para compor a base que seria analisada primariamente.

Realizada a etapa de análise primária dos artigos, com a leitura na íntegra dos textos e exclusão de estudos publicados em periódicos fora do escopo avaliativo, chegou-se à amostra final. Os 12 estudos selecionados estão descritos no Quadro 2 – Descrição dos

*Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.*

Estudos. Nesse quadro, os artigos foram divididos conforme o campo de estudo. Esses campos não foram previamente estipulados no processo de seleção, mas, emergiram como evidências significativas, dos próprios dados.

Com o intuito de apresentar os resultados, sistematizados de acordo com essas áreas, os textos serão referidos pela numeração de identificação de cada um, que pode ser consultada no Quadro 2. Essa numeração foi atribuída na etapa de Refinamento e será utilizada para fazer referência aos estudos com a intenção de objetivar a escrita e leitura deste texto.

Quadro 2 – Descrição dos estudos.

| Políticas de Saúde destinadas aos homens |                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| N                                        | ARTIGO                                                                                                                                                                                                    | DESCRIÇÃO DO ESTUDO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 4                                        | PEREIRA, J (et.al). <b>PNAISH: Uma análise de sua dimensão educativa na perspectiva de gênero.</b> Rev Saúde e Sociedade. 2019.                                                                           | Pesquisa documental. Realizou análise da PNAISH, discutindo alguns dos modos pelos quais o gênero atravessa as proposições, em um contexto em que <i>integralidade</i> e <i>equidade</i> são reiteradamente apresentados para instituir propostas educativas e de cuidado voltadas à saúde dos homens.                                                                                                                                                                            |
| 5                                        | MARTINS, AM; MALAMUT, BS. <b>Análise dos discursos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.</b> Rev Saúde e Sociedade. 2013.                                                            | Pesquisa documental. Realizou análise de documentos oficiais do Ministério da Saúde e de notícias jornalísticas referentes ao período de construção, lançamento e implementação da PNAISH. Apoiou-se na Teoria de Gênero e na noção foucaultiana do discurso.                                                                                                                                                                                                                     |
| 7                                        | LOPEZ, SB; MOREIRA, MCN. <b>Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade.</b> Rev Ciência & Saúde Coletiva. 2013. | Pesquisa documental. Realizou análise das interlocuções entre Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Buscou identificar: 1) como a perspectiva relacional de gênero e a masculinidade foram consideradas em cada política e 2) outros conceitos chave transversais às políticas estudadas.                                                                         |
| 8                                        | COUTO, MT; GOMES, R. <b>Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão.</b> Rev Ciência & Saúde Coletiva. 2012.                                                                      | Pesquisa documental. Realizou discussão acerca do tema Homens, Saúde e Políticas Públicas com base em referências teóricas e empíricas relacionadas a essas questões. Traçou marcos históricos e apresentou panorama da agenda de gênero nas políticas públicas para introduzir a discussão acerca da inserção da perspectiva no âmbito das políticas de saúde. Abordou o questionamento sobre o fato de as políticas de saúde dos homens promoverem ou não a equidade de gênero. |
| 10                                       | TEIXEIRA, DC (et. al). <b>Concepções de enfermeiros sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.</b> Rev Trab. Educ. Saúde. 2014.                                                      | Pesquisa exploratória descritiva. Realizou entrevistas com 17 enfermeiros de um município do Estado de Santa Catarina, objetivando conhecer a implementação da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem de ótica de enfermeiros trabalhadores da Atenção Básica.                                                                                                                                                                                                    |
| 13                                       | MENDONÇA, VS; ANDRADE, AN. <b>A Política Nacional de Saúde do Homem: necessidade ou ilusão?</b> Rev Psicologia Política. 2010.                                                                            | Pesquisa exploratória. Realizou entrevistas abertas com 35 homens usuários de uma UBS localizada em um município do Espírito Santo, objetivando, por meio da Análise do Discurso, avaliar o que pensam os homens a respeito da criação de uma Política Nacional voltada para a saúde masculina.                                                                                                                                                                                   |



|                                                         |                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 14                                                      | SEPARAVICH, MA; CANESQUI, AM. <b>Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica.</b> Ver. Saúde e Sociedade. 2013.     | Pesquisa documental. Realizou revisão de literatura científica de 27 estudos, orientado pela teoria de gênero sobre masculinidade, revisando os textos que trataram do tema nos periódicos de Saúde Coletiva/Saúde Pública no período de 2005-2011.                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Políticas de enfrentamento à violência de gênero</b> |                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>N</b>                                                | <b>ARTIGO</b>                                                                                                                                                                                | <b>DESCRIÇÃO DO ESTUDO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 1                                                       | MORAES, AF; RIBEIRO, L. <b>As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"</b> . Sexualidad, Salud y Sociedad. 2012. | Pesquisa exploratória. Realizou observação etnográfica em Grupos de Reflexão para homens autores de violência em um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no contexto da Lei Maria da Penha e de suas Políticas Públicas no Brasil. Objetivou analisar os significados que homens acusados de violência atribuem às agressões perpetradas contra as mulheres.                                                                                               |
| 2                                                       | GOMES, NP (et. al). <b>Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: Características Sociodemográficas.</b> Rev Gaúcha de Enferm. 2012.                                               | Pesquisa quantitativa descritiva. Realizou entrevistas com 50 homens e 50 mulheres com história de violência conjugal na cidade de Salvador-BA. Objetivou identificar características socioeconômicas, a análise dos dados fundamentou-se em textos que tratam da temática violência à mulher e relações com gênero, etnia e políticas públicas.                                                                                                                                                                |
| 3                                                       | PAIXÃO, GPN (et. al). <b>A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens.</b> Texto Contexto Enferm. 2018.                                                   | Pesquisa qualitativa, exploratório-descritiva. Realizou entrevistas semiestruturadas e grupo focal com 23 homens, participantes de Grupos Reflexivos desenvolvidos no contexto da Lei Maria da Penha, junto à 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Salvador – BA. Dados organizados com base no Discurso do Sujeito Coletivo e embasados a partir da temática de violência, objetivando conhecer a experiência masculina acerca da prisão preventiva por violência conjugal. |
| 6                                                       | NOTHAFT, RJ; BEIRAS, A. <b>O que sabemos sobre intervenção com autores de violência doméstica e familiar?</b> Rev Estudos Feministas. 2019.                                                  | Pesquisa qualitativa de revisão. Realizou análise da produção acadêmica nacional e de relatórios sobre intervenções brasileiras com autores de violência. A sistematização do conteúdo ocorreu conforme os passos propostos por Bardin (1977) para realização de Análise de Conteúdo.                                                                                                                                                                                                                           |
| 15                                                      | LIMA, DC; BÜCHELE, F. <b>Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres.</b> Rev de Saúde Coletiva. 2011.                         | Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Realizou revisão crítica da literatura nacional e estrangeira a respeito de intervenções com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Somado a esta revisão, o artigo traz resultados de um estudo de caso de um programa governamental de prevenção e atenção à violência doméstica e familiar, desenvolvido no Estado de Santa Catarina.                                                                                            |

Fonte: Elaborada pelo autor.

A utilização do método de Revisão de Escopo permite ampla abrangência no que se refere ao número de sujeitos envolvidos nas pesquisas e de estudos avaliados ou utilizados como referenciais. Nessa revisão, cada um dos 12 achados sistematizados, relatavam resultados de estudos com relevância científica, seja pelo número de sujeitos envolvidos, seja pela revisão teórica estabelecida.

A maior parte dos achados se insere no campo de estudos das Políticas de Saúde destinadas a homens (sete estudos), mais especificamente, detém-se em realizar a análise da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH) ou de compreensões



acerca dela. O outro grupo de estudos (cinco estudos), diz respeito às Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero, centrando-se na análise das iniciativas com Grupos Reflexivos para homens ou dos discursos que circulam nesses espaços – realizados no bojo de atuação da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

Ao realizar a análise dos estudos no campo da saúde dos homens, foi possível identificar as expressões de 35 usuários dos serviços de saúde e de 17 enfermeiros trabalhadores da Atenção Básica. Em relação aos estudos sobre violência de gênero, foi possível entrar em contato com os discursos de 149 sujeitos, todos envolvidos em algum nível com o tema da violência (homens e mulheres em situação de violência conjugal; trabalhadores da área: psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais).

De acordo com Moraes (2003), o aspecto central de uma análise qualitativa consiste na categorização das unidades anteriormente construídas - Políticas de Saúde destinadas aos homens; políticas de enfrentamento à violência de gênero, sendo esse um processo que se insere na construção de novas compreensões em relação ao fenômeno investigado. Assim, as categorias transversais que emergiram desse processo foram: O Público e o Privado nas Políticas Públicas e Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações que passam a ser descritas a seguir.

## O PÚBLICO E O PRIVADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A delimitação das atuações de homens e mulheres está ligada à naturalização dos papéis atribuídos a cada gênero. Historicamente, essa estruturação tem dividido esses espaços em “âmbito do público” versus o “âmbito do privado” e, respectivamente, falam sobre o espaço de circulação dos homens e das mulheres.

O Artigo 2 (2012), ao relatar um estudo quantitativo-descritivo realizado com 100 sujeitos (50 homens e 50 mulheres), aponta essa divisão entre homens/público e mulheres/privado:

No que se refere à situação de trabalho (Gráfico 3), fica claro a associação do masculino à esfera pública e do feminino, ao âmbito do doméstico. Do total de homens que trabalham (64%, n=32), todos exercem atividades fora de casa. Vale referir que todas as atividades são tidas como do universo masculino, tais como: pedreiro, carpinteiro e mecânico. Nenhum homem referiu realizar atividades de cunho doméstico, nem mesmo em suas casas. Em se tratando das mulheres, apenas 36% (n=18) trabalham fora de casa, sendo que a maioria ocupa funções de cunho doméstico, em especial como empregadas domésticas (p. 112).

Os estudos que se dedicam às Políticas de Saúde (ARTIGO 4, 2019; ARTIGO 5, 2013; ARTIGO 7, 2013; ARTIGO 8, 2012; ARTIGO 10, 2014; ARTIGO 13, 2010; ARTIGO 14, 2013) de

fato desenvolvem uma discussão acerca de uma Política Pública direcionada aos homens, supostamente planejada e instituída, levando em conta as especificidades dessa população. No entanto, todos os estudos levantados nessa revisão que tratam do tema do combate à Violência de Gênero (ARTIGO 1, 2012; ARTIGO 2, 2012; ARTIGO 3, 2018; ARTIGO 6, 2019; ARTIGO 15, 2011) estão no campo das Políticas Públicas para mulheres, ocorrendo dentro do contexto da Lei Maria da Penha.

A partir dos dados quantitativos, é possível perceber que, ao discutirmos uma Política Pública para homens, estamos nos detendo a uma análise que circula no âmbito “público”: a Saúde Pública. Porém, quando falamos de uma política direcionada às mulheres, estamos analisando as iniciativas que se dedicam a combater um tipo de violência que, conforme demonstrado, historicamente, ocorre em grande medida no âmbito do “privado”: a violência contra a mulher.

Heilborn e Carrara (1998), ao discutirem as consequências sociais decorrentes do modo como os saberes científicos definem seus “objetos de pesquisa”, afirmam que essa definição supõe – e geralmente reforça – processos de dominação. Trata-se, essa, de outra evidência que acreditamos lançar luz a esse processo de delimitação dos espaços de circulação destinados aos homens e às mulheres: o objeto de estudo de cada campo – ou, talvez, ao que, exatamente, esses campos estejam “autorizados” a analisar.

Os artigos que se dedicam ao campo da Saúde dos Homens realizaram análises da própria política destinada a essa população. Aproximadamente 71% dos estudos situados nesse campo desenvolvem análises da PNAISH em si ou dos discursos que perpassam sua formulação, texto-base e iniciativas para sua implementação (ARTIGO 4, 2019; ARTIGO 5, 2013; ARTIGO 7, 2013; ARTIGO 8, 2012; ARTIGO 14, 2013). Esses estudos problematizam a política, apontam falhas, sugerem modificação e, até mesmo, “medem” o alcance da modificação dos parâmetros da masculinidade hegemônica no que se refere ao comportamento dos homens relacionado ao cuidado, tanto seu quanto dos outros.

No outro extremo desse universo de análise, encontramos nos estudos que se direcionam às Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero – destinadas às mulheres – o foco nas intervenções desenvolvidas com homens autores dessas violências. Esses estudos dedicam-se à análise de iniciativas que objetivam tratar do “sintoma”, daquilo que acontece no âmbito privado, decorrente da forma como se estruturam as relações entre homens e mulheres, permeadas pela ideologia patriarcal, quando, muitas vezes, a violência já está instalada.

Nenhum dos achados nesse campo se dedica a realizar a análise das Políticas Públicas existentes, como encontramos no grupo anterior em ampla maioria. E, corroborando essas práticas, apenas dois dos estudos analisados problematizam o fato de o tema da violência de gênero ainda ser de responsabilidade das mulheres, apontando para a “necessidade de que o trabalho com homens se torne uma política pública”. (ARTIGO 6, 2019; ARTIGO 15, 2011).

Os achados demonstram que essas práticas estão fortemente ligadas aos discursos que perpassam as estruturas sociais, com valores ainda muito atrelados à divisão tradicional dos papéis de gênero. O Artigo 1 (2012), ao realizar uma observação de cunho etnográfico de 20 sujeitos, em Grupos Reflexivos para homens, e buscar sublinhar os significados que os homens atribuem às novas ideias, aos valores, às identidades e aos papéis, relatou que:

Alguns planos de tensão emergiam quando os assuntos requeriam reflexões sobre os papéis de homens e mulheres na família e nas relações de gênero. Acostumados a ver a responsabilidade com a família associada à atuação na vida pública para provê-la economicamente, os homens não se identificavam com a ideia de que também deveriam, ou poderiam, ser responsáveis pelos cuidados e o bem-estar emocional dos filhos e de suas parceiras (p. 50).

Dos estudos no campo da saúde dos homens, essa divisão baseada nos papéis atribuídos a homens e mulheres, fica a cargo da própria PNAISH, quando individualiza e culpabiliza os homens pelo seu distanciamento dos serviços de saúde. O Artigo 4 (2019) avalia que por mais que a política utilize o pressuposto da equidade, em interface com o termo “gênero/masculinidade”, reconhecendo que o gênero se constitui como uma das formas de organização das relações sociais, ainda demonstra que:

[...] o exame dos argumentos utilizados para justificar a implantação da política indica a centralidade de processos educativos e curativos, impregnando-os de uma visão utilitária que, de alguma forma, individualiza e culpabiliza os homens por seu distanciamento dos serviços de saúde (p.141).

O estudo relatado no Artigo 5 (2013) observa que em todo texto da PNAISH perpassa um discurso de culpabilização dos homens pelo próprio adoecimento, abrindo pouco espaço para reflexão sobre como a estruturação dos serviços de saúde contribuem para essa realidade. Evidenciando essa visão por meio do trecho do capítulo introdutório da política:

Os homens não buscam, como fazem as mulheres, os serviços de atenção primária [...] o que tem como consequência o agravamento da morbidade pelo retardamento na atenção e maior custo para o sistema de saúde (BRASIL, 2009. p. 3). O homem julga-se invulnerável, o que acaba por contribuir para que ele cuide menos de si mesmo e se exponha mais às situações de risco (BRASIL, 2009. p. 4) (ARTIGO 5, 2013, p. 435).

Esses achados demonstram que a produção das Políticas Públicas está perpassada pela ideologia patriarcal, ainda amplamente difundida nas sociedades contemporâneas. A delimitação dos espaços de atuação e circulação de homens e mulheres, baseados nos

papéis tradicionalmente atribuídos aos gêneros, causam sofrimento às mulheres – que cada vez mais buscam transcender práticas e espaços – mas, também, aos homens – com a negação do olhar para suas necessidades, tema do qual trataremos a seguir.

## **HOMENS E POLÍTICAS PÚBLICAS: VISIBILIDADES E INVISIBILIZAÇÕES**

Ao analisar a produção científica acadêmica, a respeito de como vem sendo utilizado o conceito “homens”, para o planejamento de Políticas Públicas a eles destinadas – não encontramos os homens.

Os estudos do campo da saúde dos homens (sete estudos) têm, em sua maioria, o foco direcionado à análise da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Os princípios e diretrizes dessa política foram elaborados no ano de 2008 (Brasil, 2008), seu lançamento oficial deu-se em 2009, pelo Ministério da Saúde, em Brasília, com a Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. De acordo com Artigo 4 (2019), a iniciativa inovou ao propor o cuidado integral de homens entre 20 a 59 anos, sendo a primeira política de saúde da América Latina direcionada ao gênero masculino.

O outro grupo (cinco estudos) direciona-se ao campo das Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero, que, no Brasil, começam a se consolidar no período da abertura democrática nos anos 80, quando os movimentos feministas assumem o protagonismo em mudanças que repercutiram na luta contra a violência contra mulher (ARTIGO 1, 2012).

Para iniciarmos a discussão, utilizaremos como disparador o Artigo 7 (2013), o qual problematiza o que denominou como a “invisibilidade do poder”. O estudo de base documental realiza uma análise das interlocuções entre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ) e a PNAISH, buscando, sobretudo, identificar como a perspectiva relacional de gênero e a masculinidade foram consideradas em cada política. Os resultados do estudo, além de indicarem que ambas as políticas são permeadas pela lógica da masculinidade hegemônica, colocam em evidência o fato de que a população contemplada, por ocupar, historicamente, espaços de poder e liderança, também por se constituir como normatizadora e referente para o debate em relação ao “outro”, tem o reconhecimento das suas especificidades negligenciado. Dessa forma – diferentemente das políticas de enfrentamento à violência contra mulher –, a PNAISH:

[...] não se constitui como uma construção resultante de demandas reivindicatórias de movimentos sociais dos homens e não nos remete de forma imediata a uma necessidade de atendimento diferenciado e específico em relação à população masculina no Brasil, uma vez que esta não é reconhecida como excluída ou prescindida socialmente (ARTIGO 7, 2013. p. 746).

Cabe frisar o fato de que, ao se pesquisar sobre Políticas Públicas e homens, um percentual significativo de estudos (os que se dedicam ao campo da violência) está direcionado, em verdade, às políticas destinadas às mulheres – que, por sua vez, contemplam os homens em algum nível.

Dessa forma, o estudo relatado no Artigo 6 (2019) – o qual sistematiza a produção acadêmica nacional sobre intervenções brasileiras com autores de violência – evidencia essa negação do olhar às necessidades dos homens, ao levantar que um dos eixos principais contido nesses estudos aponta para as dificuldades de implementação dessas iniciativas, que reside em: carência de recursos financeiros (atribuída à falta de força política); falta de capacitação dos profissionais e a alta taxa de desistência dos participantes (o que coloca em questão os modelos de intervenção adotados); desafios teórico-metodológicos, evidenciados pela falta de instrumentos para lidar com a variabilidade cognitiva e social dos grupos em atendimento. Além disso, o estudo problematiza o fato de esses espaços acontecerem apenas no bojo de atuação de Políticas Públicas destinadas às mulheres e defende a necessidade de torná-las Políticas Públicas destinadas a homens.

Nesse sentido, o estudo descrito no Artigo 15 (2011), inserido no mesmo campo, também contesta o fato de as Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência de Gênero serem representadas apenas pelas Políticas Públicas destinadas às mulheres. Além disso, os autores defendem que a Lei Maria da Penha não foge à visão hegemônica, em que os esforços para o enfrentamento à violência contra mulher são, essencialmente, direcionados à proteção delas e punição dos homens autores de violência.

Os estudos que se dedicam à análise das Políticas de Saúde são ainda mais claros, ao evidenciar como a invisibilização das necessidades masculinas perpassa até mesmo políticas destinadas aos homens. Os achados (ARTIGO 4, 2019; ARTIGO 5, 2013; ARTIGO 8, 2012) demonstram que, embora o documento-base da PNAISH apresente-a como uma Política Pública que “traduz um longo anseio da sociedade [...]” (BRASIL, 2009, p. 1), ao longo do texto é possível notar a contradição e a evidência de que não se trata de uma política construída a partir de demandas sociais, ao afirmar que “a mobilização da população masculina brasileira para a luta pela garantia de seu direito social à saúde é um dos desafios dessa política” (BRASIL, 2009, p. 2).

O estudo relatado no Artigo 5 (2013), pautando-se na noção foucaultiana de discurso e nos pressupostos da teoria de gênero, analisou textos e documentos oficiais do Ministério da Saúde, além de notícias jornalísticas referentes ao processo de construção, lançamento e

implantação da PNAISH no cenário brasileiro. Os resultados evidenciam a invisibilização da condição masculina na sociedade, ao apontarem que a Política destinada aos homens não surge de uma demanda reconhecida e compartilhada por toda população, sobretudo pelos homens, abrindo pouco espaço para participação deles nos processos decisórios e deliberativos. Ao reconstruir a cena enunciativa do discurso da PNAISH, entre outros fatos, o estudo aponta que a criação dessa ia ao encontro dos interesses da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), especialmente em relação à luta da entidade pela inserção de urologistas nas unidades de Atenção Primária e o aumento dos honorários dos procedimentos e atendimentos urológicos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (ARTIGO 5, 2013. p. 434).

A evidência de que a PNAISH é desenvolvida no âmbito de um aparente jogo de interesses políticos e de instâncias médicas corrobora a discussão desenvolvida pelo Artigo 4 (2019), que toma como referência um contexto discursivo em que termos como integralidade e equidade são reiteradamente apresentados e acionados. O estudo aponta que a PNAISH é impregnada pela visão utilitária, individualizante e culpabilizante acerca do distanciamento dos homens dos serviços de saúde, contrariando o princípio da integralidade do SUS, que visa não reduzir o sofrimento do usuário a um olhar biológico. O artigo traz ainda uma crítica contundente em relação à forma que a política aplica o princípio da equidade. Enquanto, no âmbito do SUS, o princípio está destinado à produção de ofertas diferenciadas àqueles que estão em condição desigual, na PNAISH a necessidade de promover a equidade vem de um comparativo de dados estatísticos e epidemiológicos, que indicam maior morbimortalidade de homens em relação a mulheres, justificando, dessa forma, a necessidade de maior oferta de serviços a essa população. De acordo com o estudo, essa leitura reforça a naturalização de determinados comportamentos relacionados à masculinidade hegemônica, que seriam os responsáveis por expor homens a violências.

Ao utilizar dados estatísticos e epidemiológicos, a PNAISH, de acordo com o Artigo 8 (2012), reforça e legitima a saúde do homem como uma área prioritária de atenção do Estado. Ao fazer uma leitura reducionista do sujeito, cria uma visão de homem como grupo populacional específico, reproduzindo a tendência de focalização de gênero no singular, essencializando as masculinidades em um único referente de homem. Essas questões – também contempladas pelos Artigos 4 (2019) e 5 (2013) – indicam que a naturalização do papel do homem como “descuidado”, reafirma a negação de um olhar contextualizado e problematizado para a condição masculina.

A invisibilização das necessidades masculinas está presente nos discursos que circundam o olhar do homem para a própria saúde. Conforme demonstrado pelo Artigo 13 (2010), ao investigar o que pensam os homens a respeito da criação de uma Política Nacional voltada para a saúde masculina, as falas dos sujeitos demonstram esse aprisionamento consequente da masculinidade hegemônica:

[...] esses mesmos homens expressam que as mulheres têm maior necessidade de atenção à saúde, principalmente devido à “fragilidade feminina”, identificam os participantes. Estas são qualificadas como pessoas que necessitam de mais cuidado, contrariamente aos homens, concebidos como fortes ou “superiores” fisiologicamente.

[...] elas são mais fragilizadas a certos tipos de doenças e elas não percebem. Os homens não, são mais resistentes. A doença vem e demonstra mais na mulher. Para isso precisam ficar preocupadas com prevenção da saúde (ARTIGO 13, 2010. p. 220).

Nesse sentido, o estudo relatado no Artigo 14 (2013) defende que os entraves para inserção das demandas da saúde masculina não residem simplesmente na estruturação do Sistema de Saúde, mas no fato de que “essas são compostas por uma teia de valores e práticas socioculturais, ao mesmo tempo estruturante e estruturada nas relações dos homens com seus corpos, com sua saúde e com aqueles com quem se relacionam” (p. 425).

Contundente também é constatar que sob a categoria homem, conceito em geral utilizado de forma unívoca, expressando uma relação de dominação supostamente igualitária, encobrem-se masculinidades distintas que não partilham do mesmo poder. Ao contrário do que se supõe ser homem, negro e jovem em determinados lugares sociais passa a ser um fator de risco de morte (ARTIGO 14, 2013. p.423).

Em última análise, a invisibilização da condição masculina também se apresenta quando nega o olhar para os diferentes tipos de homem. Assim, aponta-se para as consequências da adoção de um modelo de masculinidade hegemônica, para o risco da negação de um olhar atento às necessidades desses sujeitos e para as diferenças entre os homens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta não somente resultados, mas diferentes compreensões acerca da condição do homem. A atenção ao tema das Políticas Públicas para homens inicia quando, nos Estados Unidos entre as décadas de 60 e 70, percebe-se a necessidade de lidar com paradoxo de que ao mesmo tempo em que homens detinham maior poder que as mulheres, eles tinham desvantagens em relação a elas no que se refere às taxas de morbimortalidade (ARTIGO 8, 2012).

Homens, historicamente, ocupam espaços de poder e liderança, têm a detenção do “conhecimento científico” e são os grandes protagonistas do sistema político. No entanto, estar nessa posição gerou também consequências. Nesse sentido, Heilborn e Carrara (1998) apontam que as singularidades do masculino e as condições de gênero que constituíram a(s) masculinidade(s) foram objeto de pesquisa em proporção muito inferior às do gênero feminino e as soluções para seus problemas específicos são menos conhecidas (HEILBORN; CARRARA, 1998).

Visto que buscamos os homens e suas relações com o planejamento de políticas públicas, “não encontramos os homens”, mas, sim, a força da masculinidade que encontra formas de se visibilizar. Ao se tratar de tema que diz respeito ao âmbito do “público” (em questão à saúde pública), é possível – mesmo com todos os entraves estruturais e de valores sociais – viabilizar força política e interesses diversos para o desenvolvimento de uma política na qual os homens circulam como protagonistas. Por outro lado, quando se trata de temática que aborda predominantemente o âmbito do “privado”, a violência contra a mulher, ainda está a cargo das próprias mulheres.

As políticas públicas direcionadas a homens, em relação ao tema do combate a violência contra a mulher e aos programas de acompanhamento aos agressores, são as únicas medidas além da judicialização e da punição. Cabe frisar que essas intervenções ocorrem no bojo da Lei Maria da Penha, sendo que essa apenas dispõe sobre a possibilidade do desenvolvimento de intervenções com autores de violência (ARTIGO 6, 2019).

Por fim, podemos inferir que a construção das Políticas Públicas também vem sofrendo os atravessamentos consequentes da estruturação androcêntrica de nossa sociedade. Os achados deste estudo expõem a complexidade da questão, ao mesmo tempo em que lidamos com um modelo de indivíduo, alicerçado nos papéis tradicionais, perpassando estruturas sociais.

Os discursos, que se inserem no plano simbólico, instituídos por meio de diferentes rituais que naturalizam a estrutura de poder e dominação ditam e delimitam espaços de circulação e atuação para mulheres, e, também, para homens. Esses homens, presos aos papéis de gênero, pouco questionam sobre as construções sociais em torno de sua masculinidade, exercendo-a, assim, com plena visibilidade. Negar o olhar para a condição masculina torna-se, portanto, consequência do status de poder atingido pelos homens.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. H. M. *Gênero e masculinidades: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8188>. Acesso em: 07 jan. 2020
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sérgio Milliet. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1970.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Lei N.º 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 07 jan. 2020.
- BRUM, C. N. Revisão narrativa da literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In: LACERDA, M. R; COSTENARO, R. G. S. *Metodologias da pesquisa para Enfermagem e Saúde: da teoria à prática*. 1ª ed. Porto Alegre: Moriá, 2016.
- COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITO DAS MULHERES. *Mapa da Violência Contra a Mulher 2018*. Câmara dos Deputados. Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://pt.org.br/camara-dos-deputados-divulga-mapa-da-violencia-contra-a-mulher-2018/>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- COUTO, M. T; GOMES, R. Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2569-2578, Outubro de 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012001000002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 maio 2020.
- GOMES, N. P. et al. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. *Rev. Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 109-116, Junho de 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472012000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000200016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 maio 2020.
- GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 901-911, 2006.

GONÇALVES, M. da G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora. Edição do Kindle, 2013.

HEILBORN, M. L; CARRARA, S. Em Cena, os homens... *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 371-374, 1998.

KAHHALE, E. M. P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2015. Cap. 10, p. 221 – 238.

LEVAC, D. *et al. Scoping studies: advancing the methodology*. Implement Science. v. 5, n. 1, Setembro de 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69>. Acesso em: 15 maio 2020.

LIMA, D. C; BUCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Physis: *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721-743, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312011000200020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000200020&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 maio 2020.

LOPEZ, S. B; MOREIRA, M. C. N. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 743-752, Março de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000300020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300020&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 maio 2020.

MARTINS, A. M; MALAMUT, B. S. Análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 429-440, Junho de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902013000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 maio 2020.

MENDONÇA, V. S; ANDRADE, A. N. de. A Política Nacional de Saúde do Homem: necessidade ou ilusão?. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 215-226, Dezembro de 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2010000200003&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 maio 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria 1.944, de 27 de agosto de 2009*. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944\\_27\\_08\\_2009.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html). Acesso em: 07 jan. 2020.

MORAES, A. F; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, Agosto de 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 maio 2020.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. *Ciência e Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NOTHAFT, R. J; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, Outubro de 2019. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2019000300206&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300206&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 maio 2020.

PAIXAO, G. P. N. *et al.* A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 27, n. 2, Junho de 2018. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072018000200327&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000200327&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2020.

PEREIRA, J. *et al.* PNAISH: uma análise de sua dimensão educativa na perspectiva de gênero. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 132-146, Junho de 2019. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902019000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000200011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 maio 2020.

SCHAEFER, R. *et al.* Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2849-2858, Setembro de 2018. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232018000902849&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000902849&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2020.

SEPARAVICH, M. A; CANESQUI, A. M. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 415-428, Junho de 2013. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902013000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2020.

TEIXEIRA, D. C. *et al.* Concepções de enfermeiros sobre a política nacional de atenção integral à saúde do homem. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 563-576, Dezembro de 2014. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462014000300563&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000300563&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2020.

Recebido em 02 de maio de 2023.

Aprovado em 27 de junho de 2023.

